ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLVII Nº 238 Brasília - DF, terça-feira, 10 de dezembro de 2019 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Congresso Nacional 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 5
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 6
Ministério da Cidadania 27
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 32
Ministério da Defesa 34
Ministério do Desenvolvimento Regional 38
Ministério da Economia 38
Ministério da Educação 78
Ministério da Infraestrutura 78
Ministério da Justiça e Segurança Pública 81
Ministério de Minas e Energia 95
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 102
Ministério das Relações Exteriores 102
Ministério da Saúde 103
Ministério do Turismo 134
Ministério Público da União 134
Tribunal de Contas da União 134
Poder Legislativo 173
Poder Judiciário 173
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 174

Esta edição completa do DOU é composta de 181 páginas

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.095 **(1)**
ORIGEM : ADI - 79591 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedentes os pedidos formulados na ação direta, nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 4.10.2019 a 10.10.2019.

Ementa: *AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CRIAÇÃO DA AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DO RIO GRANDE DO SUL - AGERGS. AUSÊNCIA DE AFRONTA À AUTONOMIA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO OU DE USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO. LEGITIMIDADE PARA ATUAR NA ÁREA DE SANEAMENTO BÁSICO. COMPETÊNCIA COMUM ENTRE UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS. COMPETÊNCIA REGULADORA DE NATUREZA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA. PRECEDENTES. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA IMPROCEDENTE.*

1. A atuação da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos do Rio Grande do Sul - AGERGS não se opõe à autonomia do Chefe do Poder Executivo (inc. II do art. 84 da Constituição da República). Não lhe incumbe atuar na conformação de políticas de governo, mas prevenir e arbitrar, conforme a lei e os contratos, os conflitos de interesses entre concessionários e usuários ou entre aqueles e o Poder concedente.

2. É da essência da regulação setorial a autonomia das agências para a definição dos valores de tarifas, observados os termos e a juridicidade do contrato subjacente. Precedentes.

3. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.285 **(2)**
ORIGEM : ADI - 87044 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : GOIÁS
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente a ação direta de inconstitucionalidade, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 25.10.2019 a 4.11.2019.

Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Leis 13.133/1997 e 13.420/1998 do Estado de Goiás, que dispõem sobre a criação do Município de Campo Limpo de Goiás, em terras do Município de Anápolis. 3. Violação ao art. 18, § 4º, da Constituição Federal, diante da inexistência da lei complementar federal exigida. 4. Convalidação pela Emenda Constitucional 57/2008, visto que as leis impugnadas, publicadas em data anterior a 31/12/2006, atenderam aos requisitos da legislação complementar estadual vigente. 5. Requisitos do art. 96 do ADCT. 6. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.005 **(3)**
ORIGEM : ADI - 5005 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RONDÔNIA
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Decisão: Após o voto da Ministra Cármen Lúcia (Relatora), que julgava improcedente o pedido para declarar a constitucionalidade da Lei nº 3.057/2013 de Rondônia, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Plenário, Sessão Virtual de 20.9.2019 a 26.9.2019.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente a ação direta, para declarar constitucional a Lei n. 3.057/2013 do Estado de Rondônia, nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 25.10.2019 a 4.11.2019.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONSTITUCIONAL. LEI RONDONIENSE N. 3.0572013. REVOGAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI ANTERIOR PELA QUAL SE ACRESCENTAVAM TAXAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO NA TABELA DE SERVIÇOS E TAXAS DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE RONDÔNIA - DETRAN/RO. ALEGADA INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. RESERVA DE INICIATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO PARA PROPOR PROJETO DE LEI REGULANDO MATÉRIA TRIBUTÁRIA. AL. B *DO INC. II DO § 1º DO ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ALEGADA OFENSA AO INC. I DO ART. 163 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA IMPROCEDENTE.*

1. Não ofende a al. b *do inc. II do § 1º do art. 61 da Constituição da República lei estadual, de iniciativa parlamentar, que trate de matéria tributária. Aplicação do dispositivo restrita às iniciativas privativas do Chefe do Poder Executivo Federal na esfera exclusiva dos territórios federais. Precedentes.*

2. *Ausência de ofensa ao inc. I do art. 163 da Constituição da República, pelo qual se determina que caberá à lei complementar dispor sobre finanças públicas, não se referindo aos requisitos para a renúncia de receitas previstos no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Análise de contrariedade à Constituição dependente da apreciação prévia de conformidade da lei estadual com a Lei de Responsabilidade Fiscal: ofensa indireta à norma constitucional. Precedentes.*

3. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente para declarar constitucional a Lei n. 3.057/2013 de Rondônia.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 72, DE 2019

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 901, de 18 de outubro de 2019,** publicada no Diário Oficial da União no dia 21, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 9 de dezembro de 2019
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Atos do Poder Executivo

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 909, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Extingue o fundo formado pelas reservas monetárias de que trata o art. 12 da Lei nº 5.143, de 20 de outubro de 1966, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica extinto o fundo formado pelas reservas monetárias criadas pelo art. 12 da Lei nº 5.143, de 20 de outubro de 1966.

Art. 2º A destinação e o tratamento a serem conferidos aos bens e aos direitos vinculados ao fundo formado pelas reservas monetárias observarão o seguinte:

I - os recursos aplicados em operações com compromisso de revenda e as demais disponibilidades, após a liquidação pelo Banco Central do Brasil, de obrigações do fundo porventura existentes serão transferidos para a Conta Única da União e destinados ao pagamento da Dívida Pública Federal;

II - os títulos públicos que compõem as reservas monetárias serão cancelados pela Secretária do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia; e

III - a Caixa Econômica Federal, na qualidade de administradora do Fundo de Compensação de Variações Salariais, procederá à extinção dos valores relativos aos saldos residuais de contratos habitacionais sob a titularidade do fundo formado pelas reservas monetárias e solicitará aos órgãos competentes a adoção de medidas para dar baixa contábil dos valores correspondentes do passivo do Fundo de Compensação de Variações Salariais.

AVISO

Foi publicada em 9/12/2019 a edição extra nº 237-A do *DOU.*
Para acessar o conteúdo, clique aqui.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

Parágrafo único. O Banco Central do Brasil disponibilizará à Secretária do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia a documentação necessária à execução das ações previstas nesta Medida Provisória e manterá sob a sua responsabilidade o restante do acervo documental referente ao fundo formado pelas reservas monetárias.

Art. 3º A União sucederá o Banco Central do Brasil nos direitos, nas obrigações e nas ações judiciais em que ele, como gestor do fundo formado pelas reservas monetárias, seja autor, réu, assistente, opoente ou terceiro interessado.

Art. 4º Os órgãos competentes, em suas áreas de atuação, editarão os atos necessários à operacionalização da transferência de ativos e garantias e à sucessão de direitos, de obrigações e de ações judiciais de que trata esta Medida Provisória.

Art. 5º Fica revogado o art. 12 da Lei nº 5.143, de 1966.

Art. 6º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de dezembro de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes
Roberto de Oliveira Campos Neto
André Luiz de Almeida Mendonça

DECRETO Nº 10.158, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Institui o Fórum Nacional de Corregedorias do Sistema Único de Segurança Pública.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Fórum Nacional de Corregedorias do Sistema Único de Segurança Pública.

Art. 2º O Fórum Nacional de Corregedorias do Sistema Único de Segurança Pública é órgão colegiado de assessoramento destinado a:

I - estimular a uniformização de estruturas, de procedimentos e de entendimentos nas corregedorias dos órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública, respeitado o disposto no § 4º do art. 9º da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018;

II - acompanhar as metas e os indicadores estabelecidos pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, para o cumprimento da competência prevista no § 1º do art. 8º do Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018;

III - realizar o registro, o acompanhamento e a avaliação dos resultados de aperfeiçoamento das unidades de correição a fim de dar transparência;

IV - prestar subsídios à Comissão Permanente do Sistema Nacional de Acompanhamento e Avaliação das Políticas de Segurança Pública e Defesa Social e ao Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social para auxiliar no exercício das competências estabelecidas no art. 13 e no inciso III do parágrafo único do art. 40, do Decreto nº 9.489, de 2018;

V - propor medidas para o aperfeiçoamento das atividades de correição dos órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública;

VI - promover o uso de novas tecnologias e de soluções inovadoras para aprimorar as apurações correcionais; e

VII - propor ações destinadas à capacitação dos profissionais que atuam nas diversas corregedorias integrantes do Sistema Único de Segurança Pública.

Art. 3º O Fórum Nacional de Corregedorias do Sistema Único de Segurança Pública é composto pelos titulares dos órgãos de correição dos seguintes órgãos do Ministério da Justiça e Segurança Pública:

I - Corregedoria-Geral, que o presidirá;

II - Polícia Federal;

III - Polícia Rodoviária Federal; e

IV - Departamento Penitenciário Nacional.

§ 1º Poderão ser convidados a participar do Fórum Nacional de Corregedorias do Sistema Único de Segurança Pública os titulares dos órgãos de correição dos seguintes órgãos estaduais e do Distrito Federal:

I - Polícia Civil;

II - Polícia Militar;

III - Corpo de Bombeiros Militar;

IV - sistema penitenciário;

V - institutos oficiais de criminalística, de medicina legal e de identificação; e

VI - secretarias de segurança pública ou congêneres.

§ 2º Cada membro do Fórum Nacional de Corregedorias do Sistema Único de Segurança Pública terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 3º Os suplentes do Fórum Nacional de Corregedorias do Sistema Único de Segurança Pública serão indicados pelos respectivos membros titulares e serão, assim como os membros titulares, designados pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

§ 4º O Fórum Nacional de Corregedorias do Sistema Único de Segurança Pública poderá convidar para participar das reuniões, sem direito a voto, representantes de órgãos e de entidades públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal e de entidades de defesa dos direitos humanos.

Art. 4º A Secretaria-Executiva do Fórum Nacional de Corregedorias do Sistema Único de Segurança Pública será exercida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 5º O Fórum Nacional de Corregedorias do Sistema Único de Segurança Pública se reunirá em caráter ordinário semestralmente e em caráter extraordinário sempre que convocado por seu Presidente ou pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

§ 1º O quórum de reunião do Fórum Nacional de Corregedorias do Sistema Único de Segurança Pública é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 2º Os membros do Fórum Nacional de Corregedorias do Sistema Único de Segurança Pública que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

§ 3º As pautas das reuniões, acompanhadas do material correspondente, serão enviadas por meio eletrônico ou por outro meio eficaz, com antecedência mínima de cinco dias úteis, no caso de reuniões ordinárias, e de três dias úteis, no caso de reuniões extraordinárias.

§ 4º Por iniciativa do seu Presidente, independentemente dos prazos a que se refere o § 3º, poderá ser submetida à deliberação do Fórum Nacional de Corregedorias do Sistema Único de Segurança Pública matéria não prevista em pauta, desde que reconhecido o seu caráter excepcional e de urgência por dois terços dos membros, observado o quórum previsto no § 1º.

§ 5º Além do voto ordinário, o Presidente terá o voto de qualidade em caso de empate.

Art. 6º O Fórum Nacional de Corregedorias do Sistema Único de Segurança Pública elaborará o seu regimento interno no prazo de noventa dias, contado da data de publicação deste Decreto.

Parágrafo único. A aprovação do regimento interno ocorrerá por maioria simples.

Art. 7º O Fórum Nacional de Corregedorias do Sistema Único de Segurança Pública poderá instituir grupos de trabalho para a realização de estudos, de discussões e de relatórios de temas da sua competência.

Parágrafo único. Os grupos de trabalho:

I - serão compostos na forma de ato do Fórum Nacional de Corregedorias do Sistema Único de Segurança Pública;

II - não poderão ter mais de cinco membros;

III - terão caráter temporário e duração não superior a um ano; e

IV - estarão limitados a três operando simultaneamente.

Art. 8º A participação no Fórum Nacional de Corregedorias do Sistema Único de Segurança Pública e nos grupos de trabalho será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de dezembro de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Sérgio Moro

DECRETO Nº 10.159, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Institui o Comitê de Governança Digital da Presidência da República.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Governança Digital da Presidência da República, colegiado de caráter consultivo e deliberativo, com o objetivo de desenvolver e monitorar a estratégia de implementação da Política de Governança Digital na Presidência da República e na Vice-Presidência da República.

Art. 2º Compete ao Comitê de Governança Digital da Presidência da República:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

I - coordenar, articular e implementar políticas, diretrizes e normas que assegurem a adoção de boas práticas de governança de tecnologia da informação e comunicação e o alinhamento estratégico dessas ações no âmbito da Presidência da República e da Vice-Presidência da República;

II - promover a integração entre as estratégias de tecnologia da informação e comunicação e as estratégias organizacionais no âmbito da Presidência da República e da Vice-Presidência da República;

III - estabelecer as diretrizes:

a) de minimização de riscos; e

b) de priorização, de alteração e de distribuição dos recursos orçamentários destinados às ações em tecnologia da informação e comunicação;

IV - aprovar o plano estratégico de tecnologia da informação e comunicação e o plano diretor de tecnologia da informação e comunicação da Presidência da República e monitorar suas execuções;

V - aprovar e priorizar a execução de projetos relacionados à tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Presidência da República, em consonância com o plano diretor de tecnologia da informação e comunicação;

VI - elaborar e aprovar plano de investimento para a área de tecnologia da informação e comunicação,

VII - monitorar e avaliar o desempenho das ações, o cumprimento das diretrizes e o alcance dos objetivos e das metas definidas no plano estratégico de tecnologia da informação e comunicação e no plano diretor de tecnologia da informação e comunicação da Presidência da República; e

VIII - dispor sobre seu regimento interno, que será aprovado pela maioria absoluta dos membros, no prazo de noventa dias, contado da data de publicação deste Decreto.

§ 1º O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação abrangerá visões estratégicas e princípios que nortearão o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, alinhado aos objetivos estratégicos da Política de Governança Digital no âmbito da administração pública federal.

§ 2º A critério do Comitê de Governança Digital da Presidência da República, o plano estratégico de tecnologia da informação e comunicação e o plano diretor de tecnologia da informação e comunicação da Presidência da República poderão ser unificados, desde que mantidas as características essenciais dos planos.

Art. 3º O Comitê de Governança Digital da Presidência da República é composto pelos seguintes membros:

I - Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República, que o coordenará;

II - Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República;

III - Secretário-Executivo da Secretaria de Governo da Presidência da República;

IV - Secretário-Executivo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

V - Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República;

VI - Chefe de Gabinete do Vice-Presidente da República; e

VII - Secretário Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Parágrafo único. Os membros do Comitê de Governança Digital da Presidência da República serão substituídos, em suas ausências e impedimentos, pelos respectivos substitutos legais.

Art. 4º O Comitê de Governança Digital da Presidência da República se reunirá, em caráter ordinário, bimestralmente e, em caráter extraordinário, sempre que convocado por um de seus membros e necessariamente com a presença do Coordenador.

§ 1º O quórum de reunião e de aprovação do Comitê de Governança Digital da Presidência da República é de maioria absoluta.

§ 2º Além do voto ordinário, o Coordenador do Comitê de Governança Digital da Presidência da República terá o voto de qualidade em caso de empate.

§ 3º O Comitê de Governança Digital da Presidência da República poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades públicas ou privadas e especialistas para participar das reuniões, sem direito a voto.

§ 4º A participação de convidados de que trata o § 3º ficará restrita ao tempo necessário para produzir os esclarecimentos solicitados.

Art. 5º O Comitê de Governança Digital da Presidência da República poderá instituir grupos de trabalho para subsidiar suas atividades e suas deliberações.

§ 1º Os grupos de trabalho de que trata o **caput**:

I - serão compostos na forma de ato do Comitê de Governança Digital da Presidência da República, que definirá os objetivos específicos e o prazo para conclusão dos trabalhos;

II - não poderão ter mais de sete membros;

III - terão caráter temporário e duração não superior a um ano; e

IV - estão limitados a três operando simultaneamente.

§ 2º Os membros dos grupos de trabalhos de que trata o **caput** serão indicados pelo Coordenador do Comitê de Governança Digital da Presidência da República.

Art. 6º Os membros do Comitê de Governança Digital da Presidência da República e dos grupos de trabalho que estiverem no Distrito Federal se reunirão presencialmente e os membros que se encontrem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

Art. 7º A Secretaria-Executiva do Comitê de Governança Digital da Presidência da República será exercida pela Diretoria de Tecnologia da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Art. 8º A participação no Comitê de Governança Digital da Presidência da República e nos grupos de trabalho será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de dezembro de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Jorge Antonio de Oliveira Francisco

DECRETO Nº 10.160, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Institui a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Governo Aberto, no âmbito do Poder Executivo federal, que será operacionalizada por meio de planos de ação constituídos por iniciativas, ações, projetos, programas e políticas públicas que ampliem a transparência, o acesso à informação, a melhoria na prestação de serviços públicos e o fortalecimento da integridade.

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Governo Aberto:

I - aumento da disponibilidade de informações sobre as atividades governamentais, incluídos os dados sobre os gastos e o desempenho das ações e dos programas do Governo federal;

II - fomento à participação social nos processos decisórios;

III - estímulo ao uso de novas tecnologias que fomentem a inovação, o fortalecimento da governança pública e o aumento da transparência e da participação social na gestão e na prestação de serviços públicos; e

IV - aumento dos processos de transparência, de acesso a informação e da utilização de tecnologias que subsidiem esses processos.

Art. 3º Os planos de ação nacionais sobre governo aberto contemplarão iniciativas, ações, projetos, programas e políticas públicas destinadas:

I - ao aumento da transparência;

II - ao aprimoramento da governança pública;

III - ao acesso às informações públicas;

IV - à prevenção e ao combate à corrupção;

V - à melhoria da prestação de serviços públicos;

VI - à eficiência administrativa; e

VII - ao fortalecimento da integridade pública.

Parágrafo único. Os planos de ação nacionais sobre governo aberto contemplarão, prioritariamente, a inclusão de iniciativas, de ações, de projetos, de programas e de políticas públicas inovadoras e terão duração de até dois anos.

Art. 4º Fica instituído o Comitê Interministerial de Governo Aberto, no âmbito da Controladoria-Geral da União, com as seguintes competências:

I - propor medidas para o desenvolvimento e a implementação da estratégia de governo aberto no âmbito do Poder Executivo federal, nos termos do disposto no art. 2º;

II - promover a cultura e o conhecimento sobre governo aberto entre os servidores da administração pública federal;

III - propor ações prioritárias a ser implementadas por meio dos planos de ação nacionais sobre governo aberto;

IV - promover a articulação intragovernamental necessária à execução de ações conjuntas, à troca de experiências, à transferência de tecnologia e à capacitação, no âmbito dos planos de ação nacionais sobre governo aberto;

V - identificar ações de pesquisa e desenvolvimento necessárias no âmbito dos planos de ação nacionais sobre governo aberto;

VI - orientar a elaboração, a implementação, o monitoramento e a avaliação dos planos de ação nacionais sobre governo aberto;

VII - aprovar as propostas de planos de ação nacionais sobre governo aberto de que trata o inciso I do **caput** do art. 7º e promover a articulação intragovernamental para a sua implementação e a execução;

VIII - identificar os meios necessários à elaboração, à implementação e ao monitoramento dos planos de ação nacionais sobre governo aberto; e

IX - avaliar os resultados e propor alterações ou revisões nos planos de ação nacionais sobre governo aberto.

Art. 5º O Comitê Interministerial de Governo Aberto será composto por representantes dos seguintes órgãos:

I - Controladoria-Geral da União, que o coordenará;

II - Casa Civil da Presidência da República;

III - Ministério da Justiça e Segurança Pública;

IV - Ministério das Relações Exteriores;

V - Ministério da Economia;

VI - Ministério da Educação;

VII - Ministério da Cidadania;

VIII - Ministério da Saúde;

IX - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

X - Ministério do Meio Ambiente;

XI - Ministério do Desenvolvimento Regional;

XII - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; e

XIII - Secretaria-Geral da Presidência da República.

§ 1º Cada membro do Comitê Interministerial de Governo Aberto terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Os membros do Comitê Interministerial de Governo Aberto e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos que representam e designados pelo Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União.

Art. 6º O Comitê Interministerial de Governo Aberto se reunirá em caráter ordinário bienalmente e em caráter extraordinário sempre que convocado por seu Coordenador.

§ 1º O quórum de reunião do Comitê Interministerial de Governo Aberto é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 2º Além do voto ordinário, o Coordenador do Comitê Interministerial de Governo Aberto terá o voto de qualidade em caso de empate.

§ 3º Os membros do Comitê Interministerial de Governo Aberto que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente e os membros que se encontrem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

§ 4º A Controladoria-Geral da União poderá convocar reuniões em caráter extraordinário ou submeter formalmente ao Comitê Interministerial de Governo Aberto matéria para manifestação e para aprovação.

Art. 7º Compete ao Coordenador do Comitê Interministerial de Governo Aberto:

I - elaborar a proposta dos planos de ação nacionais sobre governo aberto e submetê-la à apreciação do Comitê, no prazo e nas condições estabelecidas em resolução;

II - planejar, executar e coordenar processos de consulta relacionados com os planos de ação nacionais sobre governo aberto;

III - coordenar a implementação e a execução dos planos de ação nacionais sobre governo aberto;

IV - definir procedimentos para a elaboração de estudos e o levantamento de dados e informações essenciais para a elaboração, a implementação, a coordenação e a avaliação dos planos de ação nacionais sobre governo aberto;

V - monitorar e avaliar periodicamente a implementação dos planos de ação nacionais sobre governo aberto, sob a orientação do Comitê;

VI - coordenar a produção e a disseminação de material de divulgação dos planos de ação nacionais sobre governo aberto;

VII - realizar alterações, revisões e atualizações nos planos de ação nacionais sobre governo aberto; e

VIII - zelar pela aplicação de parâmetros, de métodos e de práticas adotados pelo Comitê Interministerial de Governo Aberto, nos termos do disposto no art. 4º.

Parágrafo único. O Coordenador do Comitê Interministerial de Governo Aberto poderá instituir até dois grupos de trabalho temporários, com a finalidade de elaborar propostas sobre os temas de que trata este Decreto, observadas as seguintes condições:

I - composição por, no máximo, sete membros; e

II - duração não superior a um ano.

Art. 8º A elaboração dos planos de ação nacionais sobre governo aberto preverá a realização de consultas públicas para a definição de temas que comporão o seu escopo.

Art. 9º O Coordenador do Comitê Interministerial de Governo Aberto poderá convidar para participar das reuniões representantes de órgãos e entidades, públicos ou privados, especialistas e peritos cujo conhecimento, habilidade ou competência possa contribuir para o cumprimento dos objetivos do Comitê, sem direito a voto.

Art. 10. A participação no Comitê Interministerial de Governo Aberto será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 11. A Secretaria-Executiva do Comitê Interministerial de Governo Aberto será exercida pela Controladoria-Geral da União.

Art. 12. Os órgãos e as entidades da administração pública federal fornecerão as informações necessárias para a elaboração e a implementação dos planos de ação nacionais sobre governo aberto, quando solicitadas e mediante justificativa pela Controladoria-Geral da União.

Art. 13. Ficam revogados:

I - o Decreto de 15 de setembro de 2011, que institui o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto e dá outras providências; e

II - o Decreto de 12 de março de 2013, que altera o Decreto de 15 de setembro de 2011, que institui o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de dezembro de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Wagner de Campos Rosário

DECRETO Nº 10.161, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Regulamenta a extinção de contratos de arrendamento de bens vinculados a contratos de parceria do setor ferroviário e a alienação ou a disposição dos bens móveis ferroviários inservíveis do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, arrendados ou não, localizados na faixa de domínio de ferrovia objeto de contrato de parceria.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 25, § 3º, e no art. 26, da Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017,

D E C R E T A :

Art. 1º Este Decreto regulamenta a extinção dos contratos de arrendamento de bens vinculados aos contratos de parceria do setor ferroviário e a alienação ou a disposição dos bens móveis ferroviários inservíveis, arrendados ou não, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit, localizados na faixa de domínio da ferrovia objeto do contrato de concessão, nos termos do disposto no § 3º do art. 25 e no art. 26 da Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017.

Extinção dos contratos de arrendamento

Art. 2º A extinção dos contratos de arrendamento será realizada no âmbito dos contratos de parceria do setor ferroviário aos quais os bens estiverem vinculados.

§ 1º A instauração, o prosseguimento e a conclusão dos processos de prorrogação dos contratos de parceria do setor ferroviário independem da extinção dos contratos de arrendamento.

§ 2º O termo aditivo que formalizar a extinção dos contratos de arrendamento disporá sobre o tratamento de eventuais indenizações relacionadas aos bens arrendados apuradas previamente no processo de extinção, cujos valores poderão ser convertidos em investimento, a critério da União, conforme o disposto no § 2º e no § 4º do art. 30 da Lei nº 13.448, de 2017.

Art. 3º Formalizada a extinção do contrato de arrendamento, por meio da assinatura do termo aditivo de que trata o § 2º do art. 2º, os bens móveis vinculados aos contratos de arrendamento serão transferidos de forma não onerosa ao concessionário e passarão a integrar o contrato de parceria.

§ 1º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se não onerosa a transferência da propriedade dos bens móveis que tenham sido arrendados ao concessionário, ressalvada a sua obrigação de, ao final do período da concessão, reverter acervo de bens com capacidade nominal equivalente de carga e de tração.

§ 2º A Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT disciplinará a reversão dos bens móveis que se dará ao final da vigência dos contratos de parceria.

§ 3º No prazo e na forma estabelecidos pela ANTT, o concessionário apresentará a relação atualizada dos bens móveis que lhe tenham sido arrendados.

§ 4º Aprovada a relação de bens móveis de que trata o § 3º pela ANTT, será feita a transferência definitiva dos referidos bens.

§ 5º Caberá ao concessionário gerir, substituir, dispor ou se desfazer dos bens móveis a ele transferidos, observadas as condições relativas à capacidade de transporte do material rodante.

Art. 4º Os bens imóveis vinculados aos contratos de arrendamento serão objeto de cessão de uso ao concessionário, nos termos do disposto no § 4º do art. 25 da Lei nº 13.448, de 2017.

§ 1º A ANTT estabelecerá os procedimentos administrativos relacionados aos bens imóveis de que trata o **caput**, incluídos aqueles necessários para a celebração do termo de cessão de uso.

§ 2º No prazo e na forma estabelecidos pela ANTT, o concessionário apresentará a relação atualizada dos bens imóveis que lhe tenham sido arrendados.

§ 3º Aprovada a relação de bens imóveis de que trata o § 2º pela ANTT, será feita, de modo definitivo, a cessão de uso dos referidos bens.

Art. 5º As obrigações financeiras pagas e a pagar dos contratos de arrendamento extintos serão preservadas na equação econômico-financeira do contrato de parceria.

Art. 6º Eventuais valores devidos pelo concessionário por indenizações referentes aos bens móveis e imóveis de que tratam o art. 3º e o art. 4º poderão ser convertidos em investimentos, nos termos do disposto no § 1º do art. 25 e no § 2º do art. 30 da Lei nº 13.448, de 2017.

Alienação ou disposição dos bens móveis ferroviários inservíveis do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit

Art. 7º O concessionário fica autorizado a promover a alienação ou a disposição dos bens móveis ferroviários inservíveis do Dnit, arrendados ou não, localizados na faixa de domínio de ferrovia objeto dos contratos de parceria de que trata este Decreto, observada a legislação vigente sobre disposição de bens.

§ 1º Para os fins do disposto neste Decreto, consideram-se bens móveis ferroviários inservíveis, entre outros, vagões, locomotivas, equipamentos de via, equipamentos de oficina ou veículos rodoviários que estejam fora de operação por danos, avarias ou obsolescência e cuja recuperação ou utilização operacional seja inviável.

§ 2º O Dnit estabelecerá os parâmetros e procedimentos para a alienação ou a disposição dos bens móveis ferroviários inservíveis, respeitados os princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de dezembro de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Tarcísio Gomes de Freitas

DECRETO Nº 10.162, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Institui a Distinção Honorífica dos Heróis do Povo Brasileiro - Educação e o Memorial dos Heróis do Povo Brasileiro - Educação.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", e inciso XXI, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam instituídos a Distinção Honorífica dos Heróis do Povo Brasileiro - Educação, destinada a reconhecer o excepcional valor daqueles que se destacarem em ações para o desenvolvimento da educação e do ensino nacionais, e o Memorial dos Heróis do Povo Brasileiro - Educação, destinado a guardar as referências informativas relativas aos agraciamentos.

Art. 2º A Distinção Honorífica dos Heróis do Povo Brasileiro - Educação será concedida aos agentes públicos e aos cidadãos brasileiros que se destacarem em sua atuação, em dimensão excepcional, na área da educação, em especial:

I - na difusão, no fomento e na valorização das ações e dos programas dos sistemas de ensino;

II - na prestação de serviços relevantes ao desenvolvimento dos sistemas de ensino; e

III - na defesa das instituições e dos participantes da educação e do ensino nacionais.

Art. 3º Caberá ao Ministro de Estado da Educação conceder a Distinção Honorífica de Heróis do Povo Brasileiro - Educação, por meio da entrega de placa e de diploma de reconhecimento.

Art. 4º Após a concessão da Distinção Honorífica dos Heróis do Povo Brasileiro - Educação, serão afixadas no Memorial dos Heróis do Povo Brasileiro - Educação as referências informativas dos agraciados.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação do disposto neste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias destinadas ao Ministério da Educação.

Art. 6º O Ministro de Estado da Educação editará as normas complementares necessárias ao cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de dezembro de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub

DECRETO Nº 10.163, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a execução do Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres - Porto de Nueva Palmira), firmado pela República Federativa do Brasil, pela República Argentina, pelo Estado Plurinacional da Bolívia, pela República do Paraguai e pela República Oriental do Uruguai.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu de 1980, que criou a Associação Latino-Americana de Integração - Aladi, firmado pela República Federativa do Brasil em 12 de agosto de 1980 e promulgado pelo Decreto nº 87.054, de 23 de março de 1982, prevê a modalidade de Acordo de Alcance Parcial;

Considerando que os Plenipotenciários da República Federativa do Brasil, da República Argentina, do Estado Plurinacional da Bolívia, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, com base no Artigo 14 do Tratado de Montevidéu de 1980, firmaram em 26 de junho de 1992, em Mendoza, o Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres - Porto de Nova Palmira), promulgado pelo Decreto nº 2.716, de 10 de agosto de 1998; e

Considerando que os Plenipotenciários da República Federativa do Brasil, da República Argentina, do Estado Plurinacional da Bolívia, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, com base no Tratado de Montevidéu de 1980, firmaram em 9 de março de 2018, em Assunção, o Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres - Porto de Nueva Palmira);

D E C R E T A :

Art. 1º O Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres - Porto de Nueva Palmira), firmado pela República Federativa do Brasil, pela República Argentina, pelo Estado Plurinacional da Bolívia, pela República do Paraguai e pela República Oriental do Uruguai, em 9 de março de 2018, anexo a este Decreto, será executado e cumprido integralmente em seus termos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de dezembro de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Ernesto Henrique Fraga Araújo
Tarcísio Gomes de Freitas

ACORDO DE TRANSPORTE FLUVIAL PELA HIDROVIA PARAGUAI - PARANÁ (PORTO DE CÁCERES - PORTO DE NUEVA PALMIRA)

Oitavo Protocolo Adicional

Os Plenipotenciários da República Argentina, do Estado Plurinacional da Bolívia, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, credenciados por seus respectivos Governos, segundo poderes outorgados em boa e devida forma, depositados oportunamente na Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração - Aladi,

CONSIDERANDO que o Acordo de Santa Cruz de la Sierra, assinado em 26 de junho de 1992, entrou em vigor em 13 de fevereiro de 1995 e tem uma duração de dez (10) anos;

Que o Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Santa Cruz de la Sierra, assinado em 9 de dezembro de 2004, estendeu a vigência do Acordo de Santa Cruz de la Sierra por um período de quinze (15) anos a partir do dia 13 de fevereiro de 2005;

Que o Artigo 30, Capítulo XII (Entrada em vigor e duração) do Acordo de Santa Cruz de la Sierra estabelece que o período de vigência do Acordo poderá ser indefinido;

Que o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná em sua 45º Reunião Ordinária, realizada em Assunção, em 22 de fevereiro de 2018, acordou outorgar vigência indefinida ao Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres - Porto de Nueva Palmira); e

Que a vigência indefinida do Acordo de Santa Cruz de la Sierra contribuirá à previsibilidade jurídica necessária para o desenvolvimento das iniciativas públicas e privadas que visam ao melhor aproveitamento da Hidrovia Paraguai-Paraná;

CONVÊM:

Artigo 1º Desde o dia 13 de fevereiro de 2020, a vigência do Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres - Porto de Nueva Palmira) e dos seus Protocolos Adicionais será indefinida.

Artigo 2º Os Governos dos Países-Membros incorporarão este Protocolo a seus respectivos ordenamentos jurídicos nacionais, de acordo com seus procedimentos internos e informarão a Secretaria-Geral da Aladi a data dessa incorporação.

Artigo 3º O presente Protocolo Adicional entrará em vigor trinta (30) dias depois da data em que a Secretaria Geral da Aladi comunicar aos países signatários a recepção da última notificação relativa ao cumprimento das disposições legais internas para sua colocação em vigor.

Artigo 4º A Secretaria-Geral da Aladi será depositária do presente Protocolo, do qual enviará cópias devidamente autenticadas aos Governos dos países signatários.

EM FÉ DO QUE, os respectivos plenipotenciários assinam o presente Protocolo na cidade de Assunção aos nove dias do mês de março de dois mil e dezoito, em um original nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos.

Pela República Argentina,
Jorge Faurie, Ministro das Relações Exteriores e Culto;

Pelo Estado Plurinacional da Bolívia,
Fernando Huanacuni, Ministro das Relações Exteriores;

Pela República Federativa do Brasil,
Aloysio Nunes Ferreira, Ministro das Relações Exteriores;

Pela República do Paraguai,
Eladio Loizaga Ministro das Relações Exteriores;

Pela República Oriental do Uruguai,
Rodolfo Nin Novoa, Ministro das Relações Exteriores.

RETIFICAÇÃO

DECRETO Nº 10.157, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019

Institui a Política Federal de Estímulo ao Transporte Rodoviário Coletivo Interestadual e Internacional de Passageiros.

(Publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 2019, Seção 1)

No § 2º do art. 3º, o**nde se lê:**

"§ 2º Na hipótese de realização de processo seletivo para contratação de novos prestadores de serviço não será adotado critério capaz de configurar vantagem competitiva a operadores em razão de sua atuação prévia nos serviços de transporte interestadual ou internacional de passageiros."

Leia-se:

"§ 2º Para a realização de processo seletivo, quando necessário, não será adotado critério capaz de configurar vantagem competitiva a operadores em razão de sua atuação prévia nos serviços de transporte interestadual ou internacional de passageiros."

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Tarcísio Gomes de Freitas
Onyx Lorenzoni

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 647, de 6 de dezembro de 2019. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.265.

Nº 653, de 9 de dezembro de 2019. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 909, de 9 de dezembro de 2019.

CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS

RESOLUÇÃO Nº 95, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019

Opina pela qualificação da política de fomento ao setor de atenção primária à saúde, para fins de estudos de alternativas de parcerias com a iniciativa privada para construção, modernização e operação das unidades básicas de saúde, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS DA RESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, I, art.1º, §1º, II, art. 4º, III da Lei n2 13.334,de 13 de setembro de 2016,

Considerando a necessidade de ampliar as oportunidades de investimento e emprego no País e de estimular o desenvolvimento econômico nacional, em especial por meio de ações centradas na ampliação e na melhoria da infraestrutura e dos serviços voltados ao cidadão;

Considerando a necessidade de aprimorar a utilização das Unidades de Saúde nos municípios brasileiros; e

Considerando a necessidade de aproveitar os investimentos realizados na construção das Unidades Básicas de Saúde - UBS que ainda não foram finalizadas ou que, apesar de concluídas, ainda não estão em condições de operação; resolve:

Art. 1º Opinar favoravelmente e submeter à deliberação do Presidente da República a qualificação, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI, da política de fomento ao setor de atenção primária à saúde, para fins de estudos de alternativas de parcerias com a iniciativa privada para construção, modernização e operação das Unidades Básicas de Saúde, para fins de estudos de alternativas de parcerias com a iniciativa privada para implementação, operação e modernização de UBS`s dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Os estudos referidos no caput terão por finalidade inicial a estruturação de projetos pilotos, cuja seleção será definida em ato da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República - SPPI, ouvido o Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

ONYX DORNELLES LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

MARTHA SEILLIER
Secretária Especial do Programa de Parcerias
de Investimentos da Casa Civil da Presidência da
República

RESOLUÇÃO Nº 96, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019

Opina pela qualificação do Hospital Fêmina em Porto Alegre/RS, para fins de estudos de alternativas de parcerias visando sua modernização e adaptações, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI.

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - CPPI, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, incisos I e V, alínea "a", o artigo 1º, § 1º, inciso II, e o artigo 4º, inciso III, todos da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016,

Considerando a necessidade de ampliar as oportunidades de investimento e emprego no País e de estimular o desenvolvimento econômico nacional, em especial por meio de ações centradas na ampliação e na melhoria da infraestrutura e dos serviços voltados ao cidadão;

Considerando a relevância do Hospital Fêmina para o estado do Rio Grande do Sul e sobretudo para o município de Porto Alegre, responsável por consultas e cirurgias;

Considerando a necessidade de inovar continuamente na gestão, buscando novas soluções para melhoria das condições de atendimento dos serviços de saúde; e

Considerando a necessidade de oferecer à população instalações hospitalares em condições de atendimento de normas técnicas vigentes, estrutura física segura e equipamentos modernos; resolve:

Art. 1º Opinar favoravelmente e submeter à deliberação do Presidente da República a qualificação, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI, do Hospital Fêmina em Porto Alegre/RS para fins de estudos de alternativas de parcerias visando sua modernização e adaptações para melhoria do atendimento ao público.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ONYX DORNELLES LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

MARTHA SEILLIER
Secretária Especial do Programa de Parcerias
de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIRETORIA DE AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO

DESPACHOS

DEFIRO o credenciamento da AR CASSTEC; Processo nº 00100.006194/2019-47.

DEFIRO o credenciamento da AR ETCETERA CORRETORA DE SEGUROS E INTERMEDIACOES EIRELI; Processo nº 00100.006879/2019-93.

ÂNGELA MARIA DE OLIVEIRA
Diretora

DESPACHOS

DEFIRO o pedido de credenciamento da Autoridade Certificadora de 2º nível - AC MULT, subordinada à AC SOLUTI, para emissão de certificados ICP-Brasil dos tipos A1, A3 e A4. Processo n° 00100.017907/2018-17.

DEFIRO o pedido de credenciamento da Autoridade Certificadora de 2º nível - AC CERTIFICA ANÁPOLIS, subordinada à AC SOLUTI para emissão de certificados ICP-Brasil dos tipos A1, A3 e A4. Processo n° 00100.017653/2018-37.

ÂNGELA MARIA DE OLIVEIRA
Diretora

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 3.635, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no exercício da atribuição que lhe foi conferida pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nos termos do art. 62, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 9.667, de 2 de janeiro de 2019; e do art. 1º da Portaria MAPA nº 212, de 18 de janeiro de 2019; e considerando as deliberações do Comitê Gestor do Selo Mais Integridade, constantes dos Processos SEI nºs 21000.076311/2019-38 e 21000.059700/2019-07, resolve:

Art. 1º Fica incluída no Art. 2º, da Portaria nº 3.366, de 31 de outubro de 2019, na forma homologada pelo Comitê Gestor, para fins da RENOVAÇÃO de premiação do Selo Mais Integridade, a empresa abaixo discriminada:

BUNGE ALIMENTOS S/A - CNPJ 84.046.101/0001-93.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS MONTES

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA
SERVIÇO DE SANIDADE VEGETAL

PORTARIA Nº 5.696, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O Chefe do Serviço de Sanidade Vegetal da Divisão de Defesa Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria Ministerial nº 1.429 de 26/06/2017, publicada no DOU de 28/06/2017, no uso de suas atribuições, que lhe confere o inciso XVI do artigo 267, concomitante com o artigo 274 e seu Parágrafo único e artigo 276 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto no Art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa SDA n° 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 4º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo Administrativo nº 21050.007777/2019-06, resolve:

Art. 1º Credenciar sob o nº BR-SC747, a empresa Luchezi Tratamento Térmico em Madeiras Ltda. - CNPJ 26.084.464/0001-17, situada na Rua Laudelino Schappo, 1, Vila do Salto, Luiz Alves/SC, para, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeiras, executar os seguintes tratamentos: TRATAMENTO TÉRMICO - HT.

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria será provisório por um ano e em não constatada nenhuma irregularidade neste período, este será convertido em definitivo por mais quatro (04) anos, mantido o mesmo número do credenciamento provisório, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento, conforme estipulado pela Instrução Normativa nº 66/2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JORGE JACINTO CALIXTO

SECRETARIA DE AQUICULTURA E DA PESCA

PORTARIA Nº 5.685, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Cancela, de ofício, a Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento Emalhe Costeiro de Fundo (corvina, pescadas, castanha e abrótea) Litorais Sul/Sudeste - código: 2.04.001 para a embarcação pesqueira "SANTA VITORIA M" e concede, em substituição, a Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento Emalhe Costeiro de Fundo (corvina, pescadas, castanha e abrótea) Litorais Sul/Sudeste - código: 2.04.001 para a embarcação "BENEDETTA I".

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições, que lhe confere o art. 21 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, esta resultante da conversão da Medida Provisória nº 870, de 2019, o art. 29 do anexo I ao Decreto nº 9.667, de 2 de janeiro de 2019, o art. 24 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, na Instrução Normativa SEAP/PR n.º 3, de 12 de maio de 2004 e na Instrução Normativa Interministerial MPA-MMA n.º 10, de 10 de junho de 2011, CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 21000.081780/2019-79, resolve:

Art. 1º Cancelar, de ofício, a Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento Emalhe Costeiro de Fundo (corvina, pescadas, castanha e abrótea) Litorais Sul/Sudeste - código: 2.04.001 para a embarcação pesqueira "SANTA VITORIA M", de propriedade da Empresa PRODUMAR EXPORTADORA DE PRODUTOS DO MAR LTDA., inscrita no SisRGP sob o n.º RS-0000559-8 e na Autoridade Marítima sob o n.º 443-011296-7.

Art. 2º Conceder, em substituição, a Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento Emalhe Costeiro de Fundo (corvina, pescadas, castanha e abrótea) Litorais Sul/Sudeste - código: 2.04.001 para a embarcação "BENEDETTA I", de propriedade de Jorge Luiz Rebelo, inscrita na Autoridade Marítima sob o n.º 443-011296-7.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JORGE SEIF JUNIOR

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 261, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 21, do Anexo I do Decreto nº 9.667, de 2 de janeiro de 2019, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.071407/2019-18, resolve:

Art. 1º Credenciar o Laboratório de Análise de Alimentos e Patologia Animal LTDA - ME, CNPJ nº 04.713.916/0001-40, localizado na Rua Paes Cabral, nº 228, Bairro Cordeiro, CEP: 50.630-170, Recife/PE, para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, por área de atuação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 86, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

1. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, o Ofício IBAMA nº 2100/2019 alterou a classificação ambiental do produto Malathion 500 EC Cheminova, registro nº 1598705, de Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente para Classe I - Altamente Perigoso ao Meio Ambiente.

2. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração da nomenclatura do endereço da empresa Excellence Indústria e Comércio de Produtos Biológicos Ltda. - Avenida das Laranjeiras, Quadra 45-A Lote 12, s/nº, Bairro: Parque Primavera, CEP: 74.913-122 - Aparecida de Goiânia/GO para Rua do Lírio, s/nº - Quadra 45 - Lote 24E CEP: 74.913-126, Bairro Parque Primavera - Aparecida de Goiânia/GO, esta alteração contempla os registros dos produtos onde esta conste como fabricante e/ou formulador, conforme processos nºs 21000.051401/2019-16 e 21000.051407/2019-93.

3. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Virtuoso 250 SC, registro nº 2411, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de cevada e milho, conforme processo nº 21000.054447/2018-14.

4. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o pleito de registro do produto Clorfenapir Técnico Dinagro, processo nº 21000.005246/2015-32, conforme processo nº 21000.087707/2019-19.

5. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, Art. 14 e Ofício nº 3257895194/ANVISA indeferimos o pleito de registro do produto Rotrazon 500 SC, processo nº 21000.041065/2016-51.

6. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Tyson 750 WG, registro nº 8913, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão da cultura da soja, conforme processo nº 21000.020523/2019-61.

7. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 16 de junho de 2014, no produto Tuit Florestal, registro nº 6504, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão da cultura de suporte fitossanitário insuficiente de

acácia, acácia negra, araucária, paricá, pinus, populus, seringueira e teca, conforme processo nº 21000.010560/2019-61.

8. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto ÁvidoBR, registro nº 27918, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de milho e soja e inclusão do alvo biológico Chrysodeixis includens na cultura de algodão, conforme processo nº 21000.042061/2018-51.

9. De acordo com o Artigo 22 §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante Poohun Photo-Chemical Co., Ltd. nº 11, Sandan-ro 68 Beon-gil, Danwon-gu, ansan-si, Gyeonggi-Do, República da Coréia, no produto Ortus Técnico 960, registro nº 3793, conforme processo nº 21000.013929/2018-14.

10. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada pelos órgãos federais de registro a alteração da formulação do produto Ortus 50 SC, registro nº 3893, conforme processo nº 21000.024780/2018-91.

11. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Bovéria-Turbo, registro nº 12516, foi aprovada a inclusão do fabricante Biovalens Ltda. - Uberaba/MG, e Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A. - São Joaquim da Barra/SP, conforme processo nº 21000.042238/2019-09.

12. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Xeque Mate, registro nº 10317, a exclusão do formulador Servatis S.A. - Resende/RJ, conforme processo nº 21000.014178/2018-45.

13. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Clorpirifos Técnico Rainbow, registro nº 19719, no produto Wild, registro nº 18618, conforme processo nº 21000.050109/2019-86.

14.De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Cletodim Técnico Alta III, registro nº 29718, no produto Cartago, registro nº 19018, conforme processo nº 21000.015187/2019-34.

15. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Cartago, registro nº 19018, foi aprovada a inclusão do formulador Zhejiang Zhongshan Chemical Industry Group Co., Ltd. - Changxing, Zhejiang - China, conforme processo nº 21000.015187/2019-34.

16. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Solus Indústria Química Ltda. - CNPJ Nº 21.203.489/0001-79 - Jandaia do Sul/PR, a importar o produto Difo 250 EC, registro nº 17119, conforme processo nº 21000.088709/2019-17.

17. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Tecnomyl do Brasil Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda. - CNPJ Nº 05.280.269/0001-92-Foz do Iguaçu/PR, Filial: CNPJ nº 05.280.269/0003-54 - Cuiabá/MT, CNPJ nº 05.280.269/0002-73 - Aparecida de Goiância/GO, a importar o produto Maxizato, registro nº 36518, conforme processo nº 21000.088626/2019-28.

18. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da razão social da empresa Gujarat Agrochem Ltd. - Plot 2901 a 2906, GDIC, Panoli Ankleshwar Dist. Bharuch, Gujarat, Índia, para Tagros Chemicals India Private Limited, mantendo o mesmo endereço, esta alteração contempla os registros dos produtos onde esta conste como fabricante e/ou formulador, conforme processo nº 21000.088734/2019-09.

19. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Perterra Insumos Agropecuários S.A. - CNPJ Nº 33.824.613/0001-00 - Itaim Bibi - São Paulo/SP, a importar os produtos Bamako 700 WG, registro nº 6009; Bazuka 216 SL, registro nº 3010; Cinelli 250 FS, registro nº 21517; Freno 240 EC, registro nº 13419; Grimectin, registro nº 5503; Jackpt 50 EC, registro nº 4211; Metsuram 600 WG, registro nº 14711; Mirza 480 SC, registro nº 7810; Odin 430 SC, registro nº 17408; Porcel 100 EC, registro nº 13717; Saluzi 600 FS, registro nº 4509; e Tyson 750 WG, registro nº 8913; conforme processo nº 21000.088843/2019-18.

20. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Imunit, registro nº 8806, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão da modalidade de aplicação aérea para a cultura do Citros, conforme processo nº 21000.024124/2018-98.

21. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, a exclusão do fabricante/formulador Vectorcontrol Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda. - Vinhedo/SP no produto Helymax EC, registro nº 31217, conforme processo nº 21000.088844/2019-62.

22. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do registro do produto Captain 500 WP, registro nº 8719, para Prize 500 WP, conforme processo nº 21000.088713/2019-85.

23. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o registro do produto Karathane Técnico 920 RHB, registro nº 6196, conforme processo nº 21000.088930/2019-75.

24. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o registro do produto Karathane EC, registro nº 6696, conforme processo nº 21000.088931/2019-10.

25. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o registro do produto Dominum EZ Forestry, registro nº 11718, conforme processo nº 21000.088932/2019-64.

26. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o registro do produto Wheater, registro nº 7414, conforme processo nº 21000.0088934/2019-53.

27. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o registro do produto Dominum EZ, registro nº 37417, conforme processo nº 21000.088944/2019-99.

28. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o registro do produto Prevail, registro nº 4910, conforme processo nº 21000.088945/2019-33.

29. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o registro do produto Trueno EZ, registro nº 37317, conforme processo nº 21000.088946/2019-88.

30. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o registro do produto Pramilho, registro nº 6709, conforme processo nº 21000.088947/2019-22.

31. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o registro do produto Enduro, registro nº 37217, conforme processo nº 21000.088949/2019-11.

32. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o registro do produto Polaris, registro nº 5401, conforme processo nº 21000.088950/2019-46.

33. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o registro do produto Grazon BR, registro nº 5404, conforme processo nº 21000.088951/2019-91.

34. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o registro do produto Gliz Plus, registro nº 7004, conforme processo nº 21000.088952/2019-35.

35. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o registro do produto Gliz 480 SL, registro nº 438898, conforme processo nº 21000. 088954/2019-24.

36. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o registro do produto Gallant NF, registro nº 4918, conforme processo nº 21000.088955/2019-79.

37. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o registro do produto Gallant Milho, registro nº 4018, conforme processo nº 21000.088959/2019-57.

38. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o registro do produto Gallant HL, registro nº 3718, conforme processo nº 21000.088960/2019-81.

39. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o registro do produto Gallant Mays, registro nº 3918, conforme processo nº 21000.088958/2019-11.

40. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o registro do produto Tiofanato Metílico Técnico Sanachem-AS, registro nº 1508800, conforme processo nº 21000.088965/2019-12.

41. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o registro do produto Atrazina Técnica Sanachem, registro nº 0896, conforme processo nº 21000.088962/2019-71.

42. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o registro do produto Space, registro nº 5601, conforme processo nº 21000.088966/2019-59.

43. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o registro do produto Aminamar, registro nº 548804, conforme processo nº 21000.088964/2019-60.

44. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o registro do produto MSMA Técnico Dow Agrosciences, registro nº 8695, conforme processo nº 21000.088969/2019-92.

45. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o registro do produto MSMA 720 Dow Agrosciences, registro nº 8795, conforme processo nº 21000.088970/2019-17.

46. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o registro do produto Smart, registro nº 1458704, conforme processo nº 21000.088967/2019-01 e 21000.088940/2019-19.

47. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o registro do produto Vexter, registro nº 0398, conforme processo nº 21000.088972/2019-14.

48. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o registro do produto Rapid, registro nº 1498704, conforme processo nº 21000.088974/2019-03.

49. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o registro do produto Lakree Fogging, registro nº 4596, conforme processo nº 21000.088976/2019-94.

50. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o pleito de registro do produto Prado, processo nº 21000.003450/2011-95, solicitação feita através do processo nº 21000.088961/2019-26.

51. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o pleito de registro do produto Hammer, processo nº 21000.005427/2012-16, solicitação feita através do processo nº 21000.088956/2019-13.

52. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o pleito de registro do produto Apache, processo nº 21000.006255/2012-06, solicitação feita através do processo nº 21000.088953/2019-80.

53. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o registro do produto Verdict HL, registro nº 3818, conforme processo nº 21000.088936/2019-42.

54. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o pleito de registro do produto Aminopiralide Ácido Técnico L, processo nº 21000.026754/2018-05, solicitação feita através do processo nº 21000.088933/2019-17.

55. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o pleito de registro do produto Picloram Ácido Técnico L, processo nº 21000.032862/2018-17, solicitação feita através do processo nº 21000.088935/2019-06.

56. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o pleito de registro do produto Togar UHL, processo nº 21000.005612/2014-72, solicitação feita através do processo nº 21000.088937/2019-97.

57. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o pleito de registro do produto Tarzec, processo nº 21000.047610/2016-12, solicitação feita através do processo nº 21000.088938/2019-31.

58. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o pleito de registro do produto Yuko, processo nº 21000.005286/2013-12, solicitação feita através do processo nº 21000.088939/2019-86.

59. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o pleito de registro do produto Stalax, processo nº 21000.004625/2013-43, solicitação feita através do processo nº 21000.088942/2019-08.

60. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o pleito de registro do produto Scorpion 80 WDG, processo nº 21000.006754/1994-89, solicitação feita através do processo nº 21000.088943/2019-44.

61. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Glyphosate Técnico Fuhua, registro nº 29218, no produto Glifosato 72 WG Alamos, registro nº 25119, conforme processo nº 21000.061757/2019-68.

62. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 16 de junho de 2014, no produto Xeque Mate, registro nº 10317, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de suporte fitossanitário insuficiente de amendoim ervilha, feijão-caupi, grão-de-bico, lentilha, banana, cacau, caju, fumo, mandioca, batata doce, batata yacon, beterraba, cará, cenoura, gengibre, inhame, mandioquinha-salsa, nabo, rabanete, uva, caqui, carambola, figo, goiaba e mangaba, conforme processo nº 21000.023381/2018-11.

63. De acordo com o Artigo 22 §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante Yacheng Huihuang Chemical Co., Ltd. - Zhongshan Road North, Binhai Economic Development Zone Coastal, Industrial Park Yacheng Jiangsu - China; no produto Tebuconazole Técnico OF, registro nº 37917, conforme processo nº 21000.017697/2018-65.

64. De acordo com o Artigo 22 §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante Jiangxi Zhonghe Chemical Industry Co. Ltd. - Nº 11, Rongqi Road, Yunshan Economic and Technological area In Xinghuo Industrial Park, Yougxiu County, Jiangxi Province - China; no produto Tebutiuron Técnico Ouro Fino, registro nº 8310, conforme processo nº 21000.018633/2018-81.

65. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Fipronil Técnico Tagros, registro nº 34317, no produto Terra Forte, registro nº 5416, conforme processo nº 21000.025502/2019-31.

66. De acordo com o Artigo 22 §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Jiangsu Good Harvest-Weien Agrochemical Co. Ltd. Laogang, Qidong City Jiangsu 226221, China; no produto Glifosato 480 SL Alamos, registro nº 39717, conforme processo nº 21000.031087/2019-55.

67. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Glyphosate Técnico Fuhua, registro nº 29218, no produto Glifosato 480 SL Alamos, registro nº 39717, conforme processo nº 21000.043342/2019-11.

68. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Glyphosate Técnico GHA, registro nº 14616, no produto Glifosato 480 SL Alamos, registro nº 39717, conforme processo nº 21000.043346/2019-91.

69. Tornar sem efeito o item 30 do Ato nº 65, de 06 de agosto de 2018, publicado na Seção 1 do Diário Oficial da União do dia 09 de agosto de 2018.

70. Tornar sem efeito o item 19 do Ato nº 65, de 06 de agosto de 2018, publicado na Seção 1 do Diário Oficial da União do dia 09 de agosto de 2018.

71. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão da cultura de café e citros e a inclusão dos alvos biológicos *Cenchrus echinatus, Digitaria sanguinalis, Eleusine indica, Galisoga parviflora, Solanum americanum, Amaranthus viridis, Raphanus raphaistrum, Leonorus sibiricus, Lepidium virginicum, Achyrocline satureioides Acanthospermum hispidum, Ageratum conyzoides, Commelina benghalensis, Ipomoea aristolochiaefolia* em algodão*;* e de *Cenchrus echinatus, Digitaria sanguinalis, Eleusine indica, Galinsoga parviflora, Solanum americanum,* Amaranthus viridis, Raphanus raphanistrum, Leonorus sibiricus, Lepidium virginicum, Achyrocline satureioides, Acanthospermum hispidum, Ageratum conyzoides, Commelina benghalensis e Ipomoea aristolochiaefolia em cana-de-açúcar; no produto Abone, registro nº 12014, conforme processo nº 21000.030321/2018-46.

72. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico 2,4-D Técnico Agrisor, registro nº 20418, no produto Navajo, registro nº 1903, conforme processo nº 21000.005338/2019-46.

73. Tornamos sem efeito o item 9 do Ato nº 51 de 30 de julho de 2019, publicado na Seção 1 do Diário Oficial da União no dia 01 de agosto de 2019.

74. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da composição do produto Glifosate Técnico Monsanto, registro nº 1998, conforme processo nº 21000.053102/2017-54.

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral

RETIFICAÇÕES

No DOU de 09 de agosto de 2018, em Ato nº 64, Seção 1, itens 26 e 55, pág. 8, onde se lê: ... Nome comum: Lambda-Cialotrina, leia-se: ... Lambda-Cialotrina + Acetamiprido, nome químico: Reaction product comprising equal quantities of (R)-alfa-cyano-3-phenoxybenzyl (1S,3S)-3[(Z)-2-chloro-3,3,3-trifluoropropenyl]-2,2-domethylcyclopropanecarboxylate and (S)-alfa-cyano-3-phenoxybenzyl(1R,3R)-3-[(Z)-2-chloro-3,3,3-trifluoropropenyl]-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate, nome químico: Reaction product comprising equal quantities of (R)-alfa-cyano-3-phenoxybenzyl (1S,3S)-3-[(Z)-2-chloro-3,3,3-trifluoropropenyl]-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate and (S)-alfa-cyano-3-phenoxybenzyl(1R,3R)-3-[(Z)-2-chloro-3,3,3-trifluoropropenyl]-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate + (E)-N1-[6-chloro-3-pyridyl)methyl]-N2-cyano-N1-methylacetamidine conforme processos nºs 21000.031933/2018-56 e 21000.031930/2018-12.

No DOU de 09 de agosto de 2018, em Ato nº 64, Seção 1, item 27, pág. 8, onde se lê: ... nome comum: Benzoato de Emamectina, leia-se: ... nome comum: Benzoato de Emamectina + Lufenurom, nome químico: Mistura contendo 90% de 2,6-dideoxi-3-0-metil-4-0-(2,4,6-trideoxi-3-0-metil-4-metilamino-a-L-lixohexopiranosil-a-L-arabino-hexapiranosida de (10E,14E,16E,22Z)(1R,48,5'8,68,6'R,8R,128,138,20R,21R,248)-6'-[(8)-secbutil]-21,24-dihidroxi-5'-,11,13,22-tetrametil-2-oxo-3,7,19, trioxatetraciclo[15.6.1.14,8.020,24]pentacosa-10,14,16,22-tetraeno-6-espiro-2'-(51-6'-dihidro-2'H-piran)-12ila e 1 0 % de 2,6-dideoxi-3-0-metil-4-0(2,4,6-trideoxi-3-0-metil-4-metilamino-a-L-lixo-hexopiranosil)-a-larabinohexapiranosidade(10E,14E,16E,22Z)-(1R,48,5'8,68,6'R,8R,128,138,20R,21 R,248)-21,24-dihidroxi-6'-isopropil-5'-11, 13,22-tetrametil-2-oxo-3,7, 19-trioxatetraciclo[15.6.1.14,8.020,24]pentacosa-10,14, 16,22-tetraeno-6-espiro-2'-(5'-6' dihidro-2'H-piran)-12-ila, leia-se: ... Mixture containing 90% of (10E,14E,16E)-(1R,4S,5'S,6S,6'R,8R,12S,13S,20R,21R,24S)-6'-[(S)-sec-butyl]-21,24-dihydroxy-5',11,13,22-tetramethyl-2-oxo-3,7,19-trioxatetracyclo [$15.6.1.1^{4}$ $^{8.020.24}$]pentacosa-10,14,16,22-tetraene-6-spiro-2'-(5',6'-dihydro-2'H-pyran)-12-yl 2,6-dideoxy-3-O-methyl-4-O-(2,4,6-trideoxy-3-O-methyl-4-methylamino-alfa-L-lyxo-hexopyranosyl)-alfa-L-arabino-hexopyranoside benzoate and 10% OF (10e,14e,16e)-(1R,4S,5'S,6S,6'R,8R,12S,13S,20R,21R,24S)-21,24-dihydroxy-6'-isopropyl-5',11,13,22-tetramethyl-2-oxo-3,7,19-trioxatetracyclo[$15.6.1.1^{4.8}$ $O^{20.24}$]pentacosa-10,14,16,22-tetraene-6-spiro-2'-(5',6'-dihydro-2'H-pyran)-12-yl 2,6-dideoxy-3-O-methyl-4-O-(2,4,6-trideoxy-3-O-methyl-4-methylamino-alfa-L-lyxo-hexopyranosyl)-alfa-L-arabino-hexopyranoside benzoate + (RS)-1-[2,5-dichloro-4-(1,1,2,3,3,3-hexafluoropropoxy)phenyl]-3-(2,6-difluorobenzoyl)urea conforme processo nº 21000.031934/2018-09.

No DOU de 09 de agosto de 2018, em Ato nº 64, Seção 1, item 95, pág. 10, onde se lê: ... Nome comum: Alfacipermetrina, Nome químico: (S)-alfa-ciano-3-fenoxibenzil (1R,3R)-3-(2,2-diclorovinil)-2,2- (R)-alfa-ciano-3-fenoxibenzil (1s,3s)-3-(2,2-diclorovinil)-2,2-dimetilciclopropanocarboxilato, leia-se: ... Nome comum: Alfacipermetrina + Dinotefuran, nome químico: racemate comprising (S)-alfa-cyano-3-phenoxybenzyl (1R,3R)-3-(2,2-dichlorovinyl)-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate + (RS)-1-methyl-2-nitro-3-(tetrahydro-3-furylmethyl)guanidine conforme processo nº 21000.031411/2018-54.

No DOU de 03 dezembro de 2019, em Ato nº 85, Seção 1, item 3, pág. 10, onde se lê: ... registro nº 2012, leia-se: ... registro nº 1814.

No DOU de 03 de dezembro de 2019, em Ato nº 85, Seção 1, item 31, pág. 11, onde se lê: ... registro nº 17219, leia-se: ... registro nº 25119.

No DOU de 03 de dezembro de 2019, em Ato nº 85, Seção 1, item 52, pág. 11, onde se lê: ... Penoxsulam Técnico CS, leia-se: ... Penoxsulam Técnico CX.

onde se lê: ... Penoxsulam Técnico CS, leia-se: ... Penoxsulam Técnico CX.

ATO N° 87, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV, do Art. 162 da Portaria n° 99, de 12 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA n° 05, de 2 de abril de 2012, resolve:

1. Autorizar o uso de produtos já registrados no Brasil à base da mistura dos ingredientes ativos imidacloprido, na concentração de 100 g/L, e beta-cliflutrina, na concentração de 12,5 g/L, para o tratamento de sementes de Sansevieria (*Sansevieria spp.*) com a finalidade de controle de *Bemisia tabaci* e *Thrips palmi,* exclusivamente para exportação à Comunidade Européia, com o objetivo de cumprir os requisitos fitossanitários estabelecidos por este país, conforme o processo n° 21014.002884/2019-76.

2. Autorizar o uso de produtos já registrados no Brasil à base da mistura dos ingredientes ativos imidacloprido, na concentração de 100 g/L, e beta-cliflutrina, na concentração de 12,5 g/L para o tratamento de sementes de Mandacaru (*Cereus jamacaru*) com a finalidade de controle de *Bemisia tabaci* e *Thrips palmi,* exclusivamente para exportação à Comunidade Européia, com o objetivo de cumprir os requisitos fitossanitários estabelecidos por este país, conforme o processo n° 21014.002885/2019-11.

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral

COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO FITOSSANITÁRIA INTERNACIONAL

COORDENAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 115, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares em cumprimento ao art. 46 da Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, resolve tornar público o DEFERIMENTO dos pedidos de proteção de cultivar das espécies relacionadas:

ESPÉCIE	DENOMINAÇÃO	PROTOCOLO Nº
Glycine max (L.) Merr.	FTR 4182 IPRO	21806.000116/2017
Chrysanthemum L.	DLFPANCR6	21806.000290/2017
Chrysanthemum L.	DLFEIR1	21806.000296/2017
Phalaenopsis Blume	Phalfoudi	21806.000035/2018
Glycine max (L.) Merr.	C7370IPRO	21806.000124/2018
Glycine max (L.) Merr.	NS7780IPRO	21806.000211/2018
Chrysanthemum × morifolium Ramat.	DLFPICA4	21806.000259/2018
Daucus carota L.	H8LC	21806.000063/2019

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação desta Decisão.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador do SNPC

DECISÕES DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao disposto no art. 24, da Lei nº 9456, de 25 de abril de 1997, DEFERE os pedidos de transferências de titularidade das cultivares de algodão (*Gossypium hirsutum* L.), da tabela seguinte, conforme as decisões abaixo:

DENOMINAÇÃO	Nº PROCESSO	Nº CERT. DEFINITIVO
FM 993	21806.000525/2005	893
FM 910	21806.000523/2006	20110119
FM 966LL	21806.000021/2008	1279
FM 982GL	21806.000035/2014	20150031
FM 944GL	21806.000036/2014	20150030
FM 940GLT	21806.000056/2015	20160025
FM 980GLT	21806.000057/2015	20150230
FM 913GLT	21806.000058/2015	20160026
BS 2106 GL	21806.000064/2015	20150231
VB 1370GLT	21806.000037/2016	20170107
FM 983GLT	21806.000038/2016	20170108
FM 954GLT	21806.000039/2016	20170109
FM 906GLT	21806.000147/2017	20180163
FM 985GLTP	21806.000307/2017	20180247

Nº 116 - Transferência de titularidade de Bayer Cropscience LP, dos Estados Unidos da América para BASF SE, da Alemanha;

Nº 117 - Transferência de titularidade de BASF SE, da Alemanha, para BASF Agricultural Solutions Seeds US LLC, dos Estados Unidos da América.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador do SNPC

SECRETARIA DE INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO RURAL E IRRIGAÇÃO

PORTARIA Nº 98, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO RURAL E IRRIGAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 25 e 53 do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 e no Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016 e o que consta do Processo nº 21000.042380/2016-03, resolve:

Art. 1º Submeter à consulta pública, por um prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Portaria, o Projeto de Instrução Normativa, ANEXO I da presente Portaria, que aprova a lista de plantas ornamentais utilizados nas atividades agrícolas que foram introduzidas no território nacional.

Parágrafo único. O Projeto de Instrução Normativa citado no caput deste artigo estará disponível na rede mundial de computadores, no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento através do endereço http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/tecnologia-agropecuaria/recursos-geneticos-1/especies-introduzidas

Art. 2º O objetivo da presente Consulta Pública é permitir a ampla divulgação do Projeto de Instrução Normativa, para receber sugestões ou comentários de órgãos, entidades ou pessoas interessadas.

Parágrafo Único. As sugestões e comentários previstos no caput serão públicas e, portanto, poderão ser visualizadas por qualquer contribuinte.

Art. 3º As sugestões advindas desta Portaria, tecnicamente fundamentadas, deverão ser encaminhadas no formato de planilha editável, conforme exemplo abaixo, por escrito, para a Coordenação-Geral de Novos Insumos e Serviços, do Departamento de Apoio à Inovação para Agropecuária, da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 7º andar, Sala 740, CEP 70.043- 900, Brasília/DF, ou enviadas para o endereço eletrônico: drg.cgq@agricultura.gov.br

Nome Completo (pessoa física ou jurídica responsável pela sugestão):	
Endereço (pessoa física ou jurídica responsável pela sugestão):	
Cidade:	UF:
Telefone: ( )	E-mail:
Segmento de Atuação:	
Texto publicado na Consulta Pública:	Sugestão de inclusão, exclusão ou nova redação para o texto publicado na Consulta Pública:
Justificativa tecnicamente embasada para a sugestão apresentada:	

Parágrafo único. Os critérios para aceitação das sugestões de alteração, inclusão ou exclusão nos textos levarão em conta a obediência aos demais ditames legais e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Art. 4º A inobservância de qualquer inciso do Art. 3° desta Portaria, implicará na recusa automática da sugestão ou comentário encaminhado.

Art. 5º Findo o prazo estabelecido no Art. 1° desta Portaria, a Coordenação-Geral de Novos Insumos e Serviços (CGNIS/DIAGRO/SDI) deverá avaliar as sugestões recebidas e procederá com as adequações pertinentes.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO ALVES CORRÊA NETO

ANEXO I

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº__, DE__DE__DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, no Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, e o que consta do Processo no 21000.042380/2016-03, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo da Instrução Normativa Nº 3, de 20 de março de 2019 para atualizar a Lista de Referência de Espécies Vegetais, incluindo as espécies ornamentais introduzidas no Território Nacional, na forma do Anexo desta Instrução Normativa e conforme divulgado no sítio eletrônico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, disponível no portal: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/tecnologiaagropecuaria/recursos-geneticos-1

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

TEREZA CRISTINA CORRÊA DA COSTA DIAS
Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ANEXO I

Espécies de plantas ornamentais que foram introduzidas no território nacional.

Espécie (nome científico)	Nome Comum	Forma populações espontâneas
Abelia × grandiflora (Rovelli ex André) Rehder	Abélia-da-china	NÃO
Abutilon darwinii Hook.f.	Sino-amarelo, Falso-algodão	NÃO
Abutilon hybridum Voss	Abutilon	NÃO
Acalypha chamaedrifolia (Lam.) Müll.Arg.	Acalifa-rasteira, Rabo-de-gato	NÃO
Acalypha hispida Burm.f.	Acalifa-macarrão, Rabo-de-gato	NÃO
Acalypha wilkesiana Müll.Arg.	Acalifa, Crista-de-peru, Rabo-de-macaco	SIM
Acer palmatum Thunb.	Bôrdo-japonês, Ácer, Ácer-japonês, Ácer-palmato, Bordo-japonês-vermelho	NÃO
Achillea millefolium	Aquiléia, Mil-folhas	NÃO
Acianthera geminicaulina (Ames) Pridgeon & M.W.Chase	Orquídea	NÃO
Acianthera scalpricaulis (Luer) Pridgeon & M.W.Chase	Orquídea	NÃO
Acineta beyrodtiana Schltr.	Orquídea	NÃO
Acineta superba (Kunth) Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Acorus	Capim-acorus	NÃO
Adenium obesum (Forssk.) Roem. & Schult.	Rosa-do-deserto	NÃO
Adenoncos parviflora Ridl.	Orquídea	NÃO
Adonidia merrillii (Becc.) Becc.	Palmeira-véitia-merriles, Palmeira-de-manila	NÃO
Adonis aestivalis L.	Adonis	NÃO
Adromischus phillipsiae (Marloth) Poelln.	Adromischus	NÃO
Aechmea drakeana André	Bromélia	NÃO
Aechmea lasseri L.B.Sm.	Bromélia	NÃO
Aechmea pubescens Baker	Bromélia	NÃO
Aerides crassifolia C.S.P.Parish ex Burb.	Orquídea	NÃO
Aerides flabellatum Rolfe ex Downie	Orquídea	NÃO
Aerides houlletiana Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Aerides multiflora Roxb.	Orquídea	NÃO
Afrocarpus falcatus (Thunb.) C.N.Page	Podocarpus	NÃO
Agapanthus africanus (L.) Hoffmanns.	Agapanto	NÃO
Agastache rugosa (Fisch. & C. A. Mey.) Kuntze	Asgatache	NÃO
Agave americana L.	Agave-azul, Piteira-azul, Pita, Pita-azul	NÃO
Agave attenuata Salm-Dyck	Agave-dragão, Tromba-de-elefante	NÃO
Agave mitis Salm-Dyck var. *albidior* (Salm-Dyck) B.Ullrich	Agave	NÃO
Agave salmiana Otto ex Salm-Dyck	Agave	NÃO
Agave sisalana Perrine	Piteira-azul	NÃO
Agave vivipara L.	Agave	NÃO
Ageratum houstonianum Mill.	Agerato	NÃO
Aglaonema commutatum Schott	Aglaonema, Café-de-salão	NÃO
Agrostophyllum majus Hook.f.	Orquídea	NÃO
Ajuga reptans L.	Ajuga	NÃO
Alcea rosea L.	Malva-rosa, Malvarisco	NÃO
× *Aliceara*	Cambria	NÃO
Alocasia × mortfontanensis André	Punhal-malaio	NÃO
Alocasia cucullata (Lour.) G.Don	Alocásia, Inhame-chinês	NÃO
Alocasia sanderiana W.Bull	Alocásia	NÃO
Aloe arborescens Mill.	Aloe-candelabro	NÃO
Aloe maculata All.	Aloe-sabão	NÃO
Aloe vera (L.) Burm.f.	Babosa, babosa medicinal	NÃO
Alpinia purpurata (Vieill.) K.Schum.	Panamá	NÃO
Alpinia vittata W.Bull	Gengibre-variegado	NÃO
Alpinia zerumbet (Pers.) B.L.Burtt & R.M.Sm.	Gengibre concha	NÃO
Alternanthera bettzickiana (Regel) G.Nicholson	Periquito-vermelho	SIM
Alyssum	Alyssum	NÃO
Amaranthus tricolor L.	Amaranto, Bredo, Caruru-vermelho, Tampala	NÃO
Ammi majus L.	Ammi	NÃO
Anathallis regalis (Luer) Pridgeon & M.W.Chase	Orquídea	NÃO
Anemone coronaria L.	Anêmona	NÃO

Angraecum calceolus Thouars	Orquídea	NÃO
Angraecum eburneum Bory	Orquídea	NÃO
Angraecum eichlerianum Kraenzl.	Orquídea	NÃO
Angraecum leonis (Rchb.f.) André	Orquídea	NÃO
Angraecum sesquipedale Thouars	Orquídea	NÃO
Anguloa × ruckeri Lindl.	Orquídea	NÃO
Anguloa clowesii Lindl.	Orquídea, Anguloa	NÃO
Anguloa uniflora Ruiz & Pav.	Orquidea	NÃO
Anguloa virginalis Linden ex B.S.Williams	Orquídea	NÃO
Ansellia africana Lindl.	Orquidea	NÃO
Anthurium andraeanum Linden ex André	Antúrio	NÃO
Anthurium scherzerianum Schott	Antúrio	NÃO
Antigonon leptopus Hook. & Arn.	Amor-agarradinho	NÃO
Antirrhinum majus L.	Boca-de-leão, Snapdragon	NÃO
Aphelandra arborea (Mill.) M.R.Almeida	Camarão-coral, Espiga-coral	NÃO
Aquilegia flabellata Siebold & Zucc.	Aquilégia	NÃO
Arabis planisiliqua (Pers.) Rchb.	Arabis	NÃO
Arachnis flos-aeris (L.) Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Araucaria columnaris (G. Forst.) Hook.	Pinheiro, Pinheiro-de-Cook, Pinheiro-de-natal, Pinheiro-alemão	NÃO
Archontophoenix alexandrae (F.Muell.) H. Wendl. & Drude	Serafólia, Palmeira rainha, Palmeira-beatriz, Palmeira real	NÃO
Archontophoenix cunninghamiana (H.Wendl.) H. Wendl. & Drude	Palmeira-ciaforte, Seafortia	NÃO
Arctotis arctotoides (L.f.) O.Hoffm.	Arctotis	NÃO
Arctotis fastuosa Jacq.	Venídio	NÃO
Ardisia crispa (Thunb.) A.DC.	Ardisia	NÃO
Areca catechu L.	Palmeira-betel, Noz-de-betel	NÃO
Areca guppyana Becc.	Palmeira-areca	NÃO
Areca triandra Roxb. ex Buch.-Ham.	Palmeira-areca-trianda, Palmeira-areca	NÃO
Areca vestiaria Giseke	Palmeira-areca-dourada, Palmeira-areca-vestiária	NÃO
Arenga caudata (Lour.) H.E.Moore	Palmerinha-rabo-de-peixe	NÃO
Arenga engleri Becc.	Palmeira-arenga	NÃO
Argyranthemum foeniculaceum (Willd.) Webb ex Sch.Bip.	Margarida-glauca	NÃO
Argyranthemum frutescens (L.) Sch.Bip.	Crisântemo, Margarida	NÃO
Ariocarpus fissuratus (Engelm.) K.Schum.	Cactus	NÃO
Armeria splendens (Lag. & Rodr.) Webb	Arméria	NÃO
Arpophyllum giganteum Hartw. ex Lindl.	Orquídea, Arpofilum	NÃO
Arundina graminifolia (D.Don) Hochr.	Orquídea-bambu	NÃO
Ascocentrum ampullaceum (Roxb.) Schltr.	Orquídea	NÃO
Ascocentrum curvifolium (Lindl.) Schltr.	Orquídea	NÃO
Ascocentrum miniatum (Lindl.) Schltr.	Orquídea	NÃO
Aspasia epidendroides Lindl.	Orquídea	NÃO
Aspasia psittacina (Rchb.f.) Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Asplenium nidus L.	Asplenium	NÃO
Astrophytum capricorne (A. Dietr.) Britton & Rose	Cactus	NÃO
Astrophytum myriostigma Lem.	Cactus	NÃO
Astrophytum ornatum (DC.) Britton & Rose	Cactus	NÃO
Asystasia gangetica (L.) T.Anderson	Asistásia-branca, Coromandel	NÃO
Aubrietia	Aubrietia	NÃO
Aurinia saxatilis (L.) Desv.	Alyssum	NÃO
Barbosella cucullata (Lindl.) Schltr.	Orquídea	NÃO
Barleria cristata L.	Barléria, Violeta-filipina	NÃO
Bauhinia vahlii Wight & Arn.	Bauhinia-gigante	NÃO
Beaucarnea recurvata Lem.	Pata-de-elefante, Biucarnea	NÃO
Begonia boliviensis A.DC.	Begonia	NÃO
Bellis perennis L.	Belis, Margaridinha	NÃO
Benzingia caudata (Ackerman) Dressler	Orquídea	NÃO
Bignonia magnifica W.Bull	Sariteia, Trepadeira-sariteia	NÃO
Bismarckia nobilis Hildebr. & H.Wendl.	Palmeira-de-bismarck	NÃO
Blossfeldia liliputana Werderm.	Cactus	NÃO
Brachionidium kuhniarum Dressler	Orquídea	NÃO
Brachionidium rugosum Luer & Hirtz	Orquídea	NÃO

Brachionidium simplex Garay	Orquídea	NÃO
Brachycome multifida DC.	Margarida-das-pedras	NÃO
Brassavola nodosa (L.) Lindl.	Orquídea	NÃO
Brassia andina (Rchb.f.) M.W.Chase	Orquídea	NÃO
Brassia jipijapensis Dodson & N.H.Williams	Orquídea	NÃO
Brassia maculata R.Br.	Orquídea	NÃO
Brassia ocanensis Lindl.	Orquídea	NÃO
Brassia pozoi (Dodson & N.H.Williams) Senghas	Orquídea	NÃO
Breynia disticha J.R.Forst. & G.Forst.	Mil-cores, Arbusto-de-neve, Folha-de-seda	NÃO
Browallia americana L.	Brovália	SIM
Browallia speciosa Hook.	Brovália	NÃO
Brugmansia suaveolens (Humb. & Bonpl. ex Willd.) Bercht. & J.Presl	Trombeteira, Trombeta-de-anjo	SIM
Bryobium hyacinthoides (Blume) Y.P.Ng & P.J.Cribb	Orquídea	NÃO
Bulbine frutescens (L.) Willd.	Bulbine, Cebolinha-de-jardim	NÃO
Bulbophyllum acuminatum (Ridl.) Ridl.	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum affine Wall. ex Lindl.	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum ambrosia (Hance) Schltr.	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum auratum (Lindl.) Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum bulhartii Sieder & Kiehn	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum careyanum (Hook.) Spreng.	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum clandestinum Lindl.	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum crassipes Hook.f.	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum cumingii (Lindl.) Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum dentiferum Ridl.	Orquídea	NÃO

Bulbophyllum echinolabium J.J.Sm.	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum falcatum (Lindl.) Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum flabellum-veneris (J.Koenig) Aver.	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum gracillimum (Rolfe) Rolfe	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum lasiochilum E.C.Parish & Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum laxiflorum (Blume) Lindl.	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum lobbii Lindl.	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum longiflorum Thouars	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum medusae (Lindl.) Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum ornatissimum (Rchb.f.) J.J.Sm.	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum patens King ex Hook.f.	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum pecten-veneris (Gagnep.) Seidenf.	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum protractum Hook.f.	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum pulchellum Ridl.	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum rigidum King & Pantl.	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum rothschildianum (O'Brien) J.J.Sm.	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum rufinum Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum saltatorium Lindl.	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum saltatorium Lindl. var. calamarium (Lindl.) J.J.Verm.	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum scaberulum (Rolfe) Bolus	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum steyermarkii Foldats	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum tremulum Wight	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum vaginatum (Lindl.) Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Bulbophyllum wendlandianum (Kraenzl.) Dammer	Orquídea	NÃO
×*Burrageara*	Cambria	NÃO
Buxus sempervirens L.	Buxinho, Buxo	NÃO
Caesalpinia pulcherrima (L.) Sw.	Flamboyãzinho	NÃO
Calceolaria × herbeohybrida Voss	Calceolária, Sapatinho-de-vênus	NÃO
Calendula officinalis L.	Calêndula, Maravilha-do-jardim	NÃO
Calibrachoa caesia (Sendtn.) Wijsman	Calibracoa	NÃO
Calliandra haematocephala Hassk.	Esponja	NÃO
Callisia warszewicziana (Kunth & C.D.Bouché) D.R.Hunt	Espironema, Tripogandra	NÃO
Callistemon salignus (Sm.) Colv. ex Sweet	Calistemo, Calistemo-branco, Escova-de-garrafa	NÃO
Callistemon viminalis (Sol. ex Gaertn.) G.Don	Calistemo, Calistemo-vermelho, Escova-de-garrafa-pendente	NÃO
Callistephus chinensis (L.) Nees	Aster-da-china, Rainha-margarida	NÃO
Callostylis rigida Blume	Orquídea	NÃO

Camellia japonica L.	Camelia	NÃO
Campanula carpatica Jacq.	Campainha, Campânula	NÃO
Campanula isophylla Moretti	Campânula	NÃO
Campanula medium L.	Campainha-dos-jardins, Campânula	NÃO
Campanulorchis globifera (Rolfe) Brieger	Orquídea	NÃO
Campsis radicans (L.) Seem.	Campsis	NÃO
Campylocentrum colombianum Schltr.	Orquídea	NÃO
Cananga odorata (Lam.) Hook.f. & Thomson	Árvore-perfume	NÃO
Canna × generalis L.H. Bailey & E.Z. Bailey	Bananeirinha-da-índia, Bananeirinha-de-jardim, Beri, Biri	NÃO
Carpentaria acuminata (H. Wendl. & Drude) Becc.	Palmeira-carpentária	NÃO
Caryopteris incana (Thunb. ex Houtt.) Miq.	Cariopteris, carióptera	NÃO
Caryota mitis Lour.	Cariota-de-touceira, Palmeira-rabo de peixe	NÃO
Caryota urens L.	Palmeira-rabo-de-peixe, Palmeira-toddy	NÃO
Catasetum expansum Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Catasetum macroglossum Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Catasetum microglossum Rolfe	Orquídea	NÃO
Catasetum napoense Dodson	Orquídea	NÃO
Catasetum tabulare Lindl.	Orquídea	NÃO
Catharanthus roseus (L.) G.Don	Maria-sem-vergonha, Vinca	SIM
Catopsis morreniana Mez	Bromélia	NÃO
Cattleya × brasiliensis Klinge	Catléia, Orquídea	NÃO
Cattleya × hardyana A.J.Hardy ex B.S. Williams	Catléia, Orquídea	NÃO
Cattleya × hybrida H.J. Veitch	Catléia, Orquídea	NÃO
Cattleya dolosa Rchb.f.	Catléia, Orquídea	NÃO
Cattleya gaskelliana (N.E.Br.) B.S.Williams	Catléia, Orquídea	NÃO
Cattleya intermedia Graham ex Hook.	Catléia, Orquídea	NÃO
Cattleya iricolor Rchb.f.	Catléia, Orquídea	NÃO
Cattleya maxima Lindl.	Catléia, Orquídea	NÃO
Cattleya mendelli Dombrain	Catléia, Orquídea	NÃO
Cattleya mooreana Withner, Allison & Guenard	Catléia, Orquídea	NÃO
Cattleya mossiae C.Parker ex Hook.	Catléia, Orquídea	NÃO
Cattleya quadricolor Lindl.	Catléia, Orquídea	NÃO
Cattleya trianae Linden & Rchb.f.	Catléia, Orquídea	NÃO
Caucaea alticola (Stacy) N.H.Williams & M.W.Chase	Orquídea	NÃO
Caucaea andigena (Linden & Rchb.f.) N.H.Williams & M.W.Chase	Orquídea	NÃO
Caucaea nubigena (Lindl.) N.H.Williams & M.W.Chase	Orquídea	NÃO
Caucaea olivacea (Kunth) N.H.Williams & M.W.Chase	Orquídea	NÃO
Caucaea phalaenopsis (Linden & Rchb.f.) N.H.Williams & M.W.Chase	Orquídea	NÃO
Caucaea sanguinolenta (Lindl.) N.H.Williams & M.W.Chase	Orquídea	NÃO
Caularthron bilamellatum (Rchb.f.) R.E.Schult.	Orquídea	NÃO
Cedrus libani A.Rich.	Cedro-do-líbano	NÃO
Celosia argentea L.	Celósia-plumosa	SIM
Centrostemma coriaceum Meisn.	Flor-de-cera	NÃO
Cephalocereus senilis (Haw.) Pfeiff.	Cactus	NÃO
Cerastium tomentosum L.	Cerástio, Estrela-de-jerusalém	NÃO
Cereus forbesii C.F.Först.	Cacto-espiral	NÃO
Cestrum nocturnum L.	Dama-da-noite, Flor-da-noite, Jasmim-da-noite	NÃO
Chamaecyparis flifera Veitch ex Senecl.	Macarrão	NÃO
Chamaecyparis lawsoniana (A.Murray bis) Parl.	Tuia, Falso-cipreste, Pinheiro-prateado, Cipreste-de-lawson, Cipreste-nevado	NÃO
Chamaecyparis pisifera (Siebold & Zucc.) Endl.	Pássaro-azul	NÃO
Chamaecyparis thyoides (L.) Britton, Sterns & Poggenb.	Nana-legílitima, Nana-verdadeira	NÃO
Chamaedorea brachypoda Standl. & Steyerm.	Chamadorea-bambu	NÃO
Chamaedorea cataractarum Mart.	Palmeira-cascata	NÃO
Chamaedorea costaricana Oerst.	Camedórea-de-costa-rica	NÃO
Chamaedorea elegans Mart.	Palmeira-bambú	NÃO
Chamaedorea ernesti-augusti H.Wendl.	Palmeirinha-de-ernesto	NÃO
Chamaedorea metallica O.F.Cook ex H.E.Moore	Palmeirinha-metálica	NÃO
Chamaedorea microspadix Burret	Palmeirinha-de-touceira	NÃO
Chamaedorea seifrizii Burret	Camedórea-bambu	NÃO
Chamaerops humilis L.	Palmeira-de-leque-da-europa	NÃO

Chamelaucium uncinatum Schauer	Flor-de-cera, Wax-flower	NÃO
Chaubardia klugii (C. Schweinf.) Garay	Orquídea	NÃO
Chaubardiella dalessandroi Dodson & Dalström	Orquídea	NÃO
Chaubardiella hirtzii Dodson	Orquídea	NÃO
Cheiranthus cheiri L.	Aleli-amarelo	NÃO
Chiloschista parishii Seidenf.	Orquídea	NÃO
Chlorophytum comosum (Thunb.) Jacques	Clorofito, Gravatinha	NÃO
Chlorophytum orchidastrum Lindl.	Clorofita	NÃO
Chondrosum gracile Kunth	Grama-azul	NÃO
Christensonella nardoides (Kraenzl.) Szlach., Mytnik, Górniak & Smiszek	Orquídea	NÃO
Chrysanthemum carinatum Schousb.	Crisântemo	NÃO
Chrysanthemum coronarium L.	Crisântemo, Malmequer-amarelo	NÃO
Chrysanthemum indicum L.	Crisântemo	NÃO
Chrysanthemum morifolium Ramat.	Crisântemo, Crisântemo-da-china	NÃO
Cineraria	Cinerária	NÃO
Cischweinfia dasyandra (Rchb.f.) Dressler & N.H.Williams	Orquídea	NÃO
Cischweinfia popowiana Königer	Orquídea	NÃO
Clarkia amoena (Lehm.) A. Nelson & J. F. Macbr. subsp. whitneyi (A.Gray) H.F.Lewis & M.R.Lewis	Godétia	NÃO
Clarkia amoena (Lehm.) A.Nelson & J.F.Macbr.	Flor-de-setim, Godétia	NÃO
Clarkia unguiculata Lindl.	Clárquia	NÃO
Clerodendrum chinense (Osbeck) Mabb	Clerodendron-branco-perfumado	NÃO
Clerodendrum paniculatum L.	Pagoda-flor	NÃO
Clerodendrum quadriloculare (Blanco) Merr.	Clerodendro-de-folhas-roxa	NÃO
Clerodendrum speciosissimum Drapiez	Clerodendro	NÃO
Clerodendrum splendens G. Don	Clerodendro	NÃO
Clerodendrum thomsoniae Balf. f.	Lágrima-de-cristo, Clerodendro-trepador	NÃO
Clowesia rosea Lindl.	Orquídea	NÃO
Clusia rosea Jacq.	Clusia	SIM
Cobaea scandens Cav.	Cabacinha	SIM
Codiaeum variegatum (L.) Rumph. ex A.Juss.	Cróton	NÃO
Coelogyne cristata Lindl.	Orquídea	NÃO
Coelogyne cumingii Lindl.	Orquídea	NÃO
Coelogyne fimbriata Lindl.	Orquídea	NÃO
Coelogyne flaccida Lindl.	Orquídea	NÃO
Coelogyne fuscescens Lindl.	Orquídea	NÃO
Coelogyne huettneriana Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Coelogyne lawrenceana Rolfe	Orquídea	NÃO
Coelogyne nitida (Wall. ex D.Don) Lindl.	Orquídea	NÃO
Coelogyne pandurata Lindl.	Orquídea	NÃO
Coelogyne prolifera Lindl.	Orquídea	NÃO
Coelogyne pulverula Teijsm. & Binn.	Orquídea	NÃO
Coelogyne rigida E.C.Parish & Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Coelogyne speciosa (Blume) Lindl.	Orquídea	NÃO
Coelogyne stricta (D.Don) Schltr.	Orquídea	NÃO
Coelogyne testacea Lindl.	Orquídea	NÃO
Coelogyne tomentosa Lindl.	Orquídea	NÃO
Coelogyne trinervis Lindl.	Orquídea	NÃO
Coelogyne viscosa Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Coleostephus multicaulis (Desf.) Durieu	Crisântemo	NÃO
Colocasia gigantea (Blume) Hook.f.	Colocásia	NÃO
Combretum indicum (L.) DeFilipps	Jasmim-da-índia	NÃO
Comparettia ×maloi I.Bock	Orquídea	NÃO
Comparettia ignea P.Ortiz	Orquídea	NÃO
Comparettia macroplectron Rchb.f. & Triana	Orquídea	NÃO
Congea tomentosa Roxb.	Congeia, Côngea	NÃO
Consolida ajacis (L.) Schur	Esporinha-de-jardim	NÃO
Consolida regalis Gray	Esporinha-de-cavaleiro	NÃO
Convolvulus tricolor L.	Bela-da-manhã	NÃO
Copiapoa humilis (Phil.) Hutchison subsp. tenuissima (F.Ritter ex D.R.Hunt) D.R.Hunt	Cactus	NÃO
Copiapoa montana F.Ritter	Cactus	NÃO
Cordyline congesta (Sweet) Steud.	Varana, Varaneira	NÃO
Cordyline fruticosa (L.) A.Chev.	Cordiline	NÃO
Cordyline indivisa (G.Forst.) Endl.	Coqueiro-de-vênus, Dracena-indivisa	NÃO
Coreopsis grandiflora Hogg ex Sweet	Falsa-camomila	NÃO
Coreopsis lanceolata L.	Coreópsis, Margaridinha-amarela	SIM
Coreopsis tinctoria Nutt.	Caliopsis, Margaridinha-escura	NÃO
Coreopsis verticillata L.	Coreopsis-fio-de-linha	NÃO
Coryanthes trifoliata C.Schweinf.	Orquídea	NÃO
Cosmos sulphureus Cav.	Amor-de-moça, Cosmos-amarela, Picão-grande	SIM
Cotoneaster	Cotoneaster	NÃO
Cotyledon orbiculata L.	Cotilédon	NÃO
Craspedia uniflora G.Forst.	Craspedia	NÃO
Crassula ovata (Mill.) Druce	Planta-de-jade	NÃO
Crescentia cujete L.	Cuieira, Cabaceira, Árvore-de-cuia, Cuitê, Coité	NÃO
Crinum × powellii hort. ex Baker	Crino, Açucena-gigante	NÃO
Crinum asiaticum L.	Crino-branco	NÃO
Crossandra infundibuliformis (L.) Nees	Crossandra	NÃO
Cryptophoranthus schenckii Cogn.	Orquídea	NÃO
Cryptostegia grandiflora Roxb. ex R.Br.	Alamanda-roxa, Criptostégia	SIM
Cuitlauzina pendula Lex.	Orquídea	NÃO
Cuphea gracilis Kunth	Cuphea, Erica	NÃO
Cuphea ignea A.DC.	Flor-de-santo-antônio	NÃO
Cupressus sempervirens L.	Cipreste	NÃO
Curcuma alismatifolia Gagnep.	Tulipa-do-sião, Açafrão-da-conchinchina	NÃO
Cyanus segetum Hill	Centáurea	NÃO
Cycas circinalis L.	Cica, Palmeira-samambaia	NÃO
Cycas revoluta Thunb.	Cica, Sagu, palmeira-sagu	NÃO
Cyclamen persicum Mill.	Ciclamen-da-pérsia	NÃO
Cyclanthus bipartitus Poit. ex A.Rich.	Mapuá, Ciclanto	NÃO

Cycnoches barthiorum G.F.Carr & Christenson	Orquídea	NÃO
Cycnoches chlorochilon Klotzsch	Orquídea	NÃO
Cycnoches herrenhusanum Jenny & G.A.Romero	Orquídea	NÃO
Cycnoches lehmannii Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Cycnoches peruviana Rolfe	Orquídea	NÃO
Cycnoches schmidtianum Christenson & G.F.Carr	Orquídea	NÃO
Cycnoches thurstonorum Dodson	Orquídea	NÃO
Cymbidium aloifolium (L.) Sw.	Orquídea	NÃO
Cymbidium hookerianum Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Cynoglossum amabile Stapf & J.R.Drumm.	Miosótis-chinês	NÃO
Cyperus alternifolius L.	Papiro, Sombrinha-chinesa, Palmeira-umbela, Planta-umbela, Papiro-anão	SIM
Cyrtochilum loxense (Lindl.) Kraenzl.	Orquídea	NÃO
Cyrtochilum meirax (Rchb.f.) Dalström	Orquídea	NÃO
Cyrtochilum pastasae (Rchb.f.) Kraenzl.	Orquídea	NÃO
Cyrtochilum tricostatum Kraenzl.	Orquídea	NÃO
Cyrtochilum volubile Poepp. & Endl.	Orquídea	NÃO
Cyrtostachys renda Blume	Palmeira-laka, Palmeira-lacre	NÃO
Dahlia pinnata Cav.	Dália	NÃO
Dasylirion longissimum Lem.	Dasilirium	NÃO
Dasylirion wheeleri S.Watson ex Rothr.	Dasilirium	NÃO
Delphinium elatum L.	Esporinha-alta, Esporinha-gigante	NÃO
Delphinium grandiflorum L.	Delfínio	NÃO
Delphinium nudicaule Torr. & A.Gray	Esporinha-de-caule-nú	NÃO
Dendranthema pacificum (Nakai) Kitam.	Ajania	NÃO
Dendrobium aduncum Lindl.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium amplum Lindl.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium anosmum Lindl.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium antennatum Lindl.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium aphyllum (Roxb.) C.E.C.Fisch.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium bellatulum Rolfe	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium bigibbum Lindl.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium catenatum Lindl.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium christyanum Rchb.f.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium chrysanthum Wall. ex Lindl.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium chrysotoxum Lindl.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium crumenatum Sw.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium densiflorum Lindl.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium distichum (C.Presl) Rchb.f.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium draconis Rchb.f.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium farmeri Paxton	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium fimbriatum Hook.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium findlayanum E.C.Parish & Rchb.f.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium friedericksianum Rchb.f.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium fuerstenbergianum Schltr.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium hercoglossum Rchb.f.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium heterocarpum Wall. ex Lindl.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium jonesii Rendle	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium kingianum Bidwill ex Lindl.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium lindleyi Steud.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium loddigesii Rolfe	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium mannii Ridl.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium moniliforme (L.) Sw.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium moschatum (Buch. Ham.) Sw.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium nobile Lindl.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium plicatile Lindl.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium polyanthum Wall. ex Lindl.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium regium Prain	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium sanderae Rolfe	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium scabrilingue Lindl.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium signatum Rchb.f.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium smillieae F.Muell.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium speciosum Sm.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium terminale E.C.Parish & Rchb.f.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium thyrsiflorum B.S.Williams	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium tortile Lindl.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrobium triflorum (Blume) Lindl.	Orquídea, Dendrobium	NÃO
Dendrocalamus giganteus Munro	Bambu-gigante	NÃO
Dendrochilum cobbianum Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Dendrochilum filiforme Lindl.	Orquídea	NÃO
Dendrochilum glumaceum Lindl.	Orquídea	NÃO
Dendrochilum latifolium Lindl.	Orquídea	NÃO
Dendrochilum longifolium Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Dendrochilum uncatum Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Deutzia gracilis Siebold & Zucc.	Coco-alado	NÃO
Dianella caerulea Sims	Paroo-lily, Blueberry-lily	NÃO
Dianella tasmanica Hook.f.	Dianela	NÃO
Dianthus barbatus L.	Cravina	NÃO
Dianthus caryophyllus L.	Cravina-do-poeta, Cravo, Cravo-gigante	NÃO
Dianthus chinensis L.	Cravina, Craveiro-da-China	NÃO
Diascia barberae Hook.f.	Diascia	NÃO
Diascia vigilis Hilliard & B.L.Burtt	Diascea-confete	NÃO
Dictyosperma album (Bory) Scheff.	Palmeira-princesa	NÃO
Didiscus caeruleus DC.	Didisco, Flor-laço-azul	NÃO
Dieffenbachia amoena hort. ex Gentil.	Comigo-ninguém-pode	NÃO

Dietes bicolor (Steud.) Sweet ex Klatt	Moreia-bicolor, Dietes, Moreia	NÃO
Dietes grandiflora N.E.Br.	Moréia-branca	NÃO
Dietes iridioides (L.) Sweet ex Klatt	Moréia	NÃO
Digitalis purpurea L.	Dedaleira, Dedaleira-púrpura	SIM
Dimorphotheca sinuata DC.	Dimorfoteca, Margarida-africana	NÃO
Dinema polybulbon (Sw.) Lindl.	Orquídea	NÃO
Dischidia ruscifolia Decne. ex Becc.	Flor-de-cera	NÃO
Dombeya wallichii (Lindl.) K.Schum.	Dombéia, Astrapeia, Assônia	NÃO
Dorotheanthus bellidiformis (Burm.f.) N.E.Br.	Ficóide	NÃO
Dracaena arborea (Willd.) Link	Dracena-arbórea	NÃO
Dracaena aubryana Brongn. ex E.Morren	Pleomele, Tália	NÃO
Dracaena aurea H. Mann	Aurea	NÃO
Dracaena braunii Engl.	Bambú-da-sorte, Lucky-bamboo	NÃO
Dracaena draco (L.) L.	Dracena-draco	NÃO
Dracaena fragrans (L.) Ker Gawl.	Dracena	NÃO
Dracaena marginata hort.	Dracena-tricolor	NÃO
Dracaena reflexa Lam.	Dracena-malaia, Pleomele	NÃO
Dracaena surculosa Lindl.	Dracaena-bambu	NÃO
Dracula andreettae (Luer) Luer	Orquídea	NÃO
Dracula chestertonii (Rchb.f.) Luer	Orquídea	NÃO
Dracula chiroptera Luer & Malo	Orquídea	NÃO
Dracula cordobae Luer	Orquídea	NÃO
Dracula dalessandroi Luer	Orquídea	NÃO
Dracula decussata Luer & R. Escobar	Orquídea	NÃO
Dracula diana Luer & R. Escobar	Orquídea	NÃO
Dracula erythrochaete (Rchb.f.) Luer	Orquídea	NÃO
Dracula felix (Luer) Luer	Orquídea	NÃO
Dracula fuliginosa (Luer) Luer	Orquídea	NÃO
Dracula gigas (Luer & Andreetta) Luer	Orquídea	NÃO
Dracula gorgona (A.H. Kent) Luer & R. Escobar	Orquídea	NÃO
Dracula hirsuta Luer & Andreetta	Orquídea	NÃO
Dracula hirtzii Luer	Orquídea	NÃO
Dracula inaequalis (Rchb.f.) Luer & R. Escobar	Orquídea	NÃO
Dracula iricolor (Rchb. f.) Luer & R. Escobar	Orquídea	NÃO
Dracula kareniae Luer & Dalström	Orquídea	NÃO
Dracula platycrater (Rchb. f.) Luer	Orquídea	NÃO

Dracula polyphemus (Luer) Luer	Orquídea	NÃO
Dracula portillae Luer & Andreetta	Orquídea	NÃO
Dracula severa (Rchb. f.) Luer	Orquídea	NÃO
Dracula sibundoyensis Luer & R. Escobar	Orquídea	NÃO
Dracula simia (Luer) Luer	Orquídea	NÃO
Dracula sodiroi (Schltr.) Luer	Orquídea	NÃO
Dracula terborchii Luer & Hirtz	Orquídea	NÃO
Dracula tubeana (Rchb. f.) Luer	Orquídea	NÃO
Dracula vampira (Luer) Luer	Orquídea, Dracula	NÃO
Dracula venosa (Rolfe) Luer	Orquídea	NÃO
Dracula verticulosa Luer & R. Escobar	Orquídea	NÃO
Dracula vespertilio (Rchb. f.) Luer	Orquídea	NÃO
Drepanostachyum falcatum (Nees) Keng. f.	Bambuza, Bambu-de-jardim, Bambuzinho-amarelo, Bambuzinho-de-jardim	NÃO
Dryadella aurea Luer & Hirtz	Orquídea	NÃO
Duranta erecta L.	Pingo-de-ouro, Duranta, Violeteira	SIM
Dypsis decaryi (Jum.) Beentje & J. Dransf.	Palmeira-triângulo	NÃO
Dypsis lastelliana (Baill.) Beentje & J. Dransf.	Palmeira-pescoço-marrom	NÃO
Dypsis leptocheilos (Hodel) Beentje & J. Dransf.	Palmeira-de-pescoço-vermelho	NÃO
Dypsis lutescens (H. Wendl.) Beentje & J. Dransf.	Areca-Bambu, Palmeira-areca	NÃO
Dypsis madagascariensis (Becc.) Beentje & J. Dransf.	Palmeira-areca-de-locuba	NÃO
Dypsis cabadae (H. E. Moore) Beentje & J. Dransf.	Palmeira-cadaba, Palmeira-de-cadaba	NÃO
Dyssodia tenuiloba (DC.) B. L. Rob.	Dahlberg-daisy	NÃO
Echeveria affinis E. Walther	Rosa-de-pedra	NÃO
Echeveria crenulata Rose	Rosa-de-pedra	NÃO
Echeveria elegans Rose	Rosa-de-pedra	NÃO
Echeveria gibbiflora DC.	Rosa-de-pedra	NÃO
Echeveria lilacina Kimnach & Moran	Rosa-de-pedra	NÃO
Echeveria pulidonis E.Walther	Rosa-de-pedra	NÃO
Echeveria pulvinata Rose	Rosa-de-pedra, Chenille	NÃO
Echeveria runyonii Rose	Rosa-de-pedra	NÃO
Echinocactus grusonii Hildm.	Cactus	NÃO
Echinocactus platyacanthus Link & Otto	Cactus	NÃO
Echinodorus cordifolius (L.) Griseb.	Chapéu-de-couro	NÃO
Echinodorus heikobleheri Rataj	Chapéu-de-couro	NÃO
Echinodorus inpai Rataj	Chapéu-de-couro	NÃO
Echinopsis chamaecereus H. Friedrich & Glaetzle	Cactus	NÃO
Efossus hastatus (Hopffer ex K. Schum.) Orcutt	Cactus	NÃO
Ehretia microphylla Lam.	Carmona	NÃO
Embreea rodigasiana (Claes ex Cogn.) Dodson	Orquídea	NÃO
Encyclia alata (Bateman) Schltr.	Orquídea	NÃO
Encyclia angustifolia (Sw.) Schltr.	Orquídea	NÃO
Encyclia aspera (Lindl.) Schltr.	Orquídea	NÃO
Encyclia ceratistes (Lindl.) Schltr.	Orquídea	NÃO
Encyclia cordigera (Kunth) Dressler	Orquídea	NÃO
Encyclia diota (Lindl.) Schltr.	Orquídea	NÃO
Encyclia diurna (Jacq.) Schltr.	Orquídea	NÃO
Encyclia leucantha Schltr.	Orquídea	NÃO
Encyclia profusa (Rolfe) Dressler & G. E. Pollard	Orquídea	NÃO
Ensete ventricosum (Welw.) Cheesman	Bananeira-da-abyssinia	NÃO
Epidendrum bifalce Schltr.	Orquídea	NÃO
Epidendrum difforme Jacq.	Orquídea	NÃO
Epidendrum espiritu-santense Dodson & R. Vásquez	Orquídea	NÃO
Epidendrum medinae Dodson	Orquídea	NÃO
Epidendrum medusae (Rchb. f.) Pfitzer	Orquídea	NÃO
Epidendrum oerstedii Rchb. f.	Orquídea	NÃO
Epidendrum paniculatum Ruiz & Pav.	Orquídea	NÃO
Epidendrum pseudepidendrum Rchb. f.	Orquídea	NÃO
Epidendrum radicans Pav. ex Lindl.	Orquídea	NÃO
Epidendrum rupestre Lindl.	Orquídea	NÃO
Epidendrum stamfordianum Bateman	Orquídea	NÃO

Epidendrum wallisii Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Epipremnum aureum (Linden & André) G. S. Bunting	Jiboia-verde	NÃO
Epithelantha micromeris (Engelm.) F. A. C. Weber ex Britton & Rose	Cactus	NÃO
Equisetum hyemale L.	Cavalinha, Cavalinha-do-seco	NÃO
Eria biflora Griff.	Orquídea	NÃO
Eria javanica (Sw.) Blume	Orquídea	NÃO
Eria lasiopetala (Willd.) Ormerod	Orquídea	NÃO
Eria vittata Lindl.	Orquídea	NÃO
Erigeron karvinskianus DC.	Flor-de-ganso	NÃO
Eriopsis sceptrum Rchb.f. & Warsz.	Orquídea	NÃO
Erysimum linifolium (Pers.) J. Gay	Erysimum	NÃO
Erythrina herbacea L.	Eritrina-anã-pink	NÃO
Erythrina variegata L.	Eritrina-variegada, Eritrina-indiana, Eritrina-verde-amarela	NÃO
Eschscholzia californica Cham.	Globo-do-sol, Papoula-da-califórnia	NÃO
Espostoa lanata (Kunth) Britton & Rose	Cactus	NÃO
Espostoa melanostele (Vaupel) Borg	Cactus	NÃO
Espostoa nana F. Ritter	Cactus	NÃO
Espostoopsis dybowskii (Rol-Goss.) Buxb.	Cactus	NÃO
Etlingera elatior (Jack) R. M. Sm.	Bastão-do-imperador	NÃO
Eucharis amazonica Linden ex Planch.	Lírio-do-amazonas	NÃO
Eucomis autumnalis (Mill.) Chitt.	Eucomis	NÃO
Eulophia alta (L.) Fawc. & Rendle	Orquídea	SIM
Euonymus japonicus Thunb.	Evônimo-do-Japão	NÃO
Euphorbia ingens E. Mey. ex Boiss.	Cacto-candelabro	NÃO
Euphorbia lactea Haw.	Eufórbia	NÃO
Euphorbia marginata Pursh	Coral, Eufórbia, Leiteira	NÃO
Euphorbia milii Des Moul.	Coroa-de-cristo, Coroa-de-espinho, Colchão-de-noiva	NÃO
Euphorbia pulcherrima Willd. ex Klotzsch	Bico-de-papagaio, Poinsétia	NÃO
Euphorbia tirucalli L.	Euforbia	NÃO
Euphorbia leucocephala Lotsy	Cabeleira-de-velho, Neve-da-montanha, Flor-de-criança, Cabeça-branca, Leiteiro	NÃO
Euphorbia trigona Mill.	Candelabro	NÃO
Euryops chrysanthemoides (DC.) B.Nord.	Margaridinha-amarela	NÃO
Eustoma grandiflorum (Raf.) Shinners	Lisianto	NÃO
Exacum affine Balf.f. ex Regel	Violeta-alemã, Violeta-persa	NÃO
Exacum trinervium (L.) Druce	Violeta-persa	NÃO
Ferocactus gracilis H. E. Gates	Cactus	NÃO
Ficus auriculata Lour.	Figueira-de-jardim, Figueira-vermelha	NÃO
Ficus benjamina L.	Ficus-verde	SIM
Ficus binnendijkii Miq.	Ficus-argentino	NÃO
Ficus lyrata Warb.	Ficus-lira	NÃO
Ficus pumila L.	Unha-de-gato, Herinha	NÃO
Ficus retusa L.	Ficus, Figueira	NÃO
Fuchsia hybrida hort. ex Siebert & Voss	Fucsia, Brinco-de-princesa, Lágrima	NÃO
Furcraea foetida (L.) Haw.	Pita, Piteira	SIM
Gaillardia pulchella Foug.	Gailardia	NÃO
Galeandra batemanii Rolfe	Orquídea	NÃO
Galeottia fimbriata (Linden & Rchb.f.) Schltr.	Orquídea	NÃO
Gardenia jasminoides J. Ellis	Jasmim-do-cabo	NÃO
Gasteria obliqua (Aiton) Duval	Gastéria	NÃO
Gazania rigens (L.) Gaertn.	Gazânia	NÃO
Gerbera jamesonii Bolus ex Hook.f.	Gérbera	NÃO
Geum coccineum Sibth. & Sm.	Geum	NÃO
Gibasis pellucida (M. Martens & Galeotti) D. R. Hunt	Véu-de-noiva	NÃO
Gladiolus grandiflorus Andrews	Gladíolo, Palma-de-santa-rita	NÃO
Gladiolus murielae Kelway	Gladíolo	NÃO
Glandularia canadensis (L.) Small	Verbena	NÃO
Glechoma hederacea L.	Glechoma-bálsamo-do-apo, Hera-de-canteiro	NÃO
Gloriosa superba L.	Gloriosa	NÃO
Goeppertia louisae (Gagnep.) Borchs. & S. Suárez	Calatéia, Maranta	NÃO
Gomesa praetexta (Rchb.f.) M.W.Chase & N.H.Williams	Orquídea	NÃO

Gomphocarpus physocarpus E. Mey.	Flor-borboleta, Paina-de-seda, Paineirinha, Paina-de-santa-bárbara	NÃO
Gomphrena globosa L.	Gonfrena, Perpétua, Suspiro-roxo	SIM
Gongora chocoensis Jenny	Orquídea	NÃO
Gongora colombiana Jenny	Orquídea	NÃO
Gongora dressleri Jenny	Orquídea	NÃO
Gongora flaveola Rchb. f.	Orquídea	NÃO
Gongora fulva Lindl.	Orquídea	NÃO
Gongora gratulabunda Rchb. f.	Orquídea	NÃO
Gongora grossa Rchb. f.	Orquídea	NÃO
Gongora hirtzii Dodson & N. H. Williams	Orquídea	NÃO
Gongora minax Rchb. f.	Orquídea	NÃO
Gongora nigrita Lindl.	Orquídea	NÃO
Gongora portentosa Linden & Rchb. f.	Orquídea	NÃO
Gongora rufescens Jenny	Orquídea	NÃO
Gongora scaphephorus Rchb. f. & Warsz.	Orquídea	NÃO
Grammatophyllum speciosum Blume	Orquídea	NÃO
Graptopetalum paraguayense (N.E.Br.) E. Walther	Planta fantasma	NÃO
Graptophyllum pictum (L.) Griff.	Graptofilo, Planta-caricata	NÃO
Grevillea banksii R. Br.	Grevílea-anã, Grevílea-vermelha, Grevílea-de-jardim	NÃO
Guarianthe aurantiaca (Bateman ex Lindl.) Dressler & W.E.Higgins	Catléia, Orquídea	NÃO
Guarianthe bowringiana (O'Brien) Dressler & W. E. Higgins	Catléia, Orquídea	NÃO
Guarianthe skinneri (Bateman) Dressler & W. E. Higgins	Catléia, Orquídea	NÃO
Gymnocalycium baldianum (Speg.) Speg.	Cactus	NÃO

Gymnocalycium mihanovichii (Fric ex Gürke) Britton & Rose	Cactus	NÃO
Gypsophila elegans M. Bieb.	Gipsofila, Mosquitinho	NÃO
Gypsophila grandiflora Poir.	Mosquitinho	NÃO
Gypsophila muralis L.	Gipsofila	NÃO
Gypsophila paniculata L.	Gipsofila, Mosquitinho	NÃO
Haworthia fasciata (Willd.) Haw.	Rabo-de-lagartixa	NÃO
Hedera canariensis Willd.	Hera	NÃO
Hedera helix L.	Hedera-variegata, Hera	NÃO
Hedychium coronarium J. Koenig	Lírio-do-brejo	SIM
Hedychium flavescens Carey ex Roscoe	Gengibre-creme	NÃO
Helianthus debilis Nutt.	Girassol-de-jardim	NÃO
Helichrysum bracteatum (Vent.) Andrews	Flor-de-palha, Sempre-viva	NÃO
Helichrysum monstruosum hort.	Sempre-viva	NÃO
Helichrysum petiolatum D. Don	Helicrisum-gnafálio	NÃO
Heliconia bihai (L.) L.	Caetê-vermelho	NÃO
Heliconia latispatha Benth.	Helicônia, Helicônia-asa-de-arara	NÃO
Heliconia orthotricha L. Andersson	Helicônia, Caetê-peludo	NÃO
Heliconia rauliniana Barreiros	Caetê-papagaio	NÃO
Heliconia schiedeana Klotzsch	Caetê	NÃO
Heliotropium arborescens L.	Heliotrópio	NÃO
Helipterum manglesii (Lindl.) F. Muell.	Rodante, Sempre-viva	NÃO
Hemerocallis esculenta Koidz.	Lírio são-josé, Lírio-Amarelo	NÃO
Hemerocallis fulva (L.) L. var. aurantiaca (Baker) M. Hotta	Lírio são-josé, Lírio-Amarelo	NÃO
Hemerocallis minor Mill.	Lírio são-josé, Lírio-Amarelo	NÃO
Hemerocallis thunbergii Barr	Lírio são-josé, Lírio-Amarelo	NÃO
Hemigraphis alternata (Burm.f.) T. Anderson	Hera-roxa	NÃO
Hemigraphis repanda (L.) Hallier f.	Hera-vermelha	NÃO
Hesperis matronalis L.	Goiveiro-de-jardim	NÃO
Heterocentron elegans (Schltdl.) Kuntze	Quaresmeira-rasteira, Esquizocentro	NÃO
Heuchera micrantha Douglas ex Lindl.	Heuchera	NÃO
Hibiscus moscheutos L.	Hibiscus	NÃO
Hibiscus mutabilis L.	Rosa-louca	NÃO
Hibiscus rosa-sinensis L.	Hibisco, Mimo-chinês	NÃO
Hibiscus syriacus L.	Hibisco-da-síria, Rosa-de-sharão, Alteia-arbustiva	NÃO
Holcoglossum kimballianum (Rchb.f.) Garay	Orquídea	NÃO
Holmskioldia sanguinea Retz.	Chapéu-chinês-vermelho, Chapéu-de-mandarim, Holmskioldia-vermelha	NÃO
Homalopetalum pumilio (Rchb.f.) Schltr.	Orquídea	NÃO
Houlletia tigrina Linden ex Lindl.	Orquídea	NÃO
Houlletia wallisii Linden & Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Howea forsteriana (F. Muell.) Becc.	Palmeira-quênia	NÃO
Hoya affinis Hemsl.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya albiflora Zipp. ex Blume	Flor-de-cera	NÃO
Hoya aldrichii Hemsl.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya anulata Schltr.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya archboldiana C. Norman	Flor-de-cera	NÃO
Hoya ariadna Decne.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya arnottiana Wight	Flor-de-cera	NÃO
Hoya australis R.Br. ex Traill	Flor-de-cera	NÃO
Hoya balaensis Kidyoo & Thaithong	Flor-de-cera	NÃO
Hoya benguetensis Schltr.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya betchei (Schltr.) W. A. Whistler	Flor-de-cera	NÃO
Hoya bhutanica Grierson & D. G. Long	Flor-de-cera	NÃO
Hoya bicknellii Kloppenb.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya bilobata Schltr.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya blashernaezii Kloppenb.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya buotii Kloppenb.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya burtoniae Kloppenb.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya calycina Schltr. subsp. glabrifolia P.I.Forst. & Liddle	Flor-de-cera	NÃO
Hoya campanulata Blume	Flor-de-cera	NÃO
Hoya camphorifolia Warb.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya cardiophylla Merr.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya carnosa (L.f.) R.Br.	Flor-de-cera, Cerinha	NÃO
Hoya caudata Hook.f.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya chlorantha Rech.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya chloroleuca Schltr.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya chunii P. T. Li	Flor-de-cera	NÃO
Hoya ciliata Elmer ex C. M. Burton	Flor-de-cera	NÃO
Hoya cinnamomifolia Hook.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya clandestina Blume	Flor-de-cera	NÃO
Hoya collina Schltr.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya cominsii Hemsl.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya coronaria Blume	Flor-de-cera	NÃO
Hoya crassicaulis Elmer ex Kloppenb.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya cumingiana Decne.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya curtisii King & Gamble	Flor-de-cera	NÃO
Hoya dasyantha Tsiang	Flor-de-cera	NÃO
Hoya davidcummingii Kloppenb.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya dennisii P. I. Forst. & Liddle	Flor-de-cera	NÃO
Hoya diptera Seem.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya diversifolia Blume	Flor-de-cera	NÃO
Hoya elliptica Hook.f.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya endauensis Kiew	Flor-de-cera	NÃO
Hoya erythrina Rintz	Flor-de-cera	NÃO
Hoya erythrostemma Kerr	Flor-de-cera	NÃO
Hoya excavata Teijsm. & Binn.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya filiformis Rech.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya finlaysonii Wight	Flor-de-cera	NÃO
Hoya flagellata Kerr	Flor-de-cera	NÃO
Hoya flavida P. I. Forst. & Liddle	Flor-de-cera	NÃO
Hoya forbesii King & Gamble	Flor-de-cera	NÃO
Hoya fungii Merr.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya glabra Schltr.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya grandiflora (R.Br.) Spreng.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya graveolens Kerr	Flor-de-cera	NÃO
Hoya griffithii Hook.f.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya guppyi Oliv.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya heuschkeliana Kloppenb.	Flor-de-cera	NÃO

Hoya hollrungii Warb.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya hypolasia Schltr.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya imbricata Decne.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya imperialis Lindl.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya incrassata Warb.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya incurvula Schltr.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya inflata (P. I. Forst., Liddle & I.M. Liddle) L. Wanntorp & P.I. Forst.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya ischnopus Schltr.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya kanyakumariana A. N. Henry & Swamin.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya kenejiana Schltr.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya kentiana C. M. Burton	Flor-de-cera	NÃO
Hoya kerrii Craib	Flor-de-cera	NÃO
Hoya kloppenburgii T. Green	Flor-de-cera	NÃO
Hoya krohniana Kloppenb. & Siar	Flor-de-cera	NÃO
Hoya lacunosa Blume	Flor-de-cera	NÃO
Hoya lambii T. Green	Flor-de-cera	NÃO
Hoya lamingtoniae F. M. Bailey	Flor-de-cera	NÃO
Hoya lanceolata Lindl. subsp. bella (Hook.) D. H. Kent	Flor-de-cera	NÃO
Hoya lancilimba Merr.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya lasiantha Korth. ex Blume	Flor-de-cera	NÃO
Hoya latifolia G. Don	Flor-de-cera	NÃO
Hoya latifolia G. Don	Flor-de-cera	NÃO
Hoya lauterbachii K. Schum.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya limoniaca S. Moore	Flor-de-cera	NÃO
Hoya linearis Wall. ex D. Don	Flor-de-cera	NÃO
Hoya litoralis Schltr.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya loheri Kloppenb.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya longifolia Wall. ex Wight	Flor-de-cera	NÃO
Hoya macgillivrayi F. M. Bailey	Flor-de-cera	NÃO
Hoya magnifica P. I. Forst. & Liddle	Flor-de-cera	NÃO
Hoya maingayi Hook.f.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya maxima Teijsm. & Binn.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya mcgregorii Schltr.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya megalantha Turrill	Flor-de-cera	NÃO
Hoya megalaster Warb. ex K. Schum. & Lauterb.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya merrillii Schltr.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya micrantha Hook.f.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya mindorensis Schltr.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya mitrata Kerr	Flor-de-cera	NÃO
Hoya montana Schltr.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya multiflora Blume	Flor-de-cera	NÃO
Hoya myrmecopa Kleijn & Donkelaar	Flor-de-cera	NÃO
Hoya neoebudica Guillaumin	Flor-de-cera	NÃO
Hoya nervosa Tsiang & P. T. Li	Flor-de-cera	NÃO
Hoya nicholsoniae F. Muell.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya nummularioides Costantin	Flor-de-cera	NÃO
Hoya obovata Decne.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya obscura Elmer ex C. M. Burton	Flor-de-cera	NÃO
Hoya obtusifolia Wight	Flor-de-cera	NÃO
Hoya odetteae Kloppenb.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya odorata Schltr.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya onychoides P. I. Forst., Liddle & I. M. Liddle	Flor-de-cera	NÃO
Hoya pachyclada Kerr	Flor-de-cera	NÃO
Hoya padangensis Schltr.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya pallilimba Kleijn & Donkelaar	Flor-de-cera	NÃO
Hoya panchoi Kloppenb.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya pandurata Tsiang	Flor-de-cera	NÃO
Hoya parasitica Wall. ex Traill	Flor-de-cera	NÃO
Hoya parviflora Wight	Flor-de-cera	NÃO
Hoya patella Schltr.	Flor-de-cera	NÃO

Hoya paziae Kloppenb.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya perakensis Ridl.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya philippinensis P. T. Li	Flor-de-cera	NÃO
*Hoya pi*cta (Blume) Miq.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya pimenteliana Kloppenb.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya polyneura Hook.f.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya pottsii Traill	Flor-de-cera	NÃO
Hoya praetorii Miq.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya pseudolittoralis C. Norman	Flor-de-cera	NÃO
Hoya pubicalyx Merr.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya purpurea Blume	Flor-de-cera	NÃO
Hoya pusilla Rintz	Flor-de-cera	NÃO
Hoya quinquenervia Warb.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya rumphii Blume	Flor-de-cera	NÃO
Hoya salweenica Tsiang & P. T. Li	Flor-de-cera	NÃO
Hoya samoensis Seem.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya scortechinii King & Gamble	Flor-de-cera	NÃO
Hoya serpens Hook. f.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya shepherdi Short ex Hooker	Flor-de-cera	NÃO
Hoya siamica Craib	Flor-de-cera	NÃO
Hoya siariae Kloppenb.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya sigillatis T. Green	Flor-de-cera	NÃO
Hoya sipitangensis Kloppenb. & Wiberg	Flor-de-cera	NÃO
Hoya spartioides (Benth.) Kloppenb.	Flor-de-cera	NÃO

Hoya subcalva Burkill	Flor-de-cera	NÃO
Hoya sussuela Merr.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya telosmoides Omlor	Flor-de-cera	NÃO
Hoya thomsonii Hook.f.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya tjadasmalangensis Bakh.f.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya tsangii C. M. Burton	Flor-de-cera	NÃO
Hoya tsiangiana P. T. Li	Flor-de-cera	NÃO
Hoya uncinata Teijsm. & Binn.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya verticillata (Vahl) G. Don	Flor-de-cera	NÃO
Hoya verticillata (Vahl) G. Don var. citrina (Ridl.) Veldkamp	Flor-de-cera	NÃO
Hoya vitellina Blume	Flor-de-cera	NÃO
Hoya vitellinoides Bakh.f.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya volubilis Griff.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya wallichii (Wight) C. M. Burton	Flor-de-cera	NÃO
Hoya wayetii Kloppenb.	Flor-de-cera	NÃO
Hoya waymaniae Kloppenb.	Flor de cera	NÃO
Hoya wrayi King & Gamble	Flor-de-cera	NÃO
Hoya yuennanensis Hand.-Mazz.	Flor-de-cera	NÃO
Hyacinthus orientalis L.	Jacinto, Jacinto-de-jardim	NÃO
Hydrangea macrophylla (Thunb.) Ser.	Hortênsia	NÃO
Hyophorbe indica Gaertn.	Areca-bambu	NÃO
Hyophorbe lagenicaulis (L. H. Bailey) H.E.Moore	Palmeira-garrafa	NÃO
Hyophorbe verschaffeltii H. Wendl.	Palmeira-fuso	NÃO
Hypericum ×inodorum Mill.	Hipérico	NÃO
Hypericum ×moserianum André	Hipérico-tricolor, Erva-de-são-joão	NÃO
Hypoestes phyllostachya Baker	Hypoestes	NÃO
Hypoestes sanguinolenta (Van Houtte) Hook. f.	Contefe, Face-sardenta	NÃO
Hyssopus officinalis L.	Alfazema-de-caboclo, Hissopo	NÃO
Iberis umbellata L.	Assembléia, Iberis	NÃO
Ilex centrochinensis S.Y. Hu	Azevinho	NÃO
Ilex microphylla Hook.	Azevinho	NÃO
Impatiens balsamina L.	Bálsamo-de-jardim, Beijo-de-frade, Balsamina	SIM
Impatiens hawkeri W. Bull	Impatiens, Nova Guiné	NÃO
Impatiens walleriana Hook.f.	Impatiens, Maria-sem-vergonha	SIM
Iochroma	Iochroma	NÃO
Ipomoea horsfalliae Hook.	Ipoméia-rubra, Trepadeira-cardeal	NÃO
Ipomoea tricolor Cav.	Corriola	NÃO
Iresine herbstii Hook.	Coração-magoado, Iresine	NÃO
Iris ×germanica L.	Íris, Flor-de-lis	NÃO
Iris domestica (L.) Goldblatt & Mabb.	Flor-leopardo	SIM
Iris pseudacorus L.	Íris-amarelo, Flor-de-lis-amarela, Bandeira-branca	NÃO
Ismene ×deflexa Herb.	Ismene	NÃO
Isochilus linearis (Jacq.) R.Br.	Orquídea	NÃO
Ixora casei Hance	Ixora	NÃO
Ixora chinensis Lam.	Ixora-vermelha, Ixora-chinesa	NÃO
Ixora coccinea L.	Ixora-coral, Ixora	NÃO
Ixora finlaysoniana Wall. ex G.Don	Ixora-branca	NÃO
Ixora undulata Roxb.	Ixora-rosa	NÃO
Jasminum azoricum L.	Jasmim-dos-açores	NÃO
Jasminum laurifolium Roxb. ex Hornem. var. laurifolium	Jasmim, Jasmim-estrela, Jasmim-asa-de-anjo	NÃO
Jasminum mesnyi Hance	Jasmim-amarelo	NÃO
Jasminum polyanthum Franch.	Jasmim-dos-poetas	NÃO
Jatropha podagrica Hook.	Perna-de-moça	NÃO
Jubaea chilensis (Molina) Baill.	Palmeira-chilena	NÃO
Juniperus chinensis L.	Junípero, Zimbro	NÃO
Juniperus horizontalis Moench	Pinheiro-rasteiro, Junípero	NÃO
Kaempferia pulchra Ridl.	Violeta-asiática, Lírio-da-ressureição	NÃO
Kalanchoe blossfeldiana Poelln.	Calancoe, Flor-da-Fortuna	NÃO
Kalanchoe synsepala Baker	Calancoe, Kalanchoe	NÃO
Kalanchoe tetraphylla H. Perrier	Orelha-de-elefante	NÃO
Kalanchoe tomentosa Baker	Orelha-de-lebre	NÃO
Karomia tettensis (Klotzsch) R. Fern.	Chapéu-chinês	NÃO
Kefersteinia mystacina Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Kniphofia uvaria (L.) Oken	Lírio-tocha	NÃO
Labramia bojeri A.DC.	Abricó-de-praia	NÃO
Laelia anceps Lindl.	Orquídea	NÃO
Laelia colombiana J. M. H. Shaw	Orquídea	NÃO
Laelia crawshayana Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Laelia moyobambae (Schltr.) C.Schweinf.	Orquídea	NÃO
Laelia rosea (Linden ex Lindl.) C.Schweinf.	Orquídea	NÃO
Laelia rubescens Lindl.	Orquídea	NÃO
Laelia rubescens Lindl.	Orquídea	NÃO
Laelia splendida (Schltr.) L.O.Williams	Orquídea	NÃO
Laelia undulata (Lindl.) L.O.Williams	Orquídea	NÃO
Lagenaria siceraria (Molina) Standl.	Abóbora-ornamental	NÃO
Lagerstroemia indica L.	Crape-myrtle, Resedá	NÃO
Lamium maculatum (L.) L.	Lamium-lâmia-manchada	NÃO
Lasiandra moricandiana DC.	Quaresmeira-arbustiva	NÃO
Latania loddigesii Mart.	Latania-azulada, Latania-glauca	NÃO
Latania lontaroides (Gaertn.) H.E.Moore	Palmeira-latânia-vermelha	NÃO
Lathyrus odoratus L.	Ervilha-de-cheiro, Ervilha-doce	NÃO
Lavandula angustifolia Mill.	Alfazema, Lavanda	NÃO
Lavatera trimestris L.	Lavatera	NÃO
Leonotis leonurus (L.) R. Br.	Cauda-de-leão, Dagga	NÃO
Lepanthes calodictyon Hook.	Orquídea	NÃO
Lepanthes cymbium Luer & R. Escobar	Orquídea	NÃO
Lepanthes escobariana Garay	Lepanthes, Orquídea	NÃO
Lepanthes telipogoniflora Schuit. & A.de Wilde	Orquídea	NÃO
Lepanthes tentaculata Luer & Hirtz	Orquídea	NÃO
Lepanthes tsubotae Luer & R. Escobar	Orquídea	NÃO
Lepidium sativum L.	Agrião, Agrião-do-seco	NÃO
Leptospermum scoparium J.R. Forst. & G.Forst.	Falsa-erica, Erica	NÃO
Leptotes grinbergii Krackowizcr	Orquídea	NÃO
Leucadendron salignum R. Br.	Protea	NÃO
Leucanthemum maximum (Ramond) DC.	Margarida, Margarida-gigante	NÃO
Leucanthemum vulgare (Vaill.) Lam.	Crisântemo, Margarida	NÃO

Leucophyllum frutescens (Berland.) I.M. Johnst.	Leucófilo, Chuva-de-prata	NÃO
Licuala paludosa Griff.	Palmeira-licuala-gigante	NÃO
Licuala spinosa Wurmb	Palmeira-leque-de-espinho	NÃO
Ligustrum japonicum Thunb.	Ligustro	NÃO
Ligustrum sinense Lour.	Ligustrio, Ligustrinho	NÃO
Lilium	Lírio	NÃO
Limonium platyphyllum Lincz.	Limonium	NÃO
Limonium sinuatum (L.) Mill.	Estátice, Lavanda-do-mar	NÃO
Linaria maroccana Hook. f.	Linaria	NÃO
Liriope muscari (Decne.) L.H.Bailey	Liríopes-verde, Liriopes, Barba-de-serpente, Ofiopogo-azul	NÃO
Livistona australis (R.Br.) Mart.	Palmeira-leque-de-saia, Falsa-latânia	NÃO
Lobelia ×speciosa	Lobélia	NÃO
Lobelia erinus L.	Lobélia-azul	NÃO
Lobularia maritima (L.) Desv.	Alisso, Alyssum	NÃO
Lockhartia bennettii Dodson	Orquídea	NÃO
Lonas annua (L.) Vines & Druce	Lonas	NÃO
Loropetalum chinense (R. Br.) Oliv.	Loropetalum, Amamélis	NÃO
Ludisia discolor (Ker Gawl.) A. Rich.	Ludisia	NÃO
Lycaste aromatica (Graham) Lindl.	Orquídea	NÃO
Lycaste schilleriana Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Lycaste virginalis (Scheidw.) Linden	Orquídea	NÃO
Lycaste xytriophora Linden & Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Lycianthes rantonnei (Carrière) Bitter	Botão-azul, Árvore-batata-azul, Solanum	NÃO
Lysimachia congestiflora Hemsl.	Lysimachia, Lisimaquia	NÃO
Macadamia ternifolia F. Muell.	Macadâmia, Noz-macadâmia	NÃO
Macodes petola (Blume) Lindl.	Orquídea	NÃO
Magnolia grandiflora L.	Magnolia	NÃO
Malvaviscus arboreus Cav.	Hibisco-colibri, Malva-visco	NÃO
Mammillaria bocasana Poselger	Cactus	NÃO
Mammillaria bombycina Quehl	Cactus	NÃO
Mammillaria decipiens Scheidw. subsp. camptotricha (Dams) D.R. Hunt	Cactus	NÃO
Mammillaria elongata DC.	Cactus	NÃO
Mammillaria hahniana Werderm.	Cactus	NÃO
Mammillaria spinosissima Lem.	Cactus	NÃO
Mammillaria zeilmanniana Boed.	Cactus	NÃO
Mandevilla sanderi (Hemsl.) Woodson	Dipladênia	NÃO
Masdevallia abbreviata Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Masdevallia alexandri Luer	Orquídea	NÃO
Masdevallia angulata Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Masdevallia ariasii Luer	Orquídea	NÃO
Masdevallia ayabacana Luer	Orquídea	NÃO
Masdevallia bicolor Poepp. & Endl.	Orquídea	NÃO
Masdevallia brachyura F. Lehm. & Kraenzl.	Orquídea	NÃO
Masdevallia caesia Roezl	Orquídea	NÃO
Masdevallia caudata Lindl.	Orquídea	NÃO
Masdevallia coccinea Linden ex Lindl.	Orquídea	NÃO
Masdevallia condorensis Luer & Hirtz	Orquídea	NÃO
Masdevallia cyclotega Königer	Orquídea	NÃO
Masdevallia decumana Königer	Orquídea	NÃO
Masdevallia echo Luer	Orquídea	NÃO
Masdevallia empusa Luer	Orquídea	NÃO
Masdevallia geminiflora P. Ortiz	Orquídea	NÃO
Masdevallia gilbertoi Luer & R.Escobar	Orquídea	NÃO
Masdevallia guttulata Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Masdevallia herradurae F. Lehm. & Kraenzl.	Orquídea	NÃO
Masdevallia ignea Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Masdevallia kuhniorum Luer	Orquídea	NÃO
Masdevallia limax Luer	Orquídea	NÃO
Masdevallia manchinazae Luer & Andreetta	Orquídea	NÃO
Masdevallia mentosa Luer	Orquídea	NÃO
Masdevallia minuta Lindl.	Orquídea	NÃO
Masdevallia molossoides Kraenzl.	Orquídea	NÃO
Masdevallia mutica Luer & R. Escobar	Orquídea	NÃO
Masdevallia nidifica Rchb. f.	Orquídea	NÃO
Masdevallia norae Luer	Orquídea	NÃO
Masdevallia ova-avis Luer	Orquídea	NÃO
Masdevallia pachyura Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Masdevallia persicina Luer	Orquídea	NÃO
Masdevallia picturata Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Masdevallia polysticta Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Masdevallia portillae Luer & Andreetta	Orquídea	NÃO
Masdevallia pyxis Luer	Orquídea	NÃO
Masdevallia racemosa Lindl.	Orquídea	NÃO
Masdevallia rosea Lindl.	Orquídea	NÃO
Masdevallia roseola Luer	Orquídea	NÃO
Masdevallia rubiginosa Königer	Orquídea	NÃO
Masdevallia saltatrix Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Masdevallia strobelii H.R. Sweet & Garay	Orquídea	NÃO
Masdevallia torta Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Masdevallia veitchiana Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Masdevallia velox Königer	Orquídea	NÃO
Masdevallia wageneriana Linden ex Lindl.	Orquídea	NÃO
Masdevallia xanthina Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Masdevallia zumbae Luer	Orquídea	NÃO

Matthiola incana (L.) R.Br.	Goivo	NÃO
Matucana huagalensis (Donald & A.B. Lau) Bregmann	Cactus	NÃO
Mauranthemum paludosum (Poir.) Vogt & Oberpr.	Crisântemo, Margaridinha-branca	NÃO
Maxillaria arachnites Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Maxillaria ecuadorensis Schltr.	Orquídea	NÃO
Maxillaria fractiflexa Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Maxillaria grandiflora (Kunth) Lindl.	Orquídea	NÃO
Maxillaria guadalupensis Cogn.	Orquídea	NÃO
Maxillaria irrorata Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Maxillaria lepidota Lindl.	Orquídea	NÃO
Maxillaria longipetala Ruiz & Pav.	Orquídea	NÃO
Maxillaria longissima Lindl.	Orquídea	NÃO
Maxillaria molitor Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Maxillaria nigrescens Lindl.	Orquídea	NÃO
Maxillaria nutans Lindl.	Orquídea	NÃO
Maxillaria perryae Dodson	Orquídea	NÃO
Maxillaria reichenheimiana Endres & Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Maxillaria sanderiana Rchb.f. ex Sander	Orquídea	NÃO
Maxillaria speciosa Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Maxillaria striata Rolfe	Orquídea	NÃO
Maxillaria turkeliae Christenson	Orquídea	NÃO
Maxillaria venusta Linden & Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Maxillariella houtteana (Rchb.f.) M. A. Blanco & Carnevali	Orquídea	NÃO
Maxillariella sanguinea (Rolfe) M. A. Blanco & Carnevali	Orquídea	NÃO
Maxillariella tenuifolia (Lindl.) M.A.Blanco & Carnevali	Orquídea	NÃO
Megaskepasma erythrochlamys Lindau	Justícia-vermelha, Capota-vermelha	NÃO
Mentha ×piperita L.	Hortelã	NÃO
Mesembryanthemum cordifolium L.f.	Rosinha-de-sol	NÃO
Micholitzia obcordata N.E.Br.	Flor-de-cera	NÃO
×*Miltonidium*	Cambria	NÃO
Miltoniopsis phalaenopsis (Linden & Rchb.f.) Garay & Dunst.	Orquídea	NÃO
Miltoniopsis roezlii (Rchb.f.) God.-Leb.	Orquídea	NÃO
Mimulus ×hybridus Wettst.	Mimulus, Berro	NÃO
Mirabilis jalapa L.	Bela-noite, Jalapa, Maravilha	SIM
Mokara hort	Orquídea	NÃO
Molineria capitulata (Lour.) Herb.	Capim-palmeira, Curculigo	NÃO
Molucella laevis L.	Molucela, Sino-irlandês	NÃO
Monarda didyma L.	Monarda	NÃO
Monomeria barbata Lindl.	Orquídea	NÃO
Monstera deliciosa Liebm.	Ananas-japonês	NÃO
Montanoa bipinnatifida (Kunth) K. Koch	Margarida-de-árvore, Margarida-de-maio, Flor-de-maio	NÃO
Mormodes andreettae Dodson	Orquídea	NÃO
Mormodes cogniauxii L. Linden	Orquídea	NÃO
Mormodes frymirei Dodson	Orquídea	NÃO
Mormodes lawrenceana Rolfe	Orquídea	NÃO
Mormodes rolfeana L. Linden	Orquídea	NÃO
Mormodes speciosa Linden ex Lindl. & Paxton	Orquídea	NÃO
Mormolyca gracilipes (Schltr.) Garay & Wirth	Orquídea	NÃO
Mormolyca polyphylla Garay & Wirth	Orquídea	NÃO
Mormolyca ringens (Lindl.) Gentil	Orquídea	NÃO
Mucuna bennetti F. Muell.	Jade-vermelha, Mucuna	NÃO
Muehlenbeckia platyclados (F. Muell.) Meisn.	Fita-de-moça	NÃO
Murraya paniculata (L.) Jack	Murta	NÃO
Musa coccinea Andrews	Bananeira-vermelha	NÃO
Musa ornata Roxb.	Bananeira-rosa	SIM
Musa velutina H. Wendl. & Drude	Bananeira-ornamental	SIM
Mussaenda erythrophylla Schumach. & Thonn.	Mussaenda-vermelha	NÃO
Mussaenda frondosa L.	Mussaenda-frondosa	NÃO
Mussaenda philippica A. Rich.	Mussaenda-branca	NÃO
Myosotis alpestris F. W. Schmidt	Miosótis, Não-me-esqueças, Myosotis	NÃO
Myrmecophila tibicinis (Bateman ex Lindl.) Rolfe	Orquídea	NÃO
Myrtus communis L.	Murta-comum	NÃO
Nandina domestica Thunb.	Nandina, Bambu-do-céu	NÃO
Narcissus cyclamineus DC.	Narciso, Martelinho	NÃO
Narcissus tazetta L.	Narciso	NÃO
Nemesia strumosa Benth.	Arlequim-nemésia, Jóia-do-cabo	NÃO
Neobenthamia gracilis Rolfe	Orquídea	NÃO
Neofinetia falcata (Thunb.) Hu	Orquídea	NÃO
Neomammillaria candida (Scheidw.) Britton & Rose	Cactus	NÃO
Neoregelia	Bromélia	NÃO
Nephrolepis obliterata (R. Br.) J. Sm.	Samambaia-kimberly	NÃO
Nerium oleander L.	Espirradeira, Oleandro	NÃO
Nierembergia coerulea Gillies ex Miers	Nierembergia	NÃO
Nigella damascena L.	Cabelo-de-vênus, Nigela	NÃO
Notylia albida Klotzsch	Orquídea	NÃO
Notylia venezuelana Schltr.	Orquídea	NÃO
Octomeria medinae Luer & J. Portilla	Orquídea	NÃO
Octomeria portillae Luer & Hirtz	Orquídea	NÃO
Odontonema callistachyum (Schltdl. & Cham.) Kuntze	Odontonema-rosa	NÃO
Odontonema tubaeforme (Bertol.) Kuntze	Odontonema	NÃO
Oeceoclades maculata (Lindl.) Lindl.	Orquídea	SIM
Oenothera missouriensis Sims	Prímula-da-tarde, Gota-de-sol	NÃO
Oeoniella polystachys (Thouars) Schltr.	Orquídea	NÃO
Oncidium acinaceum Lindl.	Orquídea	NÃO
Oncidium alexandrae (Bateman) M. W. Chase & N.H.Williams	Orquídea	NÃO
Oncidium altissimum (Jacq.) Sw.	Orquídea	NÃO
Oncidium armatum (Rchb.f.) M.W.Chase & N.H.Williams	Orquídea	NÃO
Oncidium aspidorhinum (F. Lehm.) M. W. Chase & N.H.Williams	Orquídea	NÃO
Oncidium aurarium Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Oncidium auriculatoides M.W.Chase & N.H.Williams	Orquídea	NÃO
Oncidium blandum (Rchb.f.) M.W.Chase & N.H.Williams	Orquídea	NÃO
Oncidium cajamarcae Schltr.	Orquídea	NÃO
Oncidium chrysomorphum Lindl.	Orquídea	NÃO
Oncidium cirrhosum (Lindl.) Beer	Orquídea	NÃO
Oncidium cultratum Lindl.	Orquídea	NÃO
Oncidium ensatum Lindl.	Orquídea	NÃO

Oncidium fuscatum Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Oncidium graminifolium (Lindl.) Lindl.	Orquídea	NÃO
Oncidium harryanum (Rchb.f.) M.W.Chase & N.H.Williams	Orquídea	NÃO
Oncidium heterodactylum Kraenzl.	Orquídea	NÃO
Oncidium hyphaematicum Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Oncidium multistellare (Rchb.f.) M. W. Chase & N. H. Williams	Orquídea	NÃO
Oncidium noezlianum (Mast.) M.W.Chase & N.H.Williams	Orquídea	NÃO
Oncidium ornithorhynchum Kunth	Orquídea	NÃO
Oncidium orthotis Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Oncidium picturatissimum (Kraenzl.) M. W. Chase & N. H. Williams	Orquídea	NÃO
Oncidium portmannii (Bockemühl) M. W. Chase & N. H. Williams	Orquídea	NÃO
Oncidium reversoides M. W. Chase & N. H. Williams	Orquídea	NÃO
Oncidium rhynchanthum (Rchb.f.) M. W. Chase & N. H. Williams	Orquídea	NÃO
Oncidium sceptrum (Rchb.f. & Warsz.) M. W. Chase & N. H. Williams	Orquídea	NÃO
Oncidium toachicum Dodson	Orquídea	NÃO
Oncidium velleum (Rchb.f.) M. W. Chase & N. H. Williams	Orquídea	NÃO
Oncidium wentworthianum Bateman ex Lindl.	Orquídea	NÃO
Oncidium wyattianum (A. G. Wilson) M. W. Chase & N. H. Williams	Orquídea	NÃO
Ophiopogon jaburan (Siebold) Lodd.	Liríopes-variegada, Ofiopogo, Barba-de-serpente	NÃO
Ophiopogon japonicus (Thunb.) Ker Gawl.	Mini-grama-preta, pelo-de-urso	NÃO
Ophiopogon planiscapus Nakai	Grama roxa	NÃO
Opuntia	Cactus	NÃO
Oreocereus trollii Kupper	Cactus	NÃO
Ornithidium coccineum (Jacq.) Salisb. ex R.Br.	Orquídea	NÃO
Ornithocephalus bryostachys Schltr.	Orquídea	NÃO
Ornithocephalus dolabratus Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Ornithogalum dubium Houtt.	Ornithogalo	NÃO
Ornithogalum saundersiae Baker	Ornitogalo	NÃO
Orthosiphon aristatus (Blume) Miq.	Orthosiphion	NÃO
Osmanthus fragrans Lour.	Jasmim-do-imperador, Flor-do-imperador	NÃO
Osmanthus heterophyllus (G. Don) P. S. Green	Holly-osmanthus	NÃO
Osteospermum ecklonis (DC.) Norl.	Margarida-do-cabo	NÃO
Othonna capensis L. H. Bailey	Colar-de-rubi	NÃO
Otoglossum globuliferum (Kunth) N. H. Williams & M. W. Chase	Orquídea	NÃO
Otoglossum harlingii (Stacy) N. H. Williams & M. W. Chase	Orquídea	NÃO
Oxalis tetraphylla Cav.	Trevo-da-sorte	NÃO
Pachypodium lamerei Drake	Palmeira-de-madagascar, Paquipódio	NÃO
Pallenis maritima (L.) Greuter	Asteriscus	NÃO
Pandanus pygmaeus Thouars	Pândano	NÃO
Pandanus tectorius Parkinson ex Du Roi	Pândano, Pândano-veitchi	NÃO
Pandanus utilis Bory	Pândano	NÃO
Pandorea jasminoides (Lindl.) K. Schum.	Pandora	NÃO
Papaver nudicaule L.	Papoula-ornamental	NÃO
Papaver orientale L.	Papoula-oriental	NÃO
Papaver rhoeas L.	Papoula-comum	NÃO
Paphinia herrerae Dodson	Orquídea	NÃO
Paphiopedilum armeniacum S. C. Chen & F. Y. Liu	Orquídea	NÃO
Paphiopedilum bellatulum (Rchb. f.) Stein	Orquídea	NÃO
Paphiopedilum callosum (Rchb. f.) Stein	Orquídea	NÃO
Paphiopedilum charlesworthii (Rolfe) Pfitzer	Orquídea	NÃO
Paphiopedilum glanduliferum (Blume) Stein	Orquídea	NÃO
Paphiopedilum glaucophyllum J. J. Sm.	Orquídea	NÃO
Paphiopedilum godefroyae (God.-Leb.) Stein	Orquídea	NÃO
Paphiopedilum hirsutissimum (Lindl. ex Hook.) Stein	Orquídea	NÃO
Paphiopedilum insigne (Wall. ex Lindl.) Pfitzer	Orquídea	NÃO
Paphiopedilum micranthum Tang & F. T. Wang	Orquídea	NÃO
Paphiopedilum niveum (Rchb. f.) Stein	Orquídea	NÃO
Paphiopedilum philippinense (Rchb. f.) Stein	Orquídea	NÃO
Paphiopedilum rothschildianum (Rchb. f.) Stein	Orquídea	NÃO
Paphiopedilum sanderianum (Rchb. f.) Stein	Orquídea	NÃO

Paphiopedilum sukhakulii Schoser & Senghas	Orquídea	NÃO
Paphiopedilum supardii Braem & Löb	Orquídea	NÃO
Paphiopedilum victoria-regina (Sander) M. W. Wood	Orquídea	NÃO
Papilionanthe teres (Roxb.) Schltr.	Orquídea	NÃO
Parathesis crenulata (Vent.) Hook. f. ex Hemsl.	Ardisia	NÃO
Parodia graessneri (K. Schum.) F.H.Brandt	Cactus	NÃO
Passiflora foetida L. var. foetida x Passiflora sublanceolata (Killip) J. M. MacDougal	Maracujazeiro-ornamental	NÃO
Pelargonium ×hortorum L. H. Bailey	Gerânio	NÃO
Pelargonium crispum (L.) L'Hér.	Gerânio-olho-de-anjo	NÃO
Pelargonium fragrans Willd.	Gerânio	NÃO
Pelargonium graveolens L'HÃ©r.	Gerânio	NÃO
Pelargonium peltatum (L.) L Her.	Gerânio-pendente, Gerânio	NÃO
Pelargonium zonale (L.) L Her.	Gerânio	NÃO
Pelatantheria ctenoglossum Ridl.	Orquídea	NÃO
Pennisetum setaceum (Forssk.) Chiov.	Capim-do-texas, Capim-chorão	NÃO
Penstemon barbatus (Cav.) Roth	Penstemon	NÃO
Pentas lanceolata (Forssk.) Deflers	Estrela-do-egito, Pentas	NÃO
Pericallis hybrida (Regel) B.Nord.	Cinerária-dos-floristas, Senécio	NÃO
Peristeria elata Hook.	Orquídea	NÃO
Peristrophe angustifolia Nees	Peristrofe, Pingo-de-ouro	NÃO
Pescatoria coelestis (Rchb.f.) Dressler	Orquídea	NÃO

Pescatoria coronaria Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Pescatoria dayana Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Pescatoria ecuadorana (Dodson) Dressler	Orquídea	NÃO
Pescatoria klabochorum Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Pescatoria lamellosa Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Pescatoria lawrenceana (Rchb.f.) Dressler	Orquídea	NÃO
Pescatoria lehmannii Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Pescatoria pulvinaris (Rchb.f.) Dressler	Orquídea	NÃO
Pescatoria wallisii Linden & Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Petunia atkinsiana D.Don ex Loudon	Petúnia	NÃO
Phacelia tanacetifolia Benth.	Facélia	NÃO
Phaius tankervilleae (Banks) Blume	Orquídea, Phalenopsis	NÃO
Phaius wallichii Lindl.	Orquídea, Phalenopsis	NÃO
Phalaenopsis amabilis (L.) Blume	Orquídea, Phalenopsis	NÃO
Phalaenopsis bellina (Rchb.f.) Christenson	Orquídea, Phalenopsis	NÃO
Phalaenopsis cornu-cervi (Breda) Blume & Rchb.f.	Orquídea, Phalenopsis	NÃO
Phalaenopsis gigantea J.J.Sm.	Orquídea, Phalenopsis	NÃO
Phalaenopsis parishii Rchb.f.	Orquídea, Phalenopsis	NÃO
Phalaenopsis pulcherrima (Lindl.) J.J.Sm.	Orquídea, Falenópsis	NÃO
Phalaenopsis schilleriana Rchb.f.	Orquídea, Phalenopsis	NÃO
Phlox drummondii Hook.	Phlox	NÃO
Pholidota articulata Lindl.	Orquídea	NÃO
Pholidota imbricata Lindl.	Orquídea	NÃO
Pholidota pallida Lindl.	Orquídea	NÃO
Phormium tenax J. R. Forst. & G. Forst.	Formio, Linho-da-nova-zelandia	NÃO
Phragmipedium besseae Dodson & J. Kuhn	Orquídea	NÃO
Phragmipedium boissierianum (Rchb. f. & Warsz.) Rolfe var. *czerwiakowianum* (Rchb. f. & Warsz.) O. Gruss.	Orquídea	NÃO
Phragmipedium fischeri Braem & H.Mohr	Orquídea	NÃO
Phragmipedium hirtzii Dodson	Orquídea	NÃO
Phragmipedium kovachii J.T.Atwood, Dalström & Ric.Fernández	Orquídea	NÃO
Phragmipedium lindenii (Lindl.) Dressler & N.H.Williams	Orquídea	NÃO
Phragmipedium pearcei (Rchb.f.) Rauh & Senghas	Orquídea	NÃO
Phragmipedium reticulatum (Rchb.f.) Schltr.	Orquídea	NÃO
Phragmipedium schlimii (Linden ex Rchb.f.) Rolfe	Orquídea	NÃO
Phragmipedium warszewiczianum (Rchb.f.) Schltr.	Orquídea	NÃO
Phyllostachys aurea Rivière & C. Rivière	Bambuí, Bambu-de-vara-de-pescar, Bambu-de-jardim	NÃO
Phyllostachys edulis (Carrière) J. Houz.	Bambu-mossô	SIM
Physalis alkekengi L. var. franchetii (Mast.) Makino	Lanterna-chinesa	NÃO
Pilea cadierei Gagnep. & Guillaumin	Piléia-alumínio	SIM
Pilea spruceana Wedd.	Piléia-asa-de-anjo	NÃO
Pinalia acervata (Lindl.) Kuntze	Orquídea	NÃO
Pinalia amica (Rchb.f.) Kuntze	Orquídea	NÃO
Pinalia cepifolia (Ridl.) J. J. Wood	Orquídea	NÃO
Pinanga coronata (Blume ex Mart.) Blume	Palmeira-pinanga-coronata	NÃO
Pinanga patula Blume	Palmeira-pinangula, Palmeira-pinanga-rabo-de-peixe	NÃO
Pittosporum tenuifolium Banks & Sol. ex Gaertn.	Pitósporo	NÃO
Pittosporum tobira (Thunb.) W. T. Aiton	Pitósporo-japonês, Lágrima-sabéia, Pau-de-incenso	NÃO
Platycerium alcicorne (Willemet) Desv.	Chifre-de-veado	NÃO
Platycladus orientalis (L.) Franco	Tuia-compacta, Árvore-da-vida-chinesa, Tuia-da-china	NÃO
Platycodon grandiflorus (Jacq.) A.DC.	Platicodon	NÃO
Plectranthus glabratus (Benth.) Alston	Plectranthus-planta-vela	NÃO
Plectranthus scutellarioides (L.) R.Br.	Coleus, Coração-magoado	NÃO
Pleioblastus simonii (Carrière) Nakai	Bambu-metake	NÃO
Pleurothallis aggeris Luer	Orquídea	NÃO
Pleurothallis alvaroi Luer & R. Escobar	Orquídea	NÃO
Pleurothallis amphigya Luer & R. Escobar	Orquídea	NÃO
Pleurothallis anceps Luer	Orquídea	NÃO
Pleurothallis anthrax Luer & R. Escobar	Orquídea	NÃO
Pleurothallis bivalvis Lindl.	Orquídea	NÃO
Pleurothallis condorensis Luer & Hirtz	Orquídea	NÃO
Pleurothallis medinae Luer & J. Portilla	Orquídea	NÃO
Pleurothallis nipterophylla Luer	Orquídea	NÃO
Pleurothallis nuda (Klotzsch) Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Pleurothallis penelops Luer	Orquídea	NÃO
Pleurothallis rowleei Ames	Orquídea	NÃO
Pleurothallis ruberrima Lindl.	Orquídea	NÃO
Pleurothallis schweinfurthii Garay	Orquídea	NÃO
Pleurothallis secunda Poepp. & Endl.	Orquídea	NÃO
Pleurothallis sphaerantha Luer	Orquídea	NÃO
Pleurothallis talpinaria Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Pleurothallis teaguei Luer	Orquídea	NÃO
Pleurothallis testifolia (Sw.) Lindl.	Orquídea	NÃO
Pleurothallis titan Luer	Orquídea	NÃO
Pleurothallis troglodytes Luer	Orquídea	NÃO
Pleurothallis truncata Lindl.	Orquídea	NÃO
Pleurothallopsis norae (Garay & Dunst.) Pridgeon & M.W.Chase	Orquídea	NÃO
Plumbago auriculata Lam.	Jasmim-do-cabo, Jasmim-azul, Bela-emília	NÃO
Plumeria pudica Jacq.	Jasmim-do-caribe	NÃO
Plumeria rubra L.	Jasmim manga	NÃO
Podranea ricasoliana (Tanfani) Sprague	Sete-léguas	NÃO
Pogonatherum paniceum (Lam.) Hack.	Grama-de-gato, Bambu-alemão, Mini-bambu	NÃO
Polianthes tuberosa L.	Angélica	NÃO
Polyalthia longifolia (Sonn.) Thwaites	Árvore-mastro	NÃO
Polyscias fruticosa (L.) Harms	Árvore-da-felicidade, Árvore-da-felicidade-fêmea	NÃO
Polyscias guilfoylei (W. Bull) L.H.Bailey	Árvore-da-felicidade, Árvore-da-felicidade-macho, Arália-cortina	NÃO
Porroglossum olivaceum H. R. Sweet	Orquídea	NÃO
Portulaca oleracea L.	Beldroega	SIM
Potentilla nepalensis Hook.	Cinco-dedos, Cinco-folhas	NÃO
Primula elatior (L.) Hill	Prímula	NÃO
Primula malacoides Franch.	Prímula-malacoide	NÃO
Primula obconica Hance	Prímula	NÃO
Primula polyantha Mill.	Prímula	NÃO

Primula veris L.	Prímula	NÃO
Primula vulgaris Huds.	Prímula	NÃO
Pritchardia pacifica Seem. & H. Wendl.	Palmeira-pritchardia, Palmeira-leque-fiji	NÃO
Prosthechea abbreviata (Schltr.) W. E. Higgins	Orquídea	NÃO
Prosthechea cochleata (L.) W. E. Higgins	Orquídea	NÃO
Prosthechea hartwegii (Lindl.) W. E. Higgins	Orquídea	NÃO
Prosthechea livida (Lindl.) W. E. Higgins	Orquídea	NÃO
Prosthechea prismatocarpa (Rchb.f.) W. E. Higgins	Orquídea	NÃO
Prosthechea regentii V. P. Castro & Chiron	Orquídea	NÃO
Prosthechea sceptra (Lindl.) W. E. Higgins	Orquídea	NÃO
Pseuderanthemum carruthersii (Seem.) Guillaumin	Pseudoerantemo	NÃO
Pseudocaryopteris bicolor (Roxb. ex Hardw.) P.D.Cantino	Cariopteris	NÃO
Psychopsis papilio (Lindl.) H.G.Jones	Orquídea	NÃO
Psychopsis sanderae (Rolfe) Lückel & Braem	Orquídea	NÃO
Ptychosperma elegans (R.Br.) Blume	Palmeira-piticosperma, Palmeira-solitária	NÃO
Ptychosperma macarthurii (H. Wendl. ex H. J. Veitch) H.Wendl. ex Hook.f.	Palmeira-de-macarthur	NÃO
Pycnosorus globosus F. L. Bauer ex Benth.	Craspédia	NÃO
Pyracantha angustifolia (Franch.) C. K. Schneid.	Piracanta	NÃO
Pyrethrum	Matricária, Piretro	NÃO
Ranunculus asiaticus L.	Ranúnculo	NÃO
Raphia farinifera (Gaertn.) Hyl.	Palmeira-ráfia	NÃO
Ravenala madagascariensis Sonn.	Ravenala, Palmeira-do-viajante, Árvore-do-viajante	NÃO
Ravenea rivularis Jum. & H. Perrier	Palmeira-ravenea	NÃO
Renanthera coccinea Lour.	Orquídea	NÃO
Renanthera philippinensis (Ames & Quisumb.) L. O. Williams	Orquídea	NÃO
Restrepia antennifera Kunth	Orquídea	NÃO
Restrepia cymbula Luer & R. Escobar	Orquídea	NÃO
Restrepia elegans H. Karst.	Orquídea	NÃO
Restrepia guttulata Lindl.	Orquídea	NÃO
Restrepia iris Luer	Orquídea	NÃO
Restrepia lansbergii Rchb. f. & H. Wagener	Orquídea	NÃO
Restrepia muscifera (Lindl.) Rchb. f. ex Lindl.	Orquídea	NÃO
Rhapis excelsa (Thunb.) Henry	Palmeira-ráfia	NÃO
Rhapis humilis Blume	Palmeira-ráfia, Rapis	NÃO
Rhodanthe chlorocephala Paul G. Wilson subsp. rosea (Hook.) Paul G. Wilson	Acroclínio, Sempre-viva-rosa	NÃO
Rhododendron simsii Planch.	Azaléia, Azaléia-belga	NÃO
Rhododendron thomsonii Hook. f.	Azaléia-arbórea	NÃO

Rhyncholaelia digbyana (Lindl.) Schltr.	Orquídea	NÃO
Rhynchostylis coelestis (Rchb. f.) A. H. Kent	Orquídea	NÃO
Rhynchostylis gigantea (Lindl.) Ridl.	Orquídea	NÃO
Rhynchostylis retusa (L.) Blume	Orquídea	NÃO
Rodriguezia granadensis (Lindl.) Rchb. f.	Orquídea	NÃO
Rodriguezia pulchra Løjtnant	Orquídea	NÃO
Rodriguezia satipoana Dodson & D. E. Benn.	Orquídea	NÃO
Rosa canina L.	Rosa-canina, Rosa-mosqueta	NÃO
Rosa chinensis Jacq.	Rosa-miniatura, Mini-rosa	NÃO
Rosa luciae Franch. & Rochebr.	Roseira-trepadeira	NÃO
Rosa multiflora Thunb.	Rosa-silvestre	NÃO
Rotheca myricoides (Hochst.) Steane & Mabb.	Clerodendro-africano, Clerodendro-azul, Borboleta, Borboleteira-azul	NÃO
Roystonea borinquena O. F. Cook	Palmeira-coca-cola, Palmeira-imperial-de-porto-rico	NÃO
Roystonea oleracea (Jacq.) O. F. Cook	Palmeira-imperial, Palmeira-real	NÃO
Roystonea regia (Kunth) O. F. Cook	Palmeira imperial de Cuba	NÃO
Rudbeckia hirta L.	Margarida-amarela	NÃO
Rudolfiella floribunda (Schltr.) Hoehne	Orquídea	NÃO
Rudolfiella picta (Schltr.) Hoehne	Orquídea	NÃO
Russelia equisetiformis Schltdl. & Cham.	Russélia, Flor-de-coral	NÃO
Ruttya fruticosa Lindau	Jêmbekkie	NÃO
Sabal minor (Jacq.) Pers.	Palmeira-sabal-anã, Sabal-acaule	NÃO
Sabal palmetto (Walter) Lodd. ex Schult. & Schult. f.	Palmeira leque sabal	NÃO
Saintpaulia ionantha H. Wendl.	Violeta, Violeta-africana	NÃO
Salix ×pendulina Wender.	Chorão	NÃO
Salix babylonica L.	Salgueiro, Chorão, Salgueiro-chorão	NÃO
Salix nigra Marshall	Salgueiro, Chorão-negro, Salgueiro-negro	NÃO
Salpiglossis sinuata Ruiz & Pav.	Flor-de-trombeta	NÃO
Salvia fruticosa Mill.	Sálvia	NÃO
Sanchezia nobilis Hook. f.	Sanchesia	NÃO
Sandersonia	Sandersonia	NÃO
Sansevieria cylindrica Bojer ex Hook.	Lança-de-São-Jorge, Espada-se-são-jorge	NÃO
Sansevieria trifasciata Prain	Sanseveria, Espada-de-são-jorge, Língua-de-sogra	NÃO
Sanvitalia procumbens Lam.	Sanvitalia, Margaridinha	NÃO
Scabiosa atropurpurea L.	Escabiosa, Flor-de-viúva	NÃO
Scadoxus multiflorus (Martyn) Raf.	Haemanthus	NÃO
Scaevola aemula R.Br.	Flor-canhota, Scaveola	NÃO
Scaphosepalum verrucosum (Rchb. f.) Pfitzer	Orquídea	NÃO
Scaphyglottis livida (Lindl.) Schltr.	Orquídea	NÃO
Schefflera actinophylla (Endl.) Harms	Cheflera, Árvore-guarda-chuva	SIM
Schefflera arboricola (Hayata) Merr.	Cheflera	NÃO
Schefflera elegantissima (Veitch ex Mast.) Lowry & Frodin	Arália	NÃO
Schizanthus wisetonensis hort.	Schizanthus	NÃO
Scindapsus pictus Hassk.	Potos-cetim, Jibóia	NÃO
Scutellaria costaricana H. Wendl.	Scutelária	NÃO
Scuticaria salesiana Dressler	Orquídea	NÃO
Sedum acre L.	Carpete-dourado	NÃO
Sedum lineare Thunb.	Sedum-tapete	NÃO
Sedum pachyphyllum Rose	Dedo-de-moça	NÃO
Seidenfadenia mitrata (Rchb. f.) Garay	Orquídea	NÃO
Sempervivum	Sempre-vivas	NÃO
Serissa japonica (Thunb.) Thunb.	Árvore-das-mil-estrelas, Serissa	NÃO
Sobralia atropubescens Ames & C. Schweinf.	Orquídea	NÃO
Sobralia bimaculata Garay	Orquídea	NÃO
Sobralia dichotoma Ruiz & Pav.	Orquídea	NÃO
Sobralia gentryi Dodson	Orquídea	NÃO
Sobralia gloriosa Rchb. f.	Orquídea	NÃO
Sobralia klotzscheana Rchb. f.	Orquídea	NÃO
Sobralia lancea Garay	Orquídea	NÃO
Sobralia macrantha Lindl.	Orquídea	NÃO
Sobralia portillae Christenson	Orquídea	NÃO

Sobralia powellii Schltr.	Orquídea	NÃO
Sobralia rosea Poepp. & Endl.	Orquídea	NÃO
Sobralia virginalis Peeters & Cogn.	Orquídea	NÃO
Solanum mammosum L.	Vaquinha	SIM
Solanum seaforthianum Andrews	Trepadeira-doce-amarga, Solanum	NÃO
Spartium junceum L.	Giesta, Vassoura-espanhola	NÃO
Spathiphyllum ortgiesii Regel	Lírio-da-paz	NÃO
Spathiphyllum wallisii Regel	Lírio-da-paz, Spathiphyllum	NÃO
Spathoglottis plicata Blume	Orquídea-violeta, Orquídea-grapette	NÃO
Specklinia tribuloides (Sw.) Pridgeon & M. W. Chase	Orquídea	NÃO
Spiraea ×vanhouttei (Briot) Carrière	Buquê-de-noiva	NÃO
Spiraea cantoniensis Lour.	Buquê-de-noiva	NÃO
Stachys byzantina K. Koch	Orelha-de-lebre, Stachis	NÃO
Stanhopea connata Klotzsch	Orquídea	NÃO
Stanhopea embreei Dodson	Orquídea	NÃO
Stanhopea florida Rchb. f.	Orquídea	NÃO
Stanhopea gibbosa Rchb. f.	Orquídea	NÃO
Stanhopea jenischiana F. Kramer ex Rchb. f.	Orquídea	NÃO
Stanhopea pulla Rchb. f.	Orquídea	NÃO
Stanhopea stevensonii A. Mejia & R. Escobar ex Jenny	Orquídea	NÃO
Stanhopea tricornis Lindl.	Orquídea	NÃO
Stanhopea wardii Lodd. ex Lindl.	Orquídea	NÃO
Statice caspia Willd.	Limonium, Statice	NÃO
Staurochilus fasciatus (Rchb. f.) Ridl.	Orquídea	NÃO
Stelis concinna Lindl.	Orquídea	NÃO
Stelis cypripedioides (Luer) Pridgeon & M. W. Chase	Orquídea	NÃO
Stelis excelsa (Garay) Pridgeon & M. W. Chase	Orquídea	NÃO
Stelis purpurea (Ruiz & Pav.) Willd.	Orquídea	NÃO
Stelis tarantula (Luer & Hirtz) Pridgeon & M. W. Chase	Orquídea	NÃO
Stelis trichostoma (Luer) Pridgeon & M. W. Chase	Orquídea	NÃO
Stelis violacea Garay	Orquídea	NÃO
Strelitzia alba (L.f.) Skeels	Estrelícia-branca	NÃO
Strelitzia juncea (Ker Gawl.) Link	Estrelítzia-de-lança, Ave-do-paraíso	NÃO
Strelitzia reginae Banks	Ave-do-paraíso	NÃO
Streptocarpus ×hybridus Kaven	Cape-primrose, Streptocarpella	NÃO
Strobilanthes dyeriana Mast.	Strobilanthes-escudo-persa	NÃO
Stromanthe thalia (Vell.) J. M. A. Braga	Caeté-bravo, Maranta-sangüinea	NÃO
Strongylodon macrobotrys A. Gray	Jade-azul, Trepadeira-jade, Trepadeira-filipina	NÃO
Sudamerlycaste andreettae (Dodson) Archila	Orquídea	NÃO
Sudamerlycaste ciliata (Ruiz & Pav.) Archila	Orquidea	NÃO
Sudamerlycaste fimbriata (Poepp. & Endl.) Archila	Orquídea	NÃO
Sudamerlycaste fragans (Oakeley) Archila	Orquídea	NÃO
Sudamerlycaste grandis Archila	Orquídea	NÃO
Sudamerlycaste lanipes (Lindl.) Archila	Orquídea	NÃO
Sudamerlycaste linguella (Rchb. f.) Archila	Orquídea	NÃO
Sudamerlycaste locusta (Rchb. f.) Archila	Orquídea	NÃO
Sudamerlycaste nana (Oakeley) Archila	Orquídea	NÃO
Sudamerlycaste reichenbachii (Gireoud ex Rchb. f.) Archila	Orquídea	NÃO
Swinglea glutinosa (Blanco) Merr.	Swinglea	NÃO
Symphyotrichum novi-belgii (L.) G. L. Nesom	Aster	NÃO
Tagetes erecta L.	Tagetes, Marigold, Cravo-de-defunto, Maravilha	SIM
Tagetes patula L.	Cravo-da-índia, Tagetes, Cravo-de-defunto	NÃO
Tanacetum cinerariifolium (Trevir.) Sch.Bip.	Piretro	NÃO
Tanacetum coccineum (Willd.) Grierson	Crisântemo, Piretro	NÃO
Tanacetum parthenium (L.) Sch. Bip.	Crisântemo, Matricária-cheirosa	NÃO
Tanacetum ptarmiciflorum Sch. Bip.	Dusty-miller	NÃO
Tecoma stans (L.) Juss. ex Kunth	Ipê-de-jardim, Ipê-amarelo-de-jardim	SIM
Terminalia mantaly H. Perrier	Para-sol, Chapéu-de-sol, Chapéu-africano	NÃO
Teucrium eriocephalum Willk. subsp. almeriense (C. E. Hubb. & Sandwith) T. Navarro & Rosua	Teucrium	NÃO
Thelasis carinata Blume	Orquídea	NÃO
Thelocactus bicolor (Galeotti) Britton & Rose	Cactus	NÃO
Thuja occidentalis L.	Tuia-compacta, Tuia-do-canadá, Tuia-maçã	NÃO
Thunbergia alata Bojer ex Sims	Tumbergia-trepadeira	SIM
Thunbergia erecta (Benth.) T. Anderson	Tumbergia-azul-arbustiva, Manto-rei	SIM
Thunbergia fragrans Roxb.	Tumbérgia-branca	SIM
Thunbergia grandiflora (Roxb. ex Rottl.) Roxb.	Tumbérgia, Tumbergia-azul, Azulzinha	SIM
Thunbergia mysorensis (Wight) T. Anderson	Sapatinho-de-judia	SIM
Thunia alba (Lindl.) Rchb. f.	Orquídea	NÃO
Thunia alba var. bracteata (Roxb.) N. Pearce & P. J. Cribb	Orquídea	NÃO
Thunia pulchra Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Thymophylla	Estrela-cadente	NÃO
Thymus caespititius Brot.	Thymus	NÃO
Tillandsia balbisiana Schult. & Schult. f.	Tilandsia	NÃO
Tillandsia bandensis Baker	Tilandsia	NÃO
Tillandsia butzii Mez	Tilandsia	NÃO
Tillandsia cacticola L. B. Sm.	Tilandsia	NÃO
Tillandsia caput-medusae E. Morren	Tilandsia	NÃO
Tillandsia cyanea Linden ex K. Koch	Tilandsia	NÃO
Tillandsia espinosae L. B. Sm.	Tilandsia	NÃO
Tillandsia festucoides Brongn. ex Mez	Tilandsia	NÃO
Tillandsia ionantha Planch.	Tilandsia	NÃO
Tillandsia jucunda A. Cast.	Tilandsia	NÃO
Tillandsia karwinskyana Schult. & Schult. f.	Tilandsia	NÃO
Tillandsia leiboldiana Schltdl.	Tilandsia	NÃO
Tillandsia lepidosepala L. B. Sm.	Tilandsia	NÃO
Tillandsia magnusiana Wittm.	Tilandsia	NÃO
Tillandsia matudae L. B. Sm.	Tilandsia	NÃO
Tillandsia oaxacana L. B. Sm.	Tilandsia	NÃO
Tillandsia plagiotropica Rohweder	Tilandsia	NÃO
Tillandsia punctulata Schltdl. & Cham.	Tilandsia	NÃO
Tillandsia rhomboidea André	Tilandsia	NÃO
Tillandsia schiedeana Steud.	Tilandsia	NÃO
Tillandsia seleriana Mez	Tilandsia	NÃO
Tillandsia simulata Small	Tilandsia	NÃO
Tillandsia straminea Kunth	Tilandsia	NÃO
Tillandsia streptophylla Scheidw. ex E. Morren	Tilandsia	NÃO
Tillandsia tectorum E. Morren	Tilandsia	NÃO
Tillandsia tricolor Schltdl. & Cham.	Tilandsia	NÃO
Tillandsia wagneriana L. B. Sm.	Tilandsia	NÃO
Tithonia rotundifolia (Mill.) S. F. Blake	Girassol-mexicano, Margarida-mexicana, Titônia	SIM
Torenia fournieri Linden ex E. Fourn.	Amor-perfeito-de-verão, Torênia	NÃO
Trachelium caeruleum L.	Traquélio	NÃO

Trachelospermum jasminoides (Lindl.) Lem.	Jasmim-estrela, Jasmim-brilhante	NÃO
Trachycarpus fortunei (Hook.) H.Wendl.	Palmeira-moinho-de-vento	NÃO
Tradescantia pallida (Rose) D.R.Hunt	Trapoeraba-roxa	NÃO
Tradescantia spathacea Sw.	Abacaxi-roxo, Moisés-no-berço	NÃO
Trichocentrum alboviolaceum Schltr.	Orquídea	NÃO
Trichocentrum popowianum Königer	Orquídea	NÃO
Trichocentrum pulchrum Poepp. & Endl.	Orquídea	NÃO
Trichocentrum stacyi (Garay) M. W. Chase & N. H. Williams	Orquídea	NÃO
Trichocentrum tigrinum Linden & Rchb. f.	Orquídea	NÃO
Trichocentrum undulatum (Sw.) Ackerman & M. W. Chase	Orquídea	NÃO
Trichoglottis atropurpurea Rchb. f.	Orquídea	NÃO
Trichopilia hennisiana Kraenzl.	Orquídea	NÃO
Trichopilia rostrata Rchb. f.	Orquídea	NÃO
Trichopilia sanguinolenta (Lindl.) Rchb. f.	Orquídea	NÃO
Trigonidium egertonianum Bateman ex Lindl.	Orquídea	NÃO
Trisetella hoeijeri Luer & Hirtz	Orquídea	NÃO
Tropaeolum majus L.	Agrião-do-México, Capuchinho, Capuchinha	SIM
Tulbaghia violacea Harv.	Alho-social	NÃO
Tulipa gesneriana L.	Tulipa	NÃO
Turnera ulmifolia L.	Flor-do-guarujá	NÃO
Typhonodorum lindleyanum Schott	Banana-d'água, Tifonodoro	NÃO
Vanda concolor Blume	Orquídea	NÃO
Vanda denisoniana Benson & Rchb.f.	Orquídea	NÃO
Vanda lilacina Teijsm. & Binn.	Orquídea	NÃO
Vanda tricolor Lindl.	Orquídea	NÃO
Vandopsis gigantea (Lindl.) Pfitzer	Orquídea	NÃO
Veitchia arecina Becc.	Palmeira-véitia-montgomeriana	NÃO
Veitchia joannis H. Wendl.	Palmeira-véitia-joanes	NÃO
Verbena hybrida Voss.	Verbena, Camaradinha	NÃO
Veronica buxifolia Benth.	Buxinho-da-nova-zelândia, Buxinho -erônica	NÃO
Veronica longifolia L.	Verônica	NÃO
Veronica spicata L.	Verônica	NÃO
Verschaffeltia splendida H.Wendl.	Palmeira-esplêndida	NÃO
Viburnum suspensum Dippel	Viburno, Viburno-da-flor-pendente	NÃO
Viburnum tinus L.	Viburno, Folhado, Milfolhado	NÃO
Vinca major L.	Vinca	NÃO
Vinca minor L.	Pervinca, Vinca-menor	NÃO
Viola ×wittrockiana Gams	Amor-perfeito, Pansy	NÃO
Viola cornuta L.	Amor-perfeito	NÃO
Viola odorata L.	Violeta, Violeta-de-cheiro	NÃO
Viola tricolor L.	Amor-perfeito	NÃO
Vitekorchis aurifera (Rchb.f.) J.M. H. Shaw	Orquídea	NÃO
Vitekorchis excavata (Lindl.) Romowicz & Szlach.	Orquídea	NÃO
Vriesea ospinae H. E. Luther	Bromélia	NÃO
Vriesea splendens (Brongn.) Lem.	Bromélia	NÃO
Vriesea zamorensis (L.B.Sm.) L. B. Sm.	Bromélia	NÃO
Wallichia	Palmeira-rabo-de-peixe	NÃO
Warczewiczella candida (Lindl.) Rchb.f.	Orquídea	SIM

Washingtonia filifera (Linden ex André) H. Wendl. ex de Bary	Palmeira-washingtonia-de-saia, Palmeira-washingtonia, Palmeira-de-saia-da-califórnia	NÃO
Washingtonia robusta H. Wendl.	Palmeira-washingtonia-robusta, Palmeira-de-leque-do-méxico, Palmeira-de-saia, Washingtônia-do-sul	NÃO
Westringia fruticosa (Willd.) Druce	Alecrim	NÃO
Wisteria sinensis (Sims) Sweet	Glicínia	NÃO
Wodyetia bifurcata A. K. Irvine	Rabo-de-raposa	NÃO
Xanthorrhoea	Xanthorrhoea	NÃO
Xeranthemum annuum L.	Imortal, Sempre-viva	NÃO
Xylobium variegatum (Ruiz & Pav.) Garay & Dunst.	Orquídea-bananinha	NÃO
Yucca filamentosa L.	Iuca, Iuca-mansa, Agulha-de-adão	NÃO
Yucca gigantea Lem.	Iuca-elefante	NÃO
Yucca rostrata Engelm. ex Trel.	Iuca, Yucca	NÃO
Zamioculcas zamiifolia (Lodd.) Engl.	Zamioculcas	NÃO
Zantedeschia	Calla, Copo-de-leite	NÃO
Zelenkoa onusta (Lindl.) M. W. Chase & N. H. Williams	Orquídea	NÃO
Zephyranthes sulphurea hort.	Zefirantes	NÃO
Zingiber spectabile Griff.	Gengibre-magnifico, Xampu	NÃO
Zinnia angustifolia Kunth	Zínia	NÃO
Zinnia elegans Jacq.	Zínia, Capitão, Moça-e-velha	SIM
Zinnia haageana Regel	Zínia	NÃO

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

PORTARIA Nº 5.678, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto na Lei 10.420, de 10 de abril de 2002; e no Decreto 4.962, de 22 de janeiro de 2004, e considerando que os pagamentos de benefícios seguem às condições vigentes na data de adesão do agricultor, conforme o artigo 9º do Decreto 4.962/2004, de 22 de janeiro de 2004, resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento dos benefícios relativos a safra 2018/2019 aos agricultores (as) que aderiram ao Garantia-Safra nos municípios constantes no anexo.

Art. 2º Os pagamentos serão realizados a partir do mês de dezembro de 2019, nas mesmas datas definidas pelo calendário de pagamento de benefícios sociais da Caixa Econômica Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO SAMPAIO MARQUES

ANEXO I

RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS FOLHA DEZEMBRO 2019
(Safra 2018/2019)

UF	Município	IBGE
AL	Água Branca	2700102
AL	Canapi	2701605
AL	Girau do Ponciano	2702900
AL	Igaci	2703106
AL	Inhapi	2703304
AL	Jaramataia	2703700
AL	Monteirópolis	2705408
AL	Pão de Açúcar	2706406
BA	Botuporã	2904209
BA	Chorrochó	2907707
BA	Cordeiros	2909000
BA	Formosa do Rio Preto	2911105
BA	Macaúbas	2919801
BA	Macururé	2919900
BA	Mirangaba	2921401
BA	Oliveira dos Brejinhos	2923209
BA	Planalto	2925006
MG	Montalvânia	3142700
PB	Camalaú	2503902
PB	Monteiro	2509701
PB	São Sebastião do Umbuzeiro	2515203
PB	Zabelê	2517407
PB	Algodão de Jandaíra	2500577
PB	Araruna	2501005
PB	Damião	2505352
PB	Frei Martinho	2506202
PB	Queimadas	2512507
PB	Riachão do Bacamarte	2512754

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 2.707, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACÃO E REFORMA AGRÁRIA- INCRA no Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 130, do Regimento Interno da Autarquia aprovado pela Portaria/Incra/P/N" 49, de 31 de janeiro de 2017, Publicado no Diário Oficial da União n° 23. de 01/02/2017, Seção I, pags. 11/25. estes de acordo com a estrutura regimental aprovada pelo Decreto n° 8.955. de 11 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial de 12 de janeiro de 2017;

Considerando o interesse desta Autarquia em obter o imóvel rural denominado "Fazenda Encantada", com área Registrada de 185.7601 ha e área Medida de 190.1139 ha, com área avaliada para VTN de 185.7601 ha e para VTI de 190.1139 ha situado no Município de Nova Venécia, Estado do Espirito Santo, cadastrada no INCRA sob o n" 502.065.006.475-4, para fins de assentamento de trabalhadores rurais, de acordo com as metas estabelecidas no Programa Nacional de Reforma Agraria;

Considerando os termos da PORTARIA N° 11, DE 29 DE MAIO DE 2017 (SEI 5112694);

Considerando os Termos do Acordo realizado entre a Diretoria de Obtenção de Terras do Incra e os proprietários do imóvel rural denominado "Fazenda Encantada", contido no documento SEI 3033620;

Considerando os Termos do Despacho Decisório (SEI 3033644);, resolve:

Art. 1º - Retificar o art. 1º da PORTARIA N° 11, DE 29 DE MAIO DE 2017 (SEI 5112694), nos seguintes termos:

I - Autorizar o lançamento dos Títulos da Dívida Agrária, com prazo de resgate de 05 (cinco) anos e juros de 6% ao ano, retroativos a 01/12/2017, referente ao valor total de R$ 1.481.390,17 (um milhão, quatrocentos e oitenta e um mil, trezentos e noventa reais e dezessete centavos), destinado à indenização das benfeitorias, bem como o valor correspondente a sobra de emissão de TDAs, da seguinte forma:

a) R$ 314.202,86 (trezentos e quatorze mil, duzentos e dois reais e oitenta e seis centavos), correspondente a 21,21%, nominativos a Ilson José Engelhardt Filho, portador do CPF nº 087.014.057-48;

b) R$ 771.359,86 (setecentos e setenta e um mil, trezentos e cinquenta e nove reais e oitenta e seis centavos), correspondente a 52,07, nominativos a Joelma Engelhardt, portadora do CPF nº 068.483.197-08;

c) R$ 314.202,86 (trezentos e quatorze mil, duzentos e dois reais e oitenta e seis centavos), correspondente a 21,21%, nominativos a José de Jesus Engelhardt, portador do CPF nº 001.693.457-18; e

d) R$ 81.624,59 (oitenta e um mil, seiscentos e vinte e quatro reais e cinquenta e nove centavos), correspondente a 5,51%, nominativos a Reinal Firme, portador do CPF nº 086.606.957-71.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALVES RODRIGUES FILHO

COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DO PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 359, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ - SR(09)PR, Autarquia Federal, criada pelo Decreto-Lei nº 1.110 de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.321 de 23 de outubro de 1984, restabelecido pelo Decreto Legislativo nº 2, de 29 de março de 1989, no uso das atribuições legais e regulamentares que lhe foram conferidas e aprovada pela Portaria INCRA/P/623/2017, art. 2º, publicada Diário Oficial da União de 30/10/2017, combinada com o disposto no artigo 115 do Regimento Interno da INCRA, aprovado pela Portaria/Incra/nº 338 de 09/03/2018, publicada no Diário Oficial da União de 13/03/2018, tendo em vista a decisão adotada na Reunião realizada em 03 de setembro de 2019, ATA do CDR (5168175);, resolve:

Art. I - Aprovar a proposta de doação de bens móveis (02 veículos e 01 rádio para veículo) à Prefeitura Municipal de São João do Triunfo, no valor total de R$ 100.368,30 (cem mil trezentos e sessenta e oito reais e trinta centavos) pertencentes a esta Autarquia e alocados no acervo patrimonial do INCRA - SR(09)PR e considerados de recuperação antieconômica, de acordo com o contido no Processo Administrativo n° 54000.153754/2018-28 e discriminado no Termo de Doação.

Art. II - Autorizar o Senhor Superintendente Regional Substituto do INCRA no Estado do Paraná, para no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VI, artigo 115, do Regimento Interno do INCRA, assinar o respectivo Termo de Doação.

SANDRO MARCIO FECCHIO
Presidente do Comitê
Substituto

COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

RESOLUÇÃO Nº 356, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA DO INCRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Órgão Colegiado criado pelo artigo 3º, inciso V, letra b da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto Nº 8.955 de 11 de janeiro de 2017, de acordo com suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 12 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria Nº 38, de 09 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União - Seção I, do dia 13 do mesmo mês e ano, e tendo em vista a decisão adotada em sua 6a reunião, realizada em 05 de dezembro de 2019.

Considerando a proposição apresentada através dos Pareceres da Comissão de Destinação de Bens Imóveis constantes nos PROCESSOS/ADM/INCRA/SR-11/RS/NºS 54000.190440/2018-14; 54000.164694/2019-50, 54000.105948/2018-17, 54000.018790/2017-65, 54000.102217/2018-10, 54000.102200/2018-62, 54000.102031/2018-61 e 54000.019984/2017-88, resolve:

Art. 1º - Autorizar, o Senhor Superintendente Regional, para no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 115, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria Nº 38, de 09 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União - Seção I, do dia 13 do mesmo mês e ano, a celebrar com o Instituto de Pesquisa e Educação do Campo- IPECAMPO o contrato de Concessão de Uso do lote 294 e parte do lote 293 pertencentes ao PA Viamão localizado no município de Viamão/RS conforme o processo n° 54000.190440/2018-14; a celebrar com o Município de Não-Me-Toque o Título de Doação dos Lotes A.C-05 e A.C-22 pertencentes ao PA Libertação Camponesa localizado no município de Não-Me-Toque/RS conforme processo n° 54000.164694/2019-50; a celebrar com o Município de Tapes o contrato de Cessão de Uso de uma área remanescente pertencente ao PA Lagoa do Junco localizado no município de Tapes/RS conforme o processo n° 54000.105948/2018-17; a celebrar com a Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre o Título de Doação das áreas comunitárias Nossa Senhora Aparecida, São Roque, Nossa Senhora Conquistadora e Nossa Senhora Consoladora pertencentes ao PA Fazenda São Pedro localizado no município de Eldorado do Sul/RS conforme processo n° 54000.018790/2017-65; a celebrar com a Mitra Diocesana de Cruz Alta o Título de Doação do lote 36 pertencente ao PA Rondinha localizado no município de Joia/RS conforme o processo n° 54000.102217/2018-10; a celebrar com a Mitra Diocesana de Cruz Alta o Título de Doação do lote 31 pertencente ao PA Barroca localizado no município de Joia/RS conforme o processo n° 54000.102200/2018-62; a celebrar com a Mitra Diocesana de Cruz Alta o Título de Doação de parte do lote 56 pertencente ao PA Tarumã/25 de Novembro localizado no município de Joia/RS conforme o processo n° 54000.102031/2018-61; a celebrar com o Município de Eldorado do Sul o Título de Doação de áreas remanescentes pertencentes ao PA Fazenda São Pedro localizado no município de Eldorado do Sul/RS conforme o processo n° 54000.019984/2017-88.

Art. 2º - Estabelecer que as áreas objeto das doações, cessões e concessões de uso, sejam revertidas de pleno direito, para posse, domínio e administração do INCRA, independente de notificação ou indenização, se, no todo ou em parte, lhe for dada aplicação diversa da destinação estabelecida nos Títulos de Doação e Contratos de Cessão e Concessão de Uso referidos anteriormente.

Art. 3º - Determinar que a Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos, desta Superintendência Regional adote às providências decorrentes da presente autorização.

TARSO FRANCISCO PIRES TEIXEIRA
Coordenador do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 357, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA DO INCRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Órgão Colegiado criado pelo artigo 3º, inciso V, letra b da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto Nº 8.955 de 11 de janeiro de 2017, de acordo com suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 12 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria Nº 38, de 09 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União - Seção I, do dia 13 do mesmo mês e ano, e tendo em vista a decisão adotada em sua 6a reunião, realizada em 05 de dezembro de 2019.

Considerando a proposição apresentada através dos Pareceres da Comissão de Destinação de Bens Móveis constantes nos PROCESSOS/ADM/INCRA/SR-11/RS/NºS 54000.137842/2019-63; 54220.000039/2015-56; 54000.166464/2019-25; 54000.166475/2019-13; 54000.165165/2019-73, resolve:

Art. 1º - Autorizar, o Senhor Superintendente Regional, para no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 115, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria Nº 38, de 09 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União - Seção I, do dia 13 do mesmo mês e ano, aprovar as doações de balanças, viaturas, equipamentos topográficos, teclados e microcomputadores. Foram apresentadas por Dionisio Weschenfelder, sendo estas para a Prefeitura Municipal de Santa Margarida do Sul/RS, processo 54000.137842/2019-63: 15 (quinze) microcomputadores e 15 (quinze) teclados; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, processo 54220.000039/2015-56: 33 (Trinta e Três) equipamentos topográficos; Prefeitura Municipal de Pinheiro Machado/RS, processo 54000.166464/2019-25: 5 (cinco) microcomputadores e 5 (cinco) teclados; Prefeitura Municipal de Pinheiro Machado/RS, processo 54000.166475/2019-13: 1 (um) veículo IQW1254 Mitsubishi e Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul/RS, processo 54000.165165/2019-73: 5 (cinco) microcomputadores e 5 (cinco) teclados.

Art. 2º - Autorizar o Senhor Superintendente Regional do INCRA no Estado do RS, para no uso das atribuições que lhe confere pelo Artigo 132, do Regimento Interno do INCRA, assinar o respectivo Termo de Doação.

Art. 3º - Determinar que a Divisão de Administração desta Superintendência Regional adote as providências decorrentes da presente autorização.

TARSO FRANCISCO PIRES TEIXEIRA
Coordenador do Comitê

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO SUL DO PARÁ

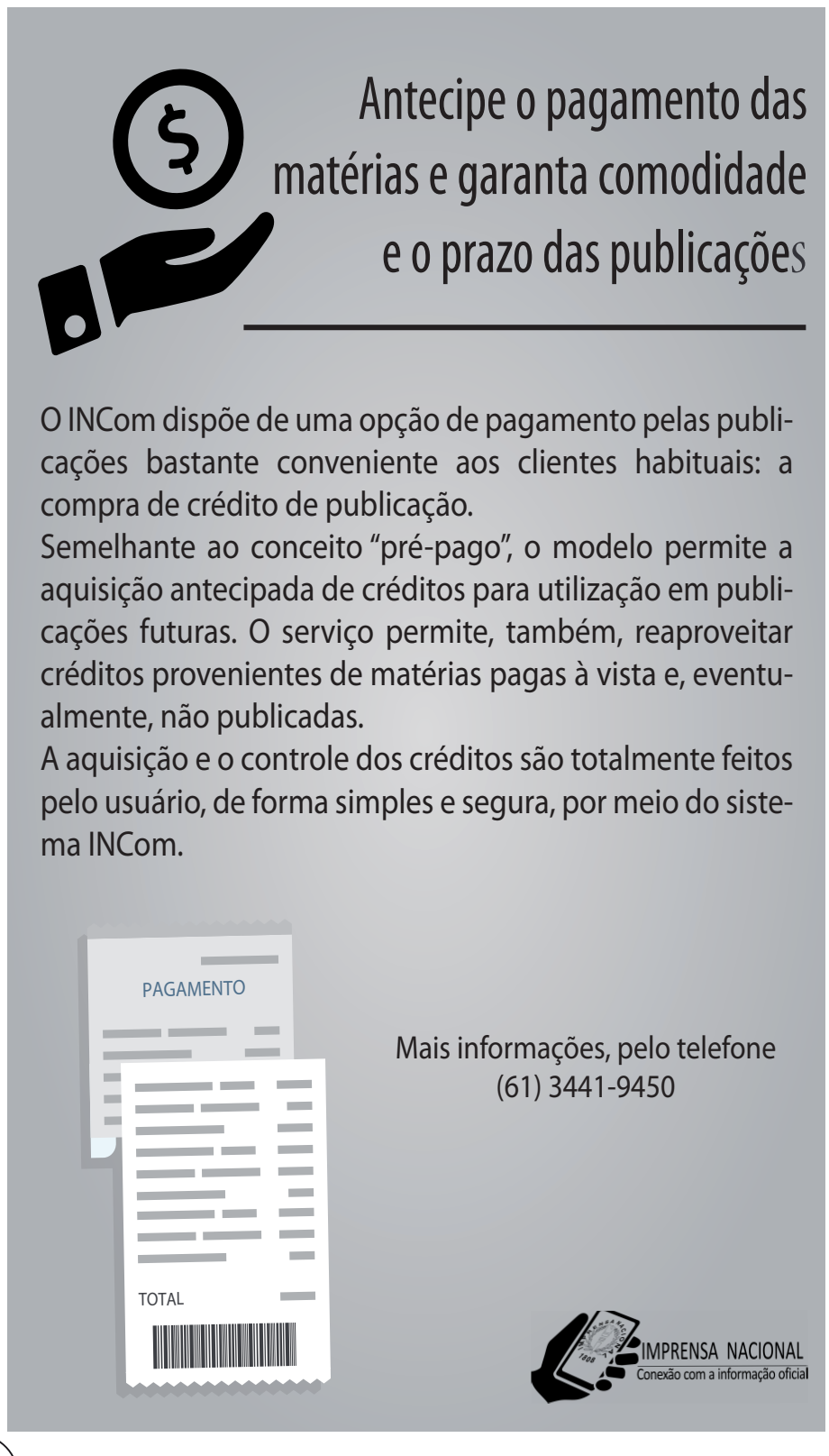
DIVISÃO ADMINISTRATIVA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/INCRA/SR-27 Nº 41, de 04 de Fevereiro de 1999, que criou o Projeto de Assentamento Grande Vitoria, publicada no D.O.U em 27/11/2019, Seção 1, Pag.12, onde se lê"... com área de 34.655,8456 há (quatro mil, seiscentos e cinquenta e cinco hectares, oitenta e quatro ares e cinquenta e seis centiares)..." leia-se:" ...com área de 4.655,8456 há (quatro mil, seiscentos e cinquenta e cinco hectares, oitenta e quatro ares e cinquenta e seis centiares)...". Processo INCRA/SR(27)/Nº 54600.076.919/2018-31.

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/INCRA/SR-27 Nº 156, de 09 de Dezembro de 1999, publicado no DOU em 23 de Dezembro de 1999,sessão 1, pag. 135, que criou o Projeto de Assentamento Alegria, Localizado nos Municípios de Marabá no Estado do Pará, Código SIPRA MB0269000, onde se lê"... com área de 3.600,000 há (três mil e seiscentos hectares) ... leia-se: "...com área de 3.612,43 há (três mil, seiscentos e doze hectares e quarente e três ares). Processo INCRA/SR(27)/Nº 54600.004331/1999-47.



Ministério da Cidadania

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 1.334, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados na reunião extraordinária realizada em 28/11/2019.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DA CIDADANIA (Secretaria Especial do Esporte - Decreto 9.674 de 02 de janeiro de 2019) de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 357, de 20 de fevereiro de 2019, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados na reunião extraordinária realizada em 28/11/2019.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO LUIS GOMES DA SILVA GASTAUD
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 71000.051816/2019-68
Proponente: Confederação Brasileira de Handebol
Título: Liga Handebol Brasil (LHB)
Registro: 02SE006462007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 51.739.050/0001-26
Cidade: Aracaju UF: SE
Valor autorizado para captação: R$ 3.743.267,44
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1224 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 51278-8
Período de Captação até: 14/04/2021
2 - Processo: 71000.050687/2019-91
Proponente: Fundação Special Olympics Brasil - Promoção de Esportes
Título: Vamos Passear - Ano II
Registro: 02SP051382009
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 09.640.867/0001-86
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 3.951.601,64
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6941 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 10100-1
Período de Captação até: 28/11/2021
3 - Processo: 71000.048486/2019-23
Proponente: GADECAMP - Grupo de Amigos Deficientes e Esportistas de Campinas
Título: GADECAMP - 100% Basquetebol Paralímpico III
Registro: 02SP004752007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 03.172.114/0001-07
Cidade: Campinas UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 753.822,35
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2913 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 38442-9
Período de Captação até: 28/11/2021
4 - Processo: 71000.056256/2019-38
Proponente: Instituto Unimed Santa Catarina
Título: Esporte Comunitária - Tênis
Registro: 02SC077452010
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 11.407.122/0001-13
Cidade: Joinville UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 599.933,51
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3160 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 35326-4
Período de Captação até: 28/11/2021
5 - Processo: 71000.047766/2019-14
Proponente: Lacultesp Lazer Cultura e Esporte Qualidade de Vida
Título: Corrida e Caminhada pela Terceira Idade - Lacultesp
Registro: 02SP064982010
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 09.587.710/0001-34
Cidade: Ribeirão Preto UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 98.050,87
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0028 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 94337-1
Período de Captação até: 28/11/2021
6 - Processo: 71000.047550/2019-59
Proponente: Lacultesp Lazer Cultura e Esporte Qualidade de Vida
Título: Corrida e Caminhada Viver Bem 50+ Lacultesp - 2ª Edição
Registro: 02SP064982010
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 09.587.710/0001-34
Cidade: Ribeirão Preto UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 98 566,61
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0028 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 94338-X
Período de Captação até: 28/11/2021
7 - Processo: 71000.054068/2019-75
Proponente: Liga RMC de Esportes
Título: Educando Pelo Esporte - 9ª Edição
Registro: 02SP001222007
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 07.711.388/0001-88
Cidade: Campinas UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 568.797,28
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2913 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 38443-7
Período de Captação até: 28/11/2021
8 - Processo: 71000.052095/2019-11
Proponente: Projeto Social Raquetes Salvam Vidas
Título: Vidas Salvas pelas Raquetes 2020/21
Registro: 02PR172202018
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 25.256.582/0001-00
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 298.109,60
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3511 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 33471-5
Período de Captação até: 28/11/2021
9 - Processo: 71000.046913/2019-39
Proponente: Serra Rugby Clube
Título: Sementes do Rugby S.C Rugby Clube ano II
Registro: 02RS072312010
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 09.078.400/0001-94
Cidade: Caxias do Sul UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 133.223,31
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3220 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 49077-6
Período de Captação até: 28/11/2021
10 - Processo: 71000.053614/2019-51
Proponente: Serviço Social da Industria - SESI
Título: Escola de Esportes Craque do Amanhã
Registro: 02MG010422007
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 03.773.834/0001-28
Cidade: Belo Horizonte UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 142.463,24
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3394 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 7467-5
Período de Captação até: 28/11/2021
11 - Processo: 71000.051951/2019-11
Proponente: Suzano Esporte Clube
Título: Futuro Campeão
Registro: 02SP050592009
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 74.501.123/0001-42
Cidade: Mogi das Cruzes UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 2.433.531,54
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0718 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 95068-8
Período de Captação até: 28/11/2021

SECRETARIA DE GESTÃO DE FUNDOS E TRANSFERÊNCIAS

PORTARIA Nº 25, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE FUNDOS E TRANSFERÊNCIAS, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem a Portaria nº 942, de 17 de maio de 2019, e o art. 53 da Instrução Normativa MC nº 02/2019, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso I do art. 51 da Instrução Normativa nº2, de 23 de abril de 2019, conforme anexo I.

Art. 2º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) COM RESSALVA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso II do art. 51 da Instrução Normativa nº2, de 23 de abril de 2019,, conforme anexo II.

Art. 3º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas REPROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, do § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso III do art. 51 da Instrução Normativa nº2, de 23 de abril de 2019, conforme anexo III.

Art. 4º - Informar que cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de cinco anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 5º - Aplicar a sanção administrativa de INABILITAÇÃO, nos termos do art. 59 da Instrução Normativa MinC nº 05/2017, aos proponentes relacionados no anexo referente à reprovação, pelo prazo de 03 (três) anos, contados a partir da publicação desta Portaria, que implicará, junto ao Ministério da Cultura, nas restrições contidas no art. 59 da referida Instrução Normativa.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO TERRA CAMARGO

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	VALOR CAPTADO (R$)
110136	Belém- Brasília: Uma Estrada Brasileira	Casa Maior Produções Culturais LTDA - ME	Livro de arte, com ensaio fotográfico e texto sobre o dia-a-dia da rodovia Belém-Brasília, a BR-010.	247.225,00
094136	Coral e Orquestra Infanto Juvenil Boa Vontade	Associação Educacional Boa Vontade	Formação do Coral e Orquestra Infanto-Juvenil através de cursos.	164.598,06
111218	O Capitão e a Sereia	Grupo de Teatro Clowns de Shakespeare	circulação do espetáculo pelas capitais dos estados do Amapá, Rondônia e Acre, totalizando seis apresentações.	179.770,00
1210351	A HISTÓRIA DE TRAIRI: A vida e o saber do povo	Raphael de Aguiar Ribeiro	Registrar e reconhecer, através de uma obra literária, as raízes históricas e culturais da cidade Trairi/CE.	256.918,20
1010907	Projeto Formação Musical	Coro e Orquestra de Câmara de São Brás	Criar e/ou aprimorar a cultura musical da cidade e região.	150.000,00
124465	CARNAVALANÇA	Wenke Produções Artísticas Ltda ME	Produção, edição e lançamento do livro "Carnaval para Crianças" de Mirna Brasil Portella.	252.489,99

096625	Concertos Fund. Maria Luisa e Oscar Americano 2010	Fundação Maria Luisa e Oscar Americano	11 concertos voltada para celebrar os 200 anos de nascimento de Robert Schumann e Fréderic Chopin.	620.000,00
066659	Banda Sinfônica do CFN - CD 2006	Museu do Corpo de Fuzileiros Navais	Gravação de CD de músicas clássicas e populares executadas pela Banda Sinfônica do Corpo de Fuzileiros Navais.	25.000,00
113966	Oiti Instrumental.	Criativo Produções e Assessoria Eireli - ME	Encontro de Bandas de Música em Coronal Fabriciano-MG, com o convite de 10 corporações musicais..	25.000,00
125360	1o. Edital de Teatro do CESCB	Centro Empresarial, Social e Cultural de Brusque	13 espetáculos teatrais, gerando 26 apresentações, obtida através da análise dos inscritos no edital.	243.000,00
089665	Portos do Brasil - Por Bernardo Porfirio	Fare Arte Serviços de Eventos Culturais Ltda	Realizar o 1º livro completo sobre os principais portos marítimos e fluviais do país.	100.000,00
0810148	Belo Indiferente (O)	Mercúrio Produções LTDA.	Montagem e apresentação do texto teatral O Belo Indiferente.	95.000,00
120223	Dia da Família 2012	Alcateia Serviços Cinematográficos LTDA - ME	Criar um espaço de integração entre pais e filhos através de atividades recreativas e ao mesmo tempo educativas, , utilizando diferentes suportes..	145.117,49
129705	23º Festival de Inverno da UFPR	Fund. da Univ. Fed. do Paraná para o Des. da Ciência	O Festival de Inverno da Universidade Federal do Paraná propicia a integração das mais variadas áreas artísticas.	190.000,00
130516	5º Festival Choro Jazz	Capucho Produções LTDA - ME	Realização de mostra musical (14 shows) gratuita nas cidades de Fortaleza e Jericoacoara.	154.000,00

097601	Viola aos Quatro Cantos	Articular Consultoria Adm. e Produção De Eventos LTDA. - ME	Realizar quatro concertos da Orquestra Paulista de Violas na região Sul e Sudeste do Brasil.	630.000,00
114026	Atividades Culturais Transatlântico	Club Transatlântico	Realizar a programação de atividades culturais do Club Transatlântico, por meio de apresentações musicais, exposições, entre outros.	166.435,00
130477	26ª OKTOBERFEST DE IGREJINHA	Assoc. de Amigos da Oktoberfest de Igrejinha	Promover 67 apresentações de Bandas e Orquestras Típicas alemãs, 8 apresentações de danças étnicas germânicas, 9 esquetes teatrais.	334.700,00
127845	Projeto Som da Banda 2013	ACBMF	Iniciação gratuita ao ensino musical, de dança e de outras áreas das artes, formando artistas amadores e profissionais.	213.928,97
119317	O Tom da Pintura	Assoc. Cult. Pintura Solidária	Realizar 30 oficinas de artes plásticas na periferia de Sorocaba.	131.000,00
132056	Affinitas Banda Show	Apae Ponta Grossa PR	Gravação de um CD, composto por 12 músicas.	50.000,00
114753	Ideias Incontidas - Ano II	Assoc. Emcantar De Arte, Ed., Cult.e Meio Amb.	Realização de um processo de formação cultural fundado na experiência e criação literárias para crianças da periferia de Uberlândia-MG.	254.247,20
125680	Plano Anual de Atividades do Museu Casa do Pontal - 2013	Assoc. dos Amigos da Arte Popular Brasileira	Um ano de continuidade e sustentabilidade das atividades essenciais do Museu Casa do Pontal.	672.916,62
114755	Recria Fazendo Arte Educação - 8ª FASE	Instituto Leonardo Murialdo	Desenvolvimento de oficinas de circo, música, teatro, dança e fotografia.	378.855,00
105019	Circulação São Paulo Companhia de Dança	Associação Pro-Dança	Circulação de espetáculos de dança em 8 cidades divididas entre as regiões Nordeste, Centro Oeste e Norte e uma temporada em São Paulo/SP.	399.930,00
127980	Ciranda Cultural da Cidadania	Associação Centro de Promoção Santa Fé	Cursos na área cultural, com música, dança, fotografia e filmagem, para crianças e adolescentes de seis a 15 anos.	93.001,00
120601	Dramaturgias Urgentes	kavantan & Assoc. - Proj. e Eventos Cult. LTDA	Fomento a dramaturgia que inclui: um Concurso de Dramaturgia e 8 leituras dramáticas.	227.500,00
126284	Big Band itinerante	Marco Alexandre Cruz	apresentações musicais no noroeste paulista, com uma Big Band formada por músicos profissionais desta região.	114.993,00
0810614	Circuito de Arte e Cultura - Goinania - Ano I	Comida Di Buteco Produções Gastronômicas LTDA	Apresentações gratuitas em 31 bares tradicionais e quatro praças distintas da capital Goiânia.	285.000,00
127957	Música em Trancoso	Associação Cultural Musica Em Trancoso	Projeto de música instrumental, que englobará concertos de música clássica, máster class e aulas de música, na cidade de Trancoso - BA.	700.000,00

ANEXO II

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	VALOR CAPTADO (R$)
077237	Localizador Cultural de Fortaleza	Sandra Maciel Barreto	Banco de dados geo-espacial com fotos das fachadas dos espaços oficiais e não oficiais e agenda da vida artística e cultural de Fortaleza	60.000,00
0510082	DVD Revelando os Brasis	Inst. de Des. Soc. e Gestão de Prod. Cult	Tem o objetivo de exibir seu conteúdo em locais públicos, instituição culturais de ensino, de mostras e festivais de cinema.	150.000,00
1012261	Plano de Atividades - Associação Coral Renascer 2012	Associação Coral Renascer	Serão realizados 2 apresentações em Pato Branco e participações em eventos aos quais o Coral Renascer recebe inúmeros convites.	115.235,99
0810362	Gravação e Lançamento do CD e DVD The River Raid	Núcleo de Produções Culturais - NUPROC	Gravação de CD e DVD da banda The River Raid onde serão realizados 4 shows para divulgação.	402.700,00
131830	2º Festival Itinerante da Cultura Popular	AM9 Produções LTDA - ME	4 eventos de cultura popular em diferentes municípios do Rio Grande do Sul. Show de talentos locais, música instrumental, dança e teatro.	251.000,00

ANEXO III

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	VALOR CAPTADO	VALOR A SER RESTITUÍDO AO FNC (R$)
125640	CD José Namen - IDENTIDADE	José Namen Sanches Boabaid	gravação e lançamento do CD com as composições e arranjos do pianista José Namen,	44.700,00	39.287,90
084657	Deus e o Diabo no Grande Sertão	Maria Elisa Pereira de Almeida	circulação do espetáculo "Deus ou o Diabo para o Jagunço Riobaldo" por 12 cidades brasileiras	132.800,00	225.808,94

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 715, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 2.367, de 27 de novembro de 2019 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAMILO CALANDRELI

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
193596 - ARIA SOCIAL - OFICINAS CULTURAIS III
ASSOCIAÇÃO ÁRIA SOCIAL ESPAÇO DE DANÇA E ARTE
CNPJ/CPF: 07.041.925/0001-20
Processo: 01400008126201909
Cidade: Jaboatão dos Guararapes - PE;
Valor Aprovado: R$ 999.999,00
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O projeto visadar continuidade às oficinas gratuitas de formação continuada e profissionalização em dança e música para crianças e jovens, entre 6 e 25 anos. A proposta contribuirá diretamente com a democratização cultural e artística do estado de Pernambuco, atendendo cerca de 450 beneficiados com ampla formação artística e encaminhamento profissional, além de impactar o sucesso escolar formal, propondo atividades focadas no desenvolvimento do raciocínio lógico - oficinas de jogos matemáticos e no incentivo à leitura e escrita - oficinas de teatralização, produção de texto e contação de histórias. Palestras culturais e preventivas, além de apoio psicossocial complementam o atendimento. No final da oficina, teremos 02 apresentações em teatro, na cidade de Recife.
193598 - Elis Regina - Sua História - Turnê (Campo Grande e Belo Horizonte)
Tenente Mendes Produções Artísticas e Culturais Eirele-ME
CNPJ/CPF: 21.484.281/0001-75
Processo: 01400008128201990
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 995.852,74
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Remontagem e apresentações para turnê do projeto Elis Regina - Sua História - nas cidades de Campo Grande e Belo Horizonte. O espetáculo pretende contar a história dessa grande intérprete nacional, cuja importância musical é sentida até hoje.
193600 - Hamlet
Bacan Produções Artisticas Ltda

CNPJ/CPF: 17.031.272/0001-51
Processo: 01400008130201969
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 999.235,60
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Este projeto consiste em uma adaptação teatral do texto "HAMLET" de William Shakespeare com músicas da ópera homônima de Ambroise Thomas.
193603 - Chega de Saudade
AQUELA CIA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 24.884.872/0001-28
Processo: 01400008133201901
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 199.999,52
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Chega de Saudade não é apenas uma obra acerca da nostalgia, de futuros sonhados no passado, mas é, sobretudo, um chamado ao presente. Nesse sentido, retornar ao passado, evocar a nossa saudade, aquilo que mais estimamos e temos de maior valor enquanto comunidade, é também um ato de atualização. Nosso objetivo é realizar a montagem do espetáculo "Chega de Saudade" e realizar temporada de 16 apresentações na cidade do Rio de Janeiro. O projeto prevê a realização de 2 ações de formação sendo uma oficina de Capacitação para artistas, profissionais e amadores e uma ação de formação de plateia. Para a formação de plateia faremos uma conversa semanal com o público presente visando refletir sobre o processo de montagem e a temática abordada na peça.
193604 - VAMOS FAZER JUNTOS UM MUNDO MELHOR? FASE 2
MM & ETF PROMOÇÃO E PUBLICIDADE LTDA
CNPJ/CPF: 09.608.239/0001-13
Processo: 01400008134201947
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 999.999,41
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Fomentar conhecimento e conteúdo via produção de espetáculo teatral itinerante que irá circular por teatro, escolas públicas e particulares, com conteúdo educativo, com o tema: "Como fazer um mundo melhor juntos"!
193605 - MANUTENÇÃO 2020 DA CISNE NEGRO CIA. DE DANÇA - PLANO ANUAL
ASSOC. CULTURAL DOS AMIGOS DO CISNE NEGRO CIA DE DANCAS
CNPJ/CPF: 66.516.766/0001-31
Processo: 01400008135201991
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.667.550,00
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Manutenção dos itens básicos da CISNE NEGRO CIA. DE DANÇA, que em 2020 completa 43 ANOS DE EXISTÊNCIA, para a realização e continuação de seu trabalho em prol da arte e da dança brasileiras, tanto no Brasil como no exterior, levando a ARTE DA DANÇA e A CULTURA a um número cada vez maior de pessoas, através de espetáculos gratuitos ou a preços populares, numa iniciativa de democratização e acesso a todas as camadas da população, principalmente àquelas que pouco oportunidade têm de acesso arte e à cultura em nosso pais.
193606 - SEMEANDO - ARTE CIRCENSE
AH SETE PRODUCOES CULTURAIS EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 20.848.497/0001-00
Processo: 01400008136201936
Cidade: Vinhedo - SP;
Valor Aprovado: R$ 428.571,00
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Realização de oficinas culturais de artes circense para crianças e jovens de escola da rede pública de ensino e apresentação de Espetáculo de Artes Cênicas.
193607 - É por aqui que a gente chega lá
AUGE ASSESSORIA E REALIZACOES CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 23.690.460/0001-94
Processo: 01400008137201981
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 968.732,05
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Produção e circulação de um espetáculo teatral em áreas de maior vulnerabilidade social. As apresentações se darão em localidades mais retiradas como as da zona rural e periferias em municípios diversos. Promover oficinas de Produção cultural, gestão e liderança em grupos culturais.
193610 - Programa Despertar
FUNDACAO VICINTIN
CNPJ/CPF: 21.507.934/0002-75
Processo: 01400008140201902
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 246.534,61
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O projeto tem por objetivo promover a manutenção das ações socioculturais desenvolvidas pela Fundação Vicintin na cidade de Belo Horizonte, na perspectiva de contribuir com o acesso à arte e à cultura como um direito social básico e pressuposto para o pleno exercício da cidadania. Considerando as artes cênicas, visuais e a preservação do patrimônio cultural como pilares das ações planejadas, ofertaremos gratuitamente atividades e oficinas culturais para crianças, adolescentes, jovens e adultos atendidos em 02 (dois) espaços onde a proponente atua. As oficinas resultará na realização de uma apresentação de espetáculo de artes cênicas e exposição de artes visuais. Além da realização de 2 Workshop de Contação de histórias para professores da rede pública de ensino e abertos à comunidade como contrapartida social.
193613 - ARTES DA TRILHA
Fundação Solidariedade
CNPJ/CPF: 81.652.513/0001-89
Processo: 01400008143201938
Cidade: Campo Magro - PR;
Valor Aprovado: R$ 478.438,75
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Realizar a montagem de 02 espetáculos, Teatro e Dança, com a itinerância dos mesmos prevista em 06 apreentações com os Grupos Teatro da Trilha, formado inicialmente no ano de 2004 em oficinas cênicas do projeto e também com o Grupo de Danças Urbanas da Trilha. Os grupos, formados integralmente por educandos que participam das oficinas de Teatro e Dança, oferecidas a toda comunidade pela presente proposta, realizarão ensaios e participarão de toda produção dos espetáculos. Além das montagens previstas, o Artes da Trilha visa a continuidade da realização de oficinas de artes cênicas, nos segmentos Teatro e Dança, voltadas a alunos da Rede Pública de ensino do município de Curitiba, de Campo Magro e acolhidos da Fundação Solidariedade, assim como a realização de esquetes cênicas, em encenações de texto ambiental. O acesso de crianças, adolescentes e jovens, as ações do projeto, será totalmente gratuito.
193614 - Domingo no Teatro 2020
MAURICIO MACHADO VIEIRA PRODUCOES ARTISTICAS - ME
CNPJ/CPF: 01.142.861/0001-77
Processo: 01400008144201982
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 999.999,00
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O projeto tem como objetivo uma programação para as manhãs de domingo com apresentações teatrais, orquestras, circo, música erudita e dança, apresentados de maneira lúdica voltado para o público familiar.
193621 - PROJETO CARNAVAL DE ESTEIO 2020
MATRIX PRODUTORA DE EVENTOS E MARKETING LTDA. EPP
CNPJ/CPF: 20.663.856/0001-54
Processo: 01400008151201984
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 321.378,75
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O Projeto Carnaval de Esteio 2020 - Desfile de Rua, têm buscado um crescimento sustentado ao longo dos anos, desprendendo-se cada vez mais da dependência do poder público municipal, do ponto de vista do fomento. Uma vez que a cada ano as escolas de samba da cidade tem buscado dialogar com um carnaval para além do espetáculo, construindo um conjunto de ações que estruturam a cadeia produtiva que gira em torno do espetáculo.
193622 - PROJETO CARNAVAL DE SÃO LEOPOLDO 2020
MATRIX PRODUTORA DE EVENTOS E MARKETING LTDA. EPP
CNPJ/CPF: 20.663.856/0001-54
Processo: 01400008152201929
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 187.770,00
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O presente Projeto Carnaval de São Leopoldo 2020 - Desfile de Rua, busca a cada ano que passa se afirmar como um carnaval de referência na região, para isso nosso projeto busca fomentar as entidades carnavalescas que se apresentam no carnaval da cidade.
193623 - Rio Pardinho
SKENE - ADMINISTRACAO E PRODUCAO DE PROJETOS CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.403.160/0001-03
Processo: 01400008153201973
Cidade: Santa Cruz do Sul - RS;
Valor Aprovado: R$ 479.362,16
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O projeto Rio Pardinho irá implementar uma agenda de oficinas culturais formativas para alunos carentes no período do contraturno escolar. O projeto prevê também a realização de espetáculos artísticos para alunos e público em geral, com a realização de palestras após a apresentação dos espetáculos, e a realização de uma exposição de artes de encerramento do projeto dedicada a apresentar os resultados obtidos pelo projeto e aberta a toda a comunidade.
193624 - Cantando Estorias
OFICINA DE ALEGRIA ENTRETENIMENTO LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 17.180.270/0001-24
Processo: 01400008154201918
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 536.428,20
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O projeto proposto resume-se numa apresentação cênica abordando a contação de estórias, intitulado "Cantando Estórias" cujo fio condutor são as danças e expressões brasileiras, onde os atores posicionados próximos ao público, interagem diretamente com o mesmo, fazendo com que o público sinta a magia do teatro de forma lúdica. A previsão é a realizações de apresentações, em formato totalmente gratuito. Como contrapartida social será oferecido um curso de formação básica em artes cênicas e criação teatral.
193630 - Cidade Encantada - Circulação
MARCUS VINICIUS HONORATO ARAUJO - ME
CNPJ/CPF: 17.803.318/0001-03
Processo: 01400008160201975
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 998.811,00
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O projeto pretende realizar eventos com apresentações teatrais com o objetivo de valorizar e difundir o teatro infantil. O espetáculo será apresentado gratuitamente ao público, possibilitando o acesso a apresentações teatrais como forma de democratização da cultura, inclusão e integração social.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
193615 - Projeto SOU Arte 2020
Centro de Convivencia Arte & Vida
CNPJ/CPF: 07.754.511/0001-48
Processo: 01400008145201927
Cidade: Arapongas - PR;
Valor Aprovado: R$ 660.275,00
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O Projeto SOU Arte (2020) tem por objetivo manter as oficinas nas áreas de MÚSICA INSTRUMENTAL (sopro, percussão e cordas), DANÇA (ballet clássico e ginástica rítmica), ARTES INTEGRADAS e ARTES CÊNICAS (teatro), visando estimular as habilidades voltadas ao universo cultural, e artístico, proporcionando tais oficinas com acesso gratuito. Visa atender o público de crianças, adolescentes e jovens, de ambos os sexos, residentes na área urbana-rural, estudantes da rede pública de ensino. Como contrapartida social serão realizadas ações educativas-culturais. O projeto prevê ainda a realização de festival/mostra com a circulação da Orquestra Arte & Vida, das oficinas, e das artes integradas, gratuitamente.
193617 - OSBA | Plano Anual de Atividades 2020
ASSOCIACAO AMIGOS DO TEATRO CASTRO ALVES
CNPJ/CPF: 17.955.769/0001-66
Processo: 01400008147201916
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 1.797.571,00
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O Plano Anual de Atividades 2020 tem como objetivo realizar as ações regulares da Orquestra Sinfônica da Bahia (OSBA) através dos seguintes produtos culturais: Série Jorge Amado, OSBA em Família, OSBA na Concha, OSBA na Estrada e OSBA na Rua.
193625 - Villa-Lobos para Todos Â- 2ª edição
Danielle Milani Mattos
CNPJ/CPF: 166.932.288-28
Processo: 01400008155201962
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 301.639,25
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Villa-Lobos para Todos - 2ª edição é uma ação cultural formativa, realizada através de oficinas de musicalização (produto principal e contrapartida social), produção de cartilha informativa do projeto, eventos de integração. Todas as ações serão gratuitas, abrangendo, portanto, 100% do quantitativo de público previsto no plano de distribuição. O repertório trabalhado nas oficinas é de músicas infantis brasileiras, pesquisado e arranjado por Heitor Villa-Lobos (Guia Prático).
193626 - FRUTOS DO BEM - ATIVIDADES PEDAGÓGICAS
ASSOCIAÇÃO FRUTOS DO BEM
CNPJ/CPF: 05.231.059/0001-04
Processo: 01400008156201915
Cidade: Ubajara - CE;
Valor Aprovado: R$ 199.999,37
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Realizar atividades de música, através do ensino de um instrumento musical e do desenvolvimento do canto coral cênico, para alunos devidamente matriculados em escolas da rede pública de ensino, de municípios do estado do Ceará. As atividades serão realizadas no contraturno escolar e visam a formação de um Coro Cênico, assim como formações instrumentais que, ao final do projeto, realizarão apresentações musicais em espaços públicos, de acesso fácil e gratuíto para toda sociedade.
193627 - Viabilização da Programação Artística do Made in Minas Gerais - Edição São Paulo

CULTURAR PRODUCOES EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 26.591.418/0001-04
Processo: 01400008157201951
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.554.490,00
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O presente projeto viabilizará a programação musical pautada exclusivamente na música instrumental, bem como, subsidiará as ações artísticas nas artes cênicas para a realização do Festival Made In Minas Gerais - Edição São Paulo.
193628 - Marien Calixte Jazz Music Festival 2020
DANIEL GONCALVES MORELO 09292404725
CNPJ/CPF: 17.221.352/0001-70
Processo: 01400008158201904
Cidade: Vitória - ES;
Valor Aprovado: R$ 502.258,90
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Realização da segunda edição do Marien Calixte Jazz Music Festival, festival de música instrumental com intervenções e diálogo entre as vertentes da música instrumental, com a participação de grupos locais e nacionais, em dois dias de programação, com entrada gratuita. Como contrapartida social haverá um concerto didático para professores e alunos de escolas públicas da Grande Vitória.
193629 - Música Para Todos
RENATA DA SILVA MESSIAS 29749801806
CNPJ/CPF: 35.442.131/0001-03
Processo: 01400008159201941
Cidade: Novo Horizonte - SP;
Valor Aprovado: R$ 200.000,00
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Proporcionar ao público jovem shows, utilizando músicos instrumentistas reconhecidos e aclamados por sua originalidade. Os shows terão entradas gratuitas.
193631 - Circuito de Vivências Musicais
Fundação Cultural de Campo Bom
CNPJ/CPF: 04.071.311/0001-00
Processo: 01400008161201910
Cidade: Campo Bom - RS;
Valor Aprovado: R$ 227.898,00
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O Circuito de Vivência Musicais é um projeto de incentivo e valorização dos músicos da Orquestra Jovem de Campo Bom. A iniciativa inclui a realização de atividades formativas, como master classes com músicos experientes e intercâmbio com outras orquestras da região. Visando à qualificação do grupo, serão também adquiridos instrumentos musicais necessários às atividades do projeto. Além disso, a proposta contempla CONCERTOS GRATUITOS para comunidade e escolas públicas.
193632 - Concertos Sinfônicos Internacionais no interior de SP
INTERARTE PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. - EPP
CNPJ/CPF: 54.223.482/0001-78
Processo: 01400008162201964
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 604.454,40
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O presente projeto pretende realizar apresentações de uma Orquestra, possivelmente a Orquestrade Câmara da Sinfonica de Longueuil (Canadá), regida pelo Maestro Alexandreda Costa, que deverá ainda confirmar sua vinda ao Brasil, com o intuito de divulgar a música da melhor qualidade. Serão 2 (dois) concertos, em cidades do interior do Estado de São Paulo, provavelmente Ribeirão Preto e Campinas. Estamos também trabalhando com outras possibilidades, como por exemplo a orquestra "I Solisti di Pavia" regida pelo Maestro e violoncelista Enrico Dindo entre outras.
193633 - TURNÊ DUO CLAVIS
José Marcello Dias Casagrande
CNPJ/CPF: 535.369.679-49
Processo: 01400008163201917
Cidade: Londrina - PR;
Valor Aprovado: R$ 83.900,52
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Realização do Projeto "Turnê Duo Clavis" que consiste na execução de concertos e masterclasses em diferentes municípios do Paraná, apresentando o mais recente CD do Grupo, que destaca composições inéditas de compositores londrinenses, divulgando a música instrumental especialmente escrita para dois importantes instrumentos de percussão da família dos teclados: a Marimba/Vibrafone e o Piano e, compilado a isso, o Duo Clavis visa proporcionar ao público a interação com a música instrumental, através dos concertos, sempre com acesso gratuito.
193635 - AÇÃO CULTURAL ABECAO 2
ASSOCIACAO BENEFICENTE CULTURAL E ASSISTENCIAL DE OLIMPIA
CNPJ/CPF: 12.647.352/0001-12
Processo: 01400008165201906
Cidade: Olímpia - SP;
Valor Aprovado: R$ 514.404,00
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Desenvolver e manter as ações culturais da ABECAO (Associação Beneficente Cultural e Assistencial de Olímpia) nas modalidades de música (instrumental e canto), artes visuais e humanidades (literatura), através da realização de oficinas nestes 3 segmentos, apresentações musicais itinerantes, recital musical final, exposições artísticas itinerantes, exposição artística final, compra de livros e equipamentos, além de palestras formadoras culturais.
193637 - Festival BB Seguros de Blues e Jazz 6a Edição Circuito Brasil
MAROLO PRODUCOES CULTURAIS E ARTISTICAS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 08.360.491/0001-93
Processo: 01400008167201997
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 3.012.000,17
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: 6ª edição de festival de blues e jazz, em diferentes capitais brasileiras de forma a interiorizar a cultura. O Festival é integralmente gratuito e tem a duração de um dia por cidade, com atrações consagradas nacionalmente e internacionalmente, artistas convidados e atrações locais. O projeto prevê ainda a realizaçãode palestras gratuitas e atividades lúdicas para crianças.
193639 - Concertos Didáticos do Programa Orquestra Jovem Estudantil
ADRIANO ARAUJO DE SOUZA 07356177757
CNPJ/CPF: 29.662.473/0001-36
Processo: 01400008169201986
Cidade: Itaguaí - RJ;
Valor Aprovado: R$ 265.248,50
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Realização de concertos (apresentações) do ProjetoConcertos Didáticos do Programa Orquestra Jovem Estudantil em comunidades . Com o objetivo de despertar talentos e formar platéias, através da difusão cultural.
193641 - 37ª FESTA DAS NAÇÕES DE PIRACICABA
ASSOCIACAO CULTURAL FESTA DAS NACOES DE PIRACICABA FENAPI
CNPJ/CPF: 23.876.228/0001-45
Processo: 01400008171201955
Cidade: Piracicaba - SP;
Valor Aprovado: R$ 837.877,50
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Realização da 37ª FESTA DAS NAÇÕES. Evento multicultural capaz de unir apresentações de música instrumental, dança folclórica e a gastronômica de diversos países e regiões brasileiras.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
193469 - Piratas da Favela
FA.VELA (Fundo de Aceleração para o Desenvolvimento Vela)
CNPJ/CPF: 23.311.666/0001-66
Processo: 01400007999201996
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 199.666,74
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O projeto Piratas da Favela se propõe capacitar a nova geração de lideranças e influenciadores locais, advindos das periferias da Grande Belo Horizonte e das cidades mais vulneráveis do Norte e Nordeste do país, para melhor dominarem os saberes, tecnologias e habilidades que definem o perfil do agente cultural do futuro (em especial aquelas tocantes às artes visuais), encorajando-os a assumir a dianteira das transformações criativas de seus territórios. Primeiro, uma turma de participantes será selecionada para uma Residência Criativa,composta poraulas magnas, oficinas, debates, produção de conteúdo, entre outras atividades. Depois, irão elaborar individualmente uma proposta de intervenção cultural a acontecer em seus bairros/comunidades de origem e apresentá-la em evento aberto ao público. Por fim, irão executar estas propostas, com investimento semente pago com recursos do projeto e supervisão da nossa equipe.
193599 - Exposição A celebração viva da cultura dos povos
LP Arte Soluções Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 22.596.766/0001-13
Processo: 01400008129201934
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 998.129,00
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Realizar a exposição "A celebração viva da cultura dos povos" através de um acervo contendo fotos, objetos de artesanato popular, objetos museográficos e vídeos referente aos 48 bens registrados pelo Iphan como Patrimônio Imaterial Brasileiro. A exposição será realizada em 02 diferentes cidades do país, sempre com entrada gratuita. Além das temporadas propostas, o projeto realizará a impressão catálogos e cartilhas educativas que também serão distribuídas ao público gratuitamente. O projeto também oferecerá oficina para professores sobre o patrimônio imaterial em cada uma das cidades.
193601 - SP-Foto 2020
SP Arte Eventos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 06.984.260/0001-25
Processo: 01400008131201911
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 993.227,40
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: A SP-Foto é um festival anual de fotografia que se dedica a educação, reflexão, formação de público, curadoria, promoção e divulgação da produção fotográfica brasileira. Apresenta cerca de 40 expositores e exibe mais de 500 obras, entre fotografias, livros e fotolivros, e vídeo instalações. O evento realiza seminários, palestras e visitas educativas gratuitas e abertas ao público, promove exposições curadas por especialistas, articula e colabora com exposições pela cidade de São Paulo.
193602 - Exposição Onde está Wally?
ORIENTAVIDA- ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA E PROMOCAO COMUNITARIA
CNPJ/CPF: 03.784.896/0001-35
Processo: 01400008132201958
Cidade: Potim - SP;
Valor Aprovado: R$ 5.821.861,88
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Trata-se de um projeto de exposição de artes visuais que irá celebrar o personagem Wally. Criado em 1987 pelo ilustrado Inglês Martin Handford, Wally rapidamente se tornou uma das personagens mais populares nos anos 80 e 90. A exposição abordará a história do personagem por meio de elementos visuais, lúdicos e interativos, para um público de todas as idades.
193608 - Instalações Efêmero Urbano
Luana Devechiati R. dos Santos Produção Cultural
CNPJ/CPF: 16.670.927/0001-79
Processo: 01400008138201925
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 700.279,58
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O projeto propõe a criação e produção de instalações artísticas de grandes proporções, em espaços coletivos, de troca e convivência em um formato não convencional atraindo o olhar do público para uma nova linguagem de artes plásticas. O projeto prevê ainda a realização de oficinas artísticas e palestras sobre a arte e a cidade.
193640 - Programa CCBB Educativo - Arte e Educação Ano III
JA.CA - Centro de Arte e Tecnologia
CNPJ/CPF: 18.658.976/0001-11
Processo: 01400008170201919
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 8.848.035,09
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O projeto propõe realização do terceiro ano do Programa CCBB Educativo - Arte e Educação em BH, DF, RJ e SP visando à preservação do patrimônio cultural material e imaterial. O programa é desenvolvido, concebido e coordenado pelo JA.CA amparado na sua experiência, histórico e atuação frente a processos educativos e experimentais em arte e cultura. O programa entende o patrimônio cultural como campo de educação. Seu objetivo é estimular a criatividade, articular diálogos e a mediação cultural para a garantia do acesso à cultura, apropriação da arte e dos bens culturais. Para tanto, é essencial considerar os processos participativos de identificação com o patrimônio cultural e a necessidade de articulação dos Centros Culturais aos espaços de vida das comunidades enquanto produtoras e detentoras do patrimônio na cidade e no território. O Programa é organizado em 6 eixos que contemplam visitas mediadas, ações de formação e laboratórios criativos. O projeto conta com carta de patrocínio do Banco do Brasil em anexo.
ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
193597 - Museu das Telecomunicações - Tratamento de Acervo e Projeto Especial de Democratização de Acesso Â- Fase 5
INSTITUTO TELEMAR
CNPJ/CPF: 04.256.109/0001-45
Processo: 01400008127201945
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 2.490.680,77
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Nesta fase 5 o projeto tem por objetivo a continuidade do tratamento do acervo de acordo com os princípios da museologia: conservar, investigar, difundir e expor. Esta fase inclui a incorporação de novos grupos de itens do acervo ao tratamento e à disponibilização presencial e via internet, compreendendo lotes de documentos, objetos tridimensionais e dispositivos de armazenamento com conteúdo histórico. Completam o objeto o aperfeiçoamento e a continuidade do Programa de Visitação Assistida, oferecido a instituições educacionais, culturais e sociais e a grupos e visitantes que demandam acessibilidade específica.
193611 - Plano Bianual de Atividades 2020/2021 FCSB
Fundação Cultural Suábio-Brasileira
CNPJ/CPF: 04.641.558/0001-07
Processo: 01400008141201949
Cidade: Guarapuava - PR;
Valor Aprovado: R$ 6.084.197,39
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019

Resumo do Projeto: A Fundação Cultural Suábio-Brasileira apresenta o projeto de "Plano Bianual de Atividades para 2020/2021", visando dar continuidade em sua programação e na promoção de ações culturais e educativas permanentes que vêm sendo realizadas de forma contínua e que beneficiam milhares de pessoas anualmente, entre comunidade local, público escolar e turistas (espontâneo). Assim, o presente projeto visa promover atividades programadas, em sequência ao conjunto de planos anuais já desenvolvidos, além de produzir eventos culturais, uma série expositiva, livro, intercâmbio cultural, edições de periódico, promover a modernização do seu espaço museal e ações de contrapartida social para o público infanto-juvenil.
193612 - MUSEU WOLFGANG WEEGE - MANUTENÇÃO
ASSOCIACAO RECREATIVA MALWEE
CNPJ/CPF: 83.784.579/0001-58
Processo: 01400008142201993
Cidade: Jaraguá do Sul - SC;
Valor Aprovado: R$ 193.199,42
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O Museu Wolfgang Weege pretende manter e gerenciar o acervo disponível na exposição e reservas técnicas, oferecendo aos visitantes uma exposição com uma linguagem atual e acessível e que possibilite ações educativas diversas, valorizando as várias tipologias de acervo museológico.
193616 - Plano Anual CHC Santa Casa - 2020
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre
CNPJ/CPF: 92.815.000/0001-68
Processo: 01400008146201971
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 2.243.090,79
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O Plano Anual CHC Santa Casa visa estabelecer a manutenção e a continuidade da programação de atividades culturais do seu Centro Histórico-Cultural - CHC Santa Casa, localizado em Porto Alegre/RS, durante o ano de 2020. Os objetivos do presente projeto contemplam ações culturais e socioculturais nas áreas de arquivologia, artes cênicas, artes visuais, dança, literatura, museologia, música, cursos e oficinas, além da contratação de profissionais, consultorias, aquisição de recursos materiais e de consumo, manutenção e reparos no patrimônio do equipamento cultural.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
193634 - Cosmopolia
LUCAS OTAVIO NUNES
CNPJ/CPF: 358.588.898-40
Processo: 01400008164201953
Cidade: Votuporanga - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.796,96
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O projeto "Cosmopolia" realizará apresentações musicais e gravação de CD do grupo homônimo, que se apropria de sonoridades típicas de cultura local fundidas a novas dinâmicas interpretativas.
193636 - Nossas Vozes, Nossos Cantos Ilú Obá 15 Anos
Ilú Obá De Min Educação, Cultura e Arte Negra
CNPJ/CPF: 08.027.962/0001-46
Processo: 01400008166201942
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.998,20
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O projeto Nossas Vozes, Nossos Cantos - Ilú Obá 15 propõe realizar a gravação do CD do Bloco Afro Ilú Obá De Min, a produção de um espetáculo inédito com entrada livre e gratuita, de um vídeo curta metragem a ser disponibilizado nas redes e no site do grupo,além da realização de oficinas de percussão e dança.
193638 - QUINTETO VIOLADO CANTA JACKSON DO PANDEIRO
CATIANE C C DA CAMARA - ME
CNPJ/CPF: 08.542.692/0001-01
Processo: 01400008168201931
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 999.570,00
Prazo de Captação: 10/12/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O projeto consiste na realização de shows do Quinteto Violado em homenagem aos 100 anos do Jackson do Pandeiro.

PORTARIA Nº 716, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 2.367, de 27 de novembro de 2019 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAMILO CALANDRELI

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
180710 - CHOPIN: ou o Tormento do Ideal - Circulação
EXEDRA ASSESSORIA & CONSULTORIA EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 23.069.366/0001-12
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 07/12/2019 à 31/12/2019
184291 - EU, DINDIN E UMA HISTÓRIA SEM FIM
FELIPE PIMENTEL DE OLIVEIRA
CNPJ/CPF: 098.980.689-81
Cidade: Sarandi - PR;
Prazo de Captação: 01/12/2019 à 31/12/2019
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
184015 - Retratos em deslocamento, uma exposição de Carlos Matuck
Carlos Matuck
CNPJ/CPF: 056.609.858-07
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/08/2019 à 31/12/2019
191326 - 30 ANOS DE HISTORIA
Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor
CNPJ/CPF: 74.125.394/0001-40
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 09/12/2019 à 31/12/2019
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
181078 - CURITIBANOS, 150
PAULO CESAR ZANONCINI LINS
CNPJ/CPF: 877.404.279-34
Cidade: Curitibanos - SC;
Prazo de Captação: 09/12/2019 à 31/12/2019
ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
190189 - Uma Tarde no Museu
Departamento Cultural do Abrigo do Marinheiro
CNPJ/CPF: 72.063.654/0011-47
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 07/12/2019 à 31/12/2019

PORTARIA Nº 717, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 2.367, de 27 de novembro de 2019 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAMILO CALANDRELI

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
184062 - AOI
Marco de Vita Campos
CNPJ/CPF: 278.900.528-12
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 53.816,42
Valor total atual: R$ 777.974,40
185219 - Fenachamp - espetáculos culturais
Marca Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 07.793.081/0001-73
Cidade: Nova Prata - RS;
Valor Reduzido: R$ 24.750,00
Valor total atual: R$ 203.720,00
186111 - Festival Cultural FAROFA - 1ª edição
PRAZERES DA MESA - SOCIEDADE SIMPLES - EPP
CNPJ/CPF: 09.237.658/0001-96
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 499.032,00
Valor total atual: R$ 2.375.132,18
190152 - SÉRIE SINFÔNICA COM CONVIDADOS, TEMPORADA 19/20
ARTE VIVA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 72.680.044/0001-10
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 351.422,41
Valor total atual: R$ 4.371.849,59

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEPARTAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 279, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Deferir a concessão de certificação de entidade beneficente de assistência social da seguinte entidade por atender os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, com validade de três anos a partir da publicação desta portaria no D.O.U., nos termos do art. 5º, do Decreto nº 8.242/2014, disposta por nome da entidade, CNPJ, município/UF, nº do processo e número do parecer técnico:

1. NUCLEO DE RECUPERAÇÃO E REABILITAÇÃO DE VIDAS, 03.448.121/0001-99, SÃO JOSE/SC, 71000.000469/2019-13, 55944/2019.

Art. 2º Deferir as concessões de certificação de entidade beneficente de assistência social, protocolada no Portal de Serviços da Cidadania Digital instituído pela Portaria nº 2.690/2018, publicada no D.O.U de 31/12/2018, por atender os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, com validade de três anos a partir da publicação desta portaria no D.O.U., nos termos do art. 5º, do Decreto nº 8.242/2014, dispostas por nome da entidade, CNPJ, município/UF, e nº do protocolo eletrônico das seguinte entidades:

1. EDUCANDÁRIO LAR DE JESUS, 54.026.877/0001-80, PIEDADE/SP, 235874.0003662/2019.

2. INSTITUTO PALPARE, 27.718.941/0001-11, CRUZEIRO/SP, 235874.0002781/2019.

3. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS-APAE DE IPUAÇU, 06.080.502/0001-56, IPUAÇU/SC, 235874.0003780/2019.

4. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TARUMIRIM, 11.130.346/0001-20, TARUMIRIM/MG, 235874.0001678/2019.

5. FUNDAÇÃO TOQUE - FUNDAÇÃO PARA O BEM ESTAR EDUCACIONAL, ESPORTIVO, SOCIAL, CULTURAL E OCUPACIONAL DE ARARAQUARA E REGIÃO - FUNBESCO, 08.409.109/0001-99, ARARAQUARA/SP, 235874.0005897/2019.

Art. 3º Pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 4º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS

PORTARIA Nº 280, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Deferir as renovações de certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades por atenderem os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, dispostas por nome da entidade, CNPJ, município/UF, nº do processo, número do parecer técnico e período de validade de certificação:

1. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CHAPECÓ, 82.804.733/0001-43, CHAPECO/SC, 71000.037338/2009-10, 55023/2019, de 15/08/2009 a 14/08/2014.

2. ASSOCIAÇÃO DOS FISSURADOS LABIOPALATAIS DE SOROCABA E REGIAO - AFISSORE, 60.110.863/0001-43, SOROCABA/SP, 71000.139175/2014-68, 39775/2019, de 22/12/2014 a 21/12/2017.

3. SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 45.485.737/0001-80, BOITUVA/SP, 71000.065780/2017-38, 52484/2019, de 04/04/2018 a 03/04/2021.

Art. 2º Deferir as renovações de certificação de entidade beneficente de assistência social, protocolada no Portal de Serviços da Cidadania Digital instituído pela Portaria nº 2.690/2018, publicada no D.O.U de 31/12/2018, por atender os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, dispostas por nome da entidade, CNPJ, município/UF, e nº do protocolo eletrônico da seguinte entidade e período de validade de certificação:

1. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, 37.541.513/0001-10, CHAPADÃO DO SUL/MS, 235874.0004478/2019 de 28/01/2020 a 27/01/2023.

2. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE SABINOPOLIS, 04.503.677/0001-01, SABINÓPOLIS/MG, 235874.0004488/2019 de 23/01/2020 a 22/01/2025.

3. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE FOZ DO IGUAÇU -PR, 75.426.148/0001-91, FOZ DO IGUAÇU/PR, 235874.0007178/2019 de 28/08/2020 a 27/08/2025.

4. ASSOCIAÇÃO ALMA MATER, 67.169.029/0001-72, MOJI MIRIM/SP, 235874.0003527/2019 de 30/03/2020 a 29/03/2023.

5. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, 00.102.575/0001-15, ABADIA DOS DOURADOS/MG, 235874.0004518/2019 de 28/05/2020 a 27/05/2025.

6. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE DOUTOR CAMARGO PR, 72.426.125/0001-99, DOUTOR CAMARGO/PR, 235874.0007337/2019 de 01/04/2020 a 31/03/2025.

7. APAE DE SAO JOAQUIM DA BARRA, 51.792.810/0001-69, SÃO JOAQUIM DA BARRA/SP, 235874.0005366/2019 de 30/12/2019 a 29/12/2022.

8. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA OLIMPIA, 80.616.097/0001-09, NOVA OLÍMPIA/PR, 235874.0005264/2019 de 03/04/2020 a 02/04/2025.

9. ASSOCIAÇÃO AMOR PRA DOWN, 04.132.172/0001-70, BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC, 235874.0003660/2019 de 05/12/2019 a 04/12/2022.

10. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INHAPIM, 01.974.296/0001-04, INHAPIM/MG, 235874.0003776/2019 de 01/03/2020 a 28/02/2025.

11. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PASSOS, 17.921.537/0001-97, PASSOS/MG, 235874.0002800/2019 de 21/10/2019 a 20/10/2022.

12. ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS SANTACRUZENSES, 54.712.294/0001-03, SANTA CRUZ DO RIO PARDO/SP, 235874.0003694/2019 de 28/05/2020 a 27/05/2025.

13. CASA DA ESPERANÇA, 01.339.302/0001-51, BAURU/SP, 235874.0007938/2019 de 05/12/2019 a 04/12/2024.

14. CENTRO DE PROMOÇÃO EDUCACIONAL E SOCIAL NA COMUNIDADE, 48.439.681/0001-15, ARARAQUARA/SP, 235874.0003789/2019 de 10/11/2019 a 09/11/2022.

15. ASSOCIAÇÃO LAR MOISES, 00.365.563/0001-83, CURITIBA/PR, 235874.0003749/2019 de 05/12/2019 a 04/12/2024.

16. ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BENTO GONCALVES, 87.845.251/0001-55, BENTO GONÇALVES/RS, 235874.0007976/2019 de 30/12/2019 a 29/12/2024.

17. ASSOCIAÇÃO E PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SUZANO, 49.908.742/0001-09, SUZANO/SP, 235874.0004742/2019 de 01/09/2019 a 31/08/2024.

18. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LORENA, 51.785.590/0001-46, LORENA/SP, 235874.0005595/2019 de 29/12/2019 a 28/12/2022.

19. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ESMERALDAS - MG, 05.626.413/0001-08, ESMERALDAS/MG, 235874.0005577/2019 de 08/12/2019 a 07/12/2024.

20. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS /APAE DE PALMAS, 78.685.302/0001-38, PALMAS/PR, 235874.0005611/2019 de 08/08/2020 a 07/08/2023.

21. LAR VOVO QUERUBINA, 45.323.953/0001-29, IGARAPAVA/SP, 235874.0002933/2019 de 01/01/2020 a 31/12/2024.

22. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAS DE ARCOS, 20.876.579/0001-68, ARCOS/MG, 235874.0002930/2019 de 30/12/2019 a 29/12/2024.

23. LAR BENEFICENTE CELINA, 49.073.265/0001-09, VOTUPORANGA/SP, 235874.0004774/2019 de 15/06/2020 a 14/06/2025.

24. INSTITUTO DE APOIO A CRIANÇA COM CÂNCER, 11.661.358/0001-81, BARBALHA/CE, 235874.0005728/2019 de 31/07/2020 a 30/07/2025.

25. LAR DA CRIANÇA NINHO DE PAZ, 53.372.454/0001-50, SÃO PAULO/SP, 235874.0002216/2019 de 26/01/2020 a 25/01/2023.

26. CENTRO SOCIAL TREZENTOS DE GIDION, 87.300.406/0001-78, LAJEADO/RS, 235874.0004823/2019 de 17/04/2020 a 16/04/2025.

27. ASSOCIAÇÃO DO BEM ESTAR DO MENOR DE PILAR DO SUL - ASSOBEM KANGURU, 03.813.096/0001-03, PILAR DO SUL/SP, 235874.0004809/2019 de 05/12/2019 a 04/12/2024.

28. LAR SAO VICENTE DE PAULO DE IPUIUNA, 41.777.731/0001-25, IPUIÚNA/MG, 235874.0004805/2019 de 19/12/2019 a 18/12/2024.

29. APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, 27.192.707/0001-01, CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES, 235874.0004791/2019 de 01/01/2020 a 31/12/2022.

30. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CO, 67.168.724/0001-10, CONCHAL/SP, 235874.0005749/2019 de 24/11/2019 a 23/11/2022.

31. ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE CAMPO GRANDE MS, 15.413.222/0001-03, CAMPO GRANDE/MS, 235874.0002259/2019 de 13/12/2019 a 12/12/2022.

32. CONGREGAÇÃO DAS IRMAS URSULINAS DA SAGRADA FAMÍLIA, 44.293.645/0001-35, MOGI DAS CRUZES/SP, 235874.0004032/2019 de 05/12/2019 a 04/12/2024.

33. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARAPUTANGA, 24.988.529/0001-23, ARAPUTANGA/MT, 235874.0003984/2019 de 31/10/2019 a 30/10/2024.

34. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE AURIFLAMA, 49.965.742/0001-40, AURIFLAMA/SP, 235874.0004075/2019 de 13/06/2020 a 12/06/2025.

35. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, 01.953.619/0001-83, BARRA DO BUGRES/MT, 235874.0001297/2019 de 06/04/2019 a 05/04/2022.

36. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PAULÍNIA, 54.678.594/0001-13, PAULÍNIA/SP, 235874.0004142/2019 de 30/06/2019 a 29/06/2022.

37. ASS. DE AMPARO A CRIANCA EADOLECENTE DE SANTA ALBERTINA, 71.748.008/0001-89, SANTA ALBERTINA/SP, 235874.0005805/2019 de 18/07/2020 a 17/07/2025.

38. ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS V REDONDA, 32.515.298/0001-69, VOLTA REDONDA/RJ, 235874.0005799/2019 de 10/08/2020 a 09/08/2023.

39. ORATÓRIO SÃO LUIZ, 44.215.002/0001-73, ARARAS/SP, 235874.0004977/2019 de 25/11/2019 a 24/11/2024.

40. ASSOCIAÇÃO CULTURAL PINTURA SOLIDÁRIA - VAMOS COLORIR A VIDA, 08.845.381/0001-11, SOROCABA/SP, 235874.0005824/2019 de 01/09/2019 a 31/08/2024.

41. OBRA SOCIAL E ASSISTENCIAL PADRE BONAFE, 50.448.349/0001-69, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP, 235874.0005873/2019 de 16/12/2019 a 15/12/2024.

42. ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, 76.698.380/0001-41, BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC, 235874.0004999/2019 de 24/03/2020 a 23/03/2023.

43. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAQUIRAÍ/MS, 08.720.628/0001-73, ITAQUIRAÍ/MS, 235874.0004980/2019 de 31/10/2019 a 30/10/2024.

44. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, 20.637.666/0001-62, BURITIS/MG, 235874.0005919/2019 de 10/11/2019 a 09/11/2022.

45. SERVIÇO DE ENGAJAMENTO COMUNITÁRIO - SECRI, 31.795.321/0001-53, VITÓRIA/ES, 235874.0002319/2019 de 31/10/2019 a 30/10/2022.

46. ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE IRMÃO MARIANO DIAS, 49.074.222/0001-48, VOTUPORANGA/SP, 235874.0003223/2019 de 01/12/2019 a 30/11/2024.

47. ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA BOA AMIZADE, 68.006.238/0001-68, CAMPINAS/SP, 235874.0005030/2019 de 17/07/2020 a 16/07/2025.

48. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAPIVARI, 50.062.561/0001-93, CAPIVARI/SP, 235874.0005016/2019 de 12/04/2020 a 11/04/2023.

49. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, 01.978.837/0001-72, JANUÁRIA/MG, 235874.0004238/2019 de 24/06/2019 a 23/06/2022.

50. CENTRO SÓCIO EDUCATIVO SEMENTE ESPERANÇA, 02.243.432/0001-59, CAMPINAS/SP, 235874.0008311/2019 de 13/04/2020 a 12/04/2025.

51. NÚCLEO ESPÍRITA DR. ADOLFO BEZERRA DE MENEZES, 01.912.117/0001-04, FERNANDÓPOLIS/SP, 235874.0007124/2019 de 31/10/2019 a 30/10/2024.

52. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CRISTINA - APAE, 19.093.723/0001-00, CRISTINA/MG, 235874.0008403/2019 de 02/10/2020 a 01/10/2025.

53. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE PRIMEIRO DE MAIO, 80.613.292/0001-77, PRIMEIRO DE MAIO/PR, 235874.0003418/2019 de 01/01/2020 a 31/12/2024.

54. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, 02.945.580/0001-15, BELFORD ROXO/RJ, 235874.0005183/2019 de 22/02/2020 a 21/02/2025.

55. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SALGADO FILHO, 02.375.023/0001-06, SALGADO FILHO/PR, 235874.0005170/2019 de 25/06/2020 a 24/06/2025.

Art. 3º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 4º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS

PORTARIA Nº 281, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos da Revisão Administrativa, constantes na NOTA TÉCNICA Nº 115/2019/MC/SEDS/SNAS/DRSP/CGCEB, exarada nos autos do Processo nº 71000.041400/2018-51, resolve:

Art. 1º Anular a Portaria nº 346/2018 de 29/11/2018, art. 2º, item 8, publicada no D.O.U. dia 30/11/2018, referente à entidade CONVENÇÃO BATISTA MINEIRA, CNPJ 17.357.898/0001-52, de Belo Horizonte/MG, em razão de publicação indevida.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 6.511/SEI, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, IV, da Constituição da República de 1988, a Lei Federal n.º 13.341/2016, art. 6º, III, o Decreto n.º 5.371/2005, art. 38, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.055784/2013-01, invocando as razões da Nota Técnica nº 1276/2015/SEI-MC, chancelada pelo Parecer nº 112/2015/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, resolve:

INDEFERIR o pedido de transferência de autorização apresentado pela Apogeu Comunicações Ltda., executante do serviço de retransmissão de televisão em caráter secundário, no município de Lauro de Freitas, estado da Bahia, tendo em vista o não atendimento ao disposto no Decreto nº 5.371 de 17 de fevereiro de 2005.

MARCOS CESAR PONTES

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 6.712, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019

Estabelece orientações, prazos e detalhamentos para a realização do Planejamento Anual da Contratação (PAC) no âmbito da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Departamento de Administração - CGRL/DAD, como unidade de compras do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições conferidas pela Portaria MCTIC nº 217 (Regimento Interno), de 25 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 28 de janeiro de 2019, Seção 1, Pág. 8, e

Considerando a necessidade de se realizar o planejamento das contratações das unidades para as quais a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Departamento de Administração - CGRL/DAD, como unidade de compras, realiza os procedimentos licitatórios e suas exceções legais,

Considerando a obrigatoriedade de utilização do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (Sistema PGC), conforme determina a Instrução Normativa nº 01, de 10 de janeiro de 2019, e posteriores atualizações, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, resolve:

Art. 1º Estabelecer orientações, prazos e detalhamentos para a realização do Planejamento Anual da Contratação (PAC) no âmbito da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Departamento de Administração - CGRL/DAD como unidade de compras do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), nos termos da Instrução Normativa Seges/ME nº 1/2019, e posteriores atualizações, que dispõe sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - Sistema PGC e sobre a elaboração do Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Seção I

Disposições Iniciais

Art. 2º Para efeitos desta Portaria são adotadas as seguintes definições:

I - Autoridade Máxima: Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a quem este delegar;

II - Setor de Licitações: é a Coordenação de Licitações, Compras e Contratos da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Departamento de Administração - COLCC/CGRL/DAD, como unidade de compras responsável pelo planejamento, coordenação e acompanhamento das ações destinadas à realização das contratações no âmbito do MCTIC;

III - Setor Requisitante: unidade dentre as listadas no art. 5º desta Portaria que é responsável por identificar a necessidade de contratação de um bem ou serviço, realizando o cadastro e consolidação no Sistema PGC dos itens a serem contratados;

IV - Sistema PGC: constitui ferramenta informatizada, integrante da plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), disponibilizada pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia para elaboração do PAC pelas UASGs dos Órgãos e Entidades. O Sistema PGC pode ser acessado no endereço eletrônico https://pgc.planejamento.gov.br; e

V - Autoridade Competente: é o responsável por enviar ao Setor de Licitações, via Sistema PGC, os itens que pretende contratar no exercício subsequente. Caso não seja o titular ou o substituto legal das unidades listadas no art. 5º desta Portaria, a Autoridade Competente deverá ser formalmente designada por meio de Portaria.

VI - Unidade supridora: é a unidade da estrutura funcional responsável pelo planejamento e controle de materiais e serviços que guardam relação com suas atividades, devendo centralizar a demanda desses objetos.

VII - Sistema Eletrônico de Informações - SEI: é uma ferramenta de gestão de documentos e processos eletrônicos, e tem como objetivo promover a eficiência administrativa. Onde deverá ser criado o processo para o envio das demandas de cada área requisitante ao Setor de Licitações.

Seção II Da constituição do Plano Anual de Contratações

Art. 3º Cada Setor Requisitante deverá organizar e consolidar as demandas das unidades sob sua subordinação regimental, informando todos os itens que pretende contratar, além das prorrogações contratuais para exercício subsequente, e encaminhar à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL, via Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por meio de formulário próprio, em processo exclusivo para sua demanda, com a finalidade de elaboração do Plano Anual de Contratações (PAC), seguindo as orientações da Instrução Normativa Seges/ME nº 01/2019.

Parágrafo único. As disposições estabelecidas no caput não se aplicam às unidades supridoras do Órgão, as quais serão tratadas nos art. 7º e 8º desta Portaria. Essas unidades realizarão a inclusão dos itens diretamente no Sistema SPGC.

Art. 4º O rol com todas as informações constantes do cadastramento de cada item do PAC no Sistema PGC está definido no art. 5º da Instrução Normativa Seges/ME nº 01/2019.

Art. 5º São reconhecidos como Setores Requisitantes, que contratam por meio da CGRL, as seguintes unidades:

a) 240101 - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Departamento de Administração - CGRL/DAD

b) 240102 - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças do Departamento de Administração - CGOF/DAD

c) 240110 - Departamento de Assuntos Internacionais e Cooperação - DEAIC

d) 240112 - Secretaria Executiva - SEXEC

e) 240113 - Subsecretaria de Unidades Vinculadas - SUV

f) 240115 - Secretaria de Empreendedorismo e Inovação - SEMPI

g) 240116 - Secretaria de Tecnologias Aplicadas - SETAP

h) 240117 - Coordenação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBIO

i) 240119 - Secretaria de Políticas para Formação e Ações Estratégicas - SEFAE

j) 240133 - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Departamento de Administração - CGGP/DAD

k) 240135 - Gabinete do Ministro - GM

l) 240136 - Consultoria Jurídica - CONJUR

m) 240139 - Coordenação-Geral de Governança de Fundos - CGGF

n) 240219 - Departamento de Tecnologia da Informação - DTI

o) 240244 - Coordenação-Geral de Bens Sensíveis - CGBS

p) 240225 - Departamento de Administração - DAD

q) 240236 - Coordenação da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA

r) 240237 - Departamento de Governança Institucional - DGI

s) 240264 - Coordenação-Geral de Comunicação Social - CGCS

t) 240266 - Secretaria de Radiodifusão - SERAD

u) 240267 - Secretaria de Telecomunicações - SETEL

v) 240297 - Secretaria de Planejamento, Cooperação, Projetos e Controle - SEPLA;

w) 240298 - Assessoria Especial de Assuntos Institucionais - AEAI e

x) 240301 - Inventariança da Alcântara Cyclone Space - ACS .

Parágrafo único. Os órgãos pertencentes à estrutura deste MCTIC que possuem unidade de compras própria, diversa da unidade de compras tratada nesta Portaria (Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Departamento de Administração - CGRL/DAD), deverão realizar seu Planejamento Anual de Contratação (PAC), em cumprimento ao disposto na IN Seges/ME nº 01/2019.

Art. 6º Compete ao Setor Requisitante o encaminhamento das demandas via Sistema Eletrônico de Informações - SEI, em processo exclusivo para sua demanda, ao Setor de Licitações (Coordenação de Licitações, Compras e Contratos da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, do Departamento de Administração - COLCC/CGRL/DAD), o qual consolidará todas as necessidades do Ministério e encaminhará para aprovação da Autoridade Máxima de que trata o inciso I do art. 2º desta Portaria, em conformidade ao disposto no art. 8º da Instrução Normativa Seges/ME nº 01/2019.

Art. 7º A Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Departamento de Administração - CGRL/DAD é o único Setor Requisitante competente a cadastrar no Sistema PGC os materiais permanentes e de consumo para o MCTIC, bem como a contratação de serviços de mão-de-obra exclusiva, continuados ou não, destinados a dar suporte às atividades do MCTIC.

Art. 8º O Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) é o único Setor Requisitante competente a cadastrar no Sistema PGC as soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação, seja material ou serviço, devendo o PAC ser elaborado em consonância com as normas específicas do Órgão Central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP.

Seção III Do cronograma do Plano Anual de Contratações Subseção I Da elaboração e aprovação

Art. 9º Até, impreterivelmente, o dia 1º de abril de cada ano de elaboração do Plano Anual de Contratações (PAC), as unidades deverão proceder às seguintes ações:

a) o Setor Requisitante deverá encaminhar as demandas via Sistema Eletrônico de Informações - SEI, preenchendo formulário próprio, em processo exclusivo para sua demanda, na forma do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhados das informações constantes do art. 5º da Instrução Normativa Seges/ME nº 01/2019; e

b) a Autoridade Competente deverá concordar com os lançamentos e enviar o PAC, via Sistema Eletrônico de Informações - SEI, em processo exclusivo para sua demanda, ao Setor de Licitações (Coordenação de Licitações, Compras e Contratos da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, do Departamento de Administração - COLCC/CGRL/DAD).

Art. 10 Durante o período de 1º de janeiro a 15 de abril do ano de elaboração do Plano Anual de Contratações (PAC), o Setor de Licitações (Coordenação de Licitações, Compras e Contratos da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, do Departamento de Administração - COLCC/CGRL/DAD) deverá analisar as demandas encaminhadas pelo Setor Requisitante e, após conferência, enviá-las para aprovação da Autoridade Máxima.

Art. 11 Até o dia 30 de abril do ano de sua elaboração, o Plano Anual de Contratações (PAC) deverá ser aprovado pela Autoridade Máxima e enviado ao Ministério da Economia, por meio do Sistema PGC.

Art. 12 A Autoridade Máxima poderá reprovar itens constantes do Plano Anual de Contratações (PAC) ou, se necessário, devolvê-lo ao Setor de Licitações (Coordenação de Licitações, Compras e Contratos da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, do Departamento de Administração - COLCC/CGRL/DAD) para realizar adequações, em conjunto com o Setor Requisitante, observada a data limite de aprovação.

Subseção II Da revisão e redimensionamento

Art. 13 Nos períodos de 1º a 30 de setembro e de 16 a 30 de novembro do ano de elaboração do Plano Anual de Contratações (PAC), visando adequar o PAC ao orçamento aprovado para o exercício, poderá haver inclusão, exclusão ou redimensionamento de itens.

§ 1º o período que compreende a quinzena posterior à aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), ficará restrito à autoridade máxima e unidade de compras para realizarem as adequações necessárias.

§ 2º Para que sejam procedidas as alterações de que trata o caput deste artigo, a inclusão, a exclusão e o redimensionamento de itens deverão ser apresentadas ao Setor de Licitações (Coordenação de Licitações, Compras e Contratos da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, do Departamento de Administração - COLCC/CGRL/DAD) até 10 (dez) dias antes do prazo final estabelecido no art. 13 desta Portaria, ou conforme estabelecido pelo Setor de Licitações.

Art. 14 A alteração do Plano Anual de Contratações (PAC) também deverá ser aprovada pela Autoridade Máxima e enviada ao Ministério da Economia, via Sistema PGC, dentro dos prazos previstos no art. 13 desta Portaria.

Art. 15 O redimensionamento, exclusão ou inclusão de itens do PAC somente poderá ser realizado mediante justificativa dos fatos que ensejaram a mudança da necessidade da contratação.

Subseção II Do calendário de licitações

Art. 16 O Setor de Licitações (Coordenação de Licitações, Compras e Contratos da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, do Departamento de Administração - COLCC/CGRL/DAD) elaborará o calendário de licitações em consonância com os prazos dos itens registrados no Sistema PGC, observados os incisos VIII e IX do art. 5º da Instrução Normativa Seges/ME nº 01/2019, respeitando o prazo determinado na Instrução Normativa.

Parágrafo Único. As áreas requisitantes, quando do envio dos processos de contratações dos seus itens à unidade de compras, deverão observar o prazo do planejamento da contratação e instrução processual previsto no calendário de licitações a fim de que o objeto pretendido seja contratado na data desejada.

Seção IV Da execução do PAC

Art. 17 As demandas constantes do Plano Anual de Contratações (PAC) para a efetiva contratação deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitações (Coordenação de Licitações, Compras e Contratos da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Departamento de Administração - COLCC/CGRL/DAD) com a antecedência necessária para o cumprimento da data estimada para as compras ou contratação, acompanhadas da devida instrução processual, de que trata a Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, a Instrução Normativa SLTI/MP nº 4, de 11 de setembro de 2014, e normativos que venham à substituí-las ou outros que regerem o assunto.

Art. 18 Na execução do PAC, o Setor de Licitações observará se as demandas a ele encaminhadas constam no Plano vigente.

§ 1º As demandas que não constem do PAC ensejarão a sua revisão, caso justificadas, mediante aprovação da autoridade máxima, ou a quem esta delegar, e posterior envio ao Ministério da Economia, por meio do Sistema PGC.

§ 2º As alterações das informações relacionadas às prorrogações contratuais também serão submetidas à autoridade máxima para autorização, conforme o § 1º deste artigo.

§ 3º Durante a execução do Plano, os procedimentos de contratações de itens, registrados no Plano vigente, enviados após o mês de outubro, por não haver mais tempo hábil para a execução, exceto dispensa, inexigibilidade e adesão, serão inseridos, pelo Setor de Licitações, no Plano Anual de Contratações, do ano subsequente, utilizando a segunda janela de revisão e redimensionamento - 16 a 30 de novembro, conforme previsto no Art. 9º, Inciso I da IN nº 01/2019.

Seção Disposições Finais

Art. 19 O relatório do Plano Anual de Contratações (PAC), na forma simplificada, deverá ser divulgado no sítio eletrônico do MCTIC em até 15 (quinze) dias corridos após a sua aprovação, ou conforme o Órgão Governante Superior determinar.

Parágrafo Único. No caso de alteração, a versão atualizada do Plano Anual de Contratações (PAC) também deverá ser divulgada no sítio eletrônico do MCTIC, em substituição à versão anterior, no mesmo prazo estabelecido no caput deste artigo.

Art. 20 As orientações, novos prazos e demais informações que por ventura sejam exaradas pelo Ministério da Economia em face do PAC ou o Sistema PGC, por meio de seu Portal institucional ou outro meio oficial serão observados por este Ministério.

Art. 21 Fica revogada a Portaria nº 646/2019, publicada no Diário Oficial da União de 1º de março de 2019, Seção 1, pág. 43.

Art. 22 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FLORA BAPTISTUCCI

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA Nº 6.512/SEI, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, na Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, na Portaria nº 932, de 22 de agosto de 2014, e na Portaria nº 217, de 25 de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º Autorizar a adaptação da outorga, de caráter secundário para primário, da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, inscrita no CNPJ sob o nº 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em tecnologia digital, na localidade de PESCADOR/MG, no canal 42 (quarenta e dois), visando a retransmissão dos seus próprios sinais.

Art. 2º Aprovar o local de instalação e equipamentos e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.005557/2019-76 e da Nota Técnica 23419/2019/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL

PORTARIA Nº 6.529/SEI, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, na Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, na Portaria nº 932, de 22 de agosto de 2014, e na Portaria nº 217, de 25 de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º Autorizar a adaptação da outorga, de caráter secundário para primário, da EMPRESA PIONEIRA DE TELEVISÃO S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 59.152.629/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em tecnologia digital, na localidade de NOVA EUROPA/SP, no canal 25 (vinte e cinco), visando a retransmissão dos seus próprios sinais (SÃO CARLOS/SP).

Art. 2º Aprovar o local de instalação e equipamentos e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.028903/2019-94 e da Nota Técnica 23553/2019/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATO Nº 7.701, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

Outorga autorização para uso de radiofrequência à ELIESIO CARLOS RODRIGUES, CPF nº 038.544.976-36, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

HERMANN BERGMANN GARCIA E SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 7.700, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

Outorga autorização para uso de radiofrequência à(ao) RÁDIO NOTÍCIAS DE TATUÍ LTDA, CNPJ 47.946.082/0001-25, associada à autorização para exploração do Serviço Aux. Radiodifusão - Reportagem Externa.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 7.638, DE 4 DE DEZEMBRO 2019

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) POTIGUAR E&P SA, CNPJ nº 30.759.670/0001-57, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

WANDERSON MOREIRA BRITO
Gerente
Substituto(a)

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATO Nº 7.118, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Processo nº 53500.037388/2019-48. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV INDEPENDENCIA LTDA, CNPJ 79.107.918/0001-94, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Paranaguá/PR.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 7.274, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019

Processo nº 53500.014108/2015-08. declara extinta, por renúncia, a partir de 30/04/2019, a autorização outorgada à SABIUS INFORMATICA LTDA, CNPJ nº 11.361.486/0001-00, por intermédio do Ato nº 50385, de 20/11/2015, publicado no DOU de 01/12/2015, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 7.290, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2019

Processo nº 53516.003382/2019-06. declara extinta, por renúncia, a partir de 09/09/2019, a autorização outorgada à BOLIVAR CALÇADOS LTDA, CNPJ/MF nº 78.586.716/0003-71, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional, bem como o direito de uso de radiofrequencia associada.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 7.437, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019

Processo nº 53500.014099/2007-37. Extingue, por cassação, a autorização para a exploração do Serviço Comunicação Multimídia, expedida à FUTURUS NET PROVEDOR DE INTERNET LTDA, CNPJ/MF nº 05.252.183/0001-56, por meio do Ato nº 348, de 22/01/2008, publicado no DOU de 30/01/2008, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133 e 139, da Lei nº 9472, de 16/07/1997.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

Nº 7.487 Processo nº 53500.039547/2019-49. Expede autorização à INFORR COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ/MF nº 21.648.941/0001-06, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.497 Processo nº 53500.047846/2019-57. Expede autorização à JOSE FRANCIMAR PINHEIRO DE BARROS, CNPJ/MF nº 21.573.174/0001-13, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA N° 107/GM-MD, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre as normas e os procedimentos para os eventos esportivos das Forças Armadas.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 43 do Anexo I do Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, e considerando o que consta no Processo nº 60501.000358/2019-31, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas as normas e os procedimentos para a realização dos eventos esportivos das Forças Armadas.

Art. 2º Os integrantes das Forças Armadas, das Forças Auxiliares e de demais entidades que participarem dos eventos esportivos militares organizados e dirigidos pela Comissão Desportiva Militar do Brasil (CDMB) e por outras entidades deverão observar as disposições desta Portaria Normativa.

Parágrafo único. O desporto militar tem como finalidade maior promover o congraçamento no âmbito da Forças e entre elas, e desenvolver a sã camaradagem e o espírito de corpo, com base na hierarquia e na disciplina, nunca devendo esta base ser abalada por conta da busca de resultados desportivos.

CAPÍTULO II

CAMPEONATOS ESPORTIVOS DAS FORÇAS ARMADAS

Seção I

Generalidades

Art. 3º Sem prejuízo das competências estabelecidas no Regimento Interno do Ministério da Defesa, cabe à CDMB fixar critérios para seleção e convocação de atletas que constituirão as equipes militares representativas do Brasil, para a preparação dessas equipes e para a realização de competições desportivas entre as Forças Singulares.

Art. 4º Os eventos esportivos a que se refere esta Portaria Normativa são os seguintes:

I - campeonatos das Forças Armadas;

II - competições escolares;

III - seletivas das Forças Armadas;

IV - Competições Esportivas Regionais das Forças Armadas (CERFA); e

V - outros, a critério da CDMB.

§ 1º Os eventos esportivos organizados pela CDMB não previstos nesta Portaria Normativa, incluindo os paradesportivos, ou que tenham objetivo exclusivo de confraternização, recebem o título de torneio ou encontro e terão regulamentação específica, com expedição de orientações normativas específicas.

§ 2º As Forças Auxiliares podem participar dos eventos esportivos constantes caput, sendo sua participação regulada pelas orientações normativas específicas para o evento.

§ 3º As Forças Singulares podem editar normas para a realização de eventos esportivos internos às suas respectivas instituições, em observância às disposições desta Portaria Normativa.

Art. 5º Os campeonatos das Forças Armadas são as competições realizadas, no mínimo, entre duas das Forças Singulares, em uma única modalidade, previstas no calendário esportivo anual e reguladas por orientações normativas específicas para o evento.

Art. 6º As competições escolares são aquelas disputadas pelas escolas militares, sendo elas:

I - NAVAMAER - competição entre os aspirantes da Escola Naval (EN), os cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e os cadetes da Academia da Força Aérea (AFA);

II - NAE - competição entre os alunos do Colégio Naval (CN), os alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx) e os alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR); e

III - MAREXAER - competição entre os alunos do Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA)/Centro de Instrução Sylvio de Camargo (CIASC), os alunos da Escola de Sargentos das Armas (ESA)/Escola de Sargentos de Logística (EsSLog) e os alunos da Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR).

Parágrafo único. As competições entre os estabelecimentos de ensino das Forças Armadas são reguladas por orientações normativas específicas, elaboradas pela CDMB e pelas organizações militares participantes, ouvidas as Comissões de Desportos das Forças Singulares.

Art 7º As seletivas das Forças Armadas são competições esportivas disputadas entre as Forças Singulares, com o intuito de selecionar os atletas que integrarão a delegação brasileira em eventos esportivos internacionais, e são reguladas por orientações normativas específicas.

Art 8º As Competições Esportivas Regionais das Forças Armadas são competições que ocorrem, pelo menos, entre duas representações de cada Força Armada, em guarnições militares, sendo reguladas por orientações normativas específicas.

§ 1º As CERFA têm por finalidade reforçar a coesão, o espírito de corpo e o congraçamento no âmbito das Forças Singulares e entre estas.

§ 2º Não poderão competir os militares convocados para o serviço ativo para integrar o Programa de Atletas de Alto Rendimento (PAAR).

Art. 9º Os eventos programados pela CDMB têm como princípios gerais e objetivos básicos:

I - incentivar a prática do treinamento físico militar nas Forças;

II - promover o desenvolvimento do esporte junto às Forças;

III - desenvolver o espírito de corpo e de camaradagem entre os componentes das Forças;

IV - divulgar a prática esportiva militar em todo o território nacional;

V - propiciar, por meio do esporte, maior integração entre civis e militares;

VI - gerenciar e coordenar a participação do Brasil em eventos desportivos militares internacionais;

VII - coordenar a organização de eventos desportivos militares internacionais no Brasil; e

VIII - apoiar o desporto nacional.

Parágrafo único. Os eventos previstos pela CDMB devem cultivar os princípios básicos militares da hierarquia e da disciplina.

Art. 10. O Programa Desportivo Militar Anual, elaborado pelo Departamento de Desporto Militar, em coordenação com as Forças Armadas, deve ser submetido à aprovação do Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto do Ministério da Defesa.

Art. 11. Cada Força Singular deve comparecer a todos os eventos programados.

§ 1º Na impossibilidade de comparecimento, as Comissões de Desportos das Forças Singulares devem informar a razão de sua ausência à CDMB, por meio de documento oficial, com antecedência mínima de dois meses da data marcada para o início do evento.

§ 2º A Força Singular que deixar de comparecer a evento do Programa Esportivo Militar Anual ou dele retirar-se é considerada ausente do evento e fica anulada sua participação.

§ 3º A Força Singular que ficar impossibilitada de participar de evento programado, com uma equipe constituída, pode participar das provas individuais, com a concordância das outras Forças e da CDMB.

§ 4º Os atletas que concorrerem em provas individuais, nas condições previstas no § 3º, fazem jus aos prêmios correspondentes às suas respectivas colocações.

§ 5º As colocações obtidas pelos atletas nas provas individuais são consideradas válidas para todos os efeitos.

Seção II

Organização

Art. 12. Compete à CDMB:

I - organizar, dirigir e realizar os campeonatos com o auxílio das Forças e demais entidades esportivas;

II - divulgar as competições nos locais onde serão realizadas e solicitar a colaboração do Comando Militar de Área sede dos campeonatos, por intermédio do Comando da Força Singular;

III - expedir boletim informativo diariamente, durante a realização dos campeonatos;

IV - apoiar o deslocamento, hospedagem e alimentação das delegações da Forças Singulares; e

V - apoiar as Forças Singulares na obtenção de pessoal e material necessários à organização e à direção do campeonato.

Parágrafo único. A CDMB poderá delegar às Comissões de Desportos das Forças Singulares, mediante acordo prévio, firmado no ano anterior ao evento, as providências relacionadas à organização, à direção, à infraestrutura, à divulgação e à realização dos eventos, e previsto em orientação normativa específica.

Art. 13. Compete às Comissões de Desportos das Forças Singulares:

I - divulgar as competições no âmbito das Forças Singulares;

II - providenciar o transporte de suas delegações até o local da competição; e

III - providenciar o material esportivo necessário à sua Delegação;

Art. 14. Compete à Comissão de Desportos da Força Singular, responsável pela organização e direção da competição, providenciar:

I - a hospedagem, a alimentação e o transporte local das delegações participantes do evento esportivo; e

II - a equipe médica de saúde e remoção por ocasião dos eventos esportivos, em conformidade com a legislação vigente e a especificidade da modalidade.

Art. 15. Para efeito desta Portaria Normativa, nas competições escolares, as competências atribuídas às Comissões de Desportos das Forças Singulares, mencionadas no art. 14, tornam-se atribuições das escolas militares.

Art. 16. Nos campeonatos em que houver necessidade de numerar os atletas, essa numeração deve ser efetuada pela respectiva Força Singular, conforme segue:

I - Marinha: de 100 a 199;

II - Exército: de 200 a 299;

III - Aeronáutica: de 300 a 399; e

IV - Forças Auxiliares e convidados: de 400 em diante.

§ 1º Excetuam-se ao disposto no caput as modalidades nas quais a numeração é estabelecida por normas específicas.

§ 2º Os números devem ser confeccionados em tecido na cor preta e com, no mínimo, 8cm e, no máximo, 10cm de altura, inscritos em um retângulo branco, nas dimensões de 25cm x 16cm.

§ 3º É de responsabilidade das Forças Singulares, Forças Auxiliares e convidados a fixação dos números nas camisetas dos atletas à altura do peito e nas costas.

Art. 17. A organização dos eventos deve estar de acordo com o disposto nesta Portaria Normativa e na orientação normativa específica do evento esportivo, além de considerar as regras internacionais para cada modalidade.

Seção III

Inscrições e Delegações

Art. 18. Somente militares em serviço ativo podem participar como atletas nos eventos desportivos das Forças Armadas, exceto quando houver norma específica que permita ampliar essa participação.

§ 1º Os chefes de delegação e os chefes de equipe não podem acumular funções na delegação, nem mesmo como atleta, a fim de assegurar a formação da comissão técnica e dos júris técnico e de apelação.

§ 2º Em caráter extraordinário e mediante coordenação com as escolas militares, as Praças Especiais, exceto os Guardas-Marinhas e Aspirantes a Oficial, poderão participar de competições desportivas no nível Forças Armadas, que não sejam no nível Escola de Formação, na condição de avulso, em modalidades que assim permitam.

§ 3º É admitida a participação de civis na comissão técnica da delegação.

§ 4º As Praças Especiais podem integrar equipes representativas do Brasil em campeonatos militares internacionais.

Art. 19. A CDMB deve remeter às Comissões de Desportos das Forças Singulares, até dez dias antes da competição, os formulários próprios para a inscrição geral e por prova.

§ 1º Os formulários de inscrição preenchidos devem ser entregues à CDMB na reunião de abertura, contendo o posto ou a graduação, o nome completo (nome de guerra grifado) e a unidade a que pertence o militar.

§ 2º A inscrição geral deve ser assinada pelo chefe da delegação, e a inscrição por prova pelo chefe de equipe.

Art. 20. Podem ser efetuadas substituições de atletas inscritos em determinadas provas por outros que estejam em condições de competir, desde que tenham sido relacionados na inscrição geral.

Art. 21. Para os fins desta Portaria Normativa, avulso é aquele militar que excede o número de inscrições permitidas pela regulamentação, havendo a obrigatoriedade de anuência das Forças Singulares e da CDMB para a efetivação de sua inscrição no evento.

§ 1º O atleta avulso não se confunde com o atleta descrito no § 3º do art. 11 desta Portaria Normativa.

§ 2º O atleta avulso que participar de campeonato das Forças Armadas não concorre a prêmios, cabendo à CDMB providenciar uma premiação à parte, a fim de incentivar os atletas vitoriosos.

§ 3º O atleta avulso, em disputa com os titulares, não tem sua colocação considerada para efeito de pontuação, e seu resultado não é válido para fins de recorde.

§ 4º É possível a participação avulsa por equipe, desde que haja anuência das Comissões de Desportos das Forças Singulares e da CDMB.

§ 5º É permitida a participação de atletas civis, na condição de hors-concours, a critério da CDMB, quando houver interesse de incentivar um determinado esporte ou possibilitar sua maior integração e divulgação, sendo a eles conferida premiação especial.

§ 6º É permitida a participação de atletas avulsos das Forças Auxiliares.

Art. 22. Os critérios para a constituição das delegações e informações detalhadas acerca das diversas modalidades esportivas constam da orientação normativa específica do evento esportivo.

Seção IV

Regulamentos

Art. 23. Os campeonatos realizados pela CDMB serão regulados pela presente Portaria Normativa e têm por base a orientação normativa específica do evento esportivo e os regulamentos das seguintes organizações:

I - Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM);

II - União Desportiva Militar Sul-Americana (UDMSA);

III - Federações Internacionais das respectivas modalidades;

IV - Confederações Brasileiras das referidas modalidades; e

V - Federações Estaduais das referidas modalidades.

Art. 24. Ato do Presidente da CDMB disciplinará a tramitação das propostas de alteração desta Portaria Normativa, que deverão ser apresentadas por consenso das Comissões de Desportos das Forças Singulares e da CDMB e levadas à aprovação do Ministro de Estado da Defesa.

Art. 25. As regras e os regulamentos das modalidades ficam subordinados às normas estabelecidas nesta Portaria Normativa e na orientação normativa específica do evento esportivo, além de considerar as regras internacionais para cada modalidade.

Seção V

Reuniões

Art. 26. Devem constar do Programa Esportivo Militar Anual os seguintes eventos administrativos:

I - duas Reuniões da Alta Direção do Esporte Militar (RADEM);

II - duas Reuniões de Coordenação do Esporte Militar (RCEM);

III - reuniões preparatórias para as competições escolares; e

IV - atividades pertinentes do CISM e da UDMSA.

Art. 27. As reuniões da Alta Direção do Esporte Militar (RADEM) têm por objetivos:

I - proceder a abertura e o encerramento do ano esportivo militar; e

II - definir, reformular ou ratificar a política para o esporte militar.

§ 1º As reuniões serão convocadas pela CDMB e contam com a participação dos Presidentes da CDMB e das Comissões de Desportos das Forças Singulares do Gerente-Executivo da CDMB e dos Vice-Presidentes das Comissões de Desportos.

§ 2º As reuniões de abertura e de encerramento do ano esportivo militar devem ser programadas, respectivamente, para os meses de janeiro ou fevereiro e de novembro ou dezembro de cada ano.

§ 3º As reuniões de que trata o caput devem ser dirigidas pelo Presidente da CDMB.

§ 4º A critério do Ministério da Defesa, podem participar convidados especiais.

Art. 28. As Reuniões de Coordenação do Esporte Militar (RCEM) têm por objetivo apreciar assuntos de interesse do esporte militar nacional e internacional.

Parágrafo único. As reuniões serão convocadas pela CDMB e contarão com a participação do Gerente-Executivo da CDMB e dos Vice-Presidentes das Comissões de Desportos das Forças Singulares.

Art. 29. A CDMB realizará três reuniões preparatórias das competições escolares, para coordenar a realização das respectivas competições, devendo participar, obrigatoriamente:

I - o Gerente-Executivo da CDMB ou seu representante;

II - o oficial relator da CDMB;

III - os Comandantes do Corpo de Aspirantes, Cadetes, Alunos ou seus representantes das respectivas escolas militares;

IV - os Chefes das Seções ou Departamentos de Educação Física das respectivas escolas militares; e

V - os representantes das Comissões de Desportos das Forças Singulares.

Art. 30. É realizada uma reunião de abertura, antecedendo o início de cada campeonato ou conjunto de campeonatos, com o objetivo de:

I - acertar detalhes da competição;

II - proceder a sorteios;

III - prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários; e

IV - definir a constituição da Comissão Técnica e dos Júris Técnico e de Apelação.

Parágrafo único. Devem comparecer à reunião de abertura, obrigatoriamente:

I - o Gerente-Executivo da CDMB ou seu representante;

II - o Oficial relator da CDMB;

III - os chefes de delegação;

IV - os chefes de equipe;

V - os técnicos das equipes;

VI - o diretor técnico da competição; e

VII - o relator da modalidade das Comissões de Desportos.

Art. 31. Durante um campeonato, podem ser realizadas reuniões específicas entre o pessoal envolvido na competição, tais como:

I - reunião do júri técnico;

II - reunião do júri de apelação;

III - reunião da comissão técnica; e

IV - reunião da arbitragem.

Art. 32. A CDMB deve informar a todos os órgãos e instituições participantes os assuntos constantes da agenda de cada reunião, com a antecedência mínima de vinte dias da realização do evento.

Art. 33. Em até trinta dias após as reuniões, a CDMB deve remeter a ata correspondente às organizações militares participantes.

Art. 34. Os tópicos básicos de cada reunião devem constar da orientação normativa específica do evento esportivo ou de outros documentos.

Art. 35. A CDMB pode convocar reuniões extraordinárias em qualquer época.

Seção VI

Comissão Técnica

Art. 36. A CDMB deverá valer-se de uma comissão técnica, de um júri de apelação e de um júri técnico, para assegurar o cumprimento desta Portaria Normativa durante a realização dos eventos sob sua responsabilidade.

Art. 37. A comissão técnica constitui-se de:

I - Presidente: representante da CDMB; e

II - três membros: indicados pelas Comissões de Desportos das Forças Singulares ou os Chefes das Seções de Educação Física das escolas militares, quando das competições escolares.

Art. 38. São encargos da comissão técnica:

I - verificar, com antecedência, se as instalações e o material a serem empregados estão dentro dos padrões técnicos exigidos para o campeonato;

II - coordenar, controlar e supervisionar a realização das competições, em seu aspecto organizacional, nos eventos que congregam mais de uma modalidade; e

III - indicar os atletas, com base nos critérios constantes orientação normativa específica do evento esportivo, para a composição da Delegação Brasileira, quando for o caso.

Seção VII

Cerimônias

Art. 39. Nos eventos esportivos sob a responsabilidade da CDMB haverá uma cerimônia de abertura e outra de encerramento, disciplinadas em ato do Presidente da CDMB.

Art. 40. A cerimônia de abertura terá, no mínimo, as seguintes atividades:

I - apresentação das delegações à mais alta autoridade militar presente;

II - hasteamento das bandeiras do Brasil, da CDMB e das Comissões de Desportos das Forças Singulares e das Organizações Militares participantes;

III - saudação do Presidente da CDMB ou de seu representante;

IV - juramento do atleta: "JURO - QUE ME APRESENTAREI NA .....COMO CONCORRENTE LEAL - RESPEITANDO OS REGULAMENTOS E DESEJOSO DE PARTICIPAR COM ESPÍRITO CAVALHEIRESCO - PARA O BEM DE NOSSAS REPRESENTAÇÕES - E PARA A GLÓRIA DOS DESPORTOS NAS FORÇAS ARMADAS";

V - declaração de abertura pela mais alta autoridade militar presente, podendo ser antecedida de uma alocução, com as seguintes palavras: "DECLARO ABERTO O (A) ......"; e

VI - desfile das delegações quando possível.

Art. 41. A cerimônia de encerramento terá, no mínimo, as seguintes atividades:

I - apresentação das delegações à mais alta autoridade militar presente;

II - premiação;

III - palavras do Presidente da CDMB ou de seu representante;

IV - declaração de encerramento pela mais alta autoridade militar presente, podendo ser antecedida de uma alocução, com as seguintes palavras: "DECLARO ENCERRADO O (A) .....";

V - arriação das bandeiras; e

VI - desfile das delegações, quando possível.

Seção VIII

Premiação

Art. 42. Os prêmios das diferentes modalidades esportivas estarão previstos na orientação normativa específica do evento esportivo.

Art. 43. Todos os atletas titulares que estabeleçam marcas superiores ou iguais ao da última lista de recordes para a prova em questão fazem jus ao Diploma de Recordista das Forças Armadas.

Art. 44. A premiação será disponibilizada pela CDMB observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras.

§ 1º As medalhas e troféus serão providenciados pela organização da competição, com o recurso proveniente da CDMB.

§ 2º Os diplomas para os recordistas e os certificados de participação para as comissões técnicas das delegações serão confeccionados pela CDMB.

Art. 45. Nos casos de empate entre as Forças Singulares, no resultado final geral, elas terão direito aos prêmios e às vantagens previstos como Força vencedora.

Art. 46. A entrega dos troféus e diplomas de recordista das Forças Armadas deve ser feita na cerimônia de encerramento.

Parágrafo único. As medalhas devem ser entregues na cerimônia de encerramento ou no decorrer da competição.

Art. 47. A premiação individual de medalhas deve ser feita obedecendo aos seguintes critérios:

I - aos três primeiros colocados, quando houver mais de quatro participantes;

II - aos dois primeiros colocados, quando houver quatro participantes;

III - ao primeiro colocado, quando houver menos de quatro participantes; e

IV - ao técnico da equipe vencedora.

Art. 48. Os prêmios de eventos paralelos aos campeonatos das Forças Armadas têm regulamentação própria e são de responsabilidade da CDMB.

Art. 49. Os diplomas e certificados de participação devem ser entregues aos chefes de delegação, pela CDMB, ao término da competição.

Seção IX

Recordes

Art. 50. São considerados recordes os resultados obtidos por atletas titulares que igualem ou melhorem os índices máximos alcançados anteriormente.

Art. 51. Para serem homologados como recordes, os resultados devem ser:

I - alcançados em competições promovidas pela CDMB ou em competições internacionais ou nacionais em que a Delegação do Brasil ou da CDMB seja oficialmente constituída; e

II - obtidos por atletas militares.

Art. 52. Os recordes podem ser individuais, por equipe ou de revezamento.

Parágrafo único. Os resultados obtidos pelos atletas nas provas por equipe não são homologados como recordes individuais, exceção feita nas provas de revezamento da natação para o primeiro atleta e nas provas de Tiro de Arma Curta e de Arma Longa do Campeonato Brasileiro de Tiro das Forças Armadas.

Art. 53. Os recordes devem ser homologados pela CDMB.

Parágrafo único. A CDMB publicará anualmente a relação atualizada de recordistas e dos recordes militares.

Art. 54. Para que os resultados sejam considerados recordes devem ser cumpridas as regras específicas de cada modalidade esportiva.

Art. 55. Os resultados obtidos em seletivas promovidas pela CDMB são considerados recordes desde que se realizem dentro do prescrito no art. 60 desta Portaria Normativa.

Art. 56. Não são permitidas as tentativas de recordes extracompetição.

Seção X

Disposições Gerais

Art. 57. As articulações da CDMB para tratar de assuntos administrativos e técnicos serão feitas diretamente com as Comissões de Desportos das Forças Singulares.

Art. 58. Durante os campeonatos, os entendimentos de serviço devem obedecer aos seguintes níveis:

I - Gerente-Executivo da CDMB ou seu representante, com os chefes de delegação e os representantes das Forças; e

II - Comissão técnica ou organizadora do campeonato, com os chefes de equipe.

Art. 59. Todos os militares participantes dos campeonatos, sempre que solicitado, devem apresentar seu documento de identidade militar.

Art. 60. A contagem de pontos e a classificação das equipes e de atletas devem ser realizadas de acordo com o estipulado em cada campeonato e em conformidade com a orientação normativa específica do evento esportivo.

Art. 61. Para a arbitragem dos eventos devem ser utilizados, sempre que possível, árbitros credenciados pelas Federações, Confederações ou entidades similares, de acordo com as modalidades esportivas constantes do Programa Desportivo Militar Anual ou pela CDMB.

Art. 62. O atleta que praticar uma falta grave ou antiesportiva deve sofrer as penalidades previstas nas regras da modalidade disputada.

§ 1º Todo atleta que incorrer neste artigo pode ser impedido de participar do restante do campeonato.

§ 2º O caso deve ser apreciado por um Conselho composto pelos membros do júri de apelação.

§ 3º Os casos não previstos nesta Portaria Normativa serão decididos pelo Presidente da CDMB ou seu representante, ouvidos os representantes das Forças.

§ 4º A penalização aplicada ao atleta não o isenta do processo e respectiva sanção disciplinar que este venha a sofrer na Força.

Art. 63. Todo o trâmite da documentação referente às inscrições para as competições internacionais do CISM ou da UDMSA deve ocorrer por intermédio da CDMB.

CAPÍTULO III

NORMAS E PROCEDIMENTOS DOS RECURSOS E DOS JURIS

Seção I

Júris

Art. 64. Todos os casos surgidos durante as competições, cujo conteúdo possa interferir nos legítimos interesses de uma equipe ou que cause alteração no seu resultado, devem ser analisados à luz deste Capítulo.

Art. 65. Para resolver as questões entre equipes durante os eventos esportivos sob a responsabilidade da CDMB, serão instituídos o júri técnico e o júri de apelação.

Art. 66. O júri técnico tem a seguinte constituição:

I - Presidente: representante da CDMB; e

II - membros: um representante de cada Comissão de Desportos das Forças Singulares ou, no caso das competições escolares, um representante de cada escola de formação.

§ 1º Os júris técnicos devem ser tantos quantas forem as modalidades em disputa em uma mesma competição, como na NAVAMAER, na NAE, na MAREXAER e outras.

§ 2º Nas competições escolares, os membros do júri técnico serão os chefes das equipes das modalidades de cada uma das escolas de formação.

§ 3º Para as competições de esgrima e paraquedismo, o diretório técnico e o colegiado de árbitros, conforme suas composições, respondem pelo júri técnico do campeonato.

Art. 67. São atribuições dos membros do júri técnico:

I - ter conhecimento prévio das regras da competição, dos regulamentos, da orientação normativa específica do evento esportivo e desta Portaria Normativa;

II - permanecer em local previamente estabelecido pelo presidente do júri técnico para acompanhar a competição;

III - anotar os dados importantes surgidos durante as reuniões e que podem ser de interesse nos debates e para o texto da decisão;

IV - usar identificação fornecida pela CDMB, que lhes permitam ser facilmente reconhecidos;

V - assegurar-se de que as regras serão aplicadas durante a competição;

VI - alertar à organização da competição sobre as irregularidades que presenciar ou tomar conhecimento e, se julgar que não foi dada solução satisfatória ao caso, solicitar ao presidente do júri técnico que intervenha na competição;

VII - providenciar acesso à legislação em vigor, necessária aos julgamentos;

VIII - tomar conhecimento dos locais, dos horários e de todo o material necessário às reuniões do júri;

IX - receber, apreciar e julgar, em primeira instância, os recursos impetrados pelos chefes de equipe;

X - ouvir, se necessário, os juízes, os técnicos e outros elementos, com o objetivo de colher subsídios para suas decisões;

XI - votar;

XII - verificar o preenchimento do formulário de recurso e assiná-lo;

XIII - dar conhecimento, por escrito, a todos os chefes de equipe, das decisões relativas aos recursos impetrados, fazendo com que eles assinem o documento e coloquem a hora em que dele tomaram ciência;

XIV - suspender a competição, no todo ou em parte, quando a decisão a ser tomada puder influir em seu prosseguimento; e

XV - cumprir outras tarefas eventualmente atribuídas ao júri técnico.

Art. 68. Os integrantes do júri técnico não podem pertencer ao júri de apelação.

Art. 69. Somente o presidente do júri técnico é competente para suspender uma competição, no todo ou em parte, quando a decisão a ser tomada puder influir em seu prosseguimento.

Art. 70. O júri de apelação tem a seguinte constituição:

I - Presidente: o Presidente da CDMB ou seu representante; e

II - membros: os chefes de delegação das Forças Singulares e Auxiliares.

Parágrafo único. Há apenas um júri de apelação, ainda que em uma mesma competição haja várias modalidades em disputa.

Art. 71. São atribuições dos membros do júri de apelação:

I - ter conhecimento prévio das regras da competição, dos regulamentos, da orientação normativa específica do evento esportivo e desta Portaria Normativa;

II - anotar os dados importantes surgidos durante as reuniões e que possam ser de interesse nos debates e para o texto da decisão;

III - usar identificação fornecida pela CDMB, que lhes permita ser facilmente reconhecidos;

IV - alertar o presidente do júri técnico sobre irregularidade constatada e que fira os preceitos da legislação em vigor;

V - providenciar a legislação em vigor, necessária aos julgamentos;

VI - tomar conhecimento dos locais, dos horários e de todo o material necessário às reuniões do júri;

VII - receber, apreciar e julgar, em segunda instância, os recursos impetrados pelos chefes de equipe;

VIII - ouvir, se necessário, os juízes, os técnicos e outros elementos, com o objetivo de colher subsídios para suas decisões;

IX - votar;

X - verificar o preenchimento do formulário de recurso e assiná-lo;

XI - dar conhecimento, por escrito, a todos os chefes de equipe, das decisões relativas aos recursos impetrados, fazendo com que eles assinem o documento e coloquem a hora em que dele tomaram ciência; e

XII - cumprir outras tarefas eventualmente atribuídas ao júri de apelação.

Art. 72. Os integrantes do júri de apelação não poderão pertencer ao júri técnico.

Art. 73. O diretor de um campeonato ou prova não poderá ter função cumulativa com a de presidente ou membro dos júris.

Art. 74. Os membros dos júris devem evitar, desde o momento da posse até o término da disputa, a participação em polêmicas sobre fatos relacionados à competição.

Art. 75. Em caso de necessidade, a troca de qualquer integrante dos júris é de competência exclusiva do Presidente da CDMB.

Art. 76. São atribuições dos presidentes dos júris:

I - convocar o júri para as reuniões, definindo o local e a hora;

II - conduzir as reuniões;

III - distribuir missões aos membros do júri;

IV - indicar um membro do júri para secretariar as reuniões;

V - convocar as testemunhas necessárias ao julgamento;

VI - estabelecer o momento em que o júri deve votar;

VII - em caso de empate na votação, decidir por meio do seu voto de qualidade;

VIII - aprovar o texto da decisão;

IX - entregar a decisão do júri aos chefes de equipe, mediante recibo, que conterá o registro do horário da referida entrega, no caso de decisão em primeira instância, homologando-a oficialmente; e

X - proceder a entrega da cópia da decisão à organização da competição, para publicação no boletim informativo do evento, ratificando-a oficialmente.

Art. 77. Os júris técnico e de apelação devem ser constituídos durante a reunião de abertura dos campeonatos.

Art. 78. As atribuições dos júris devem limitar-se às previstas nesta Portaria Normativa, mesmo que a regulamentação específica de uma modalidade lhes faculte outras atribuições.

Art. 79. Os júris, convocados por seus presidentes, devem realizar uma reunião preliminar e tantas reuniões de julgamento quantas forem necessárias.

Art. 80. A reunião preliminar, de caráter obrigatório, será realizada imediatamente após a reunião de abertura, a fim de ajustar detalhes como a revisão de cláusula do regulamento, leitura de itens de maior interesse das normas de procedimentos e tudo que possa vir a facilitar as reuniões de julgamento.

Art. 81. Para as reuniões de julgamento, o júri deve reunir-se tão logo seja interposto o recurso, proferindo a decisão no prazo de uma hora e em uma só reunião.

Parágrafo único. Excepcionalmente, podem ser realizadas outras reuniões.

Seção II

Recurso

Art. 82. Todo recurso deve ser julgado de acordo com o estabelecido nesta Portaria Normativa, na orientação normativa específica do evento esportivo, nos regulamentos do CISM e nas regras oficiais da modalidade respectiva que o motivar.

Parágrafo único. A divulgação oficial do resultado do julgamento referido no caput deve ser levada ao conhecimento dos chefes de equipes, por escrito, para que aponham o "ciente" no formulário de recurso.

Art. 83. Entende-se por recurso o expediente escrito, interposto por um chefe de equipe ao presidente de um júri, com vistas à reparação de erro que admita haver interferido nos legítimos interesses de sua equipe ou haja alterado o resultado da competição.

Art. 84. Para os fins desta Portaria Normativa, adotam-se as seguintes definições:

I - erro de direito: é aquele que decorre da aplicação errônea de dispositivo desta Portaria Normativa, de regulamentos ou de regras que regem uma competição; e

II - erro de fato: é aquele decorrente de falha de observação de um árbitro, juiz, fiscal ou apontador no transcorrer de uma disputa, independente da interpretação de outrem.

Art. 85. Todo recurso fundamentado em um erro de fato deve ser rejeitado por ambos os júris.

Art. 86. O recurso pode ser interposto:

I - em primeira instância, ao júri técnico; e

II - em segunda instância, ao júri de apelação.

Art. 87. Para interposição de recurso devem ser observados os seguintes prazos:

I - para o júri técnico, até trinta minutos após a divulgação oficial do resultado da competição que tiver motivado o recurso; e

II - para o júri de apelação, até uma hora após a comunicação da decisão do júri técnico ao chefe de equipe.

§ 1º A fim de que se cumpra o prazo para a interposição do recurso, o diretor da competição deve registrar na súmula a hora exata da divulgação oficial do resultado.

§ 2º Entende-se por divulgação oficial do resultado o momento em que o resultado da competição é anunciado publicamente por elemento credenciado pela organização da competição ou a hora de sua publicação em documento oficial da competição, o que ocorrer primeiro.

Art. 88. O formulário de recurso deve ser fornecido pela CDMB por ocasião da reunião de abertura do evento esportivo ou quando solicitado.

Parágrafo único. O modelo é único, tanto para o recurso em primeira instância quanto para o recurso em segunda instância.

Art. 89. Para que o recurso seja aceito deve ser:

I - apresentado conforme o modelo constante da orientação normativa específica do evento esportivo;

II - apresentado dentro dos prazos; e

III - assinado pelo chefe de equipe.

Parágrafo único. O não atendimento ao disposto neste artigo implica rejeição do recurso.

Seção III

Recorrente

Art. 90. O recorrente é o chefe de equipe que solicitar ao júri o julgamento de um recurso.

Art. 91. São direitos do recorrente:

I - interpor quantos recursos achar necessário ao júri técnico ou de apelação, desde que se refiram a fatos distintos entre si;

II - receber oficialmente o formulário de recurso preenchido com o julgamento e a decisão do júri; e

III - recorrer ao júri de apelação contra decisão do júri técnico.

Art. 92. São deveres do recorrente:

I - interpor recurso nos prazos predeterminados; e

II - apresentar recurso de forma clara e precisa, apoiando-se em documentos vigentes.

Seção IV

Decisões

Art. 93. Após a apreciação dos fatos, cabe aos júris técnico e de apelação a decisão, pela maioria absoluta dos votos.

Art. 94. Cada componente dos júris técnico e de apelação tem direito a um voto.

Art. 95. Em caso de empate, os presidentes dos júris técnico e de apelação decidem pelo voto de qualidade.

Art. 96. Da decisão do júri técnico cabe apresentação de recurso à instância superior.

Art. 97. Da decisão do júri de apelação não cabe novo recurso.

Art. 98. A decisão do júri de apelação é final, desde que não implique suspensão definitiva da competição ou modifique sua programação constante do Programa Desportivo Militar Anual.

Parágrafo único. As decisões que implicarem suspensão definitiva da competição ou modifiquem a programação constante do Programa Desportivo anual previstos no caput serão submetidas ao Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD).

Seção V
Disposições Gerais
Art. 99. O comitê organizador da competição deve providenciar:
I - o acesso à legislação em vigor, inerente à competição;
II - a alimentação e o transporte necessários às reuniões dos júris, quando for o caso;
III - os locais adequados para que os júris possam realizar suas sessões e acompanhar com facilidade a competição;
IV - a entrega dos formulários de recurso às delegações, na quantidade necessária;
V - as instalações e o material de expediente necessários às reuniões dos júris; e
VI - a identificação dos integrantes dos júris.
Art. 100. O abandono de uma delegação da competição em virtude de uma decisão final do júri de apelação constitui fato disciplinar, devendo ser oficialmente comunicado ao Comando da Força Singular à qual pertença a delegação infratora.
CAPÍTULO IV
NORMAS ANTIDOPAGEM
Seção I
Finalidade
Art. 101. Para fim da presente Portaria Normativa, considera-se dopagem a ocorrência de uma ou mais violações das Regras Antidopagem, estabelecidas no Código Brasileiro Antidopagem.
Art. 102. São considerados métodos ou substâncias proibidos todos aqueles constantes da lista mais recente divulgada pela Agência Mundial Antidopagem (AMA-WADA) e Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD).
Seção II
Aplicação
Art. 103. A CDMB, mediante solicitação à ABCD, pode requerer a aplicação do exame antidoping nas seguintes circunstâncias:
I - em qualquer campeonato esportivo por ela dirigido, organizado ou coordenado, incluindo as competições sob a égide do Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM) e da União Desportiva Militar Sul Americana (UDMSA);
II - em qualquer atleta selecionado para compor Delegação ou representação esportiva militar nacional; e
III - no caso de quebra de recorde internacional do CISM ou civil, devidamente homologado pelo comitê organizador local.
Art. 104. A adoção do exame antidopagem tem por finalidade:
I - preservar a ética no esporte;
II - proteger a integridade física e psicológica dos atletas; e
III - proporcionar a igualdade de oportunidades a todos os competidores.
Art. 105. Cabe ao representante da CDMB nos eventos esportivos fazer cumprir as normas antidopagem existentes na presente Portaria Normativa.
Art. 106. No caso de adoção de exame antidopagem em uma competição ou evento, a CDMB deve informar, durante a reunião de abertura, que, caso ocorra o controle de dopagem, as equipes e respectivos atletas deverão seguir todas as orientações recebidas dos Oficiais de Controle de Dopagem encarregados de realizar a coleta.
Parágrafo único. A quantidade de testes a serem realizados em determinado evento, quer seja nacional ou internacional, não deve ser divulgada para atletas e equipes.
Art. 107. A responsabilidade pela aplicação correta do exame antidopagem é do Oficial de Controle de Dopagem, devidamente credenciado pela Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem.
§ 1º A seleção dos atletas a serem testados em competições nacionais será da ABCD, em coordenação com a CDMB.
§ 2º A seleção dos atletas a serem testados em eventos do CISM e da UDMSA deve seguir as regras daqueles órgãos.
Art. 108. A coleta das amostras obedece aos procedimentos previstos nas normas da AMA-WADA e deve ser realizada por pessoal credenciado pela ABCD, sob solicitação da CDMB.
Parágrafo único. São considerados válidos somente os testes efetuados sob a autoridade da entidade credenciada para realizar os testes (ABCD ou AMA-WADA).
Art. 109. Por ocasião da coleta de material, os atletas têm o direito de estar acompanhados de um representante de sua delegação ou Força.
Parágrafo único. Caso o atleta seja menor de idade, este acompanhamento é obrigatório e deverá ser providenciado pela respectiva Força.
Art. 110. Qualquer atleta que se negue a fornecer material para exame é considerado como caso positivo de dopagem e terá o seu processo enviado para a Autoridade de Gestão de Resultados do evento.
Parágrafo único. A CDMB deve informar a decisão, por meio de comunicado oficial, ao chefe de delegação ou, no caso de o fato ocorrer com militar selecionado para equipe representativa nacional, à Comissão de Desportos da Força Singular a que pertença o militar.
Art. 111. Cabe à Força Singular, por meio do chefe de delegação ou de representante oficial da respectiva Comissão de Desportos, informar à CDMB, com a antecedência prevista no regulamento da modalidade, a existência de atleta de sua Força que fez ou esteja fazendo uso, com fim terapêutico, de alguma substância ou método que ofereça restrições, acompanhada da respectiva Autorização para Uso Terapêutico expedida para a ABCD, pela respectiva Federação Internacional, ou pela Autoridade Nacional de Controle de Dopagem, no caso de atletas brasileiros.
§ 1º Quando solicitado pelo Oficial de Controle de Dopagem, durante o procedimento de coleta de amostra de urina ou sangue, o atleta, podendo ser auxiliado pelo médico da delegação a qual pertença, deve informar quanto à utilização de qualquer outro medicamento, mesmo aqueles que não oferecem restrições.
§ 2º A prestação de informações não impede que qualquer atleta seja submetido ao exame de controle de dopagem.
Seção III
Resultados
Art. 112. A coleta deve seguir o que prescrevem as normas da AMA-WADA, quer seja para amostras de sangue ou de urina, coletando sempre amostras "A" e "B", em frascos separados e com a mesma numeração para cada coleta do atleta submetido ao teste.
§ 1º Uma vez que ocorra um resultado negativo na análise da amostra "A", o resultado será acatado e informado à Autoridade de Gestão de Resultados (ABCD ou CISM).
§ 2º Uma vez que ocorra um resultado positivo na amostra "A", o atleta deverá ser comunicado pela Autoridade de Gestão de Resultados e terá a opção de que seja realizada a análise de sua amostra "B", dentro do prazo de sete dias, ou a opção de assumir o resultado de somente uma análise (amostra "A") como sendo a final.
§ 3º Observado o disposto no § 2º, o atleta tem a opção de escolher outro laboratório, também credenciado pela AMA-WADA, diferente daquele em que foi feita a análise da amostra "A", arcando com os custos do transporte da amostra e, da mesma forma, o atleta tem o direito de estar presente ou de enviar um representante e assistir a abertura da amostra "B".
§ 4º Caso a amostra "B" apresente um resultado negativo, o resultado pela amostra "A" será desconsiderado e o atleta será informado pela Autoridade de Gestão de Resultados.
§ 5º Caso a amostra "B" confirme o resultado da amostra "A", o resultado será encaminhado para a Autoridade de Gestão de Resultados (ABCD ou CISM) que dará seguimento ao processo, encaminhando o mesmo para o Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem (TJD-AD), ou para a Comissão de Disciplina, conforme cada caso.
§ 6º Caso o atleta, após tomar conhecimento do resultado da amostra "A", não solicite a contraprova (amostra "B"), caberá à Autoridade de Gestão de Resultados (ABCD ou CISM) solicitar este exame, se assim julgar necessário, ou permanecer somente com a análise da amostra "A".
Art. 113. Caso o atleta seja flagrado com um resultado positivo em suas amostras e possua uma Autorização de Uso Terapêutico, deverá encaminhá-la, com a brevidade que for possível, à Autoridade de Gestão de Resultados.
Seção IV
Sanções
Art. 114. A aplicação das sanções fica a cargo da Autoridade de Gestão de Resultados do exame, sendo normalmente a ABCD, para os eventos nacionais, que encaminhará o caso para o Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem (TJD-AD) e o CISM, para os eventos internacionais realizados no Brasil, que encaminhará o caso para a Comissão de Disciplina daquela entidade.
Parágrafo único. Em eventos internacionais, não chancelados pelo CISM, a ABCD será a Autoridade de Gestão de Resultados, com o consequente encaminhamento do caso para o TJD-AD.
Art. 115. Após a decisão expedida pelo TJD-AD, para casos julgados no Brasil, ou pela Comissão de Disciplina do CISM, o atleta tem o prazo de vinte e um dias para recorrer à Corte Arbitral do Esporte (CAS).
Art. 116. As sanções, quer do TJD-AD, quer da Comissão de Disciplina do CISM ou da Corte Arbitral do Esporte (CAS), podem ser aplicadas a qualquer militar ou civil que, comprovadamente, tenha induzido o atleta ao uso de métodos ou substâncias proibidas, ou tenha incorrido em quaisquer das restrições mencionadas no Código Brasileiro Antidopagem.
Art. 117. As sanções aplicadas pelos órgãos de que trata o art. 116, e previstas na presente Portaria Normativa, não excluem as sanções de ordem disciplinar que a Força julgar pertinentes.
Seção V
Disposições Gerais
Art. 118. Durante o processo de análise dos testes, todos os procedimentos são considerados confidenciais e restritos às respectivas Autoridades de Coleta, de Teste e de Resultados.
§ 1º A divulgação final do resultado será encaminhada em primeiro lugar ao atleta, em seguida à CDMB que, posteriormente, deverá notificar a Comissão de Desportos da Força Singular a que pertença o militar.
§ 2º Após o atleta ter sido notificado e claramente ter tomado ciência de seu resultado, este perde seu caráter de confidencialidade.
Art. 119. A CDMB deve comunicar o fato ao órgão esportivo nacional responsável pela modalidade na qual o caso tenha sido confirmado como positivo.
Art. 120. A CDMB, em contato com a ABCD, deverá oferecer aos seus atletas ações educativas antidopagem, em forma de palestras ou oficinas.
CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 121. O disposto nesta Portaria Normativa aplica-se conjuntamente com a orientação normativa específica da competição ou do evento esportivo, na qual serão fixadas as prescrições pormenorizadas relativas às competições militares, com seus anexos e apêndices, cabendo ao Presidente da CDMB editá-las e proceder a sua atualização.
Parágrafo único. A CDMB deve propor a atualização da presente Portaria Normativa sempre que necessário e em consenso com as Forças Singulares.
Art. 122. Fica revogada a Portaria nº 1.057/MD, de 16 de julho de 2008.
Art. 123. Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO AZEVEDO E SILVA

COMANDO DO EXÉRCITO
COMANDO LOGÍSTICO
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS

INSTRUÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA Nº 22, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

EB: 64474.012481/2019-21

Aprova o Manual do Usuário do Sistema de Controle de Explosivos do Exército (SICOEX), versão 1.1

O DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso XV do art. 63 das Instruções Gerais para a Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército, aprovadas pela Portaria nº 255, de 27 de fevereiro de 2019, do Comandante do Exército; o previsto no art. 100 da Portaria nº 147 - COLOG, de 21 de novembro de 2019; resolve:
Art. 1º Aprovar o Manual do Usuário do Sistema de Controle de Explosivos do Exército (SICOEX), anexo a esta Instrução.
Art. 2º Determinar que esta Instrução entre em vigor na data de sua publicação.
Anexo A - MANUAL DO USUÁRIO DO SICOEX
Anexo B - REQUERIMENTO PARA UTILIZAÇÃO DO SICOEX
Anexo C - TERMO DE RESPONSABILIDADE DE USO DO SICOEX
Anexo D - TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE
Anexo E - LISTA DE ÍCONES
OBS: Todos os anexos estão disponíveis na página da DFPC na internet.

Gen Bda EUGÊNIO PACELLI VIEIRA MOTA

COMANDO DA MARINHA
SECRETARIA-GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 114/DADM, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

Alteração de dados cadastrais de Organização Militar (OM) no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 13 da Instrução Normativa no 1.863, de 27 de dezembro de 2018, da Receita Federal do Brasil (RFB), resolve:
Art. 1º Atualizar o CEP do CNPJ nº 00.394.502/0335-81, pertencente a Delegacia Fluvial de Porto Velho, para 76.801-056.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C Alte (IM) WAGNER CORRÊA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 118/DADM, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Inscrição de Organização Militar (OM) no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 13 da Instrução Normativa no 1.863, de 27 de dezembro de 2018, da Receita Federal do Brasil (RFB), resolve:
Art. 1º Requisitar a inscrição no CNPJ, na condição de filial, da Delegacia Fluvial de Furnas (DelFurnas), Natureza Jurídica 101-5 Órgão Público do Poder Executivo Federal, Código e Descrição da Atividade Econômica Principal (CNAE - Fiscal Principal) 84.22-1/00 - Defesa, Código e Descrição da Atividade Econômica Secundária (CNAE- Fiscal Secundária) 84.11-6/00 - Administração Pública em Geral, sediada na Rua Lavras, nº 228, Furnas, São José da Barra, Minas Gerais, MG, CEP 37945-000.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C Alte (IM) WAGNER CORRÊA DOS SANTOS

Ministério do Desenvolvimento Regional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.952, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Dá nova redação à Portaria n. 1.735, de 16 de julho de 2019, que estabelece diretrizes para as operações de crédito com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), contratadas no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), para os fins que especifica.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição Federal, o art. 6º da Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 66 do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), aprovado pelo Decreto n. 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto n. 1.522, de 13 de junho de 1995, o art. 10 da Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009, o art. 11 do Decreto n. 7.499, de 16 de junho de 2011, o art. 29 da Lei n. 13.844, de 18 de julho de 2019 e a Resolução n. 702, de 4 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS, resolve:

Art. 1º A Portaria n. 1.735, de 16 de julho de 2019, do Ministério de Desenvolvimento Regional, que estabelece diretrizes para as operações de crédito com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), contratadas no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), para os fins que especifica, publicada no Diário Oficial da União em 19 de julho de 2019, Seção 1, páginas 183 e 184, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

.....

Art. 2º .....

.....

§4º .....

I - Estejam localizadas em municípios com população até 50.000 (cinquenta mil) habitantes, e que tenham obtido Carta de Habite-se ou documento equivalente, expedido por órgão público municipal competente, até 30 de novembro de 2019;

....."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO H. RIGODANZO CANUTO

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 2.948, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 412, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no DOU, de 19 de fevereiro de 2019, Seção 1, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1° de dezembro de 2010, da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59204.002676/2016-60, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previsto no art. 5° da Portaria n. 292, de 06 de julho de 2018, que autorizou transferência de recursos ao Município de Pontes e Lacerda - MT, para ações de Defesa Civil, para até 03/04/2020.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.950, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Ibicaraí-BA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 412, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no DOU, de 19 de fevereiro de 2019, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Ibicaraí-BA, no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.003376/2019-21.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.951, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Pedro Alexandre-BA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 412, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no DOU, de 19 de fevereiro de 2019, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Pedro Alexandre - BA, no valor de R$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.003374/2019-32.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RESOLUÇÃO Nº 101, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

A DIRETORA-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS-ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, inciso XVII, do Anexo I da Resolução nº 76, de 25 de setembro de 2019, que aprovou o Regimento Interno da ANA, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 769ª Reunião Ordinária, realizada em 02 de dezembro de 2019, considerando o disposto no art. 4º, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, na Resolução CNRH nº 192, de 19 de dezembro de 2017, e com base nos elementos constantes do processo nº 02501.003757/2017, resolveu:

Estabelecer que o cálculo da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União para o exercício 2020, realizado com base nos mecanismos e valores definidos pelo CNRH.

O inteiro teor da Resolução, bem como as demais informações pertinentes estão disponíveis no site www.ana.gov.br.

CHRISTIANNE DIAS FERREIRA

ÁREA DE REGULAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 102, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

A DIRETORA-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE ÁGUAS-ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 112, incisos III e XVII, do Anexo I da Resolução nº 76, de 25/09/2019, que aprovou o regimento interno da ANA, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 769ª Reunião Ordinária, realizada em 02 de dezembro de 2019, considerando o disposto no art. 7º, da Lei nº 12.334, de 20/09/2010, o disposto na Resolução CNRH nº 143, de 10/07/2012, o disposto na Resolução ANA nº 132, de 22/02/2016, resolveu aprovar o ato relacionado com classificação de barragem por Dano Potencial Associado a:

Carlos Henrique Gusmão Soares, Barragem Lábrea, código SNISB 8665, Igarapé Malocão, Município de Lábrea/AM.

O inteiro teor da Resolução, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.ana.gov.br.

CHRISTIANNE DIAS FERREIRA

Ministério da Economia

CÂMARA DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DECISÕES DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019

Consoante disposições do artigo 19, do Decreto nº 7.123, de 03 de março de 2010, publica-se o Resultado do Julgamento da 97ª Reunião Ordinária da Câmara de Recursos da Previdência Complementar, realizada em 27 de novembro de 2019:

1) Processo nº 44011.004087/2017-97.

Auto de Infração nº 27/2017/PREVIC.

Despacho Decisório nº 05/2019/CGDC/DICOL.

Recorrentes: Superintendência de Previdência Complementar - PREVIC; Carlos Frederico Aires Duque, Miguel Alexandre da Conceição David, Maria Aparecida Donô, Alessandra Cardoso de Oliveira Azevedo, Luciano Pereira Varanis, Rodrigo Távora Sodré, Ednaldo Santos Fonseca e André Buscácio de Sousa.

Recorridos: Paracy Cruz de Mesquita Filho, Maurício Ravizzini Monteiro e Diblaim Carlos da Silva.

Procuradores: Roberto Eiras Messina - OAB/SP nº 84.267, Carlos Tadeu Carvalho Azevedo - OAB/RJ nº 114.770, Heber Leal Marinho Wedemann - OAB/RJ nº 169.770, Luis Hermando Caldeira Spalding - OAB/RJ nº 34.185, Fábio Zambitte Ibrahim - OAB/RJ nº 176.415, Eduardo Gohn Goulart - OAB/RJ nº 113.883, Marize Goulart Ravizzini Monteiro - OAB/RJ nº 141.065.

Entidade: INFRAPREV - Instituto Infraero de Seguridade Social.

Relatora: Marlene de Fátima Ribeiro Silva.

Ementa: ANÁLISE DE AUTO DE INFRAÇÃO. APLICAR OS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS, PROVISÕES E FUNDOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS EM DESACORDO COM AS DIRETRIZES ESTABELECIDAS PELO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. INVESTIMENTO NO FIP MULTINER SEM A ADEQUADA ANÁLISE DE RISCOS, RENTABILIDADE E SEGURANÇA. NEXO DE CAUSALIDADE. COMPROVAÇÃO. INAPLICABILIDADE DO § 2º DO ART. 22 DO DECRETO Nº 4.942/2003. IMPOSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE TAC. PROCEDÊNCIA.

1. Constitui irregularidade aplicar os recursos garantidores das reservas técnicas em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

2. Investimento em FIP sem a adequada análise de riscos, viola artigos contidos na Resolução CMN nº 3.792/2009.

Decisão: Por unanimidade de votos a CRPC conheceu dos Recursos Voluntários e afastou as preliminares de nulidade por ausência de descrição precisa da conduta, ausência de individualização da pena, descumprimento do contraditório e ampla defesa; e de necessidade de revogação do ato jurídico que fundamentou a autuação. Por maioria de votos, afastou a preliminar relativa à aplicabilidade do artigo 22, do Decreto nº 4.942/2003; bem como a prejudicial de prescrição. No mérito, por maioria, Recursos Voluntários não providos, mantendo-se a íntegra do Despacho Decisório nº 05/2019/CGDC/DICOL. Vencido o voto do Conselheiro João Paulo de Souza e parcialmente vencido o voto da Relatora. Por unanimidade de votos, Recurso de Ofício conhecido e não provido. Ausentes justificadamente os Conselheiros Marcelo Sampaio Soares, Carlos Alberto Pereira, Tirza Coelho de Souza, Maria Batista da Silva, Maurício Tigre Valois Lundgren e o Presidente Mario Augusto Carboni.

2) Processo nº 44011.000865/2017-79.

Embargos de Declaração referentes à Decisão da CRPC de 27 e 28 de agosto de 2019, publicada no D.O.U nº 177 de 12 de setembro de 2019, Seção 1, páginas 17 a 19.

Embargantes: Vânio Boing, Marcos Anderson Treitinger, Bruno Jose Bleil, Ernesto Montibeler Filho, José Luiz Antonacci Carvalho, Raul Gonçalves D'Avila, João Carlos Silveira dos Santos, Carlos Eduardo Ferreira e Janis Regina Dal Ponte.

Procurador: Maurício Corrêa Sette Tôrres - OAB/DF 12.659.

Entidade: FUSESC - Fundação CODESC de Seguridade Social.

Relator do Embargo: Alfredo Sulzbacher Wondracek.

Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. Inexistência dos vícios apontados. Os embargos de declaração não constituem meio processual adequado para reforma do julgado, não sendo possível atribuir-lhes efeitos infringentes, salvo em situações excepcionais, nas quais o presente caso não se enquadra. Embargos declaratórios rejeitados.

Decisão: Por unanimidade de votos a CRPC conheceu dos Embargos de Declaração e, por maioria, negou lhes provimento. Vencido o voto do Conselheiro João Paulo de Souza. Ausentes justificadamente os Conselheiros Marcelo Sampaio Soares,

Carlos Alberto Pereira, Tirza Coelho de Souza, Maria Batista da Silva, Maurício Tigre Valois Lundgren e o Presidente Mario Augusto Carboni.

3) Processo nº 44011.00103/2016-91.

Embargos de Declaração referentes à Decisão da CRPC de 27 e 28 de agosto de 2019, publicada no D.O.U nº 177 de 12 de setembro de 2019, Seção 1, páginas 17 a 19.

Embargantes: Rafael Pires de Sousa e Maurício Marcellini Pereira.

Procuradora: Renata Mollo dos Santos - OAB/SP nº 179.369.

Entidade: Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF.

Relatora do Embargo: Elaine Borges da Silva.

Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONSTATAÇÃO DE NITIDO CARATER INFRINGENTE, VISANDO MUDAR O RESULTADO. NÃO CABIMENTO POR ESTA VIA. 1- Inocorrência da alegada Omissão no Acordão Embargado. 2- Embargos Conhecidos e não Providos.

Decisão: Por unanimidade de votos, a CRPC conheceu dos Embargos de Declaração e, por maioria, negou-lhes provimento. Vencido o Conselheiro João Paulo de Souza. Declarado o impedimento do Conselheiro Paulo Nobile Diniz e da Conselheira Marlene de Fátima Ribeiro Silva, na forma do artigo 42, inciso II e III, do Decreto nº 7.123/2010, respectivamente. Ausentes justificadamente os Conselheiros Marcelo Sampaio Soares, Carlos Alberto Pereira, Tirza Coelho de Souza, Maria Batista da Silva, Maurício Tigre Valois Lundgren e o Presidente Mario Augusto Carboni.

4) Processo nº 44011.004747/2017-30.

Auto de Infração nº 38/2017/PREVIC.

Despacho Decisório nº 251/2018/CGDC/DICOL.

Recorrentes: Wagner Pinheiro de Oliveira, Newton Carneiro da Cunha, Maurício França Rubem, Carlos Fernando Costa, Sônia Nunes da Rocha Pires Fagundes, Ricardo Barreta Pavie, Marcelo Andreetto Perillo, Alcinei Cardoso Rodrigues e Roberto Henrique Gremler; Procuradores: Roberto Eiras Messina - OAB/SP nº 84.267 e Carlos Costa Silveira OAB/RJ nº 57.415.

Entidade: PETROS - Fundação Petrobrás de Seguridade Social.

Relator: João Paulo de Souza.

Decisão: Por maioria de votos, a CRPC afastou as preliminares de nulidade por ilegitimidade passiva e de aplicabilidade do artigo 22, §2º do Decreto nº. 4.942, de 2003, acolheu a prejudicial de prescrição, tornando insubsistente o Auto de Infração nº 38/2017. Vencido o voto do Conselheiro Paulo Nobile Diniz e parcialmente vencido o voto do Relator. Declarado o impedimento da Conselheira Marlene de Fátima Ribeiro Silva, na forma do artigo 42, inciso III, do Decreto nº 7.123/2010. Ausentes justificadamente os Conselheiros Marcelo Sampaio Soares, Carlos Alberto Pereira, Tirza Coelho de Souza, Maria Batista da Silva, Maurício Tigre Valois Lundgren e o Presidente Mario Augusto Carboni.

5) Processo nº 44011.000208/2016-41.

Embargos de Declaração referentes à Decisão da CRPC de 31 de julho de 2019, publicada no D.O.U nº 155, de 13 de agosto de 2019, Seção 1, páginas 17 e 18.

Embargantes: Dilson Joaquim de Morais, Mercílio dos Santos e João Fernando Alves dos Cravos. Procurador: Heber Leal Marinho Wedemann - OAB/RJ nº 169.770.

Entidade: FUNDIÁGUA - Fundação de Previdência Complementar.

Relatora: Denise Viana da Rocha Lima.

Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, AMBIGUIDADE OU CONTRADIÇÃO NA DECISÃO. O JULGADOR NÃO ESTÁ OBRIGADO A RESPONDER A TODAS AS QUESTÕES SUSCITADAS PELAS PARTES, QUANDO JÁ TENHA ENCONTRADO MOTIVO SUFICIENTE PARA PROFERIR A DECISÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. EMBARGOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS.

Decisão: Por unanimidade de votos, a CRPC conheceu dos Embargos de Declaração e negou-lhes provimento. Ausentes justificadamente os Conselheiros Marcelo Sampaio Soares, Carlos Alberto Pereira, Tirza Coelho de Souza, Maria Batista da Silva, Maurício Tigre Valois Lundgren e o Presidente Mario Augusto Carboni.

6) Processo nº 44011.000443/2016-12.

Auto de Infração nº 0035/16-52.

Despacho Decisório nº 35/2019/CGDC/DICOL.

Recorrentes: Superintendência de Previdência Complementar - PREVIC; Desmothenes Marques, Carlos Alberto Caser, Antonio Braulio de Carvalho, Carlos Augusto Borges.

Procuradores: Renata Mollo dos Santos OAB/SP nº 179.369, Bárbara Mendes Lôbo Amaral OAB/DF nº 21.375 e Alexandre Brandão Henriques Maimoni OAB/SP nº 16.022.

Recorridos: Superintendência de Previdência Complementar - PREVIC; Jorge Luiz de Souza Arraes, Guilherme Narciso de Lacerda, Sérgio Francisco da Silva, Humberto Pires Grault Vianna de Lima, Mauricio Marcellini Pereira, Jose Carlos Alonso Gonçalves, Renata Marotta e Luiz Philippe Torelly.

Entidade: FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais.

Relator: Paulo Nobile Diniz.

Decisão: Recurso Voluntário não conhecido, na forma do artigo 48, inciso IV, do Decreto nº 7.123/2010. Por unanimidade de votos, a CRPC conheceu do Recurso de Ofício e, por maioria de votos, negou-lhe provimento, mantendo a íntegra do Despacho Decisório nº 35/2019/CGDC/DICOL. Vencido parcialmente o voto do Relator. Declarado o impedimento da Conselheira Marlene de Fátima Ribeiro Silva, na forma do artigo 42, inciso III, do Decreto nº 7.123/2010. Ausentes justificadamente os Conselheiros Marcelo Sampaio Soares, Carlos Alberto Pereira, Tirza Coelho de Souza, Maria Batista da Silva, Maurício Tigre Valois Lundgren e o Presidente Mario Augusto Carboni.

7) Processo nº 44011.000318/2016-11.

Auto de Infração nº 24/16-36.

Despacho Decisório nº 52/2019/CGDC/DICOL.

Recorrente: Elton Gonçalves.

Procurador: Renata Mollo do Santos - OAB/SP nº 179.369.

Entidade: FUNDIÁGUA - Fundação de Previdência Complementar.

Relatora: Maria Batista da Silva.

Retorno após Vistas da Conselheira Tirza Coelho de Souza.

Decisão: Processo retirado de pauta por circunstâncias relativas à saúde da Conselheira Relatora. Incluído na Pauta da 98ª Reunião Ordinária, a ser realizada no dia 11 de dezembro de 2019, às 09h na Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 9º andar, Brasília/DF.

8) Processo nº 44011.000206/2016-51.

Auto de Infração nº 08/16-80.

Despacho Decisório nº 52/2019/CGDC/DICOL.

Recorrentes: Superintendência de Previdência Complementar - PREVIC; Dilson Joaquim de Morais, Mercilio dos Santos e João Fernando Alves dos Cravos.

Procuradores: Alexandre Sampaio Barbosa - OAB/RJ nº 176.641 e outros.

Recorridos: Superintendência de Previdência Complementar - PREVIC, Hildebrando Castelo Branco Neto.

Entidade: FUNDIÁGUA - Fundação de Previdência Complementar.

Relator: Marcelo Sampaio Sores.

Retorno após Vistas da Conselheira Tirza Coelho de Souza.

Decisão: Processo retirado de pauta pelos mesmos motivos consignados para o Processo nº 44011.000318/2016-11, tendo em vista o julgamento conjunto dos autos. Incluído na Pauta da 98ª Reunião Ordinária, a ser realizada no dia 11 de dezembro de 2019, às 09h na Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 9º andar, Brasília/DF.

9) Processo nº 44011.000074/2017-49.

Auto de Infração nº 3/2017/PREVIC.

Despacho Decisório nº 219/2018/CGDC/DICOL.

Recorrentes: Viviane Ramos da Cunha, Ricardo Berreta Pavie, Manuela Cristina Lemos Marçal, Pedro Américo Herbst, Jussara Machado Serra, André Luiz Fadel, Fernando Mattos, José Genivaldo da Silva, Carlos Fernando Costa, Newton Carneiro da Cunha, Maurício França Rubem e Luis Carlos Fernandes Afonso.

Procurador: Roberto Eiras Messina - OAB/SP nº 84.267.

Entidade: PETROS - Fundação Petrobrás de Seguridade Social.

Relatora: Tirza Coelho de Souza.

Decisão: Processo retirado de pauta para juntada de documentação relevante. Inclusão na primeira pauta imediatamente subsequente à juntada.

10) Processo nº 44011.000234/2017-50.

Auto de Infração nº 7/2017/PREVIC.

Despacho Decisório nº 164/2018/CGDC/DICOL.

Recorrentes: Flávia Roldan Bloomfield Gama, Ricardo Berreta Pavie, Manuela Cristina Lemos Marçal, Luiz Antônio dos Santos, Humberto Santamaria, Sônia Nunes da R. P. Fagundes, Fernando Mattos, Carlos Fernando Costa, Wagner Pinheiro de Oliveira, Newton Carneiro da Cunha, Maurício França Rubem, Luis Carlos Fernandes Afonso.

Procurador: Roberto Eiras Messina - OAB/SP nº 84.267.

Entidade: PETROS - Fundação Petrobrás de Seguridade Social.

Relator: Maurício Tigre Valois Lundgren.

Decisão: Sobrestado o julgamento nos termos do artigo 38, parágrafo único do Regimento Interno da CRPC (Portaria MPS nº 282, de 31 de maio de 2011). Incluído na Pauta da 98ª Reunião Ordinária a ser realizada no dia 11 de dezembro de 2019, às 09h na Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 9º andar, Brasília/DF.

11) Processo nº 44170.000007/2016-11.

Auto de Infração nº 0021/16-48.

Despacho Decisório nº 51/2019/CGDC/DICOL.

Recorrentes: Thadeu Duarte Macedo Neto, Silvio Michelutii Aguiar, Eloir Cogliati e Luiz Roberto Doce Santos; Procurador: Bruno Silva Navega - OAB/RJ nº 118.948 e outros, Heber Leal Marinho Wedemann - OAB/SP nº 401.815 e outros; Entidade: SERPROS - Fundo Multipatrocinado.

Relator: Marcelo Sampaio Soares.

Decisão: Processo retirado de pauta, nos termos do artigo 46 do Regimento Interno da CRPC (Portaria MPS nº 282, de 31 de maio de 2011). Incluído na Pauta da 98ª Reunião Ordinária a ser realizada no dia 11 de dezembro de 2019, às 09h na Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 9º andar, Brasília/DF.

12) Processo nº 44011.500472/2016-80.

Auto de Infração nº 50001/2016/PREVIC.

Despacho Decisório nº 36/2019/CGDC/DICOL.

Recorrentes: Luiz Carlos Fernandes Afonso, Fernando Pinto de Matos e Mauricio França Rubem. Recorridos: Marcelo Andreetto Perillo, Humberto Santamaria, Alcinei Cardoso Rodrigues e Wagner Pinheiro de Oliveira.

Procuradores: Roberto Eiras Messina - OAB/SP nº 84.267 e Carlos Costa da Silveira - OAB/RJ nº 57.415.

Entidade: PETROS - Fundação Petrobrás de Seguridade Social.

Relator: João Paulo de Souza.

Decisão: Sobrestado o julgamento nos termos do artigo 38, parágrafo único do Regimento Interno da CRPC (Portaria MPS nº 282, de 31 de maio de 2011). Incluído na Pauta da 98ª Reunião Ordinária a ser realizada no dia 11 de dezembro de 2019, às 09h na Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 9º andar, Brasília/DF.

13) Processo nº 44011.005166/2017-15.

Auto de Infração nº 40/2017/PREVIC.

Despacho Decisório nº 99/2019/CGDC/DICOL.

Recorrentes: Ricardo Berreta Pavie, Luiz Antônio dos Santos, Marcelo Almeida de Souza, Pedro Américo Herbst, Carlos Fernando Costa, Newton Carneiro da Cunha, Maurício França Rubem e Luis Carlos Fernandes Afonso; Recorrida: Rafaela Guedes Medina Coeli.

Procurador: Roberto Eiras Messina - OAB/SP nº 84.267.

Entidade: PETROS - Fundação Petrobrás de Seguridade Social.

Relator: Alfredo Sulzbacher Wondracek.

Decisão: Sobrestado o julgamento nos termos do artigo 38, parágrafo único do Regimento Interno da CRPC (Portaria MPS nº 282, de 31 de maio de 2011). Incluído na Pauta da 98ª Reunião Ordinária a ser realizada no dia 11 de dezembro de 2019, às 09h na Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 9º andar, Brasília/DF.

14) Processo nº 44011.006878/2017-51.

Auto de Infração nº 53/2017/PREVIC.

Despacho Decisório nº 122/2019/CGDC/DICOL.

Recorrentes: Marco André Marques Ferreira, Carlos de Lima Moulin, Tânia Regina Ferreira, Silvio Assis de Araújo, Toni Cleter Fonseca Palmeira, Daniel Amorim Rangel.

Recorridos: Artur Simões Neto, Eduardo Gomes Pereira, Kennedy de Assis Martins, Fábio Tepedino Junior, Flávio Rabello Pereira, Geraldo de Castro Filho e José Raimundo de Jesus Oliveira.

Procuradores: Adriana Mourão Nogueira - OAB/DF nº 16.718 e outros.

Entidade: REFER - Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social.

Relatora: Elaine Borges da Silva.

Decisão: Sobrestado o julgamento nos termos do artigo 38, parágrafo único do Regimento Interno da CRPC (Portaria MPS nº 282, de 31 de maio de 2011). Incluído na Pauta da 98ª Reunião Ordinária a ser realizada no dia 11 de dezembro de 2019, às 09h na Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 9º andar, Brasília/DF.

15) Processo nº 44011.002989/2018-70.

Auto de Infração nº 23/2018/PREVIC.

Despacho Decisório nº 115/2019/CGDC/DICOL.

Recorrentes: Milton de Queiroz Garcia, Arno Veiga Cugnier, João Paulo de Souza, João Henrique da Silva, Clenio José Braganholo, Janice Meriz de Souza e Marcos Alberto Durieux da Cunha.

Procuradores: Eduardo Santomauro Silveira Clemente - OAB/RJ nº 69.963.

Entidade: CELOS - Fundação CELESC de Seguridade Social.

Relator: Maurício Tigre Valois Lundgren.

Decisão: Sobrestado o julgamento nos termos do artigo 38, parágrafo único do Regimento Interno da CRPC (Portaria MPS nº 282, de 31 de maio de 2011). Incluído na Pauta da 98ª Reunião Ordinária a ser realizada no dia 11 de dezembro de 2019, às 09h na Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 9º andar, Brasília/DF.

16) Processo nº 44011.003383/2018-51.

Auto de Infração nº 25/2018/PREVIC.

Despacho Decisório nº 103/2019/CGDC/DICOL; Recorrentes: Christian Perillier Schneider e Luiz Alberto Menezes Barreto.

Procurador: Heber Leal Marinho Wedemann - OAB/SP nº 401.815 e outros.

Entidade: POSTALIS - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos.

Relator: Amarildo Vieira de Oliveira.

Decisão: Sobrestado o julgamento nos termos do artigo 38, parágrafo único do Regimento Interno da CRPC (Portaria MPS nº 282, de 31 de maio de 2011). Incluído na Pauta da 98ª Reunião Ordinária a ser realizada no dia 11 de dezembro de 2019, às 09h na Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 9º andar, Brasília/DF.

17) Processo nº 44011.007400/2018-20.

Auto de Infração nº 38/2018/PREVIC.

Despacho Decisório nº 103/2019/CGDC/DICOL.

Recorrentes: Christian Perillier Schneider e Luiz Alberto Menezes Barreto.

Procurador: Heber Leal Marinho Wedemann - OAB/SP nº 401.815 e outros.

Entidade: POSTALIS - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos.

Relatora: Marlene de Fátima Ribeiro Silva.

Decisão: Sobrestado o julgamento nos termos do artigo 38, parágrafo único do Regimento Interno da CRPC (Portaria MPS nº 282, de 31 de maio de 2011). Incluído na Pauta da 98ª Reunião Ordinária a ser realizada no dia 11 de dezembro de 2019, às 09h na Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 9º andar, Brasília/DF.

FERNANDA MENEGATI SCHIMITT
Presidente
Substituta

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 12.730, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 20 da Constituição Federal de 1.988, na Lei nº 4.804. de 20 de outubro de 1.965, na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1.999, no art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1.987, no art. 11 da Lei nº 9.636 de 15 de maio de 1998, e no art. 102, inciso IV, do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019 e art. 14 da Instrução Normativa nº 1, de 23 de janeiro de 2017 resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Anual de Fiscalização para 2020 - PAF 2020 que define metas e estratégias para a execução das fiscalizações nos imóveis da União localizados em todo território brasileiro.

Art. 2º O Plano Anual de Fiscalização - 2020 é composto por quatro partes, sendo:

1. Fundamentação Legal, Contextualização e Histórico das Fiscalizações nos Estados.
2. Metodologia e Diretrizes.
3. Orçamento para 2020.
4. Considerações Finais.
5. Anexos.

Art. 3º O Plano Anual de Fiscalização - 2020 poderá ser revisto, sempre que necessário a fim de assegurar seu alinhamento às prioridades, estratégias institucionais e às mudanças na legislação pertinente.

Art. 4º O PAF 2020 encontra-se disponível para a consulta via internet no sítio da SPU: http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao/patrimonio-da-uniao.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTON BASUS BISPO

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

PORTARIA Nº 12.299, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, tendo em vista o disposto nos arts. 23 e 31 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 e no art. 17, inciso I, alínea f da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como os elementos que integram os processos nº 04988.201646/2015-91, 04988.201641/2015-69, 04988.201758/2015-42, 04988.201774/2015-35, 04988.201773/2015-91, 04988.201761/2015-66, 04988.201767/2015-33, 04988.201775/2015-80, 04988.201776/2015-24, 04988.201777/2015-79, 04988.201778/2015-13, 04988.201606/2015-40, 04988.201634/2015-67 e 04988.201590/2015-75; e

Considerando a deliberação do Comitê Central de Alienação de Imóveis da União - CCA, criado pela Portaria ME nº 55, de 2 de julho de 2019, constante de Ata de Reunião realizada em 19 de novembro de 2019, que faz parte do Processo Administrativo SEI nº 10154.143034/2019-14.

Art. 1º Autorizar a doação, com encargo, ao Município de Fortaleza, de 14 (catorze) imóveis da União (especificados logo abaixo), não contínuos, e registrados todos no 6° Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Fortaleza, em que consta os respectivos memoriais descritivos, no total de 112.803,53 m², localizados no Bairro Cajazeiras:

	Matrícula no 6° Ofício	Processo no SEI	Área (m²)
1	55.337	04988.201646/2015-91	495,00
2	55.338	04988.201641/2015-69	495,00
3	55.339	04988.201758/2015-42	5.942,45
4	4090	04988.201774/2015-35	2.590,50
5	4092	04988.201773/2015-91	5.709,00
6	4091	04988.201761/2015-66	891,00
7	4095	04988.201767/2015-33	2772,00
8	4096	04988.201775/2015-80	300,37
9	5270	04988.201776/2015-24	459,33
10	5271	04988.201777/2015-79	4059,00
11	5272	04988.201778/2015-13	1831,12
12	4929 (contem uma parte em área não edificante)	04988.201606/2015-40	86.390,80
13	4093 (contem uma parte em área não edificante)	04988.201634/2015-67	396,00
14	55.988 (contem uma parte em área não edificante)	04988.201590/2015-75	471,96
Área total	112.803,53		

Art. 2º A doação de que trata o art. 1º será efetivada para fins de execução do Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social, em benefício de aproximadamente 715 famílias, na comunidade Che Guevara, que utilizam a área predominantemente para moradia, como também para a prática do comércio no âmbito local.

§ 1° A Regularização Fundiária de Interesse Social que o Município de Fortaleza compromete-se a realizar, abrange ações de pavimentação das vias, terraplanagem, drenagem e esgotamento sanitário na área ocupada pela Comunidade Che Guevara, como também compreende ações de transferência do domínio pleno (a propriedade), relativa às parcelas dos imóveis (especificados no art. 1°), aos beneficiários finais, no âmbito administrativo e o respectivo registro no Cartório de Registro de Imóveis competente.

§ 2° O prazo para iniciar as ações de Regularização Fundiária será de 1 (um) ano e o prazo para conclusão da regularização fundiária será de 5 (cinco) anos; ambos os prazos contados da assinatura do contrato, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos a critério da SPU/CE.

§ 3° Fica estabelecido o prazo de 6 (seis) meses como periodicidade para a fiscalização pela União do cumprimento dos encargos do contrato pelo Município de Fortaleza, tendo em vista o art. 17, §3º, da Instrução Normativa nº 2, de 18/12/2014.

Art. 3º Os 14 (catorze) imóveis da União, em análise, foram declarados de interesse do serviço público para fins de Regularização Fundiária de Interesse Social, conforme Portaria nº 10.228, de 09/10/2018, publicada na seção 1, página 86, do Diário Oficial da União em 10/10/2018, com fundamento no art. 5°, parágrafo único, do Decreto-lei 2.398/1987, incluído pela Lei 9.636/1998, e em obediência ao art. 37, inciso I, e art. 42, da Instrução Normativa nº 2, de 18/12/2014.

Art. 4º O Município de Fortaleza obriga-se a:

I - administrar, guardar, zelar, fiscalizar e controlar o imóvel doado, devendo conservá-lo, tomando as providências administrativas e judiciais para tal fim;

II - transferir gratuitamente o domínio pleno (a propriedade) e as obrigações relativas às parcelas dos imóveis, especificados no art. 1º, ao beneficiário final da Regularização Fundiária de Interesse Social, que utilizar o imóvel para sua moradia e de sua família, e que também deve atender aos seguintes requisitos, conforme exige o art. 31, § 5°, da Lei n° 9.636/1998: possuir renda familiar mensal não superior a 5 (cinco) salários-mínimos e não ser proprietário de outro imóvel urbano ou rural;

III - transferir gratuitamente o domínio pleno (a propriedade) e as obrigações relativas às parcelas dos imóveis, especificados no art. 1º, ao beneficiário final da Regularização Fundiária de Interesse Social, que utilizar o imóvel para a prática do comércio no âmbito local, com área de até 250 m², conforme art. 17, inciso I, alínea h, da Lei n° 8.666 de 21/06/1993. Nestes casos, o beneficiário final também deve atender aos seguintes requisitos, conforme exige o art. 31, § 5°, da Lei n° 9.636/1998: possuir renda familiar mensal não superior a 5 (cinco) salários-mínimos e não ser proprietário de outro imóvel urbano ou rural;

IV - inserir cláusula de inalienabilidade por um período de 5 (cinco) anos, conforme estabelece o art. 31, § 4°, inciso II (parte final), da Lei n° 9.636/1998, nos contratos de transferência gratuita do domínio pleno ao beneficiário final da Regularização Fundiária de Interesse Social;

V - efetuar o registro junto às matrículas dos imóveis, objetos da presente doação, o contrato que formaliza este instrumento de transferência da propriedade dos imóveis ao Município de Fortaleza, bem como efetuar o registro da transferência gratuita do domínio pleno ao beneficiário final, no Cartório de Registro de Imóveis competente, nos termos da Lei n° 6.015/1973;

VI - promover a alienação onerosa quando se tratar de famílias que não atendam aos requisitos do art. 31, § 5º, da Lei nº 9.636/1998, observada a legislação sobre os procedimentos licitatórios. Nestes casos, o produto da venda deve ser destinado à instalação de infraestrutura, equipamentos básicos ou de melhorias necessárias ao desenvolvimento do projeto de regularização fundiária.

VII - O donatário deverá efetuar no prazo de 3 (três) meses a contar da assinatura do contrato de doação com encargo, o desmembramento da área da matrícula 4929, onde existem galpões que são utilizados para fins comerciais, área esta já devidamente identificada pelo Município de Fortaleza; e retornar tal área ao patrimônio da União que deverá efetuar a devida destinação, tendo em vista que a referida área não constitui objeto das ações de regularização fundiária de interesse social.

VIII - não transferir, a qualquer título e em qualquer tempo, ao beneficiário final, o domínio sobre as áreas de uso comum, inclusive as áreas destinadas à implantação de espaço de lazer e de proteção ambiental;

IX - manter nos imóveis doados, em local visível, placa de publicidade, de acordo com os termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de julho de 2000, devendo observar para tanto a alínea "b", inciso VI, do art. 73, da Lei n° 9.504, de 30 de setembro de 1997;

X - prestar, a qualquer tempo, sempre que solicitado, informações referentes ao cumprimento dos encargos e prazos previstos no contrato.

Art. 5º O encargo de que trata o art. 2º será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel à propriedade da União, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas, se não for cumprida, dentro do prazo, a finalidade da doação, ou se cessarem as razões que justificaram a doação, ou, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista, conforme detalha o § 2° do art. 31 da Lei n° 9.636/1998.

Art. 6º A presente doação não exime o donatário de obter as licenças, autorizações e alvarás necessários à implantação e execução do projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social, bem como de observar rigorosamente a legislação e os respectivos regulamentos dos órgãos competentes.

Art. 7° O donatário deverá observar as restrições impostas na legislação pertinente, quando efetivar as ações de regularização fundiária nos imóveis das matrículas 4929, 4093 e 50.988, que possuem uma parte constituída de área não edificante que precisa ser preservada incólume para a segurança dos usuários e por ser de interesse público, e que, portanto, não pode ser objeto de doação ao beneficiário final da regularização fundiária.

Art. 8º Responderá o donatário judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes aos imóveis de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

FERNANDO ANTON BASUS BISPO

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

PORTARIA Nº 13.512, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 105.541.968,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O SECRETÁRIO ESPECIAL ADJUNTO DE FAZENDA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 2º, inciso I, da Portaria nº 157, de 22 de agosto de 2019, do Secretário Especial de Fazenda, e tendo em vista a autorização constante do art. 4º, § 6º, da Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 105.541.968,00 (cento e cinco milhões, quinhentos e quarenta e um mil, novecentos e sessenta e oito reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, relativas a Emendas Individuais e de Bancada Estadual de execução obrigatória, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXOS

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2012	Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar							20.000
		ATIVIDADES							
20 606	2012 210V	Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar							20.000
20 606	2012 210V 3313	Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar - No Município de Mangaratiba - RJ							20.000
			F	4	6	40	0	188	20.000
	2077	Agropecuária Sustentável							1.481.994
		ATIVIDADES							
20 608	2077 20ZV	Fomento ao Setor Agropecuário							1.481.994
20 608	2077 20ZV 0017	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado do Tocantins							298.000
			F	4	6	40	0	188	298.000
20 608	2077 20ZV 0026	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado de Pernambuco							200.000
			F	4	6	50	0	188	200.000
20 608	2077 20ZV 0042	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado de Santa Catarina							50.000
			F	4	6	40	0	188	50.000
20 608	2077 20ZV 0491	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Nazaré - TO							510.387
			F	3	6	40	0	188	510.387
20 608	2077 20ZV 0502	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Pau D'Arco - TO							423.607
			F	3	6	40	0	188	423.607
TOTAL - FISCAL									1.501.994
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.501.994

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2021	Ciência, Tecnologia e Inovação							250.000
		ATIVIDADES							
19 126	2021 20V8	Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital							250.000
19 126	2021 20V8 0052	Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital - No Estado de Goiás							250.000
			F	4	6	50	0	188	250.000
TOTAL - FISCAL									250.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									250.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26105 - Instituto Benjamin Constant
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							100.000
		ATIVIDADES							
12 368	2080 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica							100.000
12 368	2080 20RI 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro							100.000
			F	3	6	90	8	188	100.000
TOTAL - FISCAL									100.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									100.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26236 - Universidade Federal Fluminense
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							200.000
		ATIVIDADES							
12 364	2080 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							200.000
12 364	2080 20GK 7084	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Instituto de Estudos Comparados de Administração de Conflitos (INCT-InEAC) - No Estado do Rio de Janeiro							200.000
			F	3	6	90	8	188	200.000
TOTAL - FISCAL									200.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									200.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							3.240.000
		PROJETOS							
12 364	2080 7XE1	Reconstrução e Modernização do Museu Nacional							3.240.000
12 364	2080 7XE1 0033	Reconstrução e Modernização do Museu Nacional - No Estado do Rio de Janeiro							3.240.000
			F	3	7	90	8	188	3.240.000
TOTAL - FISCAL									3.240.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.240.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26262 - Universidade Federal de São Paulo
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							19.000
		ATIVIDADES							
12 364	2080 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							19.000
12 364	2080 20GK 0035	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de São Paulo							19.000
			F	4	6	90	8	188	19.000
TOTAL - FISCAL									19.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									19.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							2.887.387
		ATIVIDADES							
12 364	2080 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							2.887.387
12 364	2080 20GK 0033	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio de Janeiro							2.887.387
			F	3	6	41	8	188	1.487.387
			F	3	6	50	8	188	200.000
			F	3	6	90	8	188	500.000
			F	4	6	90	8	188	700.000
TOTAL - FISCAL									2.887.387
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.887.387

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26270 - Fundação Universidade do Amazonas
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							1.556.000
		ATIVIDADES							
12 364	2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							1.556.000
12 364	2080 20RK 0013	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amazonas							1.556.000
			F	3	6	90	8	188	1.556.000
TOTAL - FISCAL									1.556.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.556.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							11.441.190
		ATIVIDADES							
12 368	2080 20RP	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica							850.000
12 368	2080 20RP 0031	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado de Minas Gerais							250.000
			F	3	6	40	8	188	250.000
12 368	2080 20RP 0053	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Distrito Federal							300.000
			F	3	6	90	8	188	300.000
12 368	2080 20RP 3196	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Afonso Cláudio - ES							300.000
			F	3	6	40	8	188	300.000
12 363	2080 8652	Apoio à Rede Pública Não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							10.250.000
12 363	2080 8652 0013	Apoio à Rede Pública Não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amazonas							200.000
			F	3	6	30	8	188	200.000
12 363	2080 8652 0016	Apoio à Rede Pública Não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amapá							50.000
			F	4	6	30	8	188	50.000
12 363	2080 8652 7028	Apoio à Rede Pública Não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - No Estado do Rio Grande do Sul							10.000.000
			F	4	7	30	8	188	10.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 364	2080 0048	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais							64.890
12 364	2080 0048 0043	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado do Rio Grande do Sul							64.890
			F	3	6	30	8	188	64.890
12 368	2080 0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica							276.300
12 368	2080 0509 0023	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado do Ceará							216.300
			F	4	7	30	8	188	216.300
12 368	2080 0509 0026	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado de Pernambuco							60.000
			F	3	6	40	8	188	10.000
			F	4	6	40	8	188	50.000
TOTAL - FISCAL									11.441.190
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.441.190

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26391 - Hospital Universitário Gaffree e Guinle
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							200.000
		ATIVIDADES							
12 302	2080 20RX	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais							200.000
12 302	2080 20RX 0033	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado do Rio de Janeiro							200.000
			S	3	6	90	8	188	200.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									200.000
TOTAL - GERAL									200.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							80.031
		ATIVIDADES							
12 363	2080 20RG	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							80.031
12 363	2080 20RG 0043	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul							80.031
			F	4	6	90	8	188	80.031
TOTAL - FISCAL									80.031
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									80.031

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2081	Justiça, Cidadania e Segurança Pública							5.314.158
		ATIVIDADES							
06 181	2081 20UD	Prevenção à Violência e à Criminalidade							83.000
06 181	2081 20UD 3923	Prevenção à Violência e à Criminalidade - No Município de São José dos Campos - SP							83.000
			F	3	6	40	0	188	83.000
06 181	2081 8855	Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança Pública							5.231.158
06 181	2081 8855 0031	Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança Pública - No Estado de Minas Gerais							570.000
			F	4	6	99	0	188	570.000
06 181	2081 8855 0035	Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança Pública - No Estado de São Paulo							336.565
			F	3	6	40	0	188	36.565
			F	4	6	40	0	188	300.000
06 181	2081 8855 1795	Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança Pública - No Município de Maceió - AL							35.485
			F	3	6	40	0	188	35.485
06 181	2081 8855 7128	Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança Pública - Reforma, Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para os Órgão da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) - No Estado do Mato Grosso do Sul							1.789.108
			F	4	7	30	0	188	1.789.108
06 181	2081 8855 7138	Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança Pública - Atendimento às Forças de Segurança Militar (Policia e Corpo de Bombeiros) - No Estado do Amapá							2.500.000
			F	4	7	30	0	188	2.500.000
TOTAL - FISCAL									5.314.158
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.314.158

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2081	Justiça, Cidadania e Segurança Pública							18.385.101
		ATIVIDADES							
06 181	2081 20ID	Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública							18.385.101
06 181	2081 20ID 0052	Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública - No Estado de Goiás							75.200
			F	4	6	40	0	188	75.200
06 181	2081 20ID 0053	Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública - No Distrito Federal							65.000
			F	4	6	30	0	188	65.000
06 181	2081 20ID 7148	Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública - Equipamentos, Materiais Permanentes e Serviços - No Estado do Rio Grande do Sul							18.244.901
			F	4	7	30	0	188	18.244.901
TOTAL - FISCAL									18.385.101
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									18.385.101

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2068	Saneamento Básico							500.000

		PROJETOS							
10 512	2068 7652	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos em localidades urbanas de municípios com população até 50.000 habitantes							500.000
10 512	2068 7652 0012	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos em localidades urbanas de municípios com população até 50.000 habitantes - No Estado do Acre							500.000
			S	4	6	40	6	188	500.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									500.000
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)							50.693.804
		ATIVIDADES							
10 301	2015 20YL	Estruturação de Academias da Saúde							160.000
10 301	2015 20YL 3286	Estruturação de Academias da Saúde - No Município de Cachoeiras de Macacu - RJ							160.000
			S	4	6	41	0	188	160.000
10 305	2015 2E87	Controle da população de animais em situações excepcionais (castração e atenção veterinária - LDO 2019, art. 41)							1.537.000
10 305	2015 2E87 3328	Controle da população de animais em situações excepcionais (castração e atenção veterinária - LDO 2019, art. 41) - No Município de Petrópolis - RJ							1.000.000
			S	3	6	41	6	188	1.000.000
10 305	2015 2E87 3359	Controle da população de animais em situações excepcionais (castração e atenção veterinária - LDO 2019, art. 41) - No Município de Teresópolis - RJ							537.000
			S	3	6	41	6	188	537.000
10 301	2015 2E89	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas							11.916.958
10 301	2015 2E89 0021	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Estado do Maranhão							160.000
			S	3	6	40	6	188	160.000
10 301	2015 2E89 0023	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Estado do Ceará							1.012.000
			S	3	6	41	6	188	812.000
			S	3	6	90	6	188	200.000
10 301	2015 2E89 0032	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Estado do Espírito Santo							3.970.774
			S	3	6	41	6	188	3.970.774
10 301	2015 2E89 0033	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Estado do Rio de Janeiro							761.856
			S	3	6	30	6	188	161.856
			S	3	6	41	6	188	600.000
10 301	2015 2E89 0035	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Estado de São Paulo							833.282
			S	3	6	41	6	188	833.282
10 301	2015 2E89 0041	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Estado do Paraná							389.600
			S	3	6	41	6	188	389.600
10 301	2015 2E89 0043	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Estado do Rio Grande do Sul							108.150
			S	3	6	41	6	188	108.150
10 301	2015 2E89 0050	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - Na Região Centro-Oeste							2.000.000
			S	3	6	99	6	188	2.000.000
10 301	2015 2E89 0465	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Município de Goiatins - TO							240.000
			S	3	6	41	6	188	240.000
10 301	2015 2E89 1093	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Município de Maracanaú - CE							1.000.000
			S	3	6	41	6	188	1.000.000
10 301	2015 2E89 1151	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Município de São Gonçalo do Amarante - CE							811.915
			S	3	6	41	6	188	811.915
10 301	2015 2E89 1599	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Município de Calumbi - PE							82.564
			S	3	6	41	6	188	82.564
10 301	2015 2E89 2945	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Município de Planura - MG							100.000
			S	3	6	41	6	188	100.000
10 301	2015 2E89 3312	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Município de Magé - RJ							250.000
			S	3	6	41	6	188	250.000
10 301	2015 2E89 3341	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Município do Rio de Janeiro - RJ							196.817
			S	3	6	41	6	188	196.817
10 302	**2015 2E90**	**Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas**							**20.342.076**

10 302	2015 2E90 0001	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - Nacional								374.669
			S	3	6	41	6	188		374.669
10 302	2015 2E90 0023	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Estado do Ceará								4.169.065
			S	3	6	90	6	188		500.000
			S	3	7	41	6	188		3.669.065
10 302	2015 2E90 0029	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Estado da Bahia								1.250.000
			S	3	6	31	6	188		1.000.000
			S	3	6	41	6	188		250.000
10 302	2015 2E90 0031	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Estado de Minas Gerais								1.370.774
			S	3	6	41	6	188		1.370.774
10 302	2015 2E90 0033	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Estado do Rio de Janeiro								1.600.000
			S	3	6	41	6	188		1.600.000
10 302	2015 2E90 0035	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Estado de São Paulo								5.585.848
			S	3	6	31	6	188		861.412
			S	3	6	41	6	188		4.724.436
10 302	2015 2E90 0041	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Estado do Paraná								900.000
			S	3	6	31	6	188		800.000
			S	3	6	41	6	188		100.000
10 302	2015 2E90 0043	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Estado do Rio Grande do Sul								750.000
			S	3	6	40	6	188		350.000
			S	3	6	41	6	188		200.000
			S	3	6	50	6	188		200.000
10 302	2015 2E90 0052	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Estado de Goiás								350.000
			S	3	6	30	6	188		100.000
			S	3	6	50	6	188		250.000
10 302	2015 2E90 2842	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Município de Montes Claros - MG								1.000.000
			S	3	6	41	6	188		1.000.000
10 302	2015 2E90 3277	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Município de Areal - RJ								161.000
			S	3	6	41	6	188		161.000
10 302	2015 2E90 3291	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Município de Cantagalo - RJ								161.000
			S	3	6	41	6	188		161.000
10 302	2015 2E90 3300	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Município de Guapimirim - RJ								1.000.000
			S	3	6	41	6	188		1.000.000
10 302	2015 2E90 3314	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Município de Maricá - RJ								1.000.000
			S	3	6	41	6	188		1.000.000
10 302	2015 2E90 3357	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Município de Sumidouro - RJ								141.000
			S	3	6	41	6	188		141.000
10 302	2015 2E90 4360	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Município de São José dos Pinhais - PR								200.000
			S	3	6	50	6	188		200.000
10 302	2015 2E90 5429	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Município de Alvorada do Norte - GO								188.720
			S	3	6	41	6	188		188.720
10 302	2015 2E90 5475	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Município de Castelândia - GO								140.000
			S	3	6	41	6	188		140.000
10 571	**2015 6146**	**Pesquisa em Saúde e Avaliação de Novas Tecnologias para o SUS**								**700.000**
10 571	2015 6146 0035	Pesquisa em Saúde e Avaliação de Novas Tecnologias para o SUS - No Estado de São Paulo								700.000
			S	3	6	50	6	188		700.000
10 302	**2015 8535**	**Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde**								**5.270.774**
10 302	2015 8535 0012	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado do Acre								180.000
			S	4	6	41	6	188		180.000
10 302	2015 8535 0031	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado de Minas Gerais								430.000
			S	4	6	41	6	188		430.000
10 302	2015 8535 0043	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado do Rio Grande do Sul								970.000
			S	4	6	50	6	188		970.000

10 302	2015 8535 0052	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado de Goiás								550.000
			S	4	6	41	6	188		550.000
10 302	2015 8535 0053	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Distrito Federal								1.050.000
			S	4	6	30	6	188		550.000
			S	4	6	90	6	188		500.000
10 302	2015 8535 3366	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município de Adamantina - SP								200.000
			S	4	6	50	6	188		200.000
10 302	2015 8535 3675	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município de Lucélia - SP								200.000
			S	4	6	50	6	188		200.000
10 302	2015 8535 3799	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município de Piracicaba - SP								170.000
			S	4	6	41	6	188		170.000
10 302	2015 8535 3908	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município de Santos - SP								1.000.000
			S	4	6	41	6	188		1.000.000
10 302	2015 8535 7370	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Fundação Napoleão Laureano (Hospital Napoleão Laureano) - No Município de João Pessoa - PB								100.000
			S	4	6	50	6	188		100.000
10 302	2015 8535 9126	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Associação Obras Sociais Irmã Dulce - No Estado da Bahia								100.000
			S	4	6	50	6	188		100.000
10 302	2015 8535 9196	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Hospital Regional de Divinolândia (CONDERG) - No Estado de São Paulo								320.774
			S	3	6	31	6	188		320.774
10 301	2015 8581	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde								7.204.596
10 301	2015 8581 0023	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado do Ceará								100.000
			S	4	6	41	6	188		100.000
10 301	2015 8581 0029	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado da Bahia								513.196
			S	4	6	41	6	188		513.196
10 301	2015 8581 0031	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado de Minas Gerais								2.470.000
			S	4	6	41	6	188		170.000
			S	4	6	50	6	188		2.300.000
10 301	2015 8581 0035	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado de São Paulo								250.000
			S	4	6	41	6	188		250.000
10 301	2015 8581 0043	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado do Rio Grande do Sul								130.000
			S	4	6	41	6	188		130.000
10 301	2015 8581 0228	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Município de Silves - AM								300.000
			S	4	6	41	6	188		300.000
10 301	2015 8581 0231	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Município de Tefé - AM								300.000
			S	4	6	41	6	188		300.000
10 301	2015 8581 1721	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Município de Serra Talhada - PE								461.400
			S	4	6	41	6	188		461.400
10 301	2015 8581 3316	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Município de Mesquita - RJ								2.000.000
			S	4	6	41	6	188		2.000.000
10 301	2015 8581 3704	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Município de Mirandópolis - SP								300.000
			S	4	6	40	6	188		300.000
10 301	2015 8581 5227	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Município de Deodápolis - MS								380.000
			S	4	6	41	6	188		380.000
10 302	2015 8933	Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial								3.562.400
10 302	2015 8933 0053	Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial - No Distrito Federal								3.562.400
			S	4	6	31	6	188		3.562.400
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										50.693.804
TOTAL - GERAL										50.693.804

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2078	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade							100.000
		ATIVIDADES							
18 541	2078 20LX	Ampliação e Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza							100.000
18 541	2078 20LX 0035	Ampliação e Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - No Estado de São Paulo							100.000
			F	4	6	40	0	188	100.000
TOTAL - FISCAL									100.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									100.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2078	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade							220.200
		ATIVIDADES							
18 541	2078 20WM	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais							220.200
18 541	2078 20WM 0022	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - No Estado do Piauí							80.200

			F	4	6	50	0	188	80.200
18 541	2078 20WM 7188	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Parque Nacional Serra da Capivara - No Estado do Piauí							140.000
			F	3	6	50	0	188	140.000
TOTAL - FISCAL									220.200
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									220.200

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2058	Defesa Nacional							238.793
		PROJETOS							
05 244	2058 1211	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte							238.793
05 244	2058 1211 0013	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - No Estado do Amazonas							84.586
			F	3	6	90	0	188	84.586
05 244	2058 1211 0014	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - No Estado de Roraima							70.000
			F	3	6	90	0	188	70.000
05 244	2058 1211 0193	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - No Município de Coari - AM							10.000
			F	3	6	90	0	188	10.000
05 244	2058 1211 0237	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - No Município de Alto Alegre - RR							74.207
			F	3	6	90	0	188	74.207
TOTAL - FISCAL									238.793
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									238.793

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2054	Planejamento Urbano							3.280.000
		PROJETOS							
15 451	2054 1D73	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano							3.280.000
15 451	2054 1D73 0026	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Estado de Pernambuco							2.000.000
			F	4	6	40	0	188	1.918.247
			F	4	6	90	0	188	81.753
15 451	2054 1D73 0041	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Estado do Paraná							1.280.000
			F	4	6	71	0	188	1.222.400
			F	4	6	90	0	188	57.600
	2084	Recursos Hídricos							800.000
		ATIVIDADES							
18 544	2084 20VR	Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas							800.000
18 544	2084 20VR 2534	Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas - No Município de Conceição do Mato Dentro - MG							800.000
			F	3	6	50	0	188	800.000
TOTAL - FISCAL									4.080.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.080.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2029	Desenvolvimento Regional e Territorial							959.021
		PROJETOS							
15 244	2029 7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado							959.021
15 244	2029 7K66 0031	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Estado de Minas Gerais							59.021
			F	4	6	90	0	188	59.021
15 244	2029 7K66 0741	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Município de São Roberto - MA							900.000
			F	4	6	40	0	188	855.000
			F	4	6	90	0	188	45.000
TOTAL - FISCAL									959.021
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									959.021

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54101 - Ministério do Turismo - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2076	Desenvolvimento e Promoção do Turismo							1.530.000
		PROJETOS							
23 695	2076 10V0	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística							1.530.000
23 695	2076 10V0 0017	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Estado do Tocantins							550.000
			F	4	6	40	0	188	550.000
23 695	2076 10V0 3339	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Município de Rio das Flores - RJ							980.000
			F	4	6	40	0	188	980.000
TOTAL - FISCAL									1.530.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.530.000

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania
UNIDADE: 55101 - Ministério da Cidadania - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2035	Esporte, Cidadania e Desenvolvimento							500.000
		PROJETOS							
27 812	2035 5450	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer							500.000
27 812	2035 5450 3314	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Município de Maricá - RJ							500.000
			F	3	6	40	0	188	500.000
	2069	Segurança Alimentar e Nutricional							61.364
		ATIVIDADES							
08 306	2069 215I	Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN							61.364
08 306	2069 215I 3298	Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - No Município de Duque de Caxias - RJ							61.364
			S	3	6	40	0	188	61.364
	2071	Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária							350.000
		ATIVIDADES							
11 334	2071 215F	Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária							350.000
11 334	2071 215F 0043	Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária - No Estado do Rio Grande do Sul							350.000
			F	3	6	40	0	188	150.000
			F	4	6	50	0	188	200.000
	2083	Qualidade Ambiental							100.000
		ATIVIDADES							
11 334	2083 8274	Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Empreendimentos Econômicos Solidários de Catadores Atuantes com Resíduos Sólidos							100.000
11 334	2083 8274 0035	Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Empreendimentos Econômicos Solidários de Catadores Atuantes com Resíduos Sólidos - No Estado de São Paulo							100.000
			F	3	6	40	0	188	100.000
TOTAL - FISCAL									950.000
TOTAL - SEGURIDADE									61.364
TOTAL - GERAL									1.011.364

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania
UNIDADE: 55205 - Fundação Cultural Palmares
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2027	Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento							213.925
		ATIVIDADES							
13 392	2027 20ZF	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira							213.925
13 392	2027 20ZF 0031	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Estado de Minas Gerais							96.925
			F	3	6	99	0	188	96.925
13 392	2027 20ZF 0035	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Estado de São Paulo							117.000
			F	3	6	50	0	188	117.000
TOTAL - FISCAL									213.925
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									213.925

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania
UNIDADE: 55206 - Fundação Nacional de Artes
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2027	Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento							50.000
		ATIVIDADES							
13 392	2027 20ZF	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira							50.000
13 392	2027 20ZF 0028	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Estado de Sergipe							50.000
			F	3	6	50	0	188	50.000
TOTAL - FISCAL									50.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									50.000

ÓRGÃO: 81000 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
UNIDADE: 81101 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2016	Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência							250.000
		ATIVIDADES							
14 422	2016 218B	Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres							250.000
14 422	2016 218B 0033	Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - No Estado do Rio de Janeiro							250.000
			F	3	6	50	0	188	250.000
	2064	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos							520.000
		ATIVIDADES							
14 422	2064 20ZN	Promoção dos Direitos Humanos							520.000
14 422	2064 20ZN 0001	Promoção dos Direitos Humanos - Nacional							300.000
			F	3	6	90	0	188	300.000
14 422	2064 20ZN 0029	Promoção dos Direitos Humanos - No Estado da Bahia							220.000
			F	3	6	50	0	188	220.000
TOTAL - FISCAL									770.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									770.000

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2012	Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar							20.000
		ATIVIDADES							
20 606	2012 210V	Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar							20.000
20 606	2012 210V 3313	Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar - No Município de Mangaratiba - RJ							20.000
			F	3	6	40	0	188	20.000
	2077	Agropecuária Sustentável							1.281.994
		ATIVIDADES							
20 608	2077 20ZV	Fomento ao Setor Agropecuário							1.281.994
20 608	2077 20ZV 0017	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado do Tocantins							298.000
			F	3	6	40	0	188	298.000
20 608	2077 20ZV 0042	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado de Santa Catarina							50.000
			F	3	6	40	0	188	50.000
20 608	2077 20ZV 0418	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Aragominas - TO							100.000
			F	3	6	40	0	188	100.000
20 608	2077 20ZV 0428	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Axixá do Tocantins - TO							100.000
			F	3	6	40	0	188	100.000
20 608	2077 20ZV 0429	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Babaçulândia - TO							100.000
			F	3	6	40	0	188	100.000
20 608	2077 20ZV 0430	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Bandeirantes do Tocantins - TO							23.607
			F	3	6	40	0	188	23.607
20 608	2077 20ZV 0438	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Cachoeirinha - TO							100.000
			F	3	6	40	0	188	100.000
20 608	2077 20ZV 0447	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Colinas do Tocantins - TO							100.000
			F	3	6	40	0	188	100.000
20 608	2077 20ZV 0458	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Esperantina - TO							100.000
			F	3	6	40	0	188	100.000
20 608	2077 20ZV 0465	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Goiatins - TO							110.387
			F	3	6	40	0	188	110.387
20 608	2077 20ZV 0529	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Santa Terezinha do Tocantins - TO							100.000
			F	3	6	40	0	188	100.000
20 608	2077 20ZV 0547	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Wanderlândia - TO							100.000
			F	3	6	40	0	188	100.000
TOTAL - FISCAL									1.301.994
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.301.994

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2066	Reforma Agrária e Governança Fundiária							700.000
		ATIVIDADES							
21 363	2066 210T	Promoção da Educação do Campo							500.000
21 363	2066 210T 0023	Promoção da Educação do Campo - No Estado do Ceará							500.000
			F	3	6	90	0	188	500.000
21 631	2066 211A	Desenvolvimento de Assentamentos Rurais							200.000
21 631	2066 211A 7038	Desenvolvimento de Assentamentos Rurais - Terra Sol - Nacional							200.000
			F	3	6	90	0	188	200.000
TOTAL - FISCAL									700.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									700.000

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2021	Ciência, Tecnologia e Inovação							250.000
		ATIVIDADES							
19 126	2021 20V8	Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital							250.000
19 126	2021 20V8 0052	Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital - No Estado de Goiás							250.000
			F	3	6	50	0	188	250.000
TOTAL - FISCAL									250.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									250.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25915 - Fundo de Amparo ao Trabalhador
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2071	Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária							980.000
		ATIVIDADES							
11 333	2071 20Z1	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores							980.000
11 333	2071 20Z1 3339	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores - No Município de Rio das Flores - RJ							980.000
			S	3	6	40	0	188	980.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									980.000
TOTAL - GERAL									980.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							3.240.000
		PROJETOS							
12 364	2080 7XE1	Reconstrução e Modernização do Museu Nacional							3.240.000
12 364	2080 7XE1 0033	Reconstrução e Modernização do Museu Nacional - No Estado do Rio de Janeiro							3.240.000
			F	4	7	90	8	188	3.240.000
TOTAL - FISCAL									3.240.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.240.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26262 - Universidade Federal de São Paulo
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							19.000
		ATIVIDADES							
12 364	2080 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							19.000
12 364	2080 20GK 0035	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de São Paulo							19.000
			F	3	6	90	8	188	19.000
TOTAL - FISCAL									19.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									19.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26270 - Fundação Universidade do Amazonas
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							1.556.000
		ATIVIDADES							
12 364	2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							1.556.000
12 364	2080 20RK 0013	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amazonas							1.556.000
			F	4	6	90	8	188	1.556.000
TOTAL - FISCAL									1.556.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.556.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							11.941.232
		ATIVIDADES							
12 368	2080 20RP	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica							2.630.031
12 368	2080 20RP 0031	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado de Minas Gerais							250.000
			F	4	6	40	8	188	250.000
12 368	2080 20RP 0033	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro							2.000.000
			F	3	6	99	8	188	200.000
			F	4	6	40	8	188	1.800.000
12 368	2080 20RP 0043	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Sul							80.031
			F	4	6	30	8	188	54.075
			F	4	6	40	8	188	25.956

12 368	2080 20RP 3196	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Afonso Cláudio - ES							300.000
			F	4	6	40	8	188	300.000
12 363	2080 8652	Apoio à Rede Pública Não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							8.744.901
12 363	2080 8652 0013	Apoio à Rede Pública Não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amazonas							200.000
			F	4	6	30	8	188	200.000
12 363	2080 8652 0016	Apoio à Rede Pública Não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amapá							50.000
			F	3	6	30	8	188	50.000
12 363	2080 8652 0031	Apoio à Rede Pública Não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais							250.000
			F	4	6	40	8	188	250.000
12 363	2080 8652 7028	Apoio à Rede Pública Não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - No Estado do Rio Grande do Sul							8.244.901
			F	4	7	30	8	188	8.244.901
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 364	2080 0048	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais							100.000
12 364	2080 0048 0052	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado de Goiás							100.000
			F	4	6	99	8	188	100.000
12 368	2080 0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica							266.300
12 368	2080 0509 0023	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado do Ceará							216.300
			F	3	7	30	8	188	216.300
12 368	2080 0509 0026	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado de Pernambuco							50.000
			F	3	6	40	8	188	50.000
12 368	2080 0E53	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola							200.000
12 368	2080 0E53 0033	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado do Rio de Janeiro							200.000
			F	4	6	40	8	188	200.000
TOTAL - FISCAL									11.941.232
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.941.232

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26378 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							200.000
		ATIVIDADES							
12 302	2080 4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais							200.000
12 302	2080 4086 7018	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira - No Estado do Rio de Janeiro							200.000
			S	3	6	90	8	188	40.000
			S	4	6	90	8	188	160.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									200.000
TOTAL - GERAL									200.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2081	Justiça, Cidadania e Segurança Pública							5.636.014
		ATIVIDADES							
06 181	2081 20UD	Prevenção à Violência e à Criminalidade							83.000
06 181	2081 20UD 3923	Prevenção à Violência e à Criminalidade - No Município de São José dos Campos - SP							83.000
			F	4	6	40	0	188	83.000
06 181	2081 8855	Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança Pública							5.553.014
06 181	2081 8855 0021	Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança Pública - No Estado do Maranhão							160.000
			F	4	6	40	0	188	160.000
06 181	2081 8855 0031	Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança Pública - No Estado de Minas Gerais							570.000
			F	3	6	99	0	188	570.000
06 181	2081 8855 0033	Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança Pública - No Estado do Rio de Janeiro							161.856
			F	3	6	30	0	188	161.856
06 181	2081 8855 0035	Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança Pública - No Estado de São Paulo							336.565
			F	3	6	40	0	188	300.000
			F	4	6	40	0	188	36.565
06 181	2081 8855 1795	Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança Pública - No Município de Maceió - AL							35.485
			F	4	6	40	0	188	35.485
06 181	2081 8855 7128	Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança Pública - Reforma, Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para os Órgão da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) - No Estado do Mato Grosso do Sul							1.789.108
			F	3	7	30	0	188	1.789.108
06 181	2081 8855 7138	Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança Pública - Atendimento às Forças de Segurança Militar (Policia e Corpo de Bombeiros) - No Estado do Amapá							2.500.000
			F	3	7	30	0	188	2.500.000
TOTAL - FISCAL									5.636.014
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.636.014

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2081	Justiça, Cidadania e Segurança Pública							2.140.200
		ATIVIDADES							
06 181	2081 20ID	Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública							2.140.200
06 181	2081 20ID 0052	Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública - No Estado de Goiás							75.200
			F	3	6	40	0	188	75.200
06 181	2081 20ID 0053	Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública - No Distrito Federal							2.065.000
			F	3	6	30	0	188	65.000
			F	4	6	99	0	188	2.000.000
TOTAL - FISCAL									2.140.200
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.140.200

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)							500.000
		PROJETOS							
10 511	2015 3921	Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas							500.000
10 511	2015 3921 0012	Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas - No Estado do Acre							500.000
			S	4	6	40	6	188	500.000
	2068	Saneamento Básico							560.000
		PROJETOS							
10 512	2068 10GG	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)							560.000
10 512	2068 10GG 0017	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - No Estado do Tocantins							550.000
			S	4	6	40	0	188	550.000
10 512	2068 10GG 0026	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - No Estado de Pernambuco							10.000
			S	4	6	40	0	188	10.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.060.000
TOTAL - GERAL									1.060.000

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)							45.159.335
		ATIVIDADES							
10 303	2015 20K5	Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS							108.150
10 303	2015 20K5 0043	Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS - No Estado do Rio Grande do Sul							108.150
			S	3	6	50	6	188	108.150
10 301	2015 20YL	Estruturação de Academias da Saúde							160.000
10 301	2015 20YL 3286	Estruturação de Academias da Saúde - No Município de Cachoeiras de Macacu - RJ							160.000
			S	3	6	41	0	188	160.000
10 305	2015 2E87	Controle da população de animais em situações excepcionais (castração e atenção veterinária - LDO 2019, art. 41)							1.487.387
10 305	2015 2E87 3341	Controle da população de animais em situações excepcionais (castração e atenção veterinária - LDO 2019, art. 41) - No Município do Rio de Janeiro - RJ							1.487.387
			S	3	6	41	0	188	487.387
			S	4	6	41	0	188	1.000.000
10 301	2015 2E89	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas							11.009.294
10 301	2015 2E89 0017	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Estado do Tocantins							185.000
			S	3	6	41	6	188	185.000
10 301	2015 2E89 0023	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Estado do Ceará							812.000
			S	4	6	41	6	188	812.000
10 301	2015 2E89 0029	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Estado da Bahia							763.196
			S	3	6	41	6	188	763.196
10 301	2015 2E89 0035	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Estado de São Paulo							150.000
			S	3	6	41	6	188	150.000
10 301	2015 2E89 0041	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Estado do Paraná							800.000
			S	3	6	31	6	188	800.000
10 301	2015 2E89 0043	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Estado do Rio Grande do Sul							330.000
			S	3	6	41	6	188	330.000
10 301	2015 2E89 0334	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Município de Ourém - PA							374.669
			S	3	6	41	6	188	374.669
10 301	2015 2E89 0461	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Município de Filadélfia - TO							40.000
			S	3	6	41	6	188	40.000

10 301	2015 2E89 0547	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Município de Wanderlândia - TO								100.000
			S	3	6	41	6	188		100.000
10 301	2015 2E89 1002	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Município de Aracati - CE								3.970.774
			S	3	6	41	6	188		3.970.774
10 301	2015 2E89 1110	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Município de Mulungu - CE								528.780
			S	3	6	41	6	188		528.780
10 301	2015 2E89 1729	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Município de Tacaimbó - PE								82.564
			S	3	6	41	6	188		82.564
10 301	2015 2E89 1756	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Município de Belém - AL								250.000
			S	3	6	41	6	188		250.000
10 301	2015 2E89 2945	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Município de Planura - MG								100.000
			S	4	6	41	6	188		100.000
10 301	2015 2E89 3317	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Município de Miguel Pereira - RJ								2.000.000
			S	3	6	41	6	188		2.000.000
10 301	2015 2E89 4003	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Município de Viradouro - SP								193.591
			S	3	6	41	6	188		193.591
10 301	2015 2E89 5475	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Município de Castelândia - GO								140.000
			S	3	6	41	6	188		140.000
10 301	2015 2E89 5646	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Município de Taquaral de Goiás - GO								188.720
			S	3	6	41	6	188		188.720
10 302	2015 2E90	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas								14.313.041
10 302	2015 2E90 0031	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Estado de Minas Gerais								1.100.000
			S	3	6	41	6	188		1.000.000
			S	4	6	41	6	188		100.000
10 302	2015 2E90 0035	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Estado de São Paulo								1.219.742
			S	4	6	31	6	188		861.412
			S	4	6	41	6	188		358.330
10 302	2015 2E90 0041	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Estado do Paraná								344.800
			S	3	6	41	6	188		344.800
10 302	2015 2E90 0043	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Estado do Rio Grande do Sul								350.000
			S	4	6	40	6	188		350.000
10 302	2015 2E90 0415	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Município de Ananás - TO								100.000
			S	3	6	41	6	188		100.000
10 302	2015 2E90 1093	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Município de Maracanaú - CE								3.669.065
			S	3	7	41	6	188		3.669.065
10 302	2015 2E90 1094	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Município de Maranguape - CE								1.000.000
			S	3	6	40	6	188		1.000.000
10 302	2015 2E90 1117	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Município de Pacatuba - CE								283.135
			S	3	6	41	6	188		283.135
10 302	2015 2E90 1665	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Município de Lajedo - PE								261.400
			S	3	6	41	6	188		261.400
10 302	2015 2E90 2731	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Município de Iturama - MG								600.000
			S	3	6	41	6	188		600.000
10 302	2015 2E90 3045	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Município de Santo Antônio do Monte - MG								420.774
			S	3	6	41	6	188		420.774
10 302	2015 2E90 3311	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Município de Macuco - RJ								196.817
			S	3	6	41	6	188		196.817
10 302	2015 2E90 3439	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Município de Birigui - SP								3.400.000
			S	3	6	41	6	188		3.400.000
10 302	2015 2E90 3543	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Município de Fernandópolis - SP								151.106
			S	3	6	41	6	188		151.106
10 302	2015 2E90 4360	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Município de São José dos Pinhais - PR								200.000
			S	4	6	50	6	188		200.000
10 302	2015 2E90 5424	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Município de Águas Lindas de Goiás - GO								1.016.202
			S	3	6	31	6	188		1.016.202
10 571	2015 6146	Pesquisa em Saúde e Avaliação de Novas Tecnologias para o SUS								700.000

10 571	2015 6146 0035	Pesquisa em Saúde e Avaliação de Novas Tecnologias para o SUS - No Estado de São Paulo							700.000
			S	4	6	50	6	188	700.000
10 302	2015 8535	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde							12.330.774
10 302	2015 8535 0029	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado da Bahia							1.000.000
			S	3	6	31	6	188	1.000.000
10 302	2015 8535 0031	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado de Minas Gerais							2.470.000
			S	3	6	41	6	188	150.000
			S	4	6	41	6	188	20.000
			S	4	6	50	6	188	2.300.000
10 302	2015 8535 0033	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado do Rio de Janeiro							600.000
			S	3	6	41	6	188	600.000
10 302	2015 8535 0035	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado de São Paulo							1.020.000
			S	4	6	41	6	188	1.020.000
10 302	2015 8535 0041	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado do Paraná							100.000
			S	4	6	41	6	188	100.000
10 302	2015 8535 0043	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado do Rio Grande do Sul							1.170.000
			S	3	6	50	6	188	970.000
			S	4	6	50	6	188	200.000
10 302	2015 8535 0052	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado de Goiás							450.000
			S	3	6	41	6	188	450.000
10 302	2015 8535 0173	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município de Porto Acre - AC							180.000
			S	4	6	41	6	188	180.000
10 302	2015 8535 3280	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município de Barra do Piraí - RJ							1.000.000
			S	4	6	41	6	188	1.000.000
10 302	2015 8535 3298	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município de Duque de Caxias - RJ							2.000.000
			S	4	6	41	6	188	2.000.000
10 302	2015 8535 3366	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município de Adamantina - SP							200.000
			S	3	6	50	6	188	200.000
10 302	2015 8535 3675	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município de Lucélia - SP							200.000
			S	3	6	50	6	188	200.000
10 302	2015 8535 3799	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município de Piracicaba - SP							170.000
			S	3	6	41	6	188	170.000
10 302	2015 8535 3908	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município de Santos - SP							1.000.000
			S	3	6	41	6	188	1.000.000
10 302	2015 8535 5560	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município de Minaçu - GO							250.000
			S	4	6	50	6	188	250.000
10 302	2015 8535 7370	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Fundação Napoleão Laureano (Hospital Napoleão Laureano) - No Município de João Pessoa - PB							100.000
			S	3	6	50	6	188	100.000
10 302	2015 8535 9126	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Associação Obras Sociais Irmã Dulce - No Estado da Bahia							100.000
			S	3	6	50	6	188	100.000
10 302	2015 8535 9196	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Hospital Regional de Divinolândia (CONDERG) - No Estado de São Paulo							320.774
			S	4	6	31	6	188	320.774
10 301	2015 8581	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde							2.504.491
10 301	2015 8581 0023	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado do Ceará							100.000
			S	3	6	41	6	188	100.000
10 301	2015 8581 0031	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado de Minas Gerais							430.000
			S	3	6	41	6	188	150.000
			S	4	6	41	6	188	280.000
10 301	2015 8581 0035	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado de São Paulo							349.691
			S	3	6	41	6	188	349.691
10 301	2015 8581 0041	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado do Paraná							44.800
			S	4	6	41	6	188	44.800
10 301	2015 8581 0052	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado de Goiás							100.000
			S	4	6	41	6	188	100.000
10 301	2015 8581 0228	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Município de Silves - AM							300.000
			S	3	6	41	6	188	300.000
10 301	2015 8581 0231	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Município de Tefé - AM							300.000
			S	3	6	41	6	188	300.000
10 301	2015 8581 1726	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Município de Solidão - PE							200.000
			S	4	6	41	6	188	200.000
10 301	2015 8581 3704	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Município de Mirandópolis - SP							300.000
			S	3	6	40	6	188	300.000
10 301	2015 8581 5227	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Município de Deodápolis - MS							380.000
			S	3	6	41	6	188	380.000
10 302	2015 8933	Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial							2.546.198
10 302	2015 8933 0053	Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial - No Distrito Federal							2.546.198
			S	3	6	31	6	188	2.546.198
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									45.159.335
TOTAL - GERAL									45.159.335

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2087	Transporte Terrestre							20.000.000
		PROJETOS							
26 782	2087 7X96	Construção de Ponte sobre o Rio Uruguai (Fronteira Brasil/Argentina) - na BR-392/RS							20.000.000
26 782	2087 7X96 0043	Construção de Ponte sobre o Rio Uruguai (Fronteira Brasil/Argentina) - na BR-392/RS - No Estado do Rio Grande do Sul							
			F	4	7	90	0	188	20.000.000
TOTAL - FISCAL									20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2078	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade							164.890
		ATIVIDADES							
18 541	2078 20LX	Ampliação e Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza							100.000
18 541	2078 20LX 0035	Ampliação e Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - No Estado de São Paulo							
			F	3	6	40	0	188	100.000
18 128	2078 20VY	Apoio à Implementação da Política Nacional de Educação Ambiental							64.890
18 128	2078 20VY 5027	Apoio à Implementação da Política Nacional de Educação Ambiental - No Município de Porto Alegre - RS							
			F	3	6	50	0	188	64.890
TOTAL - FISCAL									164.890
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									164.890

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2078	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade							220.200
		ATIVIDADES							
18 541	2078 20WM	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais							220.200
18 541	2078 20WM 0022	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - No Estado do Piauí							80.200
			F	3	6	50	0	188	80.200
18 541	2078 20WM 7188	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Parque Nacional Serra da Capivara - No Estado do Piauí							140.000
			F	4	6	50	0	188	140.000
TOTAL - FISCAL									220.200
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									220.200

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2058	Defesa Nacional							238.793
		PROJETOS							
05 244	2058 1211	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte							238.793
05 244	2058 1211 0013	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - No Estado do Amazonas							84.586
			F	4	6	90	0	188	84.586
05 244	2058 1211 0014	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - No Estado de Roraima							70.000
			F	4	6	90	0	188	70.000
05 244	2058 1211 0193	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - No Município de Coari - AM							10.000
			F	4	6	90	0	188	10.000
05 244	2058 1211 0237	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - No Município de Alto Alegre - RR							74.207
			F	4	6	90	0	188	74.207
TOTAL - FISCAL									238.793
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									238.793

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2029	Desenvolvimento Regional e Territorial							3.280.000
		ATIVIDADES							
19 691	2029 8902	Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica							1.280.000
19 691	2029 8902 0041	Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica - No Estado do Paraná							1.280.000
			F	4	6	71	0	188	1.222.400
			F	4	6	90	0	188	57.600
		PROJETOS							
15 244	2029 7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado							2.000.000

15 244	2029 7K66 1748	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Município de Xexéu - PE							2.000.000
			F	4	6	40	0	188	1.918.247
			F	4	6	90	0	188	81.753
	2048	Mobilidade Urbana e Trânsito							300.000
		PROJETOS							
15 451	2048 10ST	Apoio a Sistemas de Transporte Não-Motorizados							300.000
15 451	2048 10ST 3323	Apoio a Sistemas de Transporte Não-Motorizados - No Município de Nova Iguaçu - RJ							300.000
			F	3	6	40	0	188	300.000
	2054	Planejamento Urbano							300.000
		PROJETOS							
15 451	2054 1D73	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano							300.000
15 451	2054 1D73 0033	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Estado do Rio de Janeiro							300.000
			F	4	6	99	0	188	300.000
	2084	Recursos Hídricos							800.000
		ATIVIDADES							
18 544	2084 20VR	Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas							800.000
18 544	2084 20VR 2534	Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas - No Município de Conceição do Mato Dentro - MG							800.000
			F	4	6	50	0	188	800.000
TOTAL - FISCAL									4.680.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.680.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional

UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2029	Desenvolvimento Regional e Territorial							959.021
		PROJETOS							
15 244	2029 7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado							959.021
15 244	2029 7K66 0031	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Estado de Minas Gerais							59.021
			F	3	6	90	0	188	59.021
15 244	2029 7K66 0741	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Município de São Roberto - MA							900.000
			F	3	6	40	0	188	859.500
			F	3	6	90	0	188	40.500
TOTAL - FISCAL									959.021
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									959.021

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo

UNIDADE: 54101 - Ministério do Turismo - Administração Direta

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2076	Desenvolvimento e Promoção do Turismo							1.550.000
		PROJETOS							
23 695	2076 10V0	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística							1.550.000
23 695	2076 10V0 0053	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Distrito Federal							550.000
			F	4	6	30	0	188	550.000
23 695	2076 10V0 3300	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Município de Guapimirim - RJ							1.000.000
			F	4	6	40	0	188	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.550.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.550.000

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania

UNIDADE: 55101 - Ministério da Cidadania - Administração Direta

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2035	Esporte, Cidadania e Desenvolvimento							400.000
		ATIVIDADES							
27 812	2035 20JP	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos e Eventos de Esporte, Educação, Lazer , Inclusão Social e Legado Social							400.000
27 812	2035 20JP 0026	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos e Eventos de Esporte, Educação, Lazer , Inclusão Social e Legado Social - No Estado de Pernambuco							200.000
			F	3	6	50	0	188	200.000
27 812	2035 20JP 0033	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos e Eventos de Esporte, Educação, Lazer , Inclusão Social e Legado Social - No Estado do Rio de Janeiro							200.000
			F	3	6	50	0	188	200.000
	2069	Segurança Alimentar e Nutricional							61.364
		ATIVIDADES							
08 306	2069 215I	Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN							61.364

08 306	2069 215I 3298	Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - No Município de Duque de Caxias - RJ	S	4	6	40	0	188	61.364
									61.364
	2071	Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária							350.000
		ATIVIDADES							
11 334	2071 215F	Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária							350.000
11 334	2071 215F 0043	Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária - No Estado do Rio Grande do Sul							350.000
			F	3	6	50	0	188	200.000
			F	4	6	40	0	188	150.000
	2083	Qualidade Ambiental							100.000
		ATIVIDADES							
11 334	2083 8274	Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Empreendimentos Econômicos Solidários de Catadores Atuantes com Resíduos Sólidos							100.000
11 334	2083 8274 0035	Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Empreendimentos Econômicos Solidários de Catadores Atuantes com Resíduos Sólidos - No Estado de São Paulo							100.000
			F	4	6	40	0	188	100.000
TOTAL - FISCAL									850.000
TOTAL - SEGURIDADE									61.364
TOTAL - GERAL									911.364

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania
UNIDADE: 55205 - Fundação Cultural Palmares
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2027	Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento							513.925
		ATIVIDADES							
13 392	2027 20ZF	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira							513.925
13 392	2027 20ZF 0031	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Estado de Minas Gerais							96.925
			F	4	6	99	0	188	96.925
13 392	2027 20ZF 0035	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Estado de São Paulo							117.000
			F	4	6	50	0	188	117.000
13 392	2027 20ZF 0053	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Distrito Federal							300.000
			F	3	6	90	0	188	300.000
TOTAL - FISCAL									513.925
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									513.925

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania
UNIDADE: 55206 - Fundação Nacional de Artes
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2027	Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento							50.000
		ATIVIDADES							
13 392	2027 20ZF	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira							50.000
13 392	2027 20ZF 0028	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Estado de Sergipe							50.000
			F	4	6	50	0	188	50.000
TOTAL - FISCAL									50.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									50.000

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania
UNIDADE: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2037	Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)							500.000
		ATIVIDADES							
08 244	2037 219G	Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)							500.000
08 244	2037 219G 3321	Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - No Município de Niterói - RJ							500.000
			S	4	6	40	0	188	500.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									500.000
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 81000 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
UNIDADE: 81101 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2016	Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência							500.000
		ATIVIDADES							
14 422	2016 218B	Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres							500.000
14 422	2016 218B 0053	Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - No Distrito Federal							500.000
			F	3	6	90	0	188	500.000
	2034	Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo							550.000

		ATIVIDADES							
14 422	2034 6440	Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos e Outras Comunidades Tradicionais							550.000
14 422	2034 6440 0033	Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos e Outras Comunidades Tradicionais - No Estado do Rio de Janeiro							550.000
			F	3	6	50	0	188	550.000
	2062	Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes							220.000
		PROJETOS							
14 243	2062 14UF	Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes							220.000
14 243	2062 14UF 0029	Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes - No Estado da Bahia							220.000
			S	4	6	90	0	188	220.000
	2064	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos							300.000
		ATIVIDADES							
14 422	2064 20ZN	Promoção dos Direitos Humanos							300.000
14 422	2064 20ZN 0001	Promoção dos Direitos Humanos - Nacional							300.000
			F	4	6	90	0	188	300.000
TOTAL - FISCAL									1.350.000
TOTAL - SEGURIDADE									220.000
TOTAL - GERAL									1.570.000

DESPACHO DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo nº 17944.103797/2018-86
Interessado: Município de Aparecida de Goiânia - GO
Assunto: Operação de crédito externo a ser celebrada entre o Município de Aparecida de Goiânia - GO e a Corporação Andina de Fomento - CAF, no valor de até US$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinado a financiar parcialmente o "Programa de Reestruturação Viária Bacia do Ribeirão Santo Antônio de Aparecida de Goiânia II".

Despacho: Tendo em vista os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e considerando a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, o Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, o art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o art. 6º do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, a Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e alterações, e a permissão contida na Resolução nº 25, de 02 de outubro de 2019, também daquela Casa Legislativa, publicada no Diário Oficial da União de 03 de outubro de 2019, no uso da competência que me confere o Art. 2º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, do Ministério da Economia, certifico o cumprimento das condições necessárias à concessão da garantia da União, no uso da competência que me confere o artigo 2º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, do Ministério da Economia, certifico o cumprimento das condições necessárias à concessão da garantia da União, notadamente o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso do contrato de empréstimo e dos requisitos constantes do §5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, podendo ser celebrado o contrato de garantia entre a União e a Corporação Andina de Fomento - CAF, observadas as formalidades de praxe, em especial a prévia formalização do contrato de contragarantia.

WALDERY RODRIGUES JÚNIOR
Secretário Especial de Fazenda

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/MVA Nº 23, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera as Tabelas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV anexas ao ATO COTEPE/ICMS 42/13, que divulga as margens de valor agregado a que se refere à cláusula oitava do Convênio ICMS 110/07, que dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, e com outros produtos.

O Diretor do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições,
CONSIDERANDO o disposto nas cláusulas oitava e décima do Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007; e
CONSIDERANDO as informações recebidas das unidades federadas, constantes no processo SEI 12004.101293/2019-17, TORNA PÚBLICO que o Estado de São Paulo, a partir de 16 de dezembro de 2019, adotará as margens de valor agregado, a seguir indicadas nas Tabelas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV do Ato COTEPE/ICMS 42/13, de 20 de setembro de 2013.

ANEXO I - OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

(Art. 1º, I, "a", 1 - regra geral)

UF	Gasolina Automotiva e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Álcool Hidratado				Óleo Combustível		Gás Natural Veicular	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais			Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
						7%	12%	Originado de Importação 4%				
*SP	45,65%	93,24%	45,65%	93,24%	13,23%	21,75%	28,67%	17,94%	10,48%	34,73%	-	-

ANEXO II - OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS

(Art. 1º, I, "b", 1 - regra geral)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível		Gás Natural Veicular	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	45,65%	93,24%	45,65%	93,24%	36,88%	54,97%	39,32%	57,73%	112,29%	141,24%	81,31%	106,04%	-	-	-	-

ANEXO III - OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADORES DE COMBUSTÍVEIS

(Art. 1º, I, "c", 1 - regra geral)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	45,65%	93,24%	45,65%	93,24%	36,88%	54,97%	39,32%	57,73%	112,29%	141,24%	81,31%	106,04%	40,76%	87,69%	13,23%	17,94%

ANEXO IV - OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

(Art. 1º, I, "a", 2 - CIDE não computada no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	50,47%	99,96%	50,47%	99,96%	18,73%	44,80%

ANEXO V - OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS

(Art. 1º, I, "b", 2 - CIDE não computada no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	50,47%	99,96%	50,47%	99,96%	36,70%	54,97%	39,14%	57,73%	112,29%	141,24%	81,31%	106,04%	-	-

ANEXO VI - OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

(Art. 1º, I, "a", 3 - PIS/PASEP e COFINS não computadas no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	98,19%	163,38%	98,19%	163,38%	19,11%	45,25%

ANEXO VII - OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS

(Art. 1º, I, "b", 3 - PIS/PASEP e COFINS não computadas no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	98,19%	163,38%	98,19%	163,38%	57,93%	79,03%	60,37%	81,80%	151,55%	161,60%	111,45%	140,29%	-	-

ANEXO VIII - OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

(Art. 1º, I, "a", 4 - PIS/PASEP, COFINS e CIDE não computadas no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	107,70%	176,02%	107,70%	176,02%	24,26%	51,54%

ANEXO IX - OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS

(Art. 1º, I, "b", 4 - PIS/PASEP, COFINS e CIDE não computadas no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	107,70%	176,02%	107,70%	176,02%	57,93%	79,03%	60,37%	81,80%	151,55%	161,60%	111,45%	140,29%	-	-

ANEXO X - OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADOR DE COMBUSTÍVEIS

(Art. 1º, I, "c", 2 - exigibilidade suspensa ou sem pagamento de CIDE pelo importador)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	50,47%	99,96%	50,47%	99,96%	36,70%	54,97%	39,14%	57,73%	112,29%	141,24%	81,31%	106,04%	47,69%	96,92%	13,23%	17,94%

ANEXO XI - OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADOR DE COMBUSTÍVEIS

(Art. 1º, I, "c", 3 - exigibilidade suspensa ou sem pagamento de PIS/PASEP e COFINS pelo importador)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	98,19%	163,38%	98,19%	163,38%	57,93%	79,03%	60,37%	81,80%	151,55%	161,60%	111,45%	140,29%	47,97%	97,29%	13,23%	17,94%

ANEXO XII - OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADOR DE COMBUSTÍVEIS9

(Art. 1º, I, "c", 4 - exigibilidade suspensa ou sem pagamento de PIS/PASEP, COFINS e CIDE pelo Importador)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	107,70%	176,02%	107,70%	176,02%	57,93%	79,03%	60,37%	81,80%	151,55%	161,60%	111,45%	140,29%	55,25%	107,00%	13,23%	17,94%

ANEXO XIII - OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS

UNIDADES DA FEDERAÇÃO
(Art. 1º, I, "a", 5 - PIS/PASEP e COFINS não computadas no preço pela distribuidora de combustíveis)

UF	Álcool Hidratado			
	Internas	Interestaduais		
		7%	12%	Originado de Importação 4%
*SP	13,23%	-	28,67%	-

ANEXO XIV - OPERAÇÕES REALIZADAS POR DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS, PRODUTOR NACIONAL DE LUBRIFICANTES, IMPORTADOR DE LUBRIFICANTES E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

(Art. 1º, II - lubrificantes)

UF	Lubrificantes Derivados de Petróleo		Lubrificantes Não Derivados de Petróleo			
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais		
				7%	12%	Originado de Importação 4%
*SP	61,31%	96,72%	61,31%	-	73,12%	88,85%

BRUNO PESSANHA NEGRIS

ATO COTEPE/PMPF Nº 29, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

O Diretor do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento do CONFAZ;
CONSIDERANDO o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007; e
CONSIDERANDO as informações recebidas das unidades federadas, constantes no processo SEI nº 12004.101279/2019-13, TORNA PÚBLICO que os Estados e o Distrito Federal adotarão, a partir de 16 de dezembro de 2019, o seguinte preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) para os combustíveis referidos no convênio supra:

PREÇO MÉDIO PONDERADO AO CONSUMIDOR FINAL														
ITEM	UF	GAC (R$/ litro)	GAP (R$/ litro)	DIESEL S10 (R$/ litro)	ÓLEO DIESEL (R$/ litro)	GLP (P13) (R$/ kg)	GLP (R$/ kg)	QAV (R$/ litro)	AEHC (R$/ litro)	GNV (R$/ m³)	GNI (R$/ m³)	ÓLEO COMBUSTÍVEL (R$/ litro)	(R$/ Kg)
1	AC	4,8279	4,8279	4,5271	4,5726	6,3942	6,3942	-	3,8470	-	-	-	-
2	AL	**4,6621	**4,7501	**3,9380	**3,8280	-	**4,9435	*2,8700	**3,5571	*3,6040	-	-	-
3	AM	**4,4224	**4,4224	**3,9086	**3,7424	-	*5,8120	-	**3,3493	2,2446	1,4104	-	-
4	AP	**3,9570	**3,9570	**4,5880	**4,2690	**6,0153	**6,0153	-	*3,6700	-	-	-	-
5	BA	4,5900	5,2000	3,8000	3,7000	4,7800	4,8500	-	3,5000	2,4400	-	-	-
6	CE	4,6000	4,6000	*3,7078	*3,6022	4,9300	4,9300	-	3,5345	-	-	-	-
7	DF	*4,5190	**6,2490	**3,9760	**3,8440	**5,4085	**5,4085	-	*3,3320	3,7990	-	-	-
8	ES	*4,5813	*6,2697	*3,8150	*3,7121	4,9360	4,9360	-	*3,6226	-	-	-	-
9	GO	*4,6309	*5, 6134	*3,8315	*3,7383	*5,5323	*5,5323	-	*3,1048	-	-	-	-

10	MA	*4,4510	5,7000	*3,8160	**3,6900	-	**5,4915	-	**3,6230	-	-	-	-
11	MG	**4,7652	**6,3903	**3,8697	**3,7787	5,4458	6,3014	*5,1698	*3,0360	**3,4430	-	-	-
12	MS	*4,2916	**6,3080	*3,8751	**3,7985	**5,5180	**5,5180	*3,0470	*3,4466	*2,9873	-	-	-
13	MT	*4,6217	*6,6651	**4,1302	*4,0542	**7,3779	**7,3779	*4,6229	**2,6528	2,6990	2,2000	-	-
14	PA	4,5680	4,5680	4,0170	4,0880	5,7862	5,7862	-	3,7350	-	-	-	-
15	PB	*4,4468	**7,9967	**3,7360	**3,6805	-	*5,4263	*2,9169	**3,2165	**3,7372	-	2,9500	2,9500
16	PE	4,6011	4,6011	3,6001	3,6001	5,0715	5,0715	-	3,4910	-	-	-	-
17	PI	4,6800	4,7200	3,8600	3,7900	4,6413	4,6413	3,5543	3,5543	-	-	-	-
18	PR	*4,1900	5,8300	3,4900	3,4100	5,0900	5,0900	-	*2,9700	-	-	-	-
19	RJ	*4,8630	**5,6171	3,8070	3,7040	-	*4,8815	2,4456	*3,9060	*3,1040	-	-	-
20	RN	*4,6290	7,3900	*3,9770	*3,8130	*5,3570	*5,3570	-	*3,7090	*3,6490	-	1,6900	1,6900
21	RO	**4,4780	**4,4780	4,0170	3,9510	-	*6,1070	-	**3,6470	-	-	2,9656	-
22	RR	*4,3490	*4,3560	3,9890	*3,9470	*6,3520	*6,9200	*3,6150	*3,8390	-	-	-	-
23	RS	*4,6249	*6,8702	*3,6848	*3,6066	**5,4309	*6,0169	-	*4,1192	*3,5922	-	-	-
24	SC	*4,1600	5,8500	3,5800	3,4800	*5,5200	*5,5200	-	*3,5600	2,8600	-	-	-
25	SE	*4,4900	*4,5270	3,7870	3,7160	4,4507	4,4507	*3,1350	3,2330	3,7130	-	-	-
26	SP	*4,1980	*4,1980	**3,7280	**3,6070	*5,1700	5,5769	-	*2,8160	-	-	-	-
27	TO	*4,6600	7,3600	3,6500	3,5900	6,2000	6,2000	4,9000	3,6500	-	-	-	-

Notas Explicativas:
a) * valores alterados de PMPF; e
b) ** valores alterados de PMPF que apresentam redução.

BRUNO PESSANHA NEGRIS

DESPACHO Nº 91, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF-ECF.

O Diretor do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que a Secretaria Executiva do CONFAZ recebeu dos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS os seguintes laudos de análise funcional das empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas:

I - Não constatado "não conformidade":

a) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Grazziotin S/A Rua Valentin Grazziotin, 77, São Cristóvão Passo Fundo/RS CEP: 99.060-030	92.012.467/0001-70	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: PRS0192019 Nome: Sislog ECF Versão: 7.7.6 Código MD5: 97e606502175750bc92d46c7a5f46b2b *Executáveis/pVendasGrazziotin Data do término da análise: 19/11/2019

b) Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - FUNDESTE

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Ademir Francisco Busnello Ltda Rua Dr. Maruri, 190, Centro Concórdia/SC CEP: 89.700-065	35.130.852/0001-88	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: UNO3352019 Nome: INFOECF Versão: 4.00 Código MD5: AC12D6EAD2640B6AA28A5C28D9C25C31 Data do término da análise: 20/11/2019
Satus Tecnologia em Sistemas Ltda Rua Emilio de Menezes, 827, Estrela Ponta Grossa/PR CEP: 84.040-030	13.058.290/0001-76	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: UNO3362019 Nome: SP2 Versão: 2.8.0.500 Código MD5: E28034F917655A6FDE9BFCC3D8949252 Data do término da análise: 27/11/2019

c) Fundação Visconde de Cairu - FVC

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
BIZ System Tecnologia Ltda. Srv Expedicionario Leonel Francolino Da Silva, 195, Vargem Grande Florianópolis/SC CEP: 88.052-630	12.596.735/0001-09	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: FVC0082019 Nome: BIZ PAF Versão: V4.00 Código MD5: 4ba3f80b61c30a15ba807b2175c12feb Caixa Data do término da análise: 22/11/2019
Concept Prime Ltda Rua Belmira Isabel Martins, 62, Sala 307, Estreito Florianópolis/SC CEP: 88.075-145	23.105.754/0001-01	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: FVC0092019 Nome: CONCEPT PRIME LTDA Versão: 1.0 Código MD5: 973cd35e44ddd31fa886aac073d1527c PDV_PAF Data do término da análise: 25/11/2019

d) Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Harro Roberto Gutz - ME Rua Chile, 170, Imigrantes Timbó/SC CEP: 89.120-000	23.078.797/0001-45	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: TEC0132019 Nome: Script ECF Versão: 3.0 Código MD5: 806b5fb125ab2540d1c2a70046e1f0e7 Data do término da análise: 21/11/2019

e) Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Castanheira Consultoria e Informática Ltda Av. Celso Porfírio Machado, 1056, Belvedere Belo Horizonte/MG CEP: 30.320-400	01.485.056/0001-46	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: INA0162019 Nome: ESGE-ECF Versão: 210 Código MD5: A7F0FF2061365BBEDDA9397D2C7CFF23 Data do término da análise: 04/12/2019

f) Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
HTS Solucoes em Informatica Ltda Rua Independência, 362, Valparaiso Blumenau/SC CEP: 89.023-400	00.514.373/0001-80	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: UNS0172019 Nome: HORUS ECF Versão: 2.0 Código MD5: bd4a5bcea553d7df172f0f34dd97465e horusecf Data do término da análise: 06/12/2019

II - Constatado "não conformidade":

a) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Wiebbelling KW Informática Ltda Rua Maranguape, 72/601, Petrópolis Porto Alegre/RS CEP: 90.690-380	03.995.946/0001-23	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: PRS0202019 Nome: POSKW Versão: 7.00 Código MD5: dbec70093fd865fc172100a0b6e2fdfe *pdv Data do término da análise: 26/11/2019

BRUNO PESSANHA NEGRIS

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 13.483, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 45, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, e

Considerando a frustração na arrecadação das fontes 32 - Recursos destinados ao FUNDAF, 50 - Recursos Próprios Não Financeiros, 53 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, 74 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais e 86 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas, e a possibilidade de aplicação do excesso de arrecadação das fontes 36 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas e 51 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas, e do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2018, relativo às fontes 32, 50, 74 e 86, de modo a permitir o pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, em diversas unidades orçamentárias do Ministério da Economia, haja vista a alteração da estrutura institucional e programática, em virtude da publicação da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019;

Considerando a frustração da fonte 86, e a oportunidade de aproveitamento do excesso de arrecadação da fonte 74 para a execução da ação "Transferência de Recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético (Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002) ", na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

Considerando a frustração da fonte 74, e a viabilidade de utilização do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do ano de 2018, relativo à fonte 00 - Recursos Ordinários, com vistas ao atendimento da ação "Relações e Negociações Bilaterais", na Administração Direta do Ministério das Relações Exteriores;

Considerando a previsão de frustração das fontes 18 - Receitas de Concursos de Prognósticos e 42 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos, e a oportunidade de utilização do excesso de arrecadação da fonte 36 para o cumprimento da ação "Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade", no Fundo Nacional de Saúde;

Considerando a frustração da fonte 86, e a possibilidade de uso do excesso de arrecadação da fonte 80 - Recursos Próprios Financeiros para a realização da ação "Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional", no Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC;

Considerando a necessidade de aplicação do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do ano de 2018, referente à fonte 07 - Outras Compensações Financeiras, na execução da ação "Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais", de acordo com o caput do art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e a concomitante redução da fonte 00, no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO; e

Considerando a frustração das fontes 74 e 80 na Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, e a possibilidade de utilização de recursos da fonte 00, provenientes de programação do ICMBIO, para a implementação da ação "Ativos Civis da União", na citada Agência; e

Considerando a viabilidade de aproveitamento do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2018, concernente à fonte 00, no atendimento das ações "Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO (Lei nº 8.171, de 1991)" e "Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial destinadas a Empresas Cerealistas (Medida Provisória nº 897, de 2019)", em Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia e em Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Economia, respectivamente, e a decorrente redução da fonte 44 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações, em conformidade com o inciso III do caput do art. 167 da Constituição, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, no que concerne aos Ministérios da Economia; de Minas e Energia; das Relações Exteriores; da Saúde; da Infraestrutura; e do Meio Ambiente; a Encargos Financeiros da União; e a Operações Oficiais de Crédito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE SOARES

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25101 - Ministério da Economia - Administração Direta
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							65.133.296
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							65.133.296
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							65.133.296
			S	1	1	90	0	136	65.133.296
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Economia							235.725.343
		ATIVIDADES							
04 122	2110 20TP	Ativos Civis da União							235.725.343
04 122	2110 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							198.583.482
			F	1	1	90	0	136	196.583.482
			F	1	1	91	0	136	2.000.000
04 122	2110 20TP 0053	Ativos Civis da União - No Distrito Federal							37.141.861
			F	1	1	90	0	350	2.551.936
			F	1	1	90	0	386	34.589.925
TOTAL - FISCAL									235.725.343
TOTAL - SEGURIDADE									65.133.296
TOTAL - GERAL									300.858.639

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25103 - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Economia							4.389.243.061
		ATIVIDADES							
04 122	2110 20TP	Ativos Civis da União							4.389.243.061
04 122	2110 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							4.389.243.061
			F	1	1	90	0	332	4.327.586.646
			F	1	1	90	0	350	20.735.575
			F	1	1	90	0	374	40.920.840
TOTAL - FISCAL									4.389.243.061
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.389.243.061

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Economia							200.000.000
		ATIVIDADES							
04 122	2110 20TP	Ativos Civis da União							200.000.000
04 122	2110 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							200.000.000
			F	1	1	90	0	386	200.000.000
TOTAL - FISCAL									200.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									200.000.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25208 - Superintendência de Seguros Privados
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Economia							3.486.306
		ATIVIDADES							
04 122	2110 20TP	Ativos Civis da União							3.486.306
04 122	2110 20TP 0033	Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							3.486.306
			F	1	1	90	0	374	3.486.306
TOTAL - FISCAL									3.486.306
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.486.306

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25297 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Economia							19.562.226
		ATIVIDADES							
22 122	2110 20TP	Ativos Civis da União							19.562.226
22 122	2110 20TP 0033	Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							19.562.226
			F	1	1	90	0	650	19.562.226
TOTAL - FISCAL									19.562.226
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									19.562.226

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25303 - Instituto Nacional do Seguro Social
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Economia							1.614.255.654
		ATIVIDADES							
09 122	2110 20TP	Ativos Civis da União							1.614.255.654
09 122	2110 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							1.614.255.654
			S	1	1	90	0	151	1.614.255.654
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.614.255.654
TOTAL - GERAL									1.614.255.654

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32266 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2033	Energia Elétrica							19.689.093
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
25 752	2033 00NY	Transferência de Recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético (Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002)							19.689.093
25 752	2033 00NY 0001	Transferência de Recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético (Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002) - Nacional							19.689.093
			F	3	1	90	0	174	19.689.093
TOTAL - FISCAL									19.689.093
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									19.689.093

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2082	Política Externa							8.175.217
		ATIVIDADES							
07 211	2082 20WW	Relações e Negociações Bilaterais							8.175.217
07 211	2082 20WW 0002	Relações e Negociações Bilaterais - No Exterior							8.175.217
			F	3	2	90	0	300	8.175.217
TOTAL - FISCAL									8.175.217
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.175.217

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)							52.576.255
		ATIVIDADES							
10 302	2015 8585	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade							52.576.255
10 302	2015 8585 0001	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Nacional							52.576.255
			S	3	1	31	6	136	4.200.000
			S	3	1	41	6	136	48.376.255
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									52.576.255
TOTAL - GERAL									52.576.255

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39254 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Infraestrutura							10.900.000
		ATIVIDADES							
26 122	2126 20TP	Ativos Civis da União							10.900.000
26 122	2126 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							10.900.000
			F	1	1	90	0	100	10.900.000
TOTAL - FISCAL									10.900.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.900.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39902 - Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2017	Aviação Civil							2.500.000
		PROJETOS							
26 781	2017 14UB	Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional							2.500.000
26 781	2017 14UB 0001	Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional - Nacional							2.500.000
			F	4	3	90	0	280	2.500.000
TOTAL - FISCAL									2.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.500.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2078	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade							10.900.000
		ATIVIDADES							
18 541	2078 20WM	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais							10.900.000
18 541	2078 20WM 0001	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Nacional							10.900.000
			F	5	2	90	0	307	10.900.000
TOTAL - FISCAL									10.900.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.900.000

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							257.820.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0909 0265	Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO (Lei nº 8.171, de 1991)							257.820.000
28 846	0909 0265 0001	Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO (Lei nº 8.171, de 1991) - Nacional							257.820.000
			F	3	1	90	0	300	257.820.000
TOTAL - FISCAL									257.820.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									257.820.000

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74101 - Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Economia
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2077	Agropecuária Sustentável							8.560.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
20 605	2077 00RW	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial destinadas a Empresas Cerealistas (Medida Provisória nº 897, de 2019)							8.560.000
20 605	2077 00RW 0001	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial destinadas a Empresas Cerealistas (Medida Provisória nº 897, de 2019) - Nacional							8.560.000
			F	3	1	90	0	300	8.560.000
TOTAL - FISCAL									8.560.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.560.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25101 - Ministério da Economia - Administração Direta
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							65.133.296
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							65.133.296
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							65.133.296
			S	1	1	90	0	174	65.133.296
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Economia							235.725.343
		ATIVIDADES							
04 122	2110 20TP	Ativos Civis da União							235.725.343
04 122	2110 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							198.583.482
			F	1	1	90	0	174	196.583.482
			F	1	1	91	0	174	2.000.000
04 122	2110 20TP 0053	Ativos Civis da União - No Distrito Federal							37.141.861
			F	1	1	90	0	150	2.551.936
			F	1	1	90	0	186	34.589.925
TOTAL - FISCAL									235.725.343
TOTAL - SEGURIDADE									65.133.296
TOTAL - GERAL									300.858.639

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25103 - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Economia							4.389.243.061
		ATIVIDADES							
04 122	2110 20TP	Ativos Civis da União							4.389.243.061
04 122	2110 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							4.389.243.061
			F	1	1	90	0	132	4.327.586.646
			F	1	1	90	0	150	20.735.575
			F	1	1	90	0	174	40.920.840
TOTAL - FISCAL									4.389.243.061
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.389.243.061

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Economia							200.000.000
		ATIVIDADES							
04 122	2110 20TP	Ativos Civis da União							200.000.000
04 122	2110 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							200.000.000
			F	1	1	90	0	186	200.000.000
TOTAL - FISCAL									200.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									200.000.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25208 - Superintendência de Seguros Privados
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Economia							3.486.306
		ATIVIDADES							
04 122	2110 20TP	Ativos Civis da União							3.486.306
04 122	2110 20TP 0033	Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							3.486.306
			F	1	1	90	0	174	3.486.306
TOTAL - FISCAL									3.486.306
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.486.306

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25297 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Economia							19.562.226
		ATIVIDADES							
22 122	2110 20TP	Ativos Civis da União							19.562.226
22 122	2110 20TP 0033	Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							19.562.226
			F	1	1	90	0	250	19.562.226
TOTAL - FISCAL									19.562.226
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									19.562.226

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25303 - Instituto Nacional do Seguro Social
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Economia							1.614.255.654
		ATIVIDADES							
09 122	2110 20TP	Ativos Civis da União							1.614.255.654
09 122	2110 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							1.614.255.654
			S	1	1	90	0	153	1.465.157.965
			S	1	1	90	0	250	149.097.689
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.614.255.654
TOTAL - GERAL									1.614.255.654

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32266 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2033	Energia Elétrica							19.689.093
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
25 752	2033 00NY	Transferência de Recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético (Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002)							19.689.093
25 752	2033 00NY 0001	Transferência de Recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético (Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002) - Nacional							19.689.093
			F	3	1	90	0	186	19.689.093
TOTAL - FISCAL									19.689.093
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									19.689.093

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2082	Política Externa							8.175.217
		ATIVIDADES							
07 211	2082 20WW	Relações e Negociações Bilaterais							8.175.217
07 211	2082 20WW 0002	Relações e Negociações Bilaterais - No Exterior							8.175.217
			F	3	2	90	0	174	8.175.217
TOTAL - FISCAL									8.175.217
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.175.217

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)							52.576.255
		ATIVIDADES							
10 302	2015 8585	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade							52.576.255
10 302	2015 8585 0001	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Nacional							52.576.255
			S	3	1	31	6	118	4.200.000
			S	3	1	41	6	142	48.376.255
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									52.576.255
TOTAL - GERAL									52.576.255

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39254 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Infraestrutura							10.900.000
		ATIVIDADES							
26 122	2126 20TP	Ativos Civis da União							10.900.000
26 122	2126 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							10.900.000
			F	1	1	90	0	174	3.887.515
			F	1	1	90	0	280	7.012.485
TOTAL - FISCAL									10.900.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.900.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39902 - Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2017	Aviação Civil							2.500.000
		PROJETOS							
26 781	2017 14UB	Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional							2.500.000
26 781	2017 14UB 0001	Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional - Nacional							2.500.000
			F	4	3	90	0	186	2.500.000
TOTAL - FISCAL									2.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.500.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2078	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade							10.900.000
		ATIVIDADES							
18 541	2078 20WM	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais							10.900.000
18 541	2078 20WM 0001	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Nacional							10.900.000
			F	5	2	90	0	100	10.900.000
TOTAL - FISCAL									10.900.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.900.000

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							257.820.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0909 0265	Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO (Lei nº 8.171, de 1991)							257.820.000

28 846	0909 0265 0001	Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO (Lei nº 8.171, de 1991) - Nacional	F	3	1	90	0	144	257.820.000
									257.820.000
TOTAL - FISCAL									257.820.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									257.820.000

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74101 - Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Economia
ANEXO II Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2077	Agropecuária Sustentável							8.560.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
20 605	2077 00RW	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial destinadas a Empresas Cerealistas (Medida Provisória nº 897, de 2019)							8.560.000
20 605	2077 00RW 0001	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial destinadas a Empresas Cerealistas (Medida Provisória nº 897, de 2019) - Nacional	F	3	1	90	0	144	8.560.000
TOTAL - FISCAL									8.560.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.560.000

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO

PORTARIA Nº 1.357, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Aprova inclusão do subitem 16.6.1.1 na Norma Regulamentadora nº 16 - Atividades e Operações Perigosas.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e o inciso V do art. 71 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019, resolve:

Art. 1º Alterar a Norma Regulamentadora - NR nº 16 - Atividades e Operações Perigosas, aprovada pela Portaria do Ministério do Trabalho - MTB nº 3.214, de 8 de junho de 1978, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

.....

16.6.1.1 Não se aplica o item 16.6 às quantidades de inflamáveis contidas nos tanques de combustível originais de fábrica e suplementares, certificados pelo órgão competente.

.....

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO MARINHO

PORTARIA Nº 1.358, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera os itens 9.2 e 14.3 do Anexo nº 2 (exposição ocupacional ao benzeno em postos revendedores de combustíveis) da Norma Regulamentadora nº 9 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, o Anexo II da Norma Regulamentadora nº 28 - Fiscalização e Penalidades e dá outras providências.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e o inciso V do art. 71 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019, resolve:

Art. 1º O Anexo 2 (Exposição Ocupacional ao Benzeno em Postos Revendedores de Combustíveis - PRC), aprovado pela Portaria do Ministério do Trabalho - MTB nº 1.109, de 21 de setembro de 2016, da Norma Regulamentadora - NR nº 9 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, aprovada pela Portaria MTb nº 3.214, de 8 de junho de 1978, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

".....

9.2.1 Os tanques de armazenamento com viabilidade técnica para a instalação de sistemas de medição eletrônica são aqueles que possuem boca de visita, câmara de contenção de monitoramento eletrônico e que possuem linhas de conexão já instaladas, de modo a não ter que realizar obras de infraestrutura.

9.2.1.1 O sensor de monitoramento eletrônico de estoque deve ser instalado apenas em tanques subterrâneos que atendam a exigência do item 9.2.1 e que possuam paredes duplas, interstício, tubo de monitoramento e caixa de passagem para monitoramento de interstício.

9.2.1.2 Os PRC que necessitam de obras de infraestrutura para instalação de sistemas de medição eletrônica deverão promover a instalação destes equipamentos, quando da renovação de sua licença ambiental.

9.2.1.3 A substituição dos tanques subterrâneos deverá ser precedida de licença ou autorização ambiental e realizada por profissional da engenharia e empresa devidamente acreditada pelo INMETRO.

9.2.1.4 O prazo de validade dos tanques será aquele fixado pelo órgão ambiental competente, devendo ser respeitada a sua vida útil.

.....

14.3.1 Considera-se como data de aprovação a data de emissão do Alvará de Construção do PRC ou documento equivalente."

Art. 2º O Anexo II da Norma Regulamentadora nº 28 - Fiscalização e Penalidades, aprovada pela Portaria SEPRT nº 1.067, de 23 de setembro de 2019 passa a vigorar com as seguintes alterações:

.....

NR 9 - Anexo II			
Item/Subitem	Código	Infração	Tipo
9.2.1.2, 9.2.1.3 e 9.2.1.4	109173-5	3	S

.....

Art. 3º Revogar:

I - O subitem 9.2.2 do Anexo 2 (Exposição Ocupacional ao Benzeno em Postos Revendedores de Combustíveis - PRC), aprovado pela Portaria MTb nº 1.109, de 21 de setembro de 2016, da NR nº 9 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, aprovada pela Portaria MTB nº 3.214, de 8 de junho de 1978.

II - O código de ementa nº 109.126-3, referente ao item 9.2.2, do Anexo II da NR nº 28 - Fiscalização e Penalidades, aprovada pela Portaria da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho - SEPRT nº 1.067, de 23 de setembro de 2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO MARINHO

PORTARIA Nº 1.360, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 20 - Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis, altera o Anexo II da Norma Regulamentadora nº 28 - Fiscalização e Penalidades e dá outras providências

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e o inciso V do art. 71 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019, resolve:

Art. 1º A Norma Regulamentadora nº 20 (NR-20) - Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis - passa a vigorar com a redação constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º De acordo com a Portaria da Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT nº 787, de 27 de novembro de 2018, a NR-20 e seus anexos serão interpretados conforme o disposto na tabela abaixo:

Regulamento	Tipificação
NR-20	NR Especial
Anexo I	Tipo 1
Anexo II	Tipo 1
Anexo III	Tipo 2

Art. 3º O Anexo II da Norma Regulamentadora nº 28 - Fiscalização e Penalidades, aprovada pela Portaria da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho - SEPRT nº 1.067, de 23 de setembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

.....

NR 20 (120.000-0)			
Item/Subitem	Código	Infração	Tipo
20.5.1	220218-2	4	S
20.5.2, alínea "a", "b", "c", "d", "e" e "f"	220219-0	3	S
20.5.2.1	220220-4	3	S
20.5.2.2	220221-2	3	S
20.5.3	220222-0	3	S
20.5.4	220223-9	3	S
20.5.5	220224-7	4	S
20.5.6, alíneas "a" e "b"	220225-5	3	S
20.6.1, alíneas "a", "b", "c", "d" e "e"	220226-3	3	S
20.6.2 e 20.6.2.1	220227-1	1	S
20.6.3 e 20.6.3.1	220228-0	2	S
20.7.1 e 20.7.2	220229-8	4	S
20.7.2.1 e 20.7.2.2	220230-1	3	S
20.7.3, 20.7.4 e 20.7.4.1	220231-0	3	S
20.7.5, alíneas "a", "b", "c", "d" e "e"	220232-8	3	S
20.7.6 e 20.7.6.1	220301-4	3	S
20.8.1	220233-6	3	S
20.8.2	220234-4	3	S
20.8.3	220235-2	3	S
20.9.1 e 20.9.2, alíneas "a", "b", "c", "d" e "e"	220236-0	4	S
20.9.1.1	220237-9	3	S
20.9.3 e 20.9.3.1	220238-7	4	S
20.10.1	220239-5	4	S
20.10.2, alíneas "a", "b", "c", "d", "e" e "f"	220240-9	3	S
20.10.3	220241-7	3	S
20.10.4, alíneas "a", "b", "c", "d" e "e"	220242-5	3	S
20.10.5	220243-3	3	S
20.10.6 e 20.10.6.1	220244-1	3	S
20.10.7 e 20.10.7.1	220245-0	2	S
20.10.8	220246-8	3	S
20.10.9	220247-6	3	S
20.10.10	220248-4	3	S
20.11.1	220249-2	4	S
20.11.2	220250-6	3	S
20.11.3 e 20.11.3.1	220251-4	3	S
20.11.4	220252-2	2	S
20.12.1	220253-0	2	S
20.12.2 e 20.12.3	220254-9	3	S
20.12.3.1	220255-7	2	S
20.12.4	220256-5	2	S
20.12.5	220257-3	3	S
20.12.6	220258-1	3	S
20.12.7	220259-0	3	S
20.12.8	220260-3	3	S

20.12.9 e 20.12.9.1, alíneas "a", "b", "c" e "d"	220261-1	2	S
20.12.10, 20.12.11 e 20.12.12	220262-0	3	S
20.12.13	220263-8	3	S
20.12.14	220264-6	2	S
20.12.15	220265-4	2	S
20.13.1	220266-2	4	S
20.13.2	220267-0	4	S
20.13.3	220268-9	4	S
20.13.4	220269-7	4	S
20.13.5	220270-0	4	S
20.14.1 e 20.14.2, alíneas "a", "b" e "c"	220271-9	4	S
20.14.3	220272-7	4	S
20.14.4 e 20.14.4.1	220273-5	4	S
20.14.5	220274-3	4	S
20.15.1	220275-1	4	S
20.15.2	220276-0	4	S
20.15.3	220277-8	4	S
20.15.4	220278-6	2	S
20.15.5, 20.15.5.1, 20.15.5.2 e 20.15.5.2.1	220279-4	3	S
20.15.6	220280-8	3	S
20.15.7	220302-2	4	S
20.16.1, alíneas "a", "b" e "c", e 20.16.1.1, alíneas "a", "b", "c", "d", "e" e "f"	220303-0	3	S
20.16.2	220281-6	3	S
20.17.2.1	220282-4	2	S
20.17.2.2	220283-2	2	S
20.17.2.3	220284-0	3	S
20.17.3.1	220285-9	3	S
20.17.3.2	220286-7	2	S
NR 20 - Anexo II			
Item/Subitem	Código	Infração	Tipo
1, alíneas "a", "b", "c" e "d"	220304-9	3	S
1.1	220287-5	2	S
2, alíneas "a", "b", "c" e "d"	220288-3	3	S
2.1	220289-1	2	S
3.1	220290-5	3	S
NR 20 - Anexo III			
Item/Subitem	Código	Infração	Tipo
1	220291-3	3	S
2.1	220292-1	4	S
2.1, alínea "a"	220293-0	4	S
2.1, alínea "b"	220294-8	4	S
2.1, alínea "c"	220295-6	4	S
2.1, alínea "d"	220296-4	4	S
2.1, alíneas "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k" e "l"	220297-2	4	S
2.2	220298-0	3	S
2.3	220299-9	3	S
3	220300-6	3	S

.....

Art. 4º Revogar as Portarias:

I - Portaria SIT nº 308, de 29 de fevereiro de 2012;

II - Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE nº 1.079, de 16 de julho de 2014;

III - Portaria do Ministério do Trabalho - MTB nº 860, de 16 de outubro de 2018.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO MARINHO

ANEXO

NR 20 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO COM INFLAMÁVEIS E COMBUSTÍVEIS

SUMÁRIO

20.1 Introdução
20.2 Abrangência
20.3 Definições
20.4 Classificação das Instalações
20.5 Projeto da Instalação
20.6 Prontuário da Instalação
20.7 Análise de Riscos
20.8 Segurança na Construção e Montagem
20.9 Segurança Operacional
20.10 Manutenção e Inspeção das Instalações
20.11 Inspeção em Segurança e Saúde no Ambiente de Trabalho
20.12 Capacitação dos Trabalhadores
20.13 Controle de Fontes de Ignição
20.14 Prevenção e Controle de Vazamentos, Derramamentos, Incêndios, Explosões e Emissões fugitivas
20.15 Plano de Resposta a Emergências da Instalação
20.16 Comunicação de Ocorrências
20.17 Contratante e Contratadas
ANEXO I - Critérios para Capacitação dos Trabalhadores e Conteúdo Programático
ANEXO II - Exceções à aplicação do item 20.4 (Classificação das Instalações)
ANEXO III - Tanques de Inflamáveis no Interior de Edifícios
GLOSSÁRIO

20.1 Introdução

20.1.1 Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece requisitos mínimos para a gestão da segurança e saúde no trabalho contra os fatores de risco de acidentes provenientes das atividades de extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis.

20.1.2 Esta NR e seus anexos devem ser utilizados para fins de prevenção e controle dos riscos no trabalho com inflamáveis e combustíveis. Para fins de caracterização de atividades ou operações insalubres ou perigosas, devem ser aplicadas as disposições previstas na NR 15 - atividades e operações insalubres e NR 16 - atividades e operações perigosas.

20.2 Abrangência

20.2.1 Esta NR se aplica às atividades de:

a) extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis, nas etapas de projeto, construção, montagem, operação, manutenção, inspeção e desativação da instalação;

b) extração, produção, armazenamento, transferência e manuseio de líquidos combustíveis, nas etapas de projeto, construção, montagem, operação, manutenção, inspeção e desativação da instalação.

20.2.2 Esta NR não se aplica:

a) às plataformas e instalações de apoio empregadas com a finalidade de exploração e produção de petróleo e gás do subsolo marinho, conforme definido na Norma Regulamentadora 37; e

b) às edificações residenciais unifamiliares.

20.3 Definições

20.3.1 Líquidos inflamáveis: são líquidos que possuem ponto de fulgor £ 60ºC (sessenta graus Celsius).

20.3.1.1 Líquidos que possuem ponto de fulgor superior a 60ºC (sessenta graus Celsius), quando armazenados e transferidos aquecidos a temperaturas iguais ou superiores ao seu ponto de fulgor, se equiparam aos líquidos inflamáveis.

20.3.2 Gases inflamáveis: gases que inflamam com o ar a 20ºC (vinte graus Celsius) e a uma pressão padrão de 101,3 kPa (cento e um vírgula três quilopascal).

20.3.3 Líquidos combustíveis: são líquidos com ponto de fulgor > 60ºC (sessenta graus Celsius) e £ 93ºC (noventa e três graus Celsius).

20.4 Classificação das Instalações

20.4.1 Para efeito desta NR, as instalações são divididas em classes, conforme Tabela 1.

Tabela 1

Classe I
a) Quanto à atividade: a.1 - postos de serviço com inflamáveis e/ou líquidos combustíveis. a.2 - atividades de distribuição canalizada de gases inflamáveis em instalações com Pressão Máxima de Trabalho Admissível - PMTA limitada a 18,0 kgf/cm².
b) Quanto à capacidade de armazenamento, de forma permanente e/ou transitória: b.1 - gases inflamáveis: acima de 2 ton até 60 ton; b.2 - líquidos inflamáveis e/ou combustíveis: acima de 10 m³ até 5.000 m³.
Classe II
a) Quanto à atividade: a.1 - engarrafadoras de gases inflamáveis; a.2 - atividades de transporte dutoviário de gases e líquidos inflamáveis e/ou combustíveis. a.3 - atividades de distribuição canalizada de gases inflamáveis em instalações com Pressão Máxima de Trabalho Admissível - PMTA acima de 18,0 kgf/cm².
b) Quanto à capacidade de armazenamento, de forma permanente e/ou transitória: b.1 - gases inflamáveis: acima de 60 ton até 600 ton; b.2 - líquidos inflamáveis e/ou combustíveis: acima de 5.000 m³ até 50.000 m³.
Classe III
a) Quanto à atividade: a.1 - refinarias; a.2 - unidades de processamento de gás natural; a.3 - instalações petroquímicas; a.4 - usinas de fabricação de etanol.
b) Quanto à capacidade de armazenamento, de forma permanente e/ou transitória: b.1 - gases inflamáveis: acima de 600 ton; b.2 - líquidos inflamáveis e/ou combustíveis: acima de 50.000 m³.

20.4.1.1 Para critérios de classificação, o tipo de atividade enunciada possui prioridade sobre a capacidade de armazenamento.

20.4.1.1.1 O tipo de atividade enunciada não possui prioridade sobre a capacidade de armazenamento quando esta for superior a 250.000 m³ (duzentos e cinquenta mil metros cúbicos) de líquidos inflamáveis e/ou combustíveis e/ou 3.000 (três mil) toneladas de gases inflamáveis.

20.4.1.2 Quando a capacidade de armazenamento da instalação se enquadrar em duas classes distintas, por armazenar líquidos inflamáveis e/ou combustíveis e gases inflamáveis, deve-se utilizar a classe de maior gradação.

20.4.2 O Anexo II contém as exceções à aplicação da Tabela I - Classificação das Instalações.

20.5 Projeto da Instalação

20.5.1 As instalações para extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis devem ser projetadas considerando os aspectos de segurança, saúde e meio ambiente que impactem sobre a integridade física dos trabalhadores previstos nas Normas Regulamentadoras, normas técnicas nacionais e, na ausência ou omissão destas, nas normas internacionais, convenções e acordos coletivos, bem como nas demais regulamentações pertinentes em vigor.

20.5.2 No projeto das instalações classes I, II e III devem constar, no mínimo, e em língua portuguesa:

a) descrição das instalações e seus respectivos processos através do manual de operações;

b) planta geral de locação das instalações;

c) características e informações de segurança, saúde e meio ambiente relativas aos inflamáveis e líquidos combustíveis, constantes nas fichas com dados de segurança de produtos químicos, de matérias primas, materiais de consumo e produtos acabados;

d) especificação técnica dos equipamentos, máquinas e acessórios críticos em termos de segurança e saúde no trabalho, estabelecidos conforme projeto;

e) plantas, desenhos e especificações técnicas dos sistemas de segurança da instalação;

f) identificação das áreas classificadas da instalação, para efeito de especificação dos equipamentos e instalações elétricas.

20.5.2.1 No projeto devem ser observadas as distâncias de segurança entre instalações, edificações, tanques, máquinas, equipamentos, áreas de movimentação e fluxo, vias de circulação interna, bem como dos limites da propriedade em relação a áreas circunvizinhas e vias públicas, estabelecidas em normas técnicas nacionais.

20.5.2.2 O projeto deve incluir o estabelecimento de mecanismos de controle para interromper e/ou reduzir uma possível cadeia de eventos decorrentes de vazamentos, incêndios ou explosões.

20.5.3 Os projetos das instalações existentes devem ser atualizados com a utilização de metodologias de análise de riscos para a identificação da necessidade de adoção de medidas de proteção complementares.

20.5.4 Modificações ou ampliações das instalações passíveis de afetar a segurança e a integridade física dos trabalhadores devem ser precedidas de projeto que contemple estudo de análise de riscos.

20.5.5 O projeto deve ser elaborado por profissional habilitado.

20.5.6 No processo de transferência, enchimento de recipientes ou de tanques, devem ser definidas em projeto as medidas preventivas para:

a) eliminar ou minimizar a emissão de vapores e gases inflamáveis;

b) controlar a geração, acúmulo e descarga de eletricidade estática.

20.6 Prontuário da Instalação

20.6.1 O Prontuário da instalação deve ser organizado, mantido e atualizado pelo empregador e constituído pela seguinte documentação:

a) Projeto da Instalação;

b) Plano de Inspeção e Manutenção;

c) Análise de Riscos previstas no item 20.7.1;

d) Plano de prevenção e controle de vazamentos, derramamentos, incêndios e explosões e identificação das fontes de emissões fugitivas;

e) Plano de Resposta a Emergências.

20.6.2 Os Prontuários das instalações classe I, II e III devem conter um índice.

20.6.2.1 Os documentos do Prontuário das instalações classes I, II ou III podem estar separados, desde que seja mencionado no índice a localização destes na empresa e o respectivo responsável, podendo ser mantidos em sistemas informatizados.

20.6.3 O Prontuário da Instalação deve estar disponível às autoridades competentes, bem como para consulta aos trabalhadores e seus representantes.

20.6.3.1 As análises de riscos devem estar disponíveis para consulta aos trabalhadores e seus representantes, exceto nos aspectos ou partes que envolvam informações comerciais confidenciais.

20.7 Análise de Riscos

20.7.1 Nas instalações classes I, II e III, o empregador deve elaborar e documentar as análises de riscos das operações que envolvam processo ou processamento nas atividades de extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e de líquidos combustíveis.

20.7.2 As análises de riscos da instalação devem ser estruturadas com base em metodologias apropriadas, escolhidas em função dos propósitos da análise, das características e complexidade da instalação.

20.7.2.1 As análises de riscos das instalações classe II e III devem ser coordenadas por profissional habilitado, com proficiência no assunto.

20.7.2.2 As análises de riscos devem ser elaboradas por equipe multidisciplinar, com conhecimento na aplicação das metodologias, dos riscos e da instalação, com participação de, no mínimo, um trabalhador com experiência na instalação, ou em parte desta, que é objeto da análise.

20.7.3 Nas instalações classe I, deve ser elaborada Análise Preliminar de Perigos/Riscos (APP/APR).

20.7.4 Nas instalações classes II e III, devem ser utilizadas metodologias de análise definidas pelo profissional habilitado, devendo a escolha levar em consideração os riscos, as características e complexidade da instalação.

20.7.4.1 O profissional habilitado deve fundamentar tecnicamente e registrar na própria análise a escolha da metodologia utilizada.

20.7.5 As análises de riscos devem ser revisadas:

a) no prazo recomendado pela própria análise;

b) caso ocorram modificações significativas no processo ou processamento;

c) por solicitação do SESMT ou da CIPA;

d) por recomendação decorrente da análise de acidentes ou incidentes relacionados ao processo ou processamento;

e) quando o histórico de acidentes e incidentes assim o exigir.

20.7.6 O empregador deve implementar as recomendações resultantes das análises de riscos, com definição de prazos e de responsáveis pela execução.

20.7.6.1 A não implementação das recomendações nos prazos definidos deve ser justificada e documentada.

20.8 Segurança na Construção e Montagem

20.8.1 A construção e montagem das instalações para extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis devem observar as especificações previstas no projeto, bem como nas Normas Regulamentadoras e nas normas técnicas nacionais e, na ausência ou omissão destas, nas normas internacionais.

20.8.2 As inspeções e os testes realizados na fase de construção e montagem e no comissionamento devem ser documentados de acordo com o previsto nas Normas Regulamentadoras, nas normas técnicas nacionais e, na ausência ou omissão destas, nas normas internacionais, e nos manuais de fabricação dos equipamentos e máquinas.

20.8.3 Os equipamentos e as instalações devem ser identificados e sinalizados, de acordo com o previsto pelas Normas Regulamentadoras e normas técnicas nacionais.

20.9 Segurança Operacional

20.9.1 O empregador deve elaborar, documentar, implementar, divulgar e manter atualizados procedimentos operacionais que contemplem aspectos de segurança e saúde no trabalho, em conformidade com as especificações do projeto das instalações classes I, II e III e com as recomendações das análises de riscos.

20.9.1.1 Nas instalações industriais classes II e III, com unidades de processo, os procedimentos referidos no item 20.9.1 devem possuir instruções claras para o desenvolvimento de atividades em cada uma das seguintes fases:

a) pré-operação;

b) operação normal;

c) operação temporária;

d) operação em emergência;

e) parada normal;

f) parada de emergência;

g) operação pós-emergência.

20.9.2 Os procedimentos operacionais referidos no item 20.9.1 devem ser revisados e/ou atualizados, no máximo, trienalmente para instalações classes I e II e, quinquenalmente, para instalações classe III ou em uma das seguintes situações:

a) recomendações decorrentes do sistema de gestão de mudanças;

b) recomendações decorrentes das análises de riscos;

c) modificações ou ampliações da instalação;

d) recomendações decorrentes das análises de acidentes e/ou incidentes nos trabalhos relacionados com inflamáveis e líquidos combustíveis;

e) solicitações da CIPA ou SESMT.

20.9.3 Na operação com inflamáveis e líquidos combustíveis, em instalações de processo contínuo de produção e de Classe III, o empregador deve dimensionar o efetivo de trabalhadores suficiente para a realização das tarefas operacionais com segurança.

20.9.3.1 Os critérios e parâmetros definidos pelo empregador para o dimensionamento do efetivo de trabalhadores devem estar documentados.

20.10 Manutenção e Inspeção das Instalações

20.10.1 As instalações classes I, II e III para extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis devem possuir plano de inspeção e manutenção devidamente documentado, em formulário próprio ou sistema informatizado.

20.10.2 O plano de inspeção e manutenção deve abranger, no mínimo:

a) tipos de intervenção;

b) procedimentos de inspeção e manutenção;

c) cronograma anual;

d) identificação dos responsáveis;

e) identificação dos equipamentos críticos para a segurança;

f) sistemas e equipamentos de proteção coletiva e individual.

20.10.3 Os planos devem ser periodicamente revisados e atualizados, considerando o previsto nas Normas Regulamentadoras, nas normas técnicas nacionais e, na ausência ou omissão destas, nas normas internacionais, nos manuais de inspeção, bem como nos manuais fornecidos pelos fabricantes.

20.10.4 A fixação da periodicidade das inspeções e das intervenções de manutenção deve considerar:

a) o previsto nas Normas Regulamentadoras e normas técnicas nacionais e, na ausência ou omissão destas, nas normas internacionais;

b) as recomendações do fabricante, em especial dos itens críticos à segurança e saúde do trabalhador;

c) as recomendações dos relatórios de inspeções de segurança e de análise de acidentes e incidentes do trabalho, elaborados pela CIPA ou SESMT;

d) as recomendações decorrentes das análises de riscos;

e) a existência de condições ambientais agressivas.

20.10.5 As atividades de inspeção e manutenção devem ser realizadas por trabalhadores capacitados e com apropriada supervisão.

20.10.6 As recomendações decorrentes das inspeções e manutenções devem ser registradas e implementadas, com a determinação de prazos e de responsáveis pela execução.

20.10.6.1 A não implementação da recomendação no prazo definido deve ser justificada e documentada.

20.10.7 Deve ser elaborada permissão de trabalho para atividades não rotineiras de intervenção na instalação, baseada em análise de risco, nos trabalhos:

a) que possam gerar chamas, calor, centelhas ou ainda que envolvam o seu uso;

b) em espaços confinados, conforme Norma Regulamentadora nº 33;

c) envolvendo isolamento de equipamentos e bloqueio/etiquetagem;

d) em locais elevados com risco de queda;

e) com equipamentos elétricos, conforme Norma Regulamentadora nº 10;

f) cujas boas práticas de segurança e saúde recomendem.

20.10.7.1 As atividades rotineiras de inspeção e manutenção devem ser precedidas de instrução de trabalho.

20.10.8 O planejamento e a execução de paradas para manutenção de uma instalação devem incorporar os aspectos relativos à segurança e saúde no trabalho.

20.10.9 O plano de inspeção e manutenção deve contemplar as tubulações de água utilizadas para combate a incêndio.

20.10.10 Nas operações de soldagem e corte a quente com utilização de gases inflamáveis, as mangueiras devem possuir mecanismo contra o retrocesso das chamas na saída do cilindro e chegada do maçarico.

20.11 Inspeção em Segurança e Saúde no Ambiente de Trabalho

20.11.1 As instalações classes I, II e III para extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis devem ser periodicamente inspecionadas com enfoque na segurança e saúde no ambiente de trabalho.

20.11.2 Deve ser elaborado um cronograma de inspeções em segurança e saúde no ambiente de trabalho, de acordo com os riscos das atividades e operações desenvolvidas.

20.11.3As inspeções devem ser documentadas e as respectivas recomendações implementadas, com estabelecimento de prazos e de responsáveis pela sua execução.

20.11.3.1 A não implementação da recomendação no prazo definido deve ser justificada e documentada.

20.11.4 Os relatórios de inspeção devem ficar disponíveis às autoridades competentes e aos trabalhadores.

20.12 Capacitação dos trabalhadores

20.12.1 Toda capacitação prevista nesta NR deve ser realizada a cargo e custo do empregador e durante o expediente normal da empresa.

20.12.2 O tipo de capacitação exigida está condicionada à atividade desempenhada pelo trabalhador, à classe da instalação e ao fato do trabalhador adentrar, ou não, na área e manter, ou não, contato direto com o processo ou processamento. Estes critérios encontram-se resumidos na Tabela 1 do Anexo I.

20.12.3 Conforme os critérios estabelecidos no item anterior e resumidos na Tabela 1 do Anexo I, são os seguintes os tipos de capacitação:

a) Curso de Iniciação sobre Inflamáveis e Combustíveis;

b) Curso Básico;

c) Curso Intermediário;

d) Curso Avançado I;

e) Curso Avançado II;

f) Curso Específico.

20.12.3.1 Os cursos previstos nas alíneas "b", "c", "d" e "e" possuem um conteúdo programático prático, que deve contemplar conhecimentos e utilização dos sistemas de segurança contra incêndio com inflamáveis existentes na instalação.

20.12.4 Os trabalhadores que laboram em instalações classes I, II ou III e não adentram na área ou local de extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis devem receber informações sobre os perigos, riscos e sobre procedimentos para situações de emergências.

20.12.5 O Curso de Iniciação sobre Inflamáveis e Combustíveis deve ser realizado pelos trabalhadores que laboram em instalações classes I, II ou III e adentram na área ou local de extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis, mas não mantêm contato direto com o processo ou processamento.

20.12.6 Os trabalhadores que realizaram o curso Básico, caso venham a necessitar do curso Intermediário, devem fazer complementação com carga horária de 8 horas, nos conteúdos estabelecidos pelos itens 6, 7 e 8 do curso Intermediário, incluindo a parte prática.

20.12.7 Os trabalhadores que realizaram o curso Intermediário, caso venham a necessitar do curso Avançado I, devem fazer complementação com carga horária de 8 horas, nos conteúdos estabelecidos pelos itens 9 e 10 do curso Avançado I, incluindo a parte prática.

20.12.8 Os trabalhadores que realizaram o curso Avançado I, caso venham a necessitar do curso Avançado II, devem fazer complementação com carga horária de 8 horas, no item 11 e 12 do curso Avançado II, incluindo a parte prática.

20.12.9 O trabalhador deve participar de curso de Atualização, cujo conteúdo será estabelecido pelo empregador e com a periodicidade estabelecida na Tabela 2 do Anexo I.

20.12.9.1 Deve ser realizado curso de Atualização nas seguintes situações:

a) onde o histórico de acidentes e/ou incidentes assim o exigir;

b) em até 30 (trinta) dias, quando ocorrer modificação significativa;

c) em até 45 (quarenta e cinco) dias, quando ocorrerem ferimentos em decorrência de explosão e/ou queimaduras de 2º (segundo) ou 3º (terceiro) grau, que implicaram em necessidade de internação hospitalar;

d) em até 90 (noventa) dias, quando ocorrer morte de trabalhador.

20.12.10 Os instrutores da capacitação dos cursos de Iniciação sobre Inflamáveis e Combustíveis, Básico, Intermediário, Avançados I e II e Específico, devem ter proficiência no assunto.

20.12.11 Os cursos de Iniciação sobre Inflamáveis e Combustíveis, Básico e Intermediário, devem ter um responsável por sua organização técnica, devendo ser um dos instrutores.

20.12.12 Os cursos Avançados I e II e Específico devem ter um profissional habilitado como responsável técnico.

20.12.13 Para os cursos de Iniciação sobre Inflamáveis e Combustíveis, Básico, Intermediário, Avançados I e II e Específico, a emissão do certificado se dará para os trabalhadores que, após avaliação, tenham obtido aproveitamento satisfatório.

20.12.14 Os participantes da capacitação devem receber material didático, que pode ser em meio impresso, eletrônico ou similar.

20.12.15 O empregador deve estabelecer e manter sistema de identificação que permita conhecer a capacitação de cada trabalhador.

20.13 Controle de fontes de ignição

20.13.1 Todas as instalações elétricas e equipamentos elétricos fixos, móveis e portáteis, equipamentos de comunicação, ferramentas e similares utilizados em áreas classificadas, assim como os equipamentos de controle de descargas atmosféricas, devem estar em conformidade com a Norma Regulamentadora n.º 10.

20.13.2 O empregador deve implementar medidas específicas para controle da geração, acúmulo e descarga de eletricidade estática em áreas sujeitas à existência de atmosferas inflamáveis, em conformidade com normas técnicas nacionais e, na ausência ou omissão destas, normas internacionais.

20.13.3 Os trabalhos envolvendo o uso de equipamentos que possam gerar chamas, calor ou centelhas, nas áreas sujeitas à existência de atmosferas inflamáveis, devem ser precedidos de permissão de trabalho.

20.13.4 O empregador deve sinalizar a proibição do uso de fontes de ignição nas áreas sujeitas à existência de atmosferas inflamáveis.

20.13.5 Os veículos que circulem nas áreas sujeitas à existência de atmosferas inflamáveis devem possuir características apropriadas ao local e ser mantidos em bom estado de conservação.

20.14 Prevenção e controle de vazamentos, derramamentos, incêndios, explosões e emissões fugitivas

20.14.1 O empregador deve elaborar plano que contemple a prevenção e controle de vazamentos, derramamentos, incêndios e explosões e, nos locais sujeitos à atividade de trabalhadores, a identificação e controle das fontes de emissões fugitivas.

20.14.2 O plano deve ser revisado:

a) por recomendações das inspeções de segurança e/ou da análise de riscos, ouvida a CIPA;

b) quando ocorrerem modificações significativas nas instalações;

c) quando da ocorrência de vazamentos, derramamentos, incêndios e/ou explosões.

20.14.3 Os sistemas de prevenção e controle devem ser adequados aos perigos/riscos dos inflamáveis e líquidos combustíveis.

20.14.4 Os tanques que armazenam líquidos inflamáveis e combustíveis devem possuir sistemas de contenção de vazamentos ou derramamentos, dimensionados e construídos de acordo com as normas técnicas nacionais.

20.14.4.1 No caso de bacias de contenção, é vedado o armazenamento de materiais, recipientes e similares em seu interior, exceto nas atividades de manutenção e inspeção.

20.14.5 Para as instalações que dispõem de esferas de armazenamento de gases inflamáveis, o plano deve prever testes de funcionamento dos dispositivos e sistemas de segurança envolvidos direta e indiretamente com o armazenamento dos gases.

20.15 Plano de Resposta a Emergências da Instalação

20.15.1 O empregador deve elaborar e implementar plano de resposta a emergências que contemple ações específicas a serem adotadas na ocorrência de vazamentos ou derramamentos de inflamáveis e líquidos combustíveis, incêndios ou explosões.

20.15.1.1 O Plano de Prevenção e Controle de Vazamentos, Derramamentos, Incêndios, Explosões e Emissões Fugitivas e o Plano de Resposta a Emergências da Instalação podem ser constituídos em um mesmo documento.

20.15.2 O plano de resposta a emergências das instalações classe I, II e III deve ser elaborado de acordo com normas técnicas nacionais e, na ausência ou omissão destas, nas normas internacionais, bem como nas demais regulamentações pertinentes e considerando as características e a complexidade da instalação, contendo, no mínimo:

a) referência técnico-normativa utilizada;

b) nome e função do(s) responsável(eis) técnico(s) pela elaboração e revisão do plano;

c) estabelecimento dos possíveis cenários de emergências, com base nas análises de riscos;

d) procedimentos de resposta à emergência para cada cenário contemplado;

e) cronograma, metodologia e registros de realização de exercícios simulados.

20.15.3 Nos casos em que os resultados das análises de riscos indiquem a possibilidade de ocorrência de um acidente cujas consequências ultrapassem os limites da instalação, o empregador deve incorporar, no plano de emergência, ações que visem à proteção da comunidade circunvizinha, estabelecendo mecanismos de comunicação e alerta, de isolamento da área atingida e de acionamento das autoridades públicas.

20.15.4 O plano de resposta a emergências deve ser avaliado após a realização de exercícios simulados e/ou na ocorrência de situações reais, com o objetivo de testar a sua eficácia, detectar possíveis falhas e proceder aos ajustes necessários.

20.15.5 Os exercícios simulados devem ser realizados durante o horário de trabalho, com periodicidade, no mínimo, anual, podendo ser reduzida em função das falhas detectadas ou se assim recomendar a análise de riscos.

20.15.5.1 Os trabalhadores na empresa devem estar envolvidos nos exercícios simulados, que devem retratar, o mais fielmente possível, a rotina de trabalho.

20.15.5.2 O empregador deve estabelecer critérios para avaliação dos resultados dos exercícios simulados.

20.15.5.2.1 Os resultados obtidos no simulado de emergência devem ser divulgados aos trabalhadores abrangidos no cenário da emergência.

20.15.6 Os integrantes da equipe de resposta a emergências devem ser submetidos a exames médicos específicos para a função que irão desempenhar, conforme estabelece a Norma Regulamentadora nº 7, incluindo os fatores de riscos psicossociais, com a emissão do respectivo atestado de saúde ocupacional.

20.15.7 A participação do trabalhador nas equipes de resposta a emergências é voluntária, salvo nos casos em que a natureza da função assim o determine.

20.16 Comunicação de Ocorrências

20.16.1 O empregador deve comunicar à unidade descentralizada do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho e ao sindicato da categoria profissional predominante no estabelecimento a ocorrência de vazamento, incêndio ou explosão envolvendo inflamáveis e líquidos combustíveis que tenha como consequência qualquer das possibilidades a seguir:

a) morte de trabalhador(es);

b) ferimentos em decorrência de explosão e/ou queimaduras de 2º ou 3º grau, que implicaram em necessidade de internação hospitalar;

c) acionamento do plano de resposta a emergências que tenha requerido medidas de intervenção e controle de grande magnitude.

20.16.1.1 A comunicação deve ser encaminhada até o segundo dia útil após a ocorrência e deve conter:

a) nome da empresa, endereço, local, data e hora da ocorrência;

b) descrição da ocorrência, incluindo informações sobre os inflamáveis, líquidos combustíveis e outros produtos envolvidos;

c) nome e função da vítima;

d) procedimentos de investigação adotados;

e) consequências; e

f) medidas emergenciais adotadas.

20.16.1.2 A comunicação pode ser feita por ofício ou meio eletrônico ao sindicato da categoria profissional predominante no estabelecimento e ao setor de segurança e saúde do trabalho da unidade descentralizada do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho.

20.16.2 O empregador deve elaborar relatório de investigação e análise da ocorrência descrita no item 20.16.1, contendo as causas básicas e medidas preventivas adotadas, e mantê-lo no local de trabalho à disposição da autoridade competente, dos trabalhadores e seus representantes.

20.17 Contratante e Contratadas

20.17.1 A contratante e as contratadas são responsáveis pelo cumprimento desta Norma Regulamentadora.

20.17.2 Das responsabilidades da Contratante.

20.17.2.1 Os requisitos de segurança e saúde no trabalho adotados para os empregados das contratadas devem ser, no mínimo, equivalentes aos aplicados para os empregados da contratante.

20.17.2.2 A empresa contratante, visando atender ao previsto nesta NR, deve verificar e avaliar o desempenho em segurança e saúde no trabalho nos serviços contratados.

20.17.2.3 Cabe à contratante informar às contratadas e a seus empregados os riscos existentes no ambiente de trabalho e as respectivas medidas de segurança e de resposta a emergências a serem adotadas.

20.17.3 Da Responsabilidade das Contratadas.

20.17.3.1 A empresa contratada deve cumprir os requisitos de segurança e saúde no trabalho especificados pela contratante, por esta e pelas demais Normas Regulamentadoras.

20.17.3.2 A empresa contratada deve assegurar a participação dos seus empregados nas capacitações em segurança e saúde no trabalho promovidas pela contratante, assim como deve providenciar outras capacitações específicas que se façam necessárias.

ANEXO I da NR-20

Critérios para Capacitação dos Trabalhadores e Conteúdo Programático

Tabela 1 - Critérios para Capacitação

Atividade Classe	Instalação Classe I	Instalação Classe II	Instalação Classe III
Específica, pontual e de curta duração	Curso Básico (4 horas)	Curso Básico (6 horas)	Curso Básico (8 horas)
Manutenção e inspeção	Curso Intermediário (12 horas)	Curso Intermediário (14 horas)	Curso Intermediário (16 horas)
Operação e atendimento a emergências	Curso Intermediário (12 horas)	Curso Avançado I (20 horas)	Curso Avançado II (32 horas)
Segurança e saúde no trabalho	-	Curso Específico (14 horas)	Curso Específico (16 horas)

Tabela 2 - Critérios para Atualização

Curso	Periodicidade			Carga Horária
Básico	Trienal			4 horas
Intermediário	Classe I	Classe II	Classe III	4 horas
	Trienal	Bienal	Bienal	
Avançado I	Bienal			4 horas
Avançado II	Anual			4 horas

Conteúdo programático

a) Curso de Iniciação sobre Inflamáveis e Combustíveis

Carga horária: 3 horas

1. Inflamáveis: características, propriedades, perigos e riscos;
2. Controles coletivo e individual para trabalhos com inflamáveis;
3. Fontes de ignição e seu controle;
4. Procedimentos básicos em situações de emergência com inflamáveis.

b) Curso Básico

I) Conteúdo programático teórico:

1. Inflamáveis: características, propriedades, perigos e riscos;
2. Controles coletivo e individual para trabalhos com inflamáveis;
3. Fontes de ignição e seu controle;
4. Proteção contra incêndio com inflamáveis;
5. Procedimentos básicos em situações de emergência com inflamáveis;

II) Conteúdo programático prático:

1. Conhecimentos e utilização dos sistemas de segurança contra incêndio com inflamáveis.

c) Curso Intermediário

I) Conteúdo programático teórico:

1. Inflamáveis: características, propriedades, perigos e riscos;
2. Controles coletivo e individual para trabalhos com inflamáveis;
3. Fontes de ignição e seu controle;
4. Proteção contra incêndio com inflamáveis;
5. Procedimentos em situações de emergência com inflamáveis;
6. Estudo da Norma Regulamentadora nº 20;
7. Análise Preliminar de Perigos/Riscos: conceitos e exercícios práticos;
8. Permissão para Trabalho com Inflamáveis.

II) Conteúdo programático prático:

1. Conhecimentos e utilização dos sistemas de segurança contra incêndio com inflamáveis.

d) Curso Avançado I

I) Conteúdo programático teórico:

1. Inflamáveis: características, propriedades, perigos e riscos;
2. Controles coletivo e individual para trabalhos com inflamáveis;
3. Fontes de ignição e seu controle;
4. Proteção contra incêndio com inflamáveis;
5. Procedimentos em situações de emergência com inflamáveis;
6. Estudo da Norma Regulamentadora nº 20;
7. Metodologias de Análise de Riscos: conceitos e exercícios práticos;
8. Permissão para Trabalho com Inflamáveis;
9. Acidentes com inflamáveis: análise de causas e medidas preventivas;
10. Planejamento de Resposta a emergências com Inflamáveis;

II) Conteúdo programático prático:

1. Conhecimentos e utilização dos sistemas de segurança contra incêndio com inflamáveis.

e) Curso Avançado II

I) Conteúdo programático teórico:

1. Inflamáveis: características, propriedades, perigos e riscos;
2. Controles coletivo e individual para trabalhos com inflamáveis;
3. Fontes de ignição e seu controle;
4. Proteção contra incêndio com inflamáveis;
5. Procedimentos em situações de emergência com inflamáveis;
6. Estudo da Norma Regulamentadora nº 20;
7. Metodologias de Análise de Riscos: conceitos e exercícios práticos;
8. Permissão para Trabalho com Inflamáveis;
9. Acidentes com inflamáveis: análise de causas e medidas preventivas;
10. Planejamento de Resposta a emergências com Inflamáveis;
11. Noções básicas de segurança de processo da instalação;
12. Noções básicas de gestão de mudanças.

II) Conteúdo programático prático:

1. Conhecimentos e utilização dos sistemas de segurança contra incêndio com inflamáveis.

f) Curso Específico

I) Conteúdo programático teórico:

1. Estudo da Norma Regulamentadora n.º 20;
2. Metodologias de Análise de Riscos: conceitos e exercícios práticos;
3. Permissão para Trabalho com Inflamáveis;
4. Acidentes com inflamáveis: análise de causas e medidas preventivas;
5. Planejamento de Resposta a emergências com Inflamáveis.

ANEXO II da NR-20

Instalações que constituem exceções à aplicação do item 20.4 (Classificação das Instalações)

1. As instalações que desenvolvem atividades de manuseio, armazenamento, manipulação e transporte com gases inflamáveis acima de 1 (uma) tonelada até 2 (duas) toneladas e de líquidos inflamáveis e/ou combustíveis acima de 1 m³ (um metro cúbico) até 10 m³ (dez metros cúbicos) devem contemplar no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, além dos requisitos previstos na Norma Regulamentadora nº 9:

a) o inventário e características dos inflamáveis e/ou líquidos combustíveis;

b) os riscos específicos relativos aos locais e atividades com inflamáveis e/ou líquidos combustíveis;

c) os procedimentos e planos de prevenção de acidentes com inflamáveis e/ou líquidos combustíveis;

d) as medidas para atuação em situação de emergência.

1.1 O empregador deve treinar, no mínimo, três trabalhadores da instalação que estejam diretamente envolvidos com inflamáveis e/ou líquidos combustíveis, no curso básico previsto no Anexo I.

2. As instalações varejistas e atacadistas que desenvolvem atividades de manuseio, armazenamento e transporte de recipientes de até 20 (vinte) litros, fechados ou lacrados de fabricação, contendo líquidos inflamáveis e/ou combustíveis até o limite máximo de 5.000 m³ (cinco mil metros cúbicos) e de gases inflamáveis até o limite máximo de 600 (seiscentas) toneladas, devem contemplar no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, além dos requisitos previstos na Norma Regulamentadora nº 9:

a) o inventário e características dos inflamáveis e/ou líquidos combustíveis;

b) os riscos específicos relativos aos locais e atividades com inflamáveis e/ou líquidos combustíveis;

c) os procedimentos e planos de prevenção de acidentes com inflamáveis e/ou líquidos combustíveis;

d) as medidas para atuação em situação de emergência.

2.1 O empregador deve treinar trabalhadores da instalação que estejam diretamente envolvidos com inflamáveis, no curso Básico, na proporção definida na Tabela 3.

Tabela 3 - Critérios para o Curso Básico em instalações varejistas e atacadistas

Capacidade armazenada (gases inflamáveis e/ou líquidos inflamáveis e/ou combustíveis)	Nº de trabalhadores treinados
Acima de 1 ton até 5 ton e/ou acima de 1 m³ até 9 m³	mínimo: 2
Acima de 5 ton até 10 ton e/ou acima de 9 m³ até 42 m³	mínimo: 3
Acima de 10 ton até 20 ton e/ou acima de 42 m³ até 84 m³	mínimo: 4
Para cada 20 ton e/ou 84 m³	mais de 2 trabalhadores

3. Aplica-se o disposto nos itens 2 e 2.1 deste Anexo para a instalação de armazenamento de recipientes de até 20 (vinte) litros, fechados ou lacrados de fabricação, contendo líquidos inflamáveis e/ou combustíveis até o limite máximo de 10.000 m³ (dez mil metros cúbicos) e de gases inflamáveis até o limite máximo de 1.200 (mil e duzentas) toneladas, desde que a instalação de armazenamento esteja separada por parede da instalação onde ocorre a fabricação, envase e embalagem do produto a ser armazenado.

3.1 A instalação de armazenamento de recipientes com volume total superior aos limites mencionados no item 3 deve elaborar análise de riscos, conforme disposto nos itens 20.7.2, 20.7.2.1, 20.7.2.2, 20.7.4, 20.7.4.1, 20.7.5, 20.7.6 e 20.7.6.1, e plano de resposta a emergências, conforme itens 20.15.1, 20.15.2, 20.15.4, 20.15.5, 20.15.5.1, 20.15.5.2, 20.15.5.2.1, 20.15.6 e 20.15.7.

ANEXO III da NR-20

Tanque de líquidos inflamáveis no interior de edifícios

1. Os tanques de líquidos inflamáveis somente poderão ser instalados no interior dos edifícios sob a forma de tanque enterrado e destinados somente a óleo diesel e biodiesel.

2. Excetuam-se da aplicação do item 1 deste Anexo os tanques de superfície para consumo de óleo diesel e biodiesel destinados à alimentação de motores utilizados para a geração de energia elétrica em situações de emergência, para assegurar a continuidade operacional ou para o funcionamento das bombas de pressurização da rede de água para combate a incêndios, nos casos em que seja comprovada a impossibilidade de instalá-lo enterrado ou fora da projeção horizontal do edifício.

2.1 A instalação do tanque no interior do edifício deve ser precedida de Projeto e de Análise Preliminar de Perigos/Riscos (APP/APR), ambos elaborados por profissional habilitado, contemplando os aspectos de segurança, saúde e meio ambiente previstos nas Normas Regulamentadoras, normas técnicas nacionais e, na ausência ou omissão destas, nas normas internacionais, bem como nas demais regulamentações pertinentes, e deve obedecer aos seguintes critérios:

a) localizar-se no pavimento térreo, subsolo ou pilotis, em área exclusivamente destinada para tal fim;

b) deve dispor de sistema de contenção de vazamentos;

c) os tanques devem ser abrigados em recinto interno fechado por paredes resistentes ao fogo por no mínimo 2 (duas) horas e porta do tipo corta-fogo;

d) deve respeitar o máximo de até 5.000 (cinco mil) litros por tanque e por recinto, bem como o limite de 10.000 (dez mil) litros por edifício, sendo este limite aplicável a cada edifício, independentemente da existência de interligação entre edifícios por meio de garagens, passarelas, túneis, entre outros;

e) possuir aprovação pela autoridade competente;

f) os tanques devem ser metálicos;

g) possuir sistemas automáticos de detecção e combate a incêndios, bem como saídas de emergência dimensionadas conforme normas técnicas;

h) os tanques devem estar localizados de forma a não bloquear, em caso de emergência, o acesso às saídas de emergência e aos sistemas de segurança contra incêndio;

i) os tanques devem ser protegidos contra danos físicos e da proximidade de equipamentos ou dutos geradores de calor;

j) deve ser avaliada a necessidade de proteção contra vibração e danos físicos no sistema de interligação entre o tanque e o gerador;

k) a estrutura da edificação deve ser protegida para suportar um eventual incêndio originado nos locais que abrigam os tanques; e

l) devem ser adotadas as medidas necessárias para garantir a ventilação dos tanques para alívio de pressão, bem como para a operação segura de abastecimento e destinação dos gases produzidos pelos motores à combustão.

2.1.1 O contido na alínea d do item 2.1 deste Anexo não se aplica a tanques acoplados à estrutura do gerador.

2.2 O responsável pela segurança do edifício deve designar responsável técnico pela instalação, operação, inspeção e manutenção, bem como pela supervisão dos procedimentos de segurança no processo de abastecimento do tanque.

2.3 Os trabalhadores envolvidos nas atividades de operação, inspeção, manutenção e abastecimento do tanque devem ser capacitados com curso Intermediário, conforme Anexo I.

3. Aplica-se para tanques enterrados o disposto no item 2.1, caput, alíneas "b", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k" e "l", item 2.2 e 2.3, bem como o previsto nas normas técnicas nacionais e, na sua ausência ou omissão, nas normas técnicas internacionais.

4. A aplicação do conteúdo do Anexo III contempla apenas edifícios, não se aplicando a instalações cujos conceitos estão definidos no Glossário desta Norma.

4.1 Não se aplicam os itens 1 a 3 deste Anexo aos tanques aéreos de superfície localizados no interior de instalações industriais, desde que não configurem a situação definida pelo item 2 deste Anexo.

GLOSSÁRIO

Áreas Classificadas - área na qual uma atmosfera explosiva está presente ou na qual é provável sua ocorrência a ponto de exigir precauções e critérios especiais para seleção, instalação e utilização de equipamentos elétricos.

Armazenamento - retenção de uma quantidade de inflamáveis (líquidos e/ou gases) e líquidos combustíveis em uma instalação fixa, em depósitos, reservatórios de superfície, elevados ou subterrâneos. Retenção de uma quantidade de inflamáveis, envasados ou embalados, em depósitos ou armazéns; não se incluem nesta definição os tanques de superfície para consumo de óleo diesel mencionados no item 2 do Anexo III.

Atividade industrial - atividade de extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis (líquidos e gases) e combustíveis, em caráter permanente ou transitório.

Comissionamento - conjunto de técnicas e procedimentos de engenharia aplicados de forma integrada à instalação ou parte dela, visando torná-la operacional de acordo com os requisitos especificados em projeto.

Continuidade operacional - funcionamento em geral das atividades empresariais, tais como serviços, operações e trabalho.

Contratante - pessoa física ou jurídica que celebra contrato com empresa de prestação de serviços relacionados a quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal.

Coordenação - ação de assumir responsabilidade técnica.

Desativação da instalação - processo para tornar inoperante a instalação, seja de forma parcial ou total, de maneira temporária ou definitiva, observando sempre aspectos de segurança E saúde previstos nas Normas Regulamentadoras, normas técnicas nacionais e, na ausência ou omissão destas, nas normas internacionais, bem como nas demais regulamentações pertinentes em vigor.

Distância de segurança - distância mínima livre, medida no plano horizontal para que, em caso de acidentes (incêndios, explosões), os danos sejam minimizados.

Distribuição canalizada de gás - atividade de fornecimento de gás combustível, por meio de dutos, aos estabelecimentos consumidores (residenciais, comerciais, industriais, outros) através de rede da distribuidora.

Edificações residenciais unifamiliares - edificações destinadas exclusivamente ao uso residencial, constituídas de uma única unidade residencial.

Edifício - construção com pavimentos, com finalidade de abrigar atividades humanas, e não destinada ao desenvolvimento de atividades industriais.

Emissões fugitivas - liberações de gás ou vapor inflamável que ocorrem de maneira contínua ou intermitente durante as operações normais dos equipamentos. Incluem liberações em selos ou gaxetas de bombas, engaxetamento de válvulas, vedações de flanges, selos de compressores, drenos de processos.

Envasado - líquido ou gás inflamável acondicionado em recipiente, podendo ser ou não lacrado.

Exercícios simulados - exercícios práticos de simulação mais realista possível de um cenário de acidente, durante o qual é testada a eficiência do plano de respostas a emergências, com foco nos procedimentos, na capacitação da equipe, na funcionalidade das instalações e dos equipamentos, dentre outros aspectos.

Fechado - produto fechado no processo de envasamento, de maneira estanque, para que não venha a apresentar vazamentos nas condições normais de manuseio, armazenamento ou transporte, assim como sob condições decorrentes de variações de temperatura, umidade ou pressão ou sob os efeitos de choques e vibrações.

Fluxograma de processo - documento contendo, em representação gráfica, o balanço de material e de energia dos fluxos de matérias-primas, produtos, subprodutos e rejeitos de um determinado processo de produção.

Instalação - unidade de extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis (líquidos e gases) e líquidos combustíveis, em caráter permanente ou transitório, incluindo todos os equipamentos, máquinas, estruturas, tubulações, tanques, edificações, depósitos, terminais e outros necessários para o seu funcionamento.

Lacrado - produto que possui selo e/ou lacre de garantia de qualidade e/ou de inviolabilidade.

Manipulação - ato ou efeito de manipular. Preparação ou operação manual com inflamáveis, com finalidade de misturar ou fracionar os produtos. Considera-se que há manipulação quando ocorre o contato direto do produto com o ambiente.

Manuseio - atividade de movimentação de inflamáveis contidos em recipientes, tanques portáteis, tambores, bombonas, vasilhames, caixas, latas, frascos e similares. Ato de manusear o produto envasado, embalado ou lacrado.

Metodologias de análises de risco - constitui-se em um conjunto de métodos e técnicas que, aplicados a operações que envolvam processo ou processamento, identificam os cenários hipotéticos de ocorrências indesejadas (acidentes), as possibilidades de danos, efeitos e consequências.

Exemplos de algumas metodologias:

a) Análise Preliminar de Perigos/Riscos (APP/APR);

b) "What-if (E SE)";

c) Análise de Riscos e Operabilidade (HAZOP);

d) Análise de Modos e Efeitos de Falhas (FMEA/FMECA);

e) Análise por Árvore de Falhas (AAF);

f) Análise por Árvore de Eventos (AAE);

g) Análise Quantitativa de Riscos (AQR).

Modificações ou ampliações das instalações - qualquer alteração de instalação industrial que:

I - altere a tecnologia de processo ou processamento empregada;

II - altere as condições de segurança da instalação industrial;

III - adapte fisicamente instalações e/ou equipamentos de plantas industriais existentes provenientes de outros segmentos produtivos;

IV- aumente a capacidade de processamento de quaisquer insumos;

V - aumente a capacidade de armazenamento de insumos ou de produtos;

VI - altere o perfil de produção ou a qualidade final dos produtos.

Planta geral de locação - planta que apresenta a localização da instalação no interior do terreno, indicando as distâncias entre os limites do terreno e um ponto inicial da instalação.

Posto de serviço - instalação onde se exerce a atividade de fornecimento varejista de inflamáveis (líquidos e gases) e líquidos combustíveis.

Procedimentos operacionais - conjunto de instruções claras e suficientes para o desenvolvimento das atividades operacionais de uma instalação, considerando os aspectos de segurança, saúde e meio ambiente que impactem sobre a integridade física dos trabalhadores.

Processo contínuo de produção - sistema de produção que opera ininterruptamente durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, por meio do trabalho em turnos de revezamento, isto é, a unidade de produção tem continuidade operacional durante todo o ano. Paradas na unidade de produção para manutenção ou emergência não caracterizam paralisação da continuidade operacional.

Processo ou processamento - sequência integrada de operações. A sequência pode ser inclusive de operações físicas e/ou químicas. A sequência pode envolver, mas não se limita à preparação, separação, purificação ou mudança de estado, conteúdo de energia ou composição.

Proficiência - competência, aptidão, capacitação e habilidade aliadas à experiência. Para avaliação da proficiência, pode ser verificado o currículo do profissional, a partir do conteúdo programático que ele ministrará. O conhecimento teórico pode ser comprovado através de diplomas, certificados e material didático elaborado pelo profissional. A experiência pode ser avaliada pelo tempo em que o profissional atua na área e serviços prestados.

Profissional habilitado - profissional com atribuições legais para a atividade a ser desempenhada e que assume a responsabilidade técnica, tendo registro no conselho profissional de classe.

Prontuário da Instalação - sistema organizado de forma a conter uma memória dinâmica das informações técnicas pertinentes às instalações, geradas desde a fase de projeto, operação, inspeção e manutenção, que registra, em meio físico ou eletrônico, todo o histórico da instalação ou contém indicações suficientes para a obtenção deste histórico.

Recinto - quaisquer áreas que estejam delimitadas por fronteiras físicas constituídas de paredes e tetos resistentes ao fogo.

Recipiente - receptáculo projetado e construído para armazenar produtos inflamáveis (líquidos e gases) e líquidos combustíveis conforme normas técnicas; não se incluem nesta definição os tanques de superfície para consumo de óleo diesel mencionados no item 2 do Anexo III.

Riscos psicossociais - influência na saúde mental dos trabalhadores, provocada pelas tensões da vida diária, pressão do trabalho e outros fatores adversos.

Separada por parede - instalação de armazenamento localizada na instalação de fabricação, mas separada desta por parede de alvenaria. Instalação de armazenamento localizada em outra instalação e/ou edificação.

Sistema de Gestão de Mudanças - processo contínuo e sistemático que assegura que as mudanças permanentes ou temporárias sejam avaliadas e gerenciadas de forma que os riscos advindos destas alterações permaneçam em níveis aceitáveis e controlados.

Tanque Acoplado - tanque de consumo instalado como parte integrante do grupo motor gerador.

Tanque de consumo - tanque ligado direta ou indiretamente a motores ou equipamentos térmicos, visando a alimentação destes.

Trabalhadores capacitados - trabalhadores que possuam qualificação e treinamento necessários à realização das atividades previstas nos procedimentos operacionais.

Transferência - atividade de movimentação de inflamáveis entre recipientes, tais como tanques, vasos, tambores, bombonas e similares, por meio de tubulações.

Unidade de processo - organização produtora que alcança o objetivo para o qual se destina através do processamento e/ou transformação de materiais/substância.

SECRETARIA DE TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHO DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria do Trabalho/ME, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso "C" e "D", Anexo IX, da Portaria nº 1153, com amparo no art. 50, §1º', da Lei 9.784/99, decidiu os processos de interdição nos seguintes termos:

Negando provimento e efeito suspensivo, mantendo a decisão que decretou a interdição.

Nº	PROCESSO	Termo de Interdição	EMPRESA	UF
01	46221.007523/2019-00	4035869-1	CENCOSUD BRASIL COMERCIAL LTDA	SE
02	46261.003617/2019-'25	4035851-8	PERFIBRAS DE SANTOS COMERCIO DE CHAPAS LTDA	SP

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

PORTARIA Nº 13.101, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

Habilitação ao Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo inciso II do art. 1º da Portaria nº 263, de 3 de junho de 2019, do Ministério da Economia, e tendo vista o disposto no art. 9º, § 1º, da Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018, e o art. 14, § 1º, do Decreto nº 9.557, de 8 de novembro de 2018, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I do art. 9º da Lei nº 13.755, de 2018, a empresa CEBI BRASIL LTDA. (CNPJ 03.171.093/0001-05), conforme processo nº 19687.105289/2019-27, de 25 de novembro de 2019.

Art. 2º A habilitação de que trata o art. 1º tem vigência a partir de 1º de novembro de 2019 até 30 de novembro de 2023.

Art. 3º A empresa habilitada está sujeita à verificação do cumprimento do compromisso assumido no requerimento de habilitação, bem como às sanções administrativas previstas nos arts. 25 a 29 do Decreto nº 9.557, de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 88, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

Declara excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional - a pessoa jurídica que menciona.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA-DF, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 340, inciso VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF no 430, de 09/10/2017 e alterações posteriores, tendo em vista o disposto nos artigos 29 e 33 da Lei Complementar no 123, de 14/12/2006 e no inciso I do artigo 83 da Resolução CGSN no 140, de 22/05/2018, bem como o que consta do Processo Administrativo no 14041.720225/2019-22. declara:

Art. 1º - Excluída de ofício do SIMPLES NACIONAL a pessoa jurídica LIMA E SILVA SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA, CNPJ no 20.204.491/0001-08, em razão do disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar no 123/2006.

Art. 2º - A exclusão tem efeito no período sob ação fiscal (01/01/2016 até 30/11/2016), haja vista a empresa ter sido autoexcluída do regime tributário diferenciado Simples Nacional a partir de 01/12/2016 e também por não se aplicar ao caso concreto (verificada a falta de comunicação da exclusão obrigatória) o prazo de impedimento da opção pelo Simples disposto nos §§ 1o ou 2o do artigo 29 da Lei Complementar no 123/2006 (3 ou 10 anos).

Art. 3º - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa, é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de trinta dias, contado a partir da ciência deste Ato, manifestar por escrito sua inconformidade com relação à exclusão, nos termos do artigo 15 do Decreto no 70.235, de 06/03/1972, do artigo 39 da Lei Complementar no 123/2006 e do art. 121 da Resolução CGSN no 140, de 22/05/2018.

Parágrafo Único: Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo (ADE) entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

BARBARA CRISTINA COSTA DE OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Declara NULO o Ato Declaratório Executivo nº 9, de 24/06/2019, publicado no DOU em 26/06/2019

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE - MS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 340 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09/10/2017, declara:

Art. 1º Nulo o Ato Declaratório Executivo nº 9, de 24/06/2019, publicado no Diário Oficial da União - DOU em 26/06/2019, o qual declarou EXCLUÍDA DO SIMPLES NACIONAL a inscrição nº 03.453.792/0001-48 do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, em nome de GERVÁSIO CAVALCANTE, tendo em vista o Despacho Decisório nº 446/2019-SAORT/DRF-CAMPO GRANDE/MS (REVISÃO DE OFÍCIO) e em virtude da Nota Técnica Simples Nacional nº 003/2019, emitida pela CODAC.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produz efeitos retroativos à data da publicação do ADE.

EDSON ISHIKAWA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Declara NULO o Ato Declaratório Executivo nº 11, de 02/08/2019, publicado no DOU em 07/08/2019

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE - MS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 340 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09/10/2017, declara:

Art. 1º Nulo o Ato Declaratório Executivo nº 11 de 02/08/2019, publicado no Diário Oficial da União - DOU em 07/08/2019, o qual declarou EXCLUÍDA DO SIMPLES NACIONAL a inscrição nº 00.478.426/0001-55 do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, em nome de GERVÁSIO CAVALCANTE, tendo em vista o Despacho Decisório nº 445/2019-SAORT/DRF-CAMPO GRANDE/MS (REVISÃO DE OFÍCIO) e em virtude da Nota Técnica Simples Nacional nº 003/2019, emitida pela CODAC.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produz efeitos retroativos à data da publicação do ADE.

EDSON ISHIKAWA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MUNDO NOVO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Aplica a pena de perdimento de mercadorias, moeda e veículos dos processos que especifica.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MUNDO NOVO-MS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos arts. 23 a 27 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, no art. 65 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, nos arts. 700, 774 e 777 a 780 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, e o que consta nos processos administrativos relacionados no Anexo Único, declara:

Art. 1º A revelia dos interessados nos processos relacionados no Anexo Único, que não apresentaram impugnação no prazo legal.

Art. 2º O perdimento das mercadorias, dos valores e dos veículos tratados nos processos relacionados no Anexo Único, tornando-os disponíveis para destinação na forma da legislação.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

THIAGO ANDRÉ HERING

ANEXO ÚNICO

Sequência	Processo
1	10142.721402/2019-07
2	10142.721988/2019-00
3	10142.721993/2019-12
4	10142.722080/2019-13
5	10142.722078/2019-36
6	10142.722146/2019-67
7	10142.721602/2019-51
8	10142.721960/2019-64
9	10142.721965/2019-97
10	10142.721756/2019-43
11	10142.721664/2019-63
12	10142.721710/2019-24
13	10142.721688/2019-12
14	10142.721685/2019-89
15	10142.721660/2019-85
16	10142.721386/2019-44
17	10142.721686/2019-23
18	10142.721199/2019-61
19	10142.721196/2019-27
20	10142.721094/2019-10
21	10142.721079/2019-63
22	10142.721098/2019-90
23	10142.721099/2019-34
24	10142.721085/2019-11
25	10142.721083/2019-21
26	10142.721090/2019-23
27	10142.721017/2019-51
28	10142.721267/2019-91
29	10142.721359/2019-71
30	10142.721964/2019-42
31	10142.721985/2019-68
32	10142.722226/2019-12
33	10142.722233/2019-14

34	10142.721390/2019-11
35	10142.721391/2019-57
36	10142.721330/2019-90
37	10142.721329/2019-65
38	10142.720913/2019-01
39	10142.720356/2019-11
40	10142.722240/2019-16
41	10142.722245/2019-49
42	10142.721381/2019-11
43	10142.721385/2019-08
44	10142.721384/2019-55
45	10142.722124/2018-16
46	10142.720974/2019-61
47	10142.721226/2018-14
48	10142.720072/2019-24
49	10142.721800/2018-34
50	10142.722276/2019-08
51	10142.722299/2019-12
52	10142.722295/2019-26
53	10142.721629/2019-44
54	10142.721538/2019-17
55	10142.721470/2019-68
56	10142.721614/2019-86
57	10142.721539/2019-53
58	10142.721976/2019-77
59	10142.721270/2019-13
60	10142.721170/2019-89
61	10142.721234/2019-41
62	10142.720845/2019-72
63	10142.720766/2019-61
64	10142.720970/2018-00
65	10142.720978/2018-68
66	10142.720967/2018-88
67	10142.720968/2018-22
68	10142.720969/2018-77
69	10142.720974/2018-80
70	10142.720981/2018-81
71	10142.720214/2018-72
72	10142.721990/2019-71
73	10142.722224/2019-23
74	10142.722229/2019-56
75	10142.722246/2019-93
76	10142.722338/2019-73
77	10142.722008/2019-88
78	10142.720986/2019-95
79	10142.722386/2019-61
80	10142.722237/2019-01
81	10142.721675/2019-43
82	10142.721639/2019-80
83	10142.721636/2019-46
84	10142.721640/2019-12
85	10142.721577/2019-14
86	10142.721667/2019-05
87	10142.721578/2019-51
88	10142.721428/2019-47
89	10142.721649/2019-15
90	10142.721238/2019-20
91	10142.721327/2019-76
92	10142.721233/2019-05
93	10142.721109/2019-31
94	10142.720505/2019-41
95	10142.720511/2019-07
96	10142.720419/2019-39
97	10142.720332/2017-08
98	10142.720544/2017-87
99	10142.721371/2016-33
100	10142.720846/2016-74

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 52, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

Declara concedida a inscrição no Registro Especial de Estabelecimento Produtor de Bebidas Alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 340, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 430, de 9 de outubro de 2017, e de acordo com o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa SRF nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e conforme documentos integrantes do Processo nº 10660.725966/2019-51, declara:

Art. 1º Inscrito no Registro Especial, sob o nº 06106/177, como PRODUTOR, o Empresário Individual MAURÍCIO SARTO, CNPJ nº 04.919.060/0001-63, com endereço na Estrada Varginha a Monsenhor Paulo, km 7,2, S/N, município de Monsenhor Paulo, Estado de Minas Gerais, CEP 37405-000, na atividade de produtor de aguardente de cana de açúcar (cachaça), classificação fiscal 2208.40.00, marca comercial SERRA NEGRA, em vasilhames de vidro não retornáveis de 500ml, 700ml e 965ml.

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa SRF nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, sob pena de suspensão ou cancelamento desta inscrição. Esclareça-se que o registro ora concedido não alcança qualquer outro estabelecimento da empresa.

Art. 2º Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

ALESSANDRO MARTINS DOS SANTOS ROCHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 53, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

Declara concedida a inscrição no Registro Especial de Estabelecimento Engarrafador de Bebidas Alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 340, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 430, de 9 de outubro de 2017, e de acordo com o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa SRF nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e conforme documentos integrantes do Processo nº 10660.725966/2019-51, declara:

Art. 1º Inscrito no Registro Especial, sob o nº 06106/177, como ENGARRAFADOR, o Empresário Individual MAURÍCIO SARTO, CNPJ nº 04.919.060/0001-63, com endereço na Estrada Varginha a Monsenhor Paulo, km 7,2, S/N, município de Monsenhor Paulo, Estado de Minas Gerais, CEP 37405-000, na atividade de engarrafador de aguardente de cana de açúcar (cachaça), classificação fiscal 2208.40.00, marca comercial SERRA NEGRA, em vasilhames de vidro não retornáveis de 500ml, 700ml e 965ml.

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa SRF nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, sob pena de suspensão ou cancelamento desta inscrição. Esclareça-se que o registro ora concedido não alcança qualquer outro estabelecimento da empresa.

Art. 2º Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

ALESSANDRO MARTINS DOS SANTOS ROCHA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DE BELO HORIZONTE
EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 51, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DOS OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS - EqOEA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, instituído por meio da Portaria RFB nº 430, de 09 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta no Requerimento 4640, resolve:

Art. 1º Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-SEGURANÇA, como OPERADOR AEROPORTUÁRIO, a empresa CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 19.674.909/0001-53.

Art. 2º Esta certificação se restringe ao CNPJ do estabelecimento referenciado no artigo 1º.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BERNARDO COSTA PRATES SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 145, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

Declara nulo o Ato Declaratório Executivo emitido à pessoa jurídica que menciona, referente a habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 758/2007, no caso em que especifica.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelos artigos 336 e 340, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 11/10/2017, tendo em vista o disposto no artigo 11, caput, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº 11707.720861/2019-95, declara:

Art. 1º São nulos de pleno direito, desde a emissão, sem a produção de quaisquer efeitos jurídicos, o Ato Declaratório Executivo DRF RJ I Nº 139, emitido em 25 de novembro de 2019, para o contribuinte EÓLICA SDB ECO S.A. CNPJ Nº: 30.062.736/0001-55, referente ao projeto Central Geradora Eólica Serra da Babilônia E - (CEG) - EOL.CV.BA.040611-2.01.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 146, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

Concede habilitação ao Regime Especial de Industrialização de bens destinados à exploração, ao desenvolvimento e à produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos - REPETRO-INDUSTRIALIZAÇÃO à empresa que menciona.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 6º da IN RFB Nº 1.901, de 17 de julho de 2019, e o que consta no dossiê administrativo 13031.068027/2019-01, declara:

Art. 1º Fica concedida a habilitação ao Regime Especial de Industrialização de bens destinados à exploração, ao desenvolvimento e à produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos - REPETRO-INDUSTRIALIZAÇÃO, de que trata o art. 6º da Lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017 e o Decreto nº 9.537, de 24 de outubro de 2018, para a empresa INDÚSTRIAS FAP DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 03.798.100/0001-01, aplicável a todos os seus estabelecimentos e com validade até 31 de dezembro de 2040, condicionada à observância dos termos e condições para manutenção no regime, especificados no art. 11 da IN RFB nº 1.901/2019 e demais legislações pertinentes.

Art. 2º A contratante indicada, beneficiária do REPETRO e do REPETRO-SPED, para a qual haverá fornecimento de bens com os benefícios do regime é a pessoa jurídica MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA, CNPJ 01.950.374/0001-30.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 147, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

Torna sem efeito o Ato Declaratório Executivo que menciona.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO- I, no exercício das atribuições definidas pelo artigo 336, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 10 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e considerando o que consta dos processos/dossiês nos 10010.024874/1214-72, 10010.024901/1214-15, 10010.013506/0216-15, 10010.013533/0216-80 e 10010.022593/0118-92. resolve:

Art. 1º - Tornar sem efeito o Ato Declaratório Executivo nº 136, de 21 de novembro de 2019, publicado no DOU nº 230, Seção 1, de 28 de novembro de 2019.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DE BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 232, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Ato Declaratório Executivo nº 232, de 09 de dezembro de 2019, inscreve o contribuinte no Registro Especial de Bebidas Alcoólicas.

GUSTAVO RIQUE PINTO PASSOS, Delegado da DELEX, matrícula SIAPECAD nº 1292868, no exercício das atribuições que lhe conferem os artigos 303 e 314 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no inciso I, § 1º art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013. declara:

Art. 1º Inscreve no Registro Especial de bebidas alcoólicas sob o número 0816500/016, na atividade de importador, o estabelecimento da empresa NISHIKI ADEGA DE SAKE EIRELI, inscrito no CNPJ sob o número 32.746.311/0001-90, localizado na Av das Carinas, 611 - Indianópolis - São Paulo/SP, de acordo com o dossiê digital 13032.022365/2019-88.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUSTAVO RIQUE PINTO PASSOS

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 168, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

Anula certidão de regularidade fiscal

A DELEGADA ADJUNTA DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 271, 283 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, alterada pela Portaria MF nº 331, de 03 de julho de 2018, publicada no DOU de 04 de julho de 2018, declara:

Art. 1º A anulação da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida sob o Código de Controle nº 64D4.9E43.4766.2EB5, em favor de PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ 20.228.158/0001-20, emitida às 08:53:41 do dia 03/12/2019, tendo em vista emissão indevida, conforme Dossiê nº 13032.108486/2019-16.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUCIANE PINATTO DE ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Conceder Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro, em razão da solicitação do interessado:

CPF	Nome	E-Processo
104.393.368-99	Luis Humberto Montaner Calderon	13033.070966/2019-97

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DALTRO JOSÉ CARDOZO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 213, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

Declara a nulidade de ato praticado perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 224, inciso III e 302, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012, e em cumprimento ao disposto no art. 35, inciso II, da Instrução Normativa RFB n° 1863, de 27 de dezembro de 2018, declara:

Nulo, o ato Cadastral perante o CNPJ, decorrente do contrato social, levado a registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina em 21/02/2011, da empresa COSTA LESTE EMPREENDIMETOS IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ nº 13.282.127/0001-92, por motivo de constatação de falsidade ideológica, tendo em vista o constante do processo 11516.724900/2017-17.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 214, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

Declara a nulidade de inscrição perante o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, por fraude na inscrição

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 224 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012 e com fundamentos nos artigos 17, 18 e 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, declara:

I - Nula a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF nº 783.985.259-91, emitida em nome de LEANDRO JOSE COSTA, por fraude na inscrição, considerando o constante no processo nº 11516.724900/2017-17.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

Exclusão de pessoa jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 340, inciso VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017 e tendo por base o Parecer nº 8 - DRF/PEL/Saort, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, desde 1º de janeiro de 2016, a pessoa jurídica Vitor da Silva Grala Eireli 08.537.207/0001-01, com estabelecimento matriz localizado na Rua Francisco Lobo da Costa, nº 1328, no município de Pelotas, RS, por ter sido constatado (1) que a escrituração do Livro Caixa da empresa não permite a plena identificação da movimentação financeira, inclusive bancária e (2) que a empresa tem incorrido em práticas reiteradas de infração ao disposto na Lei Complementar nº 123, de 2006, com impedimento de nova opção pelo regime diferenciado e favorecido da Lei Complementar nº 123, de 2006, por 10 (dez) anos-calendário, por também ter sido constatada a utilização de artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento que tenha induzido ou mantido a fiscalização em erro, com o fim de suprimir ou reduzir o pagamento de tributo apurável na forma do Simples Nacional, conforme apurado no processo administrativo nº 16641.720136/2019-42.

Art. 2º A exclusão de ofício e seus efeitos obedecem ao disposto na Lei Complementar nº 123, de 2006, artigo 29, incisos V e VIII e §§ 1º, 2º e 9º, inciso II, sujeitando-se a pessoa jurídica excluída, a partir do período em que se processarem os efeitos da exclusão, às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas, em conformidade com o previsto no artigo 32 da referida Lei Complementar.

Art. 3º É facultado à pessoa jurídica, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste Ato, manifestar sua inconformidade quanto à exclusão de ofício, ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, observada a legislação relativa ao processo tributário administrativo, nos termos do artigo 15 do Decreto 70.235, de 6 de março de 1972, e, não havendo manifestação nesse prazo a exclusão tornar-se-á definitiva.

ADRIANE CISMOSKI DA SILVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto na IN/RFB nº1.209, de 07 de novembro de 2011 e no artigo 810 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, com nova redação dada pelo artigo 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro a seguinte pessoa:

CPF	NOME	PROCESSO
838.919.600-00	LUHAN HOFF	10494.720840/2019-50

Art. 2º O Ajudante de Despachante Aduaneiro deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior- sistema CAD-ADUANA, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, de acordo com a IN RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012 e ADE COANA nº 27, de 17 de setembro de 2013.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GASTÃO FIGUEIRA TONDING

.

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 69, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., CNPJ nº 33.009.911/0018-87.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10675.725914/2019-16, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., CNPJ nº 33.009.911/0018-87, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Chile	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
DUNHILL FINE CUT OF LONDON FLOW FILTER	R$ 10,25 / vintena	1.440.000
5) Cigarro	Fine Cut 94mm	
6) Embalagem	Box	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia/MG	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALTEMIR LINHARES DE MELO

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 715, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.746, de 8 de abril de 2019, bem como o que consta no processo administrativo nº 35000.000795/2019-59, resolve:

Art. 1º Alterar a Resolução nº 681, de 24 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 100, de 27 de maio de 2019, Seção 1, págs. 18 a 20, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º Ficam instituídas, a título de experiência-piloto, pelo prazo de 12 (doze) meses, as seguintes CEAPs, nos termos do Plano de Trabalho, constante nos Anexos I e II desta Resolução:

.....

IV - Central Especializada de Alta Performance para Análise de Requerimentos de Certidão de Tempo de Contribuição - CEAP - CTC;

V - Central Especializada de Alta Performance para Análise de Requerimentos de Pensão por Morte e de Auxílio Reclusão - CEAP - DEPENDENTES; e

VI - Central Especializada de Alta Performance para Análise de Requerimentos de Seguro Desemprego do Pescador Artesanal - CEAP - DEFESO.

.....

§ 2º As CEAPs e seus integrantes submetem-se ao acompanhamento de metas, de indicadores e de qualidade dos resultados definidos no Plano de Trabalho constante dos Anexos I e II e às demais regras estabelecidas nesta Resolução.

.....

§ 5º O Plano de Trabalho constante dos Anexos I e II será publicado no Portal do INSS na internet.

.....

§ 7º Ato do Diretor de Atendimento poderá determinar a subdivisão e especialização interna das CEAPs." (NR)

"Art. 13.....

.....

§ 5º Os servidores que tenham sido habilitados e classificados somente serão designados se não possuírem saldo negativo de horas no SISREF." (NR)

"Art. 18. O edital de que trata o art. 10 poderá prever a hipótese de processo seletivo unificado para aproveitamento dos participantes em quaisquer das CEAPs.

§ 1º Em havendo necessidade, o Comitê Gestor das CEAPs poderá promover o remanejamento, temporário ou definitivo, de servidores participantes de uma CEAP para outra.

§2º Para efeito do caput, salvo quando houver interessados, deverão ser remanejados os servidores com menor índice de produtividade da respectiva CEAP e, em caso de empate, aquele com menor tempo de participação." (NR)

"Art. 23. O desligamento do servidor com fundamento no inciso I do art. 21 admitirá recurso ao Diretor de Atendimento - DIRAT.

Parágrafo único. Os recursos referentes aos desligamentos relativos à CEAP - ANTIFRAUDE - MOB serão analisados pela Coordenação-Geral Monitoramento e Controle de Benefícios da Diretoria de Benefícios - CGMOB." (NR)

"Art. 30 .....

.....

§ 2º A DIRAT dará apoio logístico e administrativo ao trabalho dos Gerentes e das CEAPs, exceto a CEAP - ANTIFRAUDE - MOB, cujo apoio caberá à CGMOB.

§ 3º Os Gerentes das CEAPs serão designados em ato próprio do Presidente do INSS e se vincularão à DIRAT, exceto a CEAP - ANTIFRAUDE - MOB, cuja vinculação caberá à CGMOB.

....." (NR)

"Art. 31 .....

.....

§ 1º O relatório de acompanhamento será submetido à manifestação técnica da Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração, da DIRAT e da CGMOB que poderão considerar a CEAP em experiência-piloto:

....." (NR)

"Art. 32 .....

I - Diretoria de Atendimento, que o coordenará;

.....

III - Diretoria de Benefícios - DIRBEN;

....." (NR)

"Art. 36. A CEAP - MATERNIDADE - B80, a CEAP - IDADE - B41, a CEAP - CTC, a CEAP - DEPENDENTES e a CEAP - DEFESO ficam vinculadas à DIRAT e a CEAP - ANTIFRAUDE - MOB fica vinculada à CGMOB." (NR)

"Art. 37. A DIRAT adotará as providências para afetação às CEAPs dos processos pendentes de análise há mais tempo." (NR)

"Art. 37-B. Compete à DIRBEN analisar e monitorar a conformidade das análises de processos das CEAPs em atividade." (NR)

Art. 2º O Anexo I da Resolução nº 681/PRES/INSS, de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"6. ESTRUTURA GERAL DAS CEAPs

.....

Os participantes, portanto, passarão a responder, tecnicamente, diretamente ao Gerente de sua CEAP e indiretamente à Diretoria de Atendimento - DIRAT, exceto na CEAP - ANTIFRAUDE - MOB que fica vinculada à CGMOB." (NR)

"8. DEFINIÇÃO DO ACERVO E DO QUANTITATIVO DE SERVIDORES DAS CEAPs

.....

A definição do quantitativo de tarefas a serem transferidas e a organização de cada CEAP será definido pela DIRAT, exceto na CEAP - ANTIFRAUDE - MOB vinculada à CGMOB, enquanto fluxo técnico.

À Diretoria de Benefícios compete analisar e monitorar a conformidade das análises de processos das CEAPs em atividade, bem como definir os fluxos técnicos de análise." (NR)

Art. 3º O Anexo desta Resolução passa a integrar a Resolução nº 681/PRES/INSS, de 2019, como Anexo II.

Art. 4º Fica revogado o parágrafo único do art. 36 da Resolução nº 681/PRES/INSS, de 2019.

Art. 5º O Anexo desta Resolução será publicado em Boletim de Serviço.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO RODRIGUES VIEIRA

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 5º da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001; artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2010; e artigo 10, inciso III, do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, faz saber que decidiu:

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo nº 44011.008424/2017-15, Auto de Infração nº 63/2017, entidade PETROS, decidiram os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por unanimidade, na 465ª Sessão Ordinária, de 02/12/2019, Despacho Decisório 201/2019/CGDC/DICOL: julgar IMPROCEDENTE o Auto do Infração nº 63/2017, de 10/11/2017, lavrado contra Luís Carlos Fernandes Afonso, Carlos Fernando Costa, Maurício França Rubem, Newton Carneiro da Cunha, Manuela Cristina Lemos Marçal, Guilherme Gonçalves Soares Neto, Ricardo Berretta Pavie, Sonia Nunes Fagundes, Pedro Américo Herbst e Marcelo Almeida de Souza, nos termos do Parecer nº 586/2019/CDC II/CGDC/DICOL, aprovado na sessão de julgamento. Registrada a declaração de impedimento do Diretor de Orientação Técnica e Normas.

LUCIO RODRIGUES CAPELLETTO
Diretor Superintendente

DECISÃO DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 5º da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001; artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2010; e artigo 10, inciso III, do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, faz saber que decidiu:

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo nº 44011.005512/2018-46, Auto de Infração nº 32/2018, entidade POSTALIS, decidiram os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por unanimidade, na 465ª Sessão Ordinária, de 02/12/2019, Despacho Decisório 206/2019/CGDC/DICOL: julgar PROCEDENTE o Auto do Infração nº 32/2018, de 21/09/2018, em relação aos autuados André Luis Carvalho da Motta Silva, Pedro José da Silva Mattos e Francisco de Assis Mesquita Júnior, por aplicarem os recursos garantidores das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos de benefícios em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, infringindo o disposto no § 1º do art. 9º, da Lei Complementar 109, de 29/05/2001, combinado com o os artigos 1º, 4º, 9º e 11 da Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009 e com os artigos 1º e 12 da Resolução CGPC nº 13/2004; capitulado no artigo 64 do Decreto 4.942, de 30/12/2003, com aplicação da pena de MULTA pecuniária de R$ 45.128,49 (quarenta e cinco mil cento e vinte e oito reais e quarenta e nove centavos) para todos os autuados, cumulada com a pena de SUSPENSÃO por 180 (cento e oitenta) dias para o autuado André Luis Carvalho da Motta Silva, nos termos do Parecer nº 607/2019/CDC II/CGDC/DICOL, aprovado na sessão de julgamento.

LUCIO RODRIGUES CAPELLETTO
Diretor Superintendente

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 1.039, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.007005/2019-28, resolve:

Art. 1º Aprovar o 2º termo aditivo a convênio de adesão celebrado entre a White Martins Gases Industriais do Nordeste Ltda., CNPJ nº 24.380.578/0001-89, na condição de patrocinadora do Plano de Benefício Definido Prevunião - CNPB nº 1981.0003-56, e a entidade PREVUNIÃO - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

PORTARIA Nº 1.041, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.007003/2019-39, resolve:

Art. 1º Aprovar o 2º termo aditivo a convênio de adesão celebrado entre a Praxair do Brasil Ltda., CNPJ nº 05.359.709/0001-00, na condição de patrocinadora do Plano de Benefício Definido Prevunião - CNPB nº 1981.0003-56, e a entidade PREVUNIÃO - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

PORTARIA Nº 1.064, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.002377/2019-68, resolve:

Art. 1º Aprovar o 2º termo aditivo ao convênio de adesão celebrado entre a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A, CNPJ nº 61.695.227/0001-93 e outros, na condição de patrocinadoras do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo, CNPB nº 1982.0022-47, e a entidade FUNDAÇÃO CESP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

PORTARIA Nº 1.066, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e o inciso I do art. 18 da Instrução Previc nº 05, de 3 de setembro de 2018, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.007001/2019-40, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, o convênio de adesão celebrado entre a Associação dos Funcionários da Robert Bosch Ltda, CNPJ nº 75.643.759/0001-91, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios BoschLife, CNPB nº 2019.0004-74, e a BOSCHPREV - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.

ANA CAROLINA BAASCH

PORTARIA Nº 1.067, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e o inciso I do art. 18 da Instrução Previc nº 05, de 3 de setembro de 2018, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.007000/2019-03, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, o convênio de adesão celebrado entre o Instituto Robert Bosch, CNPJ nº 44.589.513/0001-55, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios BoschLife, CNPB nº 2019.0004-74, e a BOSCHPREV - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.

ANA CAROLINA BAASCH

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DIRETORIA FUNDOS DE GOVERNO

CIRCULAR Nº 884, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

Divulgação do orçamento de novação por grupo de instituições credoras e da ordem de prioridade de novação das matrículas por grupo, para o exercício de 2020.

1 Em consonância com o inciso I do Art. 5º da Resolução nº 447, de 11 de novembro de 2019, do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais - CCFCVS, divulgamos a distribuição do orçamento anual de novação do Fundo entre os grupos e a ordem de prioridade das matrículas das instituições credoras em cada grupo na forma dos Anexos I a VIII, para o exercício de 2020.

1.1 Distribuição do orçamento de novação por grupo de instituições credoras

GRUPO	SALDO DOS CRÉDITOS EM RCV* (R$)	% SALDO DOS CRÉDITOS EM RCV*	ALOCAÇÃO ORÇAMENTO POR GRUPO (R$)
			Posição: 1º/12/2019
CAIXA EMGEA	13.363.826.918	18,8%	2.633.425.918
FUNDOS SFH	3.333.942.033	4,7%	536.655.260
COHAB	4.016.219.994	5,6%	2.072.678.889
BANCOS PRI	631.651.700	0,9%	137.229.389
ENTES PUBLICOS	4.572.649.708	6,4%	589.324.353
LIQUIDANDAS	40.752.021.929	57,2%	5.277.013.766
APE REPASSADORAS	925.577.268	1,3%	116.872.696
OUTROS	3.674.480.426	5,2%	636.799.729
TOTAL	71.270.369.975		12.000.000.000

*RCV - Relação de Créditos Validados

3 Conforme disposto na Resolução CCFCVS nº 447/2019, as instituições credoras das cinco matrículas priorizadas de cada grupo devem solicitar a abertura do processo de novação até o dia 15º dia útil do mês de dezembro de 2019 (20/12/2019), por meio do endereço eletrônico cecvs@caixa.gov.br, e todas as pendências impeditivas à novação deverão ser regularizadas até o 2º dia útil de fevereiro de 2020 (04/02/2020).

4 Esta circular Caixa entra em vigor na data de sua publicação.

EDILSON CARROGI RIBEIRO VIANNA
Diretor-Executivo

ANEXO I - CAIXA/EMGEA

ORDEM	CESSIONARIO	ORIGEM	NOME	ÍNDICE PRIORIDADE
1º	85047	00028	EMGEA / CAIXA / COHAB/PE	1,00000000
2º	85049	00001	EMGEA / CAIXA / COHAB/RS	1,00000000
3º	85050	00020	EMGEA / CAIXA / COHAB/SC	1,00000000
4º	85094	50132	EMGEA DELFIN	0,99047619
5º	85047	85047	EMGEA / CAIXA / COHAB/PE	0,95911602
6º	85037	51020	EMGEA / CAIXA / BANACRE	0,93814433
7º	85050	85050	EMGEA / CAIXA / COHAB/SC	0,93705623
8º	85056	00042	EMGEA / CAIXA / CDHU	0,93553114
9º	85054	51000	EMGEA / CAIXA / PARAIBAM	0,93467337
10º	85046	00017	EMGEA / CAIXA / COHAB/MT	0,91851852
11º	85048	85048	EMGEA / CAIXA / COHAB/RO	0,91346154
12º	85000	50173	EMGEA	0,90083530
13º	85000	50177	EMGEA	0,90083530
14º	85000	54420	EMGEA	0,90083530
15º	85060	50156	EMGEA/CAIXA/HABITASUL	0,89529590
16º	85000	50153	EMGEA	0,89350161
17º	85000	50140	EMGEA	0,88878710
18º	85058	85058	EMGEA / CAIXA / BEA	0,86948357
19º	99185	50010	CEF PRIMEIRA LINHA	0,86171340
20º	99185	52103	CEF PRIMEIRA LINHA	0,86171340
21º	85049	85049	EMGEA / CAIXA / COHAB/RS	0,86169648
22º	85056	85056	EMGEA / CAIXA / CDHU	0,86164623
23º	99185	50156	CEF PRIMEIRA LINHA	0,85816730
24º	85053	52101	EMGEA / CAIXA / MINAS CAIXA	0,85809988
25º	85000	52101	EMGEA	0,84212500
26º	85040	85040	EMGEA / CAIXA / BEC	0,83750000
27º	85036	50173	EMGEA / CAIXA / BAMERINDUS	0,83652430
28º	99185	53146	CEF PRIMEIRA LINHA	0,83036861
29º	85046	85046	EMGEA / CAIXA / COHAB/MT	0,81708449
30º	85000	00038	EMGEA	0,81324798
31º	85056	53167	EMGEA / CAIXA / CDHU	0,79000827
32º	85045	00013	EMGEA / CAIXA / COHAB/ES	0,76915799
33º	99185	85053	CEF PRIMEIRA LINHA	0,76647530
34º	85035	53132	EMGEA / CAIXA / APEPE	0,75000000
35º	85042	52103	EMGEA / CAIXA / CAIXEGO	0,74396135
36º	99185	85058	CEF PRIMEIRA LINHA	0,74195292
37º	85000	50158	EMGEA	0,74008373
38º	85054	85054	EMGEA / CAIXA / PARAIBAM	0,73786408
39º	85044	85044	EMGEA / CAIXA / COHAB/CE	0,73382255
40º	85057	85057	EMGEA / CAIXA / CEHOP - SE	0,72448980
41º	85058	53169	EMGEA / CAIXA / BEA	0,72222222
42º	85000	50424	EMGEA	0,70457361
43º	85034	85034	EMGEA / CAIXA / ECONOMICO	0,69405242
44º	85049	53150	EMGEA / CAIXA / COHAB/RS	0,68488520
45º	85037	53136	EMGEA / CAIXA / BANACRE	0,68156425
46º	85034	50158	EMGEA / CAIXA / ECONOMICO	0,67289248
47º	85050	53151	EMGEA / CAIXA / COHAB/SC	0,65432099
48º	99185	53164	CEF PRIMEIRA LINHA	0,64742769
49º	85036	53135	EMGEA / CAIXA / BAMERINDUS	0,64285714
50º	85000	85000	EMGEA	0,62939775
51º	85038	85038	EMGEA / CAIXA / BANDEPE	0,62500000
52º	99188	50169	CAIXA - CEDIDOS SOCILAR	0,62015504
53º	85037	85037	EMGEA / CAIXA / BANACRE	0,61333333
54º	99185	53136	CEF PRIMEIRA LINHA	0,61171340
55º	85058	43500	EMGEA / CAIXA / BEA	0,60377358
56º	85053	53163	EMGEA / CAIXA / MINAS CAIXA	0,59705718
57º	99185	53137	CEF PRIMEIRA LINHA	0,59570355
58º	85042	53142	EMGEA / CAIXA / CAIXEGO	0,59019608
59º	85055	85055	EMGEA / CAIXA / RONDONPOUP	0,58620690
60º	85045	85045	EMGEA / CAIXA / COHAB/ES	0,58397535
61º	99882	50188	EMGEA	0,57284768
62º	85047	53148	EMGEA / CAIXA / COHAB/PE	0,57142857
63º	85055	53165	EMGEA / CAIXA / RONDONPOUP	0,57142857
64º	99185	53149	CEF PRIMEIRA LINHA	0,55263883
65º	99185	85040	CEF PRIMEIRA LINHA	0,55002509
66º	99185	53143	CEF PRIMEIRA LINHA	0,54752990
67º	99186	90023	CAIXA - CEDIDOS PREVHAB	0,53671792
68º	85060	85060	EMGEA/CAIXA/HABITASUL	0,53462289
69º	85060	53131	EMGEA/CAIXA/HABITASUL	0,52898551
70º	85044	53145	EMGEA / CAIXA / COHAB/CE	0,52739726
71º	85043	85043	EMGEA / CAIXA / SULCAIXA	0,52456418
72º	99185	53135	CEF PRIMEIRA LINHA	0,50858593
73º	99185	53138	CEF PRIMEIRA LINHA	0,50248766
74º	85039	40491	EMGEA / CAIXA / BANORTE	0,50000000
75º	99185	53162	CEF PRIMEIRA LINHA	0,49810531
76º	85046	53147	EMGEA / CAIXA / COHAB/MT	0,48437500
77º	85035	85035	EMGEA / CAIXA / APEPE	0,47597598
78º	85042	85042	EMGEA / CAIXA / CAIXEGO	0,47554348
79º	99185	51175	CEF PRIMEIRA LINHA	0,46636456
80º	85036	85036	EMGEA / CAIXA / BAMERINDUS	0,46136492
81º	99185	85043	CEF PRIMEIRA LINHA	0,45996668
82º	99185	53140	CEF PRIMEIRA LINHA	0,43732777
83º	85052	85052	EMGEA / CAIXA / BANEB	0,43507973
84º	99185	70073	CEF PRIMEIRA LINHA	0,43239403
85º	99185	53147	CEF PRIMEIRA LINHA	0,42713396
86º	85043	53143	EMGEA / CAIXA / SULCAIXA	0,42424242
87º	99185	53139	CEF PRIMEIRA LINHA	0,42422769
88º	99185	53131	CEF PRIMEIRA LINHA	0,42171340
89º	85034	53139	EMGEA / CAIXA / ECONOMICO	0,40787090
90º	99185	85036	CEF PRIMEIRA LINHA	0,39001529
91º	85053	85053	EMGEA / CAIXA / MINAS CAIXA	0,38423735
92º	85054	53164	EMGEA / CAIXA / PARAIBAM	0,38418079
93º	99185	53141	CEF PRIMEIRA LINHA	0,37114736
94º	99185	85042	CEF PRIMEIRA LINHA	0,36171340
95º	99185	53165	CEF PRIMEIRA LINHA	0,32018516
96º	99185	53142	CEF PRIMEIRA LINHA	0,31840631
97º	85039	85039	EMGEA / CAIXA / BANORTE	0,31016043
98º	99185	99185	CEF PRIMEIRA LINHA	0,30314911
99º	99185	53169	CEF PRIMEIRA LINHA	0,26171340
100º	99185	40491	CEF PRIMEIRA LINHA	0,26148299
101º	99185	43496	CEF PRIMEIRA LINHA	0,24939456
102º	99185	85044	CEF PRIMEIRA LINHA	0,24559966
103º	85040	53140	EMGEA / CAIXA / BEC	0,24166667
104º	99185	50177	CEF PRIMEIRA LINHA	0,23726780
105º	85052	53162	EMGEA / CAIXA / BANEB	0,21506683
106º	85038	53137	EMGEA / CAIXA / BANDEPE	0,20809249
107º	99185	85037	CEF PRIMEIRA LINHA	0,19504673
108º	99185	50158	CEF PRIMEIRA LINHA	0,19231896
109º	85041	85041	EMGEA / CAIXA / BEM	0,17894737
110º	99185	50174	CEF PRIMEIRA LINHA	0,15832357
111º	99185	50165	CEF PRIMEIRA LINHA	0,14780264
112º	99185	00006	CEF PRIMEIRA LINHA	0,13828660
113º	99185	43500	CEF PRIMEIRA LINHA	0,13828660
114º	99185	53171	CEF PRIMEIRA LINHA	0,13828660
115º	99185	50440	CEF PRIMEIRA LINHA	0,12833635
116º	99185	50436	CEF PRIMEIRA LINHA	0,12382609
117º	99185	50169	CEF PRIMEIRA LINHA	0,11581469
118º	99185	54419	CEF PRIMEIRA LINHA	0,11537909
119º	99185	50140	CEF PRIMEIRA LINHA	0,11397569
120º	99185	50131	CEF PRIMEIRA LINHA	0,11337303
121º	99185	50150	CEF PRIMEIRA LINHA	0,11303408
122º	99185	50188	CEF PRIMEIRA LINHA	0,11196428
123º	99185	50136	CEF PRIMEIRA LINHA	0,11085952
124º	99185	50027	CEF PRIMEIRA LINHA	0,10648813
125º	99185	50173	CEF PRIMEIRA LINHA	0,10241790
126º	85039	53138	EMGEA / CAIXA / BANORTE	0,09278351
127º	99185	85038	CEF PRIMEIRA LINHA	0,08965458
128º	99185	50035	CEF PRIMEIRA LINHA	0,07888066
129º	99185	53151	CEF PRIMEIRA LINHA	0,06671423
130º	99185	00018	CEF PRIMEIRA LINHA	0,06307908
131º	99185	53167	CEF PRIMEIRA LINHA	0,06171340
132º	85000	99185	EMGEA	0,05786009
133º	99185	50007	CEF PRIMEIRA LINHA	0,04445282
134º	99185	51017	CEF PRIMEIRA LINHA	0,04202992
135º	99185	85045	CEF PRIMEIRA LINHA	0,04190106
136º	99185	53163	CEF PRIMEIRA LINHA	0,04042062
137º	99185	00028	CEF PRIMEIRA LINHA	0,03927670
138º	99185	53148	CEF PRIMEIRA LINHA	0,03652640
139º	99185	54416	CEF PRIMEIRA LINHA	0,02928186
140º	99185	50424	CEF PRIMEIRA LINHA	0,02673282
141º	99185	53150	CEF PRIMEIRA LINHA	0,02630293
142º	99185	53132	CEF PRIMEIRA LINHA	0,02231946
143º	99185	85000	CEF PRIMEIRA LINHA	0,01747029
144º	99185	51004	CEF PRIMEIRA LINHA	0,01328660

145º	99185	50430	CEF PRIMEIRA LINHA	0,01232915
146º	99185	50163	CEF PRIMEIRA LINHA	0,00582643
147º	99185	50431	CEF PRIMEIRA LINHA	0,00560847
148º	99185	54420	CEF PRIMEIRA LINHA	0,00516972
149º	99185	52104	CEF PRIMEIRA LINHA	0,00273904
150º	99185	53145	CEF PRIMEIRA LINHA	0,00244230
151º	99185	50145	CEF PRIMEIRA LINHA	0,00192296
152º	85048	53149	EMGEA / CAIXA / COHAB/RO	0,00000000

ANEXO II - Fundos do SFH (FGTS, FGDLI/FGC)

ORDEM	CESSIONARIO	ORIGEM	NOME	ÍNDICE PRIORIDADE
1º	99385	43086	FGC/FGDLI	0,97272151
2º	99385	50149	FGC/FGDLI	0,97272151
3º	99385	50176	FGC/FGDLI	0,97194751
4º	99385	50132	FGC/FGDLI	0,97100329
5º	99385	22001	FGC/FGDLI	0,96557865
6º	99285	00022	FGTS	0,95340864
7º	99285	50169	FGTS	0,95228258
8º	99285	50136	FGTS	0,94142250
9º	99285	50436	FGTS	0,93540913
10º	99285	00039	FGTS	0,91499393
11º	99385	50156	FGC/FGDLI	0,90656374
12º	99285	50424	FGTS	0,88991266
13º	99385	50188	FGC/FGDLI	0,88895187
14º	99285	50163	FGTS	0,86377109
15º	99285	50145	FGTS	0,85050098
16º	99385	50142	FGC/FGDLI	0,82986436
17º	99385	50165	FGC/FGDLI	0,82771209
18º	99285	50132	FGTS	0,82328217
19º	99285	50140	FGTS	0,79891537
20º	99385	50145	FGC/FGDLI	0,73078602
21º	99385	50150	FGC/FGDLI	0,71817605
22º	99285	50156	FGTS	0,71350200
23º	99285	54416	FGTS	0,70100053
24º	99881	50188	FGTS - CEDIDOS PELO BRJ	0,70000000
25º	99385	50153	FGC/FGDLI	0,67094636
26º	99285	50131	FGTS	0,63433386
27º	99285	70828	FGTS	0,63433386
28º	99385	50177	FGC/FGDLI	0,60908514
29º	99385	50140	FGC/FGDLI	0,58874360
30º	99385	50167	FGC/FGDLI	0,54018182
31º	99285	50188	FGTS	0,52981376
32º	99285	54420	FGTS	0,50612873
33º	90577	52103	GP FIDIC/CAIXEGO	0,50000000
34º	99285	99185	FGTS	0,44486713
35º	99285	50177	FGTS	0,42083940
36º	78014	53131	FGTS/HABITASUL	0,35220838
37º	99385	50174	FGC/FGDLI	0,34527052
38º	99285	54419	FGTS	0,34429057
39º	99285	50430	FGTS	0,25543698
40º	99285	50431	FGTS	0,17819351
41º	99385	50163	FGC/FGDLI	0,17272151

ORDEM	CESSIONARIO	ORIGEM	NOME	ÍNDICE PRIORIDADE
42º	99285	53131	FGTS	0,15773055
43º	99385	99185	FGC/FGDLI	0,06938231
44º	99285	53132	FGTS	0,02029877
45º	99285	50024	FGTS	0,00516719

ANEXO III - COHABs

ORDEM	CESSIONARIO	ORIGEM	NOME	ÍNDICE PRIORIDADE
1º	00040	00040	AGENCIA GOIANA DE HABITACAO - AGH	0,98841382
2º	00027	00027	COHAB POP BAURU	0,98571046
3º	00014	00014	EMGERPI- EX-COHAB/PI	0,97622453
4º	00028	00028	COHAB POP EST PERNAMBUCO	0,96776584
5º	00006	00006	COHAB CEARA	0,96147362
6º	00003	00003	COHAB BAIXADA SANTISTA	0,93977695
7º	00020	00020	COHAB EST SANTA CATARINA	0,93750000
8º	00043	00043	CIA REGIONAL HABITACOES INTERESSE SOCIAL CRHIS	0,92950449
9º	00039	00039	COHAB RIBEIRAO PRETO	0,92913963
10º	00029	00029	CODHAB/DF CIA. DESENVOLVIMENTO HAB. - EX IDHAB	0,89567402
11º	00009	00009	COHAB POP CURITIBA	0,89302508
12º	00001	00001	COHAB RIO GRANDE SUL	0,88604771
13º	00037	00037	COHAB LONDRINA	0,88142271
14º	00024	00024	CIA METROPOLITANA HAB SAO PAULO	0,87518988
15º	00007	00007	COMPANHIA DE HABITACAO DO ESTADO DO PARA	0,86280786
16º	00038	00038	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE HABITACAO	0,81585366
17º	00045	00045	CIA HABITACAO POP DE RONDONIA COHAB RONDONIA	0,79179811
18º	00016	00016	COHAB EST MINAS GERAIS	0,78725676
19º	00041	00041	CIA DESENV HABITACIONAL EST SAO PAULO CDH	0,78035714
20º	00030	00030	DATANORTE-INCORPORAÇÃO COHAB/RN	0,75941837
21º	00018	00018	DEHOP - DEPARTAMENTO DE HABITACAO E OBRAS PUBLICAS	0,74882075
22º	00012	00012	URBIS HAB URBAN BAHIA	0,74498151
23º	00008	00008	COHAB POP CAMPINAS	0,74466369
24º	00023	00023	COHAB ALAGOAS	0,68985976
25º	00015	00015	SOC HAB EST AMAZONAS SHAM	0,65253968
26º	00022	00022	COHAB VOLTA REDONDA	0,58768407
27º	00042	00042	AGEHAB - AGENCIA DE HABITACAO POPULAR DO MS/CDHU	0,53560372
28º	00031	00031	COHAB/MA - EMAHRP	0,51684453
29º	00033	00033	COHAPAR COHAB PARANA	0,50850950
30º	00034	00034	COHAB POP BANDEIRANTE	0,45072160
31º	00035	00035	COHAB ACRE	0,43413007
32º	00004	00004	CIA ESTL HAB RJ CEHAB RJ	0,40928854
33º	00046	00046	COMPANHIA MUNICIPAL HABITACAO - COHAB SALVADOR	0,26271186
34º	00017	00017	COHAB POP EST MATO GROSSO	0,01985040

ORDEM	CESSIONARIO	ORIGEM	NOME	ÍNDICE PRIORIDADE
35º	00013	00013	COHAB ESPIRITO SANTO	0,00000000
36º	00017	53147	COHAB POP EST MATO GROSSO	0,00000000
37º	00044	00044	CIA FLUMINENSE DE HABITACAO	0,00000000
38º	72007	72007	CIA DES DE RORAIMA CODESAIMA	0,00000000

ANEXO IV - Bancos Privados

ORDEM	CESSIONARIO	ORIGEM	NOME	ÍNDICE PRIORIDADE
1º	50141	00026	BRADESCO S/A CRED IMOB	1,00000000
2º	50141	70084	BRADESCO S/A CRED IMOB	1,00000000
3º	51017	51017	BANCO SANTANDER MERIDIONAL S.A.	1,00000000
4º	50016	00012	BCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A CRED IMOB POUPANCA	0,99989095
5º	50186	22002	BANCO ITAU S/A	0,98175666
6º	50186	52101	BANCO ITAU S/A	0,98175666
7º	40024	40024	BANCO SUDAMERIS BRASIL SA	0,96551724
8º	50141	50035	BRADESCO S/A CRED IMOB	0,94888179
9º	50141	43521	BRADESCO S/A CRED IMOB	0,94736842
10º	50141	93101	BRADESCO S/A CRED IMOB	0,93333333
11º	50141	00012	BRADESCO S/A CRED IMOB	0,92592593
12º	50141	50163	BRADESCO S/A CRED IMOB	0,91639871
13º	50186	90586	BANCO ITAU S/A	0,91032809
14º	50141	50141	BRADESCO S/A CRED IMOB	0,87640449
15º	50142	50142	ITAÚ/UNIBANCO	0,08618176
16º	50137	52101	BANCO REAL S/A	0,85291523
17º	50147	50147	BANCO SAFRA S/A	0,85289592
18º	50137	50137	BANCO REAL S/A	0,83278008
19º	22000	22000	BANCO UBS PACTUAL/PREVISUL	0,82758621
20º	50013	50013	BANCO DE CREDITO NACIONAL S/A	0,80123544
21º	50141	70080	BRADESCO S/A CRED IMOB	0,80000000
22º	50048	50048	BANCO SANTANDER BRASIL S/A	0,77613468
23º	50141	43496	BRADESCO S/A CRED IMOB	0,75000000
24º	50186	00012	BANCO ITAU S/A	0,71252589
25º	50186	50163	BANCO ITAU S/A	0,69940372
26º	52126	52126	BANCO DO BRASIL/NOSSACAIXA	0,67761807
27º	50160	50160	BANCO MERCANTIL FINASA S/A - SAO PAULO	0,64426238
28º	40139	50188	BANCO PACTUAL SA	0,41891892
29º	50186	50186	BANCO ITAU S/A	0,35675666
30º	50176	50176	UNICARD BANCO MULTIPLO S.A/BANCO BANDEIRANTES	0,33683508
31º	22001	22001	BANCO ITAU/BANESTADO	0,21981982
32º	50149	50149	BANCO ITAU S/A	0,17108434
33º	51173	51173	BANCO DO BRASIL/BESC S/A CRED IMOB	0,14408519
34º	43086	43086	BANCO ITAU/BANESTADO	0,11515243

ANEXO V - Entes Públicos

ORDEM	CESSIONARIO	ORIGEM	NOME	ÍNDICE PRIORIDADE
1º	43026	43026	BANCO DO ESTADO DE MINAS GERAIS S/A	1,00000000
2º	99486	50153	BACEN - FGDLI - ECONOMISA	1,00000000
3º	70084	70084	FUNDO CUSTEIO PREV SOC SERV PUBL EST BA _ FUNPREV	0,99277978
4º	43497	43521	BRB BANCO DE BRASILIA S/A	0,98701338
5º	43496	43496	BANCO DO ESTADO DA BAHIA S/A	0,97039624
6º	70830	70830	INSTITUTO DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA EST PIAUI	0,96250000
7º	99485	51017	B A C E N	0,95628532
8º	51005	51005	BANCO DO ESTADO DO PARA S/A	0,95256722
9º	90409	90409	CART HIPOT IMOB CLUBE NAVAL	0,94044419
10º	70086	70086	INST PAG ESP SP (EX INST PREV EST SP) - IPESP	0,92646803
11º	70827	70827	INST DE PREV DO EST DO RIO G NORTE	0,90931967
12º	51001	51001	BANESE CRED IMOB S/A	0,85927933
13º	43500	43500	BANCO DO ESTADO DO AMAZONAS S/A	0,83284673
14º	70071	70071	INST PREVID EST CE - IPEC	0,83238124
15º	70837	70837	INST MUN DE ASSIST SAUDE FUNCIONALISMO - IMASF	0,81944444
16º	90023	90023	ASSOC DE PREVIDENCIA DOS EMPREGADOS DO BNH PREVHAB	0,81250000
17º	90046	90046	FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO	0,77240664
18º	51176	51176	GOVERNO DO ESTADO DO CEARA/BEC	0,74505018
19º	43466	52104	BANCO ESTADO RIO GRANDE DO SUL S/A BANCO MULTIPLO	0,74205084
20º	90075	90075	CX DE FINANCIAMENTO IMOB DA AERONAUTICA CFIAE	0,69777514
21º	43451	43451	BANCO DA AMAZONIA S/A - BASA	0,69508197
22º	99485	99185	B A C E N	0,67609590
23º	43497	43497	BRB BANCO DE BRASILIA S/A	0,67100506
24º	43110	43110	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A	0,66840369
25º	43485	43485	BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO S/A	0,63231031

26º	70075	70075	INST PREVID SERVD EST PE IPSEP	0,62480935
27º	90404	90404	CART HIPOT IMOB CLUBE MIL	0,61160183
29º	70081	70081	INST DE PREVID E ASSIST DOS SERVD DO ESTADO PARA	0,54350736
30º	43466	43466	BANCO ESTADO RIO GRANDE DO SUL S/A BANCO MULTIPLO	0,53056982
31º	90402	90402	CX CONST CASAS P/PESSOAL MINISTERIO MAR	0,45916931

ORDEM	CESSIONARIO	ORIGEM	NOME	ÍNDICE PRIORIDADE
32º	43091	43091	BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S/A	0,44106640
33º	70835	70835	INST PREVID MUN FORTALEZA - IPM	0,26967375
34º	70001	70001	EMP DE GESTÃO DE RH E PAT EGRHP/MS - EX PREVISUL	0,15582688
35º	70079	70079	INST PREVID MUNL SAO PAULO IPREM	0,12156863
36º	43466	70073	BANCO ESTADO RIO GRANDE DO SUL S/A BANCO MULTIPLO	0,08711909
37º	43521	43521	BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A	0,07692308
38º	70073	70073	INST PREVID EST RS	0,00738907
39º	70828	70828	INST PREVID ASSIST SERVID EST AL	0,00340935
40º	51004	51004	BEM CREDITO IMOBILIARIO S/A	0,00000000
41º	51175	51175	EX BANDEPE CRED IMOB AT BCO EST PE CART CRED IMOB	0,00000000
42º	70078	70078	INST BENEF ASSIST SERVD MUNL NITEROI RJ-IBASM	0,00000000
43º	70083	70083	INST PREVID EST SC	0,00000000
44º	70825	70825	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	0,00000000
45º	70826	70826	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO MARANHAO IPEM	0,00000000
46º	71698	71698	GOVERNO DO ESTADO DO AMAPA	0,00000000

ANEXO VI - Instituições em Regime Especial - Liquidandas

ORDEM	CESSIONARIO	ORIGEM	NOME	ÍNDICE PRIORIDADE
1º	90052	90052	CEPLUS INST CEPLAC DE SEGURIDADE SOCIAL	0,99697047
2º	40491	43086	BANCO BANORTE S/A	0,99395770
3º	40491	50176	BANCO BANORTE S/A	0,99395770
4º	40491	50186	BANCO BANORTE S/A	0,99395770
5º	50189	52126	ECONOMICO - NOSSA CAIXA NOSSO BANCO	0,99177364
6º	40491	50142	BANCO BANORTE S/A	0,98215829
7º	40491	50149	BANCO BANORTE S/A	0,98097069
8º	40069	40069	AGROBANCO-BANCO COMERCIAL S/A EM L. ORDINARIA	0,96774194
9º	40491	22001	BANCO BANORTE S/A	0,96764191
10º	52103	85042	CAIXA E. DO ESTADO DE GOIAS EM LIQ. EXTRAJUDICIAL	0,96746157
11º	52101	52101	CX ECON EST MINAS GERAIS	0,92952887
12º	51177	51177	PRODUBAN CRED IMOB S/A	0,92324758
13º	50157	50176	BANCO NACIONAL S/A	0,91732129
14º	50157	52101	BANCO NACIONAL S/A	0,91732129
15º	50157	52103	BANCO NACIONAL S/A	0,91732129
16º	50157	93100	BANCO NACIONAL S/A	0,91732129
17º	50157	50013	BANCO NACIONAL S/A	0,91665933
18º	50157	22002	BANCO NACIONAL S/A	0,91621357
19º	50157	90586	BANCO NACIONAL S/A	0,91597811
20º	50184	50165	BANCO ECONOMICO - COMIND	0,91580756
21º	50157	50186	BANCO NACIONAL S/A	0,91527630
22º	50157	50142	BANCO NACIONAL S/A	0,91514738
23º	50157	50160	BANCO NACIONAL S/A	0,91315896
24º	50157	43086	BANCO NACIONAL S/A	0,91288342
25º	50157	22001	BANCO NACIONAL S/A	0,91275117
26º	50157	50149	BANCO NACIONAL S/A	0,91038706
27º	50157	50141	BANCO NACIONAL S/A	0,91014434
28º	50157	50430	BANCO NACIONAL S/A	0,90854936
29º	50157	93101	BANCO NACIONAL S/A	0,90435449
30º	50157	70080	BANCO NACIONAL S/A	0,89191713
31º	50157	70084	BANCO NACIONAL S/A	0,89117750
32º	50001	00028	ECONOMICO - COHAB/PE	0,87041467
33º	51002	51002	BANDERN CREDITO IMOBIL S/A EM LIQ EXTRAJUDICIAL	0,85372698
34º	50157	50137	BANCO NACIONAL S/A	0,84974163
35º	50157	50157	BANCO NACIONAL S/A	0,83712897
36º	52103	52103	CAIXA E. DO ESTADO DE GOIAS EM LIQ. EXTRAJUDICIAL	0,83412823

ORDEM	CESSIONARIO	ORIGEM	NOME	ÍNDICE PRIORIDADE
37º	50157	43496	BANCO NACIONAL S/A	0,82764738
38º	40022	40022	BBC-ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A - LIQ.ORD.	0,82100761
39º	50151	51175	ECONOMICO - BANDEPE	0,82005900
40º	50157	00026	BANCO NACIONAL S/A	0,79932302
41º	50157	51175	BANCO NACIONAL S/A	0,76586144
42º	50157	54420	BANCO NACIONAL S/A	0,75648213
43º	50157	50163	BANCO NACIONAL S/A	0,75018777
44º	50173	50173	BAMERINDUS DO BRASIL S/A	0,74540279
45º	50157	00012	BANCO NACIONAL S/A	0,68655532
46º	43482	43482	BANDERN S/A	0,67534813
47º	52104	52104	CX ECON ESTL RIO GRANDE DO SUL	0,66989013
48º	50157	70083	BANCO NACIONAL S/A	0,58398796
49º	50169	50169	SOCILAR CRED IMOB S/A EM LIQ ORDINARIA	0,51861252
50º	54400	54400	ARUAQUE - APE DO ACRE. EM LIQUIDACAO ORDINARIA	0,50000000
51º	50157	53142	BANCO NACIONAL S/A	0,45578283
52º	51006	51006	RONDONIA CREDITO IMOBILIARIO S.A. RONDONPOUP	0,44791667
53º	50158	50158	BANCO ECONOMICO S/A	0,43222971
54º	52103	53142	CAIXA E. DO ESTADO DE GOIAS EM LIQ. EXTRAJUDICIAL	0,39603299
55º	43514	43514	BANCO DO ESTADO DO PIAUI S/A	0,27009415
56º	51000	51000	PARAIBAN CRED IMOB S/A EM LIQ EXTRAJUDICIAL S/A	0,03030303
57º	40491	40491	BANCO BANORTE S/A	0,02904542
58º	52104	53143	CX ECON ESTL RIO GRANDE DO SUL	0,02205300
59º	52104	85043	CX ECON ESTL RIO GRANDE DO SUL	0,02205300
60º	40517	40517	BANCO DO PROGRESSO SA	0,00000000

ANEXO VII - Sociedades de Crédito Imobiliário (SCI), Associações de Poupança e Empréstimo (APE) e Repassadoras

ORDEM	CESSIONARIO	ORIGEM	NOME	ÍNDICE PRIORIDADE
1º	50035	50035	FAMILIA PAULISTA CREDITO IMOBILIARIO S/A	1,00000000
2º	50167	50167	TRADICAO S/A CRED IMOB	1,00000000
3º	50424	54433	DOMUS COMPANHIA HIPOTECARIA	1,00000000
4º	50431	50163	CHB/APERN S/A CRED IMOB	1,00000000
5º	50431	50440	CHB/APERN S/A CRED IMOB	1,00000000
6º	50131	54433	MORADA S/A CREDITO IMOBILIARIO	0,99695900
7º	50436	50436	APEMAT CREDITO IMOBILIARIO S/A	0,97560976
8º	50163	50163	LARCKY - SOC. DE CREDITO IMOBILIARIO S/A	0,94082840
9º	50166	50166	TERRA CIA DE CRED IMOBILIARIO	0,92712067
10º	50153	50153	ECONOMISA	0,90462203
11º	50430	50430	FIN HAB CRED IMOB S/A	0,88235294
12º	50431	50431	CHB/APERN S/A CRED IMOB	0,85714286
15º	50150	50150	TABAJARA S/A CRED IMOB	0,77777778
17º	50188	50188	BANCO BRJ S/A	0,68666667
18º	50145	50145	LETRA S/A CRED IMOB	0,62485066
19º	54433	54433	VIVENDA ASSOCIACAO DE POUPANCA E EMPRESTIMO	0,59310604
20º	50174	50174	TRADICAO S/A (EX TROPICAL CIA CRED IMOB)	0,50000000
22º	50136	50136	URBANIZADORA CONTINENTAL S/A	0,43093923
23º	54999	54999	APE POUPEX	0,24082714
25º	50131	50131	MORADA S/A CREDITO IMOBILIARIO	0,10291926
26º	50424	50424	DOMUS COMPANHIA HIPOTECARIA	0,00000000

ANEXO VIII - Outros

ORDEM	CESSIONARIO	ORIGEM	NOME	ÍNDICE PRIORIDADE
1º	77895	77895	ADM DELTA SERVICOS E NEGOCIOS LTDA	1,00000000
2º	90570	77895	ASM/ADM DELTA	1,00000000
3º	90572	52101	GP FIDCRECUPERARE/NB2/GRAÇA/ BOP/URBIS /MGI/ IPREV	1,00000000
4º	90581	70828	GP FUNDO INVEST DIREITOS CRED FCVS 2/IPASEAL	1,00000000
5º	90583	00012	GP FUNDO INVEST DIREITOS CRED/EST.BA	1,00000000
6º	90586	70083	GP FIDC RECUPERARE/NB2/GRAÇA/BOP/ URBIS/ MGI/IPREV	1,00000000
7º	90586	90586	GP FIDC RECUPERARE/NB2/GRAÇA/BOP/ URBIS/ MGI/IPREV	1,00000000
8º	90573	00012	GP FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS 1	0,99989327
9º	90574	00012	GP FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS 2	0,99981985
10º	99187	90609	PFN/SP/USIMINAS	0,99782609
11º	90571	43521	TETTO HABITACAO	0,95478261
12º	90056	90056	COMPANHIA VALE DO RIO DOCE	0,95075090
13º	90421	90569	FM2 - FUNDO DE INV MULTIMERCADO/ ASM/BERJ	0,94117647
14º	90584	52101	GP FUNDO INVEST DIREITOS CRED/EST MG	0,93125000
15º	57006	90569	AIMORES/ASM/BERJ	0,91666667
16º	90582	00012	GP AETATIS II FUNDO INVEST EM DIREITOS CRED IMOB	0,90000000
17º	90401	43521	FM1-FUNDO DE INV MULTIMERCADO/ ASM/BERJ	0,89662338
18º	90569	90569	ASM/BERJ	0,89473684
19º	90585	50169	VS ADM DE CARTEIRAS DE TITULOS E VAL MOB LTDA	0,89345119
20º	90576	90576	FGC-LETRA	0,89185185
21º	90579	51175	GP FUNDO INVEST DIREITOS CRED. FCVS/ CS PART. LTDA	0,72413793
22º	90569	43521	ASM/BERJ	0,71437253
23º	90421	43521	FM2 - FUNDO DE INV MULTIMERCADO/ ASM/BERJ	0,69565217
24º	51182	90569	VISION/CEHAP/IPEPB	0,50000000
25º	90580	43514	GP FUNDO INVEST DIREITOS CRED/BEP	0,50000000
26º	90609	90609	USINAS SIDERURGICA MG S/A USIMINAS GPO SIDEBRAS	0,43613707
27º	99127	50140	ADVOCEF	0,33333333
28º	90053	90053	SERPROS INSTITUTO SERPRO SEGURIDADE SOCIAL	0,00000000

Ministério da Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Conjunta nº 112, de 1/11/2019, publicada no DOU de 03/12/2019, Seção 1, página 34, onde se lê: "Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino e Extensão e Inovação - Fadex", leia-se: "Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação - Fadex" e onde se lê: "Instituto Federal do Piauí - IFPI", leia-se: "Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - UFPI", conforme Processo nº 23000.022271/2019-30.

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União nº 237, de 9 de dezembro de 2019, Seção 1, página 32, na Portaria MEC nº 564, de 6 de dezembro de 2019, onde se lê: "ATAÍDE ALVES" leia-se: "RICARDO BRAGA".

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA/SEI Nº 1.913, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2019

O Coordenador de Alocação e Movimentação de Pessoas da Universidade Federal de Juiz de Fora, no exercício da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, e no uso das atribuições que lhe são conferidas, resolve:

Art. 1º HOMOLOGAR e tornar público o resultado do processo seletivo simplificado para contratação temporária de Professor Substituto, conforme abaixo discriminado:

1 - Edital nº 151/2019 - GRST/CAMP/PROGEPE - Seleção de Professor Substituto

1.1 - FACULDADE DE MEDICINA

1.1.1 - Seleção 98: Departamento Materno-Infantil - Processo nº 23071.018226/2019-47 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	MAÍRA LORENZO DE SÁ E CAMARGO	8,50

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL LUCAS DA SILVA SANTOS

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria N° 500, de 06.12.2019, publicada no DOU de 09.12.2019, Seção 1, página 32, onde se lê: "Alterar a nomenclatura da unidade, de Biblioteca Setorial do Campus da Liberdade para Biblioteca Setorial do Campus das Auroras; permanecendo a atribuição de função gratificada, FG-02; e a vinculação à Diretoria do Sistema de Bibliotecas da Unilab" leia-se: "Alterar a nomenclatura da unidade, de Biblioteca Setorial do Campus da Liberdade para Biblioteca Setorial do Campus das Auroras e a vinculação à Diretoria do Sistema de Bibliotecas da Unilab"

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

CORREGEDORIA-SECCIONAL

DECISÃO Nº 5, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019

No exercício das atribuições a mim conferidas pela Portaria da Reitoria nº 183, de 26 de março de 2018, publicada no Boletim de Serviço n° 734, de 27 de março de 2018, no seu Art. 2º, inciso II, ADOTO como fundamento deste julgamento as conclusões contidas no Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização nº 23006.002101/2018-06, bem como nas conclusões e recomendações exaradas pela Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal do ABC - Divisão de Consultoria Jurídica, consoante o Parecer nº 00313/2019/DCJ/PFUFABC/PGF/AGU, desta Universidade Federal do ABC.

Em vista do exposto, após a conclusão do apuratório administrativo, tendo sido observados os preceitos do contraditório e da ampla defesa, não tendo sido constatada a responsabilidade administrativa da pessoa jurídica contratada, com fulcro no artigo 8º, § 1º, da Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, e no artigo 30, inciso III, da Instrução Normativa - IN nº 13, da CGU, Controladoria-Geral da União, de 08 de agosto de 2019, DECIDO pelo arquivamento do processo administrativo de responsabilização nº 23006.002101/2018-06, absolvendo a pessoa jurídica MPD Engenharia LTDA, inscrita no CNPJ nº 50.765.288/0001-63, haja vista que não restou caracterizada a prática de atos típicos capitulados nas vedações constantes do artigo 5º Lei nº 12.846/2013. Ato contínuo, determino a extinção do processo administrativo de responsabilização, com fundamento no artigo 52 da Lei nº 9784/99, considerando que foi exaurida a finalidade apuratória do procedimento.

SILVIO WENCESLAU ALVES DA SILVA
Corregedor-seccional

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 1.601, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.023714/2019-32; resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Computação/Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, objeto do Edital nº. 009/2019, publicado no D.O.U. em 24/05/2019, e publicado no Correio de Sergipe em 25/05/2019, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Hardware
Disciplinas	Fundamentos de Sistemas Digitais; Fundamentos de Sistemas Embarcados; Prática em Sistemas Digitais; Arquitetura de Computadores; Interface Hardware/Software; e Sistemas Operacionais.
Cargo/Nível	Professor Adjunto-A - Nível I
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Resultado Final	
Ampla Concorrência	1º LUGAR: RAFAEL OLIVEIRA VASCONCELOS - 78,52 2º LUGAR: RODOLFO BOTTO DE BARROS GARCIA - 63,21
Cotas (Lei nº 12.990/14)	Nenhum candidato aprovado
Cotas (Decreto nº 3.298/99)	Nenhum candidato aprovado

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

PORTARIA Nº 1.602, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.024517/2019-31; resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Fonoaudiologia/Campus Universitário Prof. Antônio Garcia Filho, objeto do Edital nº. 009/2019, publicado no D.O.U. em 24/05/2019, e publicado no Correio de Sergipe em 25/05/2019, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Fonoaudiologia
Disciplinas	II e III Ciclos de Fonoaudiologia - Foco: VOZ - Sessões tutoriais, Práticas de habilidades, Seminários, Prática de Ensino na Comunidade, Trabalho de Conclusão de Curso e Tópicos Especiais.
Cargo/Nível	Professor Assistente-A - Nível I
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Resultado Final	
Ampla Concorrência	1º LUGAR: VANESSA VEIS RIBEIRO - 93,07 2º LUGAR: ALINE FERREIRA DE BRITO MOTA - 79,49 3º LUGAR: JOÃO CARLOS LOPES DA CONCEIÇÃO - 69,57
Cotas (Lei nº 12.990/14)	Nenhum candidato aprovado
Cotas (Decreto nº 3.298/99)	Nenhum candidato aprovado

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

Ministério da Infraestrutura

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

PORTARIA Nº 3.766, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 16 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e 35, inciso II, do Anexo I do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, na Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, e considerando o que consta do processo nº 00058.032509/2018-93, deliberado e aprovado na 6ª Reunião Administrativa da Diretoria Colegiada, realizada em 3 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Tornar público o resultado das metas globais referentes ao 10º ciclo de avaliação de desempenho institucional, relativo ao período de 1º de novembro de 2018 a 31 de outubro de 2019, conforme disposto na tabela abaixo:

Metas Globais	Previsto	Realizado	Resultado Final
M1) Cumprir 80% das atividades de vigilância continuada e ação fiscal programadas	80%	92,9%	100%
M2) Concluir 80% dos processos de certificação nos prazos e quantidade definidos	80%	100%	100%
M3) Cumprir 80% da meta intermediária relativa à Agenda Regulatória	80%	100%	100%

Art. 2º O resultado da avaliação de cumprimento das metas de desempenho institucional, denominado Índice de Desempenho Institucional Médio - IDIM, é aferido com base na média aritmética dos índices de desempenho das metas globais. Conforme os resultados apresentados, tem-se que:

IDIM = (M1 + M2 + M3)/3 = (100 + 100 + 100)/3 = 100

Art. 3º Nos termos da Instrução Normativa nº 73, de 3 de setembro de 2013, o resultado da avaliação de cumprimento das metas de desempenho institucional servirá para o cálculo do valor da Gratificação de Desempenho dos Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras - GDPCAR, referente ao Quadro Permanente Específico.

Art. 4º O grau de alcance detalhado de cada meta global será disponibilizado no Portal da ANAC na internet.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ

PORTARIA Nº 3.767, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 16 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e 35, inciso II, do Anexo I do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, na Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, e considerando o que consta do processo nº 00058.032509/2018-93, deliberado e aprovado na 6ª Reunião Administrativa da Diretoria, realizada em 3 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Tornar público o resultado das metas intermediárias de desempenho institucional da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC referente ao 10º ciclo de avaliação de desempenho institucional, relativo ao período de 1º de novembro de 2018 a 31 de outubro de 2019, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ

ANEXO

METAS INTERMEDIÁRIAS - 10º CICLO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

Certificação	Meta	Apurado	Status
1. Percentual de processos de licenças e habilitações com análise concluída em até 30 dias	80%	98,7%	100%
2. Tempo médio de emissão do primeiro Certificado de Aeronavegabilidade - CA	8	4,83	100%

3 Percentual de solicitações de autorização prévia de construção / autorização prévia de modificação de características físicas de aeródromos públicos respondidos em até 60 dias	90%	100%	100%
4. Percentual de emissão de Certificado Operacional de Aeroporto em até 120 dias	100%	100%	100%
Fiscalização	Meta	Apurado	Status
7. Percentual de cumprimento das atividades de vigilância continuada e ação fiscal programadas da SFI	100%	100%	100%
8. Percentual de cumprimento das atividades de vigilância continuada e ação fiscal programadas da SAR	100%	100%	100%
9. Percentual de cumprimento das atividades de vigilância continuada e ação fiscal programadas da SPO	100%	95,0%	95,0%
10. Percentual de cumprimento das atividades de vigilância continuada e ação fiscal programadas da SIA	100%	94,9%	94,9%
11. Percentual de cumprimento das atividades de vigilância continuada e ação fiscal programadas da SAS	100%	100%	100%
12. Percentual de cumprimento das atividades de vigilância continuada e ação fiscal programadas da SRA	100%	67,7%	67,7%
Regulamentação	Meta	Apurado	Status
13. Percentual de cumprimento do programado na Agenda Regulatória	50%	73,0%	100%

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 3.793, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

Aprova a petição de Nível Equivalente de Segurança Operacional ao parágrafo 154.207(d) do RBAC nº 154, Emenda 06, para o Aeroporto Bartolomeu Gusmão, localizado em Araraquara/SP (código CIAD: SP0012).

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33, incisos VII e XVII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na seção 139.503 do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil n° 139 (RBAC n° 139), Emenda n° 05, e no art. 15 da Instrução Normativa n° 107, de 21 de outubro de 2016, e

CONSIDERANDO a relevância da disponibilização do serviço público prestado e da segurança das operações aéreas e aeroportuárias;

CONSIDERANDO o Ofício DAESP DOA Nº 57/2019, de 03 de outubro de 2019, que peticiona Nível Equivalente de Segurança Operacional ao parágrafo 154.207 (d) do RBAC nº 154, Emenda 06, para o Aeroporto de Araraquara/SP, no que se refere a objetos na faixa de pista de pouso e decolagem; e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 00058.038775/2019-19, resolve:

Art. 1º Aprovar, conforme peticionado pelo operador do Aeroporto Bartolomeu Gusmão, localizado em Araraquara/SP (código OACI: SBAQ), o Nível Equivalente de Segurança Operacional relativo ao requisito 154.207(d) do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 154, Emenda 06, para operação da aeronave ATR-72, devido à existência de obstáculos na faixa de pista de pouso e decolagem 17/35.

Parágrafo único. O Nível Equivalente de Segurança Operacional aprovado nos termos do caput fica condicionado à execução das seguintes medidas operacionais:

I - permitida a operação da aeronave ATR-72 apenas em Condições Meteorológicas de Voo Visual (VMC); e

II - avaliação contínua da eficácia das medidas propostas, de forma a garantir a manutenção do Nível Equivalente de Segurança Operacional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 3.658, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1 da Portaria nº 2748, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.049245/2019-07, resolve:

Art. 1º Considerar inscrito no cadastro e aberto ao tráfego aéreo o heliponto privado abaixo, com as seguintes características:

I - Nome da plataforma/embarcação e sigla: PETROBRAS 63 (9PHD);

II - Indicativo de chamada: V7AV5;

III - Número de inscrição na Autoridade Marítima Brasileira: 461E000954;

IV - Tipo de plataforma/embarcação: FPSO;

V - Unidade da Federação: RJ;

VI - Área de exploração dos recursos naturais: Bacia de Campos;

VII - Posição geográfica: 23° 30' 47" S 040° 03' 50" W;

VIII - Altitude em relação ao nível do mar: 22,40 metros;

IX- Resistência do pavimento: 12,8 t;

X - Comprimento máximo do maior helicóptero a operar: 22,20 metros;

XI - Condições operacionais: Pousos e decolagens no período diurno. Pousos e decolagens, em caráter de emergência, no período noturno;

XII - Classe: 1;

XIII - Categoria: H2; e

XIV - Sistema de combustível homologado: Não possui.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 3 de julho de 2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 3.697, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1 da Portaria nº 2748, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.058891/2019-57, resolve:

Art. 1º Considerar inscrito no cadastro e aberto ao tráfego aéreo o heliponto privado abaixo, com as seguintes características:

I - Nome da plataforma/embarcação e sigla: PETROBRAS 08 (9PES);

II - Indicativo de chamada: P-08;

III - Número de inscrição na Autoridade Marítima Brasileira: 381E002039;

IV - Tipo de plataforma/embarcação: Semissubmersível;

V - Unidade da Federação: RJ;

VI - Área de exploração dos recursos naturais: Bacia de Campos;

VII - Posição geográfica: 22° 40' 16" S 040° 32' 51" W;

VIII - Altitude em relação ao nível do mar: 25,81 metros;

IX- Resistência do pavimento: 12,8 t;

X - Comprimento máximo do maior helicóptero a operar: 22 metros;

XI - Condições operacionais: Pousos e decolagens no período diurno. Pousos e decolagens, em caráter de emergência, no período noturno;

XII - Classe: 1;

XIII - Categoria: H2; e

XIV - Sistema de combustível homologado: Não possui.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 16 de outubro de 2022.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 3278/SIA, de 22 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 2019, Seção 1, página 69.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 3.703, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1 da Portaria nº 2748, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto no art. 33, § 2º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e

Considerando o disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e

Considerando o que consta do processo nº 00065.062564/2019-08, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do heliponto privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Banco Safra;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP0421;

III - município (UF): São Paulo (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 23° 33' 29" S / 046° 39' 35" W

Art. 2º A renovação da inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 508/SIA, de 27 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 2 de março de 2015, Seção 1, Página 7.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 3.704, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto no art. 33, § 2º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.062361/2019-11, resolve:

Art. 1º Inscrever o aeródromo abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Ranchinho do Guaporé;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0633;

III - município (UF): Pontes e Lacerda (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 15° 41' 52" S / 059° 55' 33" W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 3.708, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1 da Portaria nº 2748, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto no art. 33, § 2º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e

Considerando o disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e

Considerando o que consta do processo nº 00065.062091/2019-31, resolve:

Art. 1º Inscrever o aeródromo abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Antônio Costa da Silva;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: AM0088;

III - município (UF): Juruá (AM);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 03° 28' 56" S / 066° 03' 27" W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 3.709, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1 da Portaria nº 2748, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto no art. 33, § 2º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e

Considerando o disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e

Considerando o que consta do processo nº 00065.059592/2019-30, resolve:

Art. 1º Inscrever o aeródromo abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Jandaira;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0580;

III - município (UF): Tapurah (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 12° 46' 46" S / 056° 28' 49" W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 3.511, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão F, aprovado pela Portaria nº 1.260/SPO, de 24 de Abril de 2019, e considerando o que consta do processo nº 00065.012834/2019-21, resolve:

Art. 1º Revogar, à pedido, a autorização de funcionamento, da LEGACY AVIATION ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, situada à Rua Ocidente, nº 100, Padre Eustáquio, Belo Horizonte - MG, CEP: 30.730-560.

Art. 2º Revogar, à pedido, as homologações dos cursos práticos de Piloto Privado de Avião (PPA), Piloto Comercial de Avião (PCA), Instrutor de Voo Avião (INVA), da LEGACY AVIATION ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 3.589, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão F, aprovado pela Portaria nº 1.260/SPO, de 24 de Abril de 2019, e considerando o que consta do processo nº 00065.056097/2018-98, resolve:

Art. 1º Homologar, por 5 (cinco) anos, os cursos teóricos/práticos de Mecânico de Manutenção Aeronáutica - MMA, habilitações Célula - CEL, Grupo Motopropulsor - GMP e Aviônicos - AVI, pela base de certificação publicada na IS 141-002B, da ACFT ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA., situada à Avenida Teixeira de Castro, nº 664 - Bonsucesso, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 21.040-011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 3.604, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão F, aprovado pela Portaria nº 1.260/SPO, de 24 de Abril de 2019, e considerando o que consta do processo nº 00065.016270/2019-04, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento da base operacional da ACADEMIA DE AVIAÇÃO - ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA, localizada à Rua Mimas, 99 - Bairro Jardim Santa Bárbara, em São Paulo -SP, enquanto permanecer válida a autorização de funcionamento da entidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 3.612, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2019

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão F, aprovado pela Portaria nº 1.260/SPO, de 24 de Abril de 2019, e considerando o que consta do processo nº 00065.008193/2018-20, resolve:

Art. 1º Homologar, por 5 (cinco) anos, o curso prático de Voo por Instrumentos Avião - IFRA, pela base de certificação publicada na IS 61-002D, do AEROCLUBE DE UBERLÂNDIA, situado à Rua Salgado Filho, N° 20 - Aeroporto, CEP: 38.406-393 - Uberlândia - MG.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 3.700, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão F, aprovado pela Portaria nº 1.260/SPO, de 24 de Abril de 2019, e considerando o que consta do processo nº 00065.066274/2018-44, resolve:

Art. 1º Homologar, por 5 (cinco) anos, os cursos teóricos/práticos de Mecânico de Manutenção Aeronáutica - MMA, habilitações Célula - CEL e Grupo Motopropulsor - GMP, pela base de certificação publicada na IS 141-002B, da STS ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, situada à Avenida Ayrton Senna, nº 2541, Rua F1, nº 45 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22.775-001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 3.736, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão F, aprovado pela Portaria nº 1.260/SPO, de 24 de Abril de 2019, e considerando o que consta do processo nº 00058.044094/2019-81, resolve:

Art. 1º Revogar, à pedido, a homologação dos cursos teóricos de Piloto Privado de Helicóptero - PPH e Piloto Comercial de Helicóptero - PCH da FACULDADE ICESP DE BRASÍLIA, situada no Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek, Área Especial, s/n, Lote L4.025, Parte B, Lago Sul, Brasília/DF, CEP: 71.608-900.

Art. 2º Autorizar a alteração da razão social da FACULDADE ICESP DE BRASÍLIA para CENTRO UNIVERSITÁRIO ICESP.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

SUPERINTENDÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS

PORTARIA Nº 3.783, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

Alocação de frequências no marco dos entendimentos bilaterais vigentes entre Brasil e Argentina

O SUPERINTENDENTE DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 32, inciso XXII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, considerando o que consta no processo 00058.5000704/2016-98, resolve:

Art. 1º. Alocar 36 (trinta e seis) frequências semanais à Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A..

Art. 2º. Alocar 1 (uma) frequência semanal à Gol Linhas Aéreas S.A..

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BISINOTTO CATANANT

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 7.406, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.018415/2019-41 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 590-ANTAQ, de 22 de setembro de 2009, de titularidade da EMPRESA DE NAVEGACAO ERLON ROCHA TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.851.657/0001-01, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 16º Termo Aditivo, em virtude da inclusão de embarcações na frota autorizada.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 7.412, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.019941/2019-29 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 310-ANTAQ, de 18 de janeiro de 2007, de titularidade da empresa ECO MARÍTIMO - TRANSPORTES E SERVIÇOS DE APOIO PORTUÁRIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.970.028/0001-75, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 3º Termo Aditivo, em virtude de alteração da razão social da empresa.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

TERMO DE LIBERAÇÃO DE OPERAÇÃO - TLO Nº 15-SOG, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, em observância ao disposto no § 1º do art. 30 da norma aprovada pela Resolução Normativa nº 20-Antaq de 2018, e tendo em vista o que consta do processo nº 50000.008703/1993, resolve:

Autorizar a empresa Mineração Rio do Norte S/A inscrita no CNPJ nº 04.932.216/0001-46, com sede na Margem Direita do Rio Trombetas, S/N - Porto Trombetas, CEP 68.275-000, no município de Oriximiná/PA, a dar início à operação integral da instalação portuária de sua titularidade denominada Balsa ISPS CODE que foi incorporada ao TUP Terminal Trombetas, localizado no mesmo endereço da sede, o qual passa a ter área total de 222.487,80m² em observância às normas e regulamentos da Antaq e do Poder Concedente, especificamente ao Contrato de Adesão nº 62/2015(Adaptação)-ANTAQ, assinado em 05 de setembro de 2015 e ao seu primeiro Termo Aditivo, publicado no DOU de 07 de outubro de 2019. A autorização ora deferida não desonera a empresa do atendimento aos padrões de segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, mormente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, Corpo de Bombeiros e Órgão de Meio Ambiente.

ALBER FURTADO DE VASCONCELOS NETO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 422, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 3 de maio de 2018.

Autorizar a regularização de acesso localizado no Km 120+350m e Km 120+422m, Sentido Sul, da Rodovia BR-116/PR, sob concessão à Concessionária Autopista Planalto Sul, em Curitiba/PR, de interesse da Venetosul Transportes Ltda. Processo nº 50500.395204/2015-40.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço www.antt.gov.br.

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 423, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 3 de maio de 2018.

Autorizar a implantação de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-290/RS, sob concessão à Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S/A - ViaSul, no km 069+000 m, sentido oeste, em Gravataí/RS, de interesse da DNA Participações Ltda. Processo nº 50500.369526/2019-67.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço www.antt.gov.br.

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 425, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 3 de maio de 2018.

Autorizar a regularização da obra de rede de gás natural, na faixa de domínio da Rodovia BR-101/ES-BA, sob concessão à ECO101 Concessionária de Rodovias S/A, entre os kms 65 e 414, de interesse da empresa BR DISTRIBUIDORA PROCESSO Nº 50500.404524/2019-21.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor da Portaria acima encontram-se disponível no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço www.antt.gov.br

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS.

PORTARIA Nº 426, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 3 de maio de 2018.

Autorizar a implantação de rede de cabos de fibra óptica na faixa de domínio da Rodovia Presidente Dutra, BR-116/SP, por meio de ocupação longitudinal, no trecho entre o km 31+097m ao km 31+321m, na Pista Sul, e ocupação transversal no km 31+321m, em Cruzeiro/SP, de interesse da TIM S.A. PROCESSO Nº 50500.394016/2019-28.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor da Portaria acima encontram-se disponível no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço www.antt.gov.br

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 428, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 3 de maio de 2018.

Autorizar a readequação de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-381/MG, sob concessão à Concessionária Autopista Fernão Dias, situada no km 942+100 m, em Extrema/MG, de interesse de Recanto da Pururuca - EPP.PROCESSO Nº 50500.376654/2019-67.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor da Portaria acima encontram-se disponível no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço www.antt.gov.br

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS.

PORTARIA Nº 429, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 3 de maio de 2018.

Autorizar a implantação de emissário final de esgoto sanitário na faixa de domínio da Rodovia BR-448/RS, sob concessão à Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S/A - ViaSul, no trecho entre o km 002+175 m e o km 003+064 m, sentido sul, e travessia no km 002+175 m, em Esteio/RS, de interesse da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN. Processo nº 50500.404403/2019-80.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço www.antt.gov.br.

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 430, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 3 de maio de 2018.

Autorizar a regularização de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-386/RS, sob concessão à Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S/A - ViaSul, no km 358+355 m, sentido sul, em Estrela/RS, de interesse da Richter Gruppe. Processo n.º 50500.405054/2019-13.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço www.antt.gov.br.

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 431, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 3 de maio de 2018.

Autorizar a implantação da obra de rede de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-040/MG, sob concessão à Concessionária BR040 S.A., por meio de travessia no km 460+688m, em Sete Lagoas/MG de interesse da CEMIG Distribuição S.A. Processo nº 50500.406961/2019-80.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço www.antt.gov.br.

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 432, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 3 de maio de 2018.

Autorizar a implantação de rede de energia elétrica por meio de ocupação transversal na faixa de domínio da Rodovia BR-153/SP, sob concessão à Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S. A, no km 346+787 m, em Ourinhos/SP, de interesse da Cia. Jaguari de Energia S. A. Processo nº 50500.329538/2019-59.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço www.antt.gov.br.

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 856, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Aprova o Regimento Interno do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 e no Decreto nº 9.609, de 12 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 446, de 26 de fevereiro de 2014, do Ministério da Justiça;

II - a Portaria nº 866, de 16 de outubro de 2017, do Ministério da Justiça e Segurança Pública; e

III - a Portaria nº 123, de 14 de agosto de 2018, do Ministério da Segurança Pública.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO MORO

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

CAPÍTULO I

COMPETÊNCIA, ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO

Art. 1º O Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, de que trata o art. 4º da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, tem por finalidade administrar o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, instituído nos termos do art. 2º da Lei nº 13.756, de 2018.

Seção I

Da competência

Art. 2º Compete ao Conselho Gestor:

I - examinar e aprovar os projetos na área de segurança pública e prevenção à violência a serem financiados com recursos do FNSP, observados os objetivos, as prioridades e os critérios do PNSP;

II - solicitar esclarecimentos e informações à Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp e aos demais órgãos responsáveis pela gestão, execução e resultados dos projetos e ações financiados com recursos do FNSP;

III - formular consultas e dirimir dúvidas relacionadas com os projetos e ações do FNSP junto aos órgãos e unidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

IV - propor, observada a legislação aplicável:

a) alterações em seu Regimento Interno; e

b) normas complementares, relacionadas ao funcionamento do colegiado, especialmente acerca das reuniões sigilosas referidas no § 4º do art. 7º desta Portaria;

V - divulgar as decisões proferidas pelo colegiado, por intermédio da sua Secretaria-Executiva;

VI - zelar pela aplicação dos recursos do FNSP em consonância com o disposto no Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSP, mediante aprovação da programação orçamentária e financeira dos recursos do FNSP, a cada exercício, observados os objetivos, as prioridades, os critérios e as metas estabelecidos no PNSP, ou na ausência do PNSP, aqueles estabelecidos para o Ministério da Justiça e Segurança Pública no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual;

§ 1º As deliberações do Conselho Gestor do FNSP poderão conter ressalvas, desde que as razões justificadoras estejam consignadas na respectiva ata.

§ 2º A definição das políticas prioritárias dependerá de validação da Diretoria de Administração da Senasp, a partir da qual será possível a certificação do financiamento.

§ 3º O Conselho Gestor do FNSP definirá as políticas, os projetos, os programas e as ações a serem financiados com os recursos do FNSP, nos termos do § 4º do art. 7º do Decreto nº 9.609, de 12 de dezembro de 2018.

Seção II

Da estrutura

Art. 3º O Conselho Gestor constitui-se de um Plenário, cujo funcionamento observará as disposições estabelecidas neste Regimento Interno e as normas complementares instituídas pelo próprio colegiado.

§ 1º Constituem o Conselho Gestor:

I - o Presidente;

II - o Vice-Presidente; e

III - Secretaria-Executiva.

Art. 4º A Secretaria-Executiva do Conselho Gestor do FNSP será exercida pela Diretoria de Administração da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública, nos termos do disposto no art. 6º do Decreto nº 9.609, de 2018.

Parágrafo único. Caberá à Senasp, por meio da Coordenação de Gestão de Colegiados, sem prejuízo das demais competências que lhe são conferidas, prestar à Secretaria-Executiva do Conselho Gestor o apoio e o suporte de que necessitar.

Seção III

Da composição

Art. 5º O Conselho Gestor tem a seguinte composição:

I - três representantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública, um dos quais o presidirá;

II - um representante de cada órgão abaixo indicado:

a) Casa Civil da Presidência da República;

b) Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

c) Ministério da Economia;

d) Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; e

III - dois representantes do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública - CONSESP, de regiões geográficas distintas.

§ 1º Os representantes de que tratam os incisos I e II do caput serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e designados em ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

§ 2º Os representantes de que trata o inciso III do caput serão indicados pelo CONSESP e designados em ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

§ 3º Cada representante do Conselho Gestor terá um suplente, que o substituirá nos seus afastamentos e impedimentos legais.

Art. 6º O Vice-Presidente do Conselho Gestor será escolhido pelo colegiado, dentre os seus membros, em votação por maioria simples, presente a maioria absoluta, e designado mediante ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

§ 1º Em suas faltas e impedimentos, o Presidente do Conselho Gestor será substituído pelo Vice-Presidente.

§ 2º Na ausência simultânea do Presidente e do Vice-Presidente, a reunião será presidida por membro escolhido pelo colegiado antes do início da sessão, observados os quóruns de instalação e deliberação dispostos no caput.

CAPÍTULO II

DO FUNCIONAMENTO

Seção I

Da convocação

Art. 7º O Conselho Gestor reunir-se-á ordinariamente a cada quatro meses e, extraordinariamente, mediante convocação:

I - do seu Presidente;

II - do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública; ou

III - em decorrência de requerimento de, no mínimo, dois terços dos seus integrantes.

§ 1º O Conselho Gestor reunir-se-á em sessão pública, com a presença da maioria absoluta dos seus membros.

§ 2º Os membros do Conselho Gestor do FNSP que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente em sessão pública e os membros que se encontrem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência, exceto mediante decisão motivada do seu Presidente.

§ 3º O Presidente do Conselho Gestor poderá suspender a realização das reuniões, mediante justificativa.

§ 4º As reuniões do Conselho poderão tornar-se, excepcionalmente, sigilosas, mediante requerimento de qualquer membro do Conselho, aprovado por maioria absoluta.

Art. 8º A convocação de reunião ordinária será feita com antecedência de, no mínimo, dez dias úteis e a extraordinária, dois dias úteis.

§ 1º A inobservância dos prazos de convocação de que trata o caput ensejará o adiamento da reunião visando ao seu cumprimento.

§ 2º Somente não ensejará o adiamento da reunião, conforme § 1º, em caso de prejuízo ao interesse público, fundamentado pelo Presidente do Conselho Gestor e acolhido pela maioria absoluta dos seus membros.

Art. 9º As convocações para as reuniões ordinárias e extraordinárias serão feitas mediante expediente destinado a cada representante, no qual serão estabelecidos dia, horários de início e de término, e o local da reunião.

§ 1º Na hipótese de a duração da reunião ser superior a duas horas, será especificado um período máximo de até duas horas no qual ocorrerão as votações.

§ 2º Os documentos a serem submetidos à deliberação deverão ser encaminhados aos membros, com a mesma antecedência do expediente da convocação.

§ 3º O expediente de convocação deverá constar:

I - pauta da reunião com indicação dos assuntos a serem objeto de decisão;

II - minuta da ata da reunião imediatamente anterior;

III - rol do que foi aprovado, analisado, avaliado e monitorado na reunião imediatamente anterior;

IV - lista das matérias a serem apreciadas, acompanhada de parecer de aprovação da Senasp em relação a cada uma delas, dispensado este quando se tratar de matéria relacionada ao funcionamento do colegiado ou ao seu Regimento Interno; e

V - relação de instituições eventualmente convidadas e assunto a ser tratado.

Art. 10. As pautas das reuniões ordinárias e extraordinárias serão preparadas pela Secretaria-Executiva do Conselho Gestor, e aprovadas pelo Presidente do colegiado.

Seção II

Do voto

Art. 11. As deliberações do Conselho Gestor serão adotadas por maioria simples, observado o disposto no § 1º do art. 7º desta Portaria.

§ 1º O processo deliberativo da sessão deverá ser suspenso se, a qualquer tempo, não se verificar a presença da maioria absoluta dos membros do Conselho Gestor.

§ 2º Cada representante titular terá direito a um voto.

§ 3º Em caso de empate nas decisões, o Presidente, o Vice-Presidente ou o membro que estiver ocupando a presidência do Conselho Gestor exercerá o voto de qualidade.

§ 4º A substituição do representante titular em Plenário somente poderá ser feita pelo seu suplente formalmente indicado.

§ 5º O representante suplente terá direito a voto na ausência do respectivo titular e poderá manifestar-se mesmo quando presente o titular.

§ 6º O exercício do voto é privativo dos representantes, titulares ou suplentes, não sendo permitido a qualquer outro representante, ainda que qualificado.

§ 7º A convite do Conselho Gestor, poderão participar das reuniões representantes de órgãos ou entidades, públicas ou privadas, profissionais de segurança pública e especialistas, com direito a voz e sem direito a voto.

§ 8º A participação referida no § 7º poderá ser aprovada por meio eletrônico, mediante consulta aos representantes, diante de justificativa da necessidade apresentada pela Senasp.

§ 9º O voto contrário à aprovação da matéria deverá ser objeto de justificativa.

Seção III

Da ordem e da publicidade

Art. 12. As reuniões ordinárias ou extraordinárias deverão ser conduzidas, preferencialmente, na seguinte ordem:

I - abertura de sessão, discussão e votação da ata da reunião imediatamente anterior;

II - leitura do expediente, das comunicações e da Ordem do Dia;

III - deliberações;

IV - outros assuntos; e

V - encerramento.

§ 1º Antes de serem submetidas à deliberação do Conselho Gestor, as propostas deverão ser analisadas e aprovadas pela Senasp, inclusive quanto a sua compatibilidade com o plano de segurança pública do Governo Federal.

§ 2º As propostas que implicarem despesas deverão indicar a fonte da respectiva receita.

§ 3º A Secretaria-Executiva do Conselho Gestor deverá apresentar diretamente ao colegiado a lista de propostas rejeitadas pela SENASP, indicando o objeto, valor e as razões da não aprovação de cada uma das propostas.

Art. 13. As reuniões extraordinárias tratarão, exclusivamente, das matérias objeto de sua convocação, não permitida qualquer deliberação sobre assunto não constante da pauta, ressalvados os requerimentos de urgência e as matérias objeto de pedido de vista, conforme disposto no § 2º do art. 17 desta Portaria.

Art. 14. A deliberação das matérias em Plenário deverá obedecer à seguinte sequência:

I - o Presidente do Conselho Gestor apresentará o assunto incluído na Pauta e dará a palavra ao técnico responsável para relatar a matéria;

II - terminada a exposição, a matéria será colocada em discussão, podendo qualquer representante manifestar-se a respeito, escrita ou oralmente; e

III - encerrada a discussão, o Plenário deliberará sobre a matéria.

§ 1º A manifestação prevista no inciso II ficará limitada ao máximo de dez minutos por matéria, ressalvados os casos de alta relevância, a critério do Presidente.

§ 2º A relatoria de que trata o inciso I será de responsabilidade do agente público ou da unidade responsável pela sua análise.

Art. 15. O Presidente tomará os votos na seguinte ordem:

I - representante do CONSESP, da região geográfica mais populosa;

II - representante do Ministério da Economia;

III - representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública com a maior idade;

IV - representante do CONSESP, da região geográfica menos populosa;

V - representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

VI - representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública com a menor idade;

VII - representante da Casa Civil da Presidência da República;

VIII - representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; e

IX - Presidente.

§ 1º Os representantes poderão antecipar o voto, se o Presidente autorizar.

§ 2º Encerrada a votação, o Presidente proclamará o resultado da deliberação.

Art. 16. O Plenário poderá apreciar matéria não constante de pauta, mediante requerimento de regime de urgência, devidamente justificado, apresentado pelo Presidente do Conselho Gestor.

§ 1º O requerimento de regime de urgência será encaminhado por meio eletrônico para os membros do Conselho Gestor ou, na impossibilidade desse procedimento, apresentado antes do início da reunião, e exigirá deliberação prévia do colegiado sobre sua conveniência e oportunidade, cabendo-lhe, se for o caso, a posterior deliberação da matéria quanto ao mérito.

§ 2º Não caberá deliberação em regime de urgência sobre matéria que exija análise prévia ou demande necessidade de tempo ou esforço para eventuais consultas ou estudos.

§ 3º A matéria em regime de urgência que não tenha sido apreciada deverá ser incluída na pauta da reunião subsequente, seja ela ordinária ou extraordinária, observados os prazos regimentais.

Art. 17. É facultado a qualquer representante com direito a voto requerer vista, devidamente justificada, de matéria cuja deliberação ainda não tenha concluído e no momento de proferir seu voto.

§ 1º As matérias que estiverem sendo discutidas em regime de urgência somente poderão ser objeto de concessão de pedidos de vista, se o Plenário assim o decidir, por maioria simples.

§ 2º A matéria objeto de pedido de vista deverá constar da pauta da reunião subsequente, ordinária ou extraordinária.

§ 3º Ao continuar a deliberação de matéria objeto de pedido de vista, serão computados os votos já proferidos, ainda que os representantes não compareçam ou hajam deixado o exercício da função de representante.

§ 4º Os representantes que não tenham assistido ao relatório ou aos debates não participarão da deliberação daquela matéria, salvo quando se derem por esclarecidos.

§ 5º Se, para o efeito do quórum ou desempate na votação, for necessário o voto de representante nas condições previstas no § 4º, será renovado o relatório, computando-se os votos anteriormente proferidos.

Art. 18. O Conselho Gestor manifestar-se-á por meio de:

I - resolução, quando se tratar de deliberação sobre assunto geral de competência do colegiado;

II - despacho, quando se tratar de deliberação específica relativa aos projetos submetidos ao colegiado; e

III - moção, quando se tratar de outra manifestação dirigida ao Poder Público ou à sociedade civil em caráter de alerta, comunicação honrosa ou pesarosa.

Art. 19. As manifestações e informativos do Conselho Gestor serão publicados no portal do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

§ 1º O Presidente do Conselho Gestor poderá postergar, em caráter excepcional, qualquer publicação mencionada no caput quando constatado equívoco, impropriedade ou descumprimento de normas, devendo ser a matéria obrigatoriamente incluída na reunião subsequente, acompanhada de proposta de emenda ou ajuste devidamente justificada.

§ 2º Depois de aprovadas em Plenário, as atas serão subscritas pelo Presidente do Conselho Gestor e pelos demais representantes presentes à respectiva reunião.

§ 3º As atas deverão retratar as discussões e deliberações relacionadas com as matérias objeto de deliberação, e os argumentos relevantes que lhes deram suporte, abstendo-se de registrar citações, comentários ou discussões extemporâneos que não guardem correlação com os assuntos da pauta.

§ 4º Deverão constar das atas informações sobre registros de presença dos representantes, exposição dos trabalhos, conclusões, deliberações, resultado das votações, registro nominal dos votos e declaração de voto divergente, sem prejuízo das demais informações relevantes relacionadas com a pauta.

Art. 20. O Presidente do Conselho Gestor poderá decidir, ad referendum do colegiado, sobre matéria previamente examinada, e com parecer favorável da Senasp, a qual deverá ser apresentada para deliberação do Plenário na primeira reunião subsequente, ordinária ou extraordinária.

Parágrafo único. As decisões de que trata o caput deverão ser justificadas.

Art. 21. As decisões do Conselho Gestor serão homologadas pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

Art. 22. A participação dos membros no Conselho Gestor não ensejará qualquer tipo de remuneração e será considerada de relevante interesse público.

Seção IV

Das atribuições do colegiado

Art. 23. Ao Presidente do Conselho Gestor incumbe:

I - presidir as sessões plenárias, orientar os debates, colher os votos e votar;

II - exercer direito de voto de qualidade;

III - convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;

IV - requisitar, por deliberação do Conselho Gestor, a sua Secretaria-Executiva, à Senasp ou às instituições que executam atividades custeadas com recursos do FNSP, as informações necessárias ao acompanhamento, controle e avaliação dos programas, projetos e atividades;

V - solicitar estudos e pareceres sobre matérias de interesse do Conselho Gestor, bem como a constituição de comissões de assessoramento ou grupos técnicos para tratar de assuntos específicos, quando necessário, ouvido o colegiado;

VI - conceder vista de matéria constante de pauta, ouvido o Conselho Gestor quando as matérias discutidas estiverem em regime de urgência;

VII - prestar, em nome do Conselho Gestor, informações relativas à gestão do FNSP;

VIII - expedir todos os atos necessários ao desempenho de suas atribuições, especialmente no que se refere às representações ativa e passiva do FNSP, em nome do Conselho Gestor, e

IX - cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento Interno e demais normas complementares instituídas pelo próprio colegiado.

Art. 24. Aos demais membros do Conselho Gestor incumbe:

I - participar das reuniões, debatendo e votando as matérias em exame;

II - aprovar as atas das reuniões, juntamente com o Presidente do Conselho Gestor;

III - solicitar informações, providências e esclarecimentos ao Presidente do Conselho Gestor e à sua Secretaria Executiva, no cumprimento de suas atribuições.

IV - apresentar relatórios e pareceres dentro dos prazos fixados;

V - proferir declarações de voto;

VI - informar formalmente da impossibilidade de comparecimento; e

VII - desempenhar outras atribuições que lhes forem designadas pelo Presidente ou por deliberação do Conselho Gestor.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. O Conselho Gestor do FNSP poderá instituir subcolegiados para a execução das competências de que trata o caput do art. 7º do Decreto nº 9.609, de 2018.

Parágrafo único. Os subcolegiados:

I - serão compostos na forma de ato do Conselho Gestor do FNSP;

II - não poderão ter mais de sete membros;

III - terão caráter temporário e duração não superior a cento e oitenta dias, prorrogável por igual período; e

IV - estão limitados a quatro operando simultaneamente.

Art. 26. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste regimento interno serão solucionados pelo Presidente do Conselho Gestor, ouvido o colegiado.

Art. 27. Este Regimento Interno poderá ser alterado mediante proposta aprovada pela maioria absoluta dos membros do Conselho Gestor, a qual será submetida à aprovação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

PORTARIA Nº 890, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP, em apoio à Fundação Nacional do Índio - Funai na Terra Indígena Cana Brava Guajajara, no estado do Maranhão.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, o Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, e a Portaria nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e tendo em vista o contido no Processo nº 08106.013503/2019-97, resolve:

Art. 1º Autorizar o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio à Fundação Nacional do Índio nas ações de segurança pública para garantir a integridade física e moral dos povos indígenas, dos servidores da Funai e dos não índios, na Terra Indígena Cana Brava Guajajara, no estado do Maranhão, em caráter episódico e planejado, por 90 (noventa) dias, a contar de 10 de dezembro de 2019 a 8 de março de 2020.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico do órgão demandante, que deverá dispor da infraestrutura necessária à Força Nacional de Segurança Pública.

Art. 3º O contingente a ser disponibilizado obedecerá ao planejamento definido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 4º O prazo do apoio prestado pela Força Nacional de Segurança Pública poderá ser prorrogado, se necessário, conforme o disposto no inciso I do § 3º do art. 4º do Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004.

Art. 5º Caso a renovação não seja solicitada pelo órgão apoiado, tempestivamente, o efetivo será retirado imediatamente após o vencimento desta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO MORO

POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 7.375, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/90396 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURIDADE SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 85.204.881/0013-59, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2417/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.454, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/82943 - DELESP/DREX/SR/PF/MT, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MULTIFORTE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA -ME, CNPJ nº 15.686.556/0001-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 2811/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.455, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/89835 - DELESP/DREX/SR/PF/RR, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa MILLENIUM SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI - ME, CNPJ nº 25.084.798/0002-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Roraima, com Certificado de Segurança nº 2633/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.456, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/103443 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ARUOM SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PRIVADA LTDA-ME, CNPJ nº 04.224.131/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2726/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.457, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/103649 - DPF/ROO/MT, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GBL SEGURANÇA PRIVADA LTDA - EPP, CNPJ nº 17.075.058/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 2817/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.458, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/104479 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa SEAL SEGURANÇA ALTERNATIVA EIRELI, CNPJ nº 03.949.685/0001-05, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente SERVIÇO ESPECIAL DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA INTERNAS SESVI DE SÃO PAULO LTDA, CNPJ nº 57.524.399/0001-27:

23 (vinte e três) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

12 (doze) Espingardas calibre 12

Da empresa cedente SERVIÇO ESPECIAL DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA INTERNAS SESVI DE SÃO PAULO LTDA, CNPJ nº 57.524.399/0001-27:

414 (quatrocentas e quatorze) Munições calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

196 (cento e noventa e seis) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.459, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/109639 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INSTITUTO ALFA DE CULTURA, CNPJ nº 58.802.919/0001-89 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.460, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/109661 - DPF/CAS/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa METALGRAFICA ROJEK LTDA, CNPJ nº 52.502.978/0001-55 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.461, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/110649 - DPF/SAG/RS, resolve:

Conceder autorização à empresa PORTALSUL EMPRESA DE VIGILÂNCIA S/S LTDA, CNPJ nº 03.994.920/0001-60, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Espingardas calibre 12

5 (cinco) Pistolas calibre .380

225 (duzentas e vinte e cinco) Munições calibre .380

72 (setenta e duas) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.462, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/112158 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa G4S VANGUARDA SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 47.190.129/0010-64, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2500 (duas mil e quinhentas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.463, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/112438 - DPF/JVE/SC, resolve:

Conceder autorização, à empresa SOUZA LIMA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 64.911.290/0008-84, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada em Santa Catarina.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.464, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/112616 - DPF/SJK/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa SEGMASTER ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTE LTDA, CNPJ nº 02.331.019/0001-46, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2000 (duas mil) Espoletas calibre .380

2000 (dois mil) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.467, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/81257 - DELESP/DREX/SR/PF/PB, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CHAGAS & ROCHA VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 13.180.183/0003-88, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 2177/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.468, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/81955 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa DEFENSIVA F. FREITAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 16.649.674/0002-32, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 2196/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.469, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/91716 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Conceder autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa CONDOMINIO DO EDIFICIO RECIFE TRADE CENTER JULIAO LINS, CNPJ nº 00.819.195/0001-04, para atuar em Pernambuco.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.470, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/112008 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa PROVIG FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA, CNPJ nº 57.276.206/0001-66, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

57000 (cinquenta e sete mil) Espoletas calibre .380

8843 (oito mil e oitocentos e quarenta e três) Gramas de pólvora

60000 (sessenta mil) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.473, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/80688 - DELESP/DREX/SR/PF/PB, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0147-80, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores e Escolta Armada, para atuar na Paraíba com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 2176/2019 (CNPJ nº 17.428.731/0147-80); nº 2477/2019 (CNPJ nº 17.428.731/0159-14) e nº 2792/2019 (CNPJ nº 17.428.731/0149-42).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.474, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/82593 - DPF/CGE/PB, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0010-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 2793/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.475, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/86471 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PADLOCK SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 29.158.590/0001-67, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2329/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.476, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/89938 - DPF/VAG/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GAPE MINAS SEGURANCA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 07.061.340/0001-71, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2807/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.477, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/91570 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Conceder autorização, à empresa COMANDO G8 - SEGURANÇA PATRIMONIAL E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 17.521.682/0006-95, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada em Minas Gerais.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.478, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/91770 - DELESP/DREX/SR/PF/AP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0008-59, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Amapá, com Certificado de Segurança nº 2836/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.479, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/94568 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SECURITY SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.332.087/0001-02, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 2445/2019 (CNPJ nº 00.332.087/0001-02); nº 2447/2019 (CNPJ nº 00.332.087/0007-90) e nº 2820/2019 (CNPJ nº 00.332.087/0010-95).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.480, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/96684 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Conceder autorização à empresa MINERACAO SERRA GRANDE S/A, CNPJ nº 42.445.403/0001-94, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

93 (noventa e três) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.481, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/98368 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ACOSTA ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES EIRELI - EPP, CNPJ nº 08.676.101/0001-99, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2828/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.482, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/103170 - DELESP/DREX/SR/PF/AP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DIMIVIG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 22.236.185/0001-70, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Amapá, com Certificado de Segurança nº 2837/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.483, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/108626 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CSV CAPIXABA SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA., CNPJ nº 05.040.410/0001-80, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 2798/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.484, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/108961 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VITORIASEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI - ME, CNPJ nº 27.733.806/0001-45, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 2833/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.485, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/109908 - DPF/ITZ/MA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa REAL SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 08.692.482/0001-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 2765/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.486, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/112406 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa ALCANCY CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES E SEGURANÇAS, CNPJ nº 07.028.291/0002-56, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2000 (duas mil) Munições calibre .380

4000 (quatro mil) Munições calibre 12

3000 (três mil) Munições calibre 38

100000 (cem mil) Espoletas calibre 38

5000 (cinco mil) Estojos calibre 38

25000 (vinte e cinco mil) Gramas de pólvora

100000 (cem mil) Projéteis calibre 38

19274 (dezenove mil e duzentas e setenta e quatro) Espoletas calibre .380

2000 (dois mil) Estojos calibre .380

19274 (dezenove mil e duzentos e setenta e quatro) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.487, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/112563 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0003-60, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3461 (três mil e quatrocentas e sessenta e uma) Munições calibre 38

1513 (uma mil e quinhentas e treze) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.488, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/80756 - DPF/CRU/PE, resolve:

Conceder autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa SUBCONDOMÍNIO DO CARUARU SHOPPING, CNPJ nº 24.631.801/0001-13, para atuar em Pernambuco.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.489, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/103451 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NEXSERV SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 15.115.734/0001-93, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2789/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.490, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/106341 - DPF/URA/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESCOLA DE FORMACAO DE VIGILANTE CONCEITO LTDA, CNPJ nº 08.606.416/0001-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2834/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.496, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/101355 - DPF/JZO/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0145-19, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Espingardas calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.497, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/104056 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUBCONDOMINIO SHOPPING CENTER RIOMAR FORTALEZA, CNPJ nº 21.399.573/0001-00 para atuar no Ceará.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.498, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/104277 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ATACADO DOS PRESENTES LTDA, CNPJ nº 09.515.628/0001-02 para atuar em Pernambuco.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.499, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/109842 - DPF/SJK/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SHOPPING PATIO PINDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ nº 11.158.171/0001-60 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.500, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/110304 - DPF/AGA/TO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NOSSO LAR LOJAS DE DEPARTAMENTOS LTDA, CNPJ nº 00.607.587/0001-00 para atuar em Tocantins.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.501, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/110921 - DPF/DRS/MS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RAIZEN CAARAPÓ AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA, CNPJ nº 09.538.989/0001-66 para atuar no Mato Grosso do Sul.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.502, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/111018 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LIVRARIA CULTURA EDITORA S/A, CNPJ nº 62.410.352/0001-72 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.503, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/111024 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa POSTO QUARTO DE MILHA LTDA, CNPJ nº 04.077.577/0007-48 para atuar em Pernambuco.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.504, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/111053 - DPF/XAP/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR LENOIR VARGAS FERREIRA, CNPJ nº 02.122.913/0001-06 para atuar em Santa Catarina.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.505, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/111136 - DPF/JVE/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GIDION S/A - TRANSPORTE E TURISMO, CNPJ nº 84.704.295/0001-77 para atuar em Santa Catarina.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.506, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/111207 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RGB EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ nº 06.933.167/0001-91 para atuar em Pernambuco.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.507, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/111358 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PERBRAS EMPRESA BRASILEIRA DE PERFURAÇÃO LTDA, CNPJ nº 15.126.451/0001-47 para atuar na Bahia.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 34.653, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08270.011314/2019-88 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Cancelar a Autorização de funcionamento do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa NACIONAL ARCO IRIS LTDA, CNPJ/MF nº 09.320.639/0002-00, localizada no Estado do CEARÁ.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 34.654, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08492.006507/2019-11 - CV/DPF/IJI/SC, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida à empresa ADSERV - ADM. EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA-ME, CNPJ/MF nº 07.496.860/0001-07, localizada no Estado de SANTA CATARINA.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 34.655, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08430.014905/2019-27-DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Cancelar de ofício a Autorização de Funcionamento concedida à empresa SUL SPECIAL SERVICE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 01.842.266/0001-44, localizada no Estado do RIO GRANDE DO SUL.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 34.657, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08492.005067/2018-95-CV/DPF/IJI/SC, resolve:

Cancelar de ofício a Autorização de Funcionamento concedida à empresa ALLIANCA LITORAL VIGILANCIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ nº 05.815.835/0001-13, localizada no Estado de SANTA CATARINA.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 34.658, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08430.014911/2019-84-DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Cancelar de ofício a Autorização de Funcionamento concedida à empresa CÓDIGO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 04.855.257/0001-86, localizada no Estado do RIO GRANDE DO SUL.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 34.659 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08500.047401/2019-12 - NAD/SELOG/SR/PF/SP, resolve:

Revogar o Alvará 4.972/2019, de 15/08/2019, publicado no Diário Oficial da União, página 33, em 23/08/2019, seção 1, referente a empresa PERFECT SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI EPP, CNPJ Nº 21.597.858/0001-55.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 34.660, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08255.011678/2019-56-DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Cancelar de ofício a Autorização de Funcionamento concedida à empresa MC-1 TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 02.833.441/0001-08, localizada no Estado da BAHIA.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 34.661, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08255.011404/2019-67-DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Cancelar de ofício a Autorização de Funcionamento do serviço ORGÂNICO de segurança privada concedida à empresa INDUSTRIA BAIANA DE COLCHÕES E ESPUMAS LTDA, CNPJ nº 02.748.342/0001-10, localizada no Estado da BAHIA.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 34.662 DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08458.002953/2019-64 - DPF/NRI/RJ, resolve:

Revogar o Alvará 2.923/2019, de 14/05/2019, publicado no Diário Oficial da União, página 37, em 24/05/2019, seção 1, referente a empresa ORIGINAL VIGILANCIA E SEGURANÇA EIRELI - CNPJ Nº 12.764.269/0001-23.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 34.663, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08255.011366/2019-42-DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Cancelar de ofício a Autorização de Funcionamento do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa REFRESCOS CEARENSES S/A, CNPJ nº 07.196.033/0023-03, localizada no Estado da BAHIA.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 34.664, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08089.002172/2019-15-CV/DPF/SCS/RS, resolve:

Cancelar de ofício a Autorização de Funcionamento concedida à empresa EMPRESA DE VIGILANCIA NEW LIFE LTDA, CNPJ nº 02.764.636/0001-35, localizada no Estado do RIO GRANDE DO SUL.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 34.665, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08389.009295/2019-01-CV/DELEX/DPF/FIG/PR, resolve:

Cancelar de ofício a Autorização de Funcionamento do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa IGUASSU BOULEVARD DIVERSOES LTDA, CNPJ nº 01.086.962/0001-78, localizada no Estado do PARANÁ.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

DESPACHO DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 0560/2019 de 04/12/2019, 0561/2019 de 04/12/2019, 0562/2019 de 05/12/2019, 0563/2019 de 05/12/2019, 0564/2019 de 06/12/2019 e 0565/2019 de 06/12/2019, respectivamente:

Residência Prévia - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039018060201923 Requerente: MOTOCANA MAQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LUÍS FERNANDO COUTINHO DE ALMEIDA Data Nascimento: 25/04/1971 Passaporte: P744773 País: PORTUGAL Mãe: MARIA EULÁLIA DE JESUS COUTINHO Pai: JUVENAL CORREIA DE ALMEIDA; Processo: 47039020902201915 Requerente: GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JACOPO GARFAGNOLI Data Nascimento: 26/09/1994 Passaporte: YA5497972 País: ITÁLIA Mãe: FRANCESCA DE JULLIS Pai: SERGIO GARFAGNOLI; Processo: 47039021363201923 Requerente: ALBA CONSTRUTORA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PAOLO OBERTO Data Nascimento: 03/11/1969 Passaporte: YB0677348 País: ITÁLIA Mãe: ANNA BRANDINO Pai: LUCIANO OBERTO; Processo: 47039021734201977 Requerente: ELETRA INDUSTRIA E COMERCIO DE MEDIDORES ELETRICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YANG LIU Data Nascimento: 09/10/1991 Passaporte: E62972208 País: CHINA Mãe: Zeng Fanmei Pai: Yang Yuncheng; Processo: 47039021924201994 Requerente: ESCOLA AMERICANA DO RIO DE JANEIRO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ANDREW JOSEPH RUSSO Data Nascimento: 24/11/1979 Passaporte: 566391784 País: EUA Mãe: SUSAN MARY KOHLER Pai: JOSEPH ROBERT RUSSO; Processo: 47039022315201952 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CONG WANG Data Nascimento: 13/09/1975 Passaporte: PE 1174287 País: CHINA Mãe: GUIMEI WANG Pai: HONGQIAN WANG; Processo: 47039023175201930 Requerente: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: FILIPE GONÇALO ALVES FARINHA Data Nascimento: 23/08/1987 Passaporte: CA156513 País: PORTUGAL Mãe: EMILIA MARIA ALVES FARINHA Pai: MANUEL ANTONIO FARINHA; Processo: 47039023181201997 Requerente: GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TOMAS SINCLAIR SPENCER Data Nascimento: 20/06/1978 Passaporte: C3JJ25YR4 País: ALEMANHA Mãe: HELENE JEAN SPENCER Pai: DAVID NIGEL SPENCER; Processo: 47039023250201962 Requerente: ROCKSPOON DO BRASIL SISTEMAS DE INFORMATICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LARA OWAYDA Data Nascimento: 27/11/1995 Passaporte: LR0218953 País: LÍBANO Mãe:

MARINA HARAKE Pai: YOUSSEF OWAYDA; Processo: 47039023424201997 Requerente: ALIGN TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Vladislav Shcherbinin Data Nascimento: 08/09/1980 Passaporte: 761004764 País: RÚSSIA Mãe: Olga Shcherbinina Pai: Aleksandr Shcherbinin; Processo: 47039023431201999 Requerente: FUNDACAO VISCONDE DE PORTO SEGURO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: BERIVAN ÖZSEL Data Nascimento: 07/02/1990 Passaporte: U4037214 País: ÁUSTRIA Mãe: Fethiye Özsel Pai: Zeki Özsel; Processo: 47039023479201905 Requerente: IGUASPORT LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Antoine Gilbert Maurice Fougeat Data Nascimento: 03/12/1992 Passaporte: 13BB938837 País: FRANÇA Mãe: Catherine Marie Fougeat Pai: François Edmond Marcel Fougeat; Processo: 47039023787201922 Requerente: BRACELL SP CELULOSE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RIGARDT LOUIS JORDAAN Data Nascimento: 23/11/1988 Passaporte: A08471901 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL Mãe: SOPHIA MARIA BOTHA Pai: WILLEM JACOBUS BOTHA JORDAAN; Processo: 47039023827201936 Requerente: NORSK HYDRO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Fredrik Emil Ringnes Data Nascimento: 18/01/1967 Passaporte: 29007261 País: NORUEGA Mãe: Sigrid Ringnes Pai: Arne Ringnes; Processo: 47039023835201982 Requerente: CMOC BRASIL SERVICOS ADMINISTRATIVOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JIJUN CAO Data Nascimento: 07/06/1986 Passaporte: E01951540 País: CHINA Mãe: YUEYING XIE Pai: YINRU CAO; Processo: 47039023866201933 Requerente: HALLIBURTON PRODUTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ANA PAULINA ANTONIO VIDALES Data Nascimento: 21/04/1981 Passaporte: 533894722 País: MÉXICO Mãe: OFELIA VIDALES SOTO Pai: RENE ANTONIO CARRILLO; Processo: 47039023872201991 Requerente: HARBIN ELECTRIC MACHINERY (BRAZIL) COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ZHENKE YOU Data Nascimento: 09/09/1980 Passaporte: PE1482927 País: CHINA Mãe: SHUANGHUA ZHANG Pai: GUILIANG YOU; Processo: 47039023876201979 Requerente: HARBIN ELECTRIC MACHINERY (BRAZIL) COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SHEN LONG Data Nascimento: 28/09/1983 Passaporte: PE1856223 País: CHINA Mãe: CHANG GUOE Pai: SHEN ZIKUI; Processo: 47039023874201980 Requerente: ESCOLA AMERICANA DE VITORIA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TERESA ANNE FRY Data Nascimento: 01/05/1967 Passaporte: AH558364 País: EUA Mãe: Doreen Mabel Johnson Pai: Elmer Morley Johnson; Processo: 47039023891201917 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: FRÉDÉRIC NICOLAS JEAN BOST Data Nascimento: 11/10/1968 Passaporte: 19FD79301 País: FRANÇA Mãe: BERNADETTE JEANNE DANIELLE ARAUD Pai: JEAN-REMY BOST; Processo: 47039023914201993 Requerente: EQUINOR ENERGY DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Arild Moen Data Nascimento: 31/03/1964 Passaporte: 31001074 País: NORUEGA Mãe: Anne Dyrlie Moen Pai: Arne Johan Moen; Processo: 47039023923201984 Requerente: TRIDENT ENERGY DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DAMIEN FRANÇOIS MARIE FENART Data Nascimento: 04/12/1989 Passaporte: 17FV16485 País: FRANÇA Mãe: MARION JEANNE LUCIE FOUCHÉ Pai: ANTOINE JOSEPH MARIE FENART; Processo: 47039023939201997 Requerente: SOCIEDADE INTELIGENCIA E CORACAO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JODY GORHAM Data Nascimento: 04/04/1955 Passaporte: HN007415 País: CANADÁ Mãe: HERBERTA RUTH CREIGHTON Pai: JOSEPH WALKER GOHAM; Processo: 47039023987201985 Requerente: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: XAVIER GEORGES JEGAT Data Nascimento: 08/05/1974 Passaporte: 14DV73451 País: FRANÇA Mãe: MICHELE GERMAINE MARTHE TAUVY Pai: GEORGES ARMAND MARIE JEGAT; Processo: 47039023970201928 Requerente: AROMA SELEZIONE COMERCIO DE CAFE EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Francisco Manuel Hermida Garcia Data Nascimento: 05/08/1982 Passaporte: AAJ555587 País: ESPANHA Mãe: Maria Garcia Carrera Pai: Ramon Francisco Hermida Casas; Processo: 47039024012201974 Requerente: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARIA JOSE AMADOR BRIZ Data Nascimento: 06/02/1983 Passaporte: 588643776 País: EUA Mãe: FANNY ELIZABETH BRIZ PORTILLA Pai: CARLOS MANUEL AMADOR ALVAREZ; Processo: 47039024020201911 Requerente: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RAMCHANDRAN PERUVEMBA BALASUBRAMANIAM Data Nascimento: 28/07/1979 Passaporte: T8816727 País: ÍNDIA Mãe: LALITHA PALLASSANA SUNDARA IYER Pai: BALASUBRAMANIAM PERUVEMBA RAMACHANDRAN; Processo: 47039024029201921 Requerente: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GREGORY DEWITT NEAL Data Nascimento: 19/02/1977 Passaporte: 583743675 País: EUA Mãe: DIANA ALICE NEAL Pai: ROBERT DEWITT NEAL; Processo: 47039024061201915 Requerente: CANADIAN SOLAR DESENVOLVIMENTO DE USINAS SOLARES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ANDER SUBERVIOLA GARMENDIA Data Nascimento: 21/11/1985 Passaporte: PAB559837 País: ESPANHA Mãe: MARIA GEMMA GARMENDIA MERINO Pai: LUIS MIGUEL SUBERBIOLA LASHERAS; Processo: 47039024070201906 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KAZUHIRO MIYABU Data Nascimento: 13/03/1963 Passaporte: TZ1225695 País: JAPÃO Mãe: YOSHIKO MIYABU Pai: MINORU MIYABU; Processo: 47039024072201997 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KOSUKE WATANABE Data Nascimento: 17/01/1984 Passaporte: TK6300257 País: JAPÃO Mãe: KAZUKO WATANABE Pai: HITOSHI WATANABE; Processo: 47039024136201950 Requerente: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LAURAN JACQUES LEON WETEMANS Data Nascimento: 27/07/1971 Passaporte: BF10K14H3 País: HOLANDA Mãe: JOHANNA ANTOINETTE FLORENTINA WETEMANS Pai: MATHIAS JOHANNES GERARDUS WETEMANS.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039020926201966 Requerente: MAHA ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ADAM CHRISTIAN WENTWORTH SR Data Nascimento: 01/12/1974 Passaporte: 541937401 País: EUA; Processo: 47039021636201930 Requerente: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LACINA TRAORE Data Nascimento: 25/06/1979 Passaporte: 14AF85808 País: COSTA DO MARFIM; Processo: 47039022856201981 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LASZLO HOLCZREITER Data Nascimento: 04/01/1964 Passaporte: BJ6414650 País: HUNGRIA; Processo: 47039022858201970 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KAROLY KRISTON Data Nascimento: 06/02/1981 Passaporte: BJ5263298 País: HUNGRIA; Processo: 47039022860201949 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ZOLTAN VENCZEL Data Nascimento: 22/05/1959 Passaporte: BH2918831 País: HUNGRIA; Processo: 47039022864201927 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SANDOR FERENCZI Data Nascimento: 17/05/1957 Passaporte: BJ5362130 País: HUNGRIA; Processo: 47039022866201916 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DAVID SASI Data Nascimento: 29/08/1994 Passaporte: BJ7735209 País: HUNGRIA; Processo: 47039022868201913 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: IMRE SASI Data Nascimento: 28/12/1985 Passaporte: BJ1437248 País: HUNGRIA; Processo: 47039022869201950 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RUDOLF HORVATH Data Nascimento: 08/09/1996 Passaporte: BJ4853019 País: HUNGRIA; Processo: 47039022874201962 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ATTILA SERFOZO Data Nascimento: 05/09/1993 Passaporte: BJ7665495 País: HUNGRIA; Processo: 47039022875201915 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ISTVAN VERES Data Nascimento: 03/10/1991 Passaporte: BJ8945432 País: HUNGRIA; Processo: 47039022876201951 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Karoly Dombovari Data Nascimento: 20/09/1962 Passaporte: BC2173307 País: HUNGRIA; Processo: 47039023122201919 Requerente: AGC VIDROS DO BRASIL LTDA. Prazo: até 31/01/2020 Imigrante: Benjamin Freytag Data Nascimento: 20/06/1981 Passaporte: C7P85391G País: ALEMANHA; Processo: 47039023123201963 Requerente: AGC VIDROS DO BRASIL LTDA. Prazo: até 31/01/2020 Imigrante: Hans Georg Pyrski Data Nascimento: 13/10/1957 Passaporte: C7G7M8GV2 País: ALEMANHA; Processo: 47039023371201912 Requerente: REGIONAL TELHAS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS SIDERURGICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Gianluigi Colli Franzone Data Nascimento: 10/01/1954 Passaporte: YA2124757 País: ITÁLIA; Processo: 47039023373201901 Requerente: REGIONAL TELHAS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS SIDERURGICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Luca Contini Data Nascimento: 18/02/1982 Passaporte: YB2777614 País: ITÁLIA; Processo: 47039023376201937 Requerente: BOBST LATINOAMERICA DO SUL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: FERNANDO MANUEL GUIDA SANTOS Data Nascimento: 18/04/1964 Passaporte: C542500 País: PORTUGAL; Processo: 47039023565201918 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Lajos Bokronyi Data Nascimento: 25/12/1957 Passaporte: BJ9728385 País: HUNGRIA; Processo: 47039023583201991 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Imre Gyozo Sasi Data Nascimento: 11/05/1963 Passaporte: BH2940961 País: HUNGRIA; Processo: 47039023605201913 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Anthony Thomas Klodzinski Data Nascimento: 06/10/1982 Passaporte: 553916874 País: EUA; Processo: 47039023606201968 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Chad Elliot Boothe Data Nascimento: 21/03/1975 Passaporte: 488106939 País: EUA; Processo: 47039023607201911 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Christopher Ellis Foltmer Data Nascimento: 08/05/1981 Passaporte: 652248111 País: EUA; Processo: 47039023608201957 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Diego Garza Data Nascimento: 05/09/1989 Passaporte: 555748871 País: EUA; Processo: 47039023610201926 Requerente: I M S DO BRASIL SUPORTE E ASSISTENCIA TECNICA EM EQUIPAMENTOS SIDERURGICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANDREAS AXMANN Data Nascimento: 25/02/1964 Passaporte: C6Z1V74Z6 País: ALEMANHA; Processo: 47039023611201971 Requerente: I M S DO BRASIL SUPORTE E ASSISTENCIA TECNICA EM EQUIPAMENTOS SIDERURGICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Andreas Bartschmid Data Nascimento: 01/09/1962 Passaporte: C71L77TNH País: ALEMANHA; Processo: 47039023612201915 Requerente: I M S DO BRASIL SUPORTE E ASSISTENCIA TECNICA EM EQUIPAMENTOS SIDERURGICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Bernhard Hanf Data Nascimento: 16/09/1962 Passaporte: C6XHGOR4G País: ALEMANHA; Processo: 47039023613201960 Requerente: I M S DO BRASIL SUPORTE E ASSISTENCIA TECNICA EM EQUIPAMENTOS SIDERURGICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Stefan Pimperl Data Nascimento: 02/06/1971 Passaporte: C7P8MN95M País: ALEMANHA; Processo: 47039023622201951 Requerente: BW PAPERSYSTEMS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOSEPH P RASMUSSEN Data Nascimento: 01/06/1971 Passaporte: 566570313 País: EUA; Processo: 47039023624201940 Requerente: AMDOCS (BRASIL) LIMITADA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YOGESH KHIRWAL Data Nascimento: 21/10/1993 Passaporte: K1732737 País: ÍNDIA; Processo: 47039023627201983 Requerente: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Hayyan Mahmoud Alderr Data Nascimento: 13/07/1983 Passaporte: 561575932 País: EUA; Processo: 47039023629201972 Requerente: INFOSYS CONSULTING LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Karthik Pai Kochikar Data Nascimento: 14/05/1991 Passaporte: K3979233 País: ÍNDIA; Processo: 47039023630201905 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Carlos Alberto Romero Olvera Data Nascimento: 31/08/1984 Passaporte: G14192912 País: MÉXICO; Processo: 47039023632201996 Requerente: INFOSYS CONSULTING LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ANKIT RAJNIKANT SHAH Data Nascimento: 19/02/1983 Passaporte: K2012139 País: ÍNDIA; Processo: 47039023634201985 Requerente: WSO2 BRASIL TECNOLOGIA E SOFTWARE EIRELI Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Shanaka Gihan Sandanayaka Sandanayaka Mudiyanselage Data Nascimento: 16/09/1991 Passaporte: N7909632 País: SRI-LANKA; Processo: 47039023638201963 Requerente: WSO2 BRASIL TECNOLOGIA E SOFTWARE EIRELI Prazo: 9 Mês(es) Imigrante: Urala Manula Waidyanatha Data Nascimento: 04/01/1987 Passaporte: N5055668 País: SRI-LANKA; Processo: 47039023640201932 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JAIME ALBERTO VELEZ CASTRO Data Nascimento: 15/11/1987 Passaporte: AQ688071 País: COLÔMBIA; Processo: 47039023639201916 Requerente: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PAVEL JOSE MARTINEZ PARRA Data Nascimento: 04/11/1972 Passaporte: A0703555 País: COLÔMBIA; Processo: 47039023641201987 Requerente: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Alston Dillison Kirthlan Stoddard Data Nascimento: 21/11/1980 Passaporte: R0258058 País: SÃO VICENTE; Processo: 47039023648201907 Requerente: AMDOCS (BRASIL) LIMITADA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YASH PRATAP SINGH PARMAR Data Nascimento: 23/08/1998 Passaporte: T6601638 País: ÍNDIA; Processo: 47039023651201912 Requerente: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARK GODFREY Data Nascimento: 11/02/1965 Passaporte: 560753398 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039023653201910 Requerente: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KEITH WILLIAM ARMSTRONG Data Nascimento: 30/11/1954 Passaporte: 554200495 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039023657201990 Requerente: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GEORGE ANTHONY TORRES Data Nascimento: 14/08/1993 Passaporte: 597947614 País: EUA; Processo: 47039023660201911 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RAGNAR-ANDRE SKRINDO OLSEN Data Nascimento: 12/12/1974 Passaporte: 34302550 País: NORUEGA; Processo: 47039023682201973 Requerente: CAMERON TECNOLOGIA DE CONTROLE DE FLUXO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JHONNY MENDIETA VARGAS Data Nascimento: 30/04/1981 Passaporte: CE31016 País: BOLÍVIA; Processo: 47039023689201995 Requerente: CAMERON TECNOLOGIA DE CONTROLE DE FLUXO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARCO ALEXANDRE PEREIRA GUEDES VELOSO PIRES Data Nascimento: 02/07/1976 Passaporte: CA449612 País: PORTUGAL; Processo: 47039023692201917 Requerente: CAMERON TECNOLOGIA DE CONTROLE DE FLUXO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SHAUN ALEXANDER WINTER Data Nascimento: 20/07/1968 Passaporte: 099274763 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039023693201953 Requerente: BOBST LATINOAMERICA DO SUL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Alain Herve Le Roux Data Nascimento: 05/03/1967 Passaporte: 13CT46989 País: FRANÇA; Processo: 47039023696201997 Requerente: PRATT & WHITNEY CANADA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ROBERT HUNT PAPENGUTH Data Nascimento: 09/04/1960 Passaporte: 522811959 País: EUA; Processo: 47039023698201986 Requerente: BOBST LATINOAMERICA DO SUL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Juan Antonio Ros Data Nascimento: 13/12/1968 Passaporte: 18HD71351 País: FRANÇA; Processo: 47039023704201903 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KAZUYA MINOWA Data Nascimento: 10/10/1982 Passaporte: TZ1268850 País: JAPÃO; Processo: 47039023710201952 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SUKIT IAMJAIBOON Data Nascimento: 23/10/1987 Passaporte: AB1920980 País: TAILÂNDIA; Processo: 47039023714201931 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: NARUTAKE NAKANISHI Data Nascimento: 06/05/1979 Passaporte: TZ1257000 País: JAPÃO; Processo: 47039023717201974 Requerente: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DAVID ROBERT BROOKS Data Nascimento: 06/05/1967 Passaporte: 501804247 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039023720201998 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Jozsef Endresz Data Nascimento: 13/01/1973 Passaporte: BJ1997986 País: HUNGRIA; Processo: 47039023725201911 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Jozsef Daniel Ember Data Nascimento: 22/03/1965 Passaporte: BJ5585657 País: HUNGRIA; Processo: 47039023724201976 Requerente: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ALAN RICHARD ELMS Data Nascimento: 07/09/1957 Passaporte: 559636683 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039023727201918 Requerente: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: IAN PAUL DIXON Data Nascimento: 02/08/1966 Passaporte: 514976660 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039023728201954 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PUNTAWEE POONSAWAT Data Nascimento: 27/09/1981 Passaporte: AA5791047 País: TAILÂNDIA; Processo: 47039023730201923 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Laszlo Varga Data Nascimento: 23/06/1958 Passaporte: BS0963480 País: HUNGRIA; Processo: 47039023729201907 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KAJONWAT JAROONROJANANUN Data Nascimento: 13/08/1990 Passaporte: AA8929910 País: TAILÂNDIA; Processo: 47039023731201978 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YOICHI TAKAHASHI Data Nascimento: 01/03/1980 Passaporte: TR4379878 País: JAPÃO; Processo: 47039023732201912 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HIRONORI NOZAWA Data Nascimento: 22/12/1980 Passaporte: TZ1378615 País: JAPÃO; Processo: 47039023733201967 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: NOBUYUKI MAEDA Data Nascimento: 05/03/1967 Passaporte: TR4214932 País: JAPÃO; Processo: 47039023734201910 Requerente: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: YOSHIYUKI SAKAI Data Nascimento: 24/04/1973 Passaporte: TR9695088 País: JAPÃO; Processo: 47039023735201956 Requerente: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: IAN JOHN CLAXTON Data Nascimento: 13/01/1965 Passaporte: 556830136 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039023742201958 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Laszlo Milei Data Nascimento: 23/01/1984 Passaporte: BJ51543224 País: HUNGRIA; Processo: 47039023751201949 Requerente: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA

Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARIAN TUDOR Data Nascimento: 15/02/1976 Passaporte: 055377704 País: ROMÊNIA; Processo: 47039023757201916 Requerente: STEP ENERGY DO BRASIL INDUSTRIA E SERVICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DANUT FOLTEA Data Nascimento: 24/05/1965 Passaporte: 055293594 País: ROMÊNIA; Processo: 47039023774201953 Requerente: MAZAK SULAMERICANA LTDA Prazo: 30 Dia(s) Imigrante: PAUL REEVES Data Nascimento: 19/01/1965 Passaporte: 544304622 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039023779201986 Requerente: MAZAK SULAMERICANA LTDA Prazo: 30 Dia(s) Imigrante: DALE MICHAEL GELEZIUNAS Data Nascimento: 02/08/1982 Passaporte: 535379600 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039023798201911 Requerente: EM&I BRASIL INTEGRITY SERVICOS TECNICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PANAGIOTIS MANOLAKAS Data Nascimento: 17/12/1984 Passaporte: AN6601301 País: GRÉCIA; Processo: 47039023809201954 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: NILESH DASHRATHRAO KSHIRSAGAR Data Nascimento: 20/07/1974 Passaporte: Z5261816 País: ÍNDIA; Processo: 47039023814201967 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TOBIAS HERMANN KARL HUNKENSCHRÖDER Data Nascimento: 26/12/1977 Passaporte: C7KGG866P País: ALEMANHA; Processo: 47039023826201991 Requerente: IREKS DO BRASIL S.A. Prazo: 185 Dia(s) Imigrante: FLORIAN LAMPRECHT Data Nascimento: 08/10/1991 Passaporte: U2428039 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039023838201916 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Jorge Cruz Data Nascimento: 16/08/1984 Passaporte: 577305482 País: EUA; Processo: 47039023839201961 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GILBERTO LOPEZ Data Nascimento: 17/03/1980 Passaporte: 504982584 País: EUA; Processo: 47039023841201930 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: John Morris Stallings Data Nascimento: 18/12/1987 Passaporte: 652248496 País: NORUEGA; Processo: 47039023863201908 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Istvan Laczko Data Nascimento: 08/12/1973 Passaporte: BJ2407073 País: HUNGRIA; Processo: 47039023869201977 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Zoltan Szabo Data Nascimento: 30/01/1963 Passaporte: BH4826159 País: HUNGRIA; Processo: 47039023881201981 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Zsolt Szucs Data Nascimento: 31/01/1973 Passaporte: BS0920515 País: HUNGRIA; Processo: 47039023882201926 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: até 30/11/2020 Imigrante: MATTIA DI FEDE Data Nascimento: 19/07/1989 Passaporte: YA8780664 País: ITÁLIA; Processo: 47039023883201971 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: HIRONARI KUSAMOTO Data Nascimento: 29/09/1967 Passaporte: TR6110911 País: JAPÃO; Processo: 47039023884201915 Requerente: ARSOPI EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ARMÉNIO MARTINS DE OLIVEIRA Data Nascimento: 12/02/1976 Passaporte: N542232 País: PORTUGAL; Processo: 47039023885201960 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MASAYUKI MATSUNO Data Nascimento: 05/01/1960 Passaporte: TK8803463 País: JAPÃO; Processo: 47039023886201912 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TAKUMA OKONOGI Data Nascimento: 11/09/1976 Passaporte: TS0614637 País: JAPÃO; Processo: 47039023888201901 Requerente: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: KIMIYA ISHIZUKA Data Nascimento: 05/06/1968 Passaporte: MU8654849 País: JAPÃO; Processo: 47039023897201994 Requerente: ARSOPI EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RUI FILIPE SOARES FERREIRA Data Nascimento: 19/02/1991 Passaporte: P585853 País: PORTUGAL; Processo: 47039023903201911 Requerente: ARSOPI EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOÃO BRUNO PINTO TAVARES Data Nascimento: 26/03/1981 Passaporte: P771906 País: PORTUGAL; Processo: 47039023924201929 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Gyorgy Takacs Data Nascimento: 31/05/1959 Passaporte: BJ5113697 País: HUNGRIA; Processo: 47039023943201955 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TOM CUSTERS NEDREBOE Data Nascimento: 24/03/1987 Passaporte: 33292726 País: NORUEGA; Processo: 47039023949201922 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MIGUEL NAVA Data Nascimento: 10/11/1986 Passaporte: 574576751 País: EUA; Processo: 47039023950201957 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARCIN JACEK GALA Data Nascimento: 09/08/1975 Passaporte: EE8625986 País: POLÔNIA; Processo: 47039023951201900 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KIM LYDING Data Nascimento: 14/06/1974 Passaporte: 32797444 País: NORUEGA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Caput):

Processo: 47039023782201908 Requerente: PROCTER & GAMBLE DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Nicolette Kathryn Green Data Nascimento: 26/04/1995 Passaporte: 493992857 País: EUA; Processo: 47039023877201913 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHIFEN LU Data Nascimento: 21/06/1990 Passaporte: EC0354575 País: CHINA; Processo: 47039023879201911 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ZHUANGPENG HUANG Data Nascimento: 08/03/1991 Passaporte: EE2049692 País: CHINA; Processo: 47039023900201970 Requerente: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GUILLAUME GREVE Data Nascimento: 02/02/1948 Passaporte: 505840724 País: EUA; Processo: 47039023905201901 Requerente: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TIANLIN CHE Data Nascimento: 10/07/1996 Passaporte: EC3028626 País: CHINA; Processo: 47039023930201986 Requerente: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Christian Marrocco Data Nascimento: 27/12/1978 Passaporte: YA3193507 País: ITÁLIA; Processo: 47039023963201926 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TOM JOHANNES SCHEERMAN Data Nascimento: 05/04/1992 Passaporte: NVKC926J6 País: HOLANDA; Processo: 47039023986201931 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DUCKGI KIM Data Nascimento: 19/09/1966 Passaporte: M48044519 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039023989201974 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: EUNEON KANG Data Nascimento: 05/01/1974 Passaporte: M19100794 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039023990201907 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KWANHO HA Data Nascimento: 28/03/1973 Passaporte: M08512445 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039023993201932 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: WOOSEON LEE Data Nascimento: 30/09/1992 Passaporte: M91010630 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039024011201920 Requerente: AVL SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LUCA CARGNINO Data Nascimento: 09/02/1995 Passaporte: YB3716755 País: ITÁLIA; Processo: 47039024038201912 Requerente: DEAMEI MANUTENCAO, CONSULTORIAS E TREINAMENTOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ANTONIO CENTONZE Data Nascimento: 10/11/1992 Passaporte: YA6505909 País: ITÁLIA; Processo: 47039024076201975 Requerente: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HIDEO AWAJI Data Nascimento: 17/12/1968 Passaporte: TR1011105 País: JAPÃO; Processo: 47039024077201910 Requerente: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MASAHIRO SUETSUGU Data Nascimento: 20/02/1964 Passaporte: TR8373675 País: JAPÃO; Processo: 47039024086201919 Requerente: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TOMOHIRO ASAOKA Data Nascimento: 14/12/1982 Passaporte: TR4094987 País: JAPÃO; Processo: 47039024101201911 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHANDRIKA CHANDRADEO RAJKUMAR Data Nascimento: 03/08/1977 Passaporte: TB344959 País: TRINIDAD E TOBAGO; Processo: 47039024088201908 Requerente: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: EIICHI SAKATA Data Nascimento: 19/12/1972 Passaporte: TK7927513 País: JAPÃO; Processo: 47039024099201980 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: STEAVEN ANTHONY MC MILLAN Data Nascimento: 18/12/1985 Passaporte: TB307160 País: TRINIDAD E TOBAGO; Processo: 47039024148201984 Requerente: GE ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA. Prazo: 134 Dia(s) Imigrante: ROLAND GRAENACHER Data Nascimento: 06/03/1964 Passaporte: X0918117 País: SUIÇA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Parágrafo 1º):

Processo: 47039023965201915 Requerente: TROONTX TECNOLOGIA E SOLUCOES MARITIMAS EIRELI Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ARKADIUSZ STANISLAW KAPKA Data Nascimento: 24/09/1978 Passaporte: ER3556356 País: POLÔNIA; Processo: 47039024022201918 Requerente: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 64 Dia(s) Imigrante: PENTTI ENSIO HYVONEN Data Nascimento: 06/04/1972 Passaporte: PP2596916 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039024071201942 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MACIEJ WOJCIECH RZESZOTKO Data Nascimento: 18/12/1974 Passaporte: EL8599174 País: POLÔNIA; Processo: 47039024135201913 Requerente: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: até 27/03/2020 Imigrante: Teemu Johannes Valtonen Data Nascimento: 04/07/1977 Passaporte: PU6480171 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039024337201957 Requerente: CLADTEK DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE TUBOS E REVESTIMENTOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YINGQIU LI Data Nascimento: 13/09/1973 Passaporte: E69932778 País: CHINA.

Residência Prévia - RN 04 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039023437201966 Requerente: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Vincent Johann Leemann Data Nascimento: 23/02/1964 Passaporte: 642158743 País: EUA; Processo: 47039023438201919 Requerente: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PRABHAKAR PANDURANG SHIVSHARAN Data Nascimento: 01/07/1971 Passaporte: R1315841 País: ÍNDIA; Processo: 47039023459201926 Requerente: MAERSK H2S SAFETY SERVICES BRASIL SERVICOS DE SEGURANCA CONTRA GAS SULFIDRICO LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: Eduardo Jesus Alcala Fuenmayor Data Nascimento: 27/02/1975 Passaporte: 089847354 País: VENEZUELA; Processo: 47039023468201917 Requerente: TEEKAY DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Jeong Jae Lee Data Nascimento: 19/01/1991 Passaporte: M29229232 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039023614201912 Requerente: LM WIND POWER DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Akash Das Data Nascimento: 25/11/1987 Passaporte: L5766451 País: ÍNDIA; Processo: 47039023615201959 Requerente: LM WIND POWER DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Chaitanya Krishna Samavedula Data Nascimento: 22/06/1983 Passaporte: Z4152500 País: ÍNDIA; Processo: 47039023616201901 Requerente: LM WIND POWER DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Krishna Prakash Ramaswamy Data Nascimento: 07/11/1979 Passaporte: Z3709242 País: ÍNDIA; Processo: 47039023617201948 Requerente: LM WIND POWER DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Manoj Kumar Sinha Data Nascimento: 30/12/1969 Passaporte: J1397817 País: ÍNDIA; Processo: 47039023623201903 Requerente: LM WIND POWER DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Sunil Kumar Muddegowda Radhakrishna Data Nascimento: 30/07/1978 Passaporte: Z3916433 País: ÍNDIA; Processo: 47039023625201994 Requerente: LM WIND POWER DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Vishank Kondapalli Data Nascimento: 24/11/1988 Passaporte: M6525707 País: ÍNDIA; Processo: 47039023652201967 Requerente: TEEKAY DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Kristijan Vuletic Data Nascimento: 25/12/1978 Passaporte: 052668306 País: CROÁCIA.

Residência Prévia - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039022115201908 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/11/2021 Imigrante: NISEI NAÏVE DIAZ BROCA Data Nascimento: 26/11/1988 Passaporte: P4975137A País: FILIPINAS; Processo: 47039022119201988 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/11/2021 Imigrante: RAYMOND JAMIN CALIAO Data Nascimento: 25/08/1986 Passaporte: P2574900B País: FILIPINAS; Processo: 47039022121201957 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/11/2021 Imigrante: ROLEX YAP GONZALES Data Nascimento: 13/01/1970 Passaporte: P3264238A País: FILIPINAS; Processo: 47039023220201956 Requerente: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 31/10/2021 Imigrante: ALBERTO JR.YANSON POCONG Data Nascimento: 08/02/1975 Passaporte: P1462815B País: FILIPINAS Imigrante: ALEXANDER JR. YNTIG CRISPINO Data Nascimento: 01/10/1985 Passaporte: P0051193B País: FILIPINAS Imigrante: ANGELO MANGAMPO LLENARIZAS Data Nascimento: 15/01/1978 Passaporte: EC7566425 País: FILIPINAS Imigrante: JAN OESTVIK Data Nascimento: 03/02/1962 Passaporte: 30117395 País: NORUEGA Imigrante: PEDRO II ESPANOL FERRER Data Nascimento: 17/04/1982 Passaporte: P9023035A País: FILIPINAS Imigrante: REGIL KENT CHIKKALA DESPOJO Data Nascimento: 22/06/1986 Passaporte: P3633018B País: FILIPINAS; Processo: 47039023235201914 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 12/05/2020 Imigrante: ZHONG LI Data Nascimento: 02/03/1989 Passaporte: E74165845 País: CHINA; Processo: 47039023369201935 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ART MARTINEZ CABINTOY Data Nascimento: 28/05/1979 Passaporte: EC5895588 País: FILIPINAS Imigrante: GLENN CONDRILLON GULFAN Data Nascimento: 22/08/1981 Passaporte: EC7376843 País: FILIPINAS Imigrante: VLADIMIR TKACHEV Data Nascimento: 21/03/1981 Passaporte: 722505991 País: RÚSSIA; Processo: 47039023370201960 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOHANNES PIETER PATTENIER Data Nascimento: 03/01/1975 Passaporte: NW703H042 País: HOLANDA; Processo: 47039023372201959 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/01/2021 Imigrante: MOHAMMED SOHAIL Data Nascimento: 28/05/1993 Passaporte: P6550446 País: ÍNDIA; Processo: 47039023374201948 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/08/2021 Imigrante: THANABALAN JOSEPH MORAIS Data Nascimento: 19/09/1994 Passaporte: L2321996 País: ÍNDIA;

Processo: 47039023375201992 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/08/2021 Imigrante: RIC RABE PIOQUID Data Nascimento: 18/09/1981 Passaporte: P1790838B País: FILIPINAS; Processo: 47039023391201985 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/08/2021 Imigrante: NEWTON PLATTO Data Nascimento: 13/04/1997 Passaporte: P1633139 País: ÍNDIA; Processo: 47039023394201919 Requerente: BW LNG SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Dindo Dabu Jupiter Data Nascimento: 09/04/1975 Passaporte: P1221848A País: FILIPINAS Imigrante: Jul Ian Chavoso Rubite Data Nascimento: 22/08/1987 Passaporte: P7082122A País: FILIPINAS Imigrante: Ken Alvarez Gagelonia Data Nascimento: 01/10/1992 Passaporte: EC7322820 País: FILIPINAS Imigrante: Lanzer J Mateo Domingo Data Nascimento: 03/07/1991 Passaporte: P5546342A País: FILIPINAS; Processo: 47039023449201991 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 27/07/2020 Imigrante: Kosarevs Vadims Data Nascimento: 10/01/1980 Passaporte: LZ3259369 País: LETÔNIA; Processo: 47039023456201992 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 27/07/2020 Imigrante: Artamonovs Andrejs Data Nascimento: 13/12/1979 Passaporte: LZ3331272 País: LETÔNIA; Processo: 47039023457201937 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/09/2021 Imigrante: MAKSIMS LAVROVS Data Nascimento: 22/04/1988 Passaporte: LV5506178 País: LETÔNIA; Processo: 47039023486201907 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Edmondo Sacramed Monje Data Nascimento: 02/06/1969 Passaporte: P3969931A País: FILIPINAS; Processo: 47039023489201932 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/06/2020 Imigrante: Georgios Pantzavelis Data Nascimento: 07/01/1968 Passaporte: AP2277771 País: GRÉCIA; Processo: 47039023498201923 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/08/2021 Imigrante: RAVI KUMAR RATNALA Data Nascimento: 01/08/1985 Passaporte: Z5142183 País: ÍNDIA; Processo: 47039023503201906 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/08/2021 Imigrante: Lalit Subhash Arbedwar Data Nascimento: 05/10/1982 Passaporte: Z3435604 País: ÍNDIA; Processo: 47039023510201908 Requerente: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: até 27/05/2020 Imigrante: MITCHELL SHANE SIMMONS Data Nascimento: 14/03/1975 Passaporte: 594504961 País: EUA; Processo: 47039023548201972 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Maksym Raylyan Data Nascimento: 22/08/1984 Passaporte: FH104184 País: UCRÂNIA; Processo: 47039023553201985 Requerente: SAEXPLORATION (BRASIL) SERVICOS SISMICOS LTDA. Prazo: até 30/06/2020 Imigrante: ALONSO BACOMO ABID Data Nascimento: 21/11/1962 Passaporte: P3465345B País: FILIPINAS; Processo: 47039023554201920 Requerente: SAEXPLORATION (BRASIL) SERVICOS SISMICOS LTDA. Prazo: até 30/06/2020 Imigrante: EDWIN GONZALES TORIO Data Nascimento: 14/05/1972 Passaporte: EC6809985 País: FILIPINAS; Processo: 47039023562201976 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Joselito Lopez Ruizo Data Nascimento: 16/11/1973 Passaporte: EC7207837 País: FILIPINAS; Processo: 47039023563201911 Requerente: SAEXPLORATION (BRASIL) SERVICOS SISMICOS LTDA. Prazo: até 30/06/2020 Imigrante: JESUS TOBIAS GONZAGA Data Nascimento:

02/12/1964 Passaporte: P2511741A País: FILIPINAS; Processo: 47039023596201961 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/08/2021 Imigrante: BORYS BALALOV Data Nascimento: 28/12/1993 Passaporte: FL172152 País: UCRÂNIA; Processo: 47039023600201991 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/08/2021 Imigrante: LESLIE BATIS SAMSON Data Nascimento: 10/12/1969 Passaporte: P1702806A País: FILIPINAS; Processo: 47039023602201980 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/08/2021 Imigrante: MUHAMMAD MUSAFER Data Nascimento: 25/12/1977 Passaporte: AA0888164 País: PAQUISTÃO; Processo: 47039023604201979 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/08/2021 Imigrante: RAMAZAN AYDIN Data Nascimento: 22/05/1987 Passaporte: U02959044 País: TURQUIA; Processo: 47039023620201961 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/08/2021 Imigrante: REXANDER MERCADO CORPUZ Data Nascimento: 29/07/1971 Passaporte: P1889416B País: FILIPINAS; Processo: 47039024172201913 Requerente: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: BEN OLE HUNNESTAD Data Nascimento: 15/02/1974 Passaporte: 31492226 País: NORUEGA; Processo: 47039023645201965 Requerente: TEEKAY DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Brian Julagting Moscoso Data Nascimento: 11/01/1982 Passaporte: P4857557A País: FILIPINAS Imigrante: Doods Israel San Antonio Mendaros Data Nascimento: 21/03/1987 Passaporte: EC4183588 País: FILIPINAS Imigrante: Enrique Jr Mates Mesare Data Nascimento: 07/12/1980 Passaporte: P1332065A País: FILIPINAS Imigrante: Gilbert Bugas Sumalinog Data Nascimento: 21/11/1975 Passaporte: EC7452704 País: FILIPINAS Imigrante: Jesse John Gil Camarista Tapia Data Nascimento: 23/12/1991 Passaporte: EC3889559 País: FILIPINAS Imigrante: Neil James Bajan Escabal Data Nascimento: 15/02/1992 Passaporte: P4149205A País: FILIPINAS Imigrante: Ronie Salvador Tan Data Nascimento: 09/11/1975 Passaporte: EC3689904 País: FILIPINAS; Processo: 47039023643201976 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 09/05/2021 Imigrante: Ante Bulica Data Nascimento: 08/07/1959 Passaporte: 071926634 País: CROÁCIA; Processo: 47039023646201918 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 120 Dia(s) Imigrante: MATHEW JAMES Data Nascimento: 03/05/1994 Passaporte: 533700017 País: INGLATERRA; Processo: 47039023649201943 Requerente: TEEKAY DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Steeve Mara Barte Data Nascimento: 19/12/1988 Passaporte: P6738038A País: FILIPINAS; Processo: 47039024189201971 Requerente: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ARTUR MICHAL SZREIDER Data Nascimento: 25/02/1979 Passaporte: EG6089250 País: POLÔNIA; Processo: 47039023684201962 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: até 31/12/2020 Imigrante: PARAS PRATAP PATIL Data Nascimento: 06/06/1976 Passaporte: Z3743702 País: ÍNDIA; Processo: 47039023715201985 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/07/2020 Imigrante: ANDREEA PORUMB Data Nascimento: 25/12/1987 Passaporte: 054148936 País: ROMÊNIA; Processo: 47039023719201963 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/07/2020 Imigrante: JAMES KENNETH MATIAS GALANG Data Nascimento: 14/05/1996 Passaporte: P7011887A País: FILIPINAS; Processo: 47039023723201921 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/09/2020 Imigrante: EDISON BUENO ARCELIS Data Nascimento: 08/07/1977 Passaporte: P7442767A País: FILIPINAS; Processo: 47039023737201945 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/09/2020 Imigrante: GEORGE PORUMB Data Nascimento: 12/12/1989 Passaporte: 054499804 País: ROMÊNIA; Processo: 47039023739201934 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 05/11/2021 Imigrante: MATTEO CHIAPPINI Data Nascimento: 04/11/1991 Passaporte: YA2603877 País: ITÁLIA; Processo: 47039023760201930 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/05/2020 Imigrante: JULIUS YAWAN ALKUINO Data Nascimento: 31/07/1992 Passaporte: P0182781A País: FILIPINAS.

Residência Prévia - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 1º, Parágrafo 3º):

Processo: 47039023378201926 Requerente: ICBC DO BRASIL BANCO MULTIPLO S.A. Prazo: Indeterminado, condicionado à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: WENXIAN CHEN Data Nascimento: 19/12/1973 Passaporte: PE1114993 País: CHINA.

Residência Prévia - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039023079201991 Requerente: VANDERLANDE INDUSTRIES DO BRASIL COMERCIALIZACAO, IMPORTACAO E INSTALACAO DE SISTEMAS DE BAGAGEM LTDA. Prazo: Indeterminado, condicionado à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: José Maria Gatius Llorca Data Nascimento: 18/07/1961 Passaporte: PAH415861 País: ESPANHA; Processo: 47039023533201912 Requerente: LIUGONG LATIN AMERICA MAQUINAS PARA CONSTRUCAO PESADA LTDA. Prazo: Indeterminado, condicionado à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: DAWEI HE Data Nascimento: 05/02/1978 Passaporte: E63188361 País: CHINA.

Residência Prévia - RN 11 - Resolução Normativa (Artigo 2º, Inciso I):

Processo: 47039020235201962 Requerente: ZHONGDING NVH BRASIL PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado, condicionado à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: ZEJUN REN Data Nascimento: 30/11/1986 Passaporte: E00048287 País: CHINA; Processo: 47039023308201978 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: JAE MIN LEE Data Nascimento: 21/02/1968 Passaporte: M12329063 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039023359201908 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: YUN OH LEE Data Nascimento: 02/01/1976 Passaporte: M11710159 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039023669201914 Requerente: G-KT DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: TOSHIKAZU MITSUGI Data Nascimento: 12/01/1967 Passaporte: TK8672724 País: JAPÃO.

Residência Prévia - RN 13 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039020226201971 Requerente: ARSEMIK LTDA Prazo: Indeterminado, ficando condicionada a continuidade da residência à comprovação do plano de investimento ou de negócios, Imigrante: ARSENIO TENORE Data Nascimento: 13/06/1972 Passaporte: X2138043 País: SUIÇA; Processo: 47039020228201961 Requerente: ARSEMIK LTDA Prazo: Indeterminado, ficando condicionada a continuidade da residência à comprovação do plano de investimento ou de negócios, Imigrante: SABRINA BONAZZOLI Data Nascimento: 09/11/1972 Passaporte: YA8094971 País: ITÁLIA.

Residência Prévia - RN 19 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039022353201913 Requerente: CLIFFORD CHANCE SOCIEDADE DE CONSULTORES EM DIREITO ESTRANGEIRO/DIREITO INGLES, DO PAIS DE GALES E NORTE-AMERICANO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KIRSTY ELIZABETH MCKINTY Data Nascimento: 11/04/1996 Passaporte: 521556513 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039022354201950 Requerente: CLIFFORD CHANCE SOCIEDADE DE CONSULTORES EM DIREITO ESTRANGEIRO/DIREITO INGLES, DO PAIS DE GALES E NORTE-AMERICANO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LEWIS JOHN WHITEOAK Data Nascimento: 20/09/1995 Passaporte: 514661647 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039022616201986 Requerente: KINROSS BRASIL MINERACAO S/A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MOHAMED FALL Data Nascimento: 09/07/1989 Passaporte: BJ2052540 País: MAURITÂNIA; Processo: 47039022674201918 Requerente: KINROSS BRASIL MINERACAO S/A Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: Boubacar Sidi El Moctar Data Nascimento: 31/12/1984 Passaporte: BJ5101874 País: MAURITÂNIA; Processo: 47039023081201961 Requerente: COFCO INTERNATIONAL BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CARL ECKWORTH Data Nascimento: 23/01/1988 Passaporte: 527871628 País: INGLATERRA; Processo: 47039023185201975 Requerente: KELLOGG BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ALFONSO ESTEBAN RAMIREZ ESQUIVEL Data Nascimento: 09/05/1979 Passaporte: G33029794 País: MÉXICO.

Residência Prévia - RN 24 - Resolução Normativa, de 20/02/2018:

Processo: 47039023956201924 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA Prazo: 16 Mês(es) Imigrante: MARKUS ROTHHAAR Data Nascimento: 19/02/1968 Passaporte: CF41PNXG8 País: ALEMANHA.

Residência - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039011122201976 Requerente: INFOSYS CONSULTING LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SUBRAHMANYESHWAR RAO YERUBANDI Data Nascimento: 27/06/1984 Passaporte: L2255994 País: ÍNDIA Mãe: SEETHA MAHALAXMI YERUBANDI Pai: AYYANNA YERUBANDI; Processo: 47039021165201960 Requerente: WUHAN FIBERHOME INTERNACIONAL TECNOLOGIAS DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: XIANGYU XUE Data Nascimento: 18/12/1984 Passaporte: PE1521155 País: CHINA Mãe: GUORONG WU Pai: SHUANGQUAN XUE; Processo: 47039022716201911 Requerente: WAY BRASIL ENSINO AMERICANO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LISA RENEE ROBINETT DIAZ Data Nascimento: 16/06/1971 Passaporte: 572341949 País: EUA Mãe: EDITH JUNE MCFARLIN Pai: LARRY WENDELL ROBINETT; Processo: 47039023350201999 Requerente: CASAIS BRASIL, ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Pedro Ricardo Gonçalves Durães Barbosa Data Nascimento: 22/09/1981 Passaporte: N810234 País: PORTUGAL Mãe: Maria da Glória Gonçalves Barbosa Pai: António Manuel Durães Barbosa; Processo: 47039023512201999 Requerente: HT MICRON SEMICONDUTORES S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JUNGWOO HAN Data Nascimento: 03/02/1972 Passaporte: M55868125 País: CORÉIA DO SUL Mãe: JEONGJA BYEON Pai: YONGDAE HAN; Processo: 47039023556201919 Requerente: SECRETARIA DA SAUDE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MIGUEL ANGEL HERRERA PEREZ Data Nascimento: 26/05/1950 Passaporte: XDC119097 País: CUBA Mãe: NIEVEZ PEREZ Pai: BALDOMERO HERRERA; Processo: 47039023560201987 Requerente: SECRETARIA DA SAUDE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GLADYS RAFAELA CIRIÓN MARTINEZ Data Nascimento: 24/10/1950 Passaporte: I628232 País: CUBA Mãe: JESUS CIRIÓN Pai: FELICIA MARTINEZ; Processo: 47039023564201965 Requerente: SOCIAL MINER INTERNET LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: AMIR JALILIFARD Data Nascimento: 27/06/1983 Passaporte: I95761485 País: IRÃ Mãe: ROGHAYEH ROSTAMI Pai: ALIASGHAR JALILIFARD; Processo: 47039023587201970 Requerente: KANEKA SOUTH AMERICA REPRESENTACOES LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Masashi Izumida Data Nascimento: 30/03/1976 Passaporte: TK6578351 País: JAPÃO Mãe: Makiko Izumida Pai: Kenji Izumida.

Residência - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º):

Processo: 47039022607201995 Requerente: MOSAIC FERTILIZANTES DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: FLORIS EDUARD ALEXANDER BIELDERS Data Nascimento: 20/12/1958 Passaporte: BU15J58K1 País: HOLANDA; Processo: 47039023594201971 Requerente: GOODWIN INDUSTRIA E COMERCIO DE BOMBAS SUBMERSAS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: GEORGE OWEN KEW PRINCE Data Nascimento: 26/04/1965 Passaporte: 090905759 País: VENEZUELA Imigrante: GEORGE OWEN KEW PRINCE Data Nascimento: 26/04/1965 Passaporte: 090905759 País: VENEZUELA; Processo: 47039023795201979 Requerente: YUDO SA FABRICACAO DE CAMARA QUENTE LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JOSÉ RUI URBANO BRANDÃO FERREIRA Data Nascimento: 13/03/1971 Passaporte: C550879 País: PORTUGAL.

Residência - RN 13 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039016792201989 Requerente: FAZENDA FAMILIA COSTA AGRONEGOCIO E CONSTRUTORA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: EMANUELE COSTA Data Nascimento: 15/03/1988 Passaporte: YB0606266-V País: ITÁLIA; Processo: 47039019340201959 Requerente: TECNIFERTI BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: CASIMIRO RODRIGUES SOARES Data Nascimento: 02/04/1951 Passaporte: C876117 País: PORTUGAL; Processo: 47039023353201922 Requerente: FBB CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA Prazo: Indeterminado, ficando condicionada a continuidade da residência à comprovação do plano de investimento ou de negócios, Imigrante: FERNANDO SILVERIO DE BRITO BARROS Data Nascimento: 21/06/1958 Passaporte: P005656 País: PORTUGAL.

Residência - RN 14 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039019554201925 Instituição: CONGREGACAO DAS IRMAS FRANCISCANAS DE N S DO AMPARO Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: IRENE PATRICIA GRANJO FRANCISCO Data Nascimento: 29/05/1988 Passaporte: N2330289 País: ANGOLA; Processo: 47039021245201915 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Collin Chance Smith Data Nascimento: 27/05/2000 Passaporte: 591868975 País: EUA; Processo: 47039021384201949 Instituição: Steven John Boone Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Steven John Boone Data Nascimento: 25/06/2000 Passaporte: 565543300 País: EUA; Processo: 47039021588201980 Instituição: COMUNIDADE CATOLICA NOVA ALIANCA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DELPHINE BRUERE Data Nascimento: 28/03/1985 Passaporte: 17CR29838 País: FRANÇA; Processo: 47039021922201903 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Kelly Alejandra Johnson Sánchez Data Nascimento: 13/03/1999 Passaporte: PAG277588 País: ESPANHA; Processo: 47039022571201940 Instituição: ASSOCIACAO MISSIONARIOS LEIGOS DE MARYKNOLL Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Margarita Arambula Duran Data Nascimento: 13/09/1994 Passaporte: 509863946 País: EUA; Processo: 47039023284201957 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DENIS ALEXIS VILLALTA FLORES Data Nascimento: 31/08/1999 Passaporte: F508874 País: HONDURAS; Processo: 47039023414201951 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Diego Oswaldo Andres Jimenez Data Nascimento: 01/07/2000 Passaporte: G31406793 País: MÉXICO; Processo: 47039023429201910 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Avelino Vera Pedro Data Nascimento: 16/02/2000 Passaporte: G32028102 País: MÉXICO; Processo: 47039023439201955 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Samuel James Bennett Data Nascimento: 25/12/1999 Passaporte: 586783368 País: EUA; Processo: 47039023461201903 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Diana Laura Varela Galindo Data Nascimento: 11/07/1999 Passaporte: G28984653 País: MÉXICO; Processo: 47039023466201928 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Colby Jay Reynolds Data Nascimento: 28/02/2000 Passaporte: 580764729 País: EUA; Processo: 47039023467201972 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: McKay Nathan Smith Data Nascimento: 27/07/2000 Passaporte: 582477469 País: EUA; Processo: 47039023469201961 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Seth Andrew Wilding Data Nascimento: 09/11/1999 Passaporte: 583625913 País: EUA; Processo: 47039023509201975 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Soren Morgan Selph Data Nascimento: 09/03/2000 Passaporte: 551651055 País: EUA; Processo: 47039023532201960 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jeffrey Brayden Bollwinkel Data Nascimento: 20/09/2000 Passaporte: 599055497 País: EUA; Processo: 47039023534201959 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Taylor Celeste Yeates Data Nascimento: 02/02/1999 Passaporte: 539295784 País: EUA; Processo: 47039023545201939 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jose David Vasquez Hernandez Data Nascimento: 03/12/1992 Passaporte: 217115063 País: GUATEMALA; Processo: 47039023659201989 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jacob Chamberlin Hardy Data Nascimento: 26/08/2000 Passaporte: 594489520 País: EUA.

Residência - RN 20 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039022541201933 Requerente: DOUGLAS AUGUST ALEXANDER OHLBERG Prazo: até 30/08/2020 Imigrante: DOUGLAS AUGUST ALEXANDER OHLBERG Data Nascimento: 28/06/1955 Passaporte: 566400092 País: EUA; Processo: 47039023106201926 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS Prazo: até 31/12/2021 Imigrante: angelo marinucci Data Nascimento: 29/12/1978 Passaporte: YA5953603 País: ITÁLIA; Processo: 47039024128201911 Requerente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: MAGDEVIS YANET RODRIGUEZ CATURLA Data Nascimento: 29/07/1978 Passaporte: J755878 País: CUBA.

Residência - RN 24 - Resolução Normativa, de 20/02/2018:

Processo: 47039022641201960 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Prazo: Indeterminado Imigrante: Satheeshkumar Veerahanumakkanapalya Honnappa Data Nascimento: 02/04/1981 Passaporte: T8270161 País: ÍNDIA Mãe: Sreerangamma Pai: Veerahanumakkanapalya Hanumanthappa Honnappa; Processo: 47039022990201981 Requerente: ANUJ KUMAR Prazo: até 27/11/2021 Imigrante: ANUJ KUMAR Data Nascimento: 30/07/1976 Passaporte: Z5213881 País: ÍNDIA Mãe: OMVATI DEVI Pai: RATAN SINGH.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 03/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018:

Processo: 47039023688201941 Requerente: SDC DO BRASIL - SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Shaobo Liu Data Nascimento: 10/09/1989 Passaporte: PE1270437 País: CHINA Mãe: Shuanyu Song Pai: Fusheng Liu; Processo: 47039023763201973 Requerente: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: até 30/09/2020 Imigrante: YUJI UETSUHARA Data Nascimento: 31/01/1954 Passaporte: TZ1004646 País: JAPÃO Mãe: SAYUKO UETSUHARA Pai: NOBUO UETSUHARA; Processo: 47039023982201952 Requerente: PETRODIN ENERGIA HIBRIDA LTDA Prazo: até 30/01/2021 Imigrante: DENIS IVANOV Data Nascimento: 26/02/1976 Passaporte: 754146759 País: RÚSSIA Mãe: TAMARA IVANOVNA IVANOVA Pai: OLEG MIKHAILOVICH IVANOV.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 14/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018:

Processo: 47039018940201908 Instituição: DELAGACAO DA FAMILIA MISSIONARIAS DA REDENCAO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Josephine Harerimana Data Nascimento: 01/05/1984 Passaporte: OP0124643 País: BURUNDI Mãe: Sylvie Hakizimana Pai: Tharcisse Ndimubandi; Processo: 47039018944201988 Instituição: DELAGACAO DA FAMILIA MISSIONARIAS DA REDENCAO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Sylvane Nsengiyumva Data Nascimento: 16/08/1987 Passaporte: OP0124642 País: BURUNDI Mãe: Generose Ndururukije Pai: Joseph Mpawenayo.

Residência - RN 30 - ALTERAÇÃO DO PRAZO (RN02/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018:

Processo: 47039021534201914 Requerente: BILWANI & YAKOOB TRADING DO BRASIL COMERCIO DE ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MUHAMMAD DANISH Data Nascimento: 16/05/1981 Passaporte: AA7716336 País: PAQUISTÃO Mãe: JAFERI GUL Pai: GUL MUHAMMAD; Processo: 47039021991201917 Requerente: NOVO NORDISK FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: HELLE BRYDE Data Nascimento: 04/12/1977 Passaporte: 206744733 País: DINAMARCA Mãe: EVA HANSEN Pai: JORGEN ROBERT HANSEN; Processo: 47039023231201936 Requerente: TOTAL E&P DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: PHILIPPE GAETAN MARCEL DI MAMBRO Data Nascimento: 08/09/1964 Passaporte: 10CC22967 País: FRANÇA Mãe: ARLETTE MARCELLE BERNARD Pai: GIOVANNI DI MAMBRO.

Residência - RN 30 - ALTERAÇÃO DO PRAZO (RN 14/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018:

Processo: 47039019766201911 Instituição: ELVIS NDIHOKUBWAYO Prazo: Indeterminado Imigrante: ELVIS NDIHOKUBWAYO Data Nascimento: 18/09/1986 Passaporte: 0P0234469 País: BURUNDI Mãe: BERNADETE NDAYIZEYE Pai: APOLLINAIRE HAKIZIMANA.

Residência - RN 36 - Resolução Normativa, de 21/11/2018 (Artigo 4º c/c 2º, Alínea a):

Processo: 47039022871201929 Requerente: GEORGES ERIC JEAN CLAUDE FARGE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GEORGES-ERIC JEAN CLAUDE FARGE Data Nascimento: 12/03/1970 Passaporte: 540529166 País: EUA Mãe: NICOLE ANGELE GEORGETTE PONCET Pai: PIERRE GEORGES FARGE.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de residência:

Processo: 47039022175201912 Requerente: DAVID J. HOSPEDAGEM LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: DAVID PAUL J.SAEY Passaporte: EM661032; Processo: 47039023875201924 Requerente: IPPEL EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YOSVANY PEREZ RODRIGUEZ Passaporte: 1436383; Processo: 47039.020720/2019-36 Requerente: FJEPC CONSTRUCOES EM ENERGIA ELETRICA DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado; Processo: 47039023524201913 Requerente: VALORGAS - ENERGIA E BIOGAS SPE LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JORGE ANDRE DOMINGUEZ DE MATOS Passaporte: C719388; Processo: 47039013777201989 Requerente: DANIEL ANDREAS SODERBERG Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DANIEL ANDREAS SODERBERG Passaporte: 94529790; Processo: 47039018171201930 Requerente: JOSE ANTONIO ANSON CAVIA Prazo: Indeterminado Imigrante: JOSE ANTONIO ANSON CAVIA Passaporte: PAJ906817; Processo: 47039020307201971 Requerente: SINCRONICA SISTEMAS INTEGRADOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: YOVANY RIVERO TORRES Passaporte: J339392; Processo: 47039020465201921 Requerente: SER BRASIL DE ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: David Rodriguez Megias Passaporte: AG748553; Processo: 47039017529201915 Requerente: MIH BRAZIL PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KESHNA ALIA ACKAN Passaporte: M00227885; Processo: 47039013970201910 Requerente: ALADDIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: AKRAM HASAN ALA EDDIN ALI Passaporte: P552963; Processo: 47039019915201933 Requerente: JANGO RESTAURANTE; BAR E POUSADA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: KARL ANDREW EMANUEL STRANDBERG Passaporte: 92721147; Processo: 47039020505201935 Requerente: COPEART ADMINISTRADORA DE POUSADAS; APART-HOTEIS E RESTAURANTES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Renaud Luypaert Passaporte: EP624408; Processo: 47039023433201988 Requerente: TIZIANA BELMONTE Prazo: Indeterminado Imigrante: Tiziana Belmonte Passaporte: YB1179283; Processo: 47039023440201980 Requerente: Brandon Calderon Xiques Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Brandon Calderon Xiques Passaporte: 572601910; Processo: 47039022901201905 Requerente: VIA ROSSI COMERCIO DE ROUPAS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: SAAD MOHAMMAD SULTAN AL JOBURI Passaporte: A9397201; Processo: 47039014684201971 Requerente: JOAO CARLOS MARTINS FERNANDES Prazo: 1 Mês(es) Imigrante: João Carlos Martins Fernandes Passaporte: P700306.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

RETIFICAÇÕES

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº. 196, de 09/10/2019, Seção 1, p. 64, Processo: 47039.018490/2019-45, onde se lê: Imigrante: DAU PHAT TAI, leia-se: Imigrante: PHAT TAI DAU.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº. 208, de 25/10/2019, Seção 1, p. 63, Processo: 47039.020105/2019-20, onde se lê: Data Nascimento: 12/07/0986, leia-se: Data Nascimento: 12/07/1986.

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIAS DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS - SUBSTITUTA no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, resolve:

Nº 1.351 - Conceder a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.455/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

ABDUL MATIN AMIND - F138670-T, natural de Gana, nascido em 28 de dezembro de 2012, filho de Amind Yussif e de Aminatu Fuseini, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo n° 08451.004345/2019-54);

GRACIELLA DINANGA WA NZAMBI - G449363-Z, natural da República do congo, nascida em 15 de abril de 2016, filha de Fabrice Owaye Ifidi e de Tina Bankumuna Kanynda, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.024103/2019-12);

MST FAHIMA AKTHER KOLY - G456532-A, natural de Bangladesh, nascida em 25 de outubro de 2008, filha de Mohammed Nurul Islam e de Mst Lipi Akther, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo n° 08452.006656/2019-48);

MIRA RABIH MOHAMAD ELSAADI - F202700-D, natural de Israel, nascida em 14 de maio de 2016, filha de Rabih Mohamad Mohsen Elsaadi e de Mariam Ghassan Ibrah Im Alkhaldi, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.023608/2019-51);

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS - SUBSTITUTA no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, resolve:

Nº 1.352 - Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

CHEN OU YANG YU LI - V161896-B, natural da China (Taiwan), nascido em 29 de julho de 1947, filho de Ou Yang Chin San e de Ou Yang Chen Chin Kwei, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08709.004015/2019-08);

HAYEL ZAAL ALI - V477697-Q, natural da Palestina, nascido em 23 de dezembro de 1965, filho de Zaal Awad Ali e de Maryam Ahmad Hussein, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 08339.008892/2015-71);

GENNARO SORIA - W692488-Q, natural da Itália, nascido em 20 de abril de 1947, filho de Nicola Soria e de Rosa Pisano Soria, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.016912/2019-42);

IGNACIO ALEJANDRO BORGES CUEVAS - V023304-1, natural da Venezuela, nascido em 01 de fevereiro de 1964, filho de Bladimir Alejandro Borges Rojas e de Edilia Margarita Cuevas de Borges, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08385.019265/2019-34);

ITUNGA MWENNYI MALI - V214622-B, natural de Congo, nascido em 26 de novembro de 1965, filho de Mwenyi Mali Cungula e de Bisili Kikuba, residente no Estado do Pará (Processo nº 08360.006880/2018-88);

MANUEL BOAVENTURA MONTEIRO - V030552-S, natural de Cabo Verde, nascido em 25 de outubro de 1958, filho de Boaventura Manuel Monteiro e de Beatriz Ribeiro Monteiro, residente no Estado do Pará (Processo nº 08360.001436/2019-57) e

NEMIR DAOUD FAHS - V108935-K, natural do Líbano, nascido em 15 de setembro de 1950, filho de Daoud Fahs e de Zeinab Sabra, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.014748/2017-41).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS - SUBSTITUTA no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, resolve:

Nº 1.353 - Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ABED NEGOT MEISSET - V815086-0, natural do Haiti, nascido em 21 de novembro de 1978, filho de Pierre Servissaint Meisset e de Maricia Vilan, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo n° 08451.006915/2018-60);

ABDULMALEK KABAWA - G148399-3, natural da Síria, nascido em 22 de julho de 1997, filho de Kamal Kabawa e de Namat Chahla, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.014635/2019-33);

ABDULRAHIM AL GHABRA - G351898-0, natural da Síria, nascido em 01 de janeiro de 1989, filho de Ahmad Yahya Al Ghabra e de Ranieh Sakabani, residente no Estado do Acre (Processo n° 08797.000728/2019-42);

ALFREDO MARRERO ALFONSO - G004061-H, natural de Cuba, nascido em 28 de outubro de 1968, filho de Alfredo Marrero Alfonso e de Gloria Maria Alfonso Bravo, residente no Estado de Alagoas (Processo n° 08230.007557/2018-15);

EMMANUEL ALEJANDRO TORRES - V893187-T, natural da Argentina, nascido em 17 de novembro de 1986, filho de Hector Alejandro Torres e de Nancy Beatriz Vega, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo n° 08460.000112/2019-73);

ESTHER DELUCIER - G003831-0, natural do Haiti, nascida em 03 de outubro de 1997, filha de Anaud Delucier e de Marie Phonique Charles, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08506.005886/2018-36);

FREDDYJOSE CARIDAD MUNIVE - G347850-4, natural da Venezuela, nascido em 01 de março de 1978, filho de William Jose Caridad e de Guver Munive, residente no Estado de Roraima (Processo n° 08485.001241/2019-09);

GLORIA YOLANDA AGUILAR GUZMAN - V856703-9, natural da Bolívia, nascida em 22 de fevereiro de 1988, filha de Gustavo Raul Aguilar Orellana e de Carmen Grisel Guzman Anez, residente no Estado de Minas Gerais (Processo n° 08354.002689/2019-27);

INSSA DIEYE - G161960-T, natural do Senegal, nascido em 26 de junho de 1989, filho de Saliou Dieye e de Ndeye Ndiaye, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo n° 08451.003775/2019-59);

JONEL PIERRE - V840045-K, natural do Haiti, nascido em 10 de janeiro de 1979, filho de Arnold Pierre e de Christiane Lamothe, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo n° 08451.006999/2018-31);

JORGE LUIS LINARES ROMERO - G322040-2, natural da Venezuela, nascido em 03 de janeiro de 1985, filho de Jesus Enrique Linares e de Marisol Romero de Linares, residente no Estado do Amazonas (Processo n° 08240.005831/2018-94);

JOSE GERMAN GONZALEZ RONCANCIO - V949301-D, natural da Colômbia, nascido em 26 de dezembro de 1981, filho de Juan Rafael Gonzalez e de Flor Maria Roncancio, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo n° 08457.004016/2017-91);

JULIO SAMBÚ - G351822-X, natural da Guiné Bissau, nascido em 05 de junho de 1976, filho de Quibos Sambu e de Intchia na Cuba, residente no Estado do Ceará (Processo n° 08270.008455/2019-13);

LISANDRA DIAZ TALONES SOUZA - G246850-G, natural de Cuba, nascida em 31 de outubro de 1985, filha de Pablo Manuel Diaz Maestre e de Maria Antonia Talones Vazquez, residente no Estado de Minas Gerais (Processo n° 08124.002019/2019-14);

LISLIE CORRALES LEZCANO - V993845-A, natural de Cuba, nascido em 04 de agosto de 1983, filho de Juan Corrales Placeres e de Ana Marilin Lezcano Leon, residente no Estado do Pará (Processo n° 08360.010788/2018-12);

LUIS ERNESTO BARRIGA ALFARO - V825747-C, natural do Peru, nascido em 25 de março de 1983, filho de Jesus Ernesto Barriga Hoyle e de Rosa Amelia Alfaro Perez, residente no Estado da Paraíba (Processo n° 08377.000160/2019-19);

MANUEL PULULU RITA - V141945-S, natural da Angola, nascido em 31 de dezembro de 1982, filho de Manuel Pululu Rita e de Maria Kundila, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo n° 08457.002596/2017-82);

MATCHO AFUNHA CA - G450706-X, natural da Guiné Bissau, nascido em 20 de agosto de 1993, filho de Afunha Ca e de Helena Indi, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.014539/2019-95);

MAURO PAOLINI - V604400-7, natural da Itália, nascido em 31 de dezembro de 1974, filho de Pietro Paolini e de Daniela Gambini, residente no Estado do Ceará (Processo n° 08270.010805/2018-21);

MOHD WASSIL TAKRITI - G452369-F, natural da Síria, nascido em 22 de outubro de 1961, filho de Anwar Takriti e de Afaf Darkal, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.014559/2019-66);

OLGA LOBANOVA TOLEDO - G175726-B, natural da Rússia, nascida em 20 de novembro de 1983, filha de Oleg Vassilievich Lobanova e de Tatiana Viktorovna Lobanova, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.041626/2018-34);

OLIVIO DE FREITAS CARDOSO MUTAQUIHA - V811304-Z, natural de moçambique, nascido em 12 de fevereiro de 1987, filho de Estevao Gustavo Mutaquiha e de Isabel Esteves Cardoso Mutaquiha, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo n° 08460.005381/2019-26);

OLRICHE DESSOIT - G234409-8, natural do Haiti, nascido em 08 de abril de 1985, filho de Saint Coit Dessoit e de Sylvie Alexis, residente no Estado de Minas Gerais (Processo n° 08354.002435/2019-17);

PATRIK AIME VIASSIN - G020592-V, natural de Benin, nascido em 13 de setembro de 1991, filho de Zannou Antoine Viassin e de Françoise Tihoundjo, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo n° 08420.005311/2019-44);

RAHAF ALDAHHAN - G351892-C, natural da Síria, nascida em 01 de maio de 1997, filha de Mazen Aldahhan e de Rasha Sakbani, residente no Estado do Acre (Processo n° 08797.000727/2019-06);

REHAB ALASHEK - G172419-Z, natural da Síria, nascida em 10 de maio de 1984, filha de Omar Alashek e de Maram Saroudi, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.016859/2019-80);

REINALDO HERNANDEZ HERRRERA - V642567-V, natural de Cuba, nascido em 03 de dezembro de 1968, filho de Reinaldo Hernandez Perez e de Mercedes Herrera Perez, residente no Estado de Santa Catarina (Processo n° 08492.003815/2019-86);

ROLA HAMMAD - G278820-Y, natural do Líbano, nascida em 26 de junho de 1987, filha de Mohamad Hammad e de Sanaa Othman Hamzeh, residente no Estado do Acre (Processo n° 08797.000730/2019-11);

ROSALINA TCHUDA NA TCHALE - G094077-M, natural da Guiné Bissau, nascida em 01 de junho de 1988, filha de Tchuda Na Tchale e de Maria Na Sanha, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.000644/2019-47);

SIMON HERARD - V801913-G, natural do Haiti, nascido em 30 de maio de 1982, filho de Dieulifaite Herard e de Sacifie Charles, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo n° 08451.002688/2019-84);

WESAM KHALED ALI SHEHADA - G114280-T, natural da Líbia, nascida em 18 agosto de 1974, filha de Khaled Ali Shehada e de Halema Mohamed Abo Ebaid, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.017082/2019-71);

WOODENS CHERVILLE - G204113-A, natural da República do Haiti, nascido em 16 de setembro de 1992, filho de Cherville Wilbert e de Leger Lucilla, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08506.000802/2019-59);

YOVANEZ DIAZ ACOSTA - V943418-M, natural de Cuba, nascido em 27 de janeiro de 1969, filho de Gabriel Edel Diaz Hernandez e de Matilde Onelia Acosta Santana, residente no Estado de Tocantins (Processo n° 08531.000570/2019-21);

YUNIOR HERNANDEZ RODRIGUEZ - G008999-A, natural de Cuba, nascido em 12 de novembro de 1986, filho de Jose Francisco Hernandez Hernandez, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08707.000625/2019-44) e

ZACHARIE DIKONDA KALAMBAYI - G114651-K, natural da Rep Dem Congo, nascido em 04 de agosto de 1975, filho de Kalambayi e de Masanka, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo n° 08460.007145/2019-44).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 1..354, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.001342/2019-88, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, BINYAMIN SHLOMOV, de nacionalidade israelense, filho de Abran Shlomov e de Sara Shlomov, nascido na Federação Russa, em 14 de maio de 1985, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 1.355, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.001311/2017-65, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2o, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, MUNYADZIWA MAVIS TSHIFURA, de nacionalidade sul-africana, filha de Hezekiel Madou e de Elisa Nditsheni Tshifura, nascida em Johanesburgo, na República da África do Sul, em 23 de junho de 1984, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos e 6 (seis) meses, a partir de sua saída.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 1.356, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704003389/2015-14, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2o, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, ASSUNTA MIGLIATICO, de nacionalidade italiana, filha de Biagio Migliatico e de Vicenza Fusco, nascida em Nápoles, República Italiana, em 19 de abril de 1971, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 14 (quatorze) anos e 7 (sete) meses, a partir de sua saída.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 1.357, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTTUTA, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.001783/2015-18, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, MUHAMMAD HAFIZ BIN ABDULLAH ou MUHAMMAD HAFIZ BIN, de nacionalidade malaia, filho de Abdullah e de Noraliza, nascido em Kuala, Lumpur, Malaia, em 8 de setembro de 1991, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 1.358, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.009603/2012-31, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, DEMBA BALDE, de nacionalidade guineense, filho de Amadi Balde e de Maimuna Seidid, nascido na República da Guiné-Bissau, em 15 de fevereiro de 1988, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir de sua saída.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 1.359, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.012008/2012-83, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, GERMAN SUAREZ DOS SANTOS, de nacionalidade boliviana, filho de Osbaldo Suarez e de Ana dos Santos, nascido em Santa Cruz de la Sierra, no Estado Plurinacional da Bolívia, em 5 de abril de 1965, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 7 (sete) anos e 8 (oito) meses, a partir de sua saída.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 1.360, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.000960/2013-15, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, FERNANDO PAULO , de nacionalidade angolana, filho Manuel Felipe e de Veronica Maria, nascido na República de Angola, em 31 de outubro de 1965, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 13 (treze) anos, 7 (sete) meses e 10 (dez) dias, a partir de sua saída.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 1.361, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.024322/2009-11, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2o, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, ROSA KARINA RODRIGUEZ SALCEDO, de nacionalidade dominicana, filha de Antonio Benitez Rodrigues e de Rosa Evelia Salcedo Domingues, nascida em Santo Domingo, República Dominicana, em 26 de fevereiro de 1988, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos, 6 (seis) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 1.362, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08001.005707/2008-70, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JULIO ENRIQUE HUERTAS LEON, de nacionalidade colombiana, filho de Carlos Julio Huertas Arias e de Maria Leon de Huertas, nascido na República da Colômbia, em 16 de julho de 1941, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 7 (sete) anos, 9 (nove) meses e 10 (dez) dias, a partir de sua saída.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 1.363, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.016570/2007-16, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, CINTHIA MABEL CABRERA BENITEZ, de nacionalidade paraguaia, filha de Maximo Cabrera Lopes e de Sergia Benitez Perez, nascida na República do Paraguai, em 17 de agosto de 1985, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos e 3 (três) meses, a partir de sua saída.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 1.364, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.021484/2006-36, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MARCOS ROBERTO TELLO GUEVARA, de nacionalidade peruana, filho de Porfirio Tello e de Rita Guevara, nascido em Lima, na República do Peru, em 25 de dezembro de 1973, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 5 (cinco) anos, a partir de sua saída.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 1.365, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.004716/2007-72, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MARIA ROSA DONOFRIO VEGA, de nacionalidade argentina, filha de Pedro Donofrio e de Maria Vega, nascida na Província de Corrientes, na República Argentina, em 28 de julho de 1957, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos, 1 (um) mês e 10 (dez) dias.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 1.366, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.014083/2006-20, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JOSE LEON AREVALOS, de nacionalidade paraguaia, filho de Jacinta Arevalos, nascido em 19 de março de 1951, em Pedro Juan Caballeros, na República do Paraguai, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos, a partir de sua saída.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 1.367, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.018868/2005-91, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, CARMEN SORAYA SPINOSA DIARA ou CARMEN SORAYDA ESPINOZA JARA, de nacionalidade peruana, filha de Teofilo Spinoza e de Ermelinda Diara, nascida em Lima, na República do Peru, em 2 de março de 1978, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos, a partir de sua saída.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 1.368, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.016925/2005-05, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JUVENAL CAPUCHO ZARZOSA ou JOSE BENITEZ ESPINOSA, de nacionalidade peruana, filho de Leonidas Capucho e Sophia Zarzosa, nascido em Lima, na República do Peru, em 19 de abril de 1961, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 25 (vinte e cinco) anos, 4 (quatro) meses e 8 (oito) dias, a partir de sua saída do território nacional, a partir de sua saída do território nacional.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 1.369, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.001820/2002-09, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MARIA DEL CARMEN FERNÁNDEZ DOMÍNGUEZ, de nacionalidade espanhola, filho de Francisco Fernandez Lopeze e de Deolinda Domingues Rodrigues, nascida em 2 de julho de 1971, no Reino da Espanha, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos, a partir de sua saída.

MARTHA PACHECO BRAZ

DESPACHOS

Despacho nº 12.700/2019/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado:HASAN IBRAHIM MOHD YOUSEF
Processo: 08706.003253/2018-37

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

Despacho nº 12.461/2019/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: CATHERINE CABBIGAT MATSUSHIGUE
Processo: 08495.000301/2019-49

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

Despacho nº 12.741/2019/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento de Naturalização
Interessada: REMAL ABU ALLAN
Processo: 08280.002626/2019-81

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não comprovou ter residência em território nacional pelo prazo mínimo previsto em lei, nos termos do Art. 67 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 12.830/2019/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: HAMID BEN YAHYA
Processo: 08386.005650/2019-94

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não cumpre o disposto no art. 65, inciso II c/c com art. 66 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 12.821/2019/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessada: ROBENS JOSEPH
Processo: 08451.004325/2019-83

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, indefere o pedido, tendo em vista que o estrangeiro não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, do Artigo 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 12.720/2019/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: JIMMY VILLANUEVA FLORES
Processo: 08793.002305/2018-16

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, arquiva o pedido, tendo em vista a falta de cumprimento de exigências, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

Despacho nº 12.721/2019/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: RUTH MANUELA BANDE FERNANDO
Processo: 08460.005343/2018-92

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

Despacho nº 12.742/2019/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessada: BALLA DIOP
Processo: 08451.004288/2019-11

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, indefere o pedido, tendo em vista que o estrangeiro não atende à exigência contida no inciso III, do Artigo 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 12.768/2019/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessada: IBRAHIMA SOW
Processo: 08458.005587/2017-33

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS - SUBSTITUTA , no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não comprovou domínio da Língua Portuguesa, contrariando o disposto no inciso III, do artigo 65, da Lei 13.445/2017.

MARTHA PACHECO BRAZ

DIVISÃO DE RESIDÊNCIA

DESPACHO

Defiro o presente pedido de autorização de residência por prazo indeterminado, a título de Reunião Familiar, conforme disposto no art. 30, inciso I, letra "i" da Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017. Processo nº 08505.054570/2016-16 - EUGENIA KIANGEBENI JORDÃO

MARTHA PACHECO BRAZ
Chefe da Divisão

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS

Declara que a correta grafia do nome do genitor de AGOSTINHO AWADA DIAMBU, incluído na Portaria CPMIG nº 760, de 09 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 10 de outubro de 2019, é AWADA BERNARDO e não como constou, 08505.006522/2019-64.

Declara que a correta grafia do nome da genitora de MARLENI ANTONIA GUZMAN GUZMAN, incluída na Portaria CPMIG nº 595, de 20 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2019, é MIROPE ENCARNACION GUZMAN ACEVEDO e não como constou, 08485.042996/2018-74.

Declara que a correta grafia do nome do genitor de SIMON PLESTENJAK, incluído na Portaria CPMIG nº 93, de 09 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2019, é TONE PLESTENJAK e não como constou, 08505.009209/2017-16.

Declara que a correta grafia do nome de ADAM HUSAAB ALHADI KRAID, incluído na Portaria CPMIG nº 1.128, de 29 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 02 de dezembro de 2019, é ADAM MUSAAB ALHADI KRAID e não como constou, 08295.009947/2019-48.

Declara que a correta grafia do nome de CHRISTELLE MIRFLORE SABIGAELLE PUBIEN, incluída na Portaria CPMIG nº 590, de 19 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 20 de setembro de 2019, é CHRISTELLE MIRLIFLORE SABIGAELLE PUBIEN e não como constou, 08389.008428/2019-13.

Declara que a correta grafia dos nomes dos genitores de SERGIO MAKANI LUKOMBO, incluído na Portaria CPMIG nº 555, de 16 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 17 de setembro de 2019, são MAURICIO LUCOMBO e MARIA MAKIESSE MVEMBA RAUL e não como constaram, 08505.063575/2018-00.

Declara que a correta grafia do nome da genitora de JAWAD IDHOUSSINE, incluído na Portaria CPMIG nº 718, de 04 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 07 de outubro de 2019, é RKIA FILHA DE ABDERRAHMANE e não como constou, bem como, sua data data de nascimento é 10 de junho de 1989, 08492.002134/2019-09.

Declara que a correta grafia do nome da genitora de WU KUEI HSUEH, incluída na Portaria CPMIG nº 490, de 05 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 06 de setembro de 2019, é WU CHOU TSAI e não como constou, 08505.030936/2018-23.

Declara que a correta grafia do nome de ALEXANDRO HERRERA HIGA, incluído na Portaria CPMIG nº 17, de 27 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2019, é CRISANTO HERRERA BURELA e não como constou, 08505.036404/2017-19.

Declara que a correta grafia do nome de DOAH EL TAIR, incluída na Portaria CPMIG nº 589, de 18 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2019, é DOHA EL TAIR e não como constou, 08018.024837/2019-85.

Declara que a correta grafia dos nomes dos genitores de SERGIO MAKANI LUKOMBO, incluído na Portaria CPMIG nº 555, de 16 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 17 de setembro de 2019, são MAURICIO LUCOMBO e MARIA MAKIESSE MVEMBA RAUL e não como constaram, 08505.063575/2018-00.

Certifico que, MARIA DE FATIMA DE JESUS FREITAS, incluída na Portaria nº 00388, de 17 de maio de 1990, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 1990, voltou a assinar seu nome de solteira, em virtude de Divórcio Judicial Consensual (autos nº 0006954-64 2019 8 26 0562), conforme sentença proferida pelo Juiz de Direito do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania CEJUSC de Santos/SP, datada de 29 de abril de 2019, averbada na Certidão de Casamento Matrícula 122671 01 55 2002 2 00173 042 0031125 93, 08000.061894/2019-34.

Declara que a correta grafia do nome de ZEINAB ANDALLAH FARHAT, incluída na Portaria CPMIG nº 1.263, de 03 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 04 de dezembro de 2019, é ZEINAB ABDALLAH FARHAT e não como constou, 08018.024836/2019-31.

Certifico, ainda que, UMBELINA DA CONCEIÇÃO PINTO GUIMARÃES, incluída na Portaria n° 337-B, de 18 de julho de 1974, publicada no Diário Oficial da União de 22 de julho de 1974, passou a assinar UMBELINA DA CONCEIÇÃO PINTO NATIVIDADE, por haver contraído matrimônio com JOSÉ EUSTÁQUIO DA NATIVIDADE, em 18 de novembro de 1975, conforme Certidão de Casamento expedida pelo Cartório do 7° Registro Civil das Pessoas Naturais - Rio de Janeiro/RJ, Matrícula: 089342 01 55 1975 3 00090 271 0011533 50, 08000.062159/2019-48.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE
Chefe de Divisão

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PORTARIA Nº 194, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: EL CAMINO: A BREAKING BAD FILM (Estados Unidos da América - 2019)
Diretor(es): Vince Gillian
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Drama/Policial
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Drogas , Atos criminosos e Violência Extrema
Processo: 08017.001504/2019-98

Filme: O DESPERTAR DE MOTTI (THE AWAKENNING OF MOTTI WOLKENBRUCH, Suíça - 2018)
Diretor(es): Michael Steiner
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001666/2019-26

Filme: UMA MULHER ALTA (DYLDA, Rússia - 2019)
Produtor(es): Non-stop Production/A,R. Content
Diretor(es): Kantemir Balagov
Distribuidor(es): SUPO MUNGAM FILMS
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência , Nudez e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.001736/2019-46
Requerente: SUPO MUNGAM FILMS LTDA. - ME

Filme: JEXI, UM CELULAR SEM FILTRO (JEXI, Estados Unidos da América - 2019)
Produtor(es): CBS Films Entertainment One
Diretor(es): Jon Lucas/Scott Moore
Distribuidor(es): DIAMOND FILMS DO BRASIL PRODUÇÃO E DISTRIBUIDORA AUDIOVISUAL LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Drogas , Nudez e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001746/2019-81
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

Série: ONE STRANGE ROCK - 1ª TEMPORADA (ONE STRANGE ROCK, Estados Unidos da América - 2018)
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: livre
Contém: Temas Sensíveis
Processo: 08017.001752/2019-39

Filme: O FAROL (THE LIGHTHOUSE, Canadá / Estados Unidos da América - 2019)
Produtor(es): A21 New Regency Pictures/RT Features
Diretor(es): Robert Eggers
Distribuidor(es): VITRINE FILMES EIRELI LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Suspense
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001792/2019-81
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

Filme: O ESCÂNDALO (BOMBSHELL, Estados Unidos da América - 2019)
Produtor(es): AJ Dix/Beth Kono/Charles Randolph/Jay Roach Margaret Riley
Diretor(es): Charles Randolf
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Temas Sensíveis
Processo: 08017.001793/2019-25
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

Filme: E ENTÃO NÓS DANÇAMOS (AND THEN WE DANCED, França / Geórgia / Suécia - 2019)
Produtor(es): Mathilde Dedye/Ketie Danelia
Diretor(es): Levan Akin
Distribuidor(es): ZETA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.001795/2019-14
Requerente: ZETA FILMES LTDA.

Filme: UM NATAL QUASE PERFEITO (ALMOST CHRISTMAS, Estados Unidos da América - 2016)
Diretor(es): David E. Talbet
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Drogas , Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001804/2019-77

Filme: EU NÃO SOU UM HOMEM FÁCIL (JE NE SUIS PAS UN HOMME FACILE, França - 2018)
Diretor(es): Eleanore Pourriat
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001821/2019-12

Filme: A ESCALADA (L`ASCENSION, França - 2017)
Diretor(es): Ludovic Bernard
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Aventura
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Drogas , Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001822/2019-59

Filme: O HOMEM SEM GRAVIDADE (L`UOMO SENZA GRAVITÁ, Itália - 2019)
Diretor(es): Marco Bonfanti
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001827/2019-81

Filme: SOB O OLHAR DO PADROEIRO (Brasil - 2019)
Produtor(es): Catarina Chamon/Marcos Scherer
Diretor(es): Emilio Gallo
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: livre
Contém: Violência
Processo: 08017.001835/2019-28
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

Filme: LUTA POR JUSTIÇA (JUST MERCY, Estados Unidos da América - 2019)
Produtor(es): Gary Dauberman
Diretor(es): Destin Daniel Cretton
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Violência , Linguagem Imprópria e Temas Sensíveis
Processo: 08017.001848/2019-05
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

Trailer: O MELHOR VERÃO DAS NOSSAS VIDAS (Brasil - 2019)
Produtor(es): Denis Knauth/Adolpho Knauth
Diretor(es): Adolpho Kanuth
Distribuidor(es): GALERIA DISTRIBUIDORA AUDIOVISUAL LTDA.
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Aventura/Infantil
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001856/2019-43
Requerente: GALERIA DISTRIBUIDORA AUDIOVISUAL LTDA.

Trailer: DETETIVES DO PRÉDIO AZUL 3 - UMA AVENTURA NO FIM DO MUNDO (Brasil - 2019)
Produtor(es): Marcio Fraccaroli/Sandi Adamiu
Diretor(es): Mauro Lima
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda/Downtown Filmes
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Aventura/Comédia
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001859/2019-87
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

PATRÍCIA GRASSI OSÓRIO

PORTARIA Nº 195, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: GIGANOTOSAURUS THE GAME (Reino Unido - 2020)
Produtor(es): OUTRIGHT GAMES LLC
Distribuidor(es): BANDAI NAMCO
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Aventura/Corrida
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4/Nintendo Switch
Classificação Atribuída: livre
Contém: Violência Fantasiosa
Processo: 08017.001738/2019-35
Requerente: OUTRIGHT GAMES

Título: BAYONETTA & VANQUISH (Estados Unidos da América - 2019)
Produtor(es): SEGA OF AMERICA
Distribuidor(es): SEGA OF AMERICA
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Ação
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001788/2019-12
Requerente: TEAM ONE LATIN AMERICA

PATRÍCIA GRASSI OSÓRIO

DESPACHO Nº 291, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo MJ nº 08017.001667/2019-71
Filme: MUDANÇA DE HÁBITO

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve;

CONSIDERANDO que esta Coordenação decidiu intensificar o monitoramento do segmento de vídeo por demanda, podendo reclassificar, de ofício, obra audiovisual autoclassificada, nos termos do Artigo 30, Parágrafo Único, da Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018.

CONSIDERANDO que o filme "MUDANÇA DE HÁBITO", disponível na plataforma NETFLIX, possui classificação "Livre", para os segmentos de Cinema, DVD/Vídeo e televisão, conforme processos 08017.0037442/004-41, 08000.019830/92-69 e 08000.000514/94-85;

CONSIDERANDO que a classificação indicativa outrora atribuída segue critérios que já não se encontram em consonância com a legislação vigente.

CONSIDERANDO que o Artigo 20 da Portaria MJ 1.189/2018 estabelece que "a classificação indicativa, uma vez atribuída pelo Ministério da Justiça, é válida para todos os veículos".

CONSIDERANDO que a decisão final sobre a classificação atribuída fundamenta-se no previsto na Portaria MJ nº 1.189, de 3 de agosto de 2018, em especial no artigo 9°, que especifica que a classificação indicativa tem como eixos temáticos os conteúdos de sexo e nudez, violência e drogas (incisos I, II e III) e acrescenta em seu parágrafo único que o grau de incidência dos critérios temáticos nos eixos definidos no caput deste artigo, determinará as faixas etárias a que não se recomendam as obras, nos termos dos Guias Práticos de Classificação Indicativa. Além, disto, baseia-se, ainda, no fato de que a atribuição da classificação indicativa é o resultado da ponderação das fases descritiva e contextual (artigo 16, inciso V).

CONSIDERANDO que após nova análise, verificou-se a ocorrência de conteúdos relacionados a violência, sexo e drogas e o atenuante de contexto cômico / caricato, nos termos do Guia Prático de Classificação Indicativa, resolve:

Revisar a classificação da obra "MUDANÇA DE HÁBITO", alterando-a para "não recomendado para menores de 12 (doze) anos" por conter drogas, linguagem imprópria e violência, sendo aplicada a decisão, de forma uniforme, a todas as matrizes diversas.

PATRÍCIA GRASSI OSÓRIO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 1.549, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Apartado Restrito nº 08700.003752/2017-01 (Ref. Processo Administrativo nº 08700.003709/2017-38). Representante: CADE "Ex-Officio". Representados: Associação Brasileira de Importadores e Distribuidores de Implantes - Abraidi, Agimed Comércio de Equipamentos Ltda - ME, Bio Devices Representações Ltda. - ME, Bioline Comercial Ltda., Bio Med Produtos Médicos e Hospitalares Ltda., Biomedical - Produtos Médicos e outros. Advogados: Jonathas Tolentino Soares de Figueiredo, Luiz Renato Costa Amorim, Bárbara Nair Garcia, Thalles Becker de Oliveira, Carlos Francisco de Magalhães, Gabriel Nogueira Dias, Enrico Spini Romanielo, Sofia Frah Zavitsanos Vlahos, Aloysio Meirelles de Miranda Filho, Rodrigo de Oliveira Araújo, André Rodrigues Parente, Bruno Amaral Rocha, Raíssa Guerra de Magalhães Melo, Fernando Luis Coelho da Silva, José Del Chiaro Ferreirada Rosa, Paulo Emílio Catta Preta de Godoy, Cássio Eduardo de Souza Peruchi, Oscar Graça Couto, Marcelo Procópio Calliari, Fabíola Seneor Barbosa Denani, José Antônio Gonçalves da Fonte, Alessandro Donizethe Souza Vale, Regina Rita Zarpellon, Sílvio Mourão de Oliveira, Manuel Luís da Rocha Neto, Eric Hadmann Jasper, Thomas Dulac Müller, Bruno Caraciolo Ferreira Albuquerque, Camila Nery, Lúcia Guedes Garcia da Silveira, Maria Eugênia Novis de Oliveira, Marco Antônio Corrêa Ferriera, João Ramos de Souza, Bruno Lasas Long, Thamyres Maschio Squena, Diego Herrera Alves de Moraes, Thaís Schiavoni Guarnieri da Silva Reynol, Marconely da Cruz Alves, Igor Riffel Gröehs, Igor de Araújo Perácio Monteiro, Gilma Perné Paulino, Giovani Agostini Saavedra, Enio Fagundes Shiota, Geraldo Gregório Jerônimo, Arthur Álvares, Felipe Amaral Gonçalves, Elisa Lima Alonso, Felipe Ricardo da Costa Freitas, Celso Luiz de Oliveira, Olavo Glorio Gozzano, Vicente Bagnoli e outros.

Nos termos da decisão que homologou o Termo de Compromisso de Cessação (TCC) pelo Tribunal Administrativo do Cade (SEI 0684080), informo a suspensão do presente processo em relação ao representado Hemocat Comércio e Importação Ltda. Por meio do TCC, o representado reconhece sua participação e traz evidências que corroboram a conduta investigada no âmbito do presente Processo Administrativo. Considerando as funções de instrução previstas no arts. 13 e 72 da Lei 12.529/11, determino a juntada a estes autos do Histórico da Conduta e seus Anexos (SEI 0679000; SEI 0685812 e SEI 0686009), para que constem do conjunto probatório produzido no curso da fase de instrução. A ciência dos documentos juntados independe de vista por se tratar de processo eletrônico. Fica facultado aos demais representados a possibilidade de se manifestarem até o final da instrução, sem prejuízo das alegações previstas no art. 73 da Lei nº 12.529/2011. Ressalta-se que, conforme consta do próprio TCC, seu objeto é adstrito ao escopo da conduta investigada, qual seja, "suposto cartel no mercado nacional de distribuição de órteses, próteses e materiais médicos especiais (OPME)". Ao Protocolo, para juntada dos documentos acima.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA

DESPACHO Nº 28, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo nº 08012.008871/2011-13
Tipo de Processo: Finalístico: Processo Administrativo
Representante: SDE ex officio
Representados: Ai Hasbimoto; Albert Hung; Albert Teng; Alex Wang; Alex Yeh; Alleh Jo; Arex Huang; Anderson Liao; Andrew Cheng; Anita Huang; Asuka Hsu; Bock Kwon; Bon Joon Koo; Champ Shin; Chang Suk Chang; Cheng-Han ("Mark") Chin; Chen-Lung ("C.L") Kuo; Chien-Erh ("C.E") Wang; Chien-Yuan ("C.Y") Lin; Chieng-Hon "Frank" Lee; Chih-Chuh "C.C" Liu (ou Liou); Chili-Hsiian ("Tim") Wang; Ching Sian ("Sam") Wu; Chu-Hsiang ("Janies Yang"); Chu Gang Tsui; Chun-Hua ("C.H") Hsu; Daang Wu; Daniel Lee; David Chu; David Hsieh; David Lee (também conhecido como Dong Hun Lee); Ding-Huei ("David") Joe; Dominic Chen; Duk Koo; Eddy Chu; Eric Hsieh; Eric Rayinond; Fong-Peng ("Forrest") Lin; Geoffrey Wei-Tsu Liu; George Chao; Gilbert Hua; H. S. Kim; Hank Yu; Hong-Sik ("Harry") Cho (ou Chao); Hsing-Tsung ("H.r') Wang; Hsiu-Chuan ("Clare") Li; Hsuan Bin ("H.B") Chen; Hsueh-Lung "Brian" Lee; Hubert Lee; Hui Hsiung ("Kuina"); Ivy Chen; J.S. Roh (Joon-Sub Roh); Jau-Yang ("J.Y") Ho; Jeffrey Kim; Jia-Yu Ong; Jim Yang; John Tsai; Johnson Hsu; Joseph Y.J. Jun; Joshua Lo; Junichi Ishii; Kai Hsiang Chang; Kenneth Hong; Kevin Chang; Kevin Cheng; Kevin Choi; Kevin Lin; Kuey Zi ("Irene") Chang; L.P. Hsu; Li Yi ("L.Y") Chen; Luke Hsu; Mandy Chen; Mandy Liu; Marty Chiou; Meng Yueh Wu; Mian Wang; Michael Shieh; Mike Hanson; Milton Kuan (ou Guan) "Guanjm"; Morris Wong; Nancy Huang; Nero Hung; Oscar Hsu "Hsu Hwa Chang"; Pao-Chih ("Graphic") Kuo; Po-Chang ("Edward") Hung; Rebecca Chen; Ren-Shawn Ko; Richard Bai; Samuel Lin; Sang-Wang ("S.W") Lee; Sang Woo C'Stanley") Park; Sara Chiea; Satoshi Maekawa; Sean Wu; Shane C.S. Chung; Sharon Wu "Wsur"; Shao-Yin ("Sam") Chiang; Shigeji Narisawa; Shu-Ren ("Steven") Wang; Sonia Chen; Steven Ahn; Steven Leung; Susy Liang; Sylvania Hung; Terry H. Lira; Tim Cheng Din-Huei ("David") Jo; Todd Middleton; Tony Cheng; Tony Chien; Tony Hsu; Tsutomu Sugiyama; Tyler Hsiao; Vera Wang; Vic Huang; Vincent Lau; Vincent Cheng; W.H. Hong; Wan Shou ("Wilson") Wen; Wei-Hua Ji; Wen-Hung ("Amigo") W Huang; Wen-Jui ("Gavin") Wu; Y.D. Lee; Yian Joanne Cheia; Yung Ju ("Irine") Chen; e Yvonne Yun.

Advogados: Rodrigo Roux Valentini Coelho César; Bárbara Rosenberg; José Inácio Ferraz de Almeida Prado Filho; Francisco Ribeiro Todorov; Marcelo Torres Filho e outros.

Trata-se de Processo Administrativo instaurado em decorrência de desmembramento do Processo Administrativo nº 08012.011980/2008-12, no qual se investigou cartel internacional com efeitos no Brasil no mercado de Painéis de Cristal Líquido com Transistores de Película Fina (doravante TFT-LCD), no período de 2001 a 2006, conduta passível de enquadramento no art. 20, incisos I e III, c/c art. 21, incisos I, II, III, e X, da Lei 8.884/94 (SEI 0011965). Esse desmembramento deu origem ao presente Processo Administrativo, de nº 08012.008871/2011-13, tendo como Representadas, inicialmente, as 125 (cento e vinte cinco) pessoas físicas em relação às quais foram detectados indícios de participação no cartel investigado.

Em 07.04.2014, a Superintendência Geral determinou o desmembramento do processo 08012.0011980/2008-12 em relação à empresa Havix Corporation, integrando-a aos presentes autos de nº 08012.008871/2011-13. Essa transferência foi confirmada pela Nota Técnica Confidencial 59 (SEI 0363049), acolhida pelo Despacho 08/2017 (SEI 0363144), ainda nos autos 08012.0011980/2008-12.

Em 23.10.2018, nos autos do presente PA (08012.008871/2011-13), o Despacho Nº 1.355 (SEI 0539627) adotou a Nota Técnica 73 (SEI 0539056), recomendando o arquivamento do processo em relação aos 80 Representados que não haviam sido notificados e o desmembramento em relação àqueles já considerados regularmente notificados à época, com a criação do Processo Administrativo 08700.006144/2018-21. Em 06.11.2018, na 180ª Sessão Ordinária de Distribuição (SEI 0544241), o Processo foi distribuído para minha relatoria.

Em 21 de dezembro de 2018, proferi Despacho Decisório nº 22/2018/GAB3/CADE (SEI 0561248), determinando a baixa dos autos à Superintendência-Geral para aditamento da Nota Técnica 73 com recomendações sobre a Representada "Havix", cuja incorporação no polo passivo deste processo administrativo se deu por força da Nota Técnica Confidencial 59 (SEI 0363049), acolhida pelo Despacho 08/2017 (SEI 0363144), ainda nos autos 08012.0011980/2008-12, e acerca do qual não teria havido pronunciamento conclusivo pela SG.

À época do referido Despacho Decisório constavam como Representadas no presente processo 80 pessoas físicas e 1 jurídica, a saber: (1) Albert Hung.; (2) Albert Teng; (3) Alex Wang; (4) Alex Yeh (Chung Cheng Yeh); (5)Alleh Jo; (6) Arex Huang (Alex Huang); (7) Anderson Liao; (8) Andrew Cheng; (9) Anita Huang; (10) Asuka Hsu; (11) Bock Kwon; (12) Bon Joon Koo; (13) Champ Shin; (14) Chang Suk Chang; (15) Chien-Yuan ("C.Y") Lin; (16)Chieng-Hon "Frank" Lee; (17) Chih Chuh "C.C." Liu (liou); (18) Ching Sian ("Sam") Wu; (19) Chu Gang Tsui; (20)Da-Gang Wu; (21) Daniel Lee; (22) David Chu; (23) David Hsieh; (24) Ding-Huei ("David") Joe; (25) Dominic Chen; (26) Duk Koo; (27) Eddy Chu; (28) Eric Hsieh; (29) Geoffrey Wei -Tsu Liu; (30) George Chao; (31) Gilbert Hua; (32)Hank yu; (33) Hsueh - Lung "Brian" Lee; (34) Ivy Chen; (35) Jeffrey Kim; (36) Jim Yang; (37) John Tsai; (38)Johnson Hsu; (39) Joseph Y.J. Jun; (40) Kenneth Hong; (41) Kevin Chang; (42) Kevin Cheng; (43) Kevin Choi; (44)L.P. Hsu; (45) Luke Hsu; (46) Mandy Chen; (47) Mandy Liu; (48) Marty Chiou; (49) Meng Yueh Wu; (50) Mian Wang; (51) Michael Shieh; (52) Milton Kuan (Guan) "Guanjim"; (53) Nancy Huang; (54) Nero Hung; (55) Oscar Hsu "Hsu Hwa Chang"; (56) Rebecca Chen; (57) Richard Bai; (58) Samuel Lin; (59) Sang Woo ("Stanley") Park; (60) Sara Chien; (61) Sean Wu; (62) Shane C.S. Chung; (63) Sharon Wu "Wsur"; (64) Shu-Ren ("Steven") Wang; (65) Steven Ahn; (66) Susy Liang; (67) Sylvania Hung; (68) Terry H. Lim; (69) Tim Cheng Din-Huei ("David") Jo; (70) Tony Cheng (Wen Jun Cheng); (71) Tony Chien; (72) Tony Hsu; (73) Tyler Hsiao; (74) Vera Wang; (75) Vicent Lau; (76)Vicente Cheng; (77) Wan Shou ("Wilson") Wen; (78) Wei-Hua Ji; (79) Y.D. Lee; (80) Yvonne Yun; e (81) Havix Corporation.

Em 21 de fevereiro de 2019, a SG decidiu tornar sem efeito o desmembramento sugerido na Nota Técnica 73/2019 e reunir novamente o Processo 08700.006144/2018-21 ao Processo Administrativo 08012.008871/2011-13 (i) pela continuidade aos esforços de notificação dos Representados Albert Hung., Albert Teng, Alex Wang, Alex Yeh (Chung Cheng Yeh), Alleh Jo, Arex Huang (Alex Huang), Anderson Liao, Andrew Cheng, Anita Huang, Asuka Hsu, Bock Kwon, Bon Joon Koo, Champ Shin, Chang Suk Chang, Chien-Yuan ("C.Y") Lin, Chieng-Hon "Frank" Lee, Chih Chuh "C.C." Liu (liou), Ching Sian ("Sam") Wu, Chu Gang Tsui, Da-Gang Wu, Daniel Lee, David Chu, David Hsieh, Ding-Huei ("David") Joe, Dominic Chen, Duk Koo, Eddy Chu, Eric Hsieh, Geoffrey Wei -Tsu Liu, George Chao, Gilbert Hua, Hank Yu, Hsueh - Lung "Brian" Lee, Ivy Chen, Jeffrey Kim, Jim Yang, John Tsai, Johnson Hsu, Joseph Y.J. Jun, Kenneth Hong, Kevin Chang, Kevin Cheng, Kevin Choi, L.P. Hsu, Luke Hsu, Mandy Chen, Mandy Liu, Marty Chiou, Meng Yueh Wu, Mian Wang, Michael Shieh, Milton Kuan (Guan) "Guanjim", Nancy Huang, Nero Hung, Oscar Hsu "Hsu Hwa Chang", Rebecca Chen, Richard Bai, Samuel Lin, Sang Woo ("Stanley") Park, Sara Chien, Sean Wu, Shane C.S. Chung, Sharon Wu "Wsur", Shu-Ren ("Steven") Wang, Steven Ahn, Susy Liang, Sylvania Hung, Terry H. Lim, Tim Cheng Din-Huei ("David") Jo, Tony Cheng (Wen Jun Cheng), Tony Chien, Tony Hsu, Tyler Hsiao, Vera Wang, Vicent Lau, Vicente Cheng, Wan Shou ("Wilson") Wen, Wei-Hua Ji, Y.D. Lee e Yvonne Yun; e (ii) pela continuidade regular dos esforços de notificação quanto à Representada Havix Corporation (SEI 0571464).

Em 28 de agosto de 2019, a SG emitiu Nota Técnica nº 83/2019/CGAA7/SGA2/SG/CADE (SEI 0654136), por meio da qual recomendou o arquivamento do processo somente em relação a três pessoas físicas qualificadas como funcionárias da Sharp Corporation à época dos fatos relatados (Geroge Chao; Ivy Chen; Sara Chien), sem qualquer manifestação no tocante a quaisquer dos demais representados no feito. Segundo a Superintendência, "conforme relatado, de acordo com o Tribunal do Cade, não há provas suficientes que ensejem a condenação da Sharp no Processo original nº 08012.0011980/2008-12. Nesse sentido, o arquivamento destes autos em relação à referida empresa alcança as pessoas físicas a ela vinculadas, uma vez que as evidências existentes nos autos do processo desmembrado são as mesmas dos autos do processo originário". Acrescentou que "(...) a sugestão de arquivamento é somente em relação aos Representados relacionados à Sharp Corporation (pessoa jurídica que teve seu processo arquivado pelo Tribunal por falta de provas)."

Em breve resumo, temos basicamente 3 PAs no mercado de TFT, um primeiro originário, sob o número 08012.011980/2008-12. Este processo foi desmembrado no PA 08012.008871/2011-13, que passou a conter 125 pessoas físicas e ao qual foi posteriormente incluída a Havix Corporation. Por fim, antes deste último processo receber um manifestação conclusiva da SG, a Superintendência desmembrou-o conforme fase de notificação dos representados, criando o PA 08700.006144/2018-21.

Conforme se verifica deste breve relatório, o presente PA foi encaminhado ao meu gabinete com 81 representados no polo passivo, ao passo em que a proposta final da SG continha encaminhamento conclusivo para apenas 80 deles, faltando, na ocasião, unicamente, uma manifestação meritória a respeito da "Havix", motivo esse que determinou o retorno dos autos para aquela Superintendência.

Nesta fase processual, a SG decidiu reunir novamente ao polo passivo do PA diversos outros representados que já não mais integravam o feito, em virtude de seu anterior desmembramento naquela seara, com a criação do PA 08700.006144/2018-21. Com a devida vênia, o desmembramento e a reunião de processos após a subida dos autos ao Tribunal não é mais atividade de competência instrutória da Superintendência, uma vez que os autos já estão sob a relatoria de um Conselheiro e sob a supervisão do Tribunal, a quem compete determinar as providências dessa natureza a serem adotadas em concreto, a exemplo do ocorrido no feito, em que se determinou o retorno dos autos para fins de manifestação conclusiva sobre uma das integrantes do polo passivo possivelmente "esquecida".

A propósito, essa reunião de processo já distribuído ao Conselho também pode importar possível ofensa ao princípio do juiz natural, uma vez que, ao retornar os autos principais à SG, ela já conhece o julgador e pode optar por escolhê-lo diretamente, reunindo o processo ainda pendente de sorteio e, com isso, afastando a aletoriedade do relator. Outrossim, a reunião de processos em fases instrutivas bastante diversas, já se tendo Conselheiro Relator sorteado, opera contra a celeridade e a economia processual, visto que a inclusão desses novos representados poderá ensejar demandas instrutórias significativas para alcançarem o estágio daqueles outros.

Por essas razões, cabe determinar o retorno deste PA à Superintendência-Geral para que reconstitua a situação processual subjetiva dos autos à época de sua remessa ao Conselho, tornando sem efeito a reunião dos PAs 08700.006144/2018-21 e Processo Administrativo 08012.008871/2011-13, bem como para que apresente, ao final, suas conclusões de mérito em relação a todos os Representados constantes do polo passivo deste PA, e não apenas no tocante a alguns deles.

MAURICIO OSCAR BANDEIRA MAIA
Conselheiro

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

ATOS DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

FASE DE REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE LAVRA

Indefere o requerimento de concessão de lavra. (3.90)

Os processos permanecerão nesta Secretaria durante o prazo recursal, para vista e cópias.

48423.868239/2016 - Despacho Decisório nº 57/2019/SGM - Hs Empreendimentos e Participações Ltda.

27215.846062/2003-52 - Despacho Decisório nº 59/2019/SGM - Mineração Boa Vista Ltda.

48403.806794/1977 - Despacho Decisório nº 60/2019/SGM - Ishizo Empreendimentos Participações Ltda.

ALEXANDRE VIDIGAL DE OLIVEIRA
Secretário

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 352, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria MME nº 406, de 16 de outubro de 2017, e o que consta no Processo nº 48360.000269/2019-41, resolve:

Art. 1º Definir os novos montantes de garantia física de energia das Usinas Hidrelétricas denominadas Corumbá IV, Jupiá e São Manoel, na forma dos Anexos a presente Portaria.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia constantes nos Anexos são determinados nas Barras de Saída dos Geradores.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, os consumos internos das Usinas e as perdas na Rede Elétrica deverão ser abatidos dos montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º O acréscimo de garantia física de energia referente à UHE Jupiá terá validade: após a realização de ensaios que comprovem a efetiva modernização da usina; e após a emissão de ato da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que homologue as características técnicas empregadas no cálculo dos montantes de garantia física de energia definidos nos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 3º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 4º Ficam revogados os montantes de garantia física, publicados nos Anexos I e II da Portaria nº 81/SPE, de 30 de março de 2017, referente à UHE São Manoel, e no Anexo da Portaria MME nº 387, referente à UHE Corumbá IV.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REIVE BARROS DOS SANTOS

ANEXO I

GARANTIAS FÍSICAS DE ENERGIA DAS UHEs Corumbá IV, Jupiá e São Manoel

UHE	Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) - ANEEL	Nº de Unidades	Potência instalada (MW)	Garantia física de energia Vigente (MWmed)	Variação de Garantia física de energia (MWmed)	Novo montante de Garantia Física de Energia (MWmed)
Corumbá IV	UHE.PH.GO.027795-9.01	2	127,2	75,2 (1)	0,1	75,3
Jupiá	UHE.PH.SP.001282-3.01	14	1.551,2	886,0	18,3	904,3
São Manoel	UHE.PH.PA.031444-7.01	4	735,84	424,5	5,9	430,4

(1) - Garantia física vigente considerando a garantia física local e benefício indireto, de acordo com a Revisão Extraordinária (NT EPEDEE-RE-095/2017-r1) e publicado na Portaria MME nº 387/2017.

ANEXO II

GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA NO PERÍODO DE MOTORIZAÇÃO DA UHE JUPIÁ

UHE	Potência Instalada (MW)	Unidade Geradora	Garantia Física (MWmed)	Garantia Física Total (MWmed)
Jupiá	1.551,20	1	888,0	904,3
		2	889,2	
		3	890,5	
		4	891,7	
		5	893,0	
		6	894,2	
		7	895,5	
		8	896,8	
		9	898,0	
		10	899,3	
		11	900,5	
		12	901,8	
		13	903,0	
		14	904,3	

PORTARIA Nº 353, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.005749/2019-37. Interessada: Delta 7 I Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 30.866.542/0001-02. Objeto: Aprovar como Prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada Delta 7 I, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG - EOL.CV.MA.040572-8.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.546, de 22 de janeiro de 2019, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios.

REIVE BARROS DOS SANTOS

PORTARIA Nº 354, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.005749/2019-37. Interessada: Delta 7 II Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 30.905.225/0001-58. Objeto: Aprovar como Prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada Delta 7 II, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG - EOL.CV.MA.040573-6.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.548, de 22 de janeiro de 2019, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios.

REIVE BARROS DOS SANTOS

PORTARIA Nº 355, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.005749/2019-37. Interessada: Delta 8 I Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 30.866.547/0001-35. Objeto: Aprovar como Prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada Delta 8 I, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG - EOL.CV.MA.040574-4.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.547, de 22 de janeiro de 2019, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios.

REIVE BARROS DOS SANTOS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.399, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001461/2019-11. Interessada: Central Geradora Hidrelétrica Manuel Alves Ltda. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da interessada, a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 34,5 kV PCH Manuel Alves - SE Manuel Alves, localizada no estado do Tocantins. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.400, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005599/2019-81 Interessado: Amazonas Energia S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Amazonas Energia S.A., a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 138 kV Jorge Teixeira - Distrito III, localizada no estado do Amazonas. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.401, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005681/2019-14. Interessada: Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN. Objeto: Declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, as áreas de terras necessárias à passagem da Linha de Distribuição 69 kV Itans - Jucurutu, localizada nos municípios de Caicó, São Fernando e Jucurutu, estado do Rio Grande do Norte. A íntegra desta Resolução e seus anexos constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.405, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005661/2018-54. Interessada: Engie Transmissão de Energia Ltda. Objeto: alterar o Anexo da Resolução Autorizativa nº 7.453/2018, que declarou de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da Engie Transmissão de Energia Ltda., as áreas de terra necessárias à passagem de trecho de linha de transmissão que perfaz o seccionamento da Linha de Transmissão Areia - Ponta Grossa Norte, C1, com 230 kV, na Subestação Ponta Grossa, localizada no município de Ponta Grossa, estado do Paraná. A íntegra desta Resolução e seu anexo, constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.406, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005770/2018-71. Interessada: Engie Transmissão de Energia Ltda. Objeto: Alterar a Resolução Autorizativa nº 7.482, de 27 de novembro de 2018, que declara de utilidade pública, para fins de servidão administrativa, em favor da Interessada, a área de terra necessária à passagem Linha de Transmissão 230 kV Areia - Guarapuava Oeste - C2, localizada no estado do Paraná. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 3.315, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.000725/2019-10, decide conhecer do requerimento administrativo apresentado pela Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre), com vistas a majorar, para o ano de 2020, o limite estipulado no inciso III do art. 4º da Resolução Normativa nº 824, de 10 de julho de 2018, referente ao montante total de energia elétrica passível de ser declarado no Mecanismo de Vendas de Excedentes (MVE) para, no mérito, dar-lhe provimento, e determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) que, para fins de apuração do referido limite, considere o valor de 30% (trinta por cento) a ser aplicado nos processamentos do MVE para 2020.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 3.316, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005103/2019-70, decide aprovar, de forma excepcional, a solução proposta pela Transmissora Caminho do Café S.A. (TCC) para alimentação dos serviços auxiliares em corrente alternada da Subestação Mutum 500 kV.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 3.317, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002058/2018-11, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte, em face do Auto de Infração nº 6/2019, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, que aplicou penalidade de multa decorrente de fiscalização das condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, modernidade das técnicas, dos equipamentos e a sua conservação nas normas e regulamentos pertinentes e no Contrato de nº 58/2001-ANEEL, com foco nas Linhas de Transmissão Imperatriz - Presidente Dutra, com 500 kV , Circuitos 1 e 2, para manter a multa aplicada de R$ 3.822.350,25 (três milhões, oitocentos e vinte e dois mil, trezentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos).

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 3.318, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.005021/2018-44, decide (i) conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. - EMT, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública - SMA, exarada no Despacho nº 1.222, de 29 de abril de 2019; e (ii) determinar que a decisão seja cumprida no prazo de até 15 (quinze) dias após o seu trânsito em julgado.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 3.352, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003071/2018-97, decide por conhecer o Recurso Administrativo interposto pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, em face do Auto de Infração n° 0015/2019-SFE, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE e, no mérito, dar parcial provimento, alterando a penalidade de multa no valor total de R$ 3.990.351,93 (três milhões, novecentos e noventa mil, trezentos e cinquenta e um reais e noventa e três centavos), aplicada em sede de juízo de reconsideração pela SFE, conforme o Despacho nº 2.261, de 14 de agosto de 2019, para o valor de R$ 2.772.956,42 (dois milhões, setecentos e setenta e dois mil, novecentos e cinquenta e seis reais e quarenta e dois centavos).

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 3.360, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta nos Processos nº 48500.002930/2019-00 e 48500.005767/2019-39, decidiu conhecer dos Requerimentos Administrativos interpostos pela concessionária de distribuição de energia elétrica Amazonas Energia S/A, relativos aos reembolsos mensais da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC do período de maio e 2017 a dezembro de 2018, para, no mérito, conceder-lhes provimento parcial, no sentido de: i) ratificar o entendimento de que o termo GTISOL (geração total, em MWh) aplicado ao desconto do ACR médio, na fórmula de cálculo do Reembolso Mensal da CCC, definida no art. 28 da REN nº 801/2017, deve contemplar o montante de geração de energia registrado no Sistema de Coleta de Dados - SCD, e, na existência de contratação por disponibilidade ou por montante fixo, o respectivo valor contratado; ii) reconhecer o reembolso pela CCC do custo adicional de ICMS e PIS/COFINS sobre o suprimento de gás natural em Manaus, em virtude de alterações na legislação tributária no Estado do Amazonas, que passou a considerar o Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final - PMPF na base cálculo dos tributos, em substituição ao preço faturado; iii) autorizar a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, na condição de gestora da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, a reprocessar os reembolsos mensais da CCC à beneficiária Amazonas Energia S/A, operacionalizados desde maio de 2017, observando-se o disposto nos itens (i) e (ii); iv) determinar a CCEE a realizar o encontro de contas entre os créditos ou débitos resultantes do reprocessamento disposto no item "iii", devendo o resultado líquido ser considerando no processamento dos reembolsos das competências de janeiro a dezembro de 2020, em duodécimos, considerando-se a devida atualização pelo IPCA; e v) determinar que às Superintendências de Regulação dos Serviços de Geração, de Fiscalização Econômica e Financeira e de Gestão Tarifária da ANEEL, considerem a estimativa de impacto do encontro de contas disposto no item "iv", no Orçamento Anual da CDE de 2020.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 3.373, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019

Processos nº: 48500.001117/1998-00, 48500.002114/1998-49, 48100.003932/1995-10, 48500.002079/2011-60 e 00000.701588/1976-49. Interessado: Suzano S.A.. Decisão: Registrar a alteração da razão social da Suzano Papel e Celulose S.A. para Suzano S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 16.404.287/0001-55. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 3.404, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo nº: 48500.006032/2019-22. Interessado: Castanheira Energia Eólica 58 Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Sempre Viva, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.BA.046488-0.01, com 175.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Ituaçu, estado da Bahia. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação em teste a partir do dia 10 de dezembro de 2019.

Nº 3.436. Processo nº 48500.004375/2014-48. Interessados: SM Geração de Energia Eólica Ltda. Usina: EOL União dos Ventos 15. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 2.625 kW cada, totalizando de 5.250 kW de capacidade instalada. Localização: Município de São Miguel do Gostoso, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 3.437. Processo nº 48500.002789/2018-66. Interessados: VENTOS DE VILA ACRE II SPE S.A. Usina: EOL Ventos de Vila Acre II. Unidades Geradoras: UG5 e UG6, de 3.465 kW cada, totalizando de 6.930 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Serra do Mel, estado do Rio Grande do Norte.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 3.346, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo nº: 48500.000360/2017-53. Interessado: CEA. Decisão: Homologar os valores dos empréstimos de 10/12/2019 a 10/2/2020 e, provisoriamente, os de 10/3/2020 a 10/5/2020 do Fundo da RGR à Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA para a prestação temporária do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R$ 9.624.775,97 (nove milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, setecentos e setenta e cinco reais e noventa e sete centavos) mensais. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

DESPACHO Nº 3.347, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo nº: 48500.007109/2006-78. Interessado: ANEEL/SFF. Decisão: Aprovar a nova versão do Relatório de Informações Trimestrais - RIT, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2020, que está disponível no endereço eletrônico: www.aneel.gov.b.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

DESPACHO Nº 3.366, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo nº 48500.002916/2019-16. Interessadas: Companhia Energética do Maranhão - Cemar e Centrais Elétricas do Pará S.A. - Celpa Decisão: (i) considerar atendida, pelas Interessadas, a exigência de envio dos documentos comprobatórios de formalização da operação anuída pelo Despacho nº 1.939, de 9 de julho de 2019; e (ii) estabelecer que os Termos Aditivos aos Contratos de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, deverão ser assinados pelas concessionárias, em até 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição

DESPACHO Nº 3.368, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo nº 48500.001992/2019-04. Interessada: Transmissora Delmiro Gouveia S.A. Decisão: (i) considerar atendida, pela Interessada, a exigência de envio dos documentos comprobatórios de formalização da operação anuída pelo Despacho nº 1.657, de 7 de junho de 2019; e (ii) estabelecer que o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 04/2010-ANEEL, deverá ser assinado pela concessionária, em até 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição

DESPACHO Nº 3.399, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo nº 48500.002605/2016-04. Interessado: Grupo EDP. Decisão: Anuir previamente à celebração de contrato de compartilhamento de atividades de Backoffice, na forma da minuta apresentada, entre empresas do Grupo EDP. A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

DESPACHO Nº 3.400, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo nº 48500.001433/2018-13. Interessada: Energisa Sul Sudeste Distribuidora de Energia S.A. - ESS. Decisão: Anuir previamente ao pedido da Interessada para a correção do montante anual e global do Contrato de Prestação de Serviços anuído pelo Despacho nº 882, de 18 de abril de 2018. A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

DESPACHO Nº 3.403, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo nº 48500.006249/2019-32. Interessada: EDP Energias do Brasil S.A. Decisão: anuir previamente à minuta de Contrato de Prestação de Serviços de Operação Remota a ser firmado entre a interessada e a EDP Transmissão MA II S.A. A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

DESPACHO Nº 3.412, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo nº: 48500.000426/2019-77. Interessado: ELETROGOES S/A. Decisão: conhecer do recurso interposto em face do Despacho nº 2.931, de 25 de outubro de 2019, protocolado sob nº 48513.032067/2019-00, e, no mérito, negar-lhe provimento. A íntegra deste Despacho e respectivo anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

DESPACHO Nº 3.413, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo nº 48500.006011/2019-15. Interessada: Arcoverde Transmissão de Energia S.A. Decisão: anuir previamente à transferência de controle societário direto da Interessada, atualmente exercido pela Sterlite Brazil Participações S.A., para a V2i Transmissão de Energia S.A. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO Nº 3.434, DE 9 DEZEMBRO DE 2019

Processo n. 48500.004886/2018-93. Interessados: Concessionárias de transmissão, consumidores livres e autoprodutores e Eletrobrás. Decisão: Fixar os valores das quotas referentes ao encargo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, para o mês de OUTUBRO de 2019. Prazo para recolhimento: até o dia 10 de JANEIRO de 2020. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

DESPACHO Nº. 3.435, DE 9 DEZEMBRO DE 2019

Processo n. 48500.005696/2018-93. Interessados: Concessionárias de transmissão, consumidores livres e autoprodutores e Eletrobrás. Decisão: Fixar os valores das quotas de custeio referentes ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, para o mês de FEVEREIRO de 2020. Prazo para recolhimento: até o dia 10 de JANEIRO de 2020. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

DESPACHO Nº 3.406, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo nº 48500.003592/2019-25. Interessados: Energisa Mato Grosso do Sul e Prefeitura Municipal de Amambaí - MS. Decisão: dar provimento parcial ao requerimento do consumidor. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ RUELLI
Superintendente

DESPACHO Nº 3.407, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo nº 48500.005092/2019-28. Interessados: Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba e MM Indústria e Comércio de Sorvetes Ltda. Decisão: negar provimento ao requerimento da empresa consumidora. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ RUELLI
Superintendente

DESPACHO Nº 3.408, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo nº 48500.005647/2019-31. Interessados: Energisa Mato Grosso e João Romagnoli. Decisão: dar provimento ao requerimento do consumidor. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ RUELLI
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO
Relação nº 141/2019

Fase de Requerimento de Lavra

Despacho publicado(356)

890.344/2000-PEDREIRA CARIOCA LTDA-.-"Demonstrar a cada seis meses, contados desta publicação e até que a Licença Ambiental seja apresentada, que o procedimento de licenciamento ambiental está em curso e que tem adotado as medidas necessárias para obtenção da licença ambiental."

Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)

890.088/2002-SAM GRANITOS EXPORT EIRELI-OF. N°227/2019/SEFAM - RJ/GER - RJ-60 dias

890.632/2007-CIMENTO TUPI S.A.-OF. N°233/2019/SEFAM - RJ/GER - RJ-60 dias

890.634/2007-TCG TRANSPORTADORA DE CARGAS EM GERAL S.A.-OF. N°226/2019/SEFAM - RJ/GER - RJ-60 dias

890.150/2013-MINERAÇÕES DO BRASIL LTDA.-OF. N°232/2019/SEFAM - RJ/GER - RJ-60 dias

890.167/2017-MINERADORA BRITAR LTDA.-OF. N°229/2019/SEFAM - RJ/GER - RJ-60 dias

Fase de Concessão de Lavra

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

890.088/1998-EMPRESA DE MINERAÇÃO DE ÁGUAS SANT´ANNA LTDA- Aprova os modelos de rótulos de embalagens de água mineral da Fonte Nova, marca Da Montanha para embalagens de 310 mL (com gás), e embalagens de água mineral da Fonte 2 Irmãos e Fonte Sant'Anna, marca Da Montanha para embalagens 310 mL (sem gás) e 510 mL (sem gás) apresentados pela Empresa de Mineração de Águas Sant'Anna LTDA.- MAGÉ/RJ

890.412/2002-ÁGUA MINERAL NATURAL EDICASCATA LTDA ME- Marca Edicascata 20 L, sem gás, da fonte São Miguel - Marca Serra do Guapiaçu 20 L, sem gás, da fonte São Miguel.- CACHOEIRAS DE MACACU/RJ

Nega aprovação do rótulo de água mineral(480)

890.088/1998-EMPRESA DE MINERAÇÃO DE ÁGUAS SANT´ANNA LTDA

Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1728)

890.131/2007-EXTRACOM DE CASIMIRO DE ABREU EXTRAÇÃO E COM. DE AREIA LTDA- ME-OF. N°129/2019/SEFAM - RJ/GER - RJ

MARCOS ANTONIO SOARES MONTEIRO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO
Relação nº 95/2019

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

848.279/2015-MANOEL FREIRE DE CASTRO-OF. N°33/2019/GER/RN

848.009/2017-P J DE CARVALHO POLI-OF. N°31/2019/GER/RN

848.010/2017-P J DE CARVALHO POLI-OF. N°32/2019/GER/RN

Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)

846.271/2013-SERRA NORTE GRANITOS EIRELI-OF. N°29/2019/GER - RN

Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)

848.076/2017-FRAZAO MINERAÇAO E GEOLOGIA EIRELI ME- Área de 104,65 ha para 62,94 ha-ARENITO-JAÇANÃ/RN

Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)

848.015/2015-PAULO EDUARDO D OLIVEIRA VENTURA-ALVARÁ N°13.831/2015

848.063/2017-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME-ALVARÁ N°6.489/2017

Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)

848.161/2017-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°7.426/2017

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

848.373/2012-NE MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°15/2019/SEFAM - GER/RN

848.164/2015-ESVALDO CONRADO DE LIMA ME-OF. N°12/2019/SEFEM - GER/RN

848.165/2015-ESVALDO CONRADO DE LIMA ME-OF. N°13/2019-SEFAM - GER/RN

848.166/2015-ESVALDO CONRADO DE LIMA ME-OF. N°14/2019/SEFAM - GER/RN

Fase de Concessão de Lavra

Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)

848.543/1994-ITAPETINGA AGRO INDUSTRIAL S A- AI Nº 142/2019

848.023/1997-ITAPETINGA AGRO INDUSTRIAL S A- AI Nº 143/2019

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 97/2019

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

848.101/2019-EDSON DA ROCHA SILVA-Registro de Licença N° 22/2019 - Vencimento em 30/05/2021

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE GOIÁS

DESPACHO
Relação nº 185/2019

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Adher Empreendimentos LTDA. - 860873/17, 860874/17
Amazonas Comercio Atacadista de Joias e Participaçoes Ltda Epp - 860162/17, 860163/17
Cal Aliança Ltda - 862691/11
Centro Mineração Ltda - 860855/16, 860857/16
Elson Ferreira Gomes - 860106/03
F.S. Areias Ltda - 861458/16
Fertiliza Agro Negócios Ltda - 860401/15, 860402/15
Francisco de Assis de Oliveira - 860796/17
Gerson Martins da Costa Neto - 860578/17
Gregório Vassilive Ferreira - 861497/16
Gustavo Ferlin Antunes - 860288/17
Haliny Guimaraes Matos - 860212/17
Heli Ovídio da Siva - 860096/10
Herminea Duarte da Silva - 860950/17
Impart Consultoria e Participações Ltda - 861168/16, 861169/16, 861180/16, 861181/16, 861054/16, 861070/16
Jorge Peres de Oliveira - 860743/17
José Maria Barros - 861325/15
José Olavo Nogueira - 861496/16
Jovair Inácio de Oliveira - 861154/16
Katia Brandão de Souza - 861442/16
Laurivaldo Dias - 860580/17
Luis Cesar Marques Soares me - 860138/17
Marcos Correia da Silva - 860308/17
Mineração Brasil Central Ltda - 860931/17, 860932/17
Mineração Esplanada LTDA. - 860337/17
Mineração Vale do Araguaia LTDA. - 860494/17
Neuman Vanda Ferreira Nascimento - 861510/16

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO

DESPACHO
Relação nº 69/2019

Fase de Licenciamento

Torna sem efeito exigência(766)
806.022/2016-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-OF. N°443/2019 e 444/2019-DOU de 12/08/2019
Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito exigência(1284)
806.015/2019-M F DE BRITO E CIA LTDA.-OF. N°541/2019-DOU de 12/08/2019

ANTONIO CARLOS SANTOS PEREIRA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO CEARÁ

DESPACHO
Relação nº 126/19

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Bruno Siqueira Lage - 800097/18

RICARDO BEZERRA DE SENA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PIAUÍ

DESPACHO
Relação nº 44/2019

Fase de Autorização de Pesquisa

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
804.214/2008-ITAOESTE SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA,- Cessionário:NEW STONE MINING GESTÃO DE ATIVOS MINERAIS LTDA.- CPF ou CNPJ 34.383.594/0001-89-Alvará n°4286/2009
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
803.106/2010-J FERNANDO TAJRA REIS-Calcário-Luís Correia/PI
803.107/2010-J FERNANDO TAJRA REIS-Calcário-Luís Correia/PI
803.396/2013-J FERNANDO TAJRA REIS-Calcário-Luís Correia/PI
803.397/2013-J FERNANDO TAJRA REIS-Calcário-Luís Correia/PI e Cajueiro da Praia/PI
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
803.079/2009-PIERA FEITOSA COELHO-AI N°629/2019
803.129/2010-MANOEL JOAQUIM DE CARVALHO-AI N°628/2019
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
803.261/2011-CANTIDIO DE SAMPAIO NERY - AI N°118/2019
803.552/2011-MINERSUL MINERAÇÃO DE CALCARIO DO SUL LTDA - AI N°116/2019
803.645/2011-MINERAÇÃO MARTINS LTDA - AI N°117/2019
803.203/2012-ÁLVARO FERNANDO PIRES BRANDÃO' - AI N°121/2019
803.226/2012-DALTON DA COSTA ANDRADE - AI N°122/2019
803.236/2012-HENRIQUE ALCÂNTARA AVELINO - AI N°123/2019
803.562/2012-COOPERATIVA DE MINERADORES DE AREIA DA GRANDE TERESINA - AI N°140/2019
803.563/2012-COOPERATIVA DE MINERADORES DE AREIA DA GRANDE TERESINA - AI N°152/2019
803.564/2012-COOPERATIVA DE MINERADORES DE AREIA DA GRANDE TERESINA - AI N°141/2019
803.566/2012-COOPERATIVA DE MINERADORES DE AREIA DA GRANDE TERESINA - AI N°139/2019
803.029/2015-COOPERATIVA DE MINERADORES DE AREIA DA GRANDE TERESINA - AI N°199/2019
803.030/2015-COOPERATIVA DE MINERADORES DE AREIA DA GRANDE TERESINA - AI N°198/2019
803.112/2015-COOPERATIVA DE MINERADORES DE AREIA DA GRANDE TERESINA - AI N°201/2019
803.168/2016-VICENTE VANDO RESENDE - AI N°124/2019
803.168/2016-VICENTE VANDO RESENDE - AI N°124/2019
803.062/2017-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA. - AI N°231/2019
803.063/2017-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA. - AI N°217/2019
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
803.016/2016-CONSTRUTORA SUCESSO S A-TERESINA/PI - Guia n° 1/2019-edoc-8.500t-CASCALHO- Validade:07/09/2021
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
803.156/2017-FERRAZ AGROPECUARIA E MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°SEI nº9/2019
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
803.049/2018-MINELY SIMPLICIO COSTA- Registro de Licença N° 14/2018 - Vencimento em 24/12/2023
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
803.112/2019-J. R. GOMES DA ROCHA ME

ELISEU EMIDIO NEVES CAVALCANTI
Gerente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO Nº 927, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - A.N.P, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 18, de 19/06/2009, e o que consta no processo n.º 48610.220242/2019-84, autoriza a empresa PETROS-INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ nº 34.883.214/0001-75, a exercer a atividade de produtor de óleo lubrificante acabado automotivo e industrial, com a produção terceirizada tendo como empresas contratadas ENERGIS8 INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA, CNPJ nº 00.696.951/0002-28 e ULTRAX DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA - CNPJ 05.131.638/0001-85.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 1.050, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 18, de 19/06/2009, e o que consta no processo n.º 48610.220242/2019-84, declara habilitada a empresa PETROS-INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ nº 34.883.214/0001-75, como como produtora de óleo lubrificante acabado automotivo e industrial.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 1.051, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a revogação da autorização nº PE0245873 para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, pertencente a RODRIGO ANDRE DE LIMA 10361514417, com inscrição no CNPJ sob o nº 30.020.088/0001-74, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.202379/2019-57.

PATRICIA HUGUENIN BARAN

DESPACHO Nº 1.052, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/MA0196388	ARAUJO COMBUSTIVEIS LTDA	31.600.160/0001-03	48610.006584/2019-93
PR/AL0196374	AUTO POSTO AGUA VIVA LTDA	06.081.417/0002-93	48610.008473/2019-11
PR/BA0196390	AUTO POSTO BRASIL EIRELI	04.454.442/0001-69	48610.008206/2019-44
PR/MG0196376	AUTO POSTO CAFE PAULISTA P7 COMBUSTIVEIS LTDA	34.848.782/0001-35	48610.008385/2019-10
PR/PA0196378	AUTO POSTO CASTANHAL II COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	30.912.798/0001-09	48610.008634/2019-77
PR/SE0196391	AUTO POSTO IRMAOS BERNARDO EIRELI	28.570.993/0001-56	48610.007450/2019-90
PR/SC0196379	AUTO POSTO LOTUS LTDA	31.636.182/0001-15	48610.008633/2019-22
PR/SP0196348	AUTO POSTO PRAIA DE SAO FRANCISCO LTDA	04.736.440/0004-05	48610.007981/2019-82
PR/MG0196349	EDMILSON PEREIRA SANTANA	34.992.055/0001-47	48610.008626/2019-21
PR/PR0196396	GOTA DOURADA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	30.016.785/0001-51	48610.007939/2019-61
PR/RS0196395	J A AIRES COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	32.249.473/0001-13	48610.007444/2019-32
PR/PI0196368	L. E. SANTOS MACHADO	34.226.412/0001-66	48610.005945/2019-84
PR/RN0196371	MARIA DAS GRACAS FERNANDES VIEIRA	30.249.140/0001-69	48610.008630/2019-99
PR/RS0196373	MARIANGELA SOARES MACHADO	11.565.301/0001-89	48610.008170/2019-07
PR/TO0196389	MARTINS E CORDEIRO LTDA	34.456.162/0001-50	48610.007812/2019-42
PR/GO0196392	POSTO AGUIA EIRELI	32.970.807/0001-43	48610.008517/2019-11
PR/RS0196375	POSTO DE COMBUSTIVEIS DO MANO LTDA	34.756.516/0001-82	48610.008632/2019-88
PR/MG0196369	POSTO DE COMBUSTIVEL FENIX LTDA	33.393.285/0001-27	48610.008629/2019-64
PR/MG0196393	POSTO DE COMBUSTIVEL PROCOPIO E CARVALHO LTDA	34.185.105/0001-84	48610.007053/2019-18
PR/MG0196394	POSTO DO VIGARIO LTDA	27.177.800/0001-39	48610.008388/2019-53
PR/MG0196377	PRIMAVERA PETROLEO LTDA.	31.936.062/0001-33	48610.008201/2019-11
PR/SP0196351	RDS MENDONCA COMBUSTIVEIS EIRELI	34.979.543/0001-14	48610.008195/2019-01
PR/PR0196350	REDE VIA EXPRESSA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	31.591.485/0001-69	48610.008474/2019-66
PR/RS0196370	TAISE CAMARGO WISSMANN	33.601.839/0001-34	48610.008216/2019-80
PR/PE0196372	VALE DOURADO COMBUSTIVEIS LTDA	18.571.126/0001-81	48610.008141/2019-37

PATRICIA HUGUENIN BARAN

DESPACHO Nº 1.053, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPBA0347919	+ GAS COMERCIO VAREJISTA DE GAS EIRELI	34.863.010/0001-72	48610.008483/2019-57
GLPSP0347862	ADEMIR FORTIS	29.092.861/0001-29	48610.005391/2019-15
GLPMA0347911	AGUIAR PETROLEO E LOCACOES LTDA	27.192.758/0003-97	48610.008439/2019-47
GLPMT0347788	ALEX AMERICO DA SILVA	30.463.487/0001-00	48610.008398/2019-99
GLPMG0347809	ALINE GONCALVES RIBEIRO GOMES 09991932607	19.409.678/0001-50	48610.008431/2019-81
GLPGO0347778	ALVES FERREIRA MINIMERCADO LTDA	26.863.601/0001-11	48610.007923/2019-59
GLPSC0347692	BOM GAS LTDA	22.821.211/0005-51	48610.008314/2019-17
GLPPA0347866	BORSOI REVENDEDORA DE GAS E TRANSPORTES LTDA	03.983.360/0055-31	48610.008435/2019-69
GLPTO0347717	COLINAS COMERCIO DE GAS EIRELI	33.683.941/0001-26	48610.008456/2019-84
GLPPA0347913	COMERCIAL BORSOI LTDA	83.915.470/0005-36	48610.008441/2019-16
GLPES0347780	COMERCIAL SILVA SANTOS LTDA	03.702.720/0001-97	48610.008219/2019-13
GLPRS0347707	CORREA & CAMARGO COMERCIO DE GAS LTDA	32.184.361/0001-21	48610.008461/2019-97
GLPSP0347715	DENIVALDO VALERIANO	03.114.421/0001-31	48610.008418/2019-21
GLPAM0347725	DISTRIBUIDORA AM COMERCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA	34.069.489/0001-70	48610.008455/2019-30
GLPGO0347748	DISTRIBUIDORA DE GAS AGUIA DOURADA LTDA	34.857.720/0001-90	48610.008397/2019-44
GLPCE0347771	ELY GAS COMERCIAL LTDA	32.046.320/0001-79	48610.008452/2019-04
GLPPR0347921	FELINI & ANDREIV LTDA	15.164.002/0013-27	48610.008484/2019-00
GLPMG0347923	FERREIRA GAS E BEBIDAS LTDA	34.918.927/0001-27	48610.008490/2019-59
GLPPR0347752	G. DOS SANTOS GALVAO - GAS & AGUA	35.231.969/0001-58	48610.008444/2019-50
GLPSP0347767	GASBOM PARADA PINTO II COMERCIO DE GAS LTDA	34.060.919/0001-92	48610.008407/2019-41
GLPPA0347750	J DE SOUSA RAMALHO COMERCIO	24.105.059/0001-02	48610.008396/2019-08
GLPBA0347760	JADSON RAMOS DOS SANTOS	33.754.338/0001-98	48610.008394/2019-19
GLPRO0347695	JAIR PEREIRA DAMASCENO	19.542.178/0001-92	48610.008420/2019-09
GLPES0347754	JALDECIR PEREIRA FRANCISCO LTDA	21.066.926/0002-30	48610.008443/2019-13
GLPRJ0347703	JANAINA DE CASTRO PACHECO	34.163.514/0001-80	48610.005380/2019-35
GLPES0347734	JOSE NUNES MONTEIRO	10.812.669/0001-31	48610.008454/2019-95
GLPPE0347758	L R S DE FREITAS	34.752.099/0001-08	48610.008417/2019-87
GLPPR0347762	M C DOS SANTOS - PET SHOP	26.187.366/0001-05	48610.008467/2019-64
GLPRS0347929	M J PEREIRA BARBOSA	34.194.208/0001-00	48610.008496/2019-26
GLPPE0347731	MARCIA ANUNCIACAO DA SILVA	34.686.171/0001-38	48610.008403/2019-63
GLPMS0347711	MARCOSSI & AURELLI LTDA	35.048.862/0001-79	48610.008460/2019-42
GLPMG0347709	MARIA ODETE BORGES DE AGUIAR	33.718.976/0001-53	48610.008459/2019-18
GLPRJ0347933	MAURIGAS DISTRIBUIDORA LTDA	29.641.674/0001-57	48610.007226/2019-06
GLPMG0347841	MENDES DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	10.844.383/0001-38	48610.007170/2019-81
GLPSP0347886	MONICA APARECIDA ELENA	30.870.487/0001-24	48610.002250/2019-41
GLPMA0347782	NICOLAU DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	35.196.823/0014-33	48610.008293/2019-30
GLPSC0347925	OSVALDINA JORDINA E SIMAS	02.369.237/0002-50	48610.008493/2019-92
GLPSP0347741	OTAVIO B. SANTOS GAS	26.357.804/0001-36	48610.008399/2019-33
GLPMG0347935	PALHAO & SILVA LIMITADA	33.890.488/0001-29	48610.006090/2019-17
GLPBA0347917	PAX NACIONAL COMERCIO DE GAS EIRELI	32.551.257/0001-28	48610.006278/2019-57
GLPRN0347769	R G CAVALCANTE DE SOUZA COMERCIAL	34.746.852/0001-44	48610.006787/2019-80
GLPMS0347713	REGIA DE MORAIS PEREIRA	26.659.250/0003-93	48610.008457/2019-29
GLPSP0347776	RIBEIRO & MONTEIRO SJC COMERCIO DE GAS LTDA	33.337.424/0001-03	48610.008451/2019-51
GLPAL0347719	RICARDO LESSA DE OLIVEIRA	19.664.026/0001-62	48610.008406/2019-05
GLPSP0347739	RIO VALE DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS, ALIMENTOS E COMERCIO EM GERAL LTDA.	08.740.247/0001-56	48610.008402/2019-19
GLPMS0347915	ROGERIO CARMONA DA SILVA COMERCIO DE GAS	34.193.091/0001-40	48610.008481/2019-68
GLPSP0347756	SILMARA APARECIDA CUSTODIO DE CARVALHO	32.884.536/0001-03	48610.008395/2019-55
GLPSP0347897	SILVA & LEAL LTDA	34.127.413/0001-53	48610.006698/2019-33
GLPSP0347773	SUPERMERCADO ARAUJO & ARAUJO LTDA	10.582.853/0001-32	48610.006040/2019-21
GLPRO0347764	THIAGO PEDREIRA DE SOUZA	33.585.385/0001-55	48610.008408/2019-96
GLPMT0347807	UENDER ZANOL	02.781.112/0006-67	48610.008424/2019-89
GLPPR0347931	VILMAR KREINER SILVEIRA EIRELI	33.012.250/0001-09	48610.007202/2019-49
GLPMA0347927	ZE DO FEIRA GAS LTDA	33.470.116/0001-43	48610.008494/2019-37

PATRICIA HUGUENIN BARAN

DESPACHO Nº 1.054, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,com base no Art. 30, da Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, torna público o cancelamento, POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/ES0245356	BRUNA THAISLLAINY NUNES MONTEIRO OLIVEIRA15432744716	28.379.747/0001-11	48610.001024/2018-61
GLP/SP0219579	GASBOM PARADA PINTO COMERCIO DE GAS LTDA.	14.871.757/0001-65	48610.001511/2013-10
GLP/MT0180470	JÁ GÁS COMÉRCIO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO LTDA.	10.491.091/0001-69	48610.012406/2009-20
GLP/RS0174870	JL - COMÉRCIO DE GÁS LTDA - ME	08.992.285/0001-04	48610.012042/2008-05
GLP/BA0175373	LEVE GÁS COMERCIO VAREJISTA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETROLEO LTDA-ME	07.471.118/0001-47	48610.013272/2008-83
001/GLP/SP0012093	RODRIGUES E SIMÕES COMÉRCIO DE GÁS E ÁGUA LTDA ME	07.591.160/0001-00	48610.005651/2006-38

PATRICIA HUGUENIN BARAN

DESPACHO Nº 1.055, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,com base no Art. 7°, IV, da Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, torna público o cancelamento, POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/RS0031917	ARI CAMARGO WISSMANN	02.957.271/0001-65	48610.002690/2003-31
PR/TO0015509	AUTO POSTO ARAPOEMA LTDA	01.747.971/0001-62	48610.016870/2001-38
PR/SP0175147	AUTO POSTO ROTA 55 LTDA - EPP	06.030.920/0001-39	48610.007872/2004-89
PR/RS0026562	GENMAR ZUCCO CAMPARA	91.191.502/0001-00	48610.009670/2002-18
PR/PR0012474	MARIA INES VALLE & CIA LTDA	00.913.583/0001-41	48610.014134/2001-45
PR/RS0173867	MARIANGELA SOARES MACHADO	11.565.301/0002-60	48610.000509/2016-76
PR/RS0165322	OLIVEIRA & PORCIUNCULA LTDA - ME.	08.930.084/0001-74	48610.010051/2014-00
PR/SC0140443	POSTO CATARINENSE LTDA EPP	18.228.444/0001-44	48610.007539/2013-61
PR/PA0147844	REBELO & ALVES LTDA	07.766.482/0005-68	48610.012079/2013-92
PR/SP0008939	WEST AUTO POSTO LIMITADA	00.550.366/0001-34	48610.007136/2001-88

PATRICIA HUGUENIN BARAN

DESPACHO Nº 1.056, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,com base na Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea c, torna público o cancelamento, por requerimento do agente econômico, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/RS0062243	AUTO MECANICA IBIRUBA S.A.	90.657.198/0006-88	48610.011891/2008-33
PR/RS0016238	AUTO POSTO SABASUL LTDA	88.429.261/0001-72	48610.017528/2001-55
PR/PE0023719	M. L. VIEIRA DA CUNHA & CIA LTDA	10.917.037/0001-32	48610.004495/2002-64
PR/RS0176572	SALING & CIA LTDA	19.568.846/0002-31	48610.007817/2016-22
PR/AP0179495	W C SANTANA EIRELI	23.037.202/0001-03	48610.000525/2017-40

PATRICIA HUGUENIN BARAN

DESPACHO Nº 1.057, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,com base na Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea d, item 1, torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/BA0237384	A DE OLIVEIRA SANTOS GÁS LTDA	21.367.018/0002-87	48610.013488/2016-59
001/GLP/SP0019296	A R B R DE SOUZA - ME.	03.702.260/0001-05	48610.000940/2008-11
001/GLP/SP0013499	ADEILDO PEREIRA SOARES - ME	08.444.220/0001-16	48610.004611/2007-51
GLP/SP0239486	AGNALDO PONTES DA SILVA	25.988.471/0001-80	48610.002459/2017-42
GLP/MS0213386	ALBERTO VARGAS DOMERASKI- ME	14.037.531/0001-63	48610.001605/2012-16
GLP/RS0223901	ALCEU SOARES MOREIRA E CIA LTDA - EPP	91.812.008/0001-08	48610.012981/2013-17
GLP/MG0210680	ALEXANDRE JOSE FERNANDES ME	02.979.053/0001-21	48610.011024/2011-01
001/GLP/SP0008278	ALEXANDRE MORELLI GÁS ME	07.338.581/0001-15	48610.007126/2006-57
GLPSC0301158	ALEXANDRE RODRIGO RAUSCH 00765381923	30.128.220/0001-66	48610.006061/2018-66
GLP/MG0205726	ALTAMIRO PEREIRA DE BRITO FILHO	12.824.755/0001-90	48610.002486/2011-20
GLP/GO0242360	ANNA CRISTINA PEREIRA ROSA 03426236133	27.787.518/0001-73	48610.010320/2017-72
GLP/RJ0209314	ANTONIO VIEIRA DE MIRANDA - ME	12.915.810/0001-57	48610.009829/2011-87
001/GLP/PE0015296	ANTONIO EDEZIO DE LIMA - ME	07.911.603/0001-94	48610.006775/2007-11
001/GLP/SP0017791	ANTONIO FRANCISCO TREVISAN-ME.	08.477.776/0001-09	48610.011379/2007-14
GLP/SP0218794	ARILSON MARTINS DE PONTES 12927687897	14.931.201/0001-17	48610.013627/2012-11
GLP/RS0223731	AUTO POSTO QUARTA COLONIA LTDA	12.663.640/0001-60	48610.006856/2013-60
GLP/BA0206375	AYRES E OLIVEIRA LTDA	12.382.327/0001-54	48610.003717/2011-12
GLP/CE0207910	BARRO ALTO COMERCIAL DE GÁS LTDA	12.968.964/0001-07	48610.006928/2011-15
GLP/MT0244101	BENAIR RODRIGUES DE MACENA NUNES 89518896100	28.170.343/0001-13	48610.013363/2017-18
GLP/SC0206564	BENHUR E PEDRO COMERCIAL LTDA. ME	01.669.267/0001-39	48610.000574/2011-97
GLPSE0306735	BERG RURDSON GOMES DOS SANTOS 07973178562	30.835.324/0001-00	48610.011139/2018-64
001/GLP/SP0012938	BOABOA COMERCIAL LTDA	47.358.312/0001-35	48610.003723/2007-93
GLP/MG0230325	B.P.A COMERCIO DE GÁS E BEBIDAS EIRELI - EPP	22.196.930/0001-03	48610.007390/2015-81
001/GLP/SP0015871	C. BARBOSA - GÁS ME	08.631.760/0001-09	48610.008579/2007-81
GLP/ES0229427	C. CAPUCHO - ME	21.502.525/0001-03	48610.004315/2015-69
001/GLP/PA0014665	C. O. ROCHA GAIA COMÉRCIO - ME.	07.399.178/0001-04	48610.006409/2007-62
GLP/PR0220684	CAETANO PINTO E CIA LTDA - ME	07.484.085/0001-70	48610.004330/2013-45
GLP/MG0235412	CAIO FERREIRA ROCHA 11173834664	23.246.409/0001-98	48610.006601/2016-40
GLP/PB0182410	CARLOS ALBERTO SILVA GÁS	70.113.782/0001-50	48610.016189/2009-47
GLP/PA0233102	CARLOS AUGUSTO BRASIL DA COSTA 44178352253	23.660.612/0001-06	48610.001325/2016-23
GLP/BA0219782	CARLOS DOS SANTOS FIUZA - ME	17.406.986/0001-05	48610.001153/2013-45
GLP/ES0228812	CARLOS EDUARDO ANDRADE CERQUEIRA - ME	21.486.465/0001-74	48610.002437/2015-11
GLP/CE0175822	CENTER GÁS COMERCIAL LTDA.	08.848.987/0001-00	48610.013953/2008-41
001/GLP/RS0008244	CEZAR G . J. PIRES	04.695.724/0001-58	48610.005435/2006-92
GLP/ES0235168	CHRISTOPHER DOUGLAS NUNES GOMES 05826255722	24.882.538/0001-35	48610.007409/2016-71
GLP/SP0230975	CINTIA APARECIDA DE MEIRA - ME	22.312.538/0001-74	48610.008824/2015-61
GLP/PA0243079	CLAUDECI SILVA MESQUITA 80398596387	27.514.841/0001-73	48610.012760/2017-64
GLPSP0307992	CLEBIO MARCELINO DOS SANTOS 31006575863	30.103.710/0001-08	48610.011619/2018-25
001/GLP/SP0018007	CLELIO GOMES FORMES GAS - ME	05.702.919/0001-40	48610.012339/2007-81
001/GLP/RS0006347	CLOVIS MIELCZARSKI - ME	07.791.043/0001-81	48610.001466/2006-74
GLP/MG0202014	COMERCIAL ALIMENTICIO OLIVEIRENSE LTDA	11.029.987/0002-74	48610.013477/2010-83
001/GLP/RS0012160	COMÉRCIO DE ALIMENTOS STC LTDA.	04.292.243/0001-00	48610.002472/2007-21
001/GLP/SP0021388	COMÉRCIO DE GÁS PEIXOTO WERNECK LTDA ME	08.830.337/0001-38	48610.005527/2008-34
001/GLP/GO0019674	COMÉRCIO VAREJISTA DE SECOS E MOLHADOS CINTRA LTDA.	07.424.134/0001-89	48610.000979/2008-20
GLP/PR0244949	CRISTIANO JOSE ALVES 04954497922	19.513.709/0001-19	48610.014385/2017-97

GLP/AM0225351	D. DE S. JO - MERCANTIL - ME	19.408.219/0001-52	48610.004251/2014-15
GLPSP0302913	DANIELA BATISTA DA SILVA FERNANDES FARIAS	23.488.388/0001-17	48610.007040/2018-68
GLP/BA0226476	DANILO DOS SANTOS DE JESUS E CIA LTDA	20.212.842/0001-14	48610.008535/2014-81
GLP/GO0226071	DANTAS & SILVA COMERCIO DE GAS LTDA - ME	19.503.340/0001-63	48610.004709/2014-36
GLPSP0301397	DAVI JOAO RIBEIRO EIRELI	30.197.287/0001-52	48610.006267/2018-96
GLP/ES0184490	DENIA LUCIA DE SOUZA DA SILVA - ME.	11.306.207/0001-05	48610.003113/2010-95
GLP/BA0210949	DERLANIA SOUZA DOS MONTES ME	13.334.477/0001-55	48610.012909/2011-10
GLP/SC0240260	DIANAMAR VALDEMERI PICOLI 02199227995	26.617.633/0001-37	48610.006327/2017-90
GLP/GO0216889	DIAS & ALENCAR LTDA ME	37.832.763/0001-09	48610.009488/2012-21
GLP/ES0244495	DISK ALTAS HORAS LTDA	26.248.527/0001-23	48610.002409/2018-46
GLP/RJ0229474	DISTRIBUIDORA DE GAS BRUNO E FERNANDO LTDA - ME	19.896.011/0001-20	48610.004498/2015-12
GLP/BA0180456	DISTRIBUIDORA DE GÁS TORQUATO LTDA EPP	10.423.033/0001-06	48610.012404/2009-31
GLP/ES0178756	DISTRIBUIDORA PERINI LTDA - ME	10.506.911/0001-49	48610.008238/2009-78
GLP/PE0214040	DJALMA JOAQUIM DOS SANTOS GAS	14.589.324/0001-11	48610.002982/2012-64
001/GLP/GO0015913	DOUGLIS GEREMIAS DA SILVA	04.379.500/0001-37	48610.008442/2007-27
GLPES0307248	EDER DA SILVA DO NASCIMENTO 09376407784	24.703.098/0001-01	48610.011493/2018-99
GLP/ES0233248	EDNA PERES FREIRE LEMOS	24.037.894/0001-52	48610.002099/2016-06
GLP/PB0232560	EDVALDO SOUZA OLIVEIRA	21.711.896/0001-97	48610.013530/2015-51
GLP/AL0201753	EDVALDO TENORIO DOS SANTOS	02.030.943/0001-92	48610.013075/2010-89
GLP/RS0223281	EG COMERCIO DE GÁS LTDA ME	18.362.437/0001-30	48610.010628/2013-94
001/GLP/SP0012181	ELAINE DINIZ	05.834.920/0001-29	48610.002251/2007-51
GLP/MA0235663	ELIEUZA SANTOS DA CONCEIÇÃO 00756340314	22.483.724/0001-76	48610.008616/2016-42
GLP/MT0241134	ELLEN CRISTINA ALVES 83004645149	26.584.274/0001-69	48610.008574/2017-21
GLP/BA0225843	EMANUEL COMERCIAL DE GAS LTDA - ME.	19.124.421/0001-52	48610.003316/2014-13
GLP/PA0230542	EXPRESSO AZUL COMERCIO VAREJISTA DE GAS LIQUEFEITO EIRELI - ME	21.782.583/0001-20	48610.005940/2015-28
001/GLP/PI0020728	F. R. DA SILVA COMERCIO DE GAS	02.680.276/0001-93	48610.004459/2008-96
GLP/BA0230037	FLAVIO LIMA LEAL	16.909.310/0001-63	48610.004289/2015-79
GLP/MT0241445	GABRIEL JHONESON PEREIRA DA SILVA 06285396140	27.605.909/0001-20	48610.009078/2017-94
001/GLP/PR0000889	GAS SERVICE LTDA.	05.454.917/0001-80	48610.001346/2004-13
001/GLP/RS0002117	GAUCHA DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	01.211.396/0001-89	48610.009318/2004-36
GLP/SC0236016	GENESIO MEIRELLES 38132109953	22.281.121/0001-91	48610.008052/2016-48
GLP/MG0235837	GERSON MOREIRA COSTA 05627765836	22.613.404/0001-93	48610.009222/2016-10
GLP/ES0237466	GERUSA MARVILA GARCIA 69657335787	25.196.527/0001-64	48610.012164/2016-01
001/GLP/SP0007224	GERVALDO LOPES MACEDO OSASCO	01.240.359/0001-07	48610.005029/2006-21
GLP/ES0244426	GILBERTO DE OLIVEIRA FERREIRA 10386202796	29.147.916/0001-50	48610.002103/2018-90
GLP/SP0232993	GILMAR CAETANO	23.903.290/0001-89	48610.001098/2016-36
001/GLP/RS0012852	GILSON ANOAR DE CAMARGO	07.333.989/0001-02	48610.002416/2007-95
GLP/AM0232418	GILVAN SILVA DOS SANTOS - ME	21.573.542/0001-23	48610.013287/2015-71
GLPSC0308833	GIOVANA COMERCIO DE GAS LTDA	30.954.277/0001-14	48610.012068/2018-17
GLP/RS0214120	GLACI MARTINS LANZARIN ME	14.079.846/0001-73	48610.003090/2012-81
GLP/MS0184286	G.MARQUES - ME	08.997.547/0002-04	48610.002805/2010-16
GLP/MG0212232	GP GAS DISTRIBUIDORA LTDA ME	13.745.676/0001-56	48610.015560/2011-78
GLP/PE0182703	HENRIQUE SOARES DA SILVA	04.977.234/0002-25	48610.000271/2010-93
GLP/GO0180526	HEXAGÁS REVENDEDORA E TRASNPORTADORA DE GLP LTDA	08.145.917/0002-77	48610.012432/2009-58
GLP/GO0202779	HEXAGÁS REVENDEDORA E TRASNPORTADORA DE GLP LTDA	08.145.917/0003-58	48610.015667/2010-35
GLP/PR0178109	IBIGÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA	80.366.750/0001-10	48610.006233/2009-19
GLP/MS0234054	IDALVA GIRONDE COMERCIO DE GAS - ME	23.280.160/0001-37	48610.004281/2016-93
GLP/MA0184288	ILHAGAS COMERCIO DE GLP LTDA EPP	01.631.091/0019-55	48610.002824/2010-42
GLP/MA0211893	ILHAGAS COMERCIO DE GLP LTDA EPP	01.631.091/0020-99	48610.014585/2011-54
001/GLP/SP0000833	ISMAEL BATISTA FERREIRA GAS - ME	06.082.693/0001-95	48610.004090/2004-98
GLP/AL0242318	J V CORREIA DE LIMA - EPP	27.866.600/0001-93	48610.011588/2017-21
GLP/SP0241556	J.A. ROSA DA SILVA GAS - ME	27.314.685/0001-05	48610.009477/2017-55
GLP/PR0184069	JAIR RODRIGUES PERES ME	01.360.813/0001-55	48610.002508/2010-71
GLP/ES0240734	JAMERSON DA SILVA 09209244761	26.344.430/0001-14	48610.006922/2017-25
GLP/SC0245309	JAQUELINE APARECIDA DE SENA 11065634927	29.605.692/0001-83	48610.004135/2018-20
GLPSP0316516	JARBAS WALTER SCHIMIDT	28.530.876/0001-69	48610.012237/2018-19
GLP/PB0181307	JEANEIDE CLAUDIA DA COSTA NICHOLS - ME	02.817.791/0001-72	48610.014051/2009-11
GLPAL0301008	JEFERSON DA SILVA 05206107417	30.167.600/0001-00	48610.005877/2018-72
GLP/PE0224299	JEFFERSON RICARDO ALVES TORRES - ME	15.526.138/0001-04	48610.005006/2013-44
GLP/SP0223072	JEH-DISTRIBUIDORA DE AGUA E GAS LTDA - ME	17.458.955/0001-90	48610.008829/2013-21
GLP/GO0243460	JOAO RODRIGUES DA SILVA 19804717115	24.557.520/0001-68	48610.012555/2017-07
001/GLP/RS0011097	JOÃO SCARIOT	74.729.203/0001-50	48610.000548/2007-82
GLP/MG0214051	JOAQUIM PERES DE SOUSA - ME	14.594.016/0001-84	48610.003031/2012-11
GLP/CE0187395	JOCELIA CASTRO DE MORAIS ME	11.810.035/0001-02	48610.008997/2010-74
GLP/BA0208427	JOILDO GONÇALVES DE FREITAS	13.369.217/0001-15	48610.006875/2011-24
GLP/SP0241069	JOSE CARLOS SPADA 04056866848	27.424.925/0001-16	48610.008420/2017-39
GLP/MG0239170	JOSE HENRIQUE NUNES DE OLIVEIRA 10956327605	26.517.248/0001-18	48610.003197/2017-33
GLP/PE0228898	JOSE LUPERCIO DE OLIVEIRA MEDEIROS - ME	20.937.362/0001-10	48610.002569/2015-42
GLP/GO0057849	JOSÉ MATILDES CAMPOS	02.942.029/0001-18	48610.007511/2008-66
GLP/MG0203818	JOSE OSMAR VIEIRA-ME	04.035.265/0001-86	48610.015676/2010-26
001/GLP/SP0015523	JOSÉ ROBERTO MODENES ME.	07.978.377/0001-69	48610.007499/2007-17
001/GLP/RS0014617	JUCELINO ROQUE CORREIA	08.266.270/0001-50	48610.006145/2007-47
GLP/SP0245091	JULIANA DA SILVA PIRES 34049538865	29.487.551/0001-03	48610.003858/2018-10
GLP/SP0226559	JULIO CESAR FERNANDES - GAS - ME	19.876.976/0001-50	48610.008947/2014-11
GLP/BA0184513	JUVENCIO DE SOUZA NETO	10.854.314/0001-05	48610.003103/2010-50
GLP/CE0204277	KALUNGA DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA - ME	10.546.377/0001-02	48610.018749/2010-31
GLP/PR0229166	KELY CRISTINA DIAS NOCERA - ME	20.981.232/0001-85	48610.003397/2015-24
GLP/MG0244332	KERO GAS EIRELI - ME	28.038.324/0001-38	48610.014038/2017-64
GLP/SP0184098	KLIMKE & ALVES LTDA - ME	09.687.540/0001-60	48610.002657/2010-30
GLP/SP0207147	KURUMIN COMÉRCIO DE GÁS LTDA - ME	12.541.465/0001-39	48610.003608/2011-03
GLP/PA0239075	L NOBRE FREITAS EPP	25.012.373/0002-94	48610.002962/2017-06
GLP/MT0213073	L. VIEGAS DE SOUZA - ME	03.632.435/0001-47	48610.000563/2012-98
GLP/BA0173091	LARISSA MALTA FERRAZ GALVÃO-ME	10.171.658/0001-10	48610.010156/2008-11
GLP/BA0175846	LARISSA MALTA FERRAZ GALVÃO-ME	10.171.658/0002-09	48610.013881/2008-32
001/GLP/SP0016765	LAURINDO GONCALVES ME	03.446.971/0001-58	48610.009883/2007-46
GLP/CE0183185	LAURO FERREIRA ROCHA ME.	41.463.928/0001-90	48610.000854/2010-14
GLP/BA0177952	LIVIA MARIA OLIVEIRA LIMA	03.089.193/0001-97	48610.005342/2009-19
GLP/RS0219835	LUCIANA BAPTISTA DE OLIVEIRA	14.939.968/0001-92	48610.001894/2013-26
GLP/SP0239357	LUIZ ARNALDO DA SILVA 92896901868	25.043.051/0001-21	48610.004012/2017-16
GLP/PR0229869	LUIZ R. L. SILVESTRE - COMÉRCIO DE GÁS - ME	22.303.371/0001-85	48610.005643/2015-82
GLP/MG0243827	LUIZA HELENA CONSTANCIO 02992368628	27.001.043/0001-48	48610.000598/2018-12
GLP/MG0242123	LUZIA MARTINS DA FONSECA GLP ME	27.058.139/0001-42	48610.011039/2017-57
GLP/RS0227476	M TERESINHA DE L SANTOS - ME	19.913.355/0001-08	48610.011840/2014-50
GLP/MT0245567	MANOEL NETO DE SOUZA 63035006172	28.843.952/0001-96	48610.004446/2018-99
GLP/GO0243431	MANUELLA DA SILVA FARIA 70022589155	28.302.067/0001-08	48610.014230/2017-51
GLP/PR0220290	MARCELO FERREIRA LIMA - COMERCIO DE GAS - ME	16.383.360/0001-50	48610.002111/2013-21
GLP/MG0243306	MARCOS AMERICO O COSTA - ME	27.997.815/0001-43	48610.014304/2017-59
GLP/RN0241094	MARCOS DE OLIVEIRA CAVALCANTE	26.139.995/0001-60	48610.008342/2017-72
GLP/SP0239984	MARCOS FERREIRA DE LIMA 38052044855	26.317.886/0001-95	48610.005606/2017-36
001/GLP/GO0015770	MARIA A C DOS SANTOS DISTRIBUIDORA	08.266.837/0001-99	48610.008066/2007-71
GLP/MS0184131	MARIA APARECIDA DE ASSIS - ME	00.189.616/0001-52	48610.002518/2010-14
001/GLP/RS0011887	MARIA CAVALLIN	06.864.651/0001-06	48610.002037/2007-11
GLP/PR0227911	MARIA LUISA DE ANDRADE CARVALHO - ME	20.607.911/0001-99	48610.011824/2014-67
GLP/GO0180827	MARIA LUZ DOS REIS SILVA	03.066.706/0001-44	48610.013021/2009-80
GLP/MG0219628	MARIANA BATISTA DE ALMEIDA 36864536653	16.558.271/0001-05	48610.001531/2013-91
GLPMG0306344	MARIANA DURAES BRITO 12835152610	30.618.914/0001-81	48610.010723/2018-01
GLP/RS0184144	MARQUES GÁS LTDA	09.520.387/0001-81	48610.002721/2010-82
001/GLP/SP0018212	MAURA SIQUEIRA PINHEIRO - ME	00.008.689/0001-09	48610.012862/2007-16
001/GLP/PR0000641	MAURICIO GELINSKI & CIA LTDA	06.101.435/0001-09	48610.004805/2004-11
001/GLP/PE0003831	MAURICIO LUCAS DE OLIVEIRA	01.867.346/0002-35	48610.002313/2005-63
GLP/SC0222734	MB COMERCIO DE GAS & CIA LTDA - ME.	17.021.760/0001-88	48610.009580/2013-71
GLP/MG0232826	MERCADO D GUSTO LTDA - ME	19.890.171/0001-61	48610.012071/2015-98
GLP/SP0215808	MERCEARIA RICCI DE AVENCAS LTDA - EPP.	52.097.987/0001-08	48610.003657/2012-19
GLP/TO0214093	MERCEARIA RMC LTDA	14.786.496/0001-85	48610.003118/2012-80
GLP/TO0237789	MERCEARIA RMC LTDA	14.786.496/0002-66	48610.014563/2016-07
GLP/TO0237739	MERCEARIA RMC LTDA	14.786.496/0003-47	48610.014330/2016-04
001/GLP/RS0006193	MERCILDO HENN	98.598.352/0001-95	48610.001293/2006-94
001/GLP/SP0009601	MONARI & VENANCIO DEPÓSITO DE GAS LTDA ME	00.935.639/0001-69	48610.010980/2006-17
001/GLP/PA0016941	M.P. CARVALHO SILVA	07.114.766/0001-46	48610.010535/2007-11
GLP/GO0058246	N R COMÉRCIO DE GÁS	08.233.508/0001-41	48610.007832/2008-61
GLP/MG0230777	NARCIZO DISTRIBUIDORA DE GÁS E ÁGUA LTDA - ME	22.168.978/0001-08	48610.008503/2015-66
GLP/SC0230207	NATALIA CORDINI PAVANELLO - ME	21.661.946/0001-79	48610.006778/2015-65
GLP/RN0182391	NATAN GÁS DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA	10.449.959/0001-62	48610.016152/2009-19
001/GLP/RS0013130	NELCI SARZI & CIA LTDA.	93.469.211/0001-59	48610.005863/2006-15
GLP/PR0225681	NILZIANE SCHEFER ARAUJO - ME	19.380.178/0001-33	48610.005429/2014-45
GLP/SP0223873	OXI-CAIEIRAS COMERCIO E TRANSPORTES LTDA	05.511.748/0002-53	48610.011753/2013-11
GLP/MG0224791	P G DOS ANJOS - ME	17.484.858/0001-71	48610.002637/2014-92
001/GLP/BA0016295	PALMASGÁS DISTRIBUIDOR LIQUIGÁS LTDA.	08.647.607/0001-70	48610.009002/2007-97
001/GLP/MS0003728	PAULO LUNA MOREIRA - ME	06.928.239/0001-02	48610.001786/2005-43
001/GLP/SP0012352	PAULO SERGIO LIPAUS EURELI - ME	05.594.308/0001-26	48610.002821/2007-11
GLP/MG0231826	PEDRO ANTONIO SILVA LIMA	22.598.538/0001-82	48610.011649/2015-99
GLP/MG0242004	PEDRO NEPONUCENO SANTANA 89528492568	27.701.690/0001-62	48610.010460/2017-41
GLP/GO0214457	PETROARTE REVENDEDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA	25.033.036/0001-00	48610.003905/2012-21
GLP/MG0238060	PONTUAL GAS E BEBIDAS EIRELI - ME	23.586.478/0001-40	48610.014318/2016-91
GLP/PE0184178	PORTO GAS E AGUA MINERAL LTDA. - ME.	10.358.864/0001-33	48610.002442/2010-19
GLP/SE0176043	R. G. COMÉRCIO DE GÁS LTDA	10.221.732/0001-65	48610.013880/2008-98
GLP/AP0232440	R. SILVA CASTRO - ME	09.570.563/0002-70	48610.011495/2015-35
GLP/PR0237909	RAFAELA MOREIRA DIOLINDO	26.133.960/0001-13	48610.012623/2016-49
GLP/PA0237982	RANY DOS SANTOS 96695005249	26.514.464/0001-00	48610.014847/2016-95
GLP/RS0206458	RAPHAELLI COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	12.752.272/0001-27	48610.003582/2011-95
001/GLP/MG0018606	RENATO ALVES DA SILVA	05.988.817/0001-33	48610.013910/2007-85
GLP/SC0241065	REVENDA DE GAS MADRI LTDA	27.107.841/0001-59	48610.008410/2017-01
GLP/SP0232262	RJ GOUVEA SUPERMERCADO LTDA - ME	07.300.267/0002-24	48610.012628/2015-91
GLP/ES0234880	ROBERTO DE JESUS TEIXEIRA	24.232.901/0001-77	48610.004280/2016-49
GLPPE0306928	ROMARK BELTRAO CAVALCANTI 13370303418	31.084.183/0001-02	48610.010930/2018-57
GLP/RS0232767	RONALDO ABEL ROLDAO	14.495.687/0002-79	48610.000490/2016-68
GLP/BA0205975	RONIVAN DOS SANTOS ALENCAR ME.	08.999.022/0002-08	48610.001216/2011-00
GLP/ES0244221	ROSELENA DIAS DE CARVALHO 01694531708	28.288.994/0001-02	48610.001632/2018-76
GLP/MG0229327	ROSELI RODRIGUES CHAVES - ME	21.393.049/0001-21	48610.003838/2015-98
001/GLP/SP0007297	RUTH DE OLIVEIRA FONSECA ASSIS-ME	04.153.588/0001-74	48610.005625/2006-18
001/GLP/SP0019278	S. ALVES BARBOSA DA SILVA ME.	08.027.085/0001-03	48610.000697/2008-22
GLP/MA0218211	S. C. GÁS LTDA - ME	15.345.098/0002-77	48610.012745/2012-10
GLP/MA0222061	S. C. GÁS LTDA - ME	15.345.098/0003-58	48610.007892/2013-41
GLP/PR0236636	S J DA SILVA GUIEM ME	24.553.256/0001-94	48610.011083/2016-86
GLP/GO0242144	SAMUEL DE SOUZA BARROS 70158846150	24.903.897/0001-21	48610.011110/2017-00
001/GLP/RS0010956	SANDRA BELTRAMI	08.150.965/0001-72	48610.000135/2007-14
001/GLP/RS0011335	SCHEIBE & KERBER LTDA	00.872.123/0001-12	48610.000719/2007-73
GLP/MS0181697	SELL COMERCIO DE GAS LTDA - ME	05.357.765/0001-05	48610.014721/2009-91
GLP/PE0206464	SERGIO NUNES DE SANTANA - ME	05.536.382/0002-77	48610.003622/2011-07
GLP/PE0245102	SERGIO DE SOUZA ALBUQUERQUE 01937814416	28.954.829/0001-42	48610.003862/2018-70
GLPMG0320933	SERGIO LOPES BATISTA - COMERCIO	33.169.998/0001-01	48610.003152/2019-21
GLP/PE0231124	SEVERINO RIBEIRO DANTAS - ME	22.444.465/0001-74	48610.008342/2015-19
GLP/MG0179811	SILAS GOMES FERREIRA - ME	08.723.646/0001-09	48610.010475/2009-07
GLP/RS0205060	SILVIO RODRIGO FRITZEN	12.524.599/0001-41	48610.001182/2011-45
GLP/CE0243370	SIMAO COMERCIAL DE GAS LTDA	07.737.021/0002-14	48610.014171/2017-11
GLP/SP0225635	SUELI F. BARROS DE OLIVEIRA - ME	19.165.344/0001-89	48610.005401/2014-16
001/GLP/PA0014850	SUPERMERCADO CRISTO REI LTDA EPP	04.401.851/0001-05	48610.006773/2007-22
001/GLP/SP0021014	SUPERMERCADO MERI KRILL LTDA.	00.813.169/0001-60	48610.005057/2008-17
GLP/SP0213828	SUPERMERCADO MIRANDELA LTDA	69.352.185/0002-80	48610.002435/2012-89
GLP/GO0205803	SUPERMERCADO TABOCÃO LTDA - ME	09.412.150/0001-87	48610.002577/2011-65
GLP/ES0182646	T M GÁS COMERCIAL LTDA ME	08.446.139/0001-75	48610.000080/2010-21
GLP/BA0219744	TARCISIO LEAL MATEUS EPP	16.515.436/0001-53	48610.001743/2013-78
GLP/PR0174981	TASGAS COMERCIO DE GAS, DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E CARVÃO LTDA	09.475.373/0001-93	48610.011696/2008-11
001/GLP/SP0021015	TATIANE DA SILVA NOBRE - ME	08.450.278/0001-72	48610.004993/2008-01
GLP/ES0237087	TEOTONIO BONADIMAN ME	19.641.159/0001-13	48610.012548/2016-16
GLP/MG0235214	THAINARA DA SILVA RIBEIRO 01868307697	22.238.663/0001-81	48610.007407/2016-81
GLP/BA0209559	UESLEI RIBEIRO SALES	10.407.395/0001-03	48610.010017/2011-84
GLPAC0316444	VALCIR B. DA SILVA - EIRELI	31.949.658/0001-78	48610.001698/2019-47
GLP/MG0242274	VALDECI GOMES DURAES	28.052.433/0001-00	48610.011377/2017-99
GLP/BA0231688	VALDINEIDE ALVES DE SOUSA - ME	22.193.835/0001-48	48610.011122/2015-64
GLPMT0302403	VALERIA DANTAS DA SILVA 11314270419	28.677.676/0001-33	48610.007175/2018-23
001/GLP/MS0012428	VENISVALDO FELIX GARCIA - ME	00.431.949/0001-46	48610.002463/2007-39
001/GLP/SP0011559	VERA LÚCIA DE SOUZA PIMENTEL - MERCEARIA ME	06.215.094/0001-00	48610.001109/2007-97
GLP/CE0210637	VFG COMÉRCIO LTDA ME.	13.188.125/0001-39	48610.010925/2011-78
GLPSE0301420	VIVIANE DE JESUS NASCIMENTO 05379363512	28.990.635/0001-00	48610.005841/2018-99
001/GLP/ES0021093	WAR COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA ME	02.919.530/0001-63	48610.005151/2008-68
001/GLP/GO0002709	WELIGTON DA ROCHA SILVA	06.181.201/0001-19	48600.003905/2004-31
001/GLP/GO0020116	WESLEY FERREIRA DE MORAES - ME.	09.015.715/0001-92	48610.001729/2008-15
GLP/SE0241366	WLISSES SANTOS DE MENEZES ME	27.443.858/0001-87	48610.009092/2017-98
GLP/BA0226624	XZSGAS COMERCIO DE GAS LTDA-ME	19.986.580/0001-66	48610.008751/2014-26
GLP/SP0242357	ZILVANDE TRINDADE DUTRA - ME	27.665.023/0001-71	48610.011527/2017-64

PATRICIA HUGUENIN BARAN

DESPACHO Nº 1.058, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/PI0196408	ALMEIDA & COELHO DIESEL LTDA	05.905.562/0001-06	48610.008416/2019-32
PR/SP0196432	AUTO POSTO AVENIDA DE AVARE LTDA	31.250.324/0001-01	48610.008653/2019-01
PR/RR0196448	AUTO POSTO CARRETAO EIRELI	33.504.250/0001-18	48610.008515/2019-14
PR/SP0196433	AUTO POSTO CASTELINHO DE AVARE LTDA	31.250.374/0001-99	48610.008654/2019-48
PR/GO0196430	AUTO POSTO R. F. LTDA	23.311.314/0001-00	48610.008650/2019-60
PR/RJ0196410	ENSEADA BOA VISTA MARINA E TRANSPORTE LTDA	31.107.261/0001-39	48610.007938/2019-17
PR/PE0196469	JOSE ACIONE PAZ DE FREITAS	34.533.501/0001-55	48610.008430/2019-36
PR/MT0196429	NAKAMURA DEVES & CIA LTDA	31.941.533/0001-00	48610.008521/2019-71
PR/DF0196428	NENEN'S CHOPP POSTO DE COMBUSTIVEIS LTDA	32.434.124/0001-71	48610.002573/2019-34
PR/PA0196468	POSTO BARROS EIRELI	29.470.573/0001-60	48610.008090/2019-43
PR/MG0196471	POSTO COMBUSTIVEIS BELO HORIZONTE LTDA	32.632.607/0001-80	48610.008577/2019-26
PR/RJ0196472	POSTO DE COMBUSTIVEIS ALMEIDA & CIA. LTDA.	28.055.398/0001-82	48610.007895/2019-70
PR/MS0196470	POSTO DE SERVICOS GUIA LOPES LTDA	18.614.843/0001-43	48610.008332/2019-07
PR/SC0196409	ROSA ESTER AUTO POSTO EIRELI	35.274.726/0001-05	48610.008053/2019-35
PR/MG0196431	SAO JOSE COMBUSTIVEIS LTDA	30.890.524/0001-66	48610.008651/2019-12

PATRICIA HUGUENIN BARAN

DESPACHO Nº 1.059, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPMA0348152	ABX COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	29.842.664/0002-60	48610.008334/2019-98
GLPAM0348162	ANDSON SANTOS DO NASCIMENTO	30.653.203/0001-48	48610.008348/2019-10
GLPMA0348129	BORSOI REVENDEDORA DE GAS E TRANSPORTES LTDA	03.983.360/0052-99	48610.013514/2018-19
GLPPR0348261	CARLOS JOSE DE OLIVEIRA GAS	34.799.083/0001-42	48610.008518/2019-58
GLPAL0348147	CLAUDISNEI A ALVINO	26.792.841/0001-72	48610.008549/2019-17
GLPSC0348155	CLEIDE DE BARROS SAMPAIO	35.296.778/0001-74	48610.008335/2019-32
GLPBA0347989	COMERCIAL DE GAS OESTE JLS LTDA	34.057.401/0001-08	48610.007824/2019-77
GLPMG0348319	COMERCIAL FAGNER LTDA	65.111.817/0002-63	48610.008548/2019-64
GLPRJ0348116	COMERCIAL TANGARA DE PADUA LTDA	05.520.607/0016-00	48610.008321/2018-38
GLPMG0348164	COMERCIO R & D AGUA E GAS LTDA	35.382.079/0001-47	48610.008349/2019-56
GLPES0348182	EDIONNITON GRAUNKE	35.098.215/0001-71	48610.008539/2019-73
GLPSE0348135	EDIVAN SOTERO DOS SANTOS	26.952.909/0001-33	48610.008321/2019-19
GLPPI0348313	F J P DOS SANTOS	34.059.547/0001-84	48610.008536/2019-30
GLPPA0348166	FREIRE COMERCIO DE GAS LTDA	34.878.055/0001-10	48610.008351/2019-25
GLPRR0348127	GARCIA & GUILLEN COMERCIO LTDA	34.143.764/0001-58	48610.007049/2019-50
GLPMG0348149	IVAN JOSE GONCALVES	34.857.199/0001-90	48610.008550/2019-33
GLPES0348315	JOSEVAN FRANCISCO DE SOUZA	35.423.392/0001-86	48610.008533/2019-04
GLPMT0348119	JUCIELY MOREIRA ROCHA	30.636.938/0001-63	48610.007631/2019-16
GLPPR0348180	JULIO C. RODRIGUES	31.614.620/0001-44	48610.008540/2019-06
GLPCE0348170	LAISY KELY DIAS RAQUEL	29.360.529/0002-89	48610.008500/2019-56
GLPMG0348172	LEONARDO DO NASCIMENTO RIBEIRO 06676026660	34.834.733/0001-43	48610.008501/2019-09
GLPRS0348160	LL BIANCHI COMERCIO DE GAS LTDA	33.829.014/0001-71	48610.008272/2019-14
GLPPR0348157	MAICON LUIZ CARNIEL COMERCIO DE GAS E SERVICOS	12.562.926/0001-50	48610.006039/2019-05
GLPSP0348311	MARIA DE LOURDES FAUSTINO DOS ANJOS ALMEIDA	34.008.164/0001-87	48610.008552/2019-22
GLPSP0348301	MARIA LAURA AMARAL FELIPE COMERCIO DE GAS	34.505.944/0001-32	48610.008553/2019-77
GLPSP0348321	MATEUS FERREIRA GONCALVES	34.883.192/0001-43	48610.008547/2019-10
GLPBA0348174	MATINA DISTRIBUIDORA DE GAS EIRELI	32.050.464/0001-07	48610.008543/2019-31
GLPDF0348145	MAXIMUM COMERCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	33.486.425/0001-01	48610.008067/2019-59
GLPGO0348137	MHD DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	33.930.250/0001-80	48610.008322/2019-63
GLPSP0348133	M.R. COMERCIO DE GAS EIRELI	08.379.543/0011-45	48610.008181/2019-89
GLPRJ0348111	PAGE DE ARARUAMA DEPOSITO DE GAS LTDA	27.735.334/0001-60	48610.008492/2019-48
GLPPA0348142	PRIMO DISTRIBUIDORA DE AGUA E GAS EIRELI	34.984.668/0001-32	48610.008323/2019-16
GLPAL0348176	ROBERTO NUNES DA SILVA	30.623.479/0001-83	48610.008542/2019-97
GLPMG0348178	RONALDO BARBOSA DE LIMA	33.854.374/0001-23	48610.008503/2019-90
GLPPA0348114	S. C. DE MEDEIROS	32.122.986/0001-69	48610.004701/2019-84
GLPPR0348317	STRAPASSON COM RCIO DE ALIMENTOS LTDA	24.263.448/0002-47	48610.008534/2019-41
GLPSP0348121	THAIS MARIA BORGES	34.590.928/0001-95	48610.008291/2019-41
GLPSP0348057	TIMOTEO & DIAS COMERCIO DE GAS LTDA	34.382.542/0001-98	48610.007736/2019-75
GLPMG0348168	UESLE PATRICE DOS SANTOS	35.267.044/0001-67	48610.008497/2019-71
GLPMG0348140	ULTRA VILA GAS COMERCIO LTDA	33.026.630/0001-94	48610.003972/2019-12
GLPMG0348309	WILSON DA COSTA DINIZ 13157061640	23.206.144/0001-02	48610.008554/2019-11
GLPRJ0348104	XES - COMERCIO DE GAS LTDA	02.238.110/0002-00	48610.008491/2019-01

PATRICIA HUGUENIN BARAN

DESPACHO Nº 1.060, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº PR/PR0009355 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao ALESSANDRA CECLIA MARCOVICH, com inscrição no CNPJ sob o nº 00.090.732/0001-10, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.014829/2016-11.

PATRICIA HUGUENIN BARAN

DESPACHO Nº 1.061, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº PR/RJ0162650 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao VIVER COMERCIO E DERIVADOS DE PETROLEO LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 05.776.032/0001-05, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.007278/2017-11.

PATRICIA HUGUENIN BARAN

DESPACHO Nº 1.062, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº SP0028207 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao AUTO POSTO ROTULASELF LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 01.664.345/0001-02, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.200866/2019-85.

PATRICIA HUGUENIN BARAN

DESPACHO Nº 1.063, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº RJ0177025 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO, com inscrição no CNPJ sob o nº 47.508.411/2415-10, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.210318/2019-63.

PATRICIA HUGUENIN BARAN

DESPACHO Nº 1.064, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº SP0161365 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao POSTO E BOULEVARD PORTAL DO ABC LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 04.023.839/0001-04, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.200870/2019-43.

PATRICIA HUGUENIN BARAN

DESPACHO Nº 1.065, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº RS0159451 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao AUTO ABASTECEDORA TRES LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 88.557.319/0002-44, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48650.200015/2019-66.

PATRICIA HUGUENIN BARAN

DESPACHO Nº 1.066, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos ao POSTO DE GASOLINA SAO PEDRO DE TERESÓPOLIS LTDA, CNPJ nº 00.220.690/0001-94, conforme Processo Judicial nº 5002122-20.2019.4.02.5115.

PATRICIA HUGUENIN BARAN

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

AUTORIZAÇÃO Nº 930, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.220457/2019-03, resolve:

Conceder autorização para a empresa PETRÓLEO BRASILEIRO S A, CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do Projeto Nº 21588-9.

A íntegra desta autorização estará disponível na página de legislação (legislacao.anp.gov.br) do portal da ANP.

MARIA INÊS SOUZA

AUTORIZAÇÃO Nº 931, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.221185/2019-51, resolve:

Conceder autorização para a empresa PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do Projeto nº 21592-1.

A íntegra desta autorização estará disponível na página de legislação (legislacao.anp.gov.br) do portal da ANP.

MARIA INÊS SOUZA

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 928, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo Regimento Interno, pelo Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, e pela Portaria ANP nº 470, de 5 de novembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e de acordo com a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, considerando o que consta do Processo ANP nº 48610.203575/2018-68, resolve:

Art. 1º Fica autorizada ao exercício da atividade de produção de biodiesel a AGROPAULO AGROINDUSTRIAL S.A., CNPJ nº 05.373.212/0001-38, localizada na Fazenca Ypióca, s/n, Sapupara, Maranguape - CE.

Art. 2º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

THYAGO GROTTI VIEIRA

AUTORIZAÇÃO Nº 929, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo Regimento Interno, pelo Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, e pela Portaria ANP nº 470, de 5 de novembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e de acordo com a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, considerando o que consta do Processo ANP nº 48610.203575/2018-68, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a operação da instalação produtora de biodiesel da AGROPAULO AGROINDUSTRIAL S.A., CNPJ nº 05.373.212/0009-95, com capacidade de produção de 50 m³/dia, localizada na Rodovia CE 123, km 40 - s/n, Fazenda Lagoa Vermelha, Lagoa da Salsa, km16, Jaguaruana - CE, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor.

Art. 2º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

THYAGO GROTTI VIEIRA

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

RESOLUÇÃO Nº 47, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre as deliberações da 102ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA (CNDI), no uso de suas atribuições estabelecidas pelo Decreto nº 9.893 de 27 de junho de 2019 e, tendo em vista deliberação qualificada do Plenário do Conselho, em sua 102ª Reunião Ordinária, realizada em 04 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Aprovar o remanejamento da Execução dos Recursos Orçamentários do FNI, contidos no Edital: 02/2019, clausula 9.2 e no Edital 03/2019, clausula 6.6, conforme anexo I desta resolução.

Art. 2º Aprovar a Ata da 101ª R.O.

Art. 3º Aprovar as Atas da 100ª R.O e 99ª R.O, enquanto oficialização de que as reuniões 100ª e 99ª ocorreram, observando-se os princípios da boa-fé e continuidade no serviço público, com a ressalva de que as deliberações contidas nas Atas 100ª e 99ª (gestão 2018/2020), serão reanalisadas oportunamente pelo Pleno.

Art. 4º Aprovar a Revogação a Resolução nº13 de 11 de abril de 2008 do CNDI.

Art. 5º Aprovar a Realização das Conferências: Estaduais até o dia 31 do mês de março de 2020, e Nacional no mês de outubro de 2020 em Brasília, estando o Pleno ciente de que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, não arcará com despesas de diárias e passagens.

Art.6º Aprovar a Revogação da Resolução nº 42, observadas as alterações das datas para realização das conferências Estaduais e Nacional, bem como os artigos alterados pelo Decreto nº10.043 de 03 de outubro de 2019.

Art.7º Aprovar a realização do Seminário Nacional com o Tema: Autonomia e Independência no Processo de Envelhecimento da Pessoa Idosa, com data a definir.

Art. 8º Aprovar por unanimidade, a data de 04 ou 05 de março/2020 para realização da 103ª Reunião Ordinária do colegiado, conforme artigo 6º, do Decreto nº 9.893 de 27 de junho de 2019.

Art. 9º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO FERNANDES TONINHO COSTA

ANEXO

EXECUÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DO FNI

	MÉDIA DE VALORES DAS PROPOSTAS	PROPOSTAS HABILITADAS NO SICONV	PROPOSTAS CLASSIFICADAS	SUGESTÃO SNDPI	VALOR TOTAL
Fomento para capacitação de conselheiros	R$ 200.000,00	04	04	04	R$ 750.471,13
Fomento para equipagem ILPI	Entre R$ 136.000,00 à R$ 150.000,00	11	10	10	R$ 1.466.369,03
Programa Viver - Envelhecimento Ativo e Saudável	R$ 41.000,00		25	25	R$ 1.056.559,84
Convênio para Atividade Turísticas	R$ 420.000,00	06	02	02	R$ 826.600,00
				TOTAL	R$ 4.100.000,00

RESOLUÇÃO Nº 48, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a realização da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, inciso I, do Decreto nº 9.893, de 27 de junho de 2019, dando cumprimento ao deliberado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, em sua Reunião Ordinária de 23 de setembro de 2019, resolve:

Art. 1º Definir o mês de outubro de 2020 para a realização da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (5ª CNDPI).

Art. 2º Recomendar aos Estados, Distrito Federal e Municípios a realização das Conferências, nos períodos que seguem:

I - Etapa estadual e distrital - até 31 de março de 2020

II - Etapa nacional - outubro de 2020

Art. 3º Estabelecer para as Conferências Municipais, Estaduais, Distrital e Nacional o tema "Os Desafios de Envelhecer no Século XXI e o Papel das Políticas Públicas", e os seguintes eixos:

I - Direitos Fundamentais na construção/efetivação das Políticas Públicas,

Subeixos: Saúde; Assistência Social; Previdência; Moradia; Transporte; Cultura, Esporte e Lazer.

II - Educação: assegurando direitos e emancipação humana.

III - Enfrentamento da violação dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa.

IV - Os Conselhos de Direitos: seu papel na efetivação do controle social na geração e implementação das políticas públicas.

Art. 4º A 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa será coordenada pela Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em articulação com o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

Parágrafo único: As diretrizes gerais para a organização e o funcionamento da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa serão divulgadas pela Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos com antecedência mínima de trinta dias da data de realização da Conferência.

Art. 5º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em articulação com o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

Art. 6º A 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa será realizada em Brasília.

Parágrafo único As despesas com diárias e passagens dos delegados participantes não serão custeadas pela União.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução nº 42, de 09 de julho de 2018.

ANTONIO FERNANDES TONINHO COSTA

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3º da Portaria nº 98, de 24 de janeiro de 2011, resolve: Conceder passaporte diplomático, com base no art. 6º, § 3º, do Decreto nº 5.978, de 04 de dezembro de 2006, a:

Nome	Função	Missão	Órgão	Validade do Passaporte
Luiz Henrique Caroli	Almirante de Esquadra	Representante Permanente do Brasil junto à Organização Marítima Internacional (RPB-IMO) - Londres	Ministério da Defesa	30/09/2022
Liliane de Brum Caroli	Dependente	-	Ministério da Defesa	30/09/2022

ERNESTO ARAÚJO

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.135, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o tipo do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Seção I - Disposições gerais do Capítulo V - Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD) da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando a Seção VI - Dos valores dos Incentivos de Implantação e de Custeio Mensal dos Centros de Especialidades Odontológicos (CEO) do Capitulo I, do Título III da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017; e

Considerando a Seção VII - Do Financiamento dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) do Capitulo I, do Título III da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica alterado o tipo do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) dos municípios descritos no anexo a esta portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências, regulares e automáticas, dos valores de custeio mensal para o Fundo Municipal de Saúde, correspondente.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.2015.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde, no seguinte plano orçamentário PO - 0003 - Atenção à Saúde Bucal.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO GABBARDO DOS REIS

ANEXO

IBGE	UF	MUNICÍPIO	CNES	TIPO CEO	GESTÃO	PEDIDO	IMPACTO FINANCEIRO POR MÊS
310620	MG	BELO HORIZONTE	6753108	2	MUNICIPAL	ALTERAÇÃO DE TIPO II PARA III	R$ 8.250,00
317010	MG	UBERABA	2195585	1	MUNICIPAL	ALTERAÇÃO DE TIPO I PARA II	R$ 2.750,00
420200	SC	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	3566080	2	MUNICIPAL	ALTERAÇÃO DE TIPO II PARA III	R$ 8.250,00
354390	SP	RIO CLARO	2033194	2	MUNICIPAL	ALTERAÇÃO DE TIPO II PARA III	R$ 8.250,00
TOTAL			4	-	-	-	R$ 27.500,00

PORTARIA Nº 3.137, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

Habilita os Municípios descritos no anexo a esta Portaria, a receberem, em parcela única, o incentivo de implantação de Serviço Hospitalar de Referência (Unidade de Referência Especializada em Hospitais Gerais).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3588/GM/MS, de 21 de dezembro de 2017, que altera as Portarias de Consolidação nº 3 e nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências; e

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento e adequação do modelo de atenção oferecida pelo SUS aos usuários de álcool e outras drogas e de estruturação e fortalecimento de uma rede de assistência centrada na atenção comunitária, associada à rede de serviços de saúde e sociais, com ênfase na reabilitação e reinserção social, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios descritos no anexo a esta Portaria, a receberem, em parcela única, o incentivo financeiro de implantação de Serviço Hospitalar de Referência (Unidade de Referência Especializada em Hospitais Gerais).

Parágrafo único. Consideram-se aptos os Estados e Municípios que tiveram as propostas analisadas e aprovadas no Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde - SAIPS.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para transferência do incentivo financeiro de implantação diretamente para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde correspondentes.

Art. 3º Fica estabelecido que, para continuidade do pagamento das parcelas únicas às propostas habilitadas por meio da presente Portaria, os recursos orçamentários passam a ser plurianuais e correrão à conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática - 10.301.2015.20YI - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE, Plano Orçamentário (PO) 000J - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (RAPS/CRACK).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO GABBARDO DOS REIS

ANEXO

UF	Município	IBGE	Gestão	Nº de Leitos	Nome do Estabelecimento	CNES	Nº da proposta SAIPS	Valor (Parcela única)
AL	Capela	270170	Municipal	8	Hospital Municipal DR. José Vânio de Barros Morais	2719010	98976	R$ 33.000,00
MG	Campestre	311100	Municipal	8	Santa Casa de Misericórdia e Caridade de Campestre	2205009	98994	R$ 33.000,00
MG	Montes Claros	314330	Municipal	10	Hospital Aroldo Tourinho	2219638	10455	R$ 33.000,00
MG	Poço Fundo	315170	Municipal	8	Hospital de Gimirim	2167727	101230	R$ 33.000,00
PR	Maringá	411520	Municipal	26	Hospital Municipal de Maringa Thelma Villanova Kasprowicz	2743477	63193	R$ 99.000,00
RS	Porto Alegre	431490	Estadual	8	Hospital de Caridade de Crissiumal	2708000	58093	R$ 33.000,00
RS	Porto Alegre	431490	Estadual	8	Hospital Bom Pastor Ijui	2261030	54653	R$ 33.000,00
RS	Porto Alegre	431490	Estadual	10	Hospital Medianeira Planalto	2228556	80754	R$ 33.000,00
SP	São Paulo	355030	Estadual	8	Hospital Regional de Ilha Solteira	2078511	18018	R$ 33.000,00

PORTARIA Nº 3.138, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2019

Habilita os Municípios descritos no anexo a esta Portaria, a receberem, em parcela única, o incentivo de implantação de Serviço Residencial Terapêutico - SRT.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento e adequação do modelo de atenção oferecida pelo SUS aos usuários de álcool e outras drogas e de estruturação e fortalecimento de uma rede de assistência centrada na atenção comunitária, associada à rede de serviços de saúde e sociais, com ênfase na reabilitação e reinserção social, resolve:

Art. 1º Ficam os Municípios descritos no anexo a esta Portaria, a receberem, em parcela única, o incentivo financeiro de implantação de Serviço Residencial Terapêutico - SRT.

Parágrafo único. Consideram-se aptos os Estados e Municípios que tiveram as propostas analisadas e aprovadas no Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde - SAIPS.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para transferência do incentivo financeiro de implantação diretamente para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde correspondentes.

Art. 3º Fica estabelecido que, para o pagamento da parcela única às propostas habilitadas por meio da presente Portaria, os recursos orçamentários passam a ser plurianuais e correrão à conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática - 10.301.2015.20YI - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE, Plano Orçamentário (PO) 000J - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (RAPS/CRACK).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO GABBARDO DOS REIS

ANEXO

UF	Município	IBGE	Gestão	Estabelecimento	Nº da proposta SAIPS	Valor (Parcela única)
GO	Rio Verde	521880	Municipal	SRT II	100916	R$ 20.000,00
MA	Açailândia	210005	Municipal	SRT II	36194	R$ 20.000,00
MG	Além Paraíba	310150	Municipal	SRT I	17950	R$ 20.000,00
MG	Montes Claros	314330	Municipal	SRT II	18181	R$ 20.000,00
MS	Campo Grande	500270	Municipal	SRT II	100421	R$ 20.000,00

PE	Jaboatão dos Guararapes	260790	Municipal	SRT I	20668	R$ 20.000,00
PE	Jaboatão dos Guararapes	260790	Municipal	SRT I	92234	R$ 20.000,00
PE	Olinda	260960	Municipal	SRT I	7668	R$ 20.000,00
RJ	Cabo Frio	330070	Municipal	SRT II	18525	R$ 20.000,00
RS	Butiá	430270	Municipal	SRT II	45073	R$ 20.000,00
RS	Porto Alegre	431490	Municipal	SRT II	30239	R$ 20.000,00
RS	Santa Rosa	431720	Municipal	SRT II	99638	R$ 20.000,00
RS	São Lourenço Do Sul	431880	Municipal	SRT II	92805	R$ 20.000,00
SP	Jundiaí	352590	Municipal	SRT II	11746	R$ 20.000,00
SP	Jundiaí	352590	Municipal	SRT II	11750	R$ 20.000,00
SP	Monte Alto	353130	Municipal	SRT II	57413	R$ 20.000,00
SC	Criciúma	420460	Municipal	SRT II	109793	R$ 20.000,00
MG	Ibertioga	312940	Municipal	SRT II	110001	R$ 20.000,00
MG	Ibertioga	312940	Municipal	SRT II	110165	R$ 20.000,00
MG	Ibertioga	312940	Municipal	SRT II	110166	R$ 20.000,00
MG	Carandaí	311320	Municipal	SRT II	110157	R$ 20.000,00
MG	Carandaí	311320	Municipal	SRT II	110159	R$ 20.000,00
MG	Carmo do Cajuru	311420	Municipal	SRT II	100423	R$ 20.000,00

PORTARIA Nº 3.140, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Habilita Estados e Municípios a receberem, em parcela única, os recursos destinados à realização de novos exames do Componente Pré-Natal da Rede Cegonha.

.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas, dentre elas a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de janeiro de 2012, que Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993;

Considerando a Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle; e

Considerando o Anexo I da Portaria de Consolidação n° 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que estabelece Diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Estados e Municípios a receberem, em parcela única, os recursos destinados à realização de novos exames do Componente Pré-Natal da Rede Cegonha.

Art 2º Os recursos a serem transferidos para realização de novos exames do Componente Pré-Natal da Rede Cegonha, foram estabelecidos de acordo com o registro no SISPRENATALWEB mais recente (2017) das gestantes e de acordo com o registro do E-SUS mais recente (2018) para os estados que indicaram maior realização dos exames por esse sistema, seguindo a prerrogativa dos exames do pré-natal realizados em tempo oportuno nos termos abaixo:

I - Os recursos representam o valor de custeio referente ao ano de 2018 (janeiro a dezembro); e

II - Os recursos a serem transferidos totalizam R$ 12.006.238,14 (doze milhões, seis mil, duzentos e trinta e oito reais e quatorze centavos) e são detalhados em lista divulgada no endereço eletrônico: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/gestantes_acompanhadas_20semanas_p_municipio_2018_29out2019.xlsx.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos montantes estabelecidos nesta Portaria de acordo com a lista divulgada no endereço eletrônico: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/gestantes_acompanhadas_20semanas_p_municipio_2018_29out2019.xlsx.

Parágrafo único. De acordo com a pactuação na Comissão Intergestores Bipartite do Estado da Bahia, CIB-BA nº 240/2013, os recursos objeto dessa Portaria deverão ser repassados para o Fundo Estadual de Saúde da Bahia.

Art. 4º Os recursos de que tratam desta Portaria deverão onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015 20YI PO 000I - Implementação de Políticas para a Rede Cegonha e o Bloco de Custeio das Ações de Serviço Público de Saúde da Atenção Básica.

Art. 5 º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO GABBARDO DOS REIS

PORTARIA Nº 3.159, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Descredencia os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) de Tefé/AM e Fortaleza/CE por solicitação da gestão municipal.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Seção I - Disposições gerais do Capítulo V - Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD) da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando o Capitulo I - Dos componentes de financiamento no bloco da média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar (MAC) do Título III - Do custeio da atenção média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando o que estabelece a Política Nacional de Saúde Bucal - Brasil Sorridente, em relação à reorganização das práticas e a qualificação das ações e serviços oferecidos na Saúde Bucal, visando à integralidade das ações;

Considerando a necessidade de monitoramento da Política Nacional de Saúde Bucal - Brasil Sorridente;

Considerando a publicação da Portaria nº 1.993/GM/MS, de 25 de agosto de 2006, que credencia o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) de Tefé/AM;

Considerando a publicação da Portaria nº 1.859/GM/MS, de 29 de agosto de 2012, que credencia o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) de Fortaleza/CE;

Considerando a Resolução da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Amazonas nº 23, de abril de 2019, que aprova o descredenciamento do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) de Tefé/AM; e

Considerando a Resolução da Comissão Intergestores Bipartite do Ceará nº 10, de maio de 2019, que aprova o descredenciamento do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) de Fortaleza/CE, resolve:

Art. 1º Fica descredenciado o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) por solicitação da gestão municipal, conforme anexo desta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para interromper a transferência, regular e automática, dos incentivos, dos respectivos valores relacionados no anexo desta portaria, para o Fundo Municipal de Saúde, correspondente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO GABBARDO DOS REIS

ANEXO

IBGE	UF	MUNICÍPIO	CNES	TIPO CEO	GESTÃO
130420	AM	TEFÉ	3964671	2	MUNICIPAL
230440	CE	FORTALEZA	2651416	3	MUNICIPAL

PORTARIA Nº 3.160, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Desabilita Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e Equipes Multiprofissionasis de Apoio (EMAP) e estabelece dedução de recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), de Estados e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 761/SAS/MS, de 8 de julho de 2013, que estabelece normas para o cadastramento no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES);

Considerando a Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando as Portarias de suspensão temporária: Portaria nº 430/GM/MS, de 25 de março de 2019; Portaria nº 839/GM/MS, de 17 de maio de 2019; Portaria nº 2.147/GM/MS, de 13 de agosto de 2019; Portaria nº 2.272/GM/MS, de 30 de agosto de 2019; Portaria nº 2.363/GM/MS, de 5 de setembro de 2019; Portaria nº 2.413/GM/MS, de 13 de setembro de 2019; Portaria nº 2.590/GM/MS, de 1º de outubro de 2019;

Considerando o prazo para implantação previsto na Portaria nº 548/GM/MS, de 12 de abril de 2019, que habilita Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP) e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado de Goiás e Municípios; e

Considerando a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGHAD/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.159532/2019-00, resolve:

Art. 1º Ficam desabilitadas Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP), de Estados e Municípios, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecida a dedução de recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, no montante anual de R$ 4.224.000,00 (quatro milhões, duzentos e vinte e quatro mil reais), incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), de Estados e Municípios constantes do anexo a esta Portaria.

Art. 3º Os recursos orçamentários do Ministério da Saúde, objeto desta Portaria, deixam de onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015-8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAO GABBARDO DOS REIS

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	GESTÃO	Nº DE EMAD 1	Nº DE EMAD 2	Nº DE EMAP	VALOR ANUAL A SER DEDUZIDO EMAD 1 R$	VALOR ANUAL A SER DEDUZIDO EMAD 2 R$	VALOR ANUAL A SER DEDUZIDO EMAP R$	VALOR DEDUZIDO (R$ ANO) TOTAL
GO	520870	GOIÂNIA	MUNICIPAL	1	0	0	600.000,00			600.000,00
GO	521740	PIRES DO RIO		0	1	1		408.000,00	72.000,00	480.000,00
SE	280030	ARACAJU		4	0	1	2.400.000,00		72.000,00	2.472.000,00
SP	354580	SANTA BARBARA D'OESTE		1	0	1	600.000,00		72.000,00	672.000,00
TOTAL				6	1	3	3.600.000,00	408.000,00	216.000,00	4.224.000,00

PORTARIA Nº 3.163, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Habilita os Municípios descritos no anexo a esta Portaria, a receberem, em parcela única, o incentivo de implantação de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.588/GM/MS, de 21 de dezembro de 2017, que altera as Portarias de Consolidação nº 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências; e

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento e adequação do modelo de atenção oferecida pelo SUS aos usuários de álcool e outras drogas e de estruturação e fortalecimento de uma rede de assistência centrada na atenção comunitária, associada à rede de serviços de saúde e sociais, com ênfase na reabilitação e reinserção social, resolve:

Art. 1º Ficam os Municípios descritos no anexo a esta Portaria, a receberem, em parcela única, o incentivo financeiro de implantação de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

Parágrafo único. Consideram-se aptos os Estados e Municípios que tiveram as propostas analisadas e aprovadas no Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde - SAIPS.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para transferência do incentivo financeiro de implantação diretamente para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde correspondentes.

Art. 3º Fica estabelecido que, para continuidade do pagamento das parcelas únicas às propostas habilitadas por meio da presente Portaria, os recursos orçamentários passam a ser plurianuais e correrão à conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática - 10.301.2015.20YI - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE, Plano Orçamentário (PO) 000J - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (RAPS/CRACK).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAO GABBARDO DOS REIS

ANEXO

UF	Município	IBGE	Gestão	Estabelecimento	Nº da proposta SAIPS	Valor (Parcela única)
AL	São Miguel dos Campos	270860	Municipal	CAPS AD III	101464	R$ 150.000,00
BA	Caetanos	290515	Municipal	CAPS I	68355	R$ 20.000,00
BA	Ibipitanga	291250	Municipal	CAPS I	102170	R$ 20.000,00
CE	Acarape	230015	Municipal	CAPS I	103078	R$ 20.000,00
CE	Campos Sales	230270	Municipal	CAPS I	103284	R$ 20.000,00
CE	Fortaleza	230440	Municipal	CAPS Infanto-Juvenil	99620	R$ 30.000,00
CE	Fortim	230445	Municipal	CAPS I	22168	R$ 20.000,00
CE	Ipaporanga	230565	Municipal	CAPS I	80634	R$ 20.000,00
CE	Mauriti	230810	Municipal	CAPS AD	100223	R$ 50.000,00
ES	Ecoporanga	320210	Municipal	CAPS I	101578	R$ 20.000,00
GO	Abadia de Goias	520005	Municipal	CAPS I	99452	R$ 20.000,00
GO	Vianópolis	522200	Municipal	CAPS I	8152	R$ 20.000,00
MA	Bacabeira	210125	Municipal	CAPS I	97334	R$ 20.000,00
MA	Gonçalves Dias	210440	Municipal	CAPS I	49993	R$ 20.000,00
MA	São Luís Gonzaga Do Maranhão	211140	Municipal	CAPS I	101022	R$ 20.000,00
MA	São Mateus do Maranhão	211150	Municipal	CAPS II - Qualificado	5156	R$ 10.000,00
MG	Abaeté	310020	Municipal	CAPS I	43173	R$ 20.000,00
MG	Alvinópolis	310230	Municipal	CAPS I	102750	R$ 20.000,00
MG	Belo Horizonte	310620	Municipal	CAPS AD III - Qualificado	74134	R$ 75.000,00
MG	Belo Horizonte	310620	Municipal	CAPS III	73895	R$ 50.000,00
MG	Campestre	311100	Municipal	CAPS II	19313	R$ 30.000,00
MG	Carandaí	311320	Municipal	CAPS I	110154	R$ 20.000,00
MG	Catuji	311545	Municipal	CAPS I	97114	R$ 20.000,00
MG	Gonzaga	312750	Municipal	CAPS I	110275	R$ 20.000,00
MG	Iapu	312930	Municipal	CAPS I	41073	R$ 20.000,00
MG	Ibertioga	312940	Municipal	CAPS I	103057	R$ 20.000,00
MG	Inhapim	313090	Municipal	CAPS Infanto-Juvenil	11845	R$ 30.000,00
MG	Lassance	313810	Municipal	CAPS I	42114	R$ 20.000,00
MG	Montes Claros	314330	Municipal	CAPS Infanto-Juvenil	9605	R$ 30.000,00
MG	Poço Fundo	315170	Municipal	CAPS I	22736	R$ 20.000,00
MG	Ponto dos Volantes	315217	Municipal	CAPS I	18196	R$ 20.000,00
MG	Serra do Salitre	316680	Municipal	CAPS I	102019	R$ 20.000,00
MG	Verdelândia	317103	Municipal	CAPS I	80875	R$ 20.000,00
MG	Viçosa	317130	Municipal	CAPS AD	85256	R$ 50.000,00
MG	Visconde do Rio Branco	317200	Municipal	CAPS AD	102428	R$ 50.000,00
PA	Afuá	150030	Municipal	CAPS I	18912	R$ 20.000,00
PA	Barcarena	150130	Municipal	CAPS AD	44993	R$ 50.000,00
PA	São Domingos do Capim	150720	Municipal	CAPS I	55055	R$ 20.000,00
PE	Cumaru	260490	Municipal	CAPS I	65614	R$ 20.000,00
PR	Carambeí	410465	Municipal	CAPS I	102137	R$ 20.000,00
RJ	Maricá	330270	Municipal	CAPS Infanto-Juvenil	20069	R$ 30.000,00
RJ	Rio das Ostras	330452	Municipal	CAPS AD	18494	R$ 50.000,00
RN	Frutuoso Gomes	240400	Municipal	CAPS I	79974	R$ 20.000,00
RN	Umarizal	241450	Municipal	CAPS I	10650	R$ 20.000,00
RS	Porto Alegre	431490	Municipal	CAPS AD III	31453	R$ 150.000,00
RS	Porto Alegre	431490	Municipal	CAPS AD III	39453	R$ 150.000,00
RS	Porto Alegre	431490	Municipal	CAPS III	30713	R$ 50.000,00
RS	Porto Alegre	431490	Municipal	CAPS III	30653	R$ 50.000,00
RS	Rio Grande	431560	Municipal	CAPS AD III - Qualificado	61793	R$ 75.000,00
RS	Tapes	432110	Municipal	CAPS I	75314	R$ 20.000,00
RS	Teutônia	432145	Municipal	CAPS I	96115	R$ 20.000,00

SC	Blumenau	420240	Municipal	CAPS II	19049	R$ 30.000,00
SP	Assis	350400	Municipal	CAPS Infanto-Juvenil	23388	R$ 30.000,00
SP	Birigui	350650	Municipal	CAPS II	18796	R$ 30.000,00
SP	Itajobi	352190	Municipal	CAPS I	18736	R$ 20.000,00
SP	Itu	352390	Municipal	CAPS AD III	18868	R$ 150.000,00
SP	Limeira	352690	Municipal	CAPS Infanto-Juvenil	15379	R$ 30.000,00
SP	Piracicaba	353870	Municipal	CAPS AD	11158	R$ 50.000,00
SP	Piracicaba	353870	Municipal	CAPS Infanto-Juvenil	7859	R$ 30.000,00
SP	Poá	353980	Municipal	CAPS AD	15911	R$ 50.000,00
SP	Rancharia	354220	Municipal	CAPS I	14094	R$ 20.000,00
SP	São Sebastião	355070	Municipal	CAPS AD	8212	R$ 50.000,00
SP	Mirante do Paranapanema	353020	Municipal	CAPS I	53753	R$ 20.000,00
SP	Piracaia	353860	Municipal	CAPS I	103760	R$ 20.000,00

PORTARIA Nº 3.168, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Credencia municípios a receberem incentivo financeiro referente à Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.825/GM/MS, de 24 de agosto de 2012, que altera os valores dos procedimentos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS) realizados pelos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD), segundo critérios estabelecidos pela Política Nacional de Saúde Bucal;

Considerando o Título I e II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Secção I, Capítulo V, Título I da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, do Centro de Especialidades Odontológicas (CEOS) e Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPDS);

Considerando a necessidade de garantir recursos financeiros para auxiliar na implementação e funcionamento dos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD), visando o acesso integral às ações de saúde bucal; e

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos transferidos para Estados, Distrito Federal e Municípios, resolve:

Art. 1º Ficam credenciados os municípios descritos no anexo a esta Portaria a receberem o incentivo de custeio referente à Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD), com periodicidade da transferência mensal, caso não exista nenhuma irregularidade que motive a suspensão.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.2015.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde- Plano Orçamentário PO - 0003 - Atenção à Saúde Bucal.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde (FNS) adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria ao respectivo Fundo de Saúde, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO GABBARDO DOS REIS

ANEXOS

UF	IBGE	Município	Gestão	Valor mensal	Valor anual
ANEXO I					
AC	120033	MÂNCIO LIMA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
AL	270040	ATALAIA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
AL	270150	CAMPO GRANDE	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
AL	270550	MURICI	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
AL	270620	PALESTINA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
AL	270690	PILAR	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
AL	270840	SÃO JOSÉ DA TAPERA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
AL	270880	SÃO SEBASTIÃO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
AL	270895	SENADOR RUI PALMEIRA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
AL	270930	UNIÃO DOS PALMARES	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TOTAL AL: 10				R$75.000,00	R$900.000,00
ANEXO II					
AM	130008	ANAMÃ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
AM	130060	BENJAMIN CONSTANT	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
AM	130068	BOA VISTA DO RAMOS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
AM	130140	EIRUNEPÉ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
AM	130165	GUAJARÁ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
AM	130170	HUMAITÁ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
AM	130260	MANAUS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
AM	130260	MANAUS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
AM	130300	NHAMUNDÁ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
AM	130350	PAUINI	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
AM	130390	SÃO PAULO DE OLIVENÇA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
AM	130410	TAPAUÁ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TOTAL AM: 12				R$90.000,00	R$1.080.000,00
ANEXO III					
AP	160030	MACAPÁ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TOTAL AP: 01				R$7.500,00	R$90.000,00
ANEXO IV					
BA	290120	ANAGÉ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	290220	ARAMARI	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	290230	ARATUÍPE	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	290515	CAETANOS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	290570	CAMAÇARI	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	290610	CANÁPOLIS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	290755	CATURAMA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	291160	GOVERNADOR MANGABEIRA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	291190	IAÇU	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	291220	IBICOARA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	291250	IBIPITANGA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	291450	IRARÁ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	291610	ITAPARICA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	291640	ITAPETINGA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	291710	ITORORÓ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	291760	JAGUAQUARA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	291880	LAJE	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	291920	LAURO DE FREITAS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	292110	MEDEIROS NETO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	292145	MIRANTE	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	292170	MORRO DO CHAPÉU	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	292210	MUNDO NOVO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	292270	NOVA CANAÃ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	292320	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	292350	PALMEIRAS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	292540	POTIRAGUÁ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	292405	PÉ DE SERRA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	292595	RAFAEL JAMBEIRO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	292700	RIO REAL	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	292860	SANTO AMARO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	292890	SÃO DESIDÉRIO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	292900	SÃO FÉLIX	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	292905	SÃO FÉLIX DO CORIBE	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00

BA	292950	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	293135	TEIXEIRA DE FREITAS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	293230	UBATÃ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	293320	VERA CRUZ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	293330	VITÓRIA DA CONQUISTA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TOTAL BA: 38				R$285.000,00	R$3.420.000,00
ANEXO V					
CE	230050	ALCÂNTARAS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
CE	230320	CARIRIAÇU	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
CE	230360	CATARINA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
CE	230480	GRANJEIRO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
CE	230530	IBIAPINA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
CE	230550	IGUATU	ESTADUAL	R$7.500,00	R$90.000,00
CE	230655	ITAREMA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
CE	230910	MULUNGU	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TOTAL CE: 08				R$60.000,00	R$720.000,00
ANEXO VI					
ES	320070	ATILIO VIVACQUA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
ES	320180	DIVINO DE SÃO LOURENÇO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TOTAL ES: 02				R$15.000,00	R$180.000,00
ANEXO VII					
GO	520235	ARENÓPOLIS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
GO	520310	BALIZA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
GO	520393	BURITI DE GOIÁS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
GO	520420	CACHOEIRA DE GOIÁS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
GO	520660	CUMARI	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
GO	520570	CÓRREGO DO OURO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
GO	520993	INACIOLÂNDIA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
GO	521090	ITAPACI	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
GO	521500	NOVA VENEZA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
GO	521600	PANAMÁ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
GO	521710	PIRACANJUBA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
GO	521860	RIALMA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
GO	522015	SÃO LUÍZ DO NORTE	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
GO	522140	TRINDADE	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
GO	522155	TURVELÂNDIA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
GO	522180	URUTAÍ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
GO	522200	VIANÓPOLIS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
GO	520025	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TOTAL GO: 18				R$135.000,00	R$1.620.000,00
ANEXO VIII					
MA	210043	ALTO ALEGRE DO MARANHÃO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	210125	BACABEIRA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	210160	BARRA DO CORDA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	210200	BOM JARDIM	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	210240	CAJAPIÓ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	210325	CIDELÂNDIA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	210355	CONCEIÇÃO DO LAGO-AÇU	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	210375	DAVINÓPOLIS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	210420	FORTUNA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	210440	GONÇALVES DIAS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	210450	GOVERNADOR ARCHER	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	210460	GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	210470	GRAÇA ARANHA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	210515	IGARAPÉ DO MEIO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	210540	ITAPECURU MIRIM	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	210545	JATOBÁ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	210560	JOSELÂNDIA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	210550	JOÃO LISBOA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	210580	LAGO DO JUNCO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	210592	LAGOA DO MATO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	210610	LORETO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	210620	LUÍS DOMINGUES	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	210690	MONÇÃO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	210945	RAPOSA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	210955	RIBAMAR FIQUENE	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	211010	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	211190	SUCUPIRA DO NORTE	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	211060	SÃO BERNARDO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	211102	SÃO JOÃO DO CARÚ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	211176	SENADOR LA ROCQUE	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	211180	SÍTIO NOVO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MA	211400	ZÉ DOCA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TOTAL MA: 32				R$240.000,00	R$2.880.000,00

ANEXO IX					
MG	310170	ALMENARA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	310180	ALPERCATA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	310190	ALPINÓPOLIS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	310375	ARAPORÃ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	310665	BERIZAL	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	310830	BORDA DA MATA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	311210	CAPARAÓ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00

MG	311370	CARLOS CHAGAS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	311490	CASA GRANDE	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	311540	CATAS ALTAS DA NORUEGA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	311650	CLARO DOS POÇÕES	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	311880	CORAÇÃO DE JESUS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	312125	DELTA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	312190	DIVINÉSIA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	312330	DORES DO TURVO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	312340	DORESÓPOLIS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	312480	ESTRELA DO SUL	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	312707	FRUTA DE LEITE	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	312850	GUARARÁ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	312965	IBIRACATU	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	313115	IPABA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	313507	JAMPRUCA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	313600	JOAÍMA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	313862	LIMEIRA DO OESTE	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	314140	MEDINA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	314180	MINAS NOVAS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	314200	MIRABELA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	314585	ORATÓRIOS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	314840	PAULISTAS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	314980	PERDIZES	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	315140	PITANGUI	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	315300	PRATINHA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	315430	RESPLENDOR	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	315440	RESSAQUINHA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	315460	RIBEIRÃO DAS NEVES	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	315710	SALTO DA DIVISA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	315820	SANTA MARIA DO SUAÇUÍ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	315890	SANTANA DO MANHUAÇU	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	316270	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	316257	SÃO JOÃO DO MANTENINHA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	316550	SARDOÁ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	316450	SÃO SEBASTIÃO DO MARANHÃO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	316790	TABULEIRO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	316970	TURMALINA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	317043	UNIÃO DE MINAS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TOTAL MG: 45				R$337.500,00	R$4.050.000,00
ANEXO X					
MS	500070	ANASTÁCIO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TOTAL MS: 01				R$7.500,00	R$90.000,00
ANEXO XI					
MT	510279	CARLINDA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MT	510410	GUARANTÃ DO NORTE	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MT	510480	JACIARA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MT	510650	POCONÉ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TOTAL MT: 04				R$30.000,00	R$360.000,00
ANEXO XII					
PA	150085	ANAPU	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PA	150304	FLORESTA DO ARAGUAIA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PA	150440	MARAPANIM	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PA	150530	ORIXIMINÁ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PA	150613	REDENÇÃO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TOTAL PA: 05				R$37.500,00	R$450.000,00
ANEXO XIII					
PB	250220	BOM JESUS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PB	250480	COREMAS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PB	250700	ITAPORANGA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PB	250840	LASTRO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PB	250860	LUCENA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PB	250937	MATO GROSSO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PB	251010	NOVA FLORESTA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PB	251190	PITIMBU	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PB	251470	SÃO JOSÉ DO SABUGI	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PB	251500	SÃO MIGUEL DE TAIPU	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PB	251330	SANTA HELENA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PB	251350	SANTANA DE MANGUEIRA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PB	251600	SOLÂNEA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PB	251620	SOUSA	MUNICIPAL	12.000,00	R$144.000,00
PB	251720	VIEIRÓPOLIS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PB	250550	VISTA SERRANA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TOTAL PB: 16				R$124.500,00	R$1.494.000,00
ANEXO XIV					
PE	260005	ABREU E LIMA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PE	260775	ITAPISSUMA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	MUNICIPAL	R$22.500,00	R$270.000,00
PE	260880	LAJEDO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PE	260920	MARAIAL	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PE	261030	PARANATAMA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PE	261220	SALGUEIRO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TOTAL PE:07				R$67.500,00	R$810.000,00
ANEXO XV					
PI	220070	ANÍSIO DE ABREU	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PI	220250	CARACOL	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PI	220555	LAGOA ALEGRE	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PI	220695	NOVO SANTO ANTÔNIO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PI	220740	PALMEIRA DO PIAUÍ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PI	220990	SÃO JOÃO DA SERRA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PI	221010	SÃO JOSÉ DO PEIXE	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PI	221030	SÃO JULIÃO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PI	221050	SÃO PEDRO DO PIAUÍ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TOTAL PI: 09				R$67.500,00	R$810.000,00
ANEXO XVI					
PR	410620	CONTENDA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PR	410820	FORMOSA DO OESTE	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PR	411440	MANGUEIRINHA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TOTAL PR: 09				R$22.500,00	R$270.000,00
ANEXO XVII					
RJ	330210	ITAOCARA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
RJ	330560	SILVA JARDIM	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TOTAL RJ: 02				R$15.000,00	R$180.000,00
ANEXO XVIII					
RN	240145	BARAÚNA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
RN	240170	BOM JESUS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
RN	240300	CRUZETA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00

RN	240620	LAGOA D'ANTA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
RN	240640	LAGOA DE VELHOS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
RN	240920	PASSAGEM	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
RN	240930	PATU	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
RN	241080	RIACHO DE SANTANA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
RN	241120	SANTA CRUZ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
RN	241330	SERRA DE SÃO BENTO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
RN	241220	SÃO JOSÉ DE MIPIBU	MUNICIPAL	R$12.000,00	R$144.000,00
RN	241250	SÃO MIGUEL	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
RN	241370	SÍTIO NOVO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
RN	241490	VIÇOSA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TOTAL RN: 14				R$109.500,00	R$1.314.000,00
ANEXO XVIX					
RO	110180	VALE DO PARAÍSO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TOTAL RO: 01				R$7.500,00	R$90.000,00
ANEXO XX					
RS	430105	ARROIO DO SAL	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
RS	430150	AUGUSTO PESTANA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
RS	430560	COLORADO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
RS	430600	CRISSIUMAL	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
RS	430610	CRUZ ALTA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
RS	430620	CRUZEIRO DO SUL	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
RS	431040	INDEPENDÊNCIA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
RS	431113	JARI	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
RS	431150	LAVRAS DO SUL	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
RS	431445	PINHAL	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
RS	431890	SÃO LUIZ GONZAGA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
RS	431940	SÃO PEDRO DO SUL	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
RS	432162	TRAVESSEIRO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TOTAL RS: 14				R$105.000,00	R$1.260.000,00
ANEXO XXI					
SC	420160	ARROIO DO TRINTA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SC	420240	BLUMENAU	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SC	420410	CAXAMBU DO SUL	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SC	420757	IOMERÊ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SC	420895	JARDINÓPOLIS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SC	420910	JOINVILLE	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SC	421005	MACIEIRA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SC	421189	PAINEL	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SC	421590	SÃO BONIFÁCIO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SC	421650	SÃO JOAQUIM	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SC	421850	TREZE TÍLIAS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SC	421830	TRÊS BARRAS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SC	421910	VARGEÃO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TOTAL SC: 13				R$97.500,00	R$1.170.000,00

ANEXO XXII					
SE	280140	CARIRA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SE	280200	DIVINA PASTORA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SE	280720	SIRIRI	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TOTAL SE:03				R$22.500,00	R$270.000,00
ANEXO XXIII					
SP	350270	APIAÍ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SP	350360	AREIÓPOLIS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SP	351400	DOBRADA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SP	351512	EMILIANÓPOLIS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SP	351620	FRANCA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SP	351685	GAVIÃO PEIXOTO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SP	351940	IBIRÁ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SP	352320	ITARARÉ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SP	352380	ITOBI	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SP	352390	ITU	MUNICIPAL	12.000,00	R$144.000,00
SP	352480	JALES	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SP	352790	LUTÉCIA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SP	352970	MIGUELÓPOLIS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SP	352980	MINEIROS DO TIETÊ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SP	353130	MONTE ALTO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SP	353600	PARAPUÃ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SP	354040	POPULINA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SP	354070	PORTO FERREIRA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SP	354150	PRESIDENTE VENCESLAU	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SP	354420	RIOLÂNDIA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SP	354740	SANTA RITA D'OESTE	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SP	354770	SANTO ANASTÁCIO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SP	354860	SÃO BENTO DO SAPUCAÍ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SP	355560	UCHOA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
SP	355610	VALENTIM GENTIL	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TORAL SP: 25				R$192.000,00	R$2.304.000,00
ANEXO XXIV					
TO	170025	ABREULÂNDIA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TO	170310	BARROLÂNDIA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TO	170460	CHAPADA DE AREIA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TO	171670	COLMÉIA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TO	170755	FÁTIMA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TO	171050	ITACAJÁ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TO	171525	NOVO JARDIM	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TO	171550	OLIVEIRA DE FÁTIMA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TO	171850	RECURSOLÂNDIA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TO	171865	RIO DA CONCEIÇÃO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TO	171886	SANTA FÉ DO ARAGUAIA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TO	171888	SANTA MARIA DO TOCANTINS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TO	172097	TALISMÃ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TO	172125	TUPIRAMA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TOTAL TO: 14				R$105.000,00	R$1.260.000,00

PORTARIA Nº 3.176, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Habilita Municípios no Programa "De Volta para Casa".

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;

Considerando a Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003, que institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações; e

Considerando o Titulo I, Capítulo III, Seção I da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da regulamentação do Programa "De Volta para Casa", resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios, descritos a seguir, no Programa "De Volta Para Casa".

UF	Município	IBGE
MG	Berizal	310665
PR	Iracema do Oeste	411065
RJ	Itatiaia	330225
RS	Jaguari	431110
RS	Parobé	431405
RS	Santo Ângelo	431750
RS	São Pedro do Sul	431940
SP	Guará	351770

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desta Portaria, para formalizar a adesão do Município ao Programa "De Volta para Casa" junto à Secretaria de Atenção Primária à Saúde/Ministério da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAO GABBARDO DOS REIS

PORTARIA Nº 3.191, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Credencia municípios a receberem incentivos financeiros referentes aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), às Equipes de Saúde da Família (eSF) e às Equipes de Saúde Bucal (eSB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 703, de 21 de outubro de 2011, que estabelece normas para o cadastramento, no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), das novas equipes que farão parte da Estratégia de Saúde da Família (ESF);

Considerando o Decreto nº 8.474, de 22 de junho de 2015, que regulamenta o disposto no § 1º do art. 9º-C e no § 1º do art. 9º-D da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias;

Considerando a Lei n° 13.708, de 14 de agosto de 2018, que altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar normas que regulam o exercício profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias;

Considerando o Título I e II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2 /GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da atenção básica;

Considerando a Seção I do Capítulo I do Título II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, do Financiamento do Piso da Atenção Básica Variável para as Equipes de Saúde da Família e Equipes de Saúde Bucal;

Considerando a Seção VI do Capitulo I do Título II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, Do Custeio das Equipes de Saúde da Família que Possuam Profissionais Médicos Integrantes de Programas Nacionais de Provimento;

Considerando a Seção VII do Capitulo I do Título II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, Do Repasse do Piso de Atenção Básica Variável a ser Transferido aos Municípios/ Distrito Federal que não Efetuaram o Cadastramento dos Profissionais do Projeto Mais Médicos para o Brasil Junto ao Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde;

Considerando a Seção V do Capítulo I do Título II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS de 28 de setembro de 2017, do Repasse dos Recursos da Assistência Financeira Complementar (AFC) da União para o Cumprimento do Piso Salarial Profissional Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e do Incentivo Financeiro para Fortalecimento de Políticas Afetas à Atuação dos ACS, de que Tratam os art. 9º-C e 9º-D da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, resolve:

Art. 1º Ficam credenciados os Municípios descritos no anexo a esta Portaria a receberem os incentivos de custeio referentes aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), com periodicidade da transferência mensal, caso não exista nenhuma irregularidade que motive a suspensão.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, do Bloco de Atenção Básica, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.2015.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde, no seguinte plano orçamentário PO - 0002 - Agente Comunitário de Saúde.

Art. 2º Ficam credenciados os Municípios descritos no anexo a esta Portaria a receberem os incentivos de custeio referentes às Equipes de Saúde da Família (eSF), com periodicidade da transferência mensal, caso não exista nenhuma irregularidade que motive a suspensão.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, do Bloco de Atenção Básica, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.2015.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde, no seguinte plano orçamentário PO - 0001 - Piso de Atenção Básica Variável.

Art. 3º Ficam credenciados os Municípios descritos no anexo a esta Portaria a receberem os incentivos de custeio referentes Equipes de Saúde Bucal (eSB), com periodicidade da transferência mensal, caso não exista nenhuma irregularidade que motive a suspensão.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, do Bloco de Atenção Básica, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.2015.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde, no seguinte plano orçamentário PO - 0001 - Piso de Atenção Básica Variável.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde (FNS) adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO GABARDO DOS REIS

ANEXO

UF	IBGE	Município	ESF		ACS		ESB			
			Novo Credenciamento	Total após Credenciamento	Novo Credenciamento	Total após Credenciamento	Novo Credenciamento ESB 1	Total após Credenciamento ESB 1	Novo Credenciamento ESB 2	Total após Credenciamento ESB 2
AL	270120	Cacimbinhas	1	5	4	27	1	5	0	0
AL	270210	Colônia Leopoldina	0	8	0	47	3	8	0	0
AL	270230	Coruripe	0	17	16	125	0	17	0	0
AM	130190	Itacoatiara	0	28	0	253	2	22	0	1
AM	130320	Novo Airão	3	8	8	52	0	4	3	4
AM	130360	Santa Isabel do Rio Negro	0	5	0	47	1	4	0	0
AM	130440	Urucurituba	1	10	0	64	1	7	0	0
BA	290327	Barrocas	0	7	0	32	1	7	0	0
BA	290530	Cafarnaum	2	9	9	47	3	9	0	0
BA	291640	Itapetinga	2	15	0	178	4	15	0	0
BA	291780	Jaguaripe	1	8	0	42	1	7	0	0
BA	291915	Lapão	1	12	0	48	3	11	0	0
BA	292450	Pindaí	1	7	0	38	1	6	0	0
BA	292575	Presidente Tancredo Neves	1	9	9	70	1	8	0	0
BA	293050	Serrinha	0	19	17	190	0	12	0	0
CE	230230	Bela Cruz	1	10	0	81	0	6	0	0
CE	231050	Pedra Branca	3	16	0	105	4	15	0	1
CE	231170	Reriutaba	0	8	11	47	2	6	0	0
CE	231220	Santa Quitéria	2	16	0	112	6	15	0	0
GO	520170	Aragarças	1	7	5	44	1	7	0	0
GO	520995	Indiara	1	5	0	28	1	5	0	0
MA	210005	Açailândia	0	28	0	246	7	15	0	0
MA	210030	Aldeias Altas	3	12	0	72	3	5	0	0

MA	210047	Alto Alegre do Pindaré	3	14	0	95	0	9	0	0
MA	210087	Araguanã	3	8	0	48	3	7	0	0
MA	210200	Bom Jardim	3	20	0	133	0	10	0	0
MA	210500	Humberto de Campos	0	10	0	89	0	9	1	1
MA	210510	Icatu	3	12	0	86	0	9	2	2
MA	210632	Maracaçumé	2	9	6	57	3	9	0	0
MA	211223	Trizidela do Vale	1	11	5	56	2	8	0	2
MA	211270	Vargem Grande	2	15	16	167	3	13	0	0
MG	310375	Araporã	0	3	1	17	0	0	0	2
MG	310630	Belo Oriente	1	11	0	65	3	5	0	5
MG	310710	Boa Esperança	0	8	0	66	1	5	0	0
MG	310810	Bonfim	0	3	0	17	2	3	0	0
MG	311110	Campina Verde	2	7	12	43	0	4	0	0
MG	311230	Capelinha	1	12	0	85	0	8	0	0
MG	312870	Guaxupé	0	11	9	77	0	0	0	0
MG	313600	Joaíma	1	7	12	39	0	4	0	1
MG	314340	Monte Sião	4	9	20	50	4	5	0	0
MG	314470	Nova Era	3	6	0	19	2	3	0	0
MG	315057	Pintópolis	1	4	0	20	0	3	0	0
MG	315200	Pompéu	0	9	0	43	1	7	0	0
MG	315400	Raul Soares	1	10	1	61	1	9	0	1
MG	316680	Serra do Salitre	1	4	2	29	0	3	0	0
MS	500270	Campo Grande	1	139	0	1716	0	122	0	0
MS	500515	Juti	1	3	0	11	0	2	0	0
MS	500570	Naviraí	1	11	5	74	1	11	0	0
MT	510335	Confresa	2	10	0	84	2	7	0	0
MT	510340	Cuiabá	38	110	800	1406	51	70	0	0
PA	150110	Bagre	0	5	0	79	3	4	0	0
PA	150307	Garrafão do Norte	1	10	0	82	2	8	0	0
PA	150442	Marituba	0	21	0	155	1	18	0	0
PA	150619	Rurópolis	0	8	0	124	2	3	0	0
PB	250110	Areia	2	10	0	58	2	10	0	0
PB	250410	Carrapateira	0	1	1	7	0	1	0	0
PB	250500	Cubati	1	4	1	18	0	3	0	0
PB	250600	Esperança	0	12	4	76	0	10	0	1
PB	250860	Lucena	0	6	4	32	1	6	0	0
PI	220840	Piripiri	2	28	0	156	2	25	0	2
PR	410120	Antonina	0	6	30	37	0	2	0	0
PR	410690	Curitiba	3	220	0	462	63	131	4	89
PR	411420	Mandaguari	0	12	0	44	1	3	0	0
PR	411520	Maringá	3	83	12	378	4	27	1	9
PR	411690	Nova Esperança	0	7	0	37	1	2	0	0
PR	412150	Rebouças	1	5	2	37	1	4	0	0
PR	412700	Teixeira Soares	0	3	4	25	0	2	0	1
RJ	330395	Pinheiral	0	8	0	49	2	8	0	0
RN	241070	Riacho da Cruz	0	2	1	9	0	2	0	0
RR	140015	Bonfim	0	6	3	38	0	6	0	0
RS	430510	Caxias do Sul	2	48	0	184	0	25	0	0
RS	430690	Encruzilhada do Sul	0	5	5	58	0	0	0	0
RS	431033	Imbé	1	3	5	15	1	3	0	0
RS	431460	Piratini	1	5	8	26	0	0	0	0
SC	421280	Balneário Piçarras	1	9	5	50	2	8	0	0
SC	420420	Chapecó	1	55	0	324	2	32	0	0
SC	420700	Içara	0	19	0	116	10	16	0	0
SP	351160	Cesário Lange	3	6	10	29	0	0	0	0
SP	351640	Franco da Rocha	0	26	0	107	8	10	0	0
SP	352590	Jundiaí	4	19	0	148	3	12	0	0
SP	353900	Pirangi	0	3	3	18	0	1	0	0
SP	354420	Riolândia	1	4	7	30	4	4	0	0
SP	354480	Sales	0	1	7	7	0	0	0	0
SP	354880	São Caetano do Sul	1	30	0	126	0	0	1	9
SP	355150	Serrana	0	4	8	28	0	0	0	0
TO	170100	Ananás	0	5	0	34	1	3	0	0
TOTAL			127	1.444	1.088	9.851	241	950	12	131

PORTARIA Nº 3.192, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Habilita município a receber incentivo financeiro referente à equipe de avaliação e acompanhamento das medidas terapêuticas aplicáveis à pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

Considerando a Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014, que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando o Título I e II da Portaria de Consolidação nº 6 /GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.

Considerando o Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2 /GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da atenção básica;

Considerando o Anexo XVIII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS de 28 de setembro de 2017, da Regulamento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional no âmbito do SUS (PNAISP), instituída pela Portaria Interministerial MS-MJ nº1, de 2 de janeiro de 2014;

Considerando a Seção IV do Capítulo II do Título II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, do Incentivo Financeiro de Custeio Mensal aos Entes Federativos que Aderirem à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP); e

Considerando o Anexo XVIII do Capitulo III da Portaria de Consolidação nº 2 /GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre o serviço de avaliação e acompanhamento de medidas terapêuticas aplicáveis à pessoa com transtorno mental em conflito com a Lei, vinculado à PNAISP, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o município descrito no anexo a esta Portaria a receber o incentivo de custeio referente à Equipe de Avaliação e Acompanhamento das Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP), com periodicidade da transferência mensal, caso não exista nenhuma irregularidade que motive a suspensão.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.2015.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde, no seguinte plano orçamentário PO - 0001 - Piso de Atenção Básica Variável.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde (FNS) adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 3 º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAO GABBARDO DOS REIS

ANEXO

MUNICÍPIO HABILITADO

Nº da Proposta	UF	Município	IBGE	CNES	Gestão	Equipe	Valor
102697	MS	CAMPO GRANDE	500270	5456185	Municipal	49	R$ 66.000,00

PORTARIA Nº 3.193, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º A Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 537 . .....

I - União: os valores a serem repassados para financiar a aquisição dos medicamentos e insumos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica constantes dos Anexos I e IV da RENAME vigente no SUS serão definidos com base no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), conforme classificação dos municípios nos seguintes grupos:

a) IDHM muito baixo: R$ 6,05 (seis reais e cinco centavos) por habitante/ano;

b) IDHM baixo: R$ 6,00 (seis reais) por habitante/ano;

c) IDHM médio: R$ 5,95 (cinco reais e noventa e cinco centavos) por habitante/ano;

d) IDHM alto: R$ 5,90 (cinco reais e noventa centavos) por habitante/ano; e

e) IDHM muito alto: R$ 5,85 (cinco reais e oitenta e cinco centavos) por habitante/ano; e

.....

.....

§ 2º Para fins de alocação dos recursos federais, estaduais e municipais utilizar-se-á a população estimada nos referidos entes federativos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 1º de julho de 2019, enviada ao Tribunal de Contas da União.

.....

.....

§ 4º Para evitar a redução no custeio deste Componente, os Municípios que teriam diminuição na alocação dos recursos nos termos do IBGE 2019 terão os recursos federais, estaduais e municipais alocados de acordo com a população estimada de maior quantitativo populacional, nos termos do IBGE 2016, 2011 ou 2009.

.....

....." (NR)

Art. 3º Fica revogado o § 3º do art. 537 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO GABBARDO DOS REIS

PORTARIA Nº 3.198, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Homologa adesão das Unidades de Saúde da Família (USF) ao Programa Saúde na Hora.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

Considerando o Título I e II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da atenção básica;

Considerando a Portaria nº 930/GM/MS, de 15 de maio de 2019, que institui o Programa "Saúde na Hora", que dispõe sobre o horário estendido de funcionamento das Unidades de Saúde da Família, altera a Portaria nº 2.436/GM/MS, de 2017, a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 2017, a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 2017, e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 634/SAS/MS, de 27 de maio de 2019, que dispõe sobre o cadastramento de equipes em estabelecimentos que aderiram ao Programa Saúde na Hora no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES); e

Considerando o fluxo de adesão estabelecido pela Portaria nº 930/GM/MS, de 15 de maio de 2019, para o Programa Saúde na Hora e os requisitos para início da transferência dos incentivos financeiros do programa, resolve:

Art. 1º Ficam homologadas a adesão das Unidades de Saúde da Família ao Programa Saúde na Hora, dos Municípios descritos no anexo a esta Portaria, estando estes aptos a receberem os incentivos de custeio e implantação conforme o estabelecido em Portaria que institui o Programa.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.2015.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde, no seguinte plano orçamentário PO - 0001 - Piso de Atenção Básica Variável.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde (FNS) adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 3 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO GABBARDO DOS REIS

ANEXO

UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA COM ADESÃO AO PROGRAMA SAÚDE NA HORA HOMOLOGADAS

UF	IBGE	Município	CNES	Quantidade de eSF	Quantidade de eSB	Formato de Funcionamento	Código
BA	290690	CARAVELAS	2804972	3	0	USF com 60 horas	09.16
CE	230370	CAUCAIA	2561727	4	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
CE	230370	CAUCAIA	2562073	3	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
CE	230370	CAUCAIA	2723808	4	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
CE	230370	CAUCAIA	5250447	3	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	2547546	3	0	USF com 60 horas	09.16
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	2547562	3	0	USF com 60 horas	09.16
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	2569035	3	0	USF com 60 horas	09.16
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	2569051	3	0	USF com 60 horas	09.16
GO	521760	PLANALTINA	2361493	3	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
MA	211130	SÃO LUÍS	2309289	3	0	USF com 60 horas	09.16
MA	211130	SÃO LUÍS	2310058	4	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
MA	211130	SÃO LUÍS	2645793	3	0	USF com 60 horas	09.16
MA	211130	SÃO LUÍS	2698013	4	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
MA	211130	SÃO LUÍS	3173828	4	0	USF com 60 horas	09.16
MA	211130	SÃO LUÍS	3173852	3	0	USF com 60 horas	09.16
PA	150140	BELÉM	2336987	3	0	USF com 60 horas	09.16
PA	150140	BELÉM	2336995	4	0	USF com 60 horas	09.16
PA	150140	BELÉM	2337088	3	0	USF com 60 horas	09.16
PA	150140	BELÉM	5244544	3	0	USF com 60 horas	09.16
PA	150140	BELÉM	5247608	3	0	USF com 60 horas	09.16
PA	150140	BELÉM	5247810	3	0	USF com 60 horas	09.16
PA	150140	BELÉM	5274907	3	0	USF com 60 horas	09.16
PA	150140	BELÉM	7938551	3	0	USF com 60 horas	09.16
PA	150140	BELÉM	9055290	3	0	USF com 60 horas	09.16
PA	150140	BELÉM	9282270	4	0	USF com 60 horas	09.16
PI	221100	TERESINA	2406039	3	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
PI	221100	TERESINA	5343054	3	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
PR	411880	PEABIRU	7213255	3	0	USF com 60 horas	09.16
PR	412410	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	2782715	3	0	USF com 60 horas	09.16

RJ	330285	MESQUITA	2286041	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
RJ	330285	MESQUITA	2696533	5	0	USF com 60 horas	09.16
RJ	330285	MESQUITA	3945995	3	0	USF com 60 horas	09.16
SC	420830	ITAPEMA	2303191	3	0	USF com 60 horas	09.16
SC	420910	JOINVILLE	9529888	3	0	USF com 60 horas	09.16
SC	421660	SÃO JOSÉ	2663821	4	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2027011	3	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2027062	4	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2027275	4	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2027305	4	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2027321	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2027461	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2027526	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2029618	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2030969	4	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2042983	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2043009	4	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2043017	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2046962	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2046997	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2047004	4	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2057131	4	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2057891	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2062658	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2064855	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2065266	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2074079	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2075202	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2079070	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2086743	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2086808	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2086816	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2091739	3	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2752174	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2752182	3	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2752263	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2752336	3	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2766019	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2774763	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2786729	3	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2786737	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2786745	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2786753	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2786761	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2786818	4	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2786834	4	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2786842	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2786869	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2786893	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2786907	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2786915	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2786931	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2786958	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2786966	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2786974	3	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2786982	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787024	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787040	4	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787059	3	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2787067	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787091	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787113	3	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2787121	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787148	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787210	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787229	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2787237	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2787245	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787253	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2787261	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2787288	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2787318	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787326	4	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2787369	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2787385	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17

SP	355030	SÃO PAULO	2787415	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787423	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787431	3	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2787458	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787466	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787490	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787512	3	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2787563	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787628	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2787636	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787652	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2787679	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787725	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787733	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2787768	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787776	3	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787784	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787806	4	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787822	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787830	3	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787849	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787857	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787865	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787881	3	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787903	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787946	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787970	4	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2787989	4	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2788004	3	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2788020	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2788039	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2788063	4	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2788098	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2788136	4	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2788144	3	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2788160	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2788187	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2788195	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2788209	3	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2788217	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2788268	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2788284	3	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2788314	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2788322	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2788349	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2788357	4	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2788365	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2788381	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2788403	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2788438	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2788446	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2788454	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2788489	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2788497	4	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2788519	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2788527	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2788586	4	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2788594	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2788608	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2788616	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2788624	3	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2788632	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2788659	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2788667	4	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2788705	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2788756	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2788802	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2788810	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17

SP	355030	SÃO PAULO	2788837	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2788853	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2788861	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2788896	3	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2788934	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2788969	3	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2788977	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2789019	4	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2789108	4	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2789116	3	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2789124	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2789159	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2789175	4	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2789183	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2789205	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2789221	3	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2789264	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2789280	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2789299	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2789310	3	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2815273	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	2815451	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	2819856	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17

SP	355030	SÃO PAULO	3002543	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	3002926	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	3004341	4	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	3049213	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	3074544	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	3105504	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	3121135	3	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	3219771	4	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	3219887	3	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	3359131	4	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	3385264	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	3469042	3	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	3614948	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	3651762	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	3651770	4	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	3661660	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	3661741	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	3689247	4	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	3708411	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	3738582	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	3738604	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	3738647	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	3956946	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	3956954	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	3992101	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	3996115	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	4049810	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	4049861	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	4049977	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	4050002	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	4050045	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	4050053	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	4050061	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	4050118	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	4050126	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	4050134	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	4050150	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	4050185	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17

SP	355030	SÃO PAULO	4050207	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	4050215	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	4050401	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	5079454	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	5120780	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	5313902	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	5479517	3	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	5620341	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	5695813	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	5743583	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	5882281	4	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	5975220	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	6048633	4	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	6090621	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	6165516	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	6194990	3	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	6195008	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	6269567	3	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	6329527	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	6365817	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	6377742	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	6380417	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	6564410	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	6683991	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	6822991	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	6873286	3	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	6879810	4	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	6974511	4	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	6998186	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	7128940	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	7270941	3	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	7357761	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	7672578	3	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	7884192	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	9059369	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	9129855	4	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	9186492	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	9188177	3	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355030	SÃO PAULO	9343121	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	9343148	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	9423206	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	9459065	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	9624988	5	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	9632387	4	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
SP	355030	SÃO PAULO	9788409	5	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355180	SETE BARRAS	2041944	3	0	USF com 60 horas	09.16
SP	355710	VOTUPORANGA	5305918	3	2	USF com 60 horas com saúde bucal	09.17
TOTAL			281	1.241	310	-	-

PORTARIA Nº 3.210, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes às Equipes de Saúde da Família (ESF), Equipes Saúde da Família Ribeirinhas (ESFRB), Equipes de Saúde Bucal (ESB) e Agentes Comunitários de Saúde (ACS), com irregularidades no cadastro de profissionais no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDESUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Seção II do Capítulo III Dos Sistemas de Informação da Atenção à Saúde do Título VII Dos Sistemas De Informação da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, Dos Critérios para Alimentação dos Bancos de Dados Nacionais dos Sistemas de Informação da Atenção à Saúde;

Considerando o Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da atenção básica;

Considerando a Portaria nº 703, de 21 de outubro de 2011, que estabelece normas para o cadastramento, no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), das novas equipes que farão parte da Estratégia de Saúde da Família (ESF);

Considerando a Portaria nº 750, de 10 de outubro de 2006, que estabelece normas de cadastramento das equipes da Estratégia de Saúde da Família, nos tipos: Equipe de Saúde da Família - ESF, Equipe de Saúde da Família com Saúde Bucal - ESFSB e Equipe de Agentes Comunitários de Saúde - ACS, no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde - CNES;

Considerando a Portaria nº 941, de 22 de dezembro de 2011, que estabelece normas para o cadastramento, no SCNES, de estabelecimentos das equipes que farão parte da População Ribeirinha e Fluvial;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando as Seções I, V, VI, VII e IX do Capítulo I Dos Profissionais que atuam na Atenção Básica do Título II Do Custeio Da Atenção Básica da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017; e

Considerando a existência de irregularidades no cadastramento de profissionais que atuam na Atenção Básica identificadas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES, na competência setembro/2019, resolve:

Art. 1º Suspender a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de Equipes de Saúde da Família (ESF), Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (ESFRB), Equipes de Saúde Bucal (ESB) e Agentes Comunitários de Saúde (ACS), na competência financeira outubro de 2019, dos municípios constantes do Anexo a esta Portaria, que apresentaram duplicidade no cadastro de profissionais no SCNES.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO GABBARDO DOS REIS

ANEXO

UF	IBGE	Município	ESF	ESFR	ESB1	ESB2	ACS
AC	120032	JORDÃO	1	0	0	0	4
AC	120045	SENADOR GUIOMARD	1	0	1	0	7
AC	120050	SENA MADUREIRA	1	0	1	0	4
AC	120080	PORTO ACRE	1	0	1	0	9
AM	130260	MANAUS	1	0	1	0	6
AM	130300	NHAMUNDÁ	0	0	1	0	0
AP	160030	MACAPÁ	2	0	1	0	11
AP	160080	VITÓRIA DO JARI	1	0	0	0	6
BA	290010	ABAÍRA	1	0	1	0	3
BA	290460	BRUMADO	1	0	1	0	7
BA	290650	CANDEIAS	1	0	1	0	4
BA	290890	CORAÇÃO DE MARIA	1	0	0	0	4
BA	290920	CORONEL JOÃO SÁ	1	0	0	0	5
BA	291690	ITIRUÇU	1	0	0	0	4
BA	291845	JUCURUÇU	1	0	0	0	4
BA	291875	LAGOA REAL	1	0	1	0	8
BA	291955	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	2	0	1	0	11
BA	291992	MADRE DE DEUS	1	0	1	0	4
BA	292170	MORRO DO CHAPÉU	1	0	1	0	6
BA	292305	NOVO TRIUNFO	1	0	0	0	5
BA	292610	RETIROLÂNDIA	1	0	1	0	3
BA	292620	RIACHÃO DAS NEVES	1	0	1	0	4
BA	292890	SÃO DESIDÉRIO	0	0	1	0	0
BA	292937	SÃO JOSÉ DO JACUÍPE	1	0	1	0	6
BA	292950	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	1	0	0	0	9
BA	293270	URUÇUCA	1	0	1	0	8
BA	293280	UTINGA	1	0	1	0	12
BA	293290	VALENÇA	1	0	1	0	6
CE	230310	CARIRÉ	0	0	1	0	0
CE	230370	CAUCAIA	2	0	1	0	13
CE	230423	CROATÁ	1	0	1	0	3
CE	230427	ERERÊ	1	0	0	1	7
CE	230440	FORTALEZA	1	0	1	0	4
CE	230655	ITAREMA	1	0	1	0	4
CE	230760	LIMOEIRO DO NORTE	1	0	0	0	7
CE	230870	MORADA NOVA	1	0	1	0	8
CE	230950	ORÓS	0	0	1	0	0
CE	230970	PACATUBA	2	0	1	0	8
CE	231100	PORANGA	0	0	1	0	0
CE	231325	TARRAFAS	1	0	1	0	4
CE	231380	URUBURETAMA	0	0	1	0	0
ES	320013	ÁGUIA BRANCA	1	0	1	0	5
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3	0	0	0	14
ES	320140	CASTELO	2	0	2	0	18
ES	320170	CONCEIÇÃO DO CASTELO	1	0	0	0	8
ES	320245	IBATIBA	1	0	0	0	5
ES	320265	IRUPI	1	0	2	0	5
ES	320480	SÃO JOSÉ DO CALÇADO	1	0	1	0	8
ES	320490	SÃO MATEUS	1	0	1	0	4
ES	320530	VITÓRIA	1	0	1	0	5
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	2	0	0	0	5
GO	520330	BELA VISTA DE GOIÁS	1	0	1	0	4
GO	520970	HIDROLÂNDIA	1	0	0	1	7
GO	521220	JUSSARA	1	0	1	0	9
GO	521308	MINAÇU	1	0	1	0	10
MA	210170	BARREIRINHAS	1	0	1	0	8
MA	210380	DOM PEDRO	1	0	1	0	7
MA	210530	IMPERATRIZ	2	0	0	0	21
MA	211023	SANTANA DO MARANHÃO	1	0	0	0	4
MA	211070	SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO	1	0	1	0	7
MG	310280	ANDRELÂNDIA	1	0	0	0	6
MG	310560	BARBACENA	0	0	1	0	0
MG	310670	BETIM	1	0	0	0	4
MG	310830	BORDA DA MATA	1	0	0	0	7
MG	310910	BUENO BRANDÃO	1	0	0	0	4
MG	311860	CONTAGEM	1	0	0	0	4
MG	312670	FRANCISCO SÁ	1	0	1	0	8
MG	312890	GUIMARÂNIA	1	0	1	0	4
MG	313220	ITAGUARA	0	0	1	0	0
MG	313620	JOÃO MONLEVADE	2	0	0	0	9
MG	313770	LAJINHA	1	0	1	0	5
MG	313820	LAVRAS	1	0	1	0	5
MG	313867	LUISBURGO	1	0	1	0	10
MG	313910	MADRE DE DEUS DE MINAS	1	0	1	0	6
MG	313960	MANTENA	1	0	1	0	6
MG	314330	MONTES CLAROS	1	0	1	0	7
MG	315460	RIBEIRÃO DAS NEVES	3	0	0	0	20
MG	315550	RIO PARANAÍBA	1	0	0	1	6
MG	315710	SALTO DA DIVISA	1	0	0	0	6
MG	315780	SANTA LUZIA	1	0	1	0	6
MG	316140	SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA	1	0	1	0	6
MG	316470	SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	1	0	0	0	6
MG	316557	SENADOR AMARAL	0	0	1	0	0
MG	317120	VESPASIANO	4	0	3	0	24
MS	500090	ANTÔNIO JOÃO	1	0	1	0	6
MT	510185	BOM JESUS DO ARAGUAIA	0	0	1	0	0
MT	510675	PONTES E LACERDA	1	0	0	0	7

MT	510760	RONDONÓPOLIS	0	0	0	1	0
MT	510794	TABAPORÃ	0	0	0	1	0
MT	510795	TANGARÁ DA SERRA	1	0	1	0	4
MT	510830	UNIÃO DO SUL	1	0	1	0	5
PA	150080	ANANINDEUA	1	0	0	0	3
PA	150210	CAMETÁ	1	0	1	0	6
PB	250290	BREJO DOS SANTOS	1	0	1	0	5
PB	250350	CACIMBA DE DENTRO	1	0	1	0	5
PB	250700	ITAPORANGA	1	0	1	0	7
PB	250939	MATURÉIA	1	0	1	0	6
PB	251080	PATOS	2	0	2	0	14
PB	251270	REMÍGIO	1	0	1	0	4
PB	251465	SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ	1	0	1	0	4
PB	251640	CAMPO DE SANTANA	0	0	1	0	0
PE	260120	ARCOVERDE	1	0	1	0	3
PE	260590	GAMELEIRA	1	0	1	0	8
PE	260640	GRAVATÁ	0	0	2	0	0
PE	261600	VENTUROSA	0	0	1	0	0
PI	221100	TERESINA	0	0	1	0	0
PR	410460	CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES	1	0	1	0	6
PR	410470	CARLÓPOLIS	1	0	0	0	6
PR	410500	CATANDUVAS	1	0	0	1	4
PR	410865	GOIOXIM	1	0	0	0	6
PR	410940	GUARAPUAVA	1	0	1	0	8
PR	411065	IRACEMA DO OESTE	1	0	1	0	4
PR	411070	IRATI	1	0	0	0	7
PR	411670	NOVA AURORA	1	0	0	0	6
PR	411820	PARANAGUÁ	1	0	0	0	7
PR	411980	PLANALTO	1	0	1	0	6
PR	412090	QUEDAS DO IGUAÇU	0	0	0	1	0
PR	412405	SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	1	0	1	0	5
PR	412550	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	2	0	2	0	9
PR	412620	SAPOPEMA	1	0	1	0	6
PR	412750	TIBAGI	1	0	1	0	11
PR	412795	TUPÃSSI	1	0	0	0	3
RJ	330025	ARRAIAL DO CABO	2	0	1	0	18
RJ	330045	BELFORD ROXO	2	0	0	0	8
RJ	330070	CABO FRIO	1	0	2	0	6
RJ	330130	CASIMIRO DE ABREU	1	0	1	0	6
RJ	330160	DUAS BARRAS	1	0	0	0	6
RJ	330220	ITAPERUNA	1	0	1	0	10
RJ	330320	NILÓPOLIS	1	0	0	0	8
RJ	330410	PORCIÚNCULA	1	0	1	0	5
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	6	0	2	1	27
RJ	330490	SÃO GONÇALO	1	0	2	0	2
RJ	330510	SÃO JOÃO DE MERITI	0	0	1	0	0
RJ	330575	TANGUÁ	1	0	0	0	9
RJ	330580	TERESÓPOLIS	1	0	0	0	6
RJ	330620	VASSOURAS	1	0	1	0	4
RJ	330630	VOLTA REDONDA	3	0	2	0	13
RN	240480	IPUEIRA	1	0	1	0	5
RN	240710	MACAÍBA	1	0	1	0	3
RN	241025	PORTO DO MANGUE	1	0	1	0	7
RN	241200	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	0	0	1	0	0
RN	241400	TANGARÁ	0	0	1	0	0
RN	241440	TOUROS	1	0	1	0	6
RO	110005	CEREJEIRAS	1	0	0	0	7
RO	110030	VILHENA	1	0	0	0	6
RS	430040	ALEGRETE	0	0	1	0	0
RS	430300	CACHOEIRA DO SUL	1	0	0	0	3
RS	431490	PORTO ALEGRE	2	0	1	1	8
RS	431560	RIO GRANDE	1	0	1	0	5
RS	431570	RIO PARDO	0	0	1	0	0
RS	432300	VIAMÃO	1	0	0	0	1
SC	420120	ANTÔNIO CARLOS	1	0	1	0	6
SC	420200	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	1	0	0	0	2
SC	420209	BARRA BONITA	0	0	1	0	0
SC	420290	BRUSQUE	1	0	0	0	4
SC	420640	GUARACIABA	1	0	1	0	6
SC	420890	JARAGUÁ DO SUL	0	0	1	0	0
SC	420930	LAGES	1	0	0	0	4
SC	421010	MAFRA	1	0	0	0	3
SC	421190	PALHOÇA	0	0	1	0	0
SC	421420	QUILOMBO	1	0	0	0	4
SC	421810	TIMBÉ DO SUL	0	0	1	0	0
SE	280030	ARACAJU	1	0	1	0	7
SE	280220	FEIRA NOVA	0	0	1	0	0
SE	280380	MALHADA DOS BOIS	0	0	1	0	0
SE	280670	SÃO CRISTÓVÃO	1	0	1	0	6
SP	350100	ALTINÓPOLIS	2	0	0	0	9
SP	350190	AMPARO	1	0	1	0	4
SP	350250	APARECIDA	1	0	1	0	6
SP	350750	BOTUCATU	0	0	1	0	0
SP	351230	CONCHAS	2	0	0	0	10
SP	351510	EMBU-GUAÇU	0	0	0	1	0
SP	351520	ESTRELA D'OESTE	0	0	1	0	0
SP	351630	FRANCISCO MORATO	1	0	1	0	4
SP	351880	GUARULHOS	0	0	2	0	0
SP	352940	MAUÁ	2	0	1	0	8
SP	353540	PANORAMA	1	0	1	0	7
SP	353760	PERUÍBE	1	0	0	0	5
SP	353870	PIRACICABA	1	0	1	0	4

SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	1	0	1	0	4
SP	354880	SÃO CAETANO DO SUL	1	0	0	1	2
SP	355010	SÃO MANUEL	2	0	2	0	7
SP	355030	SÃO PAULO	1	0	1	0	6
SP	355280	TABOÃO DA SERRA	1	0	0	0	6
SP	355320	TAIÚVA	1	0	1	0	6
SP	355400	TATUÍ	2	0	1	0	4
SP	355650	VÁRZEA PAULISTA	1	0	0	0	1
TOTAL			187	0	140	11	1026

PORTARIA Nº 3.221, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a recriação do Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a recriação do Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos, no âmbito do Ministério da Saúde.

Art. 2º O Anexo XXVIII à Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º Fica recriado o Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos, no âmbito do Ministério da Saúde. " (NR)

"Art. 6º O Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos possui caráter consultivo e propositivo e tem por finalidade orientar e propor ações, estratégias e atividades para a promoção do uso racional de medicamentos no âmbito da Política Nacional de Promoção da Saúde." (NR)

"Art. 7º .....

.....

VII - propor diretrizes para a capacitação de profissionais de saúde sobre o uso racional de medicamentos;

.....

XI - incentivar e apoiar a criação e a implementação de comitês estaduais, distrital, regionais e municipais para a promoção do uso racional de medicamentos, observadas as regras de pactuação e decisão no âmbito do SUS;

.....

XVIII - elaborar e aprovar o seu regimento interno;

XIX - dar publicidade à composição, ao regimento interno, às reuniões, às proposições e aos atos do Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos, por meio do endereço eletrônico do Ministério da Saúde; e

XX - encaminhar relatórios anuais das atividades do Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos ao Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. " (NR)

"Art. 8º .....

I - .....

a) 1 (um) da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, por meio do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos;

.....

c) 1 (um) da Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS/MS);

.....

e) 1 (um) da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS);

.....

III - 1 (um) da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz;

.....

VI - 1 (um) do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen);

.....

XIII - 1 (um) do Instituto para Práticas Seguras no Uso de Medicamentos (ISMP-Brasil); e

XIV - 1 (um) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), preferencialmente por meio de representante dos usuários.

§ 1º A coordenação do Comitê Nacional será exercida pelo representante previsto na alínea "a" do inciso I do caput.

§ 2º Cada membro titular do Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e seus impedimentos.

§ 3º Os representantes previstos nos incisos I a III e XIV do caput serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades que representam.

§ 4º A participação das entidades de que tratam os incisos IV a XIII do caput será formalizada após resposta a convite a elas encaminhado pela coordenação do Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos, com indicação de seus representantes.

§ 5º A designação dos membros indicados na forma dos §§ 3º e 4º será feita por meio de ato do Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde.

§ 6º O Comitê Nacional poderá convidar especialistas e representantes de outros órgãos e entidades, públicas e privadas, quando entender relevante para o cumprimento de suas competências.

....." (NR)

"Art. 13. O Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos se reunirá, em caráter ordinário, quatro vezes ao ano e, em caráter extraordinário, sempre que convocado por sua coordenação. " (NR)

"Art. 14. As reuniões do Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos ocorrerão no Distrito Federal, e a participação dos membros que estejam em outros entes federativos será preferencialmente por videoconferência. " (NR)

"Art. 16. O quórum de reunião do Comitê Nacional para Promoção do Uso Racional de Medicamentos é de dez membros e o quórum de aprovação é de maioria simples.

Parágrafo único. Além do voto ordinário, o coordenador do Comitê Nacional para Promoção do Uso Racional de Medicamentos terá o voto de qualidade em caso de empate. " (NR)

"Art. 28. A participação dos membros do Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada."

(NR)

"Art. 29. É vedada a criação de subcolegiados por ato do Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos. " (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogados os seguintes dispositivos do Anexo XXVIII à Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017:

I - incisos V, XII, XV e XVI do caput do art. 7º;

II - arts. 9º a 12;

III - art. 15; e

IV - arts. 17 a 27.

JOÃO GABBARDO DOS REIS

PORTARIA Nº 3.223, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAO GABBARDO DOS REIS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PB	SANTA RITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA RITA	08694222000119003	999.928,00	0004	10302201585350001
TO	PALMAS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO TOCANTINS	13849028000119033	505.300,00	0004	10302201585350001
TOTAL			2 PROPOSTAS	1.505.228,00		

PORTARIA Nº 3.224, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), às Equipes de Saúde da Família (ESF) e Equipes de Saúde Bucal (ESB), ao Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), às Equipes de Consultório na Rua (eCR), às Equipes de Saúde da Família Fluvial/Unidade Básica de Saúde da Família Fluvial (ESFF/UBSF), às Equipes de Saúde no Sistema Prisional (ESP) e às Unidade Odontológica Móvel (UOM), com ausência de alimentação do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Seção II do Capítulo III - Dos Sistemas de Informação da Atenção à Saúde do Título VII - Dos Sistemas de Informação da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, referente a Dos Critérios para Alimentação dos Bancos de Dados Nacionais dos Sistemas de Informação da Atenção à Saúde;

Considerando a Seção III do Capítulo III - Dos Sistemas de Informação da Atenção à Saúde do Título VII - Dos Sistemas de Informação da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, referente a Do Envio de Dados de Serviços de Atenção Básica para o Conjunto Mínimo de Dados (CMD);

Considerando a Seção IV do Capítulo III - Dos Sistemas de Informação da Atenção à Saúde do Título VII - Dos Sistemas de Informação da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, referente a Do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB);

Considerando o Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da atenção básica;

Considerando as Seções I, II, V, VI, VII, IX, X e XI do Capítulo I - Dos Profissionais que Atuam a Atenção Básica do Título II Do Custeio Da Atenção Básica da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando as Seções IV e V do Capítulo II Dos Componentes e Incentivos para à Atenção Básica do Título II do Custeio da Atenção Básica da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 21/GM/MS, de 10 de janeiro de 2018, que institui os prazos para o envio da produção da Atenção Básica para o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB) referente às competências de janeiro a dezembro de 2018; e

Considerando a ausência de alimentação do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica, por três competências consecutivas, referente a julho, agosto e setembro de 2019, resolve:

Art. 1º Suspende a transferência de incentivos financeiros referente ao número as Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Equipes de Saúde da Família (ESF) e Equipes de Saúde Bucal (ESB), Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), Equipes de Consultório na Rua (eCR), Equipe de Saúde da Família Fluvial/Unidade Básica de Saúde da Família Fluvial (ESFF/UBSF), Equipes de Saúde no Sistema Prisional (ESP) e Unidade Odontológica Móvel (UOM), na competência financeira outubro de 2019, dos municípios constantes nos anexos desta Portaria, que não alimentaram o SISAB (e-SUS AB) por três competências consecutivas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO GABBARDO DOS REIS

ANEXO

UF	IBGE	Município	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	UOM	Prisional
AC	120040	RIO BRANCO	9	1	0	0	0	0	0	0
AL	270180	CARNEIROS	1	0	0	0	0	0	0	0
AM	130110	CAREIRO	1	0	0	0	0	0	0	0
AM	130250	MANACAPURU	0	0	0	0	0	0	0	1
AM	130340	PARINTINS	0	0	0	0	0	0	0	1
AP	160023	FERREIRA GOMES	0	0	0	1	0	0	0	0
AP	160030	MACAPÁ	0	0	1	0	0	0	0	0
AP	160040	MAZAGÃO	4	0	0	0	0	0	0	0
BA	290140	ANGICAL	0	0	0	1	0	0	0	0
BA	290210	ARACI	0	0	0	0	0	0	1	0
BA	290395	BOM JESUS DA SERRA	0	0	0	1	0	0	0	0
BA	290440	BREJOLÂNDIA	7	1	1	0	0	0	0	0
BA	290570	CAMAÇARI	8	0	0	0	0	0	0	0
BA	291300	IBITIARA	0	0	0	0	0	0	1	0
BA	291310	IBITITÁ	0	0	0	0	0	0	1	0
BA	291480	ITABUNA	0	0	0	0	1	0	0	0
BA	292285	NOVA REDENÇÃO	6	0	0	0	0	0	0	0
BA	292300	NOVA VIÇOSA	0	0	0	1	0	0	0	0
BA	292340	PALMAS DE MONTE ALTO	0	0	0	0	0	0	1	0
BA	292760	SANTA BRÍGIDA	3	0	0	0	0	0	0	0
BA	293076	SÍTIO DO QUINTO	0	0	0	1	0	0	0	0
BA	293270	URUÇUCA	2	0	0	0	0	0	0	0
BA	293350	WENCESLAU GUIMARÃES	1	0	0	0	0	0	0	0
CE	230075	AMONTADA	2	0	0	0	0	0	0	0
CE	230940	NOVO ORIENTE	4	1	0	0	0	0	0	0
CE	231040	PARAMOTI	0	0	0	0	0	0	1	0
CE	231240	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	0	1	0	0	0	0	0	0
CE	231290	SOBRAL	0	0	0	3	0	0	0	0
CE	231410	VIÇOSA DO CEARÁ	0	0	0	0	0	0	1	0
ES	320115	BREJETUBA	0	0	0	1	0	0	0	0
ES	320210	ECOPORANGA	5	1	0	0	0	0	0	0
ES	320370	MUNIZ FREIRE	32	6	2	1	0	0	0	0
ES	320405	PEDRO CANÁRIO	0	0	0	0	0	0	1	0
ES	320420	PIÚMA	11	2	2	0	0	0	0	0
ES	320506	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	1	0	0	0	0	0	0	0
GO	520260	AURILÂNDIA	0	0	0	0	0	0	0	1
GO	520350	BOM JESUS DE GOIÁS	0	0	0	1	0	0	0	0
GO	520620	CRISTALINA	1	1	1	0	0	0	0	0
GO	520735	EDEALINA	0	0	0	1	0	0	0	0
GO	520800	FORMOSA	5	1	1	0	0	0	0	0
GO	520870	GOIÂNIA	0	0	0	0	1	0	0	0
GO	521525	NOVO PLANALTO	0	0	0	0	0	0	1	0
GO	521850	QUIRINÓPOLIS	1	1	1	0	0	0	0	0
GO	522010	SÃO LUÍS DE MONTES BELOS	7	0	0	0	0	0	0	0
GO	522108	TERESINA DE GOIÁS	0	0	0	1	0	0	1	0
GO	522170	URUANA	0	0	0	0	0	0	0	1
MA	210005	AÇAILÂNDIA	4	0	0	0	0	0	0	0
MA	210020	ALCÂNTARA	11	2	1	0	0	0	0	0
MA	210407	FEIRA NOVA DO MARANHÃO	0	0	0	1	0	0	0	0
MA	210805	PAULINO NEVES	0	0	0	1	0	0	0	0
MA	210900	PORTO FRANCO	0	0	0	1	0	0	0	0
MA	211130	SÃO LUÍS	0	0	0	0	0	0	0	3
MG	310170	ALMENARA	5	1	1	0	0	0	0	0
MG	310470	ATALÉIA	0	0	0	0	0	0	1	0
MG	310560	BARBACENA	1	0	0	0	0	0	0	0
MG	310730	BOCAIÚVA	9	1	1	0	0	0	0	0
MG	311300	CARAÍ	1	0	0	0	0	0	0	0
MG	312510	EXTREMA	0	0	0	0	0	0	0	1
MG	312980	IBIRITÉ	2	0	0	0	0	0	0	0
MG	313780	LAMBARI	0	0	0	1	0	0	0	0
MG	314520	NOVA SERRANA	2	0	0	0	0	0	0	0
MG	314610	OURO PRETO	0	0	0	1	0	0	0	0
MG	314915	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	0	0	0	0	0	0	1	0
MG	315450	RIACHO DOS MACHADOS	3	0	0	0	0	0	1	0

MG	315600	RIO VERMELHO	0	0	0	0	0	0	1	0
MG	316430	SÃO ROQUE DE MINAS	1	0	0	0	0	0	0	0
MG	316695	SERRANÓPOLIS DE MINAS	0	0	0	0	0	0	1	0
MG	317120	VESPASIANO	0	0	0	1	0	0	0	0
MS	500320	CORUMBÁ	0	2	2	0	0	0	0	0
MS	500500	JARDIM	0	0	0	0	0	0	0	1
MS	500515	JUTI	0	0	0	0	0	0	1	0
MS	500560	MIRANDA	0	0	0	0	0	0	1	0
MS	500795	TACURU	0	0	0	0	0	0	1	0
MT	510170	BARRA DO BUGRES	1	0	0	0	0	0	0	0
MT	510269	CANABRAVA DO NORTE	0	0	0	0	0	0	1	0
MT	510340	CUIABÁ	0	0	0	0	1	0	0	0
MT	510525	LUCAS DO RIO VERDE	10	3	3	1	0	0	0	0
MT	510770	ROSÁRIO OESTE	6	1	1	0	0	0	0	1
PA	150060	ALTAMIRA	0	0	0	0	0	0	1	0
PA	150080	ANANINDEUA	22	2	0	0	0	0	0	0
PA	150100	AVEIRO	1	0	0	0	0	0	0	0
PA	150140	BELÉM	22	5	0	1	0	0	0	0
PA	150200	CACHOEIRA DO ARARI	0	0	0	0	0	0	1	0
PA	150260	COLARES	8	1	0	0	0	0	0	0
PA	150270	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	6	1	0	0	0	0	0	0
PA	150442	MARITUBA	2	1	0	0	0	0	0	0
PA	150618	RONDON DO PARÁ	3	0	0	0	0	0	0	0
PA	150810	TUCURUÍ	0	0	0	1	0	0	0	0
PA	150830	VISEU	16	0	0	0	0	0	0	0
PB	250750	JOÃO PESSOA	1	0	0	0	0	0	0	0
PB	250905	MARCAÇÃO	1	0	1	1	0	0	0	0
PE	260030	AGRESTINA	0	0	0	1	0	0	0	0
PE	260050	ÁGUAS BELAS	0	0	0	0	0	0	1	0
PE	260392	CARNAUBEIRA DA PENHA	0	0	0	0	0	0	1	0
PE	261160	RECIFE	5	0	0	0	0	0	0	0
PE	261300	SÃO BENTO DO UNA	1	0	0	0	0	0	0	0
PI	220370	ESPERANTINA	1	0	0	0	0	0	0	0
PI	220490	ISAÍAS COELHO	0	0	0	0	0	0	1	0
PI	220695	NOVO SANTO ANTÔNIO	0	0	0	0	0	0	1	0
PI	220810	PIMENTEIRAS	3	1	1	0	0	0	0	0
PI	220885	RIACHO FRIO	0	0	0	1	0	0	0	0
PR	410110	ANDIRÁ	14	3	1	0	0	0	0	0
PR	410180	ARAUCÁRIA	1	0	0	0	0	0	0	0
PR	410370	CAMBÉ	4	1	0	0	0	0	0	0
PR	410405	CAMPO BONITO	0	0	0	1	0	0	0	0
PR	410410	CAMPO DO TENENTE	15	3	3	0	0	0	0	0
PR	410650	CORONEL VIVIDA	1	0	0	0	0	0	0	0
PR	410880	GUAÍRA	0	0	0	0	0	0	1	0
PR	410960	GUARATUBA	1	1	0	0	0	0	0	0
PR	410965	HONÓRIO SERPA	15	3	1	1	0	0	0	0
PR	411090	ITAGUAJÉ	11	2	0	0	0	0	0	0
PR	411260	JARDIM OLINDA	3	1	1	0	0	0	0	0
PR	411310	KALORÉ	0	0	0	1	0	0	0	0
PR	411430	MANDIRITUBA	0	0	0	1	0	0	0	0
PR	411660	NOVA AMÉRICA DA COLINA	0	0	0	1	0	0	0	0
PR	411710	NOVA LONDRINA	21	4	3	0	0	0	0	0
PR	412000	PORECATU	0	0	0	1	0	0	0	0
PR	412040	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	7	1	0	0	0	0	0	0
PR	412280	SALGADO FILHO	12	2	2	1	0	0	0	0
PR	412410	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	0	0	0	0	0	0	1	0
PR	412790	TUNEIRAS DO OESTE	0	0	0	1	0	0	0	0
PR	412863	DOUTOR ULYSSES	0	0	0	0	0	0	1	0
PR	412880	XAMBRÊ	0	0	0	1	0	0	0	0
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	22	3	1	1	0	0	0	0
RJ	330090	CAMBUCI	1	0	0	0	0	0	0	0
RJ	330300	MIRACEMA	0	0	0	1	0	0	0	0
RJ	330340	NOVA FRIBURGO	0	0	0	1	0	0	0	0
RJ	330350	NOVA IGUAÇU	4	1	0	6	0	0	0	0
RJ	330411	PORTO REAL	0	0	0	1	0	0	0	0
RJ	330430	RIO BONITO	5	0	0	0	0	0	0	0
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	4	0	0	0	0	0	0	0
RJ	330470	SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	0	0	0	1	0	0	0	0
RJ	330610	VALENÇA	12	1	0	0	0	0	0	0
RN	240800	MOSSORÓ	1	1	1	0	0	0	0	0
RN	240810	NATAL	12	2	0	0	0	0	0	1
RN	241255	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO	0	0	0	1	0	0	0	0
RN	241335	SERRA DO MEL	7	1	1	0	0	0	0	0
RO	110010	GUAJARÁ-MIRIM	0	0	0	0	0	0	1	0
RR	140010	BOA VISTA	0	0	0	0	0	0	0	1
RS	431180	MARAU	0	0	0	1	0	0	0	0
RS	431240	MONTENEGRO	0	0	0	0	0	0	0	2
RS	431450	PINHEIRO MACHADO	0	0	0	0	0	0	1	0
RS	431490	PORTO ALEGRE	0	0	0	0	1	0	0	0
RS	431700	SANTANA DA BOA VISTA	0	0	0	0	0	0	1	0
RS	431710	SANTANA DO LIVRAMENTO	3	0	0	0	0	0	0	0
RS	431915	SÃO MIGUEL DAS MISSÕES	0	0	0	0	0	0	1	0
RS	432020	SEBERI	0	0	0	0	0	0	1	0
RS	432250	VACARIA	1	0	0	0	0	0	0	0
SC	420340	CAMPO BELO DO SUL	20	4	3	1	0	0	0	0
SC	420460	CRICIÚMA	1	0	0	0	0	0	0	0
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0	0	0	1	0	0	0	0
SC	420780	IRANI	1	0	0	0	0	0	0	0
SC	421055	MAREMA	7	1	1	1	0	0	0	0
SE	280070	BREJO GRANDE	0	0	0	1	0	0	0	0
SP	350270	APIAÍ	0	1	0	0	0	0	0	0
SP	350530	BARRA BONITA	6	0	0	0	0	0	0	0
SP	350620	BENTO DE ABREU	4	1	1	0	0	0	0	0
SP	350960	CAMPO LIMPO PAULISTA	8	2	0	0	0	0	0	0
SP	350995	CANAS	0	0	0	1	0	0	0	0
SP	351380	DIADEMA	7	0	0	0	0	0	0	0
SP	351905	HOLAMBRA	5	1	1	0	0	0	0	0
SP	354390	RIO CLARO	0	1	0	0	0	0	0	0
SP	354400	RIO DAS PEDRAS	3	0	0	0	0	0	0	0
SP	354470	SAGRES	6	1	1	0	0	0	0	0
SP	354660	SANTA FÉ DO SUL	0	0	0	1	0	0	0	0
SP	354710	SANTA MERCEDES	1	0	0	0	0	0	0	0
SP	355030	SÃO PAULO	0	2	0	0	0	0	0	0
SP	355255	SUZANÁPOLIS	0	0	0	1	0	0	0	0
SP	355410	TAUBATÉ	0	0	0	0	0	0	0	1
SP	355470	TORRINHA	3	0	0	0	0	0	0	0
TO	171420	NATIVIDADE	0	0	0	0	0	0	1	0
TO	172100	PALMAS	3	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL			511	81	41	54	4	0	33	15

PORTARIA Nº 3.231, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, substituto, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 7º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAO GABBARDO DOS REIS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE REFORMA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MA	CHAPADINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHAPADINHA	11844664000119022	11590002	74.034,00	74.034,00	10301201585810605
MA	CHAPADINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHAPADINHA	11844664000119023	11590002	67.475,00	67.475,00	10301201585810605
MT	NOVO SANTO ANTONIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO SANTO ANTONIO	13847151000119002	31010003	198.021,00	198.021,00	10301201585810051
RS	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12065923000119004	20770015	199.888,00	199.888,00	10301201585810043
TOTAL			4 PROPOSTAS			539.418,00	

PORTARIA Nº 3.241, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, substituto, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o ? 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAO GABBARDO DOS REIS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AP	SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTANA	11193442000119008	29190010	130.000,00	130.000,00	10302201585350016
BA	GENTIO DO OURO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11902441000119017	27420006	116.870,00	116.870,00	10302201585350029
MG	BARAO DE COCAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11569465000119003	35950007	10.000,00	10.000,00	10302201585350031
MG	CRISTAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISTAIS	11898637000119009	31550011	150.000,00	150.000,00	10302201585350031
PA	CURRALINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CURRALINHO	11441240000119001	32600005	249.950,00	249.950,00	10302201585350015
PA	OURILANDIA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OURILANDIA DO NORTE	11441605000119007	32600005	140.980,00	140.980,00	10302201585350015
PA	OURILANDIA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OURILANDIA DO NORTE	11441605000119014	32600005	109.000,00	109.000,00	10302201585350015
PE	LAGOA DO CARRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11326603000119011	27230001	124.990,00	124.990,00	10302201585350026
PE	MACHADOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08194799000119002	27190011	99.986,00	99.986,00	10302201585350026
PE	RECIFE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	41090291000119056	31870010	60.600,00	60.600,00	10302201585350026

PE	RECIFE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	41090291000119076	28850002	11.080,00	11.080,00	10302201585350026
PE	RECIFE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	41090291000119077	28850002	10.730,00	10.730,00	10302201585350026
PE	SIRINHAEM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11356210000119009	27190011	168.100,00	168.100,00	10302201585350026
PR	TAMBOARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAMBOARA	09291168000119035	32200007	180.000,00	180.000,00	10302201585350041
RN	SAO JOSE DO CAMPESTRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PREFEIRUTA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CAMPESTRE	11904347000119001	30490022	100.000,00	100.000,00	10302201585350024
RS	CANELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12013178000119013	32400004	230.000,00	230.000,00	10302201585350043
RS	FORQUETINHA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - MUNICPIO DE FORQUETINHA RS	12163437000119002	28580011	90.000,00	90.000,00	10302201585350043
TOTAL			17 PROPOSTAS			1.982.286,00	

PORTARIA Nº 3.242, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de ampliação.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, substituto, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o ? 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de ampliação.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 7º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAO GABBARDO DOS REIS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE AMPLIAÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	12975668000119005	29100012	220.490,00	220.490,00	10301201585810223
AP	MACAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACAPA	18604334000119016	20470007	198.664,00	198.664,00	10301201585810016
AP	MACAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACAPA	18604334000119017	20470007	349.988,00	349.988,00	10301201585810016
AP	MACAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACAPA	18604334000119019	11350005	199.997,00	199.997,00	10301201585810016
SP	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	12427437000119004	33600012	99.974,00	99.974,00	10301201585810035
TOTAL			5 PROPOSTAS			1.069.113,00	

PORTARIA Nº 3.243, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, substituto, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAO GABBARDO DOS REIS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AL	MACEIO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	11659171000119002	71030013	16.156.095,00	16.156.095,00	10302201585359268
MS	CAMPO GRANDE	FUNDO ESPECIAL DE SAUDE	03517102000119008	71130001	13.958.000,00	13.958.000,00	10302201585359024
MS	CAMPO GRANDE	FUNDO ESPECIAL DE SAUDE	03517102000119021	71130001	3.918.489,00	3.918.489,00	10302201585359024
MS	CAMPO GRANDE	FUNDO ESPECIAL DE SAUDE	03517102000119023	71130001	4.832.086,00	4.832.086,00	10302201585359024
PA	BELEM	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	83369835000119017	71150007	453.000,00	453.000,00	10302201585359072
PE	CANHOTINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANHOTINHO	09154486000119010	71180003	100.000,00	100.000,00	10302201585358936
PE	CASINHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07622498000119010	71180003	90.000,00	90.000,00	10302201585358936
PE	RECIFE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DE PERNAMBUCO	11430018000119024	71180003	90.000,00	90.000,00	10302201585358936
PE	RECIFE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DE PERNAMBUCO	11430018000119050	71180003	90.000,00	90.000,00	10302201585358936
PE	SERRITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERRITA	11206759000119006	71180003	89.530,00	89.530,00	10302201585358936
TOTAL			10 PROPOSTAS			39.777.200,00	

PORTARIA Nº 3.244, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, substituto, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAO GABBARDO DOS REIS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE CONSTRUÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AP	PRACUUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PRACUUBA	11894261000119001	30450014	726.000,00	726.000,00	10301201585810406
TOTAL			1 PROPOSTAS			726.000,00	

PORTARIA Nº 3.245, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, substituto, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 395, de 14 de março de 2019, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2019, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 5º, inciso II da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 395, de 14 de março de 2019.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAO GABBARDO DOS REIS

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	ACRELANDIA	1201FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ACRELANDIA	36000277372201900	30480021 37800003	100.000,00 170.000,00	270.000,00	1030120152E890012 1030120152E890012
AC	JORDAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000285179201900	29140007	1.712,00	1.712,00	1030120152E890012
AC	MANCIO LIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANCIO LIMA	36000262132201900	30480021 24240001 37030008	100.000,00 150.000,00 150.000,00	400.000,00	1030120152E890012 1030120152E890012 1030120152E890161
AC	RIO BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000261935201900	30480021 37030011	275.200,00 1.115.200,00	1.390.400,00	1030120152E890012 1030120152E890012
AC	RIO BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000283631201900	30480021 36400007 29130002	63.854,00 233.623,00 200.000,00	497.477,00	1030120152E890012 1030120152E890012 1030120152E890012
AC	SENA MADUREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SENA MADUREIRA	36000281738201900	30480021 29130002 37800003	100.000,00 300.000,00 200.000,00	600.000,00	1030120152E890012 1030120152E890012 1030120152E890012
AC	SENADOR GUIOMARD	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000281252201900	30360008 30480021 30720002 29130002	100.000,00 100.000,00 150.000,00 300.000,00	650.000,00	1030120152E890012 1030120152E890012 1030120152E890012 1030120152E890012
AL	VICOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VICOSA	36000281981201900	22890003	61.197,00	61.197,00	1030120152E890027
AM	NOVO AIRAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO AIRAO	36000285486201900	30760012	48.886,00	48.886,00	1030120152E890217
AM	SAO PAULO DE OLIVENCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000284828201900	29800016	68.125,00	68.125,00	1030120152E890226
BA	ARAMARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNSAUDE	36000284715201900	37380008	58.719,00	58.719,00	1030120152E890029
BA	IRAMAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000285804201900	27460025	594.247,00	594.247,00	1030120152E890029
BA	JITAUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000262513201900	37720009	300.000,00	300.000,00	1030120152E890029
GO	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000285708201900	37550004	100.000,00	100.000,00	1030120152E895630
MA	MARACACUME	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACACUME	36000284707201900	11590009	89.842,00	89.842,00	1030120152E890658
MG	BARAO DE MONTE ALTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000285215201900	37310002	61.631,00	61.631,00	1030120152E890031
MG	ITAMARANDIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000261184201900	37130004	100.000,00	100.000,00	1030120152E890031
MG	JAPONVAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAPONVAR	36000285202201900	27600016	50.000,00	50.000,00	1030120152E892743
MG	SENADOR JOSE BENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SENADOR JOSE BENTO	36000281091201900	27630007	300.000,00	300.000,00	1030120152E890031
PA	SANTA MARIA DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO PARA	36000285530201900	37640007	295.200,00	295.200,00	1030120152E890361
PE	ALIANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALIANCA	36000285043201900	37260004	400.000,00	400.000,00	1030120152E890026
PE	CORRENTES	CORRENTES FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000285376201900	28850005	21.600,00	21.600,00	1030120152E890026
PE	TAQUARITINGA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAQUARITINGA DO NORTE	36000285809201900	24530006 28850005	148.000,00 21.600,00	169.600,00	1030120152E890001 1030120152E890026
PE	VITORIA DE SANTO ANTAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000285078201900	28850005	21.600,00	21.600,00	1030120152E890026
PI	MIGUEL ALVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIGUEL ALVES PI	36000285482201900	11680003	100.000,00	100.000,00	1030120152E890022
PR	ANAHY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE ANAHY	36000284966201900	37570007	185.000,00	185.000,00	1030120152E894022
PR	DIAMANTE DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIAMANTE DO SUL	36000284945201900	37570013	185.387,00	185.387,00	1030120152E894107
RJ	ARMACAO DOS BUZIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARMACAO DOS BUZIOS	36000285596201900	13100017	47.213,00	47.213,00	1030120152E893278
RJ	RIO DE JANEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	36000285515201900	37070010	59.426,00	59.426,00	1030120152E893341
RN	MOSSORO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000285056201900	30540010	264.426,00	264.426,00	1030120152E890024
RS	CAPITAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAPITAO	36000285096201900	28580004	17.000,00	17.000,00	1030120152E890043
RS	ESTACAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000285693201900	28650005	50.000,00	50.000,00	1030120152E890043
RS	MUITOS CAPOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE (FMS)	36000285308201900	28650005	50.000,00	50.000,00	1030120152E890043
RS	TENENTE PORTELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000285710201900	28670008	260.000,00	260.000,00	1030120152E890043
RS	TRES COROAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES COROAS	36000285529201900	28650005 28670008	350.000,00 100.000,00	450.000,00	1030120152E890043 1030120152E890043
SC	ALFREDO WAGNER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFREDO WAGNER	36000284728201900	23840011	25.000,00	25.000,00	1030120152E890042
SC	GUARAMIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000284896201900	23840011	25.000,00	25.000,00	1030120152E890042
SC	ITAIOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000285676201900	23840011	25.000,00	25.000,00	1030120152E890042
SC	PENHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PENHA	36000285691201900	23840011	25.000,00	25.000,00	1030120152E890042
SE	MALHADOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000285016201900	27320001	100.000,00	100.000,00	1030120152E890028
SP	LAGOINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000284739201900	37170006	160.420,00	160.420,00	1030120152E890035
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRANTE DO PARANAPANEMA	36000285355201900	31340005	40.000,00	40.000,00	1030120152E890035
SP	NOVA LUZITANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA LUZITANIA	36000262384201900	31350004	34.771,00	34.771,00	1030120152E890035
SP	RIO DAS PEDRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE RIO DAS PEDRAS - SP	36000285448201900	10660001	59.777,00	59.777,00	1030120152E890035
SP	RUBINEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RUBINEIA	36000285570201900	30470010	100.774,00	100.774,00	1030120152E893865
SP	SANTA ADELIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA ADELIA	36000285488201900	28070001	85.000,00	85.000,00	1030120152E890035
SP	TORRINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TORRINHA	36000284788201900	37300007	100.000,00	100.000,00	1030120152E890035
SP	TORRINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TORRINHA	36000284790201900	36140014	253.139,00	253.139,00	1030120152E893977
SP	TURIUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURIUBA	36000285100201900	37300007	100.000,00	100.000,00	1030120152E890035
TO	BURITI DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000285221201900	37750009	100.000,00	100.000,00	1030120152E890017
TO	COLMEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000284899201900	30680001	45.032,00	45.032,00	1030120152E890017
TO	CRISTALANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISTALANDIA	36000285609201900	37750009	40.000,00	40.000,00	1030120152E890017
TO	FORTALEZA DO TABOCAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000285223201900	37750009	40.000,00	40.000,00	1030120152E890017
TO	ITAPIRATINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000285212201900	37750009	37.584,00	37.584,00	1030120152E890017
TO	PARAISO DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO DO TOCANTINS	36000285214201900	37750009	112.117,00	112.117,00	1030120152E890017
TO	PARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANA TOCANTINS	36000285754201900	37750009	28.617,00	28.617,00	1030120152E890017
TO	PEDRO AFONSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDRO AFONSO	36000285756201900	37750009	43.458,00	43.458,00	1030120152E890017
TOTAL			57 PROPOSTAS			9.799.377,00	

PORTARIA Nº 3.246, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, substituto, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 395, de 14 de março de 2019, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2019, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 5º, inciso II da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 395, de 14 de março de 2019.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

JOAO GABBARDO DOS REIS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
ES	VITORIA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES	36000284908201900	25.628.521,00	71090005	25.628.521,00	1030220152E900032	6565301	25.628.521,00
MA	ANAJATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANAJATUBA	36000285669201900	129.780,00	71110007	129.780,00	1030220152E900021	6761356	129.780,00
MA	BARRA DO CORDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000285509201900	355.440,00	71110007	355.440,00	1030220152E900021	2462540	355.440,00
MA	BARRA DO CORDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000285787201900	293.596,00	71110007	293.596,00	1030220152E900021	2462540	293.596,00
MA	BOM JESUS DAS SELVAS	MUNICIPIO DE BOM JESUS DAS SELVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000285504201900	200.000,00	71110007	200.000,00	1030220152E900021	9147578	200.000,00
MA	POCAO DE PEDRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POCAO DE PEDRAS	36000285586201900	200.000,00	71110007	200.000,00	1030220152E900021	7923368	200.000,00
MA	SAO JOAO DOS PATOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DOS PATOS	36000285661201900	64.890,00	71110007	64.890,00	1030220152E900021	6786723	64.890,00
MA	TRIZIDELA DO VALE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRIZIDELA DO VALE	36000285688201900	339.755,00	71110007	339.755,00	1030220152E900021	6367704	339.755,00
MT	CUIABA	FUNDO MUNICIPAL UNICO DE SAUDE DE CUIABA	36000285113201900	400.000,00	71120001	400.000,00	1030220152E900051	2534444	400.000,00
SC	ANITA GARIBALDI	FUNDO MUNICIPAL SAUDE ANITA GARIBALDI	36000284524201900	15.000,00	71260002	15.000,00	1030220152E900042	6273963	15.000,00
SC	CORREIA PINTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORREIA PINTO	36000284532201900	15.000,00	71260002	15.000,00	1030220152E900042	7155786	15.000,00
SC	FAXINAL DOS GUEDES	PMFG - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000284666201900	100.000,00	71260002	100.000,00	1030220152E900042	5729602	100.000,00
TOTAL			12 PROPOSTAS	27.741.982,00					

PORTARIA Nº 3.247, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, substituto, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 395, de 14 de março de 2019, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2019, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 5º, inciso II da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 395, de 14 de março de 2019.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

JOAO GABBARDO DOS REIS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
AM	MANAUS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES	36000284587201900	75.000,00	29100004	75.000,00	1030220152E900013	6546242	75.000,00
BA	CRISOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISOPOLIS	36000285161201900	50.000,00	27450008	50.000,00	1030220152E900029	6278175	50.000,00
CE	GUARAMIRANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000255250201900	139.655,00	20830009	139.655,00	1030220152E900023	6472494	139.655,00
CE	JUAZEIRO DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUAZEIRO DO NORTE	36000284826201900	554.678,00	24410001	554.678,00	1030220152E900023	5379067	554.678,00
MA	PINHEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINHEIRO	36000284537201900	899.000,00	36980004	899.000,00	1030220152E900692	6541658	899.000,00
MA	SAO LUIS GONZAGA DO MARANHAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SAO LUIS GONZAGA MA	36000284995201900	1.000.000,00	37580006	1.000.000,00	1030220152E900021	6604056	1.000.000,00
MG	ESPINOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESPINOSA	36000285720201900	100.000,00	27600013	100.000,00	1030220152E902614	6540821	100.000,00
MG	TEOFILO OTONI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000284574201900	193.044,00	23680008	193.044,00	1030220152E900031	2208172	193.044,00
MT	COMODORO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COMODORO	36000285280201900	16.815,00	25470002	16.815,00	1030220152E900051	6706568	16.815,00
MT	RONDONOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000282397201900	290.000,00	30350007	290.000,00	1030220152E900051	2396866	290.000,00
MT	RONDONOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000282410201900	258.791,00	30350013	258.791,00	1030220152E900051	2396866	258.791,00
MT	SAO JOSE DO POVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000285366201900	12.484,00	25470002	12.484,00	1030220152E900051	6835236	12.484,00
PE	RECIFE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DE PERNAMBUCO	36000284696201900	100.000,00	33870003	100.000,00	1030220152E900026	0000434	100.000,00
PE	RECIFE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DE PERNAMBUCO	36000284698201900	100.000,00	33870005	100.000,00	1030220152E900026	0000485	100.000,00
PE	RECIFE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DE PERNAMBUCO	36000284699201900	100.000,00	33870006	100.000,00	1030220152E900026	2711303	100.000,00
RJ	CANTAGALO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANTAGALO	36000285003201900	132.268,00	30780010	132.268,00	1030220152E903291	2267551	132.268,00
RN	ACARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ACARI - RN	36000285637201900	81.000,00	30490007	81.000,00	1030220152E900024	6900771	81.000,00
RN	ANTONIO MARTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000285636201900	6.826,00	30490007	6.826,00	1030220152E900024	6677444	6.826,00
SP	CHAVANTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHAVANTES	36000284619201900	120.357,00	10660004	120.357,00	1030220152E900035	2092506	120.357,00
SP	SANTA LUCIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA LUCIA	36000284842201900	100.000,00	37300008	100.000,00	1030220152E900035	6453422	100.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000285711201900	150.000,00	15270011	150.000,00	1030220152E900035	3928721	150.000,00
TOTAL			21 PROPOSTAS	4.479.918,00					

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 520ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 02 de dezembro/2019, julgou o seguinte processo administrativo.

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração
33910.009291/2018-25	Unimed Encosta da Serra/Rs Sociedade Cooperativa de Serviços de Saúde Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8797/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004805/2018-56	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Birigui	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8809/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.008997/2018-70	Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S/A	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8815/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.024820/2017-30	Unimed Montes Claros Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8835/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.024704/2017-11	Unimed de Bebedouro Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8838/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.024435/2017-92	Fundação Leonor de Barros Camargo	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8832/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.009064/2018-08	Prontomed Planos de Saúde Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8850/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.008939/2018-46	Gamec - Grupo de Assistência Médica Empresarial do Ceará Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8846/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.008992/2018-47	Líder Comércio e Indústria Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8813/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.009097/2018-40	São Domingos Saúde- Assistência Médica Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8817/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.009125/2018-29	Smv Serviços Médicos Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8818/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.024561/2017-47	Prontoclinica e Hospitais São Lucas S/A	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 6494/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019901/2017-18	Unimed Ituiutaba Cooperativa Trabalho Médico Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7087/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.008853/2018-13	Centro Clínico Gaúcho Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8867/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.008741/2018-62	Asl - Assistência à Saúde Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8864/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.009186/2018-96	Unimed Campo Grande MS Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8871/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS. Mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

33902.554839/2015-43	Polymed - Polyclínica Médica e Operadora de Planos de Saúde S/S Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9088/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.554895/2015-88	São Domingos Saúde Assistência Médica Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9087/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019974/2017-18	Unimed Rondonópolis Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8169/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004884/2018-03	Porto Dias Saúde Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8225/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.554924/2015-10	Smedsj - Serviços Médicos São José Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9086/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019668/2017-73	Samed - Serviços de Assistência Médica, Odontológica e Hospitalar S.A	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8157/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.554976/2015-88	Unimed Alto Vale - Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9085/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.500182/2016-85	Med-Tour Administradora de Benefícios e Empreendimentos Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9080/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020026/2017-17	Vision Med Assistência Médica Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8164/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.500259/2016-17	Promédica - Proteção Médica a Empresas S.A	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9079/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.500537/2016-36	Unimed Grande Florianópolis - Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9078/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.555071/2015-25	Unimed de Monte Alto - Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9082/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019341/2018-82	S.P.A. Saúde- Sistema de Promoção Assistencial	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9139/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.008982/2018-10	Irmandade de Misericórdia do Hospital da Santa Casa de Monte Alto	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9181/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.009187/2018-31	Unimed Caratinga - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento o recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9180/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.015177/2018-34	Amil Assistência Médica Internacional S.A	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9193/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.009248/2018-60	Unimed de Macaé Cooperativa de Assistência à Saúde	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9194/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019050/2018-94	Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - Capesesp	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9195/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019088/2018-67	Companhia Nacional de Abastecimento - Conab	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9196/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019498/2018-16	Unimed Goiânia Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9197/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019434/2018-15	Unimed de Guarulhos Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9199/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019788/2017-71	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8216/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019546/2017-87	Hospitais e Clínicas do Piauí S/S Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8190/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019759/2017-17	Unimed Apucarana Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8218/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019436/2017-15	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8187/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.015263/2018-47	Biovida Saúde Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8184/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004563/2018-09	Associação Beneficente Católica	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8198/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.024355/2017-37	Cemig Saúde	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7761/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019308/2018-52	São Paulo Transporte S/A	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9246/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019192/2018-51	Irmandade Nossa Senhora das Merces de Montes Claros	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9200/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019015/2018-75	Brf S/A	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9214/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.005021/2018-45	Unimed Curvelo Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9167/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.024786/2017-01	Unimed Franca - Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos e Hospitalares	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8052/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.013651/2017-11	Casa de Saúde São Bernardo S/A	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7341/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.024693/2017-79	Unimed de Andradina - Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8106/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.024678/2017-21	Unimed Caratinga - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8042/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019432/2017-37	Cemig Saúde	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8142/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

33910.016425/2017-83	Unimed Uberaba Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7837/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.024491/2017-27	Jardim América Saúde Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7997/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.438442/2016-96	Unimed Poços de Caldas - Soc. Coop. de Trab. e Serviços Médicos	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7756/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019453/2017-52	Clinipam Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7654/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019533/2017-16	Garantia de Saúde Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7730/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019683/2017-11	Santa Casa de Misericórdia de Votuporanga	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7983/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004868/2018-11	Plano Assistencial São Lucas Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9405/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019144/2018-63	Fundação São Francisco Xavier	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9201/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.018957/2018-36	Associação Beneficente Católica	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9202/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019569/2018-72	Unimed Recife Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9203/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.018937/2018-65	Ame-Assistência Médica a Empresas Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9205/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019428/2018-50	Unimed de Dourados Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9206/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019494/2018-20	Unimed Franca - Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos e Hospitalares	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9207/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.008977/2018-07	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santa Rita Passa Quatro	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9208/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.008883/2018-20	Cooperativa de Trabalho Médico do Planalto Norte de Santa Catarina Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9209/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.009209/2018-62	Unimed de Avaré Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9210/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.000865/2016-38	Unimed de Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9276/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.000928/2016-56	Unimed Foz do Iguaçu Cooperativa Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9272/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019592/2018-67	Unimed São Lourenço Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9293/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.000567/2016-48	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Leme	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9273/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019516/2018-51	Unimed Jundiai - Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9291/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019370/2018-44	Unimed Anhanguera Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9290/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.009192/2018-43	Unimed Chapecó - Cooperativa de Trabalho Médico da Região Oeste Catarinense	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9289/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019178/2018-58	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Birigui	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9292/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.009026/2018-47	Pasa - Plano de Assistência à Saúde do Aposentado da Vale	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9294/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.008787/2018-81	Associação Policial de Assistência à Saúde de Ribeirão Preto (Apas)	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9297/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.008880/2018-96	Cooperativa de Trabalho Médico de Araguaína - Unimed Araguaína	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9298/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019204/2018-48	Mediplan Assistencial Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9300/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.005219/2018-29	Unimed Seguros Saúde S/A	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9533/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.005192/2018-74	Unimed Porto Alegre - Cooperativa Médica Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9143/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.025269/2018-22	Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Maringá	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9593/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.009416/2018-17	Unimed Uberaba Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9594/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.008734/2018-61	Amesc - Associação Médica Espírita Cristã	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9474/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.008945/2018-01	Good Life Saúde Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9478/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.009305/2018-19	Unimed Grande Florianópolis-Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9483/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019623/2017-07	Pladisa Planos de Saúde Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9377/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.016409/2017-91	Unimed Seguros Saúde S/A	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9365/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

33910.005151/2018-88	Unimed Montes Claros Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9164/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.009413/2018-83	Unimed Três Corações Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9253/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.000957/2016-18	Unimed Litoral Sul/Rs - Cooperativa Médica Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9282/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.000808/2016-59	Unimed Barbacena - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9281/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.000400/2016-87	Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9280/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.000682/2016-12	Promédica - Proteção Médica a Empresas S.A	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9279/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.000456/2016-31	Conferência São José do Avaí	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9278/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.008998/2018-14	Mediservice Operadora de Planos de Saúde S/A	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9295/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019235/2018-07	Pasa - Plano de Assistência à Saúde do Aposentado da Vale	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9299/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.005139/2018-73	Unimed Juiz de Fora Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9301/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.500518/2016-18	Unimed do Estado do Paraná Federação Estadual das Cooperativas Médicas	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9220/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.005264/2018-83	Vitallis Saúde S/A	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9340/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.005026/2018-78	Unimed de Araraquara - Coop. de Trab. Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9337/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.005174/2018-92	Unimed Pará de Minas Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9334/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.005025/2018-23	Unimed de Araçatuba - Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9331/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004762/2018-17	Fundação Leonor de Barros Camargo	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9328/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.025376/2018-51	Santo André Planos de Assistência Médica Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9419/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.000363/2016-15	Bensaúde Plano de Assistência Médica Hospitalar Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9270/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.005209/2018-93	Unimed Rondonópolis Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9159/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004462/2017-49	Sociedade de Assistência Médica - Sameisa	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9077/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.000855/2016-01	Unimed de Cascavel Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8896/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.500143/2016-88	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São José do Rio Preto	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5293/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.000877/2016-62	Unimed de Lins - Cooperativa de Trabalhos Médicos	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9141/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004722/2018-67	Crusam Cruzeiro do Sul Serviço de Assistência Médica S.A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8444/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.000367/2016-95	Bradesco Saúde S.A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8397/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.500696/2016-31	Unix - Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9596/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.009994/2017-72	Unimed de Cascavel Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9772/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004943/2018-35	Sepaco Autogestão	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8257/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004653/2018-91	Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8531/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.015312/2018-41	Ceam Brasil - Planos de Saúde S/A	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9514/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.005145/2018-21	Unimed Litoral Sul/Rs - Cooperativa Médica Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9510/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019475/2017-12	Cooperativa de Trabalho Médico Região do Planalto Serrano	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7606/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019548/2017-76	Hospital de Caridade de Vargem Grande do Sul	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7610/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019613/2017-63	Operadora Unicentral de Planos de Saúde Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7616/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019794/2017-28	Unimed de Araraquara - Coop. de Trab. Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 6888/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020017/2017-26	Unimed Vitória Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 6931/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.016133/2017-41	Smv Serviços Médicos Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7788/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

33910.004745/2018-71	Funasa-Saúde - Caixa de Assistência dos Empregados da Saelpa	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9507/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.005024/2018-89	Unimed de Andradina - Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9502/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.016309/2017-64	Unimed Itabira Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7581/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.024652/2017-82	Unimed Alto Jacuí/Rs - Cooperativa de Assistência à Saúde Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9460/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.016000/2017-74	Irmandade Nossa Senhora das Merces de Montes Claros	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7956/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.016149/2017-53	Sul América Serviços de Saúde S.A	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7947/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.024497/2017-02	Mediplan Assistencial Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7925/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.024252/2017-77	Associação Adventista Norte Brasileira de Prevenção e Assistência à Saúde	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7958/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.024886/2017-20	Unimed São José dos Campos - Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7927/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.000538/2016-86	Grupo Hospitalar do Rio de Janeiro Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7842/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.000625/2016-33	Multiclínica Serviços de Saúde Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7936/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.000860/2016-13	Unimed de Criciúma Cooperativa de Trabalho Médico da Região Carbonífera	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7932/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.016053/2017-95	Plano Hospital Samaritano Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7943/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004982/2018-32	Unimed Alto da Serra - Sociedade Cooperativa de Serviço Médico Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7991/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.005217/2018-30	Unimed São Lourenço Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7990/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.016103/2017-34	Santa Rita Saúde S/A	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7694/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019577/2017-38	Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Itapeva	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7980/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019636/2017-78	Plasac Plano de Saúde Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7981/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019679/2017-53	Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7982/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019926/2017-11	Unimed Noroeste do Paraná Coop. de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7986/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.013953/2017-81	Saúde Brb - Caixa de Assistência	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 6419/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019815/2017-13	Unimed de Corumbá Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7985/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.005055/2018-30	Unimed de Guarulhos Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7988/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004632/2018-76	Bradesco Saúde S.A	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7987/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019702/2017-18	Saúde Santa Tereza Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7984/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019762/2017-22	Unimed Araxá Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8026/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019354/2018-51	Unimed - Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9738/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019463/2018-79	Unimed de Rio Claro SP Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9432/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.018946/2018-56	Amil Planos por Administração Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9433/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019356/2018-41	Unimed Agreste Meridional - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9431/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.005106/2018-23	Unimed do Oeste do Paraná - Coop. de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9545/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.005182/2018-39	Unimed Petrópolis-RJ Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9542/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004918/2018-51	Santa Casa de Misericórdia de São José do Rio Pardo - Hospital São Vicente	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9539/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

33910.015579/2018-39	Saúde Santa Tereza Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9521/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.015435/2018-82	Hospital de Prontoclínica Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9518/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.015398/2018-11	Fundação de Saúde Itaiguapy	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9551/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.438525/2016-85	Unix - Saúde Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9554/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.005055/2018-30	Instituição Beneficente Cel Massot - Ibcm	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9382/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019743/2017-04	Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9895/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019520/2017-39	Fundação Filantrópica e Beneficente de Saúde Arnaldo Gavazza Filho	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9368/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019516/2017-71	Fundação de Saúde Itaiguapy	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9371/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.008733/2018-16	Ameron - Assistência Médica Rondônia S/A	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9465/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.008999/2018-69	Medplan Assistência Médica Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9462/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.009447/2018-78	Vitallis Saúde S/A	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9470/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.016010/2017-18	Medical Medicina Cooperativa Assistencial de Limeira	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9359/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.015686/2018-67	Unimed de Catanduva - Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9638/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004797/2018-48	Hospital S.P. Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8527/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.005237/2018-19	Unimed Vale das Antas, Rs - Cooperativa de Assistência à Saúde Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8295/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.009563/2017-14	Cooperativa de Trabalho Médico de Araguaína - Unimed Araguaína	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8500/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004971/2018-52	União de Clínicas Rio Grande Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8481/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.005228/2018-10	Unimed Teófilo Otoni Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8468/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.009290/2018-81	Unimed do Sudoeste Cooperativa De Trabalho Médico Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9711/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO FONSECA
Diretor - Presidente

DIRETORIA DE NORMAS E HABILITAÇÃO DOS PRODUTOS

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 57, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Regulamenta a visita técnica de monitoramento econômico-financeiro e atuarial dos produtos nas Operadoras de Planos de Assistência à Saúde.

O Diretor responsável pela Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõem os incisos II, IV, XII e XXII, do art. 10; a alínea "a" do inciso I do art. 20 e a alínea "a" do inciso I do art. 29, todos da Resolução Regimental - RR nº 1, de 17 de março de 2017; e considerando a aprovação da Diretoria Colegiada - DICOL em reunião realizada em 14 de novembro de 2019, resolve publicar a seguinte Instrução Normativa - IN.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A visita técnica de monitoramento econômico-financeiro e atuarial dos produtos consiste em medida administrativa realizada nas instalações da operadora de planos de assistência à saúde e tem como objetivo monitorar e averiguar a confiabilidade das informações enviadas à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS relacionadas:

I - à formação de preço dos produtos de assistência à saúde e dados de variação de custos nos planos individuais/familiares e coletivos;

II - à evolução dos preços de produtos ou planos de assistência à saúde, prestadores de serviços e insumos;

III - aos dados econômico-financeiros e assistenciais dos produtos oferecidos e mantidos pelas operadoras de planos de assistência à saúde; e

IV - aos reajustes das contraprestações pecuniárias dos planos de assistência à saúde.

Art. 2º As ações desenvolvidas durante a visita técnica de monitoramento econômico-financeiro e atuarial dos produtos não devem se sobrepor às ações decorrentes da atividade fiscalizatória, tampouco devem recair sobre práticas e condutas tipificadas como infração aos dispositivos legais ou infralegais disciplinadores do mercado de saúde suplementar.

CAPÍTULO II

DA VISITA TÉCNICA DE MONITORAMENTO

Seção I

Da elegibilidade para a Visita Técnica de Monitoramento

Art. 3º As operadoras de planos de assistência à saúde objeto de visita técnica de monitoramento econômico-financeiro e atuarial dos produtos serão aquelas definidas em Nota Técnica a ser aprovada pelo Diretor da DIPRO e disponibilizada no sítio institucional da ANS.

§1º A Nota Técnica deverá conter análise crítica das informações econômico-financeiras comunicadas à ANS pela operadora de planos de assistência à saúde e será baseada em indicadores que levem em consideração:

I - a diferença entre o reajuste médio ponderado dos planos coletivos da operadora de planos de assistência à saúde e a Variação das Despesas Assistenciais (VDA) dos planos coletivos da operadora de planos de assistência à saúde;

II - a diferença entre a VDA individual da operadora de planos de assistência à saúde e a VDA ponderada dos planos individuais/familiares do setor;

III - os reajustes com valores atípicos; e

IV - a idade média das Notas Técnicas de Reajuste dos Produtos - NTRPs da operadora de planos de assistência à saúde.

§2º Independentemente do previsto no § 1º do art. 3º, sempre que identificar indício de inconsistência nos dados econômico-financeiros dos produtos enviados pelas operadoras de planos de assistência à saúde, o órgão técnico da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO poderá propor visita técnica de monitoramento econômico-financeiro e atuarial dos produtos.

§3º Serão priorizadas na definição da amostra as operadoras de planos de assistência à saúde de grande porte.

§4º Não serão selecionadas para realização de visita técnica de monitoramento econômico-financeiro e atuarial dos produtos as operadoras de planos de assistência à saúde que se enquadrarem nas seguintes situações:

I - estejam em processo de cancelamento compulsório de registro ou da autorização de funcionamento;

II - tenham sido objeto de decretação de transferência compulsória de carteira;

III - estejam em regime especial de direção fiscal ou direção técnica.

§5º As demais diretorias da ANS terão ciência da amostra selecionada para avaliação da necessidade de realização de visita técnica conjunta.

§6º As operadoras de planos de assistência à saúde visitadas em determinado ano não serão objeto de visita técnica de monitoramento econômico-financeiro e atuarial dos produtos nos trimestres seguintes do mesmo ano e no ano seguinte, ressalvado o disposto no §2º deste artigo.

Seção II

Da realização da Visita Técnica de Monitoramento

Art. 4º A visita técnica de monitoramento econômico-financeiro e atuarial dos produtos será realizada pela DIPRO e poderá contar com a participação de representantes de outras diretorias da ANS.

Art. 5º A operadora de planos de assistência à saúde será intimada da realização da visita técnica de monitoramento com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, mediante ofício encaminhado por via postal com aviso de recebimento ou por outro meio que assegure sua ciência prévia, contados da data de recebimento da intimação.

§1º O ofício conterá a data prevista para a realização da visita técnica, assim como os documentos e as informações que deverão ser disponibilizadas em até 15 (quinze) dias antes da data da visita pela operadora de planos de assistência à saúde, bem como aqueles que poderão ser disponibilizados no primeiro dia da Visita Técnica.

§2º No curso da visita técnica de monitoramento econômico-financeiro e atuarial dos produtos, poderá ser solicitada a participação, além do representante legal ou pessoa designada, de outros interlocutores da operadora de planos de assistência à saúde que estejam aptos a prestar as informações relativas aos assuntos objeto da visita.

§3º Na hipótese da documentação não ser entregue, no todo ou em parte, nos prazos definidos no ofício mencionado no §1º deste artigo, ou surgindo a necessidade de, a qualquer momento da realização da Visita Técnica, de requisição de novos documentos, será lavrada Instrução de Visita Técnica - IVT, que deverá ser assinada pela equipe da ANS e pelo representante da operadora de planos de assistência à saúde.

§4º A não disponibilização ou entrega dos documentos e informações solicitadas poderá sujeitar a operadora de planos de assistência à saúde às sanções estabelecidas nas normas aplicáveis à saúde suplementar.

§5º A intimação a que se refere o caput deste artigo deverá conter:

I - a informação de que se trata de visita referente ao monitoramento econômico-financeiro e atuarial dos produtos;

II - a identificação da operadora;

III - a data, a hora e o local em que será realizada a visita;

IV - a discriminação dos documentos e informações que deverão estar à disposição;

V - a solicitação da presença do representante legal da operadora, ou pessoa por ele designada para atuar como responsável pelo acompanhamento da visita; e

VI - a identificação de, ao menos, dois servidores que participarão da visita.

§6º Serão solicitadas informações às pessoas jurídicas contratantes dos planos coletivos das operadoras de planos de assistência à saúde selecionadas na amostra para a realização de uma confrontação com os dados fornecidos pelas contratadas.

Art. 6º Os resultados da visita técnica de monitoramento econômico-financeiro e atuarial dos produtos serão registrados em Nota Técnica, que deverá limitar o seu escopo aos objetivos previstos no art. 1º desta IN/DIPRO e conter:

I - identificação da operadora de planos de assistência à saúde;

II - data, a hora e o local em que foi realizada a visita;

III - identificação do representante legal da operadora de planos de assistência à saúde ou pessoa designada para atuar como responsável pelo acompanhamento da visita;

IV - resumo das atividades dos servidores que participaram da visita;

V - relatório que discorra sobre os aspectos operacionais da operadora de planos de assistência à saúde no que se refere à formação inicial dos preços dos planos de saúde e os reajustes praticados; e

VI - conclusão que indique uma das seguintes providências:

a) arquivamento do processo administrativo que deu ensejo à visita técnica de monitoramento;

b) encaminhamento à área técnica competente, no âmbito da DIPRO, para adoção de medidas sobre as anormalidades identificadas; ou

c) acompanhamento da implementação das ações recomendadas no curso da visita técnica de monitoramento.

§1º Caso os representantes de outras áreas da ANS participem da visita técnica de monitoramento econômico-financeiro e atuarial dos produtos, a critério da Diretoria demandada, suas considerações, exaradas de acordo com as competências regimentais, integrarão a Nota Técnica elaborada pelos servidores da DIPRO.

§2º Os resultados da visita técnica de monitoramento econômico-financeiro e atuarial dos produtos poderão ser utilizados pelas áreas técnicas da ANS para insumo na revisão de seus normativos.

Art. 7º Cópia do inteiro teor da Nota Técnica será enviada à operadora de planos de assistência à saúde, por meio de ofício, na forma do que estabelece o caput do art. 4º desta IN/DIPRO, que terá o prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data de recebimento da intimação, para se manifestar.

§1º Após o decurso do prazo previsto no caput, a Nota Técnica será encaminhada para decisão do Diretor da DIPRO.

§2º Na visita técnica de monitoramento econômico-financeiro e atuarial dos produtos que contar com a participação de representantes de outras áreas da ANS, externas à DIPRO, a Nota Técnica será encaminhada para a decisão da Diretoria Colegiada - DICOL quanto à adoção das providências recomendadas.

Art. 8º Da decisão do Diretor da DIPRO, mencionada no § 1º do art. 7º, caberá recurso, com efeito devolutivo e suspensivo, à DICOL no prazo de 10 (dez) dias, contado do recebimento da intimação.

§1º O recurso será dirigido ao Diretor da DIPRO, que fará juízo de admissibilidade e de reconsideração.

§2º O recurso será recebido apenas no efeito devolutivo, por decisão motivada do Diretor da DIPRO, quando houver iminente risco à saúde dos beneficiários da operadora de planos de assistência à saúde.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Após a decisão administrativa definitiva, a operadora será intimada para, no prazo de 90 (noventa) dias, contado do recebimento da intimação, sanar eventuais inconsistências verificadas na visita.

Parágrafo único. Na hipótese de a operadora de planos de assistência à saúde não sanar as inconsistências apontadas no prazo disposto no caput, será feito o encaminhamento para a área responsável pela condução da Direção Técnica, a fim de adotar as medidas cabíveis.

Art. 10 A visita técnica de monitoramento econômico-financeiro e atuarial dos produtos de que trata esta Instrução Normativa ocorrerá sem prejuízo das visitas in loco decorrentes de processos administrativos instaurados quando detectados indícios de anormalidades administrativas graves de natureza assistencial, bem como das atividades in loco realizadas por outras Diretorias da ANS.

Art. 11 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO SCARABEL

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

1ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

GERÊNCIA DE GESTÃO DA ARRECADAÇÃO

DESPACHO Nº 155, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O Gerente Substituto de Gestão da Arrecadação, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso VI do art. 104 aliado com o inciso IV e § 4º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 255, de 10 de dezembro de 2018, publicado na seção 1, do DOU nº. 237, de 11 de dezembro 2018, alterada pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 315, de 11 de outubro de 2019, publicada na seção 1, do DOU nº. 199, de 14 de outubro de 2019, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: BIODINAMICA QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA CNPJ/CPF: 84.833.888/0001-33

25351.000960/2010-00 - AIS:001295/10-5 - GGPRO/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR NULIDADE, EM CUMPRIMENTO À SENTENÇA PROFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO JUDICIAL Nº 5004277-51.2012.4.04.7001.

AUTUADO: COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO CNPJ/CPF: 42.266.890/0001-28

25752.693846/2014-44 - AIS:1023641/14-4 - GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR NULIDADE

AUTUADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO VICENTE CNPJ/CPF: 11.899.413/0001-76

25351.085079/2016-66 - AIS:1805386/16-6 - GGFIS.D/ANVISA

PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

AUTUADO: JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 51.780.468/0002-68

25351.330656/2016-94 - AIS:2251561/16-5 - GGFIS/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)

AUTUADO: LIBER CONSERVAÇAO E SERVIÇOS GERAIS LTDA CNPJ/CPF: 11.841.434/0001-30

25757.624562/2013-11 - AIS:0893945/13-4 - GGPAF.D/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: MANGA ROSA DE PIRACICABA FLORES LTDA ME CNPJ/CPF: 64.135.544/0001-43

25351.387115/2009-65 - AIS:500004/09-1 - GGPRO.D/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DE PROSSEGUIMENTO

AUTUADO: PHARMATURA INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA - ME. CNPJ/CPF: 00.248.776/0001-25

25351.708244/2014-15 - AIS:1043979/14-0 - GGFIS.D/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

CARLOS ALESSANDRO GENEROSO TRIPODE

3ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

DESPACHO Nº 157, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco - GGTAB da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 162, aliado ao art. 54, IV, §4º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

Autuado: SOUZA CRUZ
CNPJ: 33.009.911/0001-39
Processo Nº: 25069.289903/2019-84 - AIS: 143/2019
Expediente: 0439877/19-7
Penalidade: multa no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais).
Autuado: SOUZA CRUZ
CNPJ: 33.009.911/0001-39
Processo Nº: 25069.290584/2019-50 - AIS: 144/2019
Expediente: 0441160/19-1
Penalidade: multa no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.377, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

Defere a Renovação do CEBAS, da Fundação Hospitalar de Saúde, com sede em Cianorte (PR).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 745/2019-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167226/2019-39, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Hospitalar de Saúde, CNPJ nº 95.641.007/0001-07, com sede em Cianorte (PR).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 31 de julho de 2020 a 30 de julho de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.381, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

Defere a Renovação do CEBAS, da Sociedade Divina Providência, com sede em Florianópolis (SC).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 753/2019-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.192756/2015-91, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Sociedade Divina Providência, CNPJ nº 83.883.306/0001-60, com sede em Florianópolis (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Ministério do Turismo

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

PORTARIA Nº 596-E, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O DIRETOR-PRESIDENTE INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA-ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XII do art. 13 do Anexo I ao Decreto n.º 8.283, de 03 de julho de 2014, bem como o disposto no inciso III do art. 17 do Regimento Interno da ANCINE e, considerando o disposto na Portaria ANCINE n.º 27-E, de 15 de janeiro de 2019, e a Deliberação do Diretor-Presidente n.º 39-E, de 2019, resolve:

Art. 1° Divulgar a relação das empresas selecionadas e das suplentes, regularmente inscritas, para concessão do apoio financeiro à participação no evento "VENTANA SUR", dentro do limite de vagas e dos critérios de elegibilidade dispostos no Anexo I ("Regulamento") da Portaria ANCINE n.º 27-E, de 15 de janeiro de 2019, conforme abaixo discriminado, na ordem de pontuação conferida segundo os critérios do regulamento do Programa de Apoio à Participação Brasileira em Eventos Internacionais 2019:

PROGRAMA DE APOIO À PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA
EM EVENTOS INTERNACIONAIS 2019
VENTANA SUR

RELAÇÃO DAS EMPRESAS SELECIONADAS APTAS PARA CONCESSÃO DO APOIO FINANCEIRO

1	Estúdio Giz Produções Ltda. - ME
2	Coração da Selva Transmídia S.A
3	Okna Produções Culturais Ltda
4	GP7 Cinema Ltda.
5	PG Produções de Cinema, Vídeo e TV Ltda.
6	Biônica Cinema e TV Ltda_ME
7	Bananeira Filmes Ltda.
8	Syndrome Filmes e Produções Cinematográficas Ltda.
9	Raccord Produções Artísticas e Cinematográficas Ltda.
10	Miração Filmes ltda
11	Novelo Filmes Produções Audiovisuais Ltda. ME
12	Campo Cerrado Produções e Serviços Audiovisuais Ltda.
13	Lascene Producoes Artisticas Ltda - Me
14	Fábulas negras Produções Artísticas Ltda.
15	Sobretudo Produção Audiovisual e Artística Ltda.
16	L L Mecchi Produções
17	Vison Produções Artísticas Ltda.
18	Araçá Azul Produção Eventos e Turismo Ltda.
19	Imagem Filmes Produtora Ltda
20	Pira Filmes e Produções Ltda. - ME
21	Valkyria Cine Eireli ME
22	Elo Audiovisual Serviços Ltda.
23	Latinamerica Entretenimento Internacional Ltda.
24	Studio Cine Video Ltda. - ME
25	Querosene Produções Artísticas e Cinematográficas LTDA.
26	Api Produções Artísticas e Audiovisuais Ltda EPP
27	Mono Entretenimento Ltda.
28	Sincrocine Produções Cinematográficas Ltda.
29	UM Filmes Ltda.
30	Vagaluzes Filmes Ltda.

RELAÇÃO DAS EMPRESAS SUPLENTES APTAS PARA CONCESSÃO DO APOIO FINANCEIRO

1	O Quadro Produções Ltda.
2	Aquarela Produções Culturais Ltda.
3	Antonio M G de Carvalho Produções Artísticas e Cinematográficas
4	Primeiro Corte Produções Ltda. - ME
5	88 Produções Artísticas e audiovisuais Ltda.
6	Vinil Filmes Produções Ltda ME
7	Liliane Curi Soares de Oliveira
8	Citizencrane - Producoes Cinematograficas Ltda
9	Kinoscopio Cinematografica e Comercio Ltda. EPP
10	Lupa Filmes Ltda
11	CAFÉ PRETO PRODUÇÕES AUDIOVISUAL LTDA-ME
12	Mac Comunicação e Produção Ltda
13	Na Laje Filmes Produções Ltda.
14	Alo Video Ltda. ME
15	TAMBELLINI FILMES E PRODUCOES AUDIOVISUAIS LTDA - ME
16	Mercúrio Produções Ltda - ME
17	Abuzza Filmes Eireli - ME
18	Galeria Cinema e Vídeo Produções Ltda.
19	Aroma Filmes Ltda. ME
20	Crystal Cinematográfica Ltda.
21	Videoforum Filmes Produções Artísticas Ltda
22	LAYEPAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS EIRELI ME
23	Escrevendo & Filmes Ltda. ME
24	Abrolhos Produções LTDA
25	Chamon Producoes Artisticas e Cinematograficas Ltda
26	Sentimental Filme
27	Sabujo Filmes Eireli ME
28	Ramon Vasconcellos Produções Cinematográficas Ltda. ME
29	Mandra Filmes Produções Audiovisuais LTDA
30	Origem Comunicação Ltda
31	Voo Audiovisual Produções Artísticas Ltda. ME
32	Flora Filmes e Videos Produções Artísticas LTDA
33	Prosperidade Comunicação e Filmes
34	Cooperativa de Trabalho de Produção Audiovisual de Saúde, Saneamento e Meio-Ambiente LTDA
35	LILIAN ORTIZ DIEHL 11137263776
36	Coala Produções Audiovisuais Ltda.
37	Garimpo - Produção Audiovisual, Cultural e Comunicação Ltda.
38	Bang Bang Filmes Produções Eireli
39	Cultura OFF Produtora de Conteúdos e Narrativas Transmídia- Eireli
40	CR Entretenimento Ltda
41	Olhar Imaginário Ltda EPP
42	Feel Filmes e Produções Ltda.
43	Studio Z Design e Animação Ltda.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEX MUNIZ BRAGA

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO
COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE DIREITOS

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 3-E de 27/11/2019, publicada no DOU nº. 231 de 29/11/2019, Seção 1, página 346, em relação ao projeto "O SURFE OLÍMPICO", para considerar o seguinte:

Onde se lê:
ESTUDIO TEREMIM FILMES E SERVIÇOS LTDA
Leia-se:
CAPURI FILMES PRODUÇÕES LTDA
Onde se lê:
MONTANHA RUSSA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS - ME
Leia-se:
NEXT EVENTOS PRODUÇÕES LTDA

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 49, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em ofício na Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social, na forma do art. 8º, §1º, da Lei 7.345/1985 e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil, registrado no SISPROWEB sob nº 08190.024237/19-63, como interessado: TIAGO GOMES DE CARVALHO, para apurar possíveis irregularidades relativa a frequência do servidor da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, em horário de expediente, supostamente, teria estado em audiências judiciais de processos que atua como advogado.

ALEXANDRRE FERNANDES GONÇALVES

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 2.077, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso da atribuição prevista no inciso XXI do art. 91 da Lei Complementar nº 75/1993, considerando o disposto no art. 12 do Ato Conjunto nº 01/2014 PGR/CASMPU, no art. 30 da Resolução CSMPT nº 132/2016 e na Portaria nº 2045, de 05/12/2018, publicada na Seção 1, do Diário Oficial da União de 06/12/2018, bem como o parecer cadastrado sob o nº 153496.2019 e os demais dados e informações constantes do PGEA 20.02.2300.0001352/2019-27, resolve:

Art. 1º Prorrogar, ad referendum do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, a redistribuição temporária do 1º Ofício Geral da Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/Barra do Garças para a Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, em Cuiabá/MT, pelo período de 1 (um) ano, a contar de 06/12/2019, sem prejuízo de ulterior deliberação em contrário, decorrente do processo de reabertura de Unidades.

ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

Tribunal de Contas da União

2ª CÂMARA

ATA Nº 44, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministra Ana Arraes
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretária da Segunda Câmara: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 16 horas, a Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro, do Ministro-Substituto André Luís de Cavalho, bem como do Representante do Ministério Público Subrocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

Ausente, por estar substituindo ministro integrante da Primeira Câmara, o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a Ata n.º 43 referente à Sessão Ordinária realizada em 26 de novembro de 2019.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Os Ministros Aroldo Cedraz, Augusto Nardes e o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, usaram da palavra para cumprimentar a Ministra Ana Arraes por sua gestão na Presidência da Segunda Câmara, pelos resultados alcançados com os trabalhos desenvolvidos no colegiado e agradeceram a todos os servidores, colaboradores e ao Ministério Público que trabalharam durante esse ano na Segunda Câmara.

Ao fim, a Ministra Ana Arraes agradeceu o apoio e desejou um ano de saúde e paz para todos.

CORREGEDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU

- Comunicação da Presidência
"Senhores ministros,
Senhor Subprocurador-Geral,
Senhoras e senhores,
Gostaria de parabenizar ao Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado pela designação para o cargo de Corregedor da recém-criada Corregedoria do Ministério Público junto ao TCU.
Certamente, sua inteligência e sensibilidade serão fundamentais no exercício das novas funções.
Parabéns!"

NOVA SISTEMÁTICA DE PEDIDO DE VISTA (Res. 310/2019)

- Comunicação do Ministro Raimundo Carreiro
"Sra. Presidente,
Srs. Ministros,

Sr. Subprocurador-Geral,

Nos termos da Comunicação da Presidência de 20 de novembro de 2019, começou na semana passada a aplicação da nova sistemática de pedido de vista de processos prevista na Resolução 310, de 22 de maio de 2019.

A nova resolução instituiu a vista coletiva, vedando a concessão de mais de um pedido de vista no mesmo processo, bem como estabeleceu prazo para a reinclusão do processo em pauta.

Na oportunidade, o Presidente solicitou que os processos que se encontram com pedido de vista em aberto sejam pautados ainda este ano.

Assim, ao passo que me congratulo com o início da aplicação da nova sistemática, informo que processo com pedido de vista por mim solicitado e sob a minha responsabilidade foi julgado nesta sessão."

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-008.934/2013-4 e TC-018.008/2014-3, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-007.531/2015-0 e TC-031.891/2015-2, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-016.925/2015-7, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes; e

TC-005.424/2015-1, TC-006.260/2019-5, TC-006.449/2019-0, TC-027.353/2019-2, TC-027.444/2019-8, TC-028.973/2019-4, TC-028.985/2019-2, TC-030.426/2019-7, TC-030.479/2019-3, TC-030.634/2019-9, TC-030.672/2019-8, TC-031.176/2019-4, TC-031.298/2019-2, TC-031.333/2019-2, TC-031.349/2019-6, TC-032.159/2017-0, TC-034.158/2017-0 e TC-039.766/2018-7, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo nº TC-016.925/2015-7, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes, a Dra. Ana Carolina Mazoni - OAB/DF nº 31.606, apresentou sustentação oral em nome de Eraldo Sorge Sebastião Pimenta.

A relatora, Ministra Augusto Nardes, após a sustentação oral e as ponderações feitas pelo Ministro Raimundo Carreiro e pelo representante do Ministério Público Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado, retirou o processo de pauta para que a Serur proceda uma nova análise sobre os argumentos e documentos apresentados. O Ministro Raimundo Carreiro sugeriu, ainda, que esta nova análise seja feita por auditor que não tenha trabalhado no referido processo.

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Nos termos do art. 112, § 16º, do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo nº TC-020.106/2015-7 (Ata nº 38/2019), cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro e revisor o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho. A Segunda Câmara aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 1349/2019.

REABERTURAS DE DISCUSSÃO

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo nº TC-005.998/2000-8 (Ata nº 28/2019), cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz e revisor o Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado. A Segunda Câmara aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 13050/2019.

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo nº TC-000.605/2016-6 (Ata nº 36/2019), cuja relatora é a Ministra Ana Arraes e revisor o Ministro Raimundo Carreiro. A Segunda Câmara aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 13086/2019.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 13098 a 13319:

RELAÇÃO Nº 37/2019 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 13098/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.294/2019-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Olivia Pessalli Giovanini (295.317.729-91); Regina Maria Schmidt Neumann (257.481.229-87)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Chapecó/sc - Inss/mps
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13099/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Maria Goret de Oliveira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.309/2019-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Goret de Oliveira (123.453.933-00)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Manaus/am - Inss/mps
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13100/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.531/2019-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Evandro Leite Ferreira de Andrade (123.936.224-20); Expedito Gomes da Silva (067.564.924-20); Expedito Gomes da Silva (067.564.924-20); Felipe Antonio Neto (825.366.518-00); Felipe Radiante (006.288.528-60); Flavio Blois de Mattos (508.396.677-87); Francisca Ana Oliveira (696.813.848-49); Fumiyo Alice Fujiki (023.119.748-90); Gaudio Scarabel Nogueira (010.299.248-72); Geni da Silva Duarte (013.500.048-39)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13101/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.446/2019-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alderico Soares Amaral (069.410.601-15); Alisson Ferreira de Oliveira (079.443.306-53); Benedito Pereira da Costa (025.145.323-53); David da Rocha Lima (296.299.851-87); Hamilton de Gurjao Brito (074.613.301-44); Helio Frias Villefort (151.266.416-20); Idalmo Jose de Oliveira (187.118.047-34); José Fiorentini (060.091.666-91); José Luiz Mouzer (092.844.607-78); Obete Martins de Oliveira (018.510.472-04); Rosalvo Silva (027.522.635-20); Silvino Cesar Cabral Neto (073.917.493-20); Suenes Ribeiro (065.590.857-91); Wantunil Tiburcio Roque (080.432.306-25); Wilson Martins (021.671.662-49)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13102/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de José Menezes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.460/2019-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Menezes (066.998.551-15)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado de Goiás
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13103/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.556/2019-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Castro Alves Ramos (290.295.979-68); Marcal Joao do Amaral (342.202.329-15); Maria Helena da Silva (047.580.809-68); Odilia Maria Bernardes (468.234.929-53); Odilia Maria Bernardes (468.234.929-53); Tania Teotonia de Oliveira (248.203.930-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13104/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Henrique Pereira de Araújo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.562/2019-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Henrique Pereira de Araújo (003.494.296-34)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13105/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.559/2019-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Afonso Vianna (192.061.947-04); Marizeth Gonçalves da Silva Nunes (059.713.491-04)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13106/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria de Osvaldo Cardoso do Nascimento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.576/2019-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Osvaldo Cardoso do Nascimento (032.078.032-53)
1.2. Órgão/Entidade: Museu Paraense Emílio Goeldi
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13107/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.646/2019-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Angela de Aguilar (098.589.546-20); Maria Aparecida de Souza (367.318.626-49); Pasqualino de Souza Lima (403.321.876-91)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/mg
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13108/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.688/2019-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Caetano Bento (206.688.999-72); Diether Henning Garbers (000.164.709-15)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado do Paraná
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13109/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.187/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Cristina Coelho (014.918.467-04); Janete Dias Fortes (096.668.417-62); Luis Bernardo Vital Brasil Bogado Junior (105.703.057-05); Vivian Santos Carvalho Oliveira (071.035.426-60)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13110/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.531/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bolivar Hernan Landeta Alvarado (233.079.138-08); Fernanda Arueira de Siqueira (037.223.996-02); Gabriel Valentim Berni (051.452.836-28); Glaciele Maria de Souza (103.859.226-71); Jocilane Pereira de Oliveira (061.492.695-58); Roberto Barreto de Moraes (083.084.577-11); Simone Grace de Paula (493.604.936-00); Wilbor Poletti Silva (314.165.098-52)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13111/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.599/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriano Del Mastro Conto (273.146.528-05); Anna Claudia Mello de Resende (016.618.736-42); Ary Ferreira dos Santos Junior (488.247.206-68); Clara de Melo Trindade (026.691.435-71); Greice dos Reis Santos (103.738.056-83); Jessica Faciroli (111.445.946-18)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13112/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.770/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Rodolfo de Oliveira Floriano (006.754.791-50); Fernando Cardoso Guimaraes (033.624.601-35); Gabriel Campos Vieira (404.882.448-11); Isabela Alves Machado (027.096.371-54); Lorraine Costa Silva (009.635.971-40); Paula Fantini Amorim da Silva (036.306.071-52); Rafael Fazzolino Pinto Barbosa (037.293.401-31); Rogerio Diogne de Souza e Silva (603.672.532-91); Valerio Aymore Martins (777.992.407-68); Wendell Cardoso Borges (636.313.001-82)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13113/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.716/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aluisio Mendes da Rocha Filho (000.837.703-05); Alvaro Massao Morissugui (056.388.618-82); Amanda Viernes de Almeida Sanchez (010.104.384-84); Amanda de Souza Maciel (008.272.054-14); Ana Cristina Chagas Pompeu (735.344.043-00); Ana Flavia Barbosa (436.513.994-00); Ana Flavia Pontes Aguiar (519.487.963-68); Ana Karina Castro Souza Braga (672.130.143-15); Ana Lucia Maciel dos Santos (555.405.543-53); Ana de Fatima de Azevedo Ferreira (021.969.114-29)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13114/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.868/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcia Regina Neves Joao dos Santos (271.946.201-20); Marcia Silva Moises Filgueira de Negreiros (046.067.054-93); Marcia Silva Souza (701.648.191-34); Marcia Tavares da Silva (028.667.467-08); Marcilene Maria do Nascimento (919.905.644-53); Marcio Alencar Barreira (960.365.593-72); Marcio Alexandre Rezende (018.300.309-81); Marcio Fernando Setubal Silva (741.492.373-87); Marcio Mauricio Costa (081.826.944-85); Marcio Ramos (692.582.791-15)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13115/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.948/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Thalita Sales Viana Nascimento (051.177.754-06); Thallyson Fellype Rangel Soares (058.926.344-77); Thalyta Coelho de Sousa (008.934.843-50); Thamyra Lucia Machado Carnauba (054.183.584-05); Thatiany Rodrigues Santiago (033.350.345-70); Thayana Aragao Almeida (959.667.303-34); Thays Bezerra Brasil (010.177.603-90); Thayse Minosa dos Santos Silva (014.759.374-31); Theara Cendi Fagundes (012.306.886-09); Thelma Cristina Pires Alves (809.170.623-53)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13116/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.152/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Maria Carolina Valente do Carmo (689.838.592-53); Valquíria Paula dos Santos de Oliveira (055.967.757-03)
1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13117/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de admissão de pessoal de Claudia Elise Ferraz Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.654/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Claudia Elise Ferraz Silva (045.835.204-76)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13118/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Sonia Maria dos Santos Bolsoni, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.187/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Sonia Maria dos Santos Bolsoni (015.211.717-26)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13119/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Marcilene de Paula Fonseca, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.250/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Marcilene de Paula Fonseca (006.307.827-92)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13120/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.291/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alfio Alves da Silva Junior (465.232.418-90); Gabriel Ribeiro Rossger (335.411.128-32); Heitor Teixeira Couto Campos (041.912.825-57); Juliana Oliveira Gantert da Rocha (157.133.927-24); Raul Moreira Lozano (401.521.558-30)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-comando da Aeronáutica (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13121/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.417/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Lisboa Feitosa da Silva (422.906.068-80); Joao Manoel Lima (116.857.174-03); Jonatas Samir Moraes Guimaraes (155.483.397-37); Kenner de Araujo Mendes (444.139.918-93); Luiz Antonio Ferreira Pelluzo (034.814.400-81); Robson da Rocha Pereira Junior (702.446.306-66); Victor da Silva Vargas (180.237.577-50); Witor Elias Belchior Lira (408.816.308-70)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-comando da Aeronáutica (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13122/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.435/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Guilherme da Silva Ramos Rodrigues (107.118.704-03); Jose Ramon do Carmo Lima (059.270.065-82); Paulo Cesar dos Santos Junior (050.489.325-44)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-comando do Exército (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13123/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.519/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Breno Varela de Oliveira (165.450.987-64); Caio Ezequiel da Costa (109.734.416-90); Darlan Laucinesio Ferreira (112.123.526-37); Diego Carlos de Lima (137.300.066-06); Diego de Oliveira Souza (121.282.266-86); Douglas Charton Lima de Moura Costa (100.548.516-02); Jefferson Gomes Alves (075.270.616-00); Jefferson da Costa Luz (114.056.486-27); Jhonatan Aparecido Alves Santana (113.962.646-98); Junior Antonio de Oliveira Silva (126.886.486-24); Klylton Cutrim Carvalho (110.909.456-63); Lucas Ruiz Nascimento (020.961.676-80); Paulo Eduardo Biancheti da Silva (036.438.146-90); Paulo Roberto Elias (120.899.616-94); Shirley Pereira Gava (031.795.346-05); Thiago Lucas da Silva (121.212.126-04)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-comando da Aeronáutica (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13124/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de admissão de pessoal de Helder Alves de Oliveira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.321/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Helder Alves de Oliveira (062.183.364-92)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13125/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de admissão de pessoal de Felipe Augusto de Bortolo de Oliveira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.391/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Felipe Augusto de Bortolo de Oliveira (045.705.769-66)
1.2. Órgão/Entidade: Centro de Excelência Em Tecnologia Eletrônica Avançada S.a.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13126/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.593/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cecilio Argolo Junior (016.898.657-41); Flavia Leonia Ferreira da Rocha (038.761.854-67); Jeilma Rodrigues do Nascimento (043.354.604-22); Nathalia Alves Agra (060.503.174-61)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13127/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Onofre Gabriel, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.691/2019-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Onofre Gabriel (377.724.498-87)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - São Paulo Centro/sp - Inss/mps
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13128/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Darcy Alonso, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.723/2019-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Darcy Alonso (044.977.757-04)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Federal dos Servidores do Estado
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13129/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de José Sobral da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.742/2019-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: José Sobral da Silva (358.686.354-34)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13130/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I; da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I; do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares as contas dos responsáveis, Alexandre José da Silva (CPF 536.917.841-00), Alexandre Sérgio Vicente Ferreira (CPF 516.664.991-53), Carlos Luís Barbosa Ribeiro (CPF 305.221.531-00), Fábio Aracaqui de Sousa Lima (CPF 553.422.801- 68), Fábio Barbosa Pizetta (CPF 007.618.957-01), Florisvaldo Ferreira Cesar (CPF 461. 673. 231-00), Francisco Eronildo Feitosa Rodrigues (CPF 691.408.201-49), Glaumer Lespinasse Araújo (CPF 564.310.901-87), Jean Rodrigues Oliveira (CPF 498.114.441-53), Leonardo José Rodrigues de Sant Anna (CPF 524.586.791-53), Marcelo Helberth de Souza (CPF 564.844.701-97), Marcilon Back da Silva (CPF 398.073.041-72), Marcos Antônio Nunes de Oliveira (CPF 461.460.161-87), Marcos de Araújo (CPF 610.456.327- 91), Marcus Vinicius Gomes Fialho (CPF 516.046.201-53), Mauro de Faria Lemos (CPF 385.141.841-72) e Ricardo Yamasaki Santiago (CPF 007.618.757-86), dando-lhes quitação plena, conforme proposta da unidade técnica, ratificada, com ajustes, pelo representante do Ministério Público junto a este Tribunal, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-032.300/2017-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)
1.1. Responsáveis: Alexandre Jose da Silva (536.917.841-00); Alexandre Sergio Vicente Ferreira (516.664.991-53); Carlos Luis Barbosa Ribeiro (305.221.531-00); Fabio Aracaqui de Sousa Lima (553.422.801-68); Fabio Barbosa Pizetta (007.618.957-01); Florisvaldo Ferreira Cesar (461.673.231-00); Francisco Eronildo Feitosa Rodrigues (691.408.201-49); Glaumer Lespinasse Araujo (564.310.901-87); Jean Rodrigues Oliveira (498.114.441-53); Leonardo Jose Rodrigues de Sant Anna (524.586.791-53); Marcelo Helberth de Souza (564.844.701-97); Marcilon Back da Silva (398.073.041-72); Marcos Antonio Nunes de Oliveira (461.460.161-87); Marcos Aurelio Braga Reis (552.759.231-04); Marcos de Araujo (610.456.327-91); Marcus Vinicius Gomes Fialho (516.046.201-53); Marcus Vinicius Oliveira Sampaio (373.608.091-34); Mauro de Faria Lemos (385.141.841-72); Ricardo Yamasaki Santiago (007.618.757-86)
1.2. Órgão/Entidade: Polícia Militar do Distrito Federal
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, determinar à Polícia Militar do Distrito Federal que:
1.7.1.1.indique, nos termos contratuais e aditivos, a nota de empenho cuja dotação assegure os pagamentos para o exercício financeiro, submetendo-se à vedação de realização de despesa sem prévio empenho previstas no art. 73 do Decreto Lei 200/1936 e no art. 60 da Lei 4.320/1964;
1.7.1.2.valide, junto ao Governo do Distrito Federal, regimento interno que dê supedâneo ao organograma da corporação, nos termos do art. 43, parágrafo único, do Decreto 37.321/2016;
1.7.1.3.promova a adequação do plano estratégico da corporação e dos seus indicadores de desempenho/monitoramento aos parâmetros requeridos nas decisões normativas de que trata o art. 10 da IN 63/2010, como também às orientações do sistema e-contas/TCU;
1.7.1.4.estabeleça responsabilidades, apure o dano ao erário e promova o ressarcimento de pagamentos indevidos de auxílio-moradia, ocorridos entre 6/10/2010, data de emissão do Parecer PGDF 1.638/2010, e junho de 2015, data da interrupção da majoração indevida mediante dependência recíproca, bem como estabeleça rotinas de acompanhamento dos casos judicializados;
1.7.1.5.sobre o cumprimento das determinações anteriores, informe no prazo de até 180 dias;
1.7.2. Encerrar os presentes autos após as comunicações processuais.

RELAÇÃO Nº 35/2019 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 13131/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o atos de concessão a seguir indicado, fazendo-se as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.428/2016-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Beatriz Pellegrinelli Rizzi (223.178.998-15)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo que, na hipótese de desconstituição da decisão judicial obtida pelo Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil nos autos do Mandado de Segurança MS 35.410, em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), faça cessar o pagamento ao interessado do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por ser incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária.

ACÓRDÃO Nº 13132/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.482/2019-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elizabeth Rosa Kienteca (050.140.931-91); Luiza Maria Vieira Ramalho de Alencar (277.827.784-68); Zenon Oliveira Rocha (072.704.293-91)
1.2. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13133/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.568/2019-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Carlos Nogueira (116.407.156-49); Gilsa Amelia Leite (661.244.687-00); Heriberto Dias da Silva (313.944.697-72); Neide Luiza da Silva (841.484.707-20); Sivaldo Vasconcelos (337.300.837-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13134/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado identificado no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-032.467/2019-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Haroldo Gueiros Bernardes (485.778.808-00)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13135/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente à interessada identificada no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-032.514/2019-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Margarida Villar Melgar (073.335.014-34)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho no Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13136/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente à interessada identificada no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-032.527/2019-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Lianilda Nogueira de Souza Furtado (020.882.823-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13137/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente aos interessados identificados no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.547/2019-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carmen Helena Lanczos Smith (062.653.670-72); Diamantina Belmonte de Andrade (286.274.740-87); Eclair dos Santos Aleixo (374.701.590-53); Elena Ilaria Barrio (412.573.670-72); Eva Nely Cardoso Pereira (262.645.360-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13138/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado identificado no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.600/2019-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Manoel Carneiro de Almeida (144.309.674-15)
1.2. Órgão/Entidade: Dnocs - João Pessoa/PB - MI
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13139/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente à interessada identificada no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.614/2019-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Ivone Carneiro da Costa (015.427.702-97)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13140/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente à interessada identificada no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.618/2019-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Enriqueta Graciela Dorfman de Cuartas (314.996.430-04)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13141/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente aos interessados identificados no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.629/2019-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José de Jesus Campos (123.474.266-72); Marilza Elici Coutinho (172.274.101-53); Neide Conceição Sales da Cruz (385.123.191-00); Nilza Rodrigues da Silva (247.990.171-87); Paulo Roberto Rodrigues Ramalho (112.871.871-53)
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13142/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente aos interessados identificados no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.682/2019-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edelmicio dos Santos Matos (115.038.825-00); Ivan Magalhães Santos (003.268.015-53); Raimundo José Santos Nunes (065.868.305-59); Raimundo José Santos Nunes (065.868.305-59); Wilson Santos (054.006.515-34)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13143/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.227/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Maria Arnhold Woiciechovski (613.493.800-91); Camila Oliveira Fagundes (021.490.630-26); Catia Ritta Netto Ribeiro (675.065.420-72); Cristinni Souza Kosby (008.747.430-10); Daniele Eberhart (010.915.740-06); Jeferson Virgilio Mathes (020.861.950-01); Luciana Gaspary Marzola (677.028.210-00); Patricia Dias Barbosa (015.574.446-17); Sandra Regina de Souza Oliveira (551.518.929-91); Suellen Rosa de Oliveira Davi (007.951.440-59)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13144/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.248/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Carolina dos Santos Ferreira (111.757.757-03); Eduardo Kawano (436.384.141-91); Guilherme Santiago de Oliveira Santos (312.015.158-07); Luci Carlos de Andrade (668.380.701-97); Melina Ribeiro Fernandes (045.738.996-69); Rodrigo de Carvalho Gomes (051.972.505-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13145/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.073/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Pereira da Rocha (610.583.942-15); Clevison Rios dos Anjos (613.669.435-20); Eduardo Dalmolin Bollis (917.226.750-04); Joaquim Costa Barbosa (081.187.537-78); Wilson Tadao Koyama (073.879.818-50)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13146/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.238/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Camila Assuncao Santos (085.699.116-37); Emanuel Arnoni Costa (056.681.429-30); Iara Camila de Almeida Bolina (107.206.646-75); Kelly de Almeida Silva (070.171.136-16); Lilian de Fatima Dornelas (047.553.546-41); Luciana Alves de Medeiros (112.584.746-89); Marcen de Oliveira Souza (038.205.846-17); Priscila Silva Franco (069.537.896-11); Roseli Mendonca Dias (087.000.216-36)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13147/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.319/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Arthur Caio Vargas e Pinto (111.453.036-09); Carla dos Santos Mattos (081.087.587-00); Jose Claudio Furquim (274.385.206-25); Shirleny Pedrosa Freitas (087.390.396-09); Silvio Rodrigo de Moura Rocha (076.893.346-36); Weslei Patrick Teodosio Sousa (124.455.576-23)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13148/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 71, inciso II, da Constituição Federal; 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, concedendo-lhes o registro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.830/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Francisca Alves Costa (064.061.492-20); Marcos Maciel Falcão (782.364.282-49)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13149/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.737/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Edilma Paulino da Silva (020.724.605-06); Edilmar Pereira Vilela Dourado (001.832.095-32); Edilson Almeida dos Santos (660.305.363-20); Edina Machado (609.559.291-72); Elaine Pereira dos Santos Soares (065.707.974-09); Elaine Rodrigues de Sa Feitosa (020.313.005-71); Elane Conceicao Lima Mendes (336.946.562-00); Elanio Leandro da Silva (023.815.534-01); Elba Gerlane de Carvalho Silva (060.282.064-23); Eliana Claudia de Paula Conceicao Santos (615.358.182-04)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13150/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.879/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Mariana Caroline de Araujo Almeida (699.371.681-04); Mariana D Avila Melo Barreto (001.626.695-18); Mariana Digiovanni Pechebea (041.907.159-80); Mariana Farias Mendonca (035.298.594-19); Mariana Goncalves de Santana Parente (004.210.283-94); Mariana Pereira dos Santos (074.207.346-74); Mariana Santos Lyra Corte Real (086.086.637-83); Mariangela Gomes Poltronieri Prata (710.599.897-00); Mariley Aparecida Simao Santi (327.518.341-91); Marilia de Azevedo Silva (072.847.984-24)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13151/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.940/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Susana Cecagno (929.656.010-15); Susana Teixeira de Araujo Silva (698.614.471-72); Susanne Soares Monteiro (003.575.523-77); Suyla Miranda Sampaio (008.638.224-10); Suzana Cristina Andrade Bezerra (007.711.054-44); Suzana Lopes Bomfim Balaniuc (946.808.411-68); Suzana Maria de Oliveira Costa Meneses (067.300.564-01); Suzana Michele Carregosa Rosario (223.127.218-05); Suzana de Mendonca Rodrigues (033.975.205-09); Synara Cavalcante Lopes (962.422.993-72)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13152/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.971/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Josenildo Queiroz de Sousa (054.658.214-18); José Jackson Tomé dos Santos (347.311.438-37); Leopoldo Assis de Oliveira (043.152.073-90); Maria Teresa Borba de Vasconcelos (879.719.844-72); Nadiedia Lopes Granja (053.708.274-35); Nara Raquel de Souza (020.446.303-38); Osires de Araújo Silva Filho (009.939.383-29); Patricia Andrade de Macedo Melo (642.172.303-97)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Cariri
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13153/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.089/2019-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Paulo Gilberto Côgo Leivas (480.364.120-04)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13154/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.130/2019-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Elvis Correa Miranda (561.345.091-91); Tatiana Laboissiere Beck (078.400.007-70)
1.2. Órgão/Entidade: Petrobras Distribuidora S.A. - MME
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13155/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.177/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Getúlio Ferreira de Almeida (071.815.014-70); Maely Camila Ribeiro de Oliveira (085.675.014-07); Rossana Guerra de Sousa (675.883.794-72); Silvânia Lúcia de Araújo Silva (789.641.804-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13156/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.206/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adelino Cecio Soares Dias (062.072.003-49); Allan Freitas de Carvalho Girao (105.336.507-12); Altamir Santos Filho (622.366.952-68); Amanda Fonseca Campanharo (135.065.237-75); Anderson Felype de Souza Caxeta (015.868.961-56); Anderson da Costa (257.144.638-03); Andre Luiz Lopes de Almeida (016.916.651-18); Anibal Duraes de Almeida Junior (612.967.912-20); Antonio Dantas de Alencar (020.384.043-72); Bruno Correa Miranda (122.028.307-07)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13157/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de admissão a seguir indicado, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.650/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Suzana Miranda Duarte (561.365.446-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13158/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.845/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Luiz Torres Oliveira (839.572.002-53); Ariane Isaias Veiga de Castro (112.790.637-26); Bruno Marques Chaves (052.712.604-70); Erickson Danilo Padovani (363.550.918-31); Isabelle Caroline da Silva Vieira (707.498.412-49); Juliana Mesquita Rodrigues Siqueira (095.341.517-18); Luana Barbosa Concha (101.619.567-26); Mariana Nunes Pereira (056.168.967-99); Pedro Carrara Neto (008.890.372-99); Talita Mendes Vasconcelos (027.288.173-24)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-comando do Exército (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13159/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.924/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Camila Girardi Fachin (029.283.149-89); Marcus Quintanilha da Silva (050.400.649-50)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13160/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.193/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Lizandra Streher da Costa (747.018.430-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13161/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.580/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Hermano Martins Domingues (091.115.796-41); Kleber de Gois Mota (009.244.844-54); Leandro de Paiva Lopes Silva (062.890.986-16)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13162/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.662/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruna Damasceno Moreira (157.834.537-57); Carla Ohrana de Oliveira Xavier (162.562.877-38); Fabio Ribeiro Bastos Junior (154.312.987-04); Leticia Schmidt (471.779.978-06); Terezinha Carvalho de Miranda (031.160.685-77); Victor dos Santos Prommerchenkel (156.762.027-26)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - Comando do Exército (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13163/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de admissão a seguir indicado, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.816/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Laura Uacila de Oliveira e Sousa (009.592.041-21)
1.2. Órgão/Entidade: Telecomunicações Brasileiras S.A.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13164/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de admissão a seguir indicado, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.127/2019-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Juliana Dotto (780.284.180-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13165/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de admissão a seguir indicado, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.138/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Wanilza Trindade Gama (010.791.102-75)
1.2. Órgão/Entidade: Defensoria Pública da União
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13166/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de admissão a seguir indicado, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.345/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Noili Demaman (194.391.050-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13167/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.394/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Gehlen Dall Bello (000.724.100-35); Jefferson da Luz Goncalves (057.437.119-25)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13168/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de admissão a seguir indicado, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.629/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Henrique Diorio de Souza (066.244.796-47)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13169/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.731/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jose Clebson da Silva (104.365.824-65); Maycon Jefferson de Oliveira (086.825.034-17)
1.2. Órgão/Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13170/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de admissão a seguir indicado, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.761/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Henrique Ferreira Rodrigues (101.031.246-40)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13171/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.093/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Giordano da Silva Rossetto (274.313.258-27)
1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-Geral da União
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13172/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, bem como determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.528/2019-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.; Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional e dos Fundos de Pensão (SecexFinan).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. encaminhar cópia da presente deliberação ao Banco do Brasil, à Secretaria do Tesouro Nacional e à Controladoria Geral da União.

ACÓRDÃO Nº 13173/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, incisos III e V, do Regimento Interno, em:

1. Processo TC-014.743/2018-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP.
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEduc).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. considerar parcialmente atendidas as medidas solicitadas no item 1.6.1 e nos seus subitens 1.6.1.1, 1.6.1.2 e 1.6.1.3 do Acórdão 11.650/2018-TCU-2ª Câmara, proferido na Relação 29/2018-TCU-2ª Câmara, Relator Ministro Aroldo Cedraz, de 27/11/2018;
1.6.2. com fundamento no art. 43, inc. I, da Lei 8.443/1992, determinar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para, no prazo de cinco dias a que se refere o art. 24 da Lei 9.784/1999, instaurar tomada de contas especial relativa aos débitos identificados, em consonância com o disposto no art. 8º da Lei 8.443/1992, comprovando a este Tribunal, no prazo de 180 dias, as medidas adotadas;
1.6.3. encaminhar ao FNDE cópia da instrução e desta decisão.

ACÓRDÃO Nº 13174/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, bem como determinar o seu arquivamento, sem prejuízo de se efetivar as determinações propostas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.722/2018-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Amaturá - AM
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
1.6.1. enviar cópia dessa deliberação ao Ministério da Educação, acompanhada da instrução, peça 3, para ciência e adoção das medidas administrativas cabíveis, inclusive a instauração da tomada de contas especial, se for o caso, com cópia para o órgão de controle interno;

1.6.2. enviar cópia dessa deliberação ao representante e ao município de Amaturá/AM, acompanhada da instrução, peça 3, para ciência.

ACÓRDÃO Nº 13175/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, do Regimento Interno/TCU; 62, e 65, inciso III, da Resolução TCU 259/2014, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em: conhecer da presente Solicitação; encaminhar cópia integral digitalizada do TC 022.373/2017-9 para a autoridade solicitante, Procuradora da República Anelise Becker, dando ciência de que o acesso à informação classificada com restrição de acesso cria a obrigação de resguardar o sigilo no mesmo grau adotado no Tribunal, nos termos do art. 25, §2º, da Lei 12.527/2011; apensar o presente processo ao TC 022.373/2017-9, nos termos do art. 61, parágrafo único.

1. Processo TC-021.216/2019-3 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.2. Representante do Ministério Público: não atuou
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Gestão de Processos (Seproc).
1.4. Representação legal: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 40/2019 - 2ª Câmara
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 13176/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado com fundamento no arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, V, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em arquivar o presente processo, considerando que já cumpriu o objetivo para o qual foi constituído, e informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos

1. Processo TC-015.032/2016-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Valdyr Arnaldo Lessnau Perrini (307.175.829-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Paraná
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13177/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-021.538/2019-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jacqueline Damiani (342.778.389-87); Jose de Pinho Alves Filho (020.265.899-68); Julio Felipe Szeremeta (287.896.799-20); Maria Angelica Barcelos da Silva (303.369.539-68); Romao Sebastiao Leandro da Silva (521.090.469-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13178/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-032.256/2019-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alexandre Azevedo do Rego Costa (382.244.887-72); Italo Mandarino (023.594.057-72); Jorge Balduino da Silva (102.600.211-72); Leila Maria Porto (703.213.377-00); Maria Aracy de Lira Gondim (073.081.833-00)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13179/2019 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidores da Gerência Executiva do INSS - Campo Grande/MS - INSS/MPS, cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento dos interessados, cujos efeitos financeiros tenham cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-032.457/2019-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Meza (141.196.921-91); Iracema Monte Serrat Secundo (273.430.221-72)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Campo Grande/MS - INSS/MPS
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13180/2019 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro, cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento dos interessados, cujos efeitos financeiros tenham cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-032.465/2019-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria Wyse Monteiro (245.022.277-49); Dilza Vasconcellos Brandão (047.316.627-53); Euclydes Franco da Silva (074.079.637-20)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13181/2019 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidor do Ministério das Relações Exteriores (vinculador), cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado, cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-032.513/2019-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ana Maria Azevedo (241.144.137-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13182/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-024.083/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Janaina Alves da Silva (075.979.307-71); Janaina da Silva Souza (077.010.427-41); Lilian da Silva Lage (085.776.747-03); Marcelo Costa Sandora (020.965.727-89); Marcia Cristina Rodrigues de Vasconcellos (075.540.397-50); Maria Tereza Morais de Souza (290.644.572-04); Renata Vieira Palmeira Campos (087.415.157-06); Ronald Domingos Moreira (844.541.727-49); Silvia Maria Rodrigues Oliveira (093.315.347-36); Simone Melo da Silva (053.507.147-75)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13183/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-024.214/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aurora Camboim Lopes de Andrade Lula (046.137.354-83); Davi de Carvalho Diniz Melo (072.770.044-85); Luciana Diniz Rola (368.551.778-32); Mauricio Cardoso Santos (034.090.543-32); Ramon Freire da Silva (058.269.374-83)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13184/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-024.236/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Barbara Schwartzhaupt Eugenio (021.546.180-06); Bruna Fraga dos Santos (838.913.820-49); Carine Bremm Tajes (984.650.900-68); Cintia dos Santos Demoliner (012.725.890-64); Clarissa Werle Ambrosi (014.573.280-03); Claudete Elisa Vargas (954.769.030-20); Emerson Flores Gracia (017.697.350-89); Karolinne Campos Padilha Amaral (007.112.880-89); Michele Salibe de Oliveira (002.976.850-07); Rodrigo Antoniolli (941.387.370-49)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13185/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-024.583/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Deise de Oliveira Coelho (784.166.637-34); Fabiana Monteiro de Oliveira (111.981.147-38); Fabiana da Conceicao Ferreira (056.308.977-64); Jordan Lambert Silva (383.700.568-22); Luis Fernando da Silva Oliveira (087.059.597-05); Malena da Silva Lima (127.494.397-36); Manuela Teixeira da Silva (082.145.247-92); Paula Arantes Botelho Briglia Habib (078.019.407-17); Suellen da Silva Nascimento (123.224.617-41); Vanessa Thome Cunha (088.506.097-01)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13186/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-025.534/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andressa Jhulier Faiola Oliveira (054.041.473-50); Fabiana Costa Rodrigues (028.163.213-80); Mateus Soares da Silva (051.820.113-93)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13187/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-025.598/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Caroline Calheiros Amorim Santos (075.416.454-35); Camille Negrao Peiter (001.514.452-65); Felipe Wernner Moura Natividade (018.174.781-25); Gabriela Guimaraes Freitas dos Santos (026.382.491-81); Hemileny Leonel da Silva Nunes (057.840.829-57); Manuella Almeida Souto de Moraes Galindo (077.070.264-38); Rafael Barbosa Ramos (101.351.106-96); Rayane Macedo Vieira (021.736.961-81); Silvio Moreira Santana (444.466.831-87); Suellen Marcal de Lima Martins (953.025.491-15)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13188/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-026.878/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alice Cavalheiro Degani de Oliveira (022.850.110-59); Cassia Aparecida Lopes da Silva (747.423.880-20); Celoi Pereira (013.987.390-22); Felipe Bilharva da Silva (018.198.630-26); Leonardo Barili Brandi (025.801.300-12); Lucelia Langone Vieira (020.807.220-93); Lutiene Fernandes Lopes (020.470.090-65); Michel Hallal Marques (027.060.680-78); Percio Carvalho Pereira (989.771.210-00); Vanessa Dummer Marques (004.398.170-48)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13189/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-027.000/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ailton Jesus dos Santos (741.015.365-20); Alan Ferreira de Lima (105.042.877-37); Danilo Godoi Leandro Franca (321.301.168-17); Danilo dos Reis Miranda (334.592.438-21); Douglas Sant Ana da Silva (369.604.318-40); Dyego Ramos Bezerra (041.882.741-90); Elson Piuga da Silva Junior (887.458.050-91); Gilvane Bortolomedi (020.032.910-32); Joelson Julio Jansen Freire (747.155.852-00); Luiz Fernando de Oliveira Rodrigues (289.407.758-05)
1.2. Órgão/Entidade: Liquigás Distribuidora S.A. - Petrobras - MME
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13190/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-027.715/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aisha Paulo Fonseca (254.944.978-95); Akenoa Ajay Lima Pires (000.571.177-05); Ana Paula Villas Boas Saraiva Urban (673.035.955-20)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13191/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-029.564/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andson Marreiros Balieiro (781.791.302-15); Bruna Herculano da Silva Bezerra (065.470.564-06); Julio Cezar dos Santos Nascimento (060.540.274-41); Luis Eduardo Barbosa Carazza (001.367.331-90); Maria Emilia Vasconcelos dos Santos (038.368.404-80); Noadia Iris da Silva (008.538.844-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13192/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-029.579/2019-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Georgeane Dutra Coelho (035.370.943-37)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região/ma
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13193/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-029.654/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Camila de Paula Veloso (017.024.221-86)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13194/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-029.789/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anaiane Pereira Souza (024.115.595-93); Claudia Queiroz de Vasconcelos (464.495.902-20); Isidoria Miranda dos Anjos Silva (153.446.222-87); Janine de Kassia Rocha Bargas (930.957.242-68); Natalia Hilgert de Souza Carnevali (011.555.501-37)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13195/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-029.850/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adelmo Saturnino de Souza (004.903.195-30); Alexandre Cordeiro Rizkalla (032.829.327-07); Rafael Petry Trapp (017.092.180-88)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste da Bahia
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13196/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-029.962/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Allan Nunes Callado (001.120.482-69); Guilherme Barbosa Silva (002.145.783-21); Henrique Ormonde Portela (522.614.761-91); Icaro Leandro de Souza (372.779.828-94); Mana Alves Pires de Lacerda (723.087.101-87); Wilson Ferreira de Lima (109.761.227-90)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13197/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-030.058/2019-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Johnisson Xavier Silva (087.691.826-71); Thiago Bruno Vieira Moreira (109.779.227-74)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13198/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-030.068/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Claudia Lilian Alves dos Santos (045.928.035-07); Luciane Martins Ribeiro (011.861.516-50)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13199/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-030.163/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Lais Rodrigues Silva (056.415.774-05)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13200/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-030.173/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Lucas Marlon Freiria (058.560.699-43); Marciane de Souza (627.132.301-44); Maria Izabel Gomes Lima (058.009.204-60); Marlena Cavalcante Figueira (684.328.362-49)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13201/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-030.268/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Angela Quatrin Campagnolo (808.974.100-25); Augusto Cesar Luiz Britto (012.324.220-70); Daniel Morin Ocampo (018.402.610-56); Dieivase da Silva Chrischon (016.734.620-22); Douglas Medeiros Dorneles (022.611.990-40); Douglas Vicente Alchieri (032.004.630-31); Fabio Dotto Machado (978.607.350-91); Gleisson Balen (013.351.660-17); Lilian Osmari Uhlmann (006.195.730-58); Maclaine de Oliveira Roos (447.743.380-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13202/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-030.382/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alvaro Simoes da Conceicao Neto (513.756.486-91); Antonio Jose Chatack Carmelo (366.720.091-91); Artur Monteiro Leitao Junior (079.456.516-66); Brenner Ferreira Soares (814.488.486-87); Marcelo Ribeiro Moreira (512.634.401-34); Paola Faccini (364.842.038-06); Paulo Roberto Soares Junior (697.969.041-87); Valesk de Castro Reboucas (434.733.343-91); Vitor Brasil Paixao da Costa (980.828.761-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13203/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-030.394/2019-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Valdiney da Costa Lobo (095.453.187-67)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Integração Latino-Americana
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13204/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-031.568/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Borsatto Baldissera (064.913.889-99); Cristiane Benelli (055.642.319-45); Maikel Fernando Menke (017.912.890-61)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13205/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-031.969/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Thaise Alves dos Santos (021.693.695-03)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Sul da Bahia
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13206/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-031.988/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amilton Luiz Rabello (656.806.269-34); Geovani Henrique Santos de Souza (113.349.117-03); Janilson Loterio (896.325.089-04); Kristiane de Castro Dias Duque (032.415.456-95); Luiz Herculano de Sousa Guilherme (056.317.967-83); Marcos Pradella (971.374.990-15); Ramon Alves Sebastiao (050.377.779-09); Yussef Parcianello (005.462.850-40)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13207/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-032.071/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Glenda Florence Hayden Pontes Linhares (000.900.992-22); Jose Luciano Rodrigues Alves Neto (458.136.394-20); Patrycia Pinto Guimarães (102.816.137-96); Viviane Alberta Fernandes Gonçalves (569.383.812-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13208/2019 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Admissão, de servidores da Fundação Universidade Federal de Uberlândia, encaminhados a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que nos atos de admissão constantes deste processo foram detectadas a existência dos respectivos desligamentos, conforme verificação da documentação anexada, seja por meio da constatação da existência de ato de desligamento na base Sisac e Siape, ou pela constatação do óbito do servidor;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:
a) Considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de pessoal abaixo relacionados cujos efeitos financeiros tenham cessado antes de sua apreciação, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, alterada pela Resolução 237/2010.
b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-032.637/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luana Pereira dos Santos Lopes (976.818.651-87); Marcella Nunes de Freitas (089.912.036-98); Marlos Rocha de Freitas (026.334.866-06); Renata Lopes Araujo (293.250.448-70); Rodrigo Ferreira de Morais (050.307.286-94)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13209/2019 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido este auto de Admissão, de servidor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, encaminhado a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no ato de admissão constante deste processo foi detectada a existência do respectivo desligamento, conforme verificação da documentação anexada, seja por meio da constatação da existência de ato de desligamento na base Sisac e Siape, ou pela constatação do óbito do servidor;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:
a) Considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de pessoal abaixo relacionado cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, alterada pela Resolução 237/2010.
b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.413/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Vera Teresinha Daniel Stringhini (184.283.200-04)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13210/2019 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Admissão, de servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, encaminhados a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que nos atos de admissão constantes deste processo foram detectadas a existência dos respectivos desligamentos, conforme verificação da documentação anexada, seja por meio da constatação da existência de ato de desligamento na base Sisac e Siape, ou pela constatação do óbito do servidor;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:
a) Considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de pessoal abaixo relacionados cujos efeitos financeiros tenham cessado antes de sua apreciação, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, alterada pela Resolução 237/2010.
b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.417/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ivan Lucas Borghezan Faust (081.178.569-64); Sabrine Amaral Martins (013.940.420-19)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13211/2019 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Admissão, de servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, encaminhados a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que nos atos de admissão constantes deste processo foram detectadas a existência dos respectivos desligamentos, conforme verificação da documentação anexada, seja por meio da constatação da existência de ato de desligamento na base Sisac e Siape, ou pela constatação do óbito do servidor;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:
a) Considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de pessoal abaixo relacionados cujos efeitos financeiros tenham cessado antes de sua apreciação, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, alterada pela Resolução 237/2010.
b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.430/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alisson Lima Silva (059.617.316-42); Cayure Diego Vasques Carneiro (020.672.941-30); Elda Cassia de Lima (012.227.491-14); Pedro Barbosa (350.539.176-04); Robson Barbosa Souza (028.700.971-82)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13212/2019 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido este auto de Admissão, de servidor da Defensoria Pública da União, encaminhado a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no ato de admissão constante deste processo foi detectada a existência do respectivo desligamento, conforme verificação da documentação anexada, seja por meio da constatação da existência de ato de desligamento na base Sisac e Siape, ou pela constatação do óbito do servidor;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:
a) Considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de pessoal abaixo relacionado cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, alterada pela Resolução 237/2010.
b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.541/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Nicolas Paiva Rodrigues (030.017.970-70)
1.2. Órgão/Entidade: Defensoria Pública da União
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13213/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.535/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruna Caroline de Souza Berbert (120.151.197-60); Diego da Silva Augusto (101.920.756-67); Icaro Machado Prado (035.454.436-55); Monica Canaan Carvalho (092.735.126-90)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13214/2019 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de concessões em favor de beneficiário de ex-servidor do Gerência Executiva do Inss - Florianópolis/SC - INSS/MPS, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape, constatou-se que o beneficiário de pensão foi excluído por falecimento, maioridade ou outro motivo;

Considerando o parecer do Ministério Público;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do beneficiário cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010; e

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-032.673/2019-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Santa Luiz (602.765.419-87)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Florianópolis/SC - INSS/MPS
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13215/2019 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Concessão em favor de beneficiários de ex-servidores do Ministério da Defesa-Comando da Aeronáutica (vinculador), cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que, a beneficiária ANNITA DA SILVA VOIGT (101214/2019) faleceu, e o exame do respectivo ato de concessão de pensão militar ficou prejudicado por perda de objeto, com fulcro no art. 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, tendo em vista o exaurimento dos efeitos financeiros.

Considerando o parecer do Ministério Público junto ao TCU;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 260, §§ 1º, 2º e caput, do Regimento Interno/TCU, c/c o artigo 7º, da Resolução TCU 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010, em:

a) considerar prejudicada a análise de mérito, por perda de objeto, da pensão beneficiária ANNITA DA SILVA VOIGT (101214/2019), tendo em vista haver cessado os efeitos financeiros; e

b) considerar legais os demais atos de pensão civil constantes deste processo.

c) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-036.112/2019-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Annita da Silva Voigt (016.781.307-29); Iris Nascimento Ramos (028.780.927-75); Irma Rodrigues Leite (155.905.774-20); Maria de Lourdes Germano Del Carlo (184.145.658-67); Terezinha Rangel de Sousa (584.802.267-49)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando da Aeronáutica (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13216/2019 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Reforma de ex-servidores do Ministério da Defesa-Comando do Exército (vinculador), encaminhados a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento dos interessados;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-028.087/2019-4 (REFORMA)
1.1. Interessados: Benedicto Sebastiao (160.231.968-53); Benedito Fabiano da Silva (007.683.161-20); Jose Marinho (106.334.808-00); Lucidio Ferreira Lemes (086.235.701-20); Miguel Oliveira (077.768.377-68)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando do Exército (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13217/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de Monitoramento do cumprimento da determinação proferida pelo TCU no item 9.9 do Acórdão 5456/2017 - TCU - 2ª Câmara, Relator Ministro José Múcio Monteiro, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 17, 105 e 243, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em:

a) considerar cumpridas pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul - Sebrae/MS as determinações contidas no item 9.9 do Acórdão 5456/2017 - TCU - 2ª Câmara, Relator Ministro José Múcio Monteiro, com fundamento no art. 143, V "a" e nos termos do art. 5º, II c/c art. 4º, III da Portaria Segecex nº 27/2009;

b) e informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos; e

c) encerrar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU

1. Processo TC-016.353/2017-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo do TCU/MS (00.414.607/0022-42)
1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Trabalho e Entidades Paraestatais (SecexTrab).
1.6. Representação legal: Luiz Aurélio Adler Ralho (OAB/MS 11.639)
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 36/2019 - 2ª Câmara
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 13218/2019 - TCU - 2ª Câmara

Visto o monitoramento das providências implementadas para cumprir determinação contida no Acórdão 459/2013 - 2ª Câmara (da minha relatoria), que tratou da análise das medidas adotadas para atender o Acórdão 3.264/2009 - 2ª Câmara (da relatoria do ministro Walton Alencar Rodrigues) - peça 24.

Considerando que, por meio do referido Acórdão 3.264/2009 - 2ª Câmara, este Tribunal deu provimento a pedido de reexame do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU e considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Lúcia Ypiranga de Souza Dantas e Rodrigues, determinando à Fundação Universidade de Brasília - FUB a suspensão do pagamento dos proventos e orientando a entidade quanto à necessidade da remessa de novo ato ao TCU (peça 2, p. 32);

considerando que a determinação ora monitorada visava ao ressarcimento dos valores percebidos em excesso pela aposentada, relativamente ao período de agosto/2009 a julho/2012, com prévia comunicação à interessada, nos termos do artigo 46 da Lei 8.112/1990;

considerando que, diante do não cumprimento da determinação, a Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip efetuou a audiência de Gardênia da Silva Abbad, decana de Gestão de Pessoas no período de 27/12/2012 a 2/3/2015, e de Renato Almeida dos Santos, coordenador de Aposentadoria e Pensão no período de 12/12/2012 a 17/11/2013;

considerando que, depois de constatada a revelia de Renato Almeida dos Santos e de examinadas as razões de justificativa de Gardênia da Silva Abbad, a unidade técnica propôs, com a concordância do MPTCU, acolher a defesa daquela gestora e deixar de aplicar multa ao responsável revel, além de determinar à FUB que envie ao TCU o novo ato de aposentadoria emitido;

considerando que, de fato, restou demonstrado que a ex-decana de Gestão de Pessoas implementou medidas para atender a última determinação do Tribunal (peça 49, p. 27), sendo que outra unidade da FUB deixou de dar andamento aos trâmites necessários ao ressarcimento;

considerando que a defesa daquela gestora pode ser aproveitada em benefício de Renato Almeida dos Santos, notadamente em face do documento à peça 40, p. 14 , que mostra ato do então coordenador de Aposentadoria e Pensão para cumprir a deliberação do TCU;

considerando que a unidade técnica confirmou que o montante devido (R$ 213.026,64) vem sendo descontado parceladamente dos proventos da interessada desde novembro/2016, bem como verificou que novo ato de aposentadoria (Registro Sisac 1-049470-7-04-2016-000093-7) foi emitido em 11/8/2016, mas ainda não foi enviado a este Tribunal (peças 55/6);

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres e com fundamento nos artigos 143, inciso III, 161, 250, § 1º, 262, § 2º, do Regimento Interno e 19, § 3º, da Instrução Normativa - TCU 78/2018, em:

(i) acolher as razões de justificativa apresentadas por Gardênia da Silva Abbad, aproveitando-as em benefício de Renato Almeida dos Santos; e

(ii) efetuar a determinação a seguir indicada.

1. Processo TC-018.980/1993-7 (MONITORAMENTO)
1.1. Classe de Assunto: III.
1.2. Responsáveis: Gardênia da Silva Abbad (CPF 344.118.011-91) e Renato Almeida dos Santos (CPF 732.963.411-53).
1.3. Interessada: Lúcia Ypiranga de Souza Dantas e Rodriguez (CPF 001.645.771-49).
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - SEFIP.
1.7. Representação legal: Claudio Santos da Silva (OAB-DF 10.081) e outros representando a interessada (peças 2, p. 23, 4, p. 17, e 26).
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.8.1. determinar, em reiteração ao comando contido no subitem 9.4.2 do Acórdão 3.264/2009 - 2ª Câmara, à Fundação Universidade de Brasília que envie, no prazo de 30 (trinta) dias, via sistema e-Pessoal, o novo ato de aposentadoria em favor de Lúcia Ypiranga de Sousa Dantas e Rodrigues (CPF 001.645.771-49), livre da irregularidade apontada naquela deliberação.

ACÓRDÃO Nº 13219/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-021.492/2019-0 (APOSENTADORIA)
1.1. classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Anselmo Loschi Bessa (CPF 238.791.301-91), Giseuda Batista Bizerra (CPF 310.197.571-91) e Marcelo de Bem Barbosa de Matos (CPF 663.983.047-72).
1.3. Unidade: Tribunal de Contas da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13220/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-021.846/2019-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Andre Luis Pires dos Santos (CPF 488.432.371-87), Ernani Satyro Sales (CPF 490.371.101-34), Janieires Oliveira (CPF 359.506.501-82), Lucienne Leite de Melo (CPF 527.443.376-68) e Sandra de Toledo (CPF 287.748.501-30).
1.3. Unidade: Tribunal Superior do Trabalho.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13221/2019 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de monitoramento do Acórdão 12.765/2016 - 2ª. Câmara, de minha relatoria, que considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria da Sra. Sandra Broad Rizzo de Omena, ex-servidora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL.

2. A negativa de registro deu-se em razão parcela remuneratória indevida, referente a perdas salariais provocadas por planos econômicos, não absorvida por aumentos salariais posteriores.

3. No referido acórdão, a 2ª. Câmara determinou ao Instituto Federal que, no prazo de 15 dias, cessasse os pagamentos decorrentes do ato impugnado.

4. A unidade jurisdicionada informou, entretanto, que estava impossibilitada de suprimir a rubrica de decisão judicial de plano econômico, em face de decisão judicial expedida pela 3ª. Vara do Trabalho de Maceió nos autos do processo 0102500-40.1990.5.19.0003 e por força do Parecer de Força Executória 219/2014/PFAL, de 29/7/2014, da Procuradoria Federal em Alagoas.

Considerando que o juízo trabalhista determinou que a IFAL se abstivesse de promover qualquer ato que importe o descumprimento da decisão judicial e que, caso tivesse retirado a parcela de algum dos exequentes, deveria reimplantá-la no prazo de 5 dias, sob pena de multa diária;

considerando a Questão de Ordem 4/2011, aprovada pelo Plenário em 8/6/2011;

considerando os pareceres uniformes constantes dos autos;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 143, V, "a" do Regimento Interno, em realizar a determinação abaixo indicada e promover o arquivamento dos presentes autos.

1. Processo TC-022.497/2016-1 (APOSENTADORIA)
1.1.Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Sandra Broad Rizzo de Omena (CPF 133.431.304-00).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que, nos termos da Questão de Ordem 4/2011 - Plenário, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, à Consultoria Jurídica deste Tribunal e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL), as informações necessárias para a adoção das providências judiciais cabíveis com vistas a implementar o Acórdão n° 12.765/2016 - 2ª. Câmara.

ACÓRDÃO Nº 13222/2019 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de alteração de aposentadoria de Maria Izabel Miranda Araújo Drumond no cargo de Analista Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU), de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

Considerando que, em consulta à base Sisac, detectou-se que o ato inicial, submetido a registro sob número de controle 20785100-04-1998-000140-6, foi apreciado pela legalidade, nos autos do processo 006.446/2005-0, Acórdão 1.482/2007 - TCU - 1ª Câmara, sendo que a aposentadoria se deu na modalidade voluntária, com proventos proporcionais, calculados com base na última remuneração do cargo em que se deu a aposentadoria, com fundamento no art. 40, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal;

considerando que o ato de alteração em destaque foi emitido porque foi concedida a vantagem do art. 190 da Lei 8.112/1990, o que resultou em integralização dos proventos, assim como majoração do percentual de anuênios;

considerando que a unidade técnica avaliou que os elementos que alteraram o ato inicial (integralização dos proventos e majoração do percentual de anuênios) não apresentaram irregularidades, entendendo que não há óbice para a concessão do registro do ato de alteração constante destes autos;

considerando que o controle interno propõe pela legalidade do ato.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de alteração de aposentadoria ao interessado abaixo relacionado.

1. Processo TC-031.178/2019-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Maria Izabel Miranda Araújo Drumond (163.904.156-72).
1.3. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13223/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de aposentadoria a José Andrade Barbosa, tendo em vista o seu falecimento.

1. Processo TC-032.483/2019-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: José Andrade Barbosa (CPF 035.982.683-00).
1.3. Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Piauí.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13224/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-032.570/2019-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Artur Timerman (CPF 914.827.478-04); Assisele Vasconcelos de Oliveira (CPF 038.197.288-72) e Edson Dona Scagnolatto (CPF 016.019.458-09).
1.3. Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13225/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de aposentadoria a Edmar Freitas Carneiro.

1. Processo TC-038.593/2019-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Edmar Freitas Carneiro (CPF 266.780.987-49).
1.3. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda No Estado de Sergipe.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13226/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-025.295/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Mariana Rangel Ribeiro Falcetta (CPF 005.585.860-07), Ronei Silveira da Silva (CPF 553.861.480-87), Vanessa de Oliveira Dutra (CPF 005.328.220-56) e Vinicius da Cruz Jorge (CPF 996.467.060-53).
1.3. Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13227/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-031.858/2019-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Liliana da Hora Carvalho (CPF 615.804.731-72); Lina Ferreira Dutra de Araujo (CPF 367.615.081-34); Lincoln Jose da Silva Junior (CPF 824.904.491-68); Lindivaldo Dias do Nascimento (CPF 539.261.454-04); Lindomar de Souza Cajaiba (CPF 020.257.517-96); Lirian Fabiani Matias Falcão Alcoforado (CPF 010.501.534-21); Lis Dayane Bogea Costa (CPF 658.475.983-00); Lis Evelyn de Souza Fedel (CPF 965.095.621-20); Lisandra dos Santos Couto (CPF 076.206.697-01) e Livia Bianca da Silva Ferreira (CPF 006.426.353-31).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13228/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-031.991/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alex Reis da Silva (CPF 041.448.046-58); Jeane Altomare Nazareth Carvalho (CPF 092.501.347-11); José Silvino Dias (CPF 484.865.406-82) e Vania Abadia de Souza Ferreira (CPF 036.564.866-38).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13229/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-032.016/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Cesar de Oliveira Santos (CPF 029.492.045-54); Larissa Andrade Coimbra (CPF 007.225.755-56); Ramoniele dos Santos (CPF 025.997.465-07); Raphael Silva Fontes (CPF 031.096.065-77) e Tiago Mendonca de Oliveira (CPF 020.067.025-56).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13230/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Luiz Carlos Costa Faleiro.

1. Processo TC-032.052/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Luiz Carlos Costa Faleiro (CPF 065.836.015-91).
1.3. Unidade: Gerência Executiva do INSS /Vitória da Conquista/BA.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13231/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-032.093/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Cleane Chaves Maia (CPF 913.224.563-72); Jorcelyo Alencar Lima (CPF 622.744.493-68); Jose Correa Lima Netto (CPF 596.566.622-53) e Klenna Livia Gomes Peixoto (CPF 530.419.252-49).
1.3. Unidade: Fundação Universidade do Amazonas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13232/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-032.116/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessadas: Indira Stephanni Cardoso Santos da Silva (CPF 124.977.007-61) e Tania Maria Moratelli Pinho (CPF 344.039.497-20).
1.3. Unidade: Instituto Benjamim Constant.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13233/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Jeferson Jaco Fuck.

1. Processo TC-032.155/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Jeferson Jaco Fuck (CPF 058.695.299-30).
1.3. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13234/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de pessoal de Luciano Cesar Pontes de Azevedo.

1. Processo TC-032.607/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Luciano Cesar Pontes de Azevedo (CPF 000.788.764-78).
1.3. Unidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13235/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de pessoal de Bruno Cesar Goncalves Teixeira.

1. Processo TC-032.658/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Bruno Cesar Goncalves Teixeira (CPF 007.399.021-30).
1.3. Unidade: Advocacia-geral da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13236/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-032.891/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessadas: Herica das Gracas Alvim (CPF 048.513.866-21) e Tathiana Tavares Menezes (CPF 055.546.316-81).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Lavras.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13237/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-032.903/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessadas: Fabiane Marzari Possatti (CPF 982.080.630-53) e Paula Michele da Silva Schmidt (CPF 010.793.050-17).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Santa Maria.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13238/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Eduardo Cunha Campos.

1. Processo TC-034.233/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Eduardo Cunha Campos (CPF 092.400.266-22).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13239/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-034.875/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Joao Pedro Albuquerque Garcia (CPF 444.365.078-40) e Paulo Eduardo Rabelo (CPF 427.257.248-21).
1.3. Unidade: Ministério da Defesa-Comando do Exército (vinculador).
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13240/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de pessoal de Ana Carolina Klacewicz.

1. Processo TC-034.995/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1 Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessada: Ana Carolina Klacewicz (CPF 002.890.410-90).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13241/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-035.028/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessadas: Andrea de Lima Jose (CPF 071.703.107-16) e Sandra Maria Caldeira Machado (CPF 036.442.766-33).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13242/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-035.129/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Eloi Machado Alves (CPF 558.257.880-34) e Karina Grzeca (CPF 009.921.480-65).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.4.1. Ministro que alegou impedimento na sessão: Augusto Nardes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13243/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de pessoal de Priscila Gubert.

1. Processo TC-035.333/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessada: Priscila Gubert (CPF 013.009.370-09).

1.3. Unidade: Universidade Federal do Oeste da Bahia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13244/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-035.387/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Aldina da Silva Melo (CPF 601.977.913-01) e Walison Silva Reis (CPF 029.908.563-58).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13245/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-035.569/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessadas: Adriana Luiz Sartoreto Mafra (CPF 121.674.058-55); Ana Cristina Furtado Espindola Simoes (CPF 346.021.258-67); Fernanda Motta Ribeiro da Silva (CPF 055.821.167-45); Karita Emanuelle Ribeiro Sena (CPF 016.804.231-26); Marcia Maria Oliveira Sales Tlaes (CPF 690.067.171-34); Shirley da Silva Matias (CPF 378.922.581-91) e Simone dos Santos Franca (CPF 004.362.121-02).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13246/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-035.720/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Lidiane de Paula de Carvalho (CPF 153.039.907-61); Marise Claudia Muniz de Almeida (CPF 032.905.987-48); Paulo Henrique Pereira Conte (CPF 091.776.827-26) e Rodrigo Kaz (CPF 073.721.877-02).
1.3. Unidade: Ministério da Saúde (vinculador).
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13247/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de pessoal de Esron Lima Junior.

1. Processo TC-038.719/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Esron Lima Junior (CPF 718.434.422-72).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Pampa.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13248/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-038.724/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Aline Cardoso de Albuquerque (CPF 007.928.241-56); Joao Neto Pereira da Silva (CPF 958.084.501-87); Lorena Pereira de Carvalho (CPF 029.261.421-70); Rene Faria de Araujo (CPF 728.352.301-49) e Ronilda de Souza Lopes (CPF 739.993.262-04).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13249/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de pensão civil de Maria Nogueira Motta.

1. Processo TC-032.695/2019-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Maria Nogueira Motta (CPF 085.943.332-34).
1.3. Unidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Pará.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13250/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de pensão civil de Carlinda Pedro de Mello Dias.

1. Processo TC-038.910/2019-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Carlinda Pedro de Mello Dias (CPF 485.144.117-72).
1.3. Unidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13251/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de pensão civil de Maria de Lourdes Rezende Melo da Rocha.

1. Processo TC-038.936/2019-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Maria de Lourdes Rezende Melo da Rocha (CPF 023.429.857-03).
1.3. Unidade: Tribunal Superior do Trabalho.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13252/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de concessão de pensão civil aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-038.946/2019-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Benedita Luzia da Silva (CPF 032.429.509-09); Claudia Luz de Almeida (CPF 872.525.979-20); Edi Reikdal de Mello (CPF 040.207.389-47); Maria Araci Gasparin Fullan (CPF 843.831.949-15); Maria Thereza da Silveira (CPF 000.602.679-68); Nara Maria de Araujo Ramos (CPF 860.000.989-87); Solange Matte de Souza (CPF 051.668.719-01); Vitor Andre Matte de Souza (CPF 103.670.799-76).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Paraná.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13253/2019 - TCU - 2ª Câmara

Tratar-se de revisão de ofício de atos de pensão especial julgados legais por este Tribunal por meio do Acórdão 4.402/2014 - TCU - 1ª Câmara, tendo como instituidores o Sr. Epaminondas Bonfim Machado e o Sr. Imério Lawins.

Considerando que o Acórdão 4.402/2014 - TCU - 1ª Câmara foi proferido em 26 de agosto de 2014;

considerando o decurso de prazo de 5 (anos) desde a deliberação que se pretende revisar de ofício;

considerando que não foi constatada má-fé por parte das beneficiárias dos atos de pensão, sendo que o erro de interpretação da legislação se deu por conta do Controle Interno do Comando do Exército quando de sua análise;

considerando o prazo decadencial previsto no art. 260, §5°, do Regimento Interno do TCU, bem como no art. 54, caput, da Lei 9.784/1999;

considerando os pareceres uniformes constantes dos autos;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 143, V, "a" e do art. 169, V, do Regimento Interno, em arquivar o presente processo.

1. Processo TC-011.894/2014-8 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Abenildes Ribeiro da Silva (CPF 867.234.055-87); Alcinéia de Jesus Silva (CPF 139.276.555-20); Alexsandra Correia (CPF 653.571.325-34); Angela Maria dos Santos (CPF 027.452.237-39); Cleonice Mecenas de Oliveira (CPF 609.347.195-00); Dilma Raymunda Bomfim da Silva (CPF 003.541.645-97); Dina Rodrigues Gonçalves (CPF 993.166.925-04); Erondina Louzado dos Santos (CPF 636.067.205-72); Eunice Maria dos Santos Bispo (CPF 570.438.845-00); Lenilda Almeida de Miranda (CPF 645.521.955-49); Lournalda Paranhos Klein (CPF 214.146.455-20); Luzieta Bomfim Roque (CPF 346.640.255-72); Lúcia Andrade Santos (CPF 138.201.095-87); Maria Augusta Gomes Machado (CPF 199.932.855-87); Maria Auxiliadora Andrade Santana (CPF 326.494.605-04); Maria Bernadete de Souza Oliva (CPF 025.671.045-77); Maria Celes Gomes de Menezes (CPF 200.052.965-87); Maria Francisca da Costa (CPF 591.487.565-04); Maria Isabel Tourinho Lapa (CPF 555.113.175-00); Maria das Graças Bomfim Machado (CPF 514.933.225-91); Maria das Graças Santana da Silva (CPF 061.047.115-53); Maria das Graças Santos Rocha Silva (CPF 313.508.955-04); Maria de Lourdes dos Santos Araujo (CPF 160.612.415-34); Rosimeire Silva Santos (CPF 559.301.075-72) e Terezinha Francisca da Costa Neto (CPF 073.362.335-20).
1.3. Unidade: Sexta Região Militar.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13254/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de pensão militar aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.589/2019-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Cenira Malheiros Kersting (CPF 231.481.870-91); Claide Eire Caon Bittencourt (CPF 365.258.800-25); Devanira Alves Prates (CPF 205.477.490-15); Elar Conde Mansur (CPF 673.013.800-97); Joao Marcelo Correa Ramos (CPF 662.553.840-04); Laura Gatto Loureiro (CPF 672.940.900-25); Loris Maria Eberle Sowka (CPF 123.902.590-49); Lucy Vasques Ramos (CPF 648.636.200-63); Maria Bernardete Medeiros Minuzzi (CPF 381.019.630-49); Maria Rita Pilar (CPF 670.425.030-15); Maria Rodrigues Monteiro (CPF 520.700.690-87); Maria Teresa Genro dos Santos (CPF 881.845.870-15); Maria Teresa da Rosa Domingues (CPF 962.136.470-15); Mirian Regina Minuzzi (CPF 264.313.270-04); Nilza

Clos Cezarini (CPF 693.119.430-53); Rita Rigon de Souza (CPF 125.198.200-04); Santa Rosalina Cardoso Sao Martins (CPF 004.567.780-80); Soely Heinz Pimentel (CPF 615.616.810-91); Terezinha Silveira Arruda (CPF 574.969.270-15); Veronica Grabia Lewandowski (CPF 703.513.330-53) e Virginia Paiva de Souza Eschiletti (CPF 764.456.660-00).

1.3. Unidade: Ministério da Defesa-comando do Exército (vinculador).
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13255/2019 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo de contas anuais da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA relativo ao exercício financeiro de 2016. O processo de contas foi organizado de forma individual, conforme art. 5° da Instrução Normativa TCU 63/2010.

2. A Universidade Federal Rural da Amazônia é uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), criada pela Lei 10.611/2002, com sede na cidade de Belém/PA, e constituída na forma de autarquia vinculada ao Ministério da Educação.

Considerando que a Controladoria-Geral da União, em seu Certificado de Auditoria, opinou pela regularidade com ressalvas das contas do Sr. Sueo Numazawa, Reitor da Universidade, e da Sra. Simone Andrea Lima do Nascimento Baia, Pró-Reitora de Administração e Finanças, e pela regularidade das contas dos demais responsáveis;

considerando que, dentre as irregularidades encontradas, a CGU apontou: a contratação irregular de fundação de apoio e a prestação de contas do contrato n° 08/2016 sem documentos comprobatórios da realização de gastos;

considerando que, após diligência à universidade, a unidade técnica concluiu pela insubsistência dessas supostas irregularidades;

considerando que, no tocante à contratação da fundação de apoio, não restou comprovada a existência de projeto específico e a aprovação do referido projeto pelos órgãos acadêmicos competentes da universidade, contrariando o art. 6°, §2°, do Decreto 7.423/2010, que regulamenta a Lei 8.985/1994;

considerando que esse fato constitui motivo de ressalva nas contas do Reitor e da Pró-Reitora de Administração e Finanças;

considerando que as irregularidades apontadas pela CGU são de baixa gravidade, não tendo sido constatada a ocorrência de dano ao erário, sendo, portanto, suficientes as recomendações exaradas pelo órgão de controle interno;

considerando que o Tribunal expediu determinações à UFRA e à CGU conforme itens 9.2. e 9.3. do Acórdão 1.867/2013 - Plenário (rel. Min. Benjamin Zymler), respectivamente;

considerando que a CGU informou que a entidade atendeu à determinação constante do subitem 9.2.3 e que os subitens 9.2.1. e 9.2.2. do acórdão restaram prejudicados;

considerando os pareceres uniformes constantes dos autos,

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 143, I, "a" do Regimento Interno, em:

a) julgar, com fundamento no art. 16, inciso I, da Lei 8.443/1992, regulares as contas de Antonio Cordeiro de Santana; Djacy Barbosa Ribeiro; Hugo Alves Pinheiro; Iris Lettiere do Socorro Santos da Silva; Izildinha de Souza Miranda; Manoel Sebastiao Pereira de Carvalho; Marcel do Nascimento Botelho; Marcos André Piedade Gama; Marcos Antonio Souza dos Santos; Maria Rosangila Xavier Serique; Paulo Cezar de Morais Alves; Paulo de Jesus Santos; Rodrigo Silva do Vale; Ruth Helena Falesi Palha de Moraes Bittencourt; Saulo Luís Pereira Wanzeler; e Silvana Rossy de Brito; dando-lhes quitação plena;

b) julgar, com fundamento no art. 16, inciso II, da Lei 8.443/1992, regulares com ressalva as contas de Sueo Numazawa e Simone Andrea Lima do Nascimento Baia, dando-lhes quitação;

c) encaminhar cópia do presente acórdão à Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, dando ciência sobre a seguinte impropriedade: a inexistência de projeto específico e a ausência de aprovação pelos órgãos acadêmicos competentes da UFRA da execução do PARFOR, segundo as mesmas regras e critérios aplicáveis aos projetos institucionais da instituição, afronta o art. 6º, caput, e §2º, do art. 6º, do Decreto 7423/2010;

d) considerar cumpridos os itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 1867/2013-Plenário;

e) arquivar o presente processo.

1. Processo TC-028.208/2017-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)
1.1. Classe de Assunto: II
1.2. Responsáveis: Antonio Cordeiro de Santana (CPF 171.042.113-49); Djacy Barbosa Ribeiro (CPF 343.616.183-72); Hugo Alves Pinheiro (CPF 391.929.202-25); Iris Lettiere do Socorro Santos da Silva (CPF 604.347.322-49); Izildinha de Souza Miranda (CPF 340.391.551-49); Manoel Sebastião Pereira de Carvalho (CPF 047.080.242-15); Marcel do Nascimento Botelho (CPF 399.172.662-91); Marcos André Piedade Gama (CPF 373.622.752-34); Marcos Antonio Souza dos Santos (CPF 431.607.352-49); Maria Rosangila Xavier Serique (083.505.072-68); Paulo Cezar de Morais Alves (CPF 263.882.862-91); Paulo de Jesus Santos (009.080.452-04); Rodrigo Silva do Vale (CPF 830.341.966-87); Ruth Helena Falesi Palha de Moraes Bittencourt (CPF 117.200.772-15); Saulo Luís Pereira Wanzeler (CPF 863.094.982-15); Silvana Rossy de Brito (264.886.472-53); Simone Andrea Lima do Nascimento Baia (CPF 229.065.172-91) e Sueo Numazawa (CPF 049.002.862-49).
1.3. Unidade: Universidade Federal Rural da Amazônia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEducação).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13256/2019 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de prestação de contas anual do Laboratório Nacional de Astrofísica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (LNA/MCTIC) relativas ao exercício financeiro de 2017. A prestação e contas foi organizada de forma individual consoante Instrução Normativa TCU 63/2010 e Decisão Normativa TCU 163/2017.

2. A unidade jurisdicionada é órgão integrante do MCTIC, criado pela Resolução Executiva 36/1985, e tem como principal finalidade planejar, desenvolver, prover, operar e coordenar os meios e a infraestrutura para fomentar de forma cooperada a astronomia observacional brasileira. Considerando que a Controladoria-Geral da União (CGU) examinou os resultados quantitativos e qualitativos da gestão e os controles internos, bem como a conformidade das peças de prestação de contas e o cumprimento de determinações e recomendações expedidas pelos órgãos de controle;

considerando que a CGU destacou o bom desempenho geral da gestão quanto ao atingimento das metas físicas e financeiras, a despeito das restrições orçamentárias impostas;

considerando que o Relatório de Auditoria da CGU não reportou a ocorrência de dano ao erário;

considerando que foram constatadas nas contas tão somente impropriedades formais ou natureza leve, tais como: a não apresentação de todas as informações relativas ao rol de responsáveis da unidade, consoante art. 11 da Instrução Normativa TCU 63/2010; a ausência de índices relacionados ao objetivo de aprimoramento dos processos internos com vistas ao aumento da eficiência organizacional e do uso racional de recursos naturais (objetivo estratégico 1, programa 1.6. do PDU 2017-2021); e a ausência de indicadores do TCG 2017 associados às variáveis de economicidade e de excelência;

considerando que as falhas reportadas não tem gravidade suficiente para macular as contas dos responsáveis;

considerando os pareceres uniformes constantes dos autos;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 143, I, "a", do Regimento Interno, em:

a) julgar, nos termos do art. 16, inciso I, da Lei 8.443/1992 regulares as contas de Albert Josef Rudolf Bruch; Alberto Rodriguez Ardila; Alessandro da Silva Paula; Bruno Vaz Castilho de Souza; Cledson Pereira dos Santos; Clemens Darvin Gneiding; Douglas Vinicius Vaz Martins; Egas Murilo de Sousa Lemos Filho; Elieber Mateus dos Santos; Eder Martioli; e Saulo Roberly Gargaglioni, dando-lhes quitação plena;

b) encaminhar ao Laboratório Nacional de Astrofísica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (LNA/MCTIC) cópia do presente acórdão, dando-lhe ciência sobre as seguintes impropriedades encontradas nas contas:

b.1) não apresentação de todas as informações relativas ao rol de responsáveis da unidade, tais quais, atos formais de nomeação, designação ou exoneração, com data de publicação em órgãos oficiais; endereço residencial completo e endereço de correio eletrônico em ofensa ao disposto no art. 11, da IN TCU 63/2010;

b.2) ausência de índices relacionados as metas do objetivo estratégico aprimoramento dos processos internos com vistas ao aumento da eficiência institucional e do uso racional de recursos naturais, previsto no PDU 2017-2021, em ofensa as orientações do Guia Referencial para Medição de Desempenho e Manual para Construção de Indicadores do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização; e

b.3) inexistência de métricas das categorias economicidade e excelência, o que afronta às prescrições do Guia Referencial para Medição de Desempenho e Manual para Construção de Indicadores do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização.

c) arquivar o presente processo.

1. Processo TC-036.671/2018-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2017)
1.1. Classe de Assunto: II
1.2. Responsáveis: Albert Josef Rudolf Bruch (CPF 012.714.276-21); Alberto Rodriguez Ardila (CPF 785.305.470-04); Alessandro da Silva Paula (CPF 000.233.096-28); Bruno Vaz Castilho de Souza (CPF 965.133.307-34); Cledson Pereira dos Santos (CPF 041.747.846-12); Clemens Darvin Gneiding (CPF 311.273.049-68); Douglas Vinicius Vaz Martins (CPF 070.672.636-70); Eder Martioli (CPF 286.734.038-12); Egas Murilo de Sousa Lemos Filho (CPF 541.117.497-04); Elieber Mateus dos Santos (CPF 000.231.146-14) e Saulo Roberly Gargaglioni (CPF 621.553.426-91).
1.3. Unidade: Laboratório Nacional de Astrofísica.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico.
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13257/2019 - TCU - 2ª Câmara

Cuidam os autos de monitoramento instaurado para verificar o cumprimento das determinações expedidas pelo Acórdão 7871/2017 - 2ª Câmara, que apreciou a prestação de contas da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF relativa ao exercício de 2015.

Na oportunidade, esta Corte determinou à UFJF que:

"1.8.1. no prazo de 60 (sessenta) dias, apresente cronograma de substituição, por servidores concursados, dos funcionários terceirizados irregulares que estão realizando atividades administrativas inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos da UFJF, com informação sobre as providências a serem adotadas, o prazo de substituição e a quantidade de funcionários que serão substituídos em cada exercício;

1.8.2. no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, adote as providências a seguir indicadas e informe as medidas implementadas:

1.8.2.1. promova, nos termos do caput do art. 143 da Lei 8.112/90, as medidas administrativas cabíveis com vistas à completa apuração e regularização das situações ainda pendentes de possível acumulação indevida de dois cargos públicos bem como de acumulação de cargos com incompatibilidade de horários para os servidores relacionados na "Constatação 2.1.3.1" do Relatório de Gestão da Secretaria Federal de Controle Interno referente ao exercício de 2015 (citados no Memorando 002/2017-CAP/PROGEPE, de 6/1/2017) ;

1.8.2.2. encaminhe, se ainda não o fez, a minuta de resolução relativa ao pagamento da gratificação por encargo de curso ou concurso para apreciação do Conselho Superior da UFJF, bem como conclua as providências destinadas ao ressarcimento dos valores recebidos indevidamente pelos servidores da universidade a título dessa gratificação;

1.8.3. informe nas próximas contas o cumprimento das atividades previstas para a comissão instituída por meio da Portaria/Reitoria 49/2017, com vistas ao diagnóstico e proposta de trabalho para atualizar a avaliação dos bens de propriedade da União e regularizar os registros relativos à gestão dos bens imóveis de uso especial no sistema SPIUnet;

1.9. recomendar à Universidade Federal de Juiz de Fora que implemente controles internos, de forma a verificar, periodicamente, a ocorrência de eventual infração ao cumprimento da jornada de trabalho pelos servidores da Universidade;"

Considerando que a unidade técnica, relativamente ao subitem 1.8.1 da deliberação, que tratava de funcionários terceirizados irregulares, registrou que foi realizada licitação (Pregão 150/2016) para contratação de pessoal para atividades não inerentes às categorias funcionais (peça 9, p. 5 e peça 11, p. 1 a 4);

considerando, quanto ao subitem 1.8.2.1, que trata de acumulação indevida de cargos (16 casos) e acumulação com incompatibilidade de jornada (136 ocorrências), que a Universidade adotou providências para verificar as situações, mediante notificação dos servidores envolvidos e análise da documentação por eles enviada (peça 14, pp. 16 a 44);

considerando, relativamente ao subitem 1.8.2.2, que a universidade regulamentou a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC, bem como constituiu o processo administrativo 23071.001055/2016-74 para fins de proceder à restituição dos valores (peça 14, pp. 46 e 47, e peça 6, pp. 6 a 11);

considerando, no tocante ao subitem 1.8.3, que a UFJF juntou os autos do Processo 23071.006444/2017-77 (peça 12), instaurado para a regularização contábil de todos os imóveis da universidade no SPIUNet e no SIAFI;

considerando, no que se refere à recomendação do item 1.9, que a universidade vem adotando os controles necessários (peça 14, pp. 49 e 50);

considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Controle Externo da Educação;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 169, inciso I, do Regimento Interno, em considerar cumpridos os itens 1.8 e 1.9 do Acórdão 7871/2017 - 2ª Câmara, em remeter cópia deste acórdão e da instrução da unidade técnica à Universidade Federal de Juiz de Fora e em apensar este processo ao TC 029.010/2016-0, no qual foi proferida a deliberação monitorada.

1. Processo TC-038.094/2019-3 (MONITORAMENTO)
1.1. Classe de Assunto: III.
1.2. Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora (CNPJ 21.195.755/0001-69).
1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEduc).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13258/2019 - TCU - 2ª Câmara

Vistos estes autos de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Vice-Presidência de Negócios Públicos (VINEP) da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), desde o exercício de 2011 até a data de autuação dos autos,

praticadas pelo então vice-presidente, que anteriormente ocupava a Vice-Presidência de Logística - VILOG, por ter admitido, supostamente de forma irregular, assessor especial que era sócio de empresas de logística, para, segundo o denunciante, facilitar superfaturamentos em relações contratuais com órgãos governamentais. Ambas as pessoas citadas ainda teriam tido a colaboração de outros dois assessores. A representação requer que se investigue o contrato de consultoria firmado com a consultora Accenture, de número 386/2013, no valor de R$ 4.992.000,00, porque teriam sido dados aceites de serviços sem as devidas comprovações.

Considerando que a representação não preenche todos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 do Regimento Interno do TCU, porque, apesar de a matéria ser de competência do Tribunal, referir-se a responsável sujeito a sua jurisdição, estar redigida em linguagem clara e objetiva, não contém o nome, qualificação e endereço do representante, bem como carece de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade apontada,

considerando que a ausência de legitimidade para representar ao Tribunal inviabiliza até mesmo autuação alternativa da peça de representação como processo de denúncia;

considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração - SeinfraCOM;

considerando, finalmente, o disposto no inciso III, do art. 143, do Regimento Interno do TCU.

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 103, §1º e 105, parágrafo único da Resolução 259/2014 e 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU; em não conhecer desta representação; dar ciência desta deliberação, bem como da instrução da unidade técnica à peça 4 à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e arquivar o presente processo.

1. Processo TC-034.294/2018-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI
1.2. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).
1.6. Representação legal: Marlon Aurélio Kuntz Petry (OAB/GO 19.139) e outros, representando Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 37/2019 - 2ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 13259/2019 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região em favor de Admilson Antunes Santana;

Considerando que, ao constatar a concessão da vantagem como opção prevista no art. 2º da Lei nº 8.911, de 1994, em prol de servidores implementadores dos requisitos previstos no art. 193 da Lei nº 8.112, de 1990, a Sefip assinalou que: "é indevida a incorporação da vantagem que trata o art. 193 da Lei 8.112/1990, inclusive o pagamento parcial da função comissionada ("opção") aos servidores que implementaram os requisitos de aposentadoria após 16/12/1998, em face do disposto no art. 40, caput e § 2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 20/1998" (Peça 4);

Considerando que, diante dessa falha, a Sefip pugnou pela ilegalidade do referido ato de aposentadoria, com a subsequente negativa do registro, tendo o MPTCU anuído a essa proposta;

Considerando que a incorporação tanto da vantagem como "opção" prevista no art. 2º da Lei nº 8.911, de 1994, e no art. 18 da Lei nº 11.416, de 2006, quanto da vantagem como "quintos/décimos" transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) pelo art. 62-A da Lei nº 8.112, de 1990, foram objeto de aprofundada análise no âmbito do TC 027.914/2013-5, da Relatoria da Ministra Ana Arraes, tendo o Plenário do TCU prolatado o Acórdão 2.988/2018, a partir do Voto Revisor apresentado pelo Ministro Benjamin Zymler;

Considerando, contudo, que tal deliberação foi objeto de recurso, com efeito suspensivo, de tal modo que, como o julgamento do aludido processo pode alterar o entendimento até aqui adotado pelo Tribunal, mostra-se adequado sobrestar o presente processo até que haja a apreciação definitiva do TC 027.914/2013-5;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em determinar o sobrestamento dos presentes autos até a apreciação definitiva do TC 027.914/2013-5, tendo em vista a conexão e dependência da matéria apreciada.

1. Processo TC-027.344/2019-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Admilson Antunes Santana (CPF 717.853.297-15).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13260/2019 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região - AM e RR em favor de Edmilson Marinho de Araujo;

Considerando que, ao constatar a concessão da vantagem como opção prevista no art. 2º da Lei nº 8.911, de 1994, em prol de servidores implementadores dos requisitos previstos no art. 193 da Lei nº 8.112, de 1990, a Sefip assinalou que: "é indevida a incorporação da vantagem que trata o art. 193 da Lei 8.112/1990, inclusive o pagamento parcial da função comissionada ("opção") aos servidores que implementaram os requisitos de aposentadoria após 16/12/1998, em face do disposto no art. 40, caput e § 2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 20/1998" (Peça 4);

Considerando que, diante dessa falha, a Sefip pugnou pela ilegalidade do referido ato de aposentadoria, com a subsequente negativa do registro, tendo o MPTCU anuído a essa proposta;

Considerando que a incorporação tanto da vantagem como "opção" prevista no art. 2º da Lei nº 8.911, de 1994, e no art. 18 da Lei nº 11.416, de 2006, quanto da vantagem como "quintos/décimos" transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) pelo art. 62-A da Lei nº 8.112, de 1990, foram objeto de aprofundada análise no âmbito do TC 027.914/2013-5, da Relatoria da Ministra Ana Arraes, tendo o Plenário do TCU prolatado o Acórdão 2.988/2018, a partir do Voto Revisor apresentado pelo Ministro Benjamin Zymler;

Considerando, contudo, que tal deliberação foi objeto de recurso, com efeito suspensivo, de tal modo que, como o julgamento do aludido processo pode alterar o entendimento até aqui adotado pelo Tribunal, mostra-se adequado sobrestar o presente processo até que haja a apreciação definitiva do TC 027.914/2013-5;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em determinar o sobrestamento dos presentes autos até a apreciação definitiva do TC 027.914/2013-5, tendo em vista a conexão e dependência da matéria apreciada.

1. Processo TC-027.795/2019-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Edmilson Marinho de Araujo (CPF 018.099.892-72).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região - AM e RR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13261/2019 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de aposentadoria deferida pela administração do Senado Federal em favor de Virgínia Inês Abadio Pompeu;

Considerando que, ao constatar a concessão da vantagem como opção prevista no art. 2º da Lei nº 8.911, de 1994, em prol de servidores implementadores dos requisitos previstos no art. 193 da Lei nº 8.112, de 1990, a Sefip assinalou que: "é indevida a incorporação da vantagem que trata o art. 193 da Lei 8.112/1990, inclusive o pagamento parcial da função comissionada ("opção") aos servidores que implementaram os requisitos de aposentadoria após 16/12/1998, em face do disposto no art. 40, caput e § 2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 20/1998" (Peça 4);

Considerando que, diante dessa falha, a Sefip pugnou pela ilegalidade do referido ato de aposentadoria, com a subsequente negativa do registro, tendo o MPTCU anuído a essa proposta;

Considerando que a incorporação tanto da vantagem como "opção" prevista no art. 2º da Lei nº 8.911, de 1994, e no art. 18 da Lei nº 11.416, de 2006, quanto da vantagem como "quintos/décimos" transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) pelo art. 62-A da Lei nº 8.112, de 1990, foram objeto de aprofundada análise no âmbito do TC 027.914/2013-5, da Relatoria da Ministra Ana Arraes, tendo o Plenário do TCU prolatado o Acórdão 2.988/2018, a partir do Voto Revisor apresentado pelo Ministro Benjamin Zymler;

Considerando, contudo, que tal deliberação foi objeto de recurso, com efeito suspensivo, de tal modo que, como o julgamento do aludido processo pode alterar o entendimento até aqui adotado pelo Tribunal, mostra-se adequado sobrestar o presente processo até que haja a apreciação definitiva do TC 027.914/2013-5;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em determinar o sobrestamento dos presentes autos até a apreciação definitiva do TC 027.914/2013-5, tendo em vista a conexão e dependência da matéria apreciada.

1. Processo TC-028.980/2019-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Virgínia Inês Abadio Pompeu (CPF 357.718.951-72).
1.2. Órgão: Senado Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13262/2019 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de aposentadoria deferida pela administração do Superior Tribunal de Justiça em favor de Elinete Souza França;

Considerando que, ao constatar a concessão da vantagem como opção prevista no art. 2º da Lei nº 8.911, de 1994, em prol de servidores implementadores dos requisitos previstos no art. 193 da Lei nº 8.112, de 1990, a Sefip assinalou que: "é indevida a incorporação da vantagem que trata o art. 193 da Lei 8.112/1990, inclusive o pagamento parcial da função comissionada ("opção") aos servidores que implementaram os requisitos de aposentadoria após 16/12/1998, em face do disposto no art. 40, caput e § 2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 20/1998" (Peça 4);

Considerando que, diante dessa falha, a Sefip pugnou pela ilegalidade do referido ato de aposentadoria, com a subsequente negativa do registro, tendo o MPTCU anuído a essa proposta;

Considerando que a incorporação tanto da vantagem como "opção" prevista no art. 2º da Lei nº 8.911, de 1994, e no art. 18 da Lei nº 11.416, de 2006, quanto da vantagem como "quintos/décimos" transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) pelo art. 62-A da Lei nº 8.112, de 1990, foram objeto de aprofundada análise no âmbito do TC 027.914/2013-5, da Relatoria da Ministra Ana Arraes, tendo o Plenário do TCU prolatado o Acórdão 2.988/2018, a partir do Voto Revisor apresentado pelo Ministro Benjamin Zymler;

Considerando, contudo, que tal deliberação foi objeto de recurso, com efeito suspensivo, de tal modo que, como o julgamento do aludido processo pode alterar o entendimento até aqui adotado pelo Tribunal, mostra-se adequado sobrestar o presente processo até que haja a apreciação definitiva do TC 027.914/2013-5;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em determinar o sobrestamento dos presentes autos até a apreciação definitiva do TC 027.914/2013-5, tendo em vista a conexão e dependência da matéria apreciada.

1. Processo TC-030.036/2019-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Elinete Souza França (CPF 222.630.631-53).
1.2. Órgão: Superior Tribunal de Justiça.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13263/2019 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de aposentadoria deferida pela administração do Superior Tribunal de Justiça em favor de Heleno Francisco de Menezes;

Considerando que, ao constatar a concessão da vantagem como opção prevista no art. 2º da Lei nº 8.911, de 1994, em prol de servidores implementadores dos requisitos previstos no art. 193 da Lei nº 8.112, de 1990, a Sefip assinalou que: "é indevida a incorporação da vantagem que trata o art. 193 da Lei 8.112/1990, inclusive o pagamento parcial da função comissionada ("opção") aos servidores que implementaram os requisitos de aposentadoria após 16/12/1998, em face do disposto no art. 40, caput e § 2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 20/1998" (Peça 4);

Considerando que, diante dessa falha, a Sefip pugnou pela ilegalidade do referido ato de aposentadoria, com a subsequente negativa do registro, tendo o MPTCU anuído a essa proposta;

Considerando que a incorporação tanto da vantagem como "opção" prevista no art. 2º da Lei nº 8.911, de 1994, e no art. 18 da Lei nº 11.416, de 2006, quanto da vantagem como "quintos/décimos" transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) pelo art. 62-A da Lei nº 8.112, de 1990, foram objeto de aprofundada análise no âmbito do TC 027.914/2013-5, da Relatoria da Ministra Ana Arraes, tendo o Plenário do TCU prolatado o Acórdão 2.988/2018, a partir do Voto Revisor apresentado pelo Ministro Benjamin Zymler;

Considerando, contudo, que tal deliberação foi objeto de recurso, com efeito suspensivo, de tal modo que, como o julgamento do aludido processo pode alterar o entendimento até aqui adotado pelo Tribunal, mostra-se adequado sobrestar o presente processo até que haja a apreciação definitiva do TC 027.914/2013-5;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em determinar o sobrestamento dos presentes autos até a apreciação definitiva do TC 027.914/2013-5, tendo em vista a conexão e dependência da matéria apreciada.

1. Processo TC-030.056/2019-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Heleno Francisco de Menezes (CPF 103.430.245-00).
1.2. Órgão: Superior Tribunal de Justiça.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13264/2019 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Superior Eleitoral em favor de Eveline Caputo Bastos Serra;

Considerando que, ao constatar a concessão da vantagem como opção prevista no art. 2º da Lei nº 8.911, de 1994, em prol de servidores implementadores dos requisitos previstos no art. 193 da Lei nº 8.112, de 1990, a Sefip assinalou que: "é indevida a incorporação da vantagem que trata o art. 193 da Lei 8.112/1990, inclusive o pagamento parcial da função comissionada ("opção") aos servidores que implementaram os requisitos de aposentadoria após 16/12/1998, em face do disposto no art. 40, caput e § 2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 20/1998" (Peça 4);

Considerando que, diante dessa falha, a Sefip pugnou pela ilegalidade do referido ato de aposentadoria, com a subsequente negativa do registro, tendo o MPTCU anuído a essa proposta;

Considerando que a incorporação tanto da vantagem como "opção" prevista no art. 2º da Lei nº 8.911, de 1994, e no art. 18 da Lei nº 11.416, de 2006, quanto da vantagem como "quintos/décimos" transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) pelo art. 62-A da Lei nº 8.112, de 1990, foram objeto de aprofundada análise no âmbito do TC 027.914/2013-5, da Relatoria da Ministra Ana Arraes, tendo o Plenário do TCU prolatado o Acórdão 2.988/2018, a partir do Voto Revisor apresentado pelo Ministro Benjamin Zymler;

Considerando, contudo, que tal deliberação foi objeto de recurso, com efeito suspensivo, de tal modo que, como o julgamento do aludido processo pode alterar o entendimento até aqui adotado pelo Tribunal, mostra-se adequado sobrestar o presente processo até que haja a apreciação definitiva do TC 027.914/2013-5;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em determinar o sobrestamento dos presentes autos até a apreciação definitiva do TC 027.914/2013-5, tendo em vista a conexão e dependência da matéria apreciada.

1. Processo TC-030.369/2019-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Eveline Caputo Bastos Serra (CPF 428.322.411-15).
1.2. Órgão: Tribunal Superior Eleitoral.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13265/2019 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Superior do Trabalho em favor de Ana Maria Cândida de Toledo;

Considerando que, ao constatar a concessão da vantagem como opção prevista no art. 2º da Lei nº 8.911, de 1994, em prol de servidores implementadores dos requisitos previstos no art. 193 da Lei nº 8.112, de 1990, a Sefip assinalou que: "é indevida a incorporação da vantagem que trata o art. 193 da Lei 8.112/1990, inclusive o pagamento parcial da função comissionada ("opção") aos servidores que implementaram os requisitos de aposentadoria após 16/12/1998, em face do disposto no art. 40, caput e § 2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 20/1998" (Peça 5);

Considerando que, diante dessa falha e do indevido pagamento da vantagem de quintos, a Sefip pugnou pela ilegalidade do referido ato de aposentadoria, com a subsequente negativa do registro, tendo o MPTCU anuído a essa proposta;

Considerando que a incorporação tanto da vantagem como "opção" prevista no art. 2º da Lei nº 8.911, de 1994, e no art. 18 da Lei nº 11.416, de 2006, quanto da vantagem como "quintos/décimos" transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) pelo art. 62-A da Lei nº 8.112, de 1990, foram objeto de aprofundada análise no âmbito do TC 027.914/2013-5, da Relatoria da Ministra Ana Arraes, tendo o Plenário do TCU prolatado o Acórdão 2.988/2018, a partir do Voto Revisor apresentado pelo Ministro Benjamin Zymler;

Considerando, contudo, que tal deliberação foi objeto de recurso, com efeito suspensivo, de tal modo que, como o julgamento do aludido processo pode alterar o entendimento até aqui adotado pelo Tribunal, mostra-se adequado sobrestar o presente processo até que haja a apreciação definitiva do TC 027.914/2013-5;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. art. 143, inciso V, alínea "c", 260, § 1º, e 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n.º 246, de 2011, e no art. 47 da Resolução-TCU n.º 259, de 2014, em determinar o sobrestamento dos presentes autos até a apreciação definitiva do TC 027.914/2013-5, tendo em vista a conexão e dependência da matéria apreciada:

1. Processo TC-030.428/2019-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ana Maria Cândida de Toledo (CPF 316.930.161-68).
1.2. Órgão: Tribunal Superior do Trabalho (TST).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13266/2019 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Superior do Trabalho em favor de Viviane Moreira Caldas Cerqueira;

Considerando que, ao constatar a concessão da vantagem como opção prevista no art. 2º da Lei nº 8.911, de 1994, em prol de servidores implementadores dos requisitos previstos no art. 193 da Lei nº 8.112, de 1990, a Sefip assinalou que: "é indevida a incorporação da vantagem que trata o art. 193 da Lei 8.112/1990, inclusive o pagamento parcial da função comissionada ("opção") aos servidores que implementaram os requisitos de aposentadoria após 16/12/1998, em face do disposto no art. 40, caput e § 2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 20/1998" (Peça 4);

Considerando que, diante dessa falha, a Sefip pugnou pela ilegalidade do referido ato de aposentadoria, com a subsequente negativa do registro, tendo o MPTCU anuído a essa proposta;

Considerando que a incorporação tanto da vantagem como "opção" prevista no art. 2º da Lei nº 8.911, de 1994, e no art. 18 da Lei nº 11.416, de 2006, quanto da vantagem como "quintos/décimos" transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) pelo art. 62-A da Lei nº 8.112, de 1990, foram objeto de aprofundada análise no âmbito do TC 027.914/2013-5, da Relatoria da Ministra Ana Arraes, tendo o Plenário do TCU prolatado o Acórdão 2.988/2018, a partir do Voto Revisor apresentado pelo Ministro Benjamin Zymler;

Considerando, contudo, que tal deliberação foi objeto de recurso, com efeito suspensivo, de tal modo que, como o julgamento do aludido processo pode alterar o entendimento até aqui adotado pelo Tribunal, mostra-se adequado sobrestar o presente processo até que haja a apreciação definitiva do TC 027.914/2013-5;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em determinar o sobrestamento dos presentes autos até a apreciação definitiva do TC 027.914/2013-5, tendo em vista a conexão e dependência da matéria apreciada.

1. Processo TC-030.636/2019-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Viviane Moreira Caldas Cerqueira (CPF 309.846.611-15).
1.2. Órgão: Tribunal Superior do Trabalho.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13267/2019 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em favor de Esmeralda de Carvalho Monteiro Guedes;

Considerando que, ao constatar a concessão da vantagem como opção prevista no art. 2º da Lei nº 8.911, de 1994, em prol de servidores implementadores dos requisitos previstos no art. 193 da Lei nº 8.112, de 1990, a Sefip assinalou que: "é indevida a incorporação da vantagem que trata o art. 193 da Lei 8.112/1990, inclusive o pagamento parcial da função comissionada ("opção") aos servidores que implementaram os requisitos de aposentadoria após 16/12/1998, em face do disposto no art. 40, caput e § 2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 20/1998" (Peça 4);

Considerando que, diante dessa falha, a Sefip pugnou pela ilegalidade do referido ato de aposentadoria, com a subsequente negativa do registro, tendo o MPTCU anuído a essa proposta;

Considerando que a incorporação tanto da vantagem como "opção" prevista no art. 2º da Lei nº 8.911, de 1994, e no art. 18 da Lei nº 11.416, de 2006, quanto da vantagem como "quintos/décimos" transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) pelo art. 62-A da Lei nº 8.112, de 1990, foram objeto de aprofundada análise no âmbito do TC 027.914/2013-5, da Relatoria da Ministra Ana Arraes, tendo o Plenário do TCU prolatado o Acórdão 2.988/2018, a partir do Voto Revisor apresentado pelo Ministro Benjamin Zymler;

Considerando, contudo, que tal deliberação foi objeto de recurso, com efeito suspensivo, de tal modo que, como o julgamento do aludido processo pode alterar o entendimento até aqui adotado pelo Tribunal, mostra-se adequado sobrestar o presente processo até que haja a apreciação definitiva do TC 027.914/2013-5;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em determinar o sobrestamento dos presentes autos até a apreciação definitiva do TC 027.914/2013-5, tendo em vista a conexão e dependência da matéria apreciada.

1. Processo TC-030.650/2019-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Esmeralda de Carvalho Monteiro Guedes (CPF 059.436.391-87).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13268/2019 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - RJ em favor de Paulo Cesar de Weck;

Considerando que, ao constatar a concessão da vantagem como opção prevista no art. 2º da Lei nº 8.911, de 1994, em prol de servidores implementadores dos requisitos previstos no art. 193 da Lei nº 8.112, de 1990, a Sefip assinalou que: "é indevida a incorporação da vantagem que trata o art. 193 da Lei 8.112/1990, inclusive o pagamento parcial da função comissionada ("opção") aos servidores que implementaram os requisitos de aposentadoria após 16/12/1998, em face do disposto no art. 40, caput e § 2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 20/1998" (Peça 4);

Considerando que, diante dessa falha, a Sefip pugnou pela ilegalidade do referido ato de aposentadoria, com a subsequente negativa do registro, tendo o MPTCU anuído a essa proposta;

Considerando que a incorporação tanto da vantagem como "opção" prevista no art. 2º da Lei nº 8.911, de 1994, e no art. 18 da Lei nº 11.416, de 2006, quanto da vantagem como "quintos/décimos" transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) pelo art. 62-A da Lei nº 8.112, de 1990, foram objeto de aprofundada análise no âmbito do TC 027.914/2013-5, da Relatoria da Ministra Ana Arraes, tendo o Plenário do TCU prolatado o Acórdão 2.988/2018, a partir do Voto Revisor apresentado pelo Ministro Benjamin Zymler;

Considerando, contudo, que tal deliberação foi objeto de recurso, com efeito suspensivo, de tal modo que, como o julgamento do aludido processo pode alterar o entendimento até aqui adotado pelo Tribunal, mostra-se adequado sobrestar o presente processo até que haja a apreciação definitiva do TC 027.914/2013-5;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em determinar o sobrestamento dos presentes autos até a apreciação definitiva do TC 027.914/2013-5, tendo em vista a conexão e dependência da matéria apreciada.

1. Processo TC-031.146/2019-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Cesar de Weck (372.101.577-00)
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13269/2019 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - SP em favor de Bety Roledo;

Considerando que, ao constatar a concessão da vantagem como opção prevista no art. 2º da Lei nº 8.911, de 1994, em prol de servidores implementadores dos requisitos previstos no art. 193 da Lei nº 8.112, de 1990, a Sefip assinalou que: "é indevida a incorporação da vantagem que trata o art. 193 da Lei 8.112/1990, inclusive o pagamento parcial da função comissionada ("opção") aos servidores que implementaram os requisitos de aposentadoria após 16/12/1998, em face do disposto no art. 40, caput e § 2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 20/1998" (Peça 4);

Considerando que, diante dessa falha, a Sefip pugnou pela ilegalidade do referido ato de aposentadoria, com a subsequente negativa do registro, tendo o MPTCU anuído a essa proposta;

Considerando que a incorporação tanto da vantagem como "opção" prevista no art. 2º da Lei nº 8.911, de 1994, e no art. 18 da Lei nº 11.416, de 2006, quanto da vantagem como "quintos/décimos" transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) pelo art. 62-A da Lei nº 8.112, de 1990, foram objeto de aprofundada análise no âmbito do TC 027.914/2013-5, da Relatoria da Ministra Ana Arraes, tendo o Plenário do TCU prolatado o Acórdão 2.988/2018, a partir do Voto Revisor apresentado pelo Ministro Benjamin Zymler;

Considerando, contudo, que tal deliberação foi objeto de recurso, com efeito suspensivo, de tal modo que, como o julgamento do aludido processo pode alterar o entendimento até aqui adotado pelo Tribunal, mostra-se adequado sobrestar o presente processo até que haja a apreciação definitiva do TC 027.914/2013-5;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em determinar o sobrestamento dos presentes autos até a apreciação definitiva do TC 027.914/2013-5, tendo em vista a conexão e dependência da matéria apreciada.

1. Processo TC-031.157/2019-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Bety Roledo (CPF 056.557.048-03).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13270/2019 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - MG em favor de Julimar César Carrano;

Considerando que, ao constatar a concessão da vantagem como opção prevista no art. 2º da Lei nº 8.911, de 1994, em prol de servidores implementadores dos requisitos previstos no art. 193 da Lei nº 8.112, de 1990, a Sefip assinalou que: "é indevida a incorporação da vantagem que trata o art. 193 da Lei 8.112/1990, inclusive o pagamento parcial da função comissionada ("opção") aos servidores que implementaram os requisitos de aposentadoria após 16/12/1998, em face do disposto no art. 40, caput e § 2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 20/1998" (Peça 4);

Considerando que, diante dessa falha, a Sefip pugnou pela ilegalidade do referido ato de aposentadoria, com a subsequente negativa do registro, tendo o MPTCU anuído a essa proposta;

Considerando que a incorporação tanto da vantagem como "opção" prevista no art. 2º da Lei nº 8.911, de 1994, e no art. 18 da Lei nº 11.416, de 2006, quanto da vantagem como "quintos/décimos" transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) pelo art. 62-A da Lei nº 8.112, de 1990, foram objeto de aprofundada análise no âmbito do TC 027.914/2013-5, da Relatoria da Ministra Ana Arraes, tendo o Plenário do TCU prolatado o Acórdão 2.988/2018, a partir do Voto Revisor apresentado pelo Ministro Benjamin Zymler;

Considerando, contudo, que tal deliberação foi objeto de recurso, com efeito suspensivo, de tal modo que, como o julgamento do aludido processo pode alterar o entendimento até aqui adotado pelo Tribunal, mostra-se adequado sobrestar o presente processo até que haja a apreciação definitiva do TC 027.914/2013-5;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em determinar o sobrestamento dos presentes autos até a apreciação definitiva do TC 027.914/2013-5, tendo em vista a conexão e dependência da matéria apreciada.

1. Processo TC-031.174/2019-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Julimar César Carrano (CPF 389.942.326-72).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - MG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13271/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.479/2019-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: João Jose de Sousa (CPF 058.999.154-04).
1.2. Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Estado da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13272/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.486/2019-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ângela Maria de Paula (CPF 763.183.628-00).
1.2. Entidade: Universidade Federal de São Paulo - Unifesp.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13273/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.537/2019-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Wanda Souza (CPF 257.729.026-87).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13274/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.561/2019-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Aylton Joaquim de Santa Anna (CPF 148.651.227-53).
1.2. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13275/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.569/2019-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: João de Hollanda Cavalcanti Filho (CPF 216.630.687-04); Jose Raimundo de Andrade Lima (CPF 005.258.204-34) e Luiz Carlos Tanaka (CPF 499.440.888-20).
1.2. Entidade: Banco Central do Brasil.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13276/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento do interessado de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.583/2019-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jorge Marcos dos Anjos Governo (CPF 363.787.047-91).
1.2. Entidade: Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13277/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.606/2019-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Charles Moraes Sonnenstrahl (CPF 093.120.130-68).
1.2. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13278/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.693/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luís Ramon Marques da Rocha Gorgot (CPF 387.574.940-53) e Newton Flávio Soares Ferreira (CPF 076.760.498-90).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13279/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.071/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antônio Júlio Lisboa Neto (CPF 225.486.531-53); Augusto Cesar Costa Marques (CPF 393.277.872-34); Carlos Leandro Hanke (CPF 085.289.869-00); Carmélio Araújo Abou El Hossn (CPF 672.992.533-72); Eliveuto de Almeida Figueiredo (CPF 011.825.611-44); Emerson Goncalves Pimentel (CPF 315.012.278-31); Franciane Martins Rocha (CPF 312.147.238-02); Ivan Victor Correa Picanco (CPF 011.230.822-86); Marcos Dias de Souza (CPF 033.068.301-27) e Ricardo Fernandes (CPF 286.205.771-15).
1.2. Entidade: Liquigás Distribuidora S.A. - Petrobras.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13280/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.563/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Alberto Balbinot (CPF 327.389.860-72); Carlos Guilherme Morgado Pinto (CPF 854.804.527-20) e Dayan Pereira da Silva (CPF 771.096.784-15).
1.2. Entidade: Departamento de Polícia Federal - DPF.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13281/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.707/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Caroline Barbosa Contente Nogueira (CPF 816.805.542-04); Cristiana da Silva (CPF 310.945.948-57); Eliane Aparecida Miqueletti (CPF 982.090.001-87); Fábio de Oliveira Riuto (CPF 711.134.281-04); Kátia Felix da Silva (CPF 436.504.574-15); Renato Guilherme Silveira Correa Silva (CPF 290.428.718-30); Victor Jorge Guerreiro (CPF 870.684.001-91) e Viviana de Oliveira Torres (CPF 008.970.661-70).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13282/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.715/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alba Maria Alves Vasconcelos (CPF 043.149.834-26); Aleíde Tavares e Silva (CPF 025.690.814-18); Alessandra Abrantes Soares da Silva (CPF 065.687.404-03); Alessandro Magno de Figueiredo Lacerda (CPF 561.936.103-91); Alexandre Bittencourt Pedreira (CPF 822.992.345-00); Alícia Ferreira Pereira Arce (CPF 650.451.813-00); Aline Duarte Maranhão (CPF 048.473.114-93); Alinne Katienny Lima Silva Macambira (CPF 901.847.771-00); Allana Maria Martins (CPF 010.838.381-48) e Almira Maria Monteiro Gomes (CPF 262.102.583-87).
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13283/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.724/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Claudean Serra Reis (CPF 613.372.423-49); Claudecília de Oliveira Teixeira (CPF 660.134.883-04); Claudenice de Souza Costa (CPF 073.731.504-03); Claudia Aragão Sena de Franca (CPF 034.538.754-60); Claudia Campoi Roman (CPF 420.921.242-34); Claudia Cristina Bezerra do Vale (CPF 043.633.414-32); Claudia Cristina de Lima Cambi (CPF 018.543.354-56); Claudia Daniela Freire Araújo (CPF 005.867.985-52); Claudia Felix da Silva (CPF 793.896.782-34) e Claudia de Pinho Santos (CPF 048.152.654-45)
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13284/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.731/2019-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Danylo Mendes Amarante (CPF 008.480.684-24); Daviana Meireles Nobre Lima (CPF 058.841.624-05); Dayanne Kallassa Barbosa do Nascimento (CPF 015.925.201-62); Dayse Christiane Leal de Carvalho (CPF 919.619.475-87); Débora Evamgelista Martins (CPF 329.435.124-00); Débora Nascimento Costa (CPF 020.181.905-80); Débora Silva Cavalcanti (CPF 057.635.984-07); Débora de Jesus dos Santos Menezes (CPF 007.183.683-71); Déborah Mota de Lima (CPF 014.127.274-05) e Deise Chaves Santos Neves (CPF 011.679.665-03).
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13285/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.863/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luiz Augusto Freire Lopes (CPF 574.031.808-44); Luiz Henrique Carvalho Simões de Melo (CPF 030.741.674-75); Luiz Octávio Rodrigues Ferreira (CPF 123.211.317-48); Luiz Otávio Nogueira da Silva (CPF 167.230.904-20); Luiz Otávio Pereira da Cunha (CPF 018.650.357-18); Luiza Aurela Filha Abreu (CPF 382.946.643-91); Luiza Emanuelle Silva dos Santos (CPF 037.996.664-60); Luiza Fernanda Ferreira Fernandes (CPF 012.112.615-30); Lukandda Cury de Medeiros Castro (CPF 010.857.924-71) e Marcelo de Oliveira Ribeiro Paixão (CPF 002.480.325-18).
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13286/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.885/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Maura Rúbia Carvalho (CPF 819.000.907-91); Maureen de Oliveira Azevedo Bezerra (CPF 047.747.116-16); Mauri Bezerra Góis (CPF 632.855.174-68); Maurício Teixeira Martins da Costa Filho (CPF 086.738.647-98); Maurício Vieira Pinheiro (CPF 861.806.223-53); Mauriene Manuela Gonçalves Menezes Boden (CPF 007.016.193-33); Max Freitas da Silveira (CPF 771.392.245-87); Max Naves Lemes (CPF 923.445.931-87); Maxilene Padilha Gonçalves Gomes (CPF 959.071.223-15) e Maximiana Aparecida dos Reis Fonseca (CPF 090.997.827-13).
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13287/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.907/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Pedro Rodolfo Morelli (CPF 365.937.078-99); Pedro Vinicius Amorim de Medeiros Patriota (CPF 046.513.794-60); Phelipe Cunha Bezerra (CPF 045.981.334-06); Polliana Rodrigues Barros de Moura (CPF 060.896.094-20); Polyana Evangelista Lima (CPF 014.162.345-43); Priscila Borba de Souza (CPF 055.017.324-24); Priscila Fernanda Biotti Bovo (CPF 057.533.279-40); Priscila Pereira Machado Guimarães (CPF 072.939.654-19); Priscila de Souza Magalhães (CPF 964.911.753-91) e Priscila de Vasconcelos Monteiro (CPF 648.258.923-53).
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13288/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.910/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rafael Ribeiro Pereira (CPF 006.645.503-04); Rafael Straus Timbo Vasconcelos (CPF 759.014.633-15); Rafaela Mendes Vale (CPF 063.699.234-94); Rafaela Vivia Almeida Rocha (CPF 825.560.085-04); Rafaele Carla Pivetta de Araújo (CPF 015.175.021-10); Rafaella Felix Serafim Veras (CPF 064.732.864-03); Rafhael Apolinário da Silva (CPF 044.051.584-01); Raimunda Claudia Santiago Melo (CPF 723.801.013-53); Raimunda Helena da Hora (CPF 236.544.302-87) e Raimunda Marques de Melo (CPF 309.918.703-87).
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13289/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.000/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Erika Shizue Hayashida (CPF 015.429.142-05); Fabrício dos Santos Rodrigues (CPF 938.091.072-04); Igor Souza Pereira (CPF 983.962.186-68); Indira Cavalcante da Rocha Marques (CPF 388.694.382-87); Jaqueline Pereira de Araújo (CPF 016.262.491-30); Jean Pedro Costa Goncalves (CPF 966.773.252-53); Jefferson Carmo da Costa (CPF 657.097.992-20); Jordao Benetti (CPF 008.222.510-94); Kátia Barbara da Silva Santos (CPF 395.855.572-15) e Laécio Rocha de Sena (CPF 007.923.783-50).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13290/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.017/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Andressa Silva Rebouças (CPF 912.618.052-91); Larissa Oliveira Lira (CPF 530.245.082-87) e Maria Leilza Pires (CPF 574.565.003-63).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13291/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.059/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Prieto Valente (CPF 081.438.647-40); Alexsandre de Andrade Neves (CPF 011.775.207-02); Ana Lívia Garcia Brum (CPF 036.574.846-39); Andrea Peçanha da Silva (CPF 001.603.967-00); Aparecido Jesus da Silva (CPF 729.718.787-91); Brena Ralha Wilms (CPF 054.950.417-63); Carla Braga e Silva (CPF 095.435.087-12); Carlos Alexandre Anavante Baptista (CPF 018.166.947-11); Elaine Silva Nascimento Andrade (CPF 074.884.427-92) e Elisa Ester do Espirito Santo Sardinha (CPF 864.238.197-34).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13292/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.083/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Firmino Brito (CPF 319.486.828-42); Claudio Maximiliano Zaina (CPF 120.317.538-86); Kissyla Premoli Bueno (CPF 123.279.157-16); Manoella Brito da Costa (CPF 360.079.298-92); Rafael Sammarco Martins (CPF 325.901.098-06); Vanessa dos Santos Tavares (CPF 098.678.917-83); Vitor Gustavo de Amorim (CPF 303.342.318-33) e Vonaldo Feitosa de Siqueira (CPF 021.356.244-89).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13293/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.160/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Alex de Andrade Morais (CPF 028.434.386-24).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região - TRT/GO.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13294/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.909/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Wilmara Lopes Fialho (CPF 099.003.466-61).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - UFV.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13295/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.915/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Deyvson de França da Silva (CPF 091.442.204-99); Jakson Ney da Costa Reis (CPF 001.573.873-64); Leandro Augusto e Silva Miranda Cavalcante (CPF 046.727.334-08) e Vladiere Sousa Torres Oliveira (CPF 328.371.918-76).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13296/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.512/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Diego Parcianello Bastos (CPF 039.130.590-59); Dionathan Fagundes Ferreira (CPF 040.237.640-43); Leonardo Trindade Sangoi (CPF 037.005.620-55); Matheus Mello Goulart (CPF 038.833.850-42) e Raphael Hofmann da Silva (CPF 041.826.940-82).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica (vinculador).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13297/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.667/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Hiorran Karl Barbosa (CPF 099.322.116-56) e Warlem Ferreira da Silva (CPF 139.482.117-44).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando do Exército (vinculador).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13298/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.854/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Mario Augusto Figueiredo de Athayde (CPF 067.582.594-63) e Tadeu Coutinho Ferreira (CPF 123.122.807-52).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando da Marinha (vinculador).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13299/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do desligamento do servidor, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.042/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jonildo Sousa Oliveira (CPF 846.280.062-53).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13300/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.060/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Geane Lopes Flores (CPF 099.629.437-60); Jorge Quintas (CPF 103.966.477-66) e Simone de Freitas de Souza (CPF 129.283.617-23).
1.2. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13301/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.533/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adilson Severo de Souza (CPF 087.545.087-38); Adriana Costa Cardoso (CPF 074.437.377-85); Alan Rodrigo de Paiva Gonçalves (CPF 122.428.947-14); Cristiane Monteiro de Sousa Pedrosa (CPF 024.068.167-37); David Marinho de Lima Junior (CPF 105.035.857-00); Elise Gonçalves Vogas de Souza (CPF 111.247.677-62); Jéssica dos Anjos Oliveira (CPF 145.153.017-05); Juliana Rezende Soares (CPF 125.519.057-45); Kizzy Emanoelle Cesário da Silva (CPF 127.430.247-12); Luís Felippe Stellet da Silva Peixoto (CPF 125.672.107-76); Marcella Freire Ventin (CPF 106.554.787-01); Mariana Moreira da Fonseca Nolte (CPF 143.146.007-99); Mariana Peluso de Araújo (CPF 026.667.147-05); Michelli Rocha Estima (CPF 098.640.067-03); Miljenko Zurovac (CPF 060.501.807-33); Miriam de Souza Costa (CPF 023.167.077-00); Priscila Vieira de Oliveira (CPF 100.699.907-86); Rafael de Castro Lima Barroso (CPF 124.324.787-89); Tássia Gimenes Alves (CPF 057.698.407-81) e Victor Miranda Louzada (CPF 056.816.027-45).
1.2. Entidade: Colégio Pedro II no Rio de Janeiro - RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13302/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do desligamento da servidora, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.536/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Sandra Cristina Porsche (CPF 678.543.540-49).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13303/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do desligamento do servidor, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.701/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ricardo da Silva e Silva (CPF 904.127.960-15).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13304/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato, a partir do desligamento do servidor, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.739/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jose Alexandre Welter (CPF 613.976.281-20)
1.2. Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13305/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do desligamento do servidor, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.745/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rogério Gonçalves dos Santos (CPF 053.924.018-48).
1.2. Entidade: Universidade Federal de São Paulo - Unifesp.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13306/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.685/2019-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Creusa Coimbra dos Santos (CPF 034.130.394-15).
1.2. Órgão: Superintendência de Administração do então Ministério da Fazenda no Estado de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13307/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.702/2019-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: João Victor Correa Braga (CPF 875.434.942-72).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13308/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.735/2019-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Bárbara de Jesus Santos da Silva (CPF 492.180.775-20) e Nelson Jorge de Araújo Góes (CPF 001.002.005-59).
1.2. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13309/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.930/2019-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Zuleika Rocha Alvares (CPF 159.144.758-56).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13310/2019 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de monitoramento da determinação prolatada, no âmbito do TC-019.446/2014-4, pelo item 9.4 do Acórdão 6.114/2017-2ª Câmara, com o complemento pelo Acórdão 833/2018-2ª Câmara, nos seguintes termos:

"(...) 9.4. fixar o prazo de 90 (noventa) dias, contados da ciência desta deliberação, para que a Secretaria da Economia da Cultura informe o TCU sobre a situação atual do Convênio 770554 firmado com a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, aí incluído o posicionamento conclusivo sobre o cumprimento do objeto e a respectiva prestação de contas";

Considerando que o aludido TC-019.446/2014-4 tratou de prestação de contas anuais da então Secretaria de Economia Criativa (SEC) junto ao então Ministério da Cultura (MinC) para o exercício de 2013;

Considerando que, ao discorrer sobre o referido item 9.4 do Acórdão 6.114/2017, a Secretaria da Economia da Cultura (SEC) informou, em 8/11/2017, o seguinte: (i) estaria a contatar os convenentes com vistas à atualização do andamento dos projetos para a posterior análise das prestações de contas ante as reformulações

organizacionais iniciadas por meio do Decreto nº 8.837, de 2016; (ii) o Convênio nº 770554 firmado com a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro estaria sob a análise da Coordenação-Geral de Acompanhamento e Prestação de Contas da SEC, mas, até aquela data, não teria sido finalizada, tendo, por isso, solicitado a renovação do prazo para o atendimento à determinação;

Considerando que, ao discorrer, ainda, sobre o referido item 9.4 do Acórdão 6.114/2017, a SEC teria esclarecido posteriormente, em 9/5/2018, o seguinte: (i) a Coordenação-Geral de Acompanhamento e Prestação de Contas teria realizado a análise financeira do ajuste e, diante das inconsistências constatadas, teria instado a Consultoria Jurídica para se manifestar e proceder à análise do relatório técnico a fim de dar maior suporte legal às providências a serem tomadas; (iii) teria emitido diligência ao proponente, tendo ela sido atendida parcialmente, e o documento estaria em análise; (iii) teria realizado a vistoria in loco, tendo a área técnica atestado que o convênio estaria em execução satisfatória, podendo os resultados da vistoria ser acessados diretamente no SICONV; (iv) o convenente teria solicitado novamente a dilação de prazo por meio de termo aditivo, visando à execução dos recursos remanescentes;

Considerando que, a partir da pesquisa realizada no portal de convênios do governo federal, verificou-se que o Convênio 770554 teve início em 3/7/2012 e teria a vigência até 30/6/2019, estando normal a sua respectiva situação de contratação atual, pois se encontraria em execução, de forma que a sua prestação de contas ainda não teria sido promovida (Peças nos 84 a 87);

Considerando que, a partir da verificação suplementar, analisou-se, ainda, o cumprimento do item 9.3 do referido acórdão proferido nos seguintes termos:

"(...) 9.3. determinar à Secretaria de Economia Solidária, com fundamento no art. 18 da Lei 8.443, de 1992, e no art. 208, § 2º, do Regimento Interno do TCU (RITCU) , que inclua, no próximo relatório de gestão a ser apresentado ao TCU, as informações sobre as providências adotadas para a melhoria de procedimentos e controles administrativos relativos à:

9.3.1. instituição de indicadores capazes de viabilizar a efetiva avaliação dos resultados institucionais, incluindo as informações sobre a metodologia de coleta, processamento e divulgação dos indicadores usados, além da análise crítica sobre os resultados apurados;

9.3.2. atualização tempestiva de informações no Siconv sobre os convênios e contratos de repasse firmados para a descentralização de recursos federais, inclusive sobre os ajustes que, por sua natureza, não operam com Ordem Bancária de Transferência Voluntária (OBTV) , em consonância com o Decreto 6.170/2007 e as demais normas aplicáveis;

9.3.3. promoção de acompanhamento e fiscalização das transferências voluntárias para verificar o cumprimento do objeto pactuado, a partir da averiguação prévia à celebração dos aludidos ajustes, sobre a sua capacidade técnica, financeira e operacional para esse fim, nos moldes estabelecidos na legislação aplicável e reiterados na jurisprudência deste Tribunal;

9.3.4. verificação da capacidade técnico-operacional para a execução de objeto por entidade privada, previamente à celebração do ajuste para a descentralização de recursos federais;

9.3.5. definição clara dos objetos pactuados nos termos de cooperação com as fundações de apoio a universidades, pela conexão com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio de prazo determinado e de produtos bem definidos, vedando a subcontratação para a prestação de serviços ou os fornecimentos de bens que possam ser obtidos diretamente no mercado, conforme já assentado na jurisprudência do TCU (v.g.: Acórdão 1.973/2008, da 1ª Câmara, e Acórdão 2.093/2012, do Plenário) ;

9.3.6. previsão de metas claras nos planos de trabalho, com a indicação dos setores beneficiados, dentre outros elementos, demonstrando, assim, a vinculação direta dos objetos ajustados com as políticas de fomento à economia criativa;

9.3.7. redução do estoque de restos a pagar (processados e não processados) e à prevenção da acumulação de compromissos de exercícios anteriores";

Considerando que, ao discorrer sobre o item 9.3.1 do referido acórdão (instituição de indicadores de desempenho, metodologia de coleta e análise crítica dos resultados), a SEC informou que teria sido contratada a empresa para a qualificação dos gestores de modo a capacitá-los a elaborar e implementar as metas em sintonia com o Plano Nacional de Cultura e, em face da reestruturação promovida a partir do Decreto 8.837, de 2016, o novo plano estratégico da instituição estaria em elaboração;

Considerando que, ao discorrer sobre o item 9.3.2 do referido acórdão (atualização tempestiva das informações sobre convênios e contratos de repasse no Siconv), a SEC informou que, a partir da publicação do Decreto 8.837, de 2016, teria sido instituída a Coordenação-Geral de Acompanhamento e Prestação de Contas (CGAPC/SEC), com a competência para a execução das ações inerentes à prestação de contas e ao acompanhamento dos instrumentos para a transferência de recursos federais;

Considerando que, ao discorrer sobre o item 9.3.3 do referido acórdão (acompanhamento e fiscalização das transferências voluntárias), a SEC informou que competiria à CGAPC-SEC executar as ações sobre a prestação de contas e o acompanhamento dos instrumentos para a transferência de recursos federais, ao passo que subsistiria a proposta de reestruturação do setor de fiscalizações, contemplando a criação de unidade para planejar e promover a fiscalização dos instrumentos;

Considerando que, ao discorrer sobre o item 9.3.4 do referido acórdão (acompanhamento e fiscalização das transferências voluntárias), a SEC informou que a necessidade de verificação da capacidade técnico-operacional para a execução do objeto avençado seria assegurada pela unidade em virtude da sua assertiva no sentido de deter o total conhecimento das normas aplicáveis às rotinas de averiguação da capacidade técnica dos potenciais empresas contratadas, a partir da publicação da Lei nº 13.019, de 2014, e do Decreto 8.276, de 2016, ao disporem sobre o termo de colaboração entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público recíproco;

Considerando que as informações atinentes ao cumprimento do item 9.3.5 do referido acórdão não teriam sido incluídas no Relatório de Gestão e no Relatório de Avaliação da CGU emitidos até o exercício de 2017 e publicados em abril de 2018 e em agosto de2018;

Considerando, por esse prisma, que, após a análise do feito, a unidade técnica assinalou que teriam sido cumpridas as determinações proferidas pelos itens 9.3, 9.3.1, 9.3.2, 9.3.3, 9.3.4, 9.3.6, 9.3.7 e 9.4 do Acórdão 6.114/2017-TCU-2ª Câmara;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, nos termos dos arts. 143, V, "a", e 169, V, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

(i) considerar cumpridas as determinações expedidas à Secretaria da Economia da Cultura por meio dos itens 9.3, 9.3.1, 9.3.2, 9.3.3, 9.3.4, 9.3.6 e 9.3.7 do Acórdão 6.114/2017-TCU-2ª Câmara;

(ii) considerar não cumprida a determinação expedida à Secretaria da Economia da Cultura por meio do item 9.3.5 do Acórdão 6.114/2017-TCU-2ª Câmara;

(iii) considerar em cumprimento a determinação expedida à Secretaria da Economia da Cultura por meio do item 9.4 do Acórdão 6.114/2017-TCU-2ª Câmara; e

(iv) prolatar as determinações abaixo indicadas:

1. Processo TC-019.446/2014-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício de 2013)

1.1. Responsáveis: Claudia Sousa Leitão (CPF 136.712.353-49); Georgia Haddad Nicolau (CPF 350.443.588-78); Luciana Lima Guilherme (CPF 423.672.123-68); Luiz Antônio Gouveia de Oliveira (CPF 391.210.463-87); Marcos André Rodrigues de Carvalho (CPF 003.131.037-04); Maria Suzete Nunes (CPF 233.944.123-49) e Mércia Maria Aquino de Queiroz (CPF 110.485.145-87).

1.2. Órgão: Secretaria de Economia Criativa (SEC), anteriormente integrante do Ministério da Cultura (MinC), e atualmente subordinada à Secretaria Especial da Cultura, do Ministério da Cidadania.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Trabalho e Entidades Paraestatais (SecexTrabalho).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Fazer as seguintes determinações:

1.7. Determinar:

1.7.1. à Secretaria Especial da Cultura, do Ministério da Cidadania que adote as seguintes medidas:

1.7.1.1 informe o TCU sobre a derradeira situação do Convênio 770554, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, anunciando, entre outros elementos, as medidas adotadas diante das irregularidades porventura detectadas;

1.7.1.2 encaminhe ao TCU as informações sobre o efetivo cumprimento do itens 9.3.5 e 9.4 do Acórdão 6.114/2017-TCU-2ª Câmara, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias;

1.7.2 à SecexTrabalho que adote as seguintes medidas:

1.7.2.1. informe à Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania que a falta de definição clara sobre os objetos pactuados nos termos de cooperação com as fundações de apoio a universidades pela conexão com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio de prazo determinado e de produtos bem definidos, vedada a subcontratação para a prestação de serviços ou os fornecimentos de bens que possam ser obtidos diretamente no mercado, conforme expresso no item 9.3.5 do Acórdão 6.114/2017-TCU-2ª Câmara, de 4/7/2017, estaria em desacordo com a jurisprudência do TCU (v.g.: Acórdão 1.973/2008, da 1ª Câmara, e Acórdão 2.093/2012, do Plenário), a exemplo do verificado nos termos de cooperação celebrados com as universidades federais dentro dos Processos Administrativos 01400.018509/2013-91, de 5/8/2013, 01400.018512/2013-13, de 18/5/2013, 01400.015587/2013-34, de 29/7/2013, 01400.015588/2013-89, de 15/8/2013, e 01400.015590/2013-58, de 19/8/2013 (Relatório de Auditoria Anual de Contas 201407121, da CGU, p. 95-98);

1.7.2.2 envie a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, à Secretaria Especial da Cultura, do Ministério da Cidadania, para ciência e providências cabíveis; e

1.7.2.3 arquive o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento sobre o cumprimento das determinações proferidas pelos itens 1.7.1.1 e 1.7.1.2 deste Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 13311/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em julgar regulares as contas dos responsáveis relacionados no item 1.1 deste Acórdão e lhes dar quitação plena, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, sem prejuízo de prolatar as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.939/2019-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2018)

1.1. Responsáveis: Afonso Mauro Pinho Ribeiro (143.956.146-04); Alessandro Geraldo Dias (038.815.156-07); Alexandre Magno de Moura (929.537.946-20); Alfeu Freitas Abreu (403.955.376-49); Amaro Gadbem (631.334.156-20); André Coelho Borges de Medeiros (259.826.136-49); Antônio Augusto Mesquita Fonte Boa (426.176.006-10); Antônio Lopes Neto (830.405.286-53); Caio Márcio Goulart (263.099.476-72); Carlos Alberto Apolinário (853.440.606-53); Carlos Eduardo Mendes Guimarães Junior (896.483.076-87); Cibele Cristina Lemos de Oliveira (620.606.516-20); Claudio Marconi Ferreira Tomaz (944.765.356-15); Edilson Avelino da Mata (555.783.906-25); Elias Jorge Salomão Barburi (001.736.576-72); Flávio Oliveira Izac (078.165.786-52); Francisco de Paula Becattini Filho (087.422.866-20); Gilbert Lacerda Silva (036.283.846-13); Grijalva de Carvalho Lage Duarte Junior (054.865.376-38); Henrique Cesar de Oliveira (664.519.656-34); João Carlos Gontijo de Amorim (162.017.016-72); Jose Donaldo Bittencourt Junior (452.047.306-30); Jose Geraldo de Oliveira Motta (204.080.216-91); Jose Porfiro do Carmo (023.086.146-68); Leonardo Tury Haddad (010.693.916-54); Luciano de Assis Fagundes (811.533.416-20); Lúcio Emílio de Faria Junior (198.793.776-72); Lázaro Luiz Gonzaga (130.106.546-34); Marcelo Augusto Ferreira Leite (926.937.766-00); Marcelo Carneiro Arabe (320.488.406-63); Marcus do Nascimento Cury (042.842.166-00); Mário Borges do Amaral (142.145.636-20); Mônica Soares Lage Costa (008.254.826-90); Robertus Ferdinandus Maria Van Doornik (154.863.546-49); Rodrigo Natal Rocha (393.787.216-72); Ronaldo Ferreira Gualberto da Costa (783.412.566-49); Rony Anderson de Andrade Rezende (761.698.556-49); Sebastião da Silva Andrade (043.111.676-87) e Vera Lucia Freitas Luzia (160.982.856-91).

1.2. Entidade: Administração Regional do Sesc no Estado de Minas Gerais - Sesc/MG.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Trabalho e Entidades Paraestatais (SecexTrabalho).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar que a Secex/Trabalho adote as seguintes medidas:

1.7.1. envie a cópia do presente Acórdão, acompanhada da cópia do parecer da unidade técnica, à Administração Regional do Sesc no Estado de Minas Gerais - Sesc/MG; e

1.7.2. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 13312/2019 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em desfavor de Raimundo Vieira de Brito, como então prefeito municipal no período de 1º/1/2009 a 31/12/2012, diante da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos por força do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante o exercício de 2012, tendo o prazo da prestação de contas se encerrado em 30/4/2013;

Considerando que, no âmbito do TCU, o aludido responsável foi citado pelo débito sob o valor de R$ 418.122,68 (sem juros), com a data de referência em 1º/1/2017, diante da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados ao Município de Piracuruca - PI em face da omissão no dever de prestar contas dos valores transferidos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), durante o exercício de 2012, tendo o prazo da prestação de contas se encerrado em 30/4/2013; além de, também, ter sido ouvido em audiência pela não disponibilização das condições materiais mínimas e necessárias para o seu sucessor poder apresentar a prestação de contas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para o exercício de 2012, tendo o prazo da prestação de contas se encerrado em 30/4/2013;

Considerando que, transcorrido o prazo regimental, o responsável permaneceu silente nos autos, caracterizando a sua revelia, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;

Considerando que, a partir das manifestações do responsável na fase interna desta TCE, a unidade técnica procurou buscar se subsistiria algum argumento tendente a ser aproveitado em favor do responsável, não tendo, porém, obtido sucesso, pois o responsável não se manifestou na fase interna;

Considerando, todavia, que, a partir de consulta aos sistemas corporativos da entidade instauradora (SIGPC), a Secex-TCE verificou que os repasses referentes ao PNAE-2012 estariam adimplentes na fase de "Análise" sob a situação de "Aguardando Análise";

Considerando que seria do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação a competência originária para fiscalizar a aplicação dos recursos federais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em 2012, além de analisar a respectiva prestação de contas;

Considerando, diante disso, que seria necessário promover a diligência junto ao FNDE para encaminhar o documento técnico sobre a análise promovida na prestação de contas do referido programa;

Considerando, enfim, que está nesse sentido o parecer emitido pela unidade técnica à Peça 40;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "c", e 201, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em prolatar as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.741/2019-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Raimundo Vieira de Brito (340.928.203-30).
1.2. Entidade: Município de Piracuruca - PI.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex/TCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar que a Secex-TCE adote as seguintes medidas:
1.7.1. realize a diligência junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, nos termos dos arts. 10, § 1º, e 11 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 157 do RITCU, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, encaminhe o seu pronunciamento conclusivo técnico sobre a análise da prestação de contas dos recursos repassados ao Município de Piracuruca - PI no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante o exercício de 2012;
1.7.2. informe ao FNDE que o não cumprimento de diligência ou de decisão deste Tribunal, no prazo fixado, sem causa justificada, poderá ensejar a aplicação da multa prevista no art. 58, IV, da Lei 8.443, de 1992, prescindindo, para tanto, da realização de prévia audiência, nos termos do art. 268, § 3º, do RITCU; e
1.7.3. envie a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, para ciência e efetivo cumprimento ao item 1.7.1 deste Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 13313/2019 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que se trata de processo de monitoramento da deliberação contida no item 1.7.1 do Acórdão 8.908/2015-TCU-2ª Câmara, proferida no âmbito do processo de representação (TC 033.289/2014-0), com determinação à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para que, tanto no acompanhamento do Convênio Siafi nº 677507 (número original 16/2013), quanto na apreciação da respectiva prestação de contas, proceda à análise à luz das informações constantes naquela representação, informando o TCU, no prazo de 120 dias após o encerramento da vigência do ajuste, sobre os resultados da análise e sobre as medidas adotadas;
Considerando que o processo nº TC 033.289/2014-0 cuidou de representação formulada pela Câmara Municipal de Limoeiro do Norte - CE acerca de possíveis irregularidades no Convênio nº 677507, destinado à execução de sistema de abastecimento de água em áreas rurais;
Considerando que na instrução da SecexSaúde acostada à Peça 108 consta que a Funasa havia informado acerca da impossibilidade de estipular data precisa para o encaminhamento de resposta conclusiva relativa à prestação de contas do aludido ajuste, vez que a municipalidade estaria com pendência em função da regularização da titularidade de posse do terreno onde fora executada a mencionada obra, a cargo do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs);
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "c", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n.º 246, de 2011, e no art. 47 da Resolução-TCU n.º 259, de 2014, em determinar o sobrestamento do presente processo pelo prazo de 60 (sessenta) dias, tendo em vista que a aludida dependência representaria obstáculo ao cumprimento da determinação contida no item 1.7.1 do Acórdão 8.908/2015-TCU-2ª Câmara:

1. Processo TC-000.791/2016-4 (MONITORAMENTO)
1.1. Apensos: 000.894/2019-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); 000.893/2019-6 (COBRANÇA EXECUTIVA).
1.2. Responsáveis: José Maria de Oliveira Lucena (CPF 002.016.183-20); Paulo Carlos Silva Duarte (CPF 096.594.803-00).
1.3. Entidade: Município de Limoeiro do Norte - CE.
1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).
1.7. Representação legal: Igor Cesar Rodrigues dos Anjos (OAB-CE 26.482), entre outros, representando José Maria de Oliveira Lucena.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13314/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em deferir a solicitação apresentada pelo Sr. Augusto Cesar Carvalho B. de Souza, como Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério do Turismo, e, assim, conceder a prorrogação de prazo pleiteada, ficando o Ministério do Turismo (MTur) autorizado a atender, excepcionalmente, até o dia 5/12/2019, ao item 1.6.1 do Acórdão 4.045/2019-TCU-2ª Câmara, conforme a proposta da unidade técnica:

1. Processo TC-001.183/2017-6 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.
1.2. Entidade: Empresa de Turismo de Pernambuco - Empetur.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar que a SecexDesenvolvimento envie a cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, ao Ministério do Turismo - MTur.

ACÓRDÃO Nº 13315/2019 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente monitoramento foi autuado com vistas a verificar o cumprimento da determinação exarada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) por meio do Acórdão 7.585/2017 prolatado pela 2ª Câmara do TCU, ao apreciar o TC-021.163/2017-0, nos seguintes termos:
"(...) 1.7. Determinar:
1.7.1. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que apure os indícios de superfaturamento no Contrato nº 049/2013 celebrado entre o Município de São Gonçalo/RJ e a Cooperativa de Pescadores e Agricultores Familiares Organizados (Coopafo) com vistas à aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar, instaurando, se necessário, a devida tomada de contas especial, de sorte que deve informar o TCU, no prazo de até 90 (noventa) dias, sobre o resultado das providências adotadas;"
Considerando que o aludido TC-021.163/2017-0 tratou de representação autuada a partir do recebimento da documentação encaminhada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, com a cópia digital do inteiro teor do voto proferido na apreciação do Processo TCE/RJ nº 217.872-1/2015, tratando da apuração de eventual superfaturamento na aquisição de gêneros alimentícios pelo Município de São Gonçalo - RJ com os recursos federais provenientes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
Considerando que, no referido processo, diante dos indícios de superfaturamento no Contrato nº 049/2013 celebrado entre o Município de São Gonçalo - RJ e a Cooperativa de Pescadores e Agricultores Familiares Organizados (Coopafo) para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar, foi exarada ao FNDE a aludida determinação do TCU, estando ora em monitoramento;
Considerando que, procedida a comunicação da determinação proferida pelo 1.7.1 do Acórdão 7.585/2017-TCU-2ª Câmara ao FNDE, a entidade apresentou as suas respostas às Peças nºs 2 e 3 (Ofício 27085/2017/Dginf/Copac/Audit-FNDE e Ofício 33511/2017/Diade/Cgapc/Difin-FNDE), encaminhando a cópia do Termo de Instauração de TCE 349/2017 e do Relatório de TCE 341/2017 - DIREC/COTCE/CGCAP/DIFIN/FNDE/MEC em face dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para o exercício de 2013;
Considerando que a tomada de contas especial instaurada ainda se encontraria na fase interna, tendo os seus autos sido encaminhados à Procuradoria Federal - PROFE, para as providências cabíveis, e à Auditoria Interna do FNDE, para a emissão de parecer, a inclusão dos dados pertinentes no sistema e-TCE e a posterior submissão à Controladoria Geral da União - CGU;
Considerando que, ao proceder à análise da resposta encaminhada pelo FNDE, a unidade técnica assinalou que a entidade teria implementado objetivamente a ação concreta para atender à determinação proferida pelo item 1.7.1 do Acórdão 7.585/2017-TCU-2ª Câmara;
Considerando, dessa forma, que o presente processo pode ser apensado definitivamente ao processo originador (TC-021.163/2017-0), pois o objetivo do presente monitoramento teria sido alcançado;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar cumprida a determinação expedida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) por meio do item 1.7.1 do Acórdão 7.585/2017 prolatado pela 2ª Câmara do TCU, no âmbito do TC-021.163/2017-0, e prolatar as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.940/2018-6 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.
1.2. Entidade: Município de São Gonçalo - RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEducação).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar que a SecexEducação adote as seguintes medidas:
1.7.1. envie a cópia do presente Acórdão, com o parecer da unidade técnica, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para ciência, determinando que o FNDE apresente, ao TCU, o resultado da TCE instaurada pelo Termo de Instauração de TCE 349/2017, dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias; e
1.7.2. apense o presente processo ao TC-021.163/2017-0, em obediência aos arts. 36 e 37 da Resolução TCU nº 259, de 2014.

ACÓRDÃO Nº 13316/2019 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de monitoramento da determinação proferida pelos itens 1.7.1 e 1.7.2 do Acórdão 11.247/2018-TCU-2ª Câmara, no bojo do TC-018.760/2016-3, em 13/11/2018, nos seguintes termos:
"(...) 1.7. Determinar:
1.7.1. à Caixa Econômica Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a Caixa informe o resultado de todas as providências adotadas em relação à prestação de contas da 2ª etapa na obra de construção da praça no Distrito Santa Rosa no Município de Iati - PE (caso existente), diante da eventual liberação da quantia de R$ 50.000,00 com vistas ao pagamento de parcela do Contrato de Repasse 0200.665-69 (Siafi 585272), esclarecendo, ainda, o motivo de referido ajuste se encontrar na situação de "excluído" no Siafi;
1.7.2. à Secex-PE que adote as seguintes medidas:
1.7.2.1. informe o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco sobre a situação do Contrato de Repasse 0199.524/2006 (Siafi/Siconv 585193) já julgado pelo TCU no âmbito do TC019.034/2015-6 por meio do Acórdão 6.370/2017-TCU-2ª Câmara;
1.7.2.2. encaminhe a cópia do presente Acórdão ao Ministério Público junto ao TCU para, se for o caso, interpor o eventual recurso legal contra o referido Acórdão 6.370/2017-TCU-2ª Câmara, a partir dos novos elementos de convicção porventura apresentados no presente processo de representação;
1.7.2.3. envie a cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, ao representante, à Caixa Econômica Federal e ao Ministério do Turismo; e
1.7.2.4. apense o presente processo ao TC-019.934/2015-6, nos termos do art. 36 da Resolução TCU n.º 259, de 2014.";
Considerando que o aludido TC-018.760/2016-3 tratou de representação autuada a partir do recebimento do Ofício TCE/DP/NAS/GEEC nº 349/2016 enviado pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, encaminhando a cópia do Acórdão T.C. nº 1188/14 e do laudo de auditoria sobre a auditoria especial realizada na Prefeitura Municipal de Iati - PE, no bojo do T.C. nº 1301834-6, além do Acórdão T.C. nº 575/16 referente ao T.C. nº 1408027-8 (recurso ordinário);
Considerando que, nos aludidos processos, embora tenha sido assinalada a subsistência de notícias no sentido da não conclusão das obras inerentes aos ajustes celebrados entre o Ministério do Turismo - MTUR, por intermédio da Caixa Econômica Federal - Caixa, e o Município de Iati - PE (Peça nº 2, p. 2 e 7-12), o TCU assinalou que o controle e a fiscalização sobre os recursos federais transferidos, além da análise da prestação de contas, corresponderiam a atribuições primárias dos órgãos e entidades repassadores dos recursos e, assim, decidiu por conhecer do feito e dar por prejudicada a sua apreciação de mérito, prolatando a referida determinação à Caixa, além de enviar a cópia do referido acórdão, com o parecer da unidade técnica, ao representante, à Caixa Econômica Federal e ao Ministério do Turismo;
Considerando que, em 14/12/2018, chegou ao TCU a resposta da Caixa (Ofício 1210/2018/GEGOP), trazendo, em síntese, as informações e cópia dos extratos bancários da conta vinculada e da conta poupança do referido Contrato de Repasse 0200.665-69, além do comprovante de recolhimento do saldo de repasse e dos rendimentos de aplicação financeira em favor da União, sob as seguintes condições:
(i) "o Contrato de Repasse 0200665-69 (Siafi 585272) foi excluído no Siafi em razão de seu cancelamento por prescrição da vigência contratual, que ocorreu em 29/12/2012;" e
(ii) "em que pese haver registro de execução parcial do objeto pactuado e autorização de desbloqueio de recursos emitida em 01/09/2008, o saque dos valores não foi efetivado."
Considerando que, em 19/12/2018, o Departamento de Infraestrutura Turística do Ministério do Turismo enviou o Memorando 741/2018/DIETU/SNETur, de 7/12/2018 (Peça 31, p. 2-5), trazendo as seguintes informações:
(i) "o Contrato de Repasse 0200665-69, cujo objeto é "Construção de uma praça etapa 2", foi celebrado em 29/12/2006 no valor total de R$ 77.453,10, dos quais R$ 50.000,00 são recursos de repasse do Ministério do Turismo e o restante são contrapartida do Município, conforme atesta extrato do Sistema SIACOR anexo"; e
(ii)"Esclarecemos que a operação se encontra extinta, sendo que (...) não houve execução do objeto pactuado, bem como houve a devolução integral do valor de repasse creditado e seus respectivos rendimentos (R$ 25.978,60)".
Considerando que as respostas das unidades jurisdicionadas foram tempestivas e atenderam ao determinado pelo item 1.7.1 do Acórdão 11.247/2018-TCU-2ª Câmara, pois a devolução integral do valor repassado, com os seus rendimentos financeiros, justificaria a inexistência de providências adicionais a serem tomadas, esclarecendo o motivo de o referido ajuste estar sob a situação de "excluído" no Siafi;
Considerando que, ao tratar da determinação encaminhada à então Secex-PE por intermédio do item 1.7.2 do Acórdão 11.247/2018-TCU-2ª Câmara, a unidade técnica assim se manifestou:
(i) enviou a devida informação ao TCE-PE (Ofício 1761/2018-TCU/SECEX-PE, de 22/11/2018, copiado à Peça 20, com o AR à Peça 23) em cumprimento ao referido item 1.7.2.1 do acórdão;
(ii), envioi a cópia desse acórdão ao MPTCU (Memo 033/2018-Secex/PE, de 22/11/2018, copiado à Peça 19) em cumprimento ao referido item 1.7.2.2 do acórdão;

(iii) enviou a cópia do acórdão, com o parecer da unidade técnica, ao representante, à Caixa Econômica Federal (Ofício 1762/2018- TCU/SECEX-PE, de 22/11/2018, copiado à Peça 21, com o AR à Peça 29) e ao Ministério do Turismo (Ofício 1763/2018-TCU/SECEX-PE, de 22/11/2018, copiado à Peça 22, com o AR à Peça 28) em cumprimento ao referido item 1.7.2.3 do acórdão; e

(iv) providenciou junto à Secex-TCE o devido apensamento do TC 018.760/2016-3 ao TC 019.034/2015-6 em cumprimento ao referido item 1.7.2.4 do acórdão;

Considerando, pelo exposto, que podem ser consideradas cumpridas as determinações exaradas no âmbito do Acórdão 11.247/2018-TCU-2ª Câmara, podendo o presente monitoramento ser apensado ao TC-018.760/2016-3, com fundamento no art. 169, IV, do Regimento Interno do TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar cumpridas as determinações expedidas à Caixa Econômica Federal e à então Secex-PE por meio dos itens 1.7.1 e 1.7.2 do Acórdão 11.247/2018 prolatado pela 2ª Câmara do TCU, no âmbito do TC-018.760/2016-3, e prolatar as determinações abaixo indicadas, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-042.968/2018-6 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.
1.2. Entidade: Município de Iati - PE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.3.1. Ministra que alegou impedimento na sessão: Ana Arraes.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional e dos Fundos de Pensão (SecexFinanças).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar que a SecexFinanças adote as seguintes medidas:
1.7.1. envie a cópia do presente Acórdão, com o parecer da unidade técnica, à Caixa Econômica Federal, para ciência; e
1.7.2. arquive o presente processo por intermédio do apensamento definitivo ao TC-019.034/2015-6, em obediência aos arts. 36 e 37 da Resolução TCU nº 259, de 2014.

ACÓRDÃO Nº 13317/2019 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação autuada a partir do recebimento do Ofício n°11/19 SEC.1ª encaminhado pelo Tribunal de Contas da Paraíba com vistas a dar conhecimento ao TCU sobre os termos de decisão prolatada pelo TCE-PB, em 13/12/2018, ao apreciar o TC nº 2693/18, tratando de inspeção especial realizada no Município de Tenório - PB, para apurar as possíveis irregularidades em obras públicas financiadas com os recursos federais no exercício de 2014;

Considerando que, na fiscalização da equipe do TCE-PB, teriam sido inspecionadas as seguintes obras: (i) reforma e recuperação do Açude Posse sob o valor de R$ 180.000,00; (ii) construção de quadra escolar coberta sob o valor de R$ 234.389,73; (iii) construção de uma escola com seis salas de aulas sob o valor de R$ 185.572,44;

Considerando que, compulsando a documentação recebida, a SeinfraUrbana verificou que apenas a construção da quadra escolar coberta e da escola, com seis salas de aulas, teriam sido custeadas pelos recursos federais;

Considerando que os achados na inspeção realizada nessas duas obras teriam sido mencionados no relatório fundamentador do voto condutor da aludida decisão do TCE-PB sob as seguintes condições:

(i) na construção de quadra escolar coberta: ausência de itens necessários para a execução da acessibilidade prevista no projeto executivo, a exemplo de rampas para o acesso de deficientes e de barras de apoio no banheiro específico; e

(ii) na construção de escola com seis salas de aula: obra inacabada e paralisada, comprometendo os itens de serviço já executados, a exemplo das armações em aço da estrutura de concreto armado (em deterioração por estarem expostas as intempéries) e de parte dos itens de serviço de alvenaria em tijolos cerâmicos (já danificada);

Considerando que os recursos federais para as referidas obras teriam sido transferidos ao aludido munícipio pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);

Considerando que cabe primariamente aos entes e órgãos repassadores dos recursos federais analisarem a regularidade da aplicação dos recursos transferidos com o intuito de esgotarem as medidas administrativas cabíveis, sem prejuízo, se necessário, de instaurar os respectivos processos de tomadas de contas especial para serem posteriormente julgados pelo TCU;

Considerando, pelo exposto, que, no presente momento, não se mostraria adequada a atuação mais imediata e direta do TCU e, assim, ela poderia ser diferida para o momento futuro, quando ocorrer o ingresso, no TCU, das tomadas de contas especiais a serem eventualmente instauradas pelo FNDE, podendo ser considerada prejudicada, assim, a apreciação de mérito da presente representação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, nos termos dos arts. 143, V, "a", 235, 237, IV e parágrafo único, e 250, I e II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la prejudicada e prolatar as determinações abaixo indicadas:

1. Processo TC-001.985/2019-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba - TCE/PB.
1.2. Entidade: Município de Tenório - PB.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar que a SeinfraUrbana adote as seguintes medidas:
1.7.1. envie a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), para ciência;
1.7.2. . envie a cópia do presente Acórdão, com o parecer da unidade técnica, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para que informe o TCU, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da ciência desta decisão, sobre a regularidade, ou não, dos ajustes inerentes à construção, no exercício de 2014, da quadra escolar coberta e da escola, com seis salas de aulas, no Município de Tenório - PB, além de informar as providências eventualmente adotadas no âmbito desses ajustes, sem prejuízo da instauração da devida tomada de contas especial; e
1.7.3 arquive o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação prolatada pelo item 1.7.2 deste Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 13318/2019 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pela Secretaria de Controle Externo do Trabalho e Entidades Paraestatais (Secex-Trabalho) sobre os indícios de irregularidade na Mútua - Caixa de Assistência dos Profissionais do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea), tendo o presente processo sido constituído a partir do despacho proferido no bojo do TC 001.826/2017-4 destinado a versar sobre a auditoria realizada pela então Secex-BA ante a determinação para a autuação de apartado para a realização da oitiva da Mútua, além do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), como autarquia supervisora da Mútua;

Considerando que o TCU deve conhecer, preliminarmente, da presente representação, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade;

Considerando que foi efetuada a oitiva da Mútua e do Confea sobre os achados identificados na referida auditoria, tendo as mencionadas entidades se manifestado às Peças 55/57;

Considerando que, ao discorrer sobre o pagamento de diárias e auxílio-traslado, a unidade técnica teria assinalado a necessidade de serem encaminhadas as memórias de cálculo sobre os valores das diárias, com as detalhadas pesquisas fundamentadoras, já que a espontânea redução dos valores das diárias praticadas pela Mútua, sem a devida memória de cálculo, não permitiria identificar a área de incidência dessas reduções, nem verificar a sua adequação, destacando que o permanente pagamento de diárias configuraria o indevido pagamento disfarçado de salário e desvirtuaria o exercício do cargo honorífico, com a afronta, assim, aos princípios da razoabilidade, da moralidade, da indisponibilidade do interesse público e da economicidade (v.g. Acórdãos 4.743/2009, da 2ª Câmara, e Acórdão 1.544/2016, do Plenário);

Considerando que a Mútua estaria a conceder, também, os indiscriminados financiamentos em favor dos seus associados (Peça 41), com a afronta ao art. 12 da Lei n° 6.496, de 1977;

Considerando, ainda, que, em face da tendência de crescimento das despesas de custeio em nível não sustentável, subsistiria a necessidade de a Mútua proceder à normatização dos limites percentuais de suas receitas passíveis de serem dirigidos a aplicações financeiras e à consecução da sua missão institucional, em sintonia com o art. 12 da Lei nº 6.496, de 1977;

Considerando que também subsistira a proposta de envio da cópia do presente processo à Procuradoria-Geral da República (PGR) para verificar a eventual necessidade de ajuizar a subsequente ação direta de inconstitucionalidade contra o art. 11, I, da Lei nº 6.496, de 1977, em face da possível inadequação do uso de recursos sob a natureza de taxa para o mero custeio das atividades da Mútua e para a concessão de benefício em prol dos seus associados;

Considerando, por outro ângulo, que teria sido aventada a possibilidade de, em conjunto com a Mútua, todo o sistema Confea se abstenha de utilizar os recursos provenientes da taxa de ART em mero proveito dos dispêndios de custeio estranho ao efetivo funcionamento do regular exercício do poder de polícia, em sintonia com o princípio da afetação das receitas de taxas;

Considerando, todavia, que, durante o julgamento na Sessão da 2ª Câmara de 12/11/2019, a Dra. Vivian Fróes Fiuza Rodrigues - OAB/DF nº 37.093 produziu a sustentação oral em favor da Mútua, tendo o processo sido posteriormente excluído da pauta, com o consequente adiamento da discussão, com vistas à realização de reuniões técnicas tendentes a resultar no deslinde de todas as eventuais falhas anunciadas no presente processo;

Considerando que, em 26/11/2019, foi realizada, no Gabinete do Ministro-Relator, a 1ª reunião técnica, com a participação de representantes da Mútua, do Confea e da Secex-Trabalho, tendo a Mútua e o Sistema Confea-Crea se comprometido a promover os estudos tendentes a resultar no cumprimento das providências suscitadas pela unidade técnica no bojo do presente feito;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação para prosseguir com o efetivo saneamento do feito, autorizando a realização das reuniões técnicas com a participação de representantes da Mútua, do Confea e da Secex-Trabalho, entre outros interessados, tendentes a resultar no deslinde de todas as eventuais falhas anunciadas no presente processo, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.040/2019-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Secretaria de Controle Externo do Trabalho e Entidades Paraestatais (Secex-Trabalho).
1.2. Entidade: Mútua - Caixa de Assistência dos Profissionais do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Trabalho e Entidades Paraestatais (Secex-Trabalho).
1.6. Representação legal: Vivian Froes Fiuza Rodrigues (37093/OAB-DF), entre outros, representando a Mútua - Caixa de Assistência dos Profissionais do Sistema Confea-Crea.
1.7. Determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:
1.7.1. promova o sobrestamento do presente feito, ante a presente autorização do TCU para a realização das reuniões técnicas com a participação de representantes da Mútua, do Confea e da Secex-Trabalho, entre outros interessados; e
1.7.2. envie a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, à Mútua e ao Confea, para ciência e adoção das suscitadas providências cabíveis, devendo apresentar ao Ministro-Relator, durante a 2ª reunião técnica a ser realizada em 28/1/2019, os estudos técnicos preliminares com vistas ao deslinde de todas as eventuais falhas anunciadas no presente processo.

ACÓRDÃO Nº 13319/2019 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação autuada a partir do recebimento do Ofício 263/2019/6ºOFICIO/PR/AM ante o encaminhamento do feito no interesse do Procedimento Preparatório 1.13.000.002889/2018-9 pelo Exmo. Sr. Thiago Pinheiro Corrêa, como Procurador da República do Amazonas, anexando a cópia de representação formulada perante o Parquet pelo Município de São Gabriel da Cachoeira - AM, com o Ofício 158/2019/SAS/ASJUR/GAB/MS a ele enviado pelo Ministério da Saúde;

Considerando que a aludida representação formulada pelo Município de São Gabriel da Cachoeira - AM sobre os indícios de falha na obra de construção da Unidade Básica de Saúde Fortaleza (Proposta nº 12797.4790001/13-002), com os recursos repassados pelo Fundo Municipal de Saúde no âmbito do Programa de Atenção Básica, e a obra estaria paralisada por responsabilidade da gestão municipal anterior, causando os possíveis danos ao erário;

Considerando que o Ofíco 158/2019/SAS/ASJUR/GAB/MS foi encaminhado pelo Ministério da Saúde à referida Procuradoria da República, em resposta ao Ofício nº 013/2019 6º OFÍCIO/PR/AM, e consignou que, para fornecer os esclarecimentos requeridos pelo MPF sobre a situação da aludida obra, teria sido emitida, pelo Departamento de Atenção Básica (DAB/SAS/MS), a Nota Técnica nº 51/2019-DAB/DIVAD/DAB/SAS/MS (Peça nº 1, p. 20-22), com as seguintes informações:

(i) o nível de execução dos serviços se encontraria em 80% e, em 20/10/2017, teria sido registrada a paralisação das obras sob a justificativa de mudança na gestão municipal e de abandono pela empresa contratada, a partir das informações extraídas do Sistema de Monitoramento de Obras (Sismob);

(ii) "a aprovação das prestações de contas dos recursos transferidos na modalidade fundo a fundo é de competência do Conselho Municipal de Saúde, cabendo-lhes, portanto, apreciar e aprovar Plano Municipal de Saúde e Relatório Anual de Gestão, conforme estabelecido no inciso IV, art. 4º da Lei 8.142/1996, e Portaria GM/MS 2.135/2013, de acordo com o que regulamenta o art. 6º do Decreto 1.651/1995, e em cumprimento ao disposto na Seção III do Capítulo IV da Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, instrumentos que, obrigatoriamente, devem ser elaborados no Sistema de Apoio ao Relatório Anual de Gestão - SARGSUS, nos termos da Portaria GM/MS 2135/20-13, sob a gestão da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP)"; e

(iii) a referida obra permaneceria paralisada, aguardando que o aludida município faça os ajustes necessários para a sua retomada;

Considerando que, por terem as unidades básicas de saúde sido construídas com os recursos federais transferidos ao Fundo Municipal de Saúde da aludida municipalidade, o ilustre representante identificou a competência do TCU para fiscalizar a aplicação dos valores transferidos, remetendo os documentos a este Tribunal para a apreciação;

Considerando que, a partir da Decisão 506/1997-TCU-Plenário (Ata nº 31/1997) , o TCU firmou o seu entendimento no sentido de que os recursos repassados pela União no âmbito do SUS aos Estados, Distrito Federal e Municípios seriam federais e, por esse motivo, as ações e os serviços de saúde pagos à conta desses recursos estariam sujeitos à fiscalização do TCU, quer tenham sido transferidos pela União por meio de convênios ou instrumento congênere, quer tenham sido repassados por meio de outro instrumento ou ato legal, como a transferência automática fundo a fundo, ficando, assim, fixada a competência do TCU para atuar sobre o presente processo;

Considerando, assim, que, não obstante os recursos tenham sido transferidos pela modalidade fundo a fundo, sem a celebração de convênios, o TCU decidiu que competiria ao Ministério da Saúde, nos termos do art. 8º, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, adotar as medidas cabíveis para identificar os responsáveis e promover a devolução dos recursos repassados, diante da impossibilidade ou da inviabilidade de retomada das obras paralisadas, em sintonia com o Acórdão 1.426/2015-TCU-Plenário, sob a relatoria do Ministro Benjamin Zymler, pela seguinte linha:

"(...) 9.1. determinar ao Ministério da Saúde que:

9.1.1. somente realize transferências de recursos destinadas a investimentos em projetos específicos para expansão da rede física da saúde, por meio de novas obras de UPA e UBS, observando exigências legais relativas às transferências voluntárias, conforme disposto no art. 18, parágrafo único, da Lei Complementar nº 141/2012, formalizando previamente com os entes beneficiários instrumentos de natureza convenial;

(...) 9.1.4. no caso de impossibilidade ou de inviabilidade de retomada das obras relacionadas no subitem anterior, adote as medidas para identificação de responsáveis e devolução dos recursos repassados, em atenção ao disposto no art. 8º, caput, da Lei nº 8.443/1992;

(...) 9.1.18. encaminhe, nos próximos relatórios anuais de gestão da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde, relatório circunstanciado para cada obra de UBS, que tenha sido iniciada e ainda não finalizada, ou se encontre inoperante, contemplando, no mínimo, ano a ano, informações sobre o estágio de liberação de recursos, o percentual de efetiva execução física das obras, a justificativa individual para eventuais atrasos e as medidas adotadas junto aos entes que estiverem em mora, nos moldes do determinado para as unidades de pronto atendimento, por meio do item 9.1.7 do Acórdão 1.101/2014-TCU-Plenário";

Considerando que a legislação do SUS estabeleceria diversas instâncias de controle e elas deveriam atuar de forma concomitante, nas três esferas de governo, a exemplo dos órgãos de controle externo (Tribunais ou Conselhos de Contas Municipais, Tribunais de Contas da União, dos Estados e do Distrito Federal, com os correspondentes Poderes Legislativos), para além do próprio Ministério da Saúde por intermédio do Departamento Nacional de Auditoria do SUS - Denasus, do órgão federal do Sistema Nacional de Auditoria - SNA e do controle interno do Poder Executivo;

Considerando que as irregularidades noticiadas merecem ser investigadas;

Considerando, porém, que, como o Denasus consistiria no órgão especializado para as atividades de auditoria e fiscalização no âmbito do SUS, seria mais indicado, no presente momento, por motivos de racionalidade administrativa e economia processual, encaminhar à sua análise as irregularidades noticiadas nestes autos para, se for o caso, instaurar a devida tomada de contas especial, informando o TCU sobre todas as providências adotadas;

Considerando, dessa forma, que não se mostraria adequada, no presente momento, a atuação mais imediata e direta do TCU, podendo ela ser diferida para momento futuro, quando der o ingresso, neste Tribunal, da tomada de contas especial eventualmente instaurada pelo Denasus, mostrando-se prejudicada, então, a apreciação de mérito do presente feito;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso III e parágrafo único, e 250, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la prejudicada, e prolatar as determinações abaixo indicadas:

1. Processo TC-016.628/2019-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Exmo. Sr. Thiago Pinheiro Corrêa, como Procurador da República no Estado do Amazonas.

1.2. Entidade: Município de São Gabriel da Cachoeira - AM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).

1.5. Representação legal: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS - Denasus que, no prazo de 90 (noventa) dias contados da ciência desta deliberação, informe o TCU sobre o efetivo resultado da análise da documentação integrante desses autos, sem prejuízo de instaurar, se necessário, a devida tomada de contas especial;

1.7.2 à SeinfraUrbana que adote as seguintes medidas:

1.7.2.1. envie a cópia integral do presente processo ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS - Denasus com vistas a facilitar o cumprimento da determinação prolatada pelo item 1.7.1 deste Acórdão;

1.7.2.2. envie a cópia do presente Acórdão ao ilustre representante, com expressa referência em resposta ao Ofício 263/2019/6ºOFICIO/PR/AM, como requerido na peça exordial; e

1.7.2.3. arquive o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação encaminhada ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS - Denasus por meio do item 1.7.1 deste Acórdão.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 13049 a 13097, a seguir transcritos, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios, votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 13049/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.106/2015-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame em Monitoramento

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Luciano Pinheiro Damasceno e Santos (013.979.545-66); Maria de Fatima Nunes Soares (651.058.855-20)

3.2. Recorrente: Maria de Fatima Nunes Soares (651.058.855-20).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Euclides da Cunha - BA.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Revisor: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

5.2. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Jaime Dalmeida Cruz (22.435/OAB-BA) e outros, representando Maria de Fatima Nunes Soares.

8.2. Rodrigo Isaac de Freitas Martins (19644/OAB-BA) e outros, representando Prefeitura Municipal de Euclides da Cunha - BA.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Pedido de Reexame interposto pela Srª. Maria de Fátima Nunes Soares contra o Acórdão 8349/2018 - 2ª Câmara (Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos artigos 32, 33 e 48 da Lei 8443/1992 c/c o artigo 286, do RI/TCU, conhecer do Pedido de Reexame interposto pela Srª. Maria de Fátima Nunes Soares contra o Acórdão 8349/2018 - 2ª Câmara (Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), para, no mérito, dar-lhe provimento a fim de tornar insubsistente os itens 9.1, 9.2 e 9.3 da deliberação recorrida;

9.2. dar ciência do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à recorrente e à Prefeitura Municipal de Euclides da Cunha - BA.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13049-44/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Revisor).

ACÓRDÃO Nº 13050/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 005.998/2000-8.

1.1. Apensos: 004.395/1999-9; 002.643/2003-4; 002.749/2000-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas).

3. Recorrentes: Adão Alves dos Santos (112.082.953-49); Francisco Meton Marques de Lima (122.173.953-00).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho-TRT/22ª Região.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria do TCU no Estado do Piauí (SEC-PI).

8. Representação legal: José Pereira Liberato (OAB-PI 2567).

9. Acórdão:.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recursos de Reconsideração interpostos por Adão Alves dos Santos e Francisco Meton Marques de Lima contra o Acórdão 3.435/2015-TCU-2ª Câmara, proferido no âmbito de Tomada de Contas ordinária, relativa ao exercício de 1999, que julgou suas contas irregulares, aplicando ao primeiro a multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos Recursos de Reconsideração interpostos pelos recorrentes;

9.2. dar provimento ao recurso interposto por Adão Alves dos Santos e Francisco Meton Marques de Lima, tornando insubsistente o Acórdão 3.435/2015-TCU-2ª Câmara;

9.3. julgar regulares com ressalvas as contas dos recorrentes, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU;

9.4. dar ciência desta decisão aos recorrentes e ao Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região; e

9.5. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13050-44/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13051/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.606/2014-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso (00.375.972/0016-47)

3.2. Responsáveis: Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção (03.769.445/0001-29); Félix Valenzuela Cervera (118.120.366-04); Rômulo Elias Quedi - Me (05.059.528/0001-50).

3.3. Recorrente: Rômulo Elias Quedi - Me (05.059.528/0001-50).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. José Roberto Oliveira Costa (6.456-A/OAB-MT) e outros, representando Rômulo Elias Quedi - ME.

8.2. João Bosco Leopoldino da Fonseca (10907/OAB-MG) e outros, representando Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção e Felix Valenzuela Cervera.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração interpostos por Rômulo Elias Quedi - ME em face do Acórdão nº 3.698/2019-TCU-Segunda Câmara, por meio do qual o Tribunal, em sede de Recurso de Reconsideração, deu provimento parcial ao recurso e reduziu o valor do débito e da multa proporcional que lhes foram imputados,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos embargos de declaração;

9.2. no mérito, dar-lhes provimento parcial, atribuindo-lhe efeito infringente, no sentido reduzir o valor da multa imputada ao embargante pelo acórdão recorrido, que passa a ser de R$ 102.397,52 (cento e dois mil, trezentos e noventa e sete reais e cinquenta e dois centavos).

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13051-44/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13052/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.347/2014-5.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (vinculador) (05.457.283/0001-19).

3.2. Responsáveis: Erika Produções de Eventos Eireli (05.586.759/0001-11); José Fernando Moreira da Silva (611.778.814-20).

3.3. Recorrente: José Fernando Moreira da Silva (611.778.814-20).

4. Entidade: Município de Paudalho/PE.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Gracielle dos Santos Farias (43.778/OAB-PE) e outros, representando José Fernando Moreira da Silva.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, em que se apreciam, nesta oportunidade, Embargos de Declaração opostos contra o Acórdão 6.788/2019-TCU-2ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno do TCU:
9.1. não conhecer dos presentes embargos de declaração;
9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante e aos demais responsáveis, órgãos e entidades interessados nos autos.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13052-44/19-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes (Presidente).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13053/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.177/2018-7.
1.1. Apensos: 000.522/2019-8; 015.479/2018-8
2. Grupo: I; Classe de Assunto: III - Acompanhamento.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Alexandre de Castro do Amaral (003.351.797-54); Ana Paula Fernandes da Silva (004.021.597-05); Everton Muzy (095.317.567-75); Fabio Dal Bello Junior (051.981.537-88); Gilson Max Freitas de Araujo (719.146.767-34); Harley Roberto Warnoux de Souza (076.460.047-82); Jose de Hollanda Bezerra de Melo Neto (781.137.097-20); Luana Camargo da Silva (108.942.787-54); Maria Lucia Feitosa Goulart da Silveira (716.690.007-53); Paulo Eduardo de Oliveira Júnior (032.140.846-23); Willian Cotrim de Oliveira (055.316.877-02).
4. Entidades: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro - Departamento de Gestão Hospitalar no Estado (DGH), Hospital Federal do Andaraí (HFA), Hospital Federal de Bonsucesso (HFB), Hospital Federal Cardoso Fontes (HFCF), Hospital Federal de Ipanema (HFI), Hospital Federal da Lagoa (HFL), e Hospital Federal dos Servidores do Estado (HFSE), Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva (Inca), Instituto Nacional de Cardiologia (INC) e Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (Into).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
8. Representação legal:
8.1. Tayane Panisset Perrotta (206.073/OAB-RJ), representando Willian Cotrim de Oliveira e Gilson Max Freitas de Araujo.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento constituídos com o objetivo de verificar a regularidade dos atos praticados, eventuais riscos de dano ao erário e resultados obtidos concernentes ao desenvolvimento dos procedimentos adotados no âmbito do Departamento de Gestão Hospitalar (DGH) e dos hospitais e institutos federais vinculados ao Ministério da Saúde localizados no Estado do Rio de Janeiro em atendimento ao estabelecido na Portaria Conjunta DGH/Institutos Federais/MS/RJ 5, de 21/3/2017, que subordina as unidades de saúde citadas à realização de procedimentos de licitação unificada sob a coordenação do DGH,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revel a Sra. Luana Camargo da Silva;
9.2. rejeitar as razões de justificativas apresentadas pelos demais responsáveis arrolados nos autos;
9.3. aplicar aos responsáveis a seguir indicados a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, nos valores individuais indicados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a" da Lei 8.443, de 1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a" do RI/TCU) o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente, a contar da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, caso não sejam pagas no prazo estabelecido, na forma da legislação em vigor;

RESPONSÁVEL	VALOR (R$)
Maria Lúcia Feitosa Goulart da Silveira	7.000,00
Harley Roberto Warnoux de Souza	7.000,00
Gilson Max Freitas de Araújo	3.500,00
Luana Camargo da Silva	3.500,00
Willian Cotrim de Oliveira	3.500,00
Ana Paula Fernandes da Silva	5.500,00
José de Hollanda Bezerra de Melo Neto	5.500,00
Paulo Eduardo de Oliveira Júnior	4.500,00
Alexandre de Castro do Amaral	4.500,00
Everton Muzy	4.500,00
Fabio Dal Bello Junior	4.500,00

9.4. autorizar, desde logo, com amparo no art. 28, inciso II da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.5. autorizar, desde já, nos termos do art. 26 da Lei 8.443, de 1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;
9.6. recomendar ao Departamento de Gestão Hospitalar (DGH/RJ), com fulcro no inciso I do art. 43 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e em consonância com os princípios da transparência e do estímulo ao controle social, que avalie a conveniência e a oportunidade de:
9.6.1. publicar periodicamente, em seu portal na internet, resumo do acompanhamento dos contratos de prestações de serviços em curso no âmbito dos hospitais federais, contendo, de forma suficiente e objetiva, com atalhos eletrônicos, quando possível, para o Portal de Compras Governamentais, as seguintes informações, dentre outras: empresa contratada, objeto, indicação do certame ou modalidade de contratação, indicação do contrato e publicação, vigência do contrato, valor mensal e global e licitação unificada em curso para o mesmo objeto;
9.6.2. obter, previamente, as informações/demandas junto aos hospitais federais, concomitante às licitações unificadas em curso, a partir do estabelecido nos itens 1-3 e subitens da Portaria Conjunta DGH/Institutos Federais/MS/RJ 5, de 21/3/2017, com vistas a realizar planejamento antecipado de licitações unificadas pontuais, a fim de possibilitar a adesão às Atas de Registro de Preços pelas demais unidades, evitando a renovação anual dos contratos em curso derivados de licitações próprias;
9.7. reenviar cópia do Acórdão 2.128/2018-TCU-Plenário ao Departamento de Gestão Hospitalar (DGH), à Secretaria-Geral do Ministério da Defesa, à Secretaria-Executiva do Ministério da Educação e à Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde, tendo em conta as alterações ocorridas em virtude da reestruturação ministerial verificada no âmbito do Poder Executivo Federal;
9.8. reiterar à Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde a recomendação expressa no item 9.6 do Acórdão 2.128/2018-TCU-Plenário, para que, em vista da competência estabelecida no Decreto 8.901/2016, adote a sistemática de padronização de grades de insumos hospitalares e de serviços capitaneada pelo Departamento de Gestão Hospitalar como boa prática de governança e amplie sua abrangência, de forma a incorporá-la às demais unidades hospitalares e aos institutos vinculados ao Ministério da Saúde, valendo-se, para economia de esforços e ganhos gerenciais conjuntos, de informações, estudos e procedimentos já desenvolvidos no âmbito daquele departamento;
9.9. dar ciência desta decisão aos responsáveis e à Secretaria de Atenção à Saúde - SAS, ao DGH, HFA, HFB, HFCF e HFSE;
9.10. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13053-44/19-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13054/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.884/2019-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Marlane Carvalho de Araújo Dantas (316.692.471-04).
4. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia o ato de aposentadoria de Marlane Carvalho De Araújo Dantas, ex-servidora do Supremo Tribunal Federal,
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/1992, e art. 260 do Regimento Interno, em:
9.1. considerar ilegal e negar o registro do ato constante do presente processo;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Supremo Tribunal Federal que:
9.3.1. se abstenha de realizar pagamentos para o ato ora apreciado pela ilegalidade, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;
9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro deste Tribunal no prazo de trinta dias, após corrigida a falha que ensejou na ilegalidade do ato;
9.3.3. comunique à interessada do teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;
9.3.4. no prazo de trinta dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13054-44/19-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13055/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.100/2019-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Maria Isabel Ribeiro (333.918.071-72).
4. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia o ato de aposentadoria de Maria Isabel Ribeiro, ex-servidora do Superior Tribunal de Justiça,
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/1992, e art. 260 do Regimento Interno, em:
9.1. considerar ilegal e negar o registro do ato constante do presente processo;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Superior Tribunal de Justiça que:
9.3.1. se abstenha de realizar pagamentos para o ato ora apreciado pela ilegalidade, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;
9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro deste Tribunal no prazo de trinta dias, após corrigida a falha que ensejou na ilegalidade do ato;
9.3.3. comunique à interessada do teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;
9.3.4. no prazo de trinta dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13055-44/19-2.

13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13056/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 037.171/2018-6.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessado/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde (FNS).
3.2. Responsáveis: Ana Maria Cunha do Nascimento Figueiredo (CPF 308.094.102-06) e Maria Eliane Gadelha Carius (CPF 372.805.892-00).
4. Unidade jurisdicionada: Município de Assis Brasil/AC.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em desfavor das Sras. Ana Maria Cunha do Nascimento Figueiredo e Maria Eliane Gadelha Carius, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde repassados pelo FNS ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Assis Brasil/AC no exercício de 2010,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revéis as Sras. Ana Maria Cunha do Nascimento Figueiredo (CPF 308.094.102-06) e Maria Eliane Gadelha Carius (CPF 372.805.892-00), para todos os efeitos, dando-se prosseguimento a este processo, nos termos dispostos no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, § 8º, do RI/TCU;
9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III e IV, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas das Sras. Ana Maria Cunha do Nascimento Figueiredo (CPF 308.094.102-06) e Maria Eliane Gadelha Carius (CPF 372.805.892-00), condenando-as ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, na forma prevista na legislação em vigor:
Débito:

Data de ocorrência	Valor (R$)
6/1/2010	842,57
11/1/2010	200,00
12/1/2010	427,80
12/1/2010	300,00
14/1/2010	1.283,40
18/1/2010	11.000,00
18/1/2010	13.500,00
18/1/2010	13.000,00
4/2/2010	600,00
5/4/2010	916,00
8/4/2010	407,45
13/04/2010	491,28
11/5/2010	1.200,00
13/5/2010	6.200,00
13/5/2010	5.000,00
27/5/2010	1.350,00
11/6/2010	3.000,00
23/6/2010	1.200,00
24/6/2010	8.000,00
7/7/2010	500,00
16/7/2010	3.000,00
30/7/2010	2.146,00
05/8/2010	800,00
13/10/2010	155,80
15/10/2010	4.850,00
19/10/2010	5.508,00
20/10/2010	9.916,00
29/10/2010	22.755,00
29/10/2010	22.753,00
12/11/2010	5.000,00
16/11/2010	2.500,00
22/11/2010	950,00
30/11/2010	5.800,00
3/12/2010	3.488,00
15/12/2010	780,00
22/12/2010	2.852,92

9.3. aplicar às Sras. Ana Maria Cunha do Nascimento Figueiredo (CPF 308.094.102-06) e Maria Eliane Gadelha Carius (CPF 372.805.892-00), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.5. autorizar, desde já, caso venha a ser solicitado pelas responsáveis, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, esclarecendo às responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;
9.6. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Acre, com fundamento no § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis, destacando que o inteiro teor da deliberação, incluindo relatório e voto, pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.;
9.7. dar ciência desta deliberação às responsáveis e ao Fundo Nacional de Saúde, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13056-44/19-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13057/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 006.975/2016-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: José Alexandrino Primo (023.422.604-82), ex-prefeito.
4. Interessada: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social/Ministério da Cidadania.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial.
8. Representação legal: Antônio Jucélio Amâncio Queiroga (OAB/PB 126.037).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Social, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados ao município de Araçagi-PB mediante o Convênio 224/2005 (Siafi 543662), em face do Programa de Aquisição de Alimentos - Compra Direta Local da Agricultura Familiar;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. julgar irregulares as contas do responsável José Alexandrino Primo, nos termos dos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "c"; 19, caput, 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir das respectivas datas até o dia da efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento dos débitos aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, na forma da legislação em vigor:

VALOR (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA	Débito/Crédito
36.413,40	29/6/2006	Débito
44.986,60	29/6/2006	Débito
(7.707,99)	17/4/2008	Crédito
(148,13)	23/4/2008	Crédito
(206,19)	24/4/2008	Crédito

9.2. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.3. autorizar o pagamento parcelado da dívida, se solicitado, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, fixando o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação do acórdão, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada parcela os respectivos encargos, na forma prevista na legislação em vigor;
9.4. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno do TCU;
9.5. dar ciência do presente acórdão ao responsável e à Secretaria Especial de Desenvolvimento Social, informando-lhes que o inteiro teor da deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, está disponível no endereço www.tcu.gov.br;
9.6. encaminhar cópia de deliberação à Procuradoria Regional da República no Estado da Paraíba, para as providências cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13057-44/19-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13058/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.003/2015-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).
3.2. Responsáveis: Anderson Guedes Pessoa (557.565.494-04); Pedro Serafim de Souza Filho (138.401.184-68); Município de Ipojuca - PE (11.294.386/0001-08).
3.3. Recorrente: Anderson Guedes Pessoa (557.565.494-04).
4. Órgão/Entidade: Município de Ipojuca - PE.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Márcio José Alves de Souza (5786/OAB-PE), representando Pedro Serafim de Souza Filho.
8.2. Thiago José Milet Cavalcanti Ferreira (28007/OAB-PE), representando o Município de Ipojuca - PE.
8.3. Marco Antônio Frazao Negromonte (33196/OAB-PE), representando Anderson Guedes Pessoa.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Anderson Guedes Pessoa contra o Acórdão 4717/2018 - TCU - 2ª Câmara que, entre outras providências, julgou irregulares suas contas e o condenou, em sede de tomada de contas especial, ao pagamento de débito e multa em virtude de irregularidades na aplicação de recursos do Fundo Nacional de Saúde - MS, no âmbito do Município de Ipojuca - PE, em razão da indevida transferência de recursos federais da conta específica do Fundo Municipal de Saúde (FMS) para outras contas do referido município durante o exercício de 2005, sem a necessária comprovação da aplicação desses valores nos programas de atenção básica à Saúde;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Anderson Guedes Pessoa para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta decisão ao recorrente;
9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13058-44/19-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13059/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 023.489/2017-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério da Integração Nacional (extinta) (03.353.358/0001-96).
3.2. Responsável: Moacir Vieira da Silva (092.243.514-68).
4. Órgão/Entidade: Município de Pariconha - AL.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Fábio Henrique Cavalcante Gomes (4801/OAB-AL) e outros, representando Moacir Vieira da Silva.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pelo Ministério da Integração Nacional (MI), em desfavor do ex-Prefeito Municipal de Pariconha-AL, Moacir Vieira da Silva (gestão 2004-2008 e 2009-2012), em razão da não execução do objeto do Convênio 811/2008 (Siafi 648752), firmado em 31/12/2008, entre a União/Ministério da Integração Nacional (MI), por intermédio da Secretaria de Programas Regionais, e o município de Pariconha/AL, cujo objeto foi a construção de casa de farinha, naquele Município, no valor total de R$ 293.045,00;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. julgar irregulares, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, as contas do Sr. Moacir Vieira da Silva (CPF: 092.243.514-68), ex-prefeito municipal de Pariconha-AL (gestões 2005/2008 e 2009-2012), e condená-lo ao pagamento da quantia a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, junto ao TCU, o recolhimento dos valores aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, abatendo-se os valores eventualmente já ressarcidos:

Data	Valor (R$)	Débito/Crédito
04/07/2011	179.489,85	Débito
05/12/2013	24.931,23	Crédito

9.2. aplicar ao Sr. Moacir Vieira da Silva (CPF: 092.243.514-68) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação;
9.4. autorizar, caso requerido, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU;
9.5. dar ciência desta deliberação ao responsável e aos demais interessados, bem como ao órgão concedente, informando que o conteúdo da decisão do TCU pode ser consultado no endereço <www.tcu.gov.br/acordaos> e que o inteiro teor dos acórdãos, incluindo os relatórios e os votos, pode ser obtido no dia seguinte ao de sua oficialização;
9.6 encaminhar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado de Alagoas, consoante previsto no art. 209, § 7º, do RI/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis, informando que o conteúdo da decisão do TCU pode ser consultado no endereço <www.tcu.gov.br/acordaos> e que o inteiro teor dos acórdãos, incluindo os relatórios e os votos, pode ser obtido no dia seguinte ao de sua oficialização.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13059-44/19-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13060/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 023.907/2015-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério do Turismo.
3.2. Responsáveis: Félix Antônio Menezes da Cunha (CPF 263.825.984-53).
4. Órgãos/Entidades: Município de Pilões-PB.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado do Espírito Santo (SEC-ES).
8. Representação legal: Matheus Antonius Costa Leite Caldas (OAB/PB 19.319), representando Félix Antônio Menezes da Cunha (procuração à peça 22).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), em razão da impugnação das despesas do Convênio 513/2009, registrado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) sob o número 703774 e firmado entre aquela pasta ministerial e o Município de Pilões-PB, tendo por objeto o "apoio à realização do evento intitulado 'São João', conforme Plano de Trabalho aprovado";
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. acolher apenas em parte as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Félix Antônio Menezes da Cunha, de modo a considerar descaracterizada a hipótese de dano ao Erário inicialmente suscitada nestes autos, rejeitando-as, entretanto, relativamente à contratação da Empresa Carlos Araújo Lima Júnior (Signus Promoções e Eventos) por inexigibilidade de licitação sem a devida observância de determinados preceitos da Lei 8.666, de 21/6/1993;
9.2. com fundamento nos arts. 16, inciso III, alínea "b", 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da Lei 8.443, de 16/7/1992, combinados com o art. 209, inciso II, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas do Sr. Félix Antônio Menezes da Cunha, aplicando-lhe a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei Orgânica deste Tribunal, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno-TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:
9.3.1. o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado pelo responsável e se o processo não tiver sido remetido para cobrança judicial, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;
9.3.2. a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;
9.4. determinar ao Município de Pilões-PB que, quando do emprego de recursos federais oriundos de futuras transferências voluntárias, regularize tempestivamente a documentação no Siconv, de modo a evitar o verificado no Convênio 513/2009 firmado com o Ministério do Turismo;
9.5. arquivar os presentes autos, com base no art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU, após ter sido dada ciência deste Acórdão ao Município de Pilões-PB, ao responsável em epígrafe e ao Ministério do Turismo, neste último caso para fins de baixa de responsabilidade.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13060-44/19-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13061/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 027.248/2019-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Concessão de aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Alceu Venâncio Júnior (413.345.749-87).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de concessão de aposentadoria referente a ex-servidor vinculado ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a Alceu Venâncio Júnior, negando-lhe o respectivo registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;
9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste acórdão, do inteiro teor da deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, emita novo ato de concessão de aposentadoria e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;
9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13061-44/19-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13062/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 027.299/2019-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessados: Tarcisio Agostinho Burigo da Silva (461.303.229-68).
4. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de concessão de aposentadoria de Tarcisio Agostinho Burigo da Silva, no cargo de Técnico do Ministério Público Federal, cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma da Instrução Normativa 78/2018;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; e 260, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria do Sr. Tarcisio Agostinho Burigo da Silva, recusando seu registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, de boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar à Unidade Jurisdicionada que:

9.3.1. abstenha de realizar pagamentos para o ato ora apreciado pela ilegalidade, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro deste Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, após corrigida a falha que ensejou na ilegalidade do ato;

9.3.3. comunique o interessado do teor desta deliberação, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o Sr. Tarcisio Agostinho Burigo da Silva teve ciência desta deliberação.

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas constantes do item precedente.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13062-44/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13063/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 029.056/2019-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Luiz Frederico Carneiro de Oliveira (CPF 217.824.904-34).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região-PE.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria do ex-servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região-PE, Sr. Luiz Frederico Carneiro de Oliveira;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria do Sr. Luiz Frederico Carneiro de Oliveira e negar-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar a Luiz Frederico Carneiro de Oliveira Dalva Ferreira de Carvalho, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região-PE que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.3.1. abstenha de realizar pagamentos para o ato ora apreciado pela ilegalidade, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. exclua da estrutura de proventos a vantagem de opção que trata o art. 2º da Lei 8.911/1994 (c/c art. 18, da Lei 11.416/2006), no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.3. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro deste Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, após corrigida a falha que ensejou na ilegalidade do ato;

9.3.4. comunique o interessado do teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste TCU.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13063-44/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13064/2019 - TCU - 2ª Câmara.

1. Processo TC 029.322/2019-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Jorge Luiz Cassimiro (210.312.821-49).

4. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de concessão de aposentadoria de Jorge Luiz Cassimiro, no cargo de Técnico Judiciário do Supremo Tribunal Federal, cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma da Instrução Normativa 78/2018;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; e 260, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria do Sr. Jorge Luiz Cassimiro, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, de boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Unidade Jurisdicionada que:

9.3.1. abstenha de realizar pagamentos para o ato ora apreciado pela ilegalidade, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro deste Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, após corrigida a falha que ensejou na ilegalidade do ato;

9.3.3. comunique o interessado do teor desta deliberação, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o Sr. Jorge Luiz Cassimiro teve ciência desta deliberação.

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas constantes do item precedente.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13064-44/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13065/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 029.804/2017-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Alfredo Dante Trevisan (006.667.638-01); Instituto Rumo (11.276.238/0001-60).

4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura, em desfavor da entidade Instituto Rumo (CNPJ 011.276.238/0001-60) e Alfredo Dante Trevisan (CPF 006.667.638-01), Presidente Executivo da entidade, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos captados na forma de doações ou patrocínios (Mecenato), no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Cultura, com base na Lei 8.313/1991, destinados à realização do projeto "Brennand - A Arte de Uma Vida", que recebeu a identificação Pronac 12-6116, cujo objetivo, em síntese, foi a edição de um livro sobre a vida e a obra do escultor Francisco de Paula Coimbra de Almeida Brennand, ao custo de R$ 487.663,00, com captação aprovada e efetivamente realizada de R$ 310.880,00, no prazo de 3/10/2012 a 31/7/2015;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. Considerar revéis o Instituto Rumo (CNPJ 011.276.238/0001-60) e Alfredo Dante Trevisan (CPF 006.667.638-01), seu Presidente Executivo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992.

9.2. Com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso I, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, que sejam julgadas irregulares as contas do Instituto Rumo (CNPJ 011.276.238/0001-60) e de seu Presidente Executivo Alfredo Dante Trevisan (CPF 006.667.638-01), em decorrência da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos captados mediante a Lei 8.313/1991, para a realização do projeto "Brennand - A Arte de Uma Vida", Pronac 12-6116, cuja prestação de contas foi reprovada e os recursos impugnados, descontada a parcela devolvida, e condená-los, em solidariedade, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores já ressarcidos.

Valores históricos e data de ocorrência:

Débito/Crédito	Data	Valor (R$)
Débito	21/12/2012	130.000,00
Débito	16/12/2013	50.880,00
Débito	20/12/2013	130.000,00
Crédito	25/8/2015	28,49

9.3. aplicar ao Instituto Rumo (CNPJ 011.276.238/0001-60) e de seu Presidente Executivo Alfredo Dante Trevisan (CPF 006.667.638-01), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno/TCU, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data da deliberação até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor.

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar, caso requerido, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor , alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

9.6. dar ciência desta deliberação ao responsáveis e aos demais interessados, bem como ao Ministério do Turismo, informando que o conteúdo da decisão do TCU pode ser consultado no endereço <www.tcu.gov.br/acordaos> e que o inteiro teor dos acórdãos, incluindo os relatórios e os votos, pode ser obtido no dia seguinte ao de sua oficialização;

9.7. encaminhar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, consoante previsto no art. 209, § 7º, do RI/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis, informando que o conteúdo da decisão do TCU pode ser consultado no endereço <www.tcu.gov.br/acordaos> e que o inteiro teor dos acórdãos, incluindo os relatórios e os votos, pode ser obtido no dia seguinte ao de sua oficialização.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13065-44/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13066/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 029.888/2019-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Milton Luis de Carvalho (CPF 144.187.891-20).

4. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de aposentadoria concedida no âmbito do Supremo Tribunal Federal;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, combinado com os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16/7/1992, e com os arts. 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno-TCU, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria do Sr. Milton Luis de Carvalho, registrado no Sistema de Apreciação e Registro de Atos e Admissão e Concessões (Sisac) sob o nº 20764405-04-2017-000012-0, negando-se-lhe registro por conseguinte, eis que contempla atualmente ilicitude consubstanciada no pagamento da parcela denominada "opção" a servidor que implementou os requisitos para a inativação após o advento da Emenda Constitucional 20, de 15/12/1998;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Supremo Tribunal Federal que:
9.3.1. no prazo 15 (quinze) dias contado a partir da ciência desta deliberação, faça cessar, no tocante à parcela de proventos ora impugnada, os pagamentos decorrentes do ato aqui apreciado pela ilegalidade, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;
9.3.2. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o eximirá da obrigação de devolver os valores percebidos indevidamente após a notificação do presente acórdão, caso os recursos não sejam providos;
9.3.3. emita novo ato de aposentadoria escoimado da irregularidade ora apontada e submeta-o a registro do TCU no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta deliberação, devendo ser encaminhado a este Tribunal, nesse mesmo prazo, documentos comprobatórios de que o interessado tomou ciência desta deliberação.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13066-44/19-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13067/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.260/2019-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Tânia Maria Borges (CPF 358.513.171-91).
4. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de aposentadoria concedida no âmbito do Superior Tribunal de Justiça;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, combinado com os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16/7/1992, e com os arts. 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno-TCU, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria da Sra. Tânia Maria Borges, registrado no Sistema de Apreciação e Registro de Atos e Admissão e Concessões (Sisac) sob o nº 20763905-04-2017-000095-6, negando-se-lhe registro por conseguinte, eis que contempla atualmente ilicitude consubstanciada no pagamento da parcela denominada "opção" a servidor que implementou os requisitos para a inativação após o advento da Emenda Constitucional 20, de 15/12/1998;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Superior Tribunal de Justiça que:
9.3.1. no prazo 15 (quinze) dias contado a partir da ciência desta deliberação, faça cessar, no tocante à parcela de proventos ora impugnada, os pagamentos decorrentes do ato aqui apreciado pela ilegalidade, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;
9.3.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a eximirá da obrigação de devolver os valores percebidos indevidamente após a notificação do presente acórdão, caso os recursos não sejam providos;
9.3.3. emita novo ato de aposentadoria escoimado da irregularidade ora apontada e submeta-o a registro do TCU no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta deliberação, devendo ser encaminhado a este Tribunal, nesse mesmo prazo, documentos comprobatórios de que a interessada tomou ciência desta deliberação.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13067-44/19-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13068/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.925/2019-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Dulce da Silva Santos (CPF 056.055.238-64).
4. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região-PE.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de aposentadoria concedida no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região-PE;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, combinado com os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16/7/1992, e com os arts. 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno-TCU, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria da Sra. Dulce da Silva Santos, registrado no Sistema de Apreciação e Registro de Atos e Admissão e Concessões (Sisac) sob o nº 20783019-04-2015-000019-9, negando-se-lhe registro por conseguinte, eis que contempla atualmente ilicitude consubstanciada no pagamento da parcela denominada "opção" a servidor que implementou os requisitos para a inativação após o advento da Emenda Constitucional 20, de 15/12/1998;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar à Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região-PE que:
9.3.1. no prazo 15 (quinze) dias contado a partir da ciência desta deliberação, faça cessar, no tocante à parcela de proventos ora impugnada, os pagamentos decorrentes do ato aqui apreciado pela ilegalidade, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;
9.3.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a eximirá da obrigação de devolver os valores percebidos indevidamente após a notificação do presente acórdão, caso os recursos não sejam providos;
9.3.3. emita novo ato de aposentadoria escoimado da irregularidade ora apontada e submeta-o a registro do TCU no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta deliberação, devendo ser encaminhado a este Tribunal, nesse mesmo prazo, documentos comprobatórios de que a interessada tomou ciência desta deliberação.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13068-44/19-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13069/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 031.152/2019-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Terezinha Aparecida de Jesus Simoni (CPF 739.464.357-34).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região-RJ.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de aposentadoria concedida no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região-RJ;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, combinado com os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16/7/1992, e com os arts. 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno-TCU, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria da Sra. Terezinha Aparecida de Jesus Simoni, registrado no Sistema de Apreciação e Registro de Atos e Admissão e Concessões (Sisac) sob o nº 20786905-04-2015-000070-6, negando-se-lhe registro por conseguinte, eis que contempla atualmente ilicitudes consubstanciadas no pagamento:
9.1.1. de vantagem de quintos incorporados de funções comissionadas exercidas posteriormente ao advento da Lei 9.624, de 2/4/1998;
9.1.2. da parcela denominada "opção" a servidor que implementou os requisitos para a inativação após o advento da Emenda Constitucional 20, de 15/12/1998;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região-RJ que:
9.3.1. no prazo 15 (quinze) dias contado a partir da ciência desta deliberação, faça cessar, no tocante às parcelas de proventos ora impugnadas, os pagamentos decorrentes do ato aqui apreciado pela ilegalidade, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;
9.3.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a eximirá da obrigação de devolver os valores percebidos indevidamente após a notificação do presente acórdão, caso os recursos não sejam providos;
9.3.3. emita novo ato de aposentadoria escoimado das irregularidades ora apontadas e submeta-o a registro do TCU no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta deliberação, devendo ser encaminhado a este Tribunal, nesse mesmo prazo, documentos comprobatórios de que a interessada tomou ciência desta deliberação.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13069-44/19-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13070/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 031.215/2019-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Concessão de aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Vanda Lúcia da Costa Barros Pires (169.229.483-00).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região-CE.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de concessão de aposentadoria referente a ex-servidora vinculada ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região-CE;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a Vanda Lúcia da Costa Barros Pires, negando-lhe o respectivo registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região-CE que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;
9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste acórdão, do inteiro teor da deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, emita novo ato de concessão de aposentadoria e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13070-44/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13071/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 031.252/2019-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Concessão de aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Adelmar de Castro Júnior (154.935.399-34).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região-SC.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de concessão de aposentadoria referente a ex-servidor vinculado ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região-SC;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a Adelmar de Castro Júnior, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região-SC que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste acórdão, do inteiro teor da deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, emita novo ato de concessão de aposentadoria e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13071-44/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13072/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 031.285/2019-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessados: Antônio Murilo Rodrigues (056.768.944-15).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região-RN.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de concessão de aposentadoria de Antônio Murilo Rodrigues, no cargo de Técnico Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região-RN, cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma da Instrução Normativa 78/2018;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; e 260, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria do Sr. Antônio Murilo Rodrigues, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, de boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Unidade Jurisdicionada que:

9.3.1. abstenha de realizar pagamentos para o ato ora apreciado pela ilegalidade, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro deste Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, após corrigida a falha que ensejou na ilegalidade do ato;

9.3.3. comunique o interessado do teor desta deliberação, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o Sr. Antônio Murilo Rodrigues teve ciência desta deliberação.

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas constantes do item precedente.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13072-44/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13073/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 031.302/2019-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Carlos Eduardo Campos Abrego (CPF 099.173.141-72).
4. Órgão/Entidade: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de aposentadoria concedida no âmbito do Senado Federal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, combinado com os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16/7/1992, e com os arts. 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno-TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria do Sr. Carlos Eduardo Campos Abrego, registrado no Sistema de Apreciação e Registro de Atos e Admissão e Concessões (Sisac) sob o nº 30734703-04-2014-000461-8, negando-se-lhe registro por conseguinte, eis que contempla atualmente ilicitude consubstanciada no pagamento da parcela denominada "opção" a servidor que implementou os requisitos para a inativação após o advento da Emenda Constitucional 20, de 15/12/1998;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Senado Federal que:

9.3.1. no prazo 15 (quinze) dias contado a partir da ciência desta deliberação, faça cessar, no tocante à parcela de proventos ora impugnada, os pagamentos decorrentes do ato aqui apreciado pela ilegalidade, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o eximirá da obrigação de devolver os valores percebidos indevidamente após a notificação do presente acórdão, caso os recursos não sejam providos;

9.3.3. emita novo ato de aposentadoria escoimado da irregularidade ora apontada e submeta-o a registro do TCU no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta deliberação, devendo ser encaminhado a este Tribunal, nesse mesmo prazo, documentos comprobatórios de que o interessado tomou ciência desta deliberação.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13073-44/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13074/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 031.341/2019-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Edilene Mercês do Nascimento (CPF 279.558.341-00).
4. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria da ex-servidora do Ministério Público Federal, Sra. Edilene Mercês do Nascimento;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria da Sra. Edilene Mercês do Nascimento e negar-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela Sra. Edilene Mercês do Nascimento, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Ministério Público Federal que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.3.1. abstenha de realizar pagamentos para o ato ora apreciado pela ilegalidade, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro deste Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, após corrigida a falha que ensejou na ilegalidade do ato;

9.3.3. comunique a interessada do teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste TCU.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13074-44/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13075/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 032.248/2014-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16).

3.2. Responsáveis: Gizelda Rodrigues de França Gomes (175.669.594-68); Hl Projetos e Construções Ltda. (03.322.854/0001-82); José Batista Delgado (182.005.674-00); Pedro Paulo Pessoa Moreno (026.590.404-86).

3.3. Recorrentes: José Batista Delgado (182.005.674-00); Hl Projetos e Construções Ltda. (03.322.854/0001-82); Gizelda Rodrigues de França Gomes (175.669.594-68).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Lagoa D'anta - RN.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

8. Representação legal:

8.1. Eduardo Antônio Dantas Nobre (1476/OAB-RN) e outros, representando Hl Projetos e Construções Ltda.

8.2. Norivaldo Souto Falcão Júnior (3.642/OAB-RN), representando José Batista Delgado.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os Recursos de Reconsideração interpostos por Gizelda Rodrigues de França Gomes, José Batista Delgado e HL Projetos e Construções Ltda. contra o Acórdão 6.507/2017-TCU-2ª Câmara, por meio do qual tiveram suas contas julgadas irregulares, com condenação em débito e imputação de multa, em razão da impugnação parcial das despesas do Convênio 1.816/2006, celebrado entre o Município de Lagoa D'Anta-RN e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), cujo objeto era a construção de sistema de abastecimento de água para atender a zona rural daquela municipalidade;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos Recursos de Reconsideração para, no mérito, dar-lhes provimento, tornar insubsistente o Acórdão 6.507/2017-TCU-2ª Câmara e julgar regulares as contas dos recorrentes, dando-se quitação plena, nos termos dos artigos 1º, inciso I, 16, inciso, I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13075-44/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13076/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 004.696/2019-0

2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Eduardo Zeferino Arantes (CPF 048.981.656-80)

4. Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal (CAIXA), vinculada ao Ministério da Economia

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: SecexTCE

8. Representação legal: Marcos Vinícius do Nascimento Barros (OAB/AL 13.382, peça 23)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pela Caixa Econômica Federal (CAIXA), em desfavor da Sr. Eduardo Zeferino Arantes, empregado da CAIXA, em razão de dano ao erário decorrente de subtração de numerário da Agência da CAIXA em Cesário de Melo/RJ,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o responsável Eduardo Zeferino Arantes (CPF 048.981.656-80), para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas do responsável Eduardo Zeferino Arantes (CPF 048.981.656-80), condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres da Caixa Econômica Federal, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno;

Débitos relacionados ao responsável Eduardo Zeferino Arantes (CPF 048.981.656-80):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$) D/C
17/8/2016	2.475.577,97 D
15/9/2017	202.925,10 C

Valor atualizado do débito (com juros), em 10/9/2019: R$ 2.896.160,95

9.3. aplicar ao responsável, Eduardo Zeferino Arantes (CPF 048.981.656-80), a multa prevista no art. 57, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do RI/TCU, no valor de R$ 200.000 (duzentos mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis;

9.7. enviar cópia deste Acórdão à Caixa Econômica Federal e ao responsável, para ciência, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13076-44/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13077/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.591/2015-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Otacílio José Pinheiro Macedo (642.042.603-06).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Milhã - CE.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Otacílio José Pinheiro Macedo, ex-prefeito do Município de Milhã/CE, contra o Acórdão 9.785/2018-TCU-2ª Câmara, de relatoria do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, por meio do qual, no que interessa ao presente feito, julgou regulares com ressalvas as contas do ora recorrente, dando-lhe quitação, e aplicou-lhe multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com fundamento no art. 58, IV, da Lei 8.443/1992,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992 e nos artigos 277, inciso I, e 285 do Regimento Interno do TCU, conhecer do recurso de reconsideração, para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao recorrente.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13077-44/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13078/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.414/2019-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsável: Amarildo Pinheiro Costa (406.883.303-63).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São João Batista - MA.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor de Amarildo Pinheiro Costa (CPF: 406.883.303-63), Prefeito Municipal de São João Batista/MA (gestão 2013-2016), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos por força do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no exercício de 2016.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, considerar revel o responsável Amarildo Pinheiro Costa (CPF: 406.883.303-63), para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas a e c, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, julgar irregulares as contas do responsável Amarildo Pinheiro Costa (CPF: 406.883.303-63), condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

Débitos relacionados ao responsável Amarildo Pinheiro Costa (CPF: 406.883.303-63):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
2/12/2016	59.010,00
30/12/2015	53.685,60
2/3/2016	58.530,00
4/4/2016	58.530,00
4/5/2016	58.530,00
1/6/2016	58.530,00
5/7/2016	58.530,00
3/8/2016	61.410,00
5/9/2016	59.010,00
4/10/2016	59.010,00
4/11/2016	59.010,00

9.3. aplicar ao responsável Amarildo Pinheiro Costa (CPF: 406.883.303-63), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados ao município de São João Batista - MA no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no exercício de 2016, cujo prazo encerrou-se em 21/8/2017, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. aplicar ao responsável Amarildo Pinheiro Costa (CPF: 406.883.303-63), a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 10.000,00 (quinze mil reais), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no exercício de 2016, cujo prazo encerrou-se em 21/8/2017, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor

9.5. com espeque no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações,;

9.6. com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, autorizar, desde logo, caso requerido, o parcelamento da(s) dívida(s) em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.7. enviar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentarem à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do à § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis;

9.8. enviar cópia do presente Acórdão que ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao responsável, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13078-44/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13079/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.879/2015-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16)

3.2. Responsáveis: Amaro Guimaraes da Rocha Junior (209.670.634-34); Joselita Camila Bianor Farias Cansanção (042.910.954-73); resolve Limpeza e Manutenção Ltda. (03.757.322/0001-78).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Porto de Pedras - AL.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Eduardo Henrique Monteiro Rego (7.576/OAB-AL) e outros, representando Amaro Guimaraes da Rocha Junior.

8.2. Wallace Silva de Miranda (4.878/OAB-AL) e outros, representando resolve Limpeza e Manutenção Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa em desfavor da Sra. Joselita Camila Bianor Farias Cansanção (CPF 042.910.954-73), na condição de ex-prefeita municipal de Porto de Pedras/AL (gestão 2013-2016), em razão da não consecução dos objetivos pactuados no Convênio 368/2007 (Siafi 620550), que teve por objeto a execução de sistema de abastecimento de água no município, com vigência de 31.12.2007 a 24.4.2014, e repasse federal no total de R$ 500.000,00,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar revéis o Sr. Amaro Guimarães Rocha Júnior (CPF: 209.670.634-34) e a Sra. Joselita Camila Bianor Farias Cansanção (CPF: 042.910.954-73), com fundamento no § 3º, art. 12, Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Amaro Guimarães Rocha Júnior (CPF: 209.670.634-34), na qualidade de Prefeito Municipal de Porto de Pedras/AL (gestão 2009-2012); da Sra. Joselita Camila Bianor Farias Cansanção (CPF: 042.910.954-73), na qualidade de Prefeita Municipal de Porto de Pedras/AL (gestão 2013-2016); e da empresa resolve Manutenção e Limpeza Ltda. (CNPJ: 03.757.322/0001-78), na qualidade de contratada pelo poder público, condenando-os ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

- Sr. Amaro Guimarães Rocha Júnior:

VALOR (R$)	DATA
241.448,54	16/8/2012
8.549,77	22/10/2012
113.501,69	6/12/2012

- Sr. Amaro Guimarães Rocha Júnior e empresa resolve Manutenção e Limpeza Ltda., solidariamente.

VALOR (R$)	DATA
119.665,66	6/12/2012

- Sra. Joselita Camila Bianor Farias Cansanção e empresa resolve Manutenção e Limpeza Ltda., solidariamente.

VALOR (R$)	DATA
16.834,34	25/3/2013

9.3. aplicar, individualmente, ao Sr. Amaro Guimarães Rocha Júnior (CPF: 209.670.634-34), à Sra. Joselita Camila Bianor Farias Cansanção (CPF: 042.910.954-73) e à empresa resolve Manutenção e Limpeza Ltda. (CNPJ: 03.757.322/0001-78), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.433/1992, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data de prolação deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

- Sr. Amaro Guimarães Rocha Júnior

VALOR (R$)
50.000,00

- Sra. Joselita Camila Bianor Farias Cansanção

VALOR (R$)
5.000,00

- resolve Manutenção e Limpeza Ltda.

VALOR (R$)
10.000,00

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, caso solicitado, o pagamento das dívidas em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 e do art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. informar à Sra. Joselita Camila Bianor Farias Cansanção (CPF: 042.910.954-73) que a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.433/1992, que seria aplicada por conta da não apresentação da prestação de contas no prazo devido, restou absorvida pela multa do art. 57 da mesma Lei (item 9.3 do Acórdão), podendo ser aplicada em caso de supressão daquela em sede de recurso;

9.7. alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.8. enviar cópia deste Acórdão ao Ministério da Saúde, à Fundação Nacional de Saúde - Funasa, à Secretaria Federal de Controle Interno e aos responsáveis, para ciência, informando que a deliberação, acompanhada do Relatório e Voto que a fundamentam, está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, esclarecendo-se que, caso requerido, o TCU poderá fornecer as correspondentes cópias, em mídia impressa, aos interessados e aos responsáveis arrolados nestes autos;

9.9. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Alagoas, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13079-44/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13080/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 035.916/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Antônio Durval de Oliveira Borges (194.347.401-00); Cairo Alberto de Freitas (216.542.981-15); Medcomerce Com de Med e Prod Hospitalares Ltda (37.396.017/0006-24)

3.2. Recorrentes: Medcomerce Com de Med e Prod Hospitalares Ltda (37.396.017/0006-24); Cairo Alberto de Freitas (216.542.981-15).

4. Entidade: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Marlus Vínicius da Silva Siqueira (32.670/OAB-GO) e outros, representando Medcomerce Com de Med e Prod Hospitalares Ltda, Medcomerce Com de Med e Prod Hospitalares Ltda e Medcomerce Com de Med e Prod Hospitalares Ltda;

8.2. Marcos de Araujo Cavalcanti (28560/OAB-DF) e outros, representando Cairo Alberto de Freitas.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam, nesta fase, de recursos de reconsideração interpostos por Cairo Alberto de Freitas (peça 103) e Medcomerce Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda. (peça 82) contra o Acórdão 1128/2018-TCU-2ª Câmara (Relator: Ministro Augusto Nardes).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 285 do RI/TCU, conhecer dos recursos de reconsideração interpostos por Cairo Alberto de Freitas (peça 103) e Medcomerce Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda. (peça 82) contra o Acórdão 1128/2018-TCU-2ª Câmara (Relator: Ministro Augusto Nardes), para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. enviar cópia do presente Acórdão aos recorrentes, informando-lhes que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13080-44/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13081/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.500/2017-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessada: Regina Francisca de Lima (CPF 201.480.625-04).

4. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS em Aracaju - SE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil em favor de Regina Francisca de Lima pela Gerência Executiva do INSS em Aracaju - SE;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato inicial de pensão civil em favor de Regina Francisca de Lima (à Peça 2 sob o nº 10095330-05-2015-000003-8), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Gerência Executiva do INSS em Aracaju - SE adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.4. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:

9.4.1. envie a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Gerência Executiva do INSS em Aracaju - SE, para ciência e adoção das providências cabíveis; e

9.4.2. arquive o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13081-44/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13082/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 011.081/2018-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: José Carlos Soares da Cunha (CPF 318.991.457-53).

4. Entidade: Município de Nilópolis - RJ.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor de José Carlos Soares da Cunha, como então prefeito de Nilópolis - RJ (gestão: 1997-2000), diante da parcial impugnação dos dispêndios supostamente incorridos com os recursos federais repassados no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante o exercício de 1999, tendo o prazo para a correspondente prestação de contas expirado em 15/4/2000;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. José Carlos Soares da Cunha, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas de José Carlos Soares da Cunha, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, alíneas "b" e "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento do débito apurado nos autos, atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU - RITCU), o recolhimento da referida dívida em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência	Situação:
33.274,00	30/3/1999	
22.687,00	30/3/1999	
31.762,08	4/5/1999	
31.762,08	18/5/1999	
31.762,08	8/7/1999	
25.712,16	4/8/1999	
33.274,56	24/8/1999	
31.762,08	1º/10/1999	
30.249,60	5/12/1999	
30.249,60	25/12/1999	
23.452,00	11/11/1999	restituído
13.728,90	11/11/1999	restituído
1.590,00	2/12/1999	restituído
819,25	6/12/1999	restituído
2.926,00	6/12/1999	restituído
2.942,50	6/12/1999	restituído
94.610,82	31/12/1999	restituído

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento da dívida fixada por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida fixada por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, diante do não atendimento à notificação; e

9.5. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13082-44/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13083/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.223/2019-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessadas: Adma da Silva Manacas (CPF 402.153.002-97); Alessandra Miguez Nascimento Lins (CPF 014.292.177-74); Andrea Guerreiro da Silva (CPF 453.756.902-68); Aurizete Silva de Almeida (CPF 213.383.702-78); Cláudia Lima dos Santos (CPF 988.346.817-20); Enilda da Silva Bezerra (CPF 397.393.682-04); Eva Nunes de Paula (CPF 008.768.407-13); Jamira Rangel de Albuquerque (CPF 739.130.737-87); Leilda Wu de Araújo (CPF 002.995.704-44); Márcia Maria Granja Franca (CPF 492.844.017-04); Maria Helena Pereira dos Santos Bispo (CPF 602.698.717-72); Maria Rosa de Lima Muniz (CPF 380.689.233-49); Maria Shyleny Muniz da Silva (CPF 416.085.773-68); Maria do Carmo da Fonseca Lacerda (CPF 022.337.337-03); Nadir Carmo da Silva Figueiredo (CPF 705.474.407-15); Natália Nery da Silva (CPF 492.643.897-68); Nilma Martins Peixoto (CPF 074.303.277-29); Nilzete Erlinda Froeder dos Santos (CPF 806.207.016-68); Sheilia Carneiro Martins (CPF 927.054.487-72).

4. Órgão: Serviço de Inativos e Pensionistas do Comando da Marinha.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensões militares deferidas pelo Serviço de Inativos e Pensionistas do Comando da Marinha em favor de Adma da Silva Manacas, Alessandra Miguez Nascimento Lins, Andrea Guerreiro da Silva, Aurizete Silva de Almeida, Cláudia Lima dos Santos, Enilda da Silva Bezerra, Eva Nunes de Paula, Jamira Rangel de Albuquerque, Leilda Wu de Araújo, Márcia Maria Granja Franca, Maria Helena Pereira dos Santos Bispo, Maria Rosa de Lima Muniz, Maria Shyleny Muniz da Silva, Maria do Carmo da Fonseca Lacerda, Nadir Carmo da Silva Figueiredo, Natália Nery da Silva, Nilma Martins Peixoto, Nilzete Erlinda Froeder dos Santos e Sheilia Carneiro Martins;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, e dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, além dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legais os atos de pensão militar em favor de Eva Nunes de Paula (à Peça 3 sob o nº 34014/2017), Adma da Silva Manacas, Andréa Guerreiro da Silva, Aurizete Silva de Almeida, Enilda da Silva Bezerra, Nadir Carmo da Silva Figueiredo e Natália Nery da Silva (à Peça 4 sob o nº 34086/2017), Alessandra Miguez Nascimento Lins e Márcia Maria Granja França (à Peça 5 sob o nº 34355/2017), Leilda Wu de Araújo (à Peça 6 sob o nº 34588/2017), Nilma Martins Peixoto e Sheilia Carneiro Martins (à Peça 7 sob o nº 34641/2017), Maria Rosa de Lima Muniz e Maria Shyleny Muniz da Silva (à Peça 8 sob o nº 34754/2017), Nilzete Erlinda Froeder dos Santos (à Peça 9 sob o nº 34811/2017) e Jamira Rangel de Albuquerque (à Peça 11 sob o nº 35417/2017), concedendo-lhes o respectivo registro;

9.2. considerar ilegais os atos de pensão militar instituída em favor de Maria do Carmo da Fonseca Lacerda (à Peça 2 sob o nº 33100/2017), Cláudia Lima dos Santos e Maria Helena Pereira dos Santos Bispo (à Peça 10 sob o nº 35297/2017) negando-lhes o respectivo registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.4. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, o Serviço de Inativos e Pensionistas do Comando da Marinha adote as seguintes medidas:

9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais pelo item 9.2 deste Acórdão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.4.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação às interessadas indicadas no item 9.2 deste Acórdão, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não as eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento ao referido recurso, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação ao TCU no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.4.3. encaminhe a este Tribunal, se for o caso, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, os novos atos das aludidas pensões militares, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, para ser submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.5. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:

9.5.1. envie a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e o Voto, ao Serviço de Inativos e Pensionistas do Comando da Marinha, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.4 deste Acórdão; e

9.5.2. arquive o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.4 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13083-44/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13084/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.244/2016-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Antônio Carlos Guerra Barreto (CPF 453.071.214-15).

4. Entidade: Município de Lagoa do Carro - PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: Maria Luceli de Moraes (12.717/OAB-PE), representando Antônio Carlos Guerra Barreto.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) em desfavor de Antônio Carlos Guerra Barreto, como ex-prefeito de Lagoa do Carro - PE (gestão: 2005-2008), diante da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados à referida municipalidade, durante o exercício de 2008, sob a modalidade fundo a fundo no âmbito da Proteção Social Básica (PSB) e da Proteção Social Especial (PSE);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por Antônio Carlos Guerra Barreto;

9.2. julgar irregulares as contas de Antônio Carlos Guerra Barreto, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, "b" e "c", 19, caput e 23, III, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento do débito apurado nestes autos, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora calculados desde as datas especificadas até a efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, para comprovar, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) sob as seguintes condições:

Valor Original (R$):	Data da Ocorrência:
1.696,00	4/1/2008
1.696,00	4/1/2008
696,00	4/1/2008
748,00	30/1/2008
2.000,00	19/2/2008
2.000,00	25/2/2008
2.184,00	29/2/2008
4.000,00	18/3/2008
2.184,00	31/3/2008
2.500,00	23/4/2008
2.500,00	23/4/2008

621,00	15/5/2008
621,00	15/5/2008
1.000,00	27/5/2008
700,00	2/6/2008
2.184,00	2/6/2008
4.500,00	13/6/2008
4.500,00	7/7/2008
2.500,00	29/7/2008
2.000,00	30/7/2008
4.500,00	14/8/2008
1.824,17	24/9/2008
2.500,00	23/10/2008
2.000,00	23/10/2008
2.748,00	31/10/2008
2.500,00	18/11/2008
2.000,00	2/12/2008
2.300,00	24/12/2008
2.200,00	29/12/2008
9.860,00	21/2/2008
9.860,00	20/3/2008
9.760,00	18/4/2008
9.580,00	15/5/2008
9.320,00	11/6/2008
10.160,00	1º/7/2008
9.940,00	15/8/2008
9.800,00	10/9/2008
9.780,00	13/10/2008
9.660,00	12/11/2008
2.780,00	13/5/2008
7.100,00	25/2/2008
12.000,00	22/12/2008

9.3. aplicar em desfavor de Antônio Carlos Guerra Barreto a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da referida dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, diante do não atendimento à notificação; e

9.6. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13084-44/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes (Presidente).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13085/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.770/2017-9.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Espólio de William Cardoso Portes (CPF 443.929.747-15), representado pela inventariante (Vanessa Lima Portes - CPF 091.185.617-05).

4. Entidade: Município de Cambuci - RJ.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em desfavor de William Cardoso Portes (falecido), como então prefeito de Cambuci - RJ (gestão: 2005-2008), diante da parcial impugnação dos dispêndios inerentes ao Convênio 4.431/2004 (Siafi 518652) e ao Convênio 2.143/2005 (Siafi 551925) destinados à aquisição de equipamentos hospitalares e de material permanente para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) sob os valores de R$ 80.000,00 e R$ 300.000,00, tendo as vigências dos aludidos ajustes sido estipuladas para os períodos de 30/12/2004 a 9/12/2006 e de 30/12/2005 a 4/7/2008, respectivamente;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas de William Cardoso Portes (falecido), nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, alíneas "b" e "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condenar o seu espólio, por intermédio da inventariante (Vanessa Lima Portes), ou os herdeiros e legatários, diante da superveniente partilha, ao pagamento do débito apurado nos autos, atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU - RITCU), o recolhimento da referida dívida em favor do Fundo Nacional de Saúde, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Valor Original (em R$):	Data da Ocorrência:
6.111,54	24/8/2006
873,52	21/2/2007
52.474,50	30/11/2007
26.724,67	19/12/2007

9.2. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais; e

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, diante do não atendimento à notificação.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13085-44/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13086/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 000.605/2016-6

2. Grupo I - Classe I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Embargante: José Jaime Bezerra Rodrigues Júnior (CPF 213.683.763-04).

3.1. Responsáveis: Francisco Antônio Cardoso Mota (CPF 206.090.194-49), Francisco Evandro de Araújo (CPF 222.329.743-91), José Jaime Bezerra Rodrigues Júnior (CPF 213.683.763-04) e Marcos Eugênio Leite Guimarães Nunes (CPF 681.583.353-49).

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Icó/CE.

5. Relatora: ministra Ana Arraes

5.1. Revisor: ministro Raimundo Carreiro.

5.2. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não há.

8. Representação legal: Rafael Mota Reis (OAB/CE 27.985) e outros representando José Jaime Bezerra Rodrigues Júnior.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração, opostos por José Jaime Bezerra Rodrigues Júnior em face do Acórdão 6.196/2019-2ª Câmara, que deu provimento parcial a recurso de reconsideração interposto para reduzir a multa aplicada, com manutenção integral dos demais termos do Acórdão 8.312/2017-2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência da presente deliberação ao embargante e à Fundação Nacional de Saúde.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13086-44/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Revisor) e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13087/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 013.622/2015-3

1.1. Apenso: TC 032.649/2017-7

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Dilson de Almeida (CPF 352.284.314-20).

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (atual Ministério da Cidadania) (CNPJ 05.526.783/0001-65).

3.2. Responsável: Dilson de Almeida (CPF 352.284.314-20).

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Desterro/PB.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: José Gilvan Herculano de Almeida (CPF 225.911.684-15) representando Dilson de Almeida.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração, interposto por Dilson de Almeida contra o Acórdão 2.530/2017-2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração e negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, à Prefeitura Municipal de Desterro, na Paraíba, ao Ministério da Cidadania, à Controladoria-Geral da União e à Procuradoria da República no Estado da Paraíba.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13087-44/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13088/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 016.916/2017-4

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Embargante: Hospfar Industria e Comercio de Produtos Hospitalares S.A. (CNPJ 26.921.908/0001-21).

3.1. Responsáveis: Fernando Passos Cupertino de Barros (CPF 195.630.601-30), Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares S.A. (CNPJ 26.921.908/0001-21), Luiz Antônio Aires da Silva (CPF 118.366.601-20), Medcomerce Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda. (CNPJ 37.396.017/0001-10) e ML Operações Logísticas Ltda. (em recuperação judicial) (CNPJ 03.553.585/0001-65).

4. Unidade: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás - SES/GO.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Antônio Augusto Rosa Gilberti (OAB/GO 11.703) e outros representando Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares S.A.; Fabrício David de Souza Gouveia (OAB/GO 22.784) e outros representando a ML Operações Logísticas Ltda.; Marlus Vinicius da Silva Siqueira (OAB/GO 32.670) representando a Medcomerce Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda.; Márcio Pacheco Magalhães (OAB/GO 5.795) representando Fernando Passos Cupertino de Barros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração, opostos pela empresa Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares S.A. contra o Acórdão 7.735/2019-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e acolhê-los parcialmente, a fim de afastar a omissão verificada, nos termos do voto condutor desta deliberação, e manter a íntegra do Acórdão 7.735/2019-2ª Câmara;

9.2. dar ciência desta deliberação à embargante.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13088-44/19-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13089/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 020.225/2010-5
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame.
3. Recorrentes: Lucimar Rebouças Machado (CPF 068.034.403-97), Maria Airtes Braga Sousa (CPF 052.615.543-49) e Maria Lucimar Cruz (CPF 073.953.533-15).
4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Ceará.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes pedidos de reexame contra o Acórdão 2.464/2019-2ª Câmara.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pela relatora, e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos pedidos de reexame e negar-lhes provimento;
9.2. dar ciência deste acórdão às recorrentes.
10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13089-44/19-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13090/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 027.928/2019-5
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessado: Carlos Geraldo de Oliveira (CPF 439.269.676-68).
4. Unidade: Tribunal de Contas da União.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Carlos Geraldo de Oliveira no cargo de Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, e 260, §1º, do Regimento Interno e 19 da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Carlos Geraldo de Oliveira, negando-lhe o registro;
9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;
9.3. determinar à Secretaria-Geral de Administração deste Tribunal que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;
9.3.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão:
9.3.3.1. encaminhe à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomar conhecimento desta deliberação; e
9.3.3.2. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e o submeta ao TCU para nova apreciação.
10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13090-44/19-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13091/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 028.983/2019-0
2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessada: Cleonice Fonseca Nogueira Coutinho (CPF 301.241.661-72).
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Cleonice Fonseca Nogueira Coutinho no cargo de Técnico Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 19 da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria em análise e negar-lhe registro;
9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse o pagamento nos proventos da interessada da parcela indevida relativa à "opção", sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;
9.3.2. acompanhe o andamento do Recurso Extraordinário 638.115/CE, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, a fim de observar, oportunamente, as orientações a serem expedidas, com repercussão geral, quanto à cessação, ou não, do pagamento da vantagem derivada de "quintos" incorporados após o advento da Lei 9.624/1998;
9.3.3. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos;
9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão:
9.3.4.1. encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada dele tomar conhecimento; e
9.3.4.2. emita novo ato, em que sejam suprimidas as irregularidades, e o submeta ao TCU para nova apreciação.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13091-44/19-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13092/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.090/2019-9
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessada: Maria Aparecida Caixeta de Bezerra (CPF 365.399.886-72).
4. Unidade: Superior Tribunal de Justiça.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Maria Aparecida Caixeta de Bezerra no cargo de Analista Judiciário do Superior Tribunal de Justiça.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 19 da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Maria Aparecida Caixeta de Bezerra e negar-lhe registro;
9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;
9.3. determinar ao Superior Tribunal de Justiça que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;
9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão:
9.3.3.1. encaminhe à Secretaria de Fiscalização de Pessoal deste Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomar conhecimento desta deliberação; e
9.3.3.2. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e o submeta ao TCU para nova apreciação.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13092-44/19-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13093/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.260/2017-5
2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Altieres Terra de Carvalho (CPF 653.364.700-82), Artur Fernando Rocha Correa (CPF 155.173.300-53), Cláudio Fernando Brayer Pereira (CPF 400.879.050-00) e Eduardo Correa Morrone (CPF 539.855.670-34).
3.1. Interessados: Ministério do Esporte (extinto) (CNPJ 02.961.362/0001-74) e Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar/RS (CNPJ 88.824.099/0001-97).
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar/RS.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Maritânia Lúcia Dallagnol (OAB/RS 25.419) e outros representando Cláudio Fernando Brayer Pereira e Eduardo Correa Morrone.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da tomada de contas especial alusiva ao Contrato de Repasse 146.729-70/2002, celebrado entre o extinto Ministério do Esporte, por intermédio da Caixa Econômica Federal, e o Município de Santa Vitória do Palmar/RS, em 5/7/2002, com vistas à implantação de infraestrutura esportiva em comunidades carentes/construção e equipamento de quadra de esporte naquele município.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, incisos I e II, 17, 18 e 23, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, em:
9.1. julgar regulares com ressalva as contas de Altieres Terra de Carvalho e dar-lhe quitação;
9.2. julgar regulares as contas de Artur Fernando Rocha Correa, Cláudio Fernando Brayer Pereira e Eduardo Correa Morrone, dando-lhes quitação plena;
9.3. determinar à Caixa Econômica Federal que restitua aos cofres do Tesouro Nacional, em 15 (quinze) dias, os recursos remanescentes (saldo atualizado/corrigido) constantes da conta vinculada (agência 0693 - op. 006, c/c 47-5), referente ao Contrato de Repasse 146.729-70/2002, firmado, em 5/7/2002, entre a União, por intermédio do Ministério do Esporte, representado pela CEF, e o Município de Santa Vitória do Palmar/RS, com o envio do comprovante de recolhimento a esta Corte de Contas.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13093-44/19-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13094/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.676/2019-3
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessada: Sônia Rodrigues de Souza Zemmahi (CPF 022.048.511-91).
4. Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Sônia Rodrigues de Souza Zemmahi no cargo de Técnico Judiciário do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 19 da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Sônia Rodrigues de Souza Zemmahi e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão:

9.3.3.1. encaminhe à Secretaria de Fiscalização de Pessoal deste Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomar conhecimento desta deliberação; e

9.3.3.2. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e o submeta ao TCU para nova apreciação.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13094-44/19-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13095/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 031.070/2010-8
2. Grupo I - Classe V - Pensão Civil.
3. Interessada: Mirian de Oliveira Gachet (CPF 037.472.917-40).
4. Unidade: Imprensa Nacional.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de pensão civil instituído por José Carlos Gache, ex-servidor da Imprensa Nacional.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, 260, §1º, e 262, §2º, do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 19, inciso II, da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de pensão civil em análise e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar à Imprensa Nacional que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão:

9.3.3.1. encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada dele tomar conhecimento; e

9.3.3.2. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e o submeta ao TCU para nova apreciação.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13095-44/19-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13096/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 031.180/2019-1
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessado: Mauro Antônio Cozini César da Silva (CPF 227.557.726-20).
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Mauro Antônio Cozini César da Silva no cargo de Técnico Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 19 da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria em análise e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão:

9.3.3.1. encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado dele tomar conhecimento; e

9.3.3.2. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e o submeta ao TCU para nova apreciação.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13096-44/19-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 13097/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 036.352/2018-7
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Econômico e Social - Ibradec (CNPJ 03.672.303/0001-49) e Luís Airton de Oliveira (CPF 076.796.021-15).
4. Unidade: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pela Caixa Econômica Federal em desfavor do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Econômico e Social e de Luís Airton de Oliveira em razão de omissão no dever de prestar contas de recursos recebidos por meio de contrato de repasse que teve por objetivo a implantação de sistema de gestão mercadológica na Central de Comercialização da Agricultura Familiar (Cecaf) da Ceasa de Pernambuco.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, incisos II e III, alínea "b", 19, parágrafo único, 23, incisos II e III, 26, 28, incisos I e II, e art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 145, 202, §§ 6º e 8º, 209, inciso II, § 4º, 214, incisos II e III, alínea "a", 215 a 217 e 268, inciso I, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar não admissível a resposta apresentada por terceiro não integrante das partes da relação processual ante sua ilegitimidade ativa para praticar atos processuais;

9.2. considerar revéis o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Econômico e Social e Luís Airton de Oliveira;

9.3. julgar regulares com ressalva as contas do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Econômico e Social, dando-lhe quitação;

9.4. julgar irregulares as contas de Luís Airton de Oliveira;

9.5. aplicar a Luís Airton de Oliveira multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até o pagamento, se efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.6. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento da dívida acima imputada;

9.7. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.8. autorizar o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.9. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.10. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.11. dar ciência desta deliberação aos responsáveis, à Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e à Gerência Nacional de Operações de Transferências de Recursos Públicos, da Caixa Econômica Federal.

10. Ata n° 44/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/12/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13097-44/19-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Augusto Nardes, as Deliberações quanto aos processos relatados pela Ministra Ana Arraes.

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 9 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pela Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

(Assinado eletronicamente)
ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Segunda Câmara

Aprovada em 5 de dezembro de 2019.

(Assinado eletronicamente)

ANA ARRAES
Presidente

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PORTARIA Nº 21, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 47, § 1º, inciso I, da Lei nº 13.707, de 14/8/2018, e ainda com base no art. 4º, caput, inciso II, alínea "a" e itens 1 e 3 da Lei nº 13.808, de 15/1/2019 e no art. 1º, caput, da Portaria nº 1.144/SOF, de 7/2/2019, resolve:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Órgão Câmara dos Deputados, crédito suplementar no valor de R$ 86.110.730,00, para atender à programação contida no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de cancelamento, no mesmo montante, conforme indicado no Anexo II, desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO MAIA

ÓRGÃO: 01000 - Camara dos Deputados
UNIDADE: 01101 - Câmara dos Deputados
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							86.110.730
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							86.110.730
09 272	0089 0181 5664	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Em Brasília - DF							86.110.730
			S	1	1	90	0	100	86.110.730
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									86.110.730
TOTAL - GERAL									86.110.730

ÓRGÃO: 01000 - Camara dos Deputados
UNIDADE: 01101 - Câmara dos Deputados
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							25.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 274	0089 0397	Aposentadorias e Pensões do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC							25.000.000
09 274	0089 0397 5664	Aposentadorias e Pensões do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC - Em Brasília - DF							25.000.000
			S	1	1	90	0	100	25.000.000
	0553	Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados							30.000.000
		ATIVIDADES							
01 122	0553 20TP	Ativos Civis da União							30.000.000
01 122	0553 20TP 5664	Ativos Civis da União - Em Brasília - DF							30.000.000
			F	1	1	90	0	100	30.000.000
	0999	Reserva de Contingência							31.110.730
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
99 999	0999 0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária							31.110.730
99 999	0999 0Z01 0001	Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Nacional							31.110.730
			F	1	1	90	0	100	31.110.730
TOTAL - FISCAL									61.110.730
TOTAL - SEGURIDADE									25.000.000
TOTAL - GERAL									86.110.730

SENADO FEDERAL

DIRETORIA-GERAL

DIRETORIA EXECUTIVA DE CONTRATAÇÃO

PORTARIA Nº 105, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019

O DIRETOR-EXECUTIVO DE CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL, no exercício da competência estabelecida no Regulamento Administrativo do Senado Federal, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no art. 3º, inciso VIII, do ADG nº 24/2017 e no item 20.3 do Edital do Pregão Eletrônico nº 050/2019, considerando o disposto no art. 2º, Parágrafo único, inciso VI, da Lei nº 9.784/1999 e pelos fundamentos expostos nos autos do Processo nº 00200.015136/2019-86, aplica à empresa BIT7NET TECNOLOGIA E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 10.586.483/0001-01, com endereço na Rua Uruguai, Número 122, Complemento, Sala 03, Box 134, Centro, Município de ITAJAI - SC, CEP: 88.302-200, penalidade de MULTA no valor de R$ 4.823,81 (quatro mil, oitocentos e vinte e três reais e oitenta e um centavos), cumulada com a pena de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR por 60 (sessenta) dias no âmbito da UNIÃO, por adotar comportamento inidôneo no curso da sessão do Pregão Eletrônico, em descumprimento ao que estabelece o subitem 2.3.3 do Edital do referido certame.

WANDERLEY RABELO DA SILVA

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 606, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a alteração de dispositivo da Resolução n. 4, de 14 de março de 2008.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo n. 0004275-03.2019.4.90.8000, resolve:

Art. 1º. Dar nova redação para os artigos 67 e 70 da Resolução n. 4, de 14 de março de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, p. 163, do dia 19 de março de 2008, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 67. O auxílio-moradia consiste no ressarcimento das despesas realizadas pelo servidor com aluguel de moradia ou com meio de hospedagem administrado por empresa hoteleira, na hipótese de nomeação para cargo em comissão dos níveis CJ-1 a CJ-4, com exercício em nova sede.

§ 1º O auxílio de que trata este capítulo será concedido mediante requerimento do servidor dirigido ao ordenador de despesas de seu órgão de lotação, no qual declare que preenche os requisitos elencados nos incisos II a VI do art. 68 desta Resolução, acompanhado do contrato de locação ou cópia autenticada pelo órgão concedente.

§ 2º Para o servidor sem vínculo efetivo com a Administração, além do requerimento e contrato referidos no parágrafo anterior, deverá ser apresentado comprovante de residência no local de origem, contemporâneo à data do deslocamento.

§ 3º O pagamento de cada parcela do auxílio de que trata este capítulo dar-se-á no mês subsequente ao da comprovação da despesa efetuada pelo servidor.

§ 4º No caso de meio de hospedagem administrado por empresa hoteleira, a comprovação da despesa dar-se-á com a apresentação da nota fiscal; no caso de locação de imóvel, mediante apresentação de recibo de aluguel.

Art. 70. O valor do auxílio-moradia é limitado a vinte e cinco por cento do valor do cargo em comissão ocupado pelo servidor e, em qualquer hipótese, não poderá ser superior ao auxílio-moradia recebido por Ministro de Estado.

§ 1º Com vistas à economicidade dos recursos públicos, os Presidentes dos Tribunais Regionais Federais e os Diretores de Foro das Seções Judiciárias poderão limitar o valor do ressarcimento do auxílio-moradia, tendo em vista as peculiaridades do mercado imobiliário de cada município, observando-se o disposto no § 1º deste artigo.

§ 2º O auxílio-moradia abrange apenas gastos com alojamento.

§ 3º Não serão cobertas despesas de condomínio, energia, telefone, alimentação, impostos, taxas e outras.

§ 4º O valor percebido a título de auxílio-moradia não sofre incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte, consoante disposto no art. 25 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

§ 5º Os efeitos financeiros do auxílio de que trata esta Resolução retroagem a 30 de junho de 2006, data da publicação da Medida Provisória nº 301, de 29 de junho de 2006.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RESOLUÇÃONº 1.581, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

Revoga a Resolução CFC n.º 1.248/2009, que aprova a Tabela de Temporalidade de Documentos do Sistema CFC/CRCs e dá outras providências; e a Resolução CFC n.º 1.504/2016, que altera o Anexo I da Resolução CFC n.º 1.248/2009, instaura a nova Tabela de Temporalidade e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a Resolução n.º 14, de 24 de outubro de 2001, do Conselho Nacional de Arquivos, que dispõe sobre o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio, a ser adotado como modelo para os arquivos correntes dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (Sinar), e os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública;

Considerando que a eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada mediante autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência, conforme determina o Art. 9º da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados;

Considerando Resolução n.º 40, de 9 de dezembro de 2014, do Conselho Nacional de Arquivos, que dispõe sobre os procedimentos para a eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e das entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (Sinar);

Considerando que o Art. 62 da Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, dispõe que é crime destruir, inutilizar e deteriorar documentos de arquivo, protegidos por lei, ato administrativo ou decisão judicial, e estabelece as sanções penais dele decorrentes;

Considerando que a perda, o extravio ou a destruição indiscriminada do patrimônio documental público podem acarretar danos irreparáveis à administração pública, aos direitos dos cidadãos, à produção do conhecimento, à memória e à história; e

Considerando a Portaria n.º 398, de 25 de novembro de 2019, do Arquivo Nacional, que aprova, pelo prazo de vinte e quatro meses, contados a partir da data de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação dos Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim dos Conselhos de Fiscalização Profissional, que integram o Processo n.º 08060.000290/2019-15, do Arquivo Nacional, ficando a cargo de cada órgão/entidade dar publicidade aos referidos instrumentos de gestão de documentos, resolve:

Art. 1º Revoga a Resolução CFC n.º 1.248/2009, que aprova a Tabela de Temporalidade de Documentos do Sistema CFC/CRCs e a Resolução CFC n.º 1.504/2016, que altera o Anexo I da Resolução CFC n.º 1.248/2009, que instaura a nova Tabela de Temporalidade.

Art. 2º Adota a Resolução n.º 14, de 24 de outubro de 2001, do Conselho Nacional de Arquivos, que dispõe sobre o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio, a ser adotado como modelo para os arquivos correntes dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (Sinar), e os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública.

Art. 3º Adota a Portaria n.º 398, de 25 de novembro de 2019, do Arquivo Nacional, que aprova o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação dos Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim dos Conselhos de Fiscalização Profissional.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as Resoluções CFC n.º 1.248/2009 e 1.504/2016.

ZULMIR IVÂNIO BREDA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

RESOLUÇÃO Nº 1.427, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

Aprova os Orçamentos-Programa dos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis-CRECIs, para o exercício de 2020.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, no uso regular de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a decisão unânime adotada na Sessão Plenária realizada no dia 29 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º - APROVAR os Orçamentos-Programa dos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis - CRECIs, para o exercício de 2020, na forma dos discriminativos anexos, os quais passam a fazer parte integrante da presente Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

VALDECI YASE MONTEIRO
Diretor Tesoureiro

ANEXO

CRECI 1ª Região/RJ - Proposta Orçamentária
Exercício de 2020 - R E S U M O

Receitas Correntes	R$	26.900.000,00
Receitas de	R$	100.000,00
Capital	R$	27.000.000,00
Total		
Despesas Correntes	R$	24.119.000,00
Despesas de	R$	2.881.000,00
Capital	R$	27.000.000,00
Total		

CRECI 2ª Região/SP - Proposta Orçamentária
Exercício de 2020
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	132.114.000,00
Receitas de Capital	R$	47.683.000,00
Total	R$	179.797.000,00
Despesas Correntes	R$	133.194.000,00
Despesas de Capital	R$	46.603.000,00
Total	R$	179.797.000,00

CRECI 3ª Região/RS - Proposta Orçamentária
Exercício de 2020 - R E S U M O

Receitas Correntes	R$	20.504.262,40
Receitas de Capital	R$	241.000,00
Total	R$	20.745.262,40
Despesas Correntes	R$	19.307.462,40
Despesas de Capital	R$	1.437.800,00
Total	R$	20.745.262,40

CRECI 4ª Região/MG - Proposta Orçamentária
Exercício de 2020 - R E S U M O

Receitas Correntes	R$	15.640.000,00
Receitas de Capital	R$	1.540.000,00
Total	R$	17.180.000,00
Despesas Correntes	R$	15.579.000,00
Despesas de Capital	R$	1.601.000,00
Total	R$	17.180.000,00

CRECI 5ª Região/GO - Proposta Orçamentária
Exercício de 2020 - R E S U M O

Receitas Correntes	R$	8.890.000,00
Receitas de Capital	R$	110.000,00
Total	R$	9.000.000,00
Despesas Correntes	R$	8.304.500,00
Despesas de Capital	R$	695.500,00
Total	R$	9.000.000,00

CRECI 6ª Região/PR - Proposta Orçamentária
Exercício de 2020 - R E S U M O

Receitas Correntes	R$	19.370.000,00
Receitas de Capital	R$	3.990.000,00
Total	R$	23.360.000,00
Despesas Correntes	R$	17.506.000,00
Despesas de Capital	R$	5.854.000,00
Total	R$	23.360.000,00

CRECI 7ª Região/PE - Proposta Orçamentária
Exercício de 2020 - R E S U M O

Receitas Correntes	R$	4.015.648,18
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	4.015.648,18
Despesas Correntes	R$	4.006.795,04
Despesas de Capital	R$	8.853,14
Total	R$	4.015.648,18

CRECI 8ª Região/DF - Proposta Orçamentária
Exercício de 2020 - R E S U M O

Receitas Correntes	R$	6.890.000,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	6.890.000,00
Despesas Correntes	R$	6.619.500,00
Despesas de Capital	R$	270.500,00
Total	R$	6.890.000,00

CRECI 9ª Região/BA - Proposta Orçamentária
Exercício de 2020 - R E S U M O

Receitas Correntes	R$	12.300.350,00
Receitas de Capital	R$	2.700.000,00
Total	R$	15.000.350,00
Despesas Correntes	R$	9.215.000,00
Despesas de Capital	R$	5.785.350,00
Total	R$	15.000.350,00

CRECI 11ª Região/SC - Proposta Orçamentária
Exercício de 2020 - R E S U M O

Receitas Correntes	R$	15.120.000,00
Receitas de Capital	R$	950.000,00
Total	R$	17.070.000,00
Despesas Correntes	R$	15.170.000,00
Despesas de Capital	R$	1.900.000,00
Total	R$	17.070.000,00

CRECI 12ª Região/PA-AP - Proposta Orçamentária
Exercício de 2020 - R E S U M O

Receitas Correntes	R$	6.163.000,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	6.163.000,00
Despesas Correntes	R$	5.526.000,00
Despesas de Capital	R$	637.000,00
Total	R$	6.163.000,00

CRECI 13ª Região/ES - Proposta Orçamentária
Exercício de 2020 - R E S U M O

Receitas Correntes	R$	3.371.000,00
Receitas de Capital	R$	1.058.388,11
Total	R$	4.429.388,11
Despesas Correntes	R$	2.810.388,11
Despesas de Capital	R$	1.619.000,00
Total	R$	4.429.388,11

CRECI 14ª Região/MS - Proposta Orçamentária
Exercício de 2020 - R E S U M O

Receitas Correntes	R$	5.771.710,21
Receitas de Capital	R$	87.800,00
Total	R$	5.859.510,21
Despesas Correntes	R$	5.304.510,21
Despesas de Capital	R$	555.000,00
Total	R$	5.859.510,21

CRECI 15ª Região/CE - Proposta Orçamentária
Exercício de 2020 - R E S U M O

Receitas Correntes	R$	6.300.000,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	6.300.000,00
Despesas Correntes	R$	5.816.850,00
Despesas de Capital	R$	483.150,00
Total	R$	6.300.000,00

CRECI 16ª Região/SE - Proposta Orçamentária
Exercício de 2020 - R E S U M O

Receitas Correntes	R$	2.080.000,00
Receitas de Capital	R$	220.000,00
Total	R$	2.300.000,00
Despesas Correntes	R$	2.080.000,00
Despesas de Capital	R$	220.000,00
Total	R$	2.300.000,00

CRECI 17ª Região/RN - Proposta Orçamentária
Exercício de 2020 - R E S U M O

Receitas Correntes	R$	1.783.000,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	1.783.000,00
Despesas Correntes	R$	1.683.000,00
Despesas de Capital	R$	100.000,00
Total	R$	1.783.000,00

CRECI 18ª Região/AM-RR - Proposta Orçamentária
Exercício de 2020 - R E S U M O

Receitas Correntes	R$	1.984.101,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	1.984.101,00
Despesas Correntes	R$	1.874.284,00
Despesas de Capital	R$	109.817,00
Total	R$	1.984.101,00

CRECI 19ª Região/MT - Proposta Orçamentária
Exercício de 2020 - R E S U M O

Receitas Correntes	R$	4.692.283,57
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	4.692.283,57
Despesas Correntes	R$	4.408.998,01
Despesas de Capital	R$	283.285,56
Total	R$	4.692.283,57

CRECI 20ª Região/MA - Proposta Orçamentária
Exercício de 2020 - R E S U M O

Receitas Correntes	R$	2.999.860,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	2.999.860,00
Despesas Correntes	R$	2.464.860,00
Despesas de Capital	R$	535.000,00
Total	R$	2.999.860,00

CRECI 21ª Região/PB - Proposta Orçamentária
Exercício de 2020 - R E S U M O

Receitas Correntes	R$	4.890.000,00
Receitas de Capital	R$	100.000,00
Total	R$	4.990.000,00
Despesas Correntes	R$	4.740.000,00
Despesas de Capital	R$	250.000,00
Total	R$	4.990.000.00

CRECI 22ª Região/AL - Proposta Orçamentária
Exercício de 2020 - R E S U M O

Receitas Correntes	R$	1.980.000,00
Receitas de Capital	R$	20.000,00
Total	R$	2.000.000,00
Despesas Correntes	R$	1.960.000,00
Despesas de Capital	R$	40.000,00
Total	R$	2.000.000,00

CRECI 23ª Região/PI - Proposta Orçamentária
Exercício de 2020 - R E S U M O

Receitas Correntes	R$	1.584.998,00
Receitas de Capital	R$	25.000,00
Total	R$	1.609.998,00
Despesas Correntes	R$	1.466.998,00
Despesas de Capital	R$	143.000,00
Total	R$	1.609.998,00

CRECI 24ª Região/RO - Proposta Orçamentária
Exercício de 2020 - R E S U M O

Receitas Correntes	R$	1.204.000,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	1.204.000,00
Despesas Correntes	R$	1.174.000,00
Despesas de Capital	R$	30.000,00
Total	R$	1.204.000,00

CRECI 25ª Região/TO - Proposta Orçamentária
Exercício de 2020 - R E S U M O

Receitas Correntes	R$	1.800.000,00
Receitas de Capital	R$	300.000,00
Total	R$	2.100.000,00
Despesas Correntes	R$	1.766.500,00
Despesas de Capital	R$	333.500,00
Total	R$	2.100.000,00

CRECI 26ª Região/AC - Proposta Orçamentária
Exercício de 2020 - R E S U M O

Receitas Correntes	R$	353.081,89
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	353.081,89
Despesas Correntes	R$	352.081,89
Despesas de Capital	R$	1.000,00
Total	R$	353.081,89

RESOLUÇÃO Nº 1.428, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

Aprova o Orçamento-Programa do Conselho Federal de Corretores de Imóveis-COFECI, para o exercício de 2020.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, no uso regular de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a decisão unânime adotada na Sessão Plenária realizada no dia 29 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º - APROVAR o Orçamento-Programa do Conselho Federal de Corretores de Imóveis-COFECI, para o exercício de 2020, na forma do discriminativo anexo, o qual passa a fazer parte integrante da presente Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

VALDECI YASE MONTEIRO
Diretor Tesoureiro

ANEXO

COFECI - Proposta Orçamentária
Exercício de 2020 - R E S U M O

Receitas Correntes	R$	57.760.119,49
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	57.760.119,49
Despesas Correntes	R$	42.245.000,00
Despesas de Capital	R$	15.515.119,49
Total	R$	57.760.119,49

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

DELIBERAÇÃO Nº 4.937, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019

Homologa os processos administrativos apreciados na 693ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei nº 6.021, de 3 de janeiro de 1974, Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978, e o que consta nos processos apreciados na 693ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon, realizada nos dias 28 e 29 de novembro de 2019, em Brasília-DF; resolve:

Art. 1º Homologar as decisões exaradas nos processos abaixo relacionados: Comissão de Fiscalização e Registro Profissional - Não conhece o recurso Remissão de débitos: Processo: 19033/2019 (Corecon-RJ) Interessado: João Nunes de Mendonça. Homologa Remissão de débitos: Processo: 18598/2018 (Corecon-DF) Interessado: Luiz Gonzaga Coelho Júnior. Indefere Remissão de débitos: Processo: 18520/2018 (Corecon-RJ) Interessada: Gelba de Souza Valladares; Processo: 18521/2018 (Corecon-RJ) Interessado: Carlos Roberto da Silva; Processo: 18523/2018 (Corecon-RJ) Interessado: Carlos Eustáquio de Souza Lima; Processo: 18553/2018 (Corecon-RJ) Interessado: Sylvio Zacharias dos Santos; Processo: 18554/2018 (Corecon-RJ) Interessado: Orlando de Melo Lima; Processo: 18555/2018 (Corecon-RJ) Interessado: Gustavo Adolfo Schlieckmann; Processo: 18579/2018 (Corecon-RJ) Interessado: José Elias de Oliveira; Processo: 18580/2018 (Corecon-RJ)Interessado: Gesaworld do Brasil Consultoria em Sistemas Gestão; Processo: 18642/2018 (Corecon-RJ) Interessada: Florevita Cavalcante; Processo: 18646/2018 (Corecon-RJ) Interessado: Rômulo Giuseppe Rende; Processo: 18647/2018 (Corecon-RJ) Interessado: Paulo César da Silva Aguiar; Processo: 18650/2018 (Corecon-PE) Interessado: José Sales da Silva; Processo: 18831/2019 (Corecon-RJ) Interessada: Ana Cristina Pinto Madureira; Processo: 18941/2019 (Corecon-RJ) Interessado: Zirair Karmirian Filho; Processo: 19035/2019 (Corecon-RJ) Interessado: José Luiz Amaral Montemurro Filho; Processo: 19071/2019 (Corecon-RJ) Interessada: Carolina Tomaz Barbosa; Processo: 19093/2019 (Corecon-RJ) Interessada: Rosa Lúcio Cardoso. Não conhece recurso: cancelamento de registro: Processo: 18.550/2018 (Corecon-SC) Interessada: Marco Antônio Scarduelli. Indefere Recurso: Cancelamento de registro: Processo: 18519/2018 (Corecon-RJ) Interessada: Siano e Rego Consultoria; Processo: 18522/2018 (Corecon-RJ) Interessado: Luciano do Rego Filho; Processo: 18533/2018 (Corecon-PE) Interessado: José Alves do Monte; Processo: 18534/2018 (Corecon-PE) Interessado: José Laercio Viana de Queiroz; Processo: 18552/2018 (Corecon-RJ) Interessado: Igor Barbosa Oliveira; Processo: 18558/2018 (Corecon-MG) Interessada: Luana Pinheiro de Alcântara; Processo: 18560/2018 (Corecon-MG) Interessada: Márcia Aparecida Ferreira Campos; Processo: 18561/2018 (Corecon-MG) Interessada: Aurinívea Matos Ferreira; Processo: 18599/2018 (Corecon-DF) Interessado: Fernando Augusto Silva Jesus; Processo: 18600/2018 (Corecon-DF) Interessado: Carlos Manuel Baigorri; Processo: 18602/2018 (Corecon-DF) Interessado: Thayssa Mendes Tavares; Processo: 18644/2018 (Corecon-RJ) Interessado: Márcio Magalhães Janot; Processo: 18645/2018 (Corecon-RJ) Interessado: Marcos Santos Baptista; Processo: 18861/2019 (Corecon-SP) Interessado: Otto Rudof Becker Von Sothen. Indefere Recurso: parcelamento de débitos: Processo: 18541/2018 (Corecon-RJ) Interessado: Rosimar Gonçalves Torquato; Processo: 18.544/2018 (Corecon-RJ) Interessada: Cristina Helena Gonçalves da Silva; Processo: 19032/2019 (Corecon-RJ) Interessada: Roberta Socci Barbosa. Indefere Recurso: isenção de débitos: Processo: 18543/2018 (Corecon-RJ) Interessado: Francisco Mário Fonseca de Asevedo. Não conhece Recurso: exercício ilegal da profissão; Processo: 18425/2018 (Corecon-RJ) Interessado: Berriel Consultoria em Gestão Empresarial; Processo: 18514/2018 (Corecon-RJ) Interessado: Julia Bernardes Viana. Indefere recurso: exercício ilegal da profissão: Processo: 18566/2018 (Corecon-MG) Interessado: ARSAE/MG;

Processo: 18567/2018 (Corecon-MG) Interessado: SEMAD; Processo: 18652/2018 (Corecon-PR) Interessado: Jandira Turatto Mariga. Defere Recurso: Suspensão de registro: Processo: 18335/2017 (Corecon-SP) Interessado: Lucas Alonso Sales. Indefere Recurso: Suspensão de registro: Processo: 18585/2018 (Corecon-MG) Interessado: Hélcio Franco Moreira. Revisão de decisão: Não conhece Recurso: Processo: 18.532/2018 (Corecon-MG) Interessada: Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais - FECOMÉRCIO. Revisão de decisão: defere: Processo: 18483/2018 (Corecon-RS) Interessada: Karine Daiane Zingler. Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar - Homologar, nos termos do voto do relator: Processo: 19.049/2019 (CORECON-MS) Alteração do Regimento Interno.

WELLINGTON LEONARDO DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE

RESOLUÇÃO Nº 152, DE 1º DE OUTUBRO DE 2019

Aprova o Regimento da Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Conduta do Conselho Regional de Contabilidade DO RIO GRANDE DO NORTE.

O PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e regimentais. Considerando a Resolução CFC n.º1.523, de 7 de abril de 2017, que instituiu o Código de Conduta para os Conselheiros, Colaboradores e Funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade; Considerando o disposto na Resolução CFC n.º 1564/2019, que aprova o Regimento das Comissões de Acompanhamento e Avaliação de Conduta do Conselho Federal de Contabilidade; Considerando o disposto na Portaria CRCRN n.º 052 de 23 de setembro de 2019 que instituiu a Comissão de Conduta do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE, resolve:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES INICIAIS.

Art.1º Este Regimento tem a finalidade de regular a estrutura organizacional, competência, atribuições, funcionamento, princípios, deveres e responsabilidades, normas e procedimentos da Comissão de Conduta do Conselho Regional de Contabilidade, constituídas por meio de portaria.

Art. 2º Os padrões de conduta estão estabelecidos no Código de Conduta para os Conselheiros, Colaboradores e Funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, aprovado pela Resolução CFC n.º 1.523, de 7 de abril de 2017 e alterações posteriores.

Art. 3º A Comissão observará as normas gerais de procedimento e o rito processual disciplinados pelas Resoluções aprovadas pelo CRCRN, que tratam, respectivamente, do Regulamento de Processo Administrativo Disciplinar dos Funcionários do CRCRN e do Procedimento Sumário destinado à apuração disciplinar de infrações praticadas pelos empregados do CRCRN no exercício de suas atribuições funcionais, bem como de documentos de similar teor produzido pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Art. 4º Para efeito deste Regimento Interno, entende-se por: I - Atitude: procedimento que leva a um determinado comportamento. É a concretização de uma intenção ou propósito; II - Conduta: ação humana que engloba a forma de pensar, agir e de viver. A conduta é baseada em crenças, culturas e valores éticos e morais. A conduta profissional e a conduta pessoal estão diretamente ligadas aos valores que são cultivados; III - Ética: conjunto de regras, valores e princípios que norteiam a conduta e o comportamento dos conselheiros do Sistema CFC/CRCs e colaboradores e funcionários do Conselho Regional de Contabilidade durante o exercício de suas atribuições legais e funcionais; IV - Funcionários: são os empregados, jovens aprendizes e cargos em comissão que exercem suas atividades profissionais com vínculo permanente ou transitório; V - Colaboradores: particular ou prestador de serviço que exerce atividade funcional no CRCRN, de forma transitória ou precária; VI - Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP): documento que estabelecerá os termos a serem firmados com o denunciado para corrigir condutas que estejam em desacordo com os preceitos éticos, visando manter um clima de trabalho respeitoso e saudável; VII - Censura Ética: documento que explicitará os comportamentos praticados, considerados inaceitáveis, e as medidas a serem implementadas para o cumprimento do estabelecido no Código de Conduta, indicando a conduta que deve ser adotada no ambiente do trabalho.

CAPÍTULO II - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.

Art. 5º A Comissão de Conduta para análise das infrações cometidas por funcionários e colaboradores é composta de três funcionários do CRCRN e respectivos substitutos. Parágrafo único. A presidência da Comissão será exercida pelo respectivo funcionário titular e, nas suas ausências, afastamentos e impedimentos eventuais, pelo funcionário substituto.

Art. 6º Os funcionários serão designados pelo presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande Do Norte, por meio de portaria específica de nomeação, conforme previsto pelo Art. 9º da Resolução CFC n.º 1.523/2017.

Art. 7º O presidente do CRCRN não poderá ser integrante da Comissão de Conduta.

Art. 8º Ao tomar posse como membro da Comissão de Conduta, o funcionário deverá prestar compromisso de acatamento e observância das regras estabelecidas pelo Código de Conduta instituído pela Resolução CFC n.º 1.523/2017.

Art. 9. Os integrantes da Comissão terá mandato de dois anos, sendo permitidas até duas reconduções.

Art. 10. Ficam impedidos de compor a Comissão de Conduta do CRCRN os funcionários já punidos administrativa ou criminalmente.

Art. 11. Cessará a investidura de membros da Comissão a partir da extinção do mandato e da renúncia, ou caso venham a responder a processos ético, criminal e/ou administrativo-disciplinar.

Art. 12. Os membros substitutos atuarão na condição de colaboradores da Comissão, substituirão os respectivos membros titulares nas suas ausências e impedimentos eventuais e os sucederão em caso de vacância, assumindo imediatamente as atribuições. § 1º Se, por motivo devidamente justificado, o titular ou suplente não puder assumir a titularidade vaga, o(a) presidente da Comissão solicitará nova indicação ao presidente do CRCRN. § 2º Poderá ser reconduzido uma única vez ao cargo de membro da Comissão o funcionário que for designado para cumprir o mandato complementar, caso ele tenha se iniciado antes do transcurso da metade do período estabelecido no mandato originário.

Art. 13. A participação na Comissão de Conduta do CRCRN não enseja qualquer remuneração para seus integrantes, e os trabalhos desenvolvidos serão considerados relevantes, devendo ser registrados nos assentos funcionais do funcionário.

Art. 14. A Comissão de Conduta do CRCRN poderá designar funcionários representantes, os quais auxiliarão nos trabalhos de educação e de comunicação, com a finalidade de sensibilizar e divulgar as ações de promoção dos padrões de conduta aos colaboradores e funcionários do CRCRN.

CAPÍTULO III - DOS PRINCÍPIOS E DEVERES DOS MEMBROS DAS COMISSÕES.

Art. 15. São princípios e deveres fundamentais a serem observados pelos membros da Comissão de Conduta do CRCRN no desenvolvimento dos trabalhos: I -assegurar a celeridade no desenvolvimento dos trabalhos; II - preservar a honra, a imagem e a dignidade da pessoa investigada; III - proteger a identidade do denunciante; IV - atuar de forma independente e imparcial; V - atuar em consonância com os princípios de conduta, eficiência e integridade; VI - garantir o sigilo durante todo o processo de apuração de infrações de conduta; VII - comparecer às reuniões da Comissão de Conduta, justificando ao presidente da Comissão eventuais ausências e afastamentos; VIII - priorizar e participar efetivamente das atividades da Comissão; IX - declarar aos demais membros o impedimento ou a suspeição nos trabalhos da Comissão de Conduta; X - eximir-se de atuar em procedimento no qual tenha sido identificado seu impedimento ou suspeição; XI- observar os princípios fundamentais de sua atuação neste Regimento;

XII - manter conduta orientada por um padrão de conduta ética que contemple, minimamente, os princípios e valores estabelecidos no Código de Conduta para os Conselheiros, Colaboradores e Funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade. § 1º Dá-se o impedimento dos membros da Comissão de Conduta do CRCRN quando: a) tenha interesse direto ou indireto no fato; b) tenha participado ou venha a participar, em outro processo administrativo ou judicial, como perito, conselheiro, funcionário, colaborador, testemunha ou representante legal do denunciante, denunciado ou investigado, ou de seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau; c) esteja litigando judicial ou administrativamente com o denunciante, denunciado ou investigado, ou com os respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau; d) for seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau o denunciante, denunciado ou investigado. § 2º Dá-se a suspeição dos membros da Comissão de Conduta do CRCRN quando: a) for amigo íntimo ou notório desafeto do denunciante, denunciado ou investigado, ou de seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau; ou b) for credor ou devedor do denunciante, denunciado ou investigado, ou de seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau.

CAPÍTULO IV - DAS COMPETÊNCIAS.

Art. 16. Compete a Comissão de Conduta do CRCRN: I - atuar como instância colegiada de natureza investigativa e consultiva em matéria de avaliação de conduta dos colaboradores e funcionários do CRCRN; II - aplicar o Código de Conduta para os funcionários do CRCRN, aprovado pela Resolução CFC n.º 1.523/2017, devendo: a) apurar, mediante denúncia ou conhecimento de ofício, fato ou conduta em desacordo com o Código de Conduta; b) recomendar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de ações, objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre as normas de conduta e disciplina; c) dirimir dúvidas a respeito da interpretação e da aplicação do Código de Conduta e deliberar sobre casos omissos; III - orientar e aconselhar sobre a conduta ética do colaborador e funcionário no relacionamento com o cidadão e no resguardo do patrimônio público; IV - interagir com a Comissão de Conduta do Conselho Federal de Contabilidade; V - responder a consultas que lhes foram dirigidas; VI - receber denúncias e representações contra colaborador e funcionário por suposto descumprimento às normas de condutas, procedendo à apuração e, se for o caso, à instauração do devido processo; VII - instaurar processo para apuração de fato que possa configurar descumprimento ao Código de Conduta colaborador e funcionário; VIII - examinar matérias e emitir relatório com parecer conclusivo sobre o resultado da apuração de fatos que possa configurar desvio de conduta; IX - convocar colaborador e funcionário e convidar outras pessoas a prestarem informações relevantes à apuração de fatos relativos ao descumprimento do Código de Conduta; X - autorizar, nas reuniões da Comissão, a presença de pessoas que, por si ou por entidades que representem, possam contribuir com assuntos específicos da pauta; XI - requisitar às partes informações e documentos necessários à instrução processual; XII - realizar diligências e solicitar pareceres de especialistas; XIII - esclarecer e julgar comportamentos com indícios de desvios de conduta; XIV - propor ao presidente do CRCRN a aplicação de penalidades: a) Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP); b) Censura Ética. XV - arquivar o processo quando não for comprovado o desvio de conduta; XVI - notificar as partes sobre as decisões adotadas; XVII - submeter ao presidente do CRCRN propostas para o aperfeiçoamento do Código de Conduta; XVIII - elaborar e propor alterações ao Código de Conduta para os colaboradores e funcionários do Conselho Regional de Contabilidade e ao Regimento Interno da Comissão de Conduta do CRCRN; XIX - dar ampla divulgação ao regramento de conduta; XX - emitir instruções de caráter orientativo ou interpretativo referente ao Código de Conduta ou às normas relativas à temática da ética; XXI - recomendar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de ações, objetivando a disseminação da cultura ética, bem como a capacitação e treinamento aos colaboradores e funcionários sobre disciplina e normas aplicáveis; XXII - elaborar e executar plano de trabalho de gestão de conduta que contemple as principais atividades a serem desenvolvidas, propondo metas e indicadores de avaliação; XXIII - envolver as unidades organizacionais do CRCRN para contribuir com ações voltadas às áreas de comunicação, sistema de informação, educação e avaliação de resultados da gestão de conduta; XXIV - representar a Comissão de Conduta em eventos internos e externos ao CRCRN.

CAPÍTULO V - DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES.

Art. 17. São atribuições e responsabilidades do presidente da Comissão de Conduta do CRCRN: I - convocar e presidir as reuniões; II - representar a Comissão; III - determinar a instauração de processos para a apuração de prática contrária ao Código de Conduta para os colaboradores e funcionários do CRCRN, bem como as diligências e convocações; IV - designar relator para os processos; V - orientar os trabalhos da Comissão, ordenando os debates e concluindo os pareceres conclusivos; VI - tomar os votos, proferindo voto de qualidade, em caso de empate e proclamando os resultados; VII - delegar atribuições para tarefas específicas aos demais membros da Comissão; VIII - autorizar a presença de pessoas, nas reuniões da Comissão, que possam contribuir na condução dos trabalhos; IX - decidir em casos de urgência, ad referendum da Comissão; X - encaminhar os resultados das apurações ao presidente do CRCRN, referentes aos processos tramitados; XI - declarar impedido ou suspeito para os trabalhos da Comissão.

Art. 18. São atribuições e responsabilidades dos membros da Comissão de Conduta do CRCRN: I - comparecer às reuniões quando convocados pela Presidência da Comissão, justificando por escrito os casos de ausências ou afastamentos; II - votar sobre os assuntos analisados nas reuniões; III - examinar as tarefas que forem submetidas ao estudo da Comissão, emitindo parecer fundamentado e voto; IV - pedir vista em matéria de deliberação; V - solicitar informações e esclarecimentos das matérias a cargo da Comissão; VI - elaborar relatórios e documentos inerentes aos processos sob sua responsabilidade; VII - declarar-se impedido ou suspeito para os trabalhos da Comissão; VIII - representar a Comissão, por delegação de seu presidente; IX - propor ações objetivando a disseminação e a capacitação sobre conduta no CRCRN; X - proceder ao registro das reuniões e à elaboração de seus relatórios; XI - solicitar, quando necessário e de forma fundamentada, a prévia manifestação da Procuradoria Jurídica para dirimir dúvidas sobre matérias a serem deliberadas pela Comissão.

CAPÍTULO VI - DO FUNCIONAMENTO.

Art. 19. Cada Comissão se reunirá ordinariamente, pelo menos uma vez por trimestre, e, em caráter extraordinário, por iniciativa do presidente ou dos seus membros. § 1º A convocação para participação nas reuniões ordinárias será realizada por meio de correio eletrônico, com antecedência de, pelo menos, 15 (quinze) dias data da reunião; § 2º Qualquer membro, na impossibilidade de comparecimento às reuniões da Comissão, deverá comunicar, por meio de correio eletrônico, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da reunião.

Art. 20. As Comissões se reunirão com a presença de, no mínimo, três de seus membros, sendo um deles, obrigatoriamente, titular.

Art. 21. A ausência do membro titular por três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, no período de um ano, sem causa justificada, deverá ser comunicada ao presidente do CRCRN, para fins de promover a sua substituição.

Art. 22. As pautas das reuniões da Comissão de Conduta serão compostas a partir de sugestões do presidente ou dos membros, sendo admitida a inclusão de novos assuntos no início da reunião. I - os assuntos tratados nas reuniões deverão ser registrados em ata a ser assinada por todos os presentes, a qual conterá as discussões e as conclusões havidas, devendo ser anexados os documentos que subsidiaram as decisões.

Art. 23. Os pareceres conclusivos da Comissão serão tomados por voto da maioria de seus membros, cabendo ao presidente da Comissão o voto de qualidade. Parágrafo único. Os membros suplentes poderão participar das reuniões da Comissão, mas somente terão direito a voto na ausência ou impedimento dos respectivos membros titulares.

Art. 24. Os trabalhos desenvolvidos na Comissão de Conduta do CRCRN tem prioridade sobre as atribuições próprias dos cargos ocupados por seus membros.

CAPÍTULO VII - DAS NORMAS E PROCEDIMENTOS.

Art. 25. No âmbito de atuação da Comissão de Conduta, estão previstas duas classes de processos: I - Resposta a Consultas; II - Apuração de indícios de infração à conduta ética com emissão do relatório e parecer conclusivo. SEÇÃO I - DAS CONSULTAS.

Art. 26. Considera-se "consulta" a solicitação de um pedido de informação, parecer e/ou orientação a respeito de uma ação ou ato pretendido pelo colaborador ou funcionário, formalizadas por carta, memorando, ofício ou correio eletrônico direcionado à Comissão de Conduta.

Art. 27. A Comissão de Conduta responderá à consulta no prazo máximo de 15 (quinze) dias, por meio de memorando, ofício ou correio eletrônico. § 1º O prazo constante do caput deste artigo poderá ser prorrogado a critério da Comissão de Conduta, que deverá comunicar ao requerente da consulta a necessidade de prorrogação indicando as razões para

tal. § 2º Caso o assunto seja de interesse de outros conselheiros, funcionários e/ou colaboradores, a Comissão de Conduta poderá divulgar seu posicionamento.

SEÇÃO II - DA APURAÇÃO DE INDÍCIOS DE INFRAÇÃO À CONDUTA ÉTICA.

Art. 28. O procedimento para apuração de desvio de conduta ética compreende as seguintes etapas: I - Denúncia ou Representação; II - Procedimento Preliminar; III - Instauração do Processo de Apuração de Infração à Conduta Ética; IV - Instrução do Processo; V - Decisão Final.

SUBSEÇÃO I - DA DENÚNCIA OU DA REPRESENTAÇÃO.

Art. 29. Considera-se denúncia ou representação toda peça ou comunicação que se fizer revelar ou anunciar contra alguém, com o objetivo de acusar, delatar ou evidenciar indícios de irregularidades, falta grave ou desvio de conduta ética.

Art. 30. A denúncia contra colaborador ou funcionário deverá ser formalizada por escrito por qualquer cidadão e dirigida, exclusivamente, a Comissão de Conduta, devendo conter, necessariamente, os seguintes requisitos: I - descrição da conduta; II - indicação da autoria da conduta; III - apresentação dos elementos de prova para apuração do fato ou indicação de onde podem ser encontrados. Parágrafo único. O denunciante poderá indicar até 3 (três) testemunhas.

Art. 31. A denúncia ou representação devem ser formalizadas por carta, memorando, ofício ou correio eletrônico, endereçadas à Comissão de Conduta ou mediante comparecimento à reunião ordinária da Comissão de Conduta para redução a termo das declarações do denunciante.

Art. 32. Cada denúncia será numerada sequencialmente por ano.

Art. 33. Não serão admitidas pela Comissão de Conduta quaisquer denúncias ou representações encaminhadas concomitantemente para a Comissão de Conduta e outras instâncias (exemplo: Ouvidoria, Câmaras, Plenário), visando garantir o princípio da confidencialidade da atuação da Comissão. Parágrafo único. Nessa hipótese, será encaminhado ao denunciante identificado comunicado com exposição dos motivos sobre a inadmissibilidade da denúncia.

Art. 34. Quando não houver identificação da autoria da conduta denunciada, a Comissão de Conduta poderá, excepcionalmente, acolher os fatos narrados para fins de abertura do procedimento, desde que a denúncia contenha indícios suficientes ou, em caso contrário, determinar o arquivamento sumário.

Art. 35. A Comissão de Conduta acatará pedido de desistência apresentado pelo denunciante, desde que o denunciado ainda não tenha sido formalmente notificado pela Comissão de Conduta.

SUBSEÇÃO II - DO PROCEDIMENTO PRELIMINAR.

Art. 36. Recebida a denúncia ou conhecida de ofício, a Comissão de Conduta realizará a averiguação preliminar para investigar indícios de infração; fixará a competência de tratamento da questão; e distribuirá à Comissão competente para processar e julgar. § 1º Se a denúncia for contra conselheiro, caberá à Comissão integrada por conselheiros a apuração de desvios de conduta ética. § 2º Se a denúncia for contra colaborador ou funcionário, caberá à Comissão integrada por funcionários a apuração de desvios de conduta ética.

Art. 37. Após a averiguação preliminar e distribuição, a Comissão de Conduta decidirá sobre a admissibilidade, ou não, da denúncia, devendo ser proferida na primeira reunião ordinária ou extraordinária subsequente ao recebimento da denúncia.

Art. 38. Na averiguação preliminar, a Comissão de Conduta poderá: I - requisitar informações e documentos ao CRCRN ou a outra autoridade competente, necessários à elucidação da denúncia; II - solicitar esclarecimentos dos envolvidos; III - realizar diligências.

Art. 39. Durante a averiguação preliminar, os membros da Comissão de Conduta deverão declarar se estão sob impedimento ou suspeição de participar do processo de apuração, nos termos do § 1º do Art. 16 deste Regimento Interno.

Art. 40. A declaração de impedimento ou suspeição deverá ser assinada pelo declarante, devendo o documento ser juntado ao processo.

Art. 41. Os membros que se declararem em impedimento ou suspeição para atuar no processo não poderão participar das discussões e decisões a respeito de assuntos relacionados ao processo em questão.

Art. 42. Havendo dúvida quanto ao enquadramento da conduta - se desvio de conduta ética, infração disciplinar, ato de improbidade, crime de responsabilidade ou infração de natureza diversa -, a Comissão de Conduta, em caráter excepcional, poderá solicitar, de forma fundamentada, parecer reservado à Assessoria Jurídica do CRCRN.

Art. 43. Como resultado da fase de Procedimento Preliminar, a Comissão de Conduta, com base em decisão fundamentada, poderá: I - decidir pela inadmissibilidade da denúncia e arquivá-la de ofício, quando a narração dos fatos não permitir, em juízo preliminar, a identificação de evidências de cometimento de infração à conduta ética e, quando sua convicção indicar possível cometimento de infração disciplinar ou legal, remeter a situação à Unidade Organizacional competente para as providências cabíveis; II - decidir pela admissibilidade da denúncia, determinando a conversão em Processo de Apuração de Conduta (PAC).

Art. 44. Procedida à análise da denúncia, a Comissão deverá elaborar o Relatório de Análise de Admissibilidade na Comissão de Conduta, contendo um breve relato dos fatos, as justificativas para a decisão e os encaminhamentos adotados pela Comissão.

Art. 45. Caso a Comissão decida pela inadmissibilidade da denúncia, deverá comunicar a decisão ao denunciante identificado, registrando as justificativas que embasaram a tomada de decisão, não cabendo reconsideração.

Art. 46. Na hipótese de a denúncia ser considerada admissível pela Comissão de Conduta, o presidente da Comissão definirá dois membros da Comissão para atuar no processo, devendo um deles ser designado como relator.

Art. 47. Quando efetuado o juízo de admissibilidade, a Comissão de Conduta deverá comunicar ao(s) denunciante(s) identificado(s) acerca da decisão preliminar, em até 5 (cinco) dias a partir da decisão da Comissão de Conduta.

SUBSEÇÃO III - DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DE APURAÇÃO DE INFRAÇÃO À CONDUTA ÉTICA.

Art. 48. Tendo a Comissão decidido pela admissibilidade da denúncia e os envolvidos informados da decisão preliminar, será efetuada a instauração do Processo de Apuração de Conduta. Parágrafo único. O prazo para a conclusão do Processo de Apuração de Conduta não ultrapassará 90 (noventa) dias, salvo na hipótese de motivo relevante devidamente justificado, quando, então, poderá ser prorrogado uma só vez por até 30 (trinta) dias.

Art. 49. O Processo de Apuração de Conduta deverá observar as regras de autuação, compreendendo numeração e rubrica da paginação, juntada de documentos em ordem cronológica e demais atos de expediente administrativo.

Art. 50. Será mantida a chancela de "sigiloso" até que esteja concluído o procedimento preliminar ou processo para apuração de prática em desrespeito a preceitos de conduta.

Art. 51. A Comissão encaminhará ao denunciado, em até 5 (cinco) dias úteis, correspondência informando a respeito da instauração do processo de apuração de infração à conduta ética e da denúncia, solicitando a apresentação de defesa prévia, por escrito, relação de testemunhas e indicação de provas, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do 1º dia útil após o envio da comunicação pela Comissão de Conduta.

Art. 52. Após a regular notificação, será assegurado ao denunciado o direito de acesso aos autos do processo, mediante solicitação formal encaminhada à Comissão de Conduta. § 1º Os documentos originais que compõem o processo apenas poderão ser acessados pelo denunciado com o acompanhamento de dois membros da Comissão de Conduta. § 2º O denunciado poderá obter cópia dos autos, mediante preenchimento do formulário de Termo de Confidencialidade e Sigilo.

Art. 53. Qualquer parte envolvida no processo poderá requerer, de forma fundamentada, a impugnação de participação de membro da Comissão de Conduta no processo de apuração de infração à conduta ética, explicitando as razões impeditivas.

Art. 54. Caberá aos membros da Comissão de Conduta, não citados no requerimento, decidir sobre a impugnação referida no Art. 53, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de apresentação do requerimento.

SUBSEÇÃO IV - DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO.

Art. 55. O denunciado, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir do 1º dia útil após o envio da solicitação de defesa prévia, deverá encaminhar à Comissão de Conduta sua defesa escrita acompanhada de eventual prova documental e a indicação de até 3 (três) testemunhas, atendendo à notificação prevista no Art. 52 deste Regimento. § 1º A Comissão de Conduta, excepcionalmente, poderá estender o prazo de apresentação de defesa, mediante requerimento justificado do denunciado. § 2º As testemunhas poderão ser substituídas desde que o interessado formalize pedido à Comissão de Conduta, em tempo hábil e em momento anterior à audiência de inquirição.

Art. 56. Decorrido o prazo estabelecido para apresentação da defesa prévia, na hipótese de o denunciado não se manifestar, deverá ser encaminhada nova correspondência por escrito, reiterando a solicitação e contendo campo específico de assinatura para o atesto do recebimento do documento. Parágrafo único. Caso o denunciado, comprovadamente notificado, não se manifestar nem indicar procurador legalmente constituído para exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa, a Comissão de Conduta designará um defensor dativo dentre os funcionários, para acompanhar o processo, sendo-lhe vedada conduta contrária aos interesses do denunciado.

Art. 57. Encaminhada a defesa prévia pelo denunciado, a Comissão analisará as peças e adotará as providências necessárias à instrução do processo.

Art. 58. Para realizar a instrução do processo, a Comissão de Conduta poderá: I - promover a inquirição de testemunhas e a realização de diligências; II - solicitar exame pericial e parecer de especialista; III - requisitar informações e documentos às unidades organizacionais do CRCRN ou outra autoridade competente. § 1º A requisição, a solicitação ou a convocação de testemunhas deverão explicitar o local e data do evento, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas. § 2º Os convocados serão ouvidos separadamente e seus esclarecimentos serão reduzidos a termo, observando-se o sigilo e a confidencialidade. § 3º As solicitações a que se referem os incisos II e III deverão discriminar as informações e os documentos requeridos e o prazo esperado para atendimento.

Art. 59. As unidades organizacionais do CRCRN darão tratamento prioritário às solicitações de documentos e informações necessárias à instrução dos procedimentos de investigação instaurados pela Comissão de Conduta. § 1º A inobservância da prioridade determinada neste artigo implicará a responsabilidade de quem lhe der causa. § 2º A Comissão de Conduta terá acesso a todos os documentos necessários aos trabalhos, dando tratamento específico àqueles protegidos por sigilo legal.

Art. 60. A Comissão de Conduta, mediante decisão fundamentada, poderá desconsiderar as provas apresentadas pelos envolvidos que figurarem como ilícitas, impertinentes, protelatórias, desnecessárias à elucidação dos fatos, ou quando o fato não possa ser provado pela espécie de prova apontada.

Art. 61. Na hipótese de serem juntados novos elementos de prova aos autos do processo, após a apresentação da defesa prévia, o denunciado deverá ser notificado de seu conteúdo pela Comissão de Conduta, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da juntada dos novos documentos ao processo. Parágrafo único. O denunciado terá novo prazo de 10 (dez) dias para protocolar a complementação de sua defesa à Comissão de Conduta.

Art. 62. Concluídas as ações previstas nos artigos 57, 58, 59, 60 e 61, o relator do processo deverá elaborar Relatório de Instrução Processual, contendo um resumo de todas as ações adotadas durante o processo.

Art. 63. O denunciado receberá o Relatório de Instrução Processual e notificação para que apresente suas alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do 1º dia útil após o envio da comunicação pela Comissão de Conduta. Parágrafo único. O denunciado somente terá acesso ao Relatório após assinar o Termo de Confidencialidade e Sigilo.

SUBSEÇÃO V - DA DECISÃO FINAL.

Art. 64. Concluída a instrução processual e após a emissão do parecer pelo relator do processo, apresentadas, ou não, as alegações pelo denunciado, a Comissão de Conduta proferirá decisão final por intermédio de parecer, podendo: I - decidir que não houve cometimento de infração à conduta ética e determinar o arquivamento; II - decidir que houve infringência à conduta ética e propor ao presidente do CRCRN a aplicação, isoladamente ou cumulativamente, do Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP) e Censura Ética; III - decidir pelo encaminhamento do processo para a unidade organizacional competente para as providências cabíveis, quando houver indícios de possível cometimento de infração disciplinar.

Art. 65. O Acordo de Conduta Pessoal e Profissional estabelecerá os termos a serem firmados com o denunciado para corrigir condutas que estejam em desacordo com os preceitos éticos, visando manter um clima de trabalho respeitoso e saudável.

Art. 66. A Censura Ética será apresentada por escrito e explicitará os comportamentos praticados, considerados inaceitáveis, e as medidas a serem implementadas para o cumprimento do estabelecido no Código de Conduta, indicando a conduta que deve ser adotada no ambiente do trabalho. § 1º No ato da lavratura do Acordo de Conduta Pessoal e Profissional, deverá ser coletada a assinatura do denunciado e estabelecida a vigência do Acordo, que poderá ser de até 2 (dois) anos, a forma e os responsáveis pelo acompanhamento do cumprimento do ACPP, sendo um deles membro da Comissão de Conduta; a chefia imediata quando o denunciado for o funcionário do CRCRN; e a Diretoria Executiva, quando o denunciado for o colaborador. § 2º Na hipótese de o responsável se encontrar impedido de efetuar o acompanhamento do ACPP, em razão de envolvimento na situação, vínculo pessoal ou interesse direto ou indireto no feito, deverá ser designado outro profissional que esteja fisicamente próximo ao denunciado para acompanhar o cumprimento do Acordo de Conduta Pessoal e Profissional. § 3º Durante a vigência do ACPP, o processo de apuração ficará sobrestado, sendo determinado o arquivamento do feito, se o Acordo for cumprido até o final do sobrestamento. § 4º Na hipótese de haver o descumprimento do ACPP durante o período de sobrestamento, a Comissão de Conduta dará seguimento ao Processo de Apuração de Conduta.

Art. 67. Em se tratando de colaborador "prestador de serviços" sem vínculo direto ou formal com o CRCRN, a cópia da decisão definitiva, elevando as condutas infracionais, deverá ser remetida pela Comissão de Conduta ao fiscal gestor do contrato, a quem competirá a adoção das providências legais cabíveis, eximindo-se a Comissão de Conduta da proposição de aplicação de penalidades (ACPP e censura).

Art. 68. No caso de a decisão final ser aprovada pelo presidente do CRCRN, a Comissão de Conduta deverá notificar o denunciado a comparecer em reunião com os membros responsáveis pelo processo, para entrega e assinatura do documento contendo o teor da decisão. § 1º No caso de não comparecimento do denunciado na data estabelecida na notificação, será encaminhada a decisão final, no prazo de 5 (cinco) dias, por meio de correspondência com Aviso de Recebimento (AR). § 2º Caso a decisão final seja pelo arquivamento do processo, a Comissão de Conduta comunicará, formalmente, o teor da decisão ao denunciante identificado e ao denunciado.

Art. 69. Da decisão pela aplicação do ACPP e Censura Ética caberá pedido de reconsideração do funcionário ou colaborador ao presidente do CRCRN, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da comunicação de que trata o Art. 68.

Art. 70. A decisão final do presidente do CRCRN deverá ser encaminhada à Comissão de Conduta que, por sua vez, irá resumir em ementa, com a omissão dos nomes das partes do processo.

Art. 71. A Comissão de Conduta divulgará, em sítio do CRCRN, todas as ementas decorrentes dos processos tratados pela Comissão.

Art. 72. Finalizado o processo, a Comissão de Conduta emitirá o termo de encerramento e providenciará o arquivamento dos autos.

CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 73. Qualquer contato mantido entre membro da Comissão de Conduta e envolvidos em processo de apuração de infração à conduta ética deverá contar com a presença de, pelo menos, dois membros da Comissão de Conduta.

Art. 74. Todos os assuntos relacionados aos processos de apuração de infração à conduta ética deverão ser tratados pela Comissão de Conduta em ambiente reservado especificamente para tal finalidade.

Art. 75. No final de cada ano, será preparado um Relatório das atividades desenvolvidas com avaliação da consecução do planejamento adotado pela Comissão de Conduta do CRCRN.

Art. 76. Caberá à Comissão de Conduta do CRCRN dirimir as dúvidas e resolver os casos omissos decorrentes da aplicação deste Regulamento, por meio de deliberação. Art. 77. Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser divulgado na página do CRCRN.

LUZENILSON MOREIRA DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARÁ

DECISÃO Nº 410, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre o valor das taxas e serviços efetuados no âmbito do COREN/CE, para o exercício de 2020 e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARÁ, no exercício de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Federal nº. 5.905/1973 e Regimento Interno do COREN/CE. CONSIDERANDO que a Lei nº. 5.905/73 em seu artigo 16 define a receita dos Conselhos Regionais de Enfermagem; CONSIDERANDO o art. 2º, da Lei Ordinária Federal nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004; CONSIDERANDO a autonomia administrativa dos Conselhos Regionais de Enfermagem, nos termos do art. 76, do Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem; CONSIDERANDO que a Lei nº 12.514/2011, em seu artigo 6º, §1º, impede que eventuais Resoluções dos conselhos profissionais ultrapassem o teto de variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, evitando abusos e exageros dos conselhos de classe, propiciando, todavia, a indicação do valor mais adequado da anuidade com vistas ao atendimento de suas finalidades institucionais e à capacidade financeira dos profissionais que os integram; CONSIDERANDO a decisão da 23ª Assembleia de Presidentes do Sistema COFEN/Conselhos Regionais de Enfermagem e a deliberação do Plenário do COFEN em sua 517ª Reunião Ordinária, no período de 23 a 27 de setembro de 2019, e ainda tudo o mais que consta no Processo Administrativo COFEN nº 863/2019; CONSIDERANDO o artigo 6º, §1º, da Lei 12.514/2011 e a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC c/c Resolução COFEN nº. 616/2019 que fixou a possibilidade de reajuste das taxas, preços dos serviços e das anuidades das pessoas físicas (enfermeiro, obstetriz, técnico de enfermagem e auxiliar de enfermagem) e das pessoas jurídicas para o exercício de 2020 no percentual de 2,92% (dois vírgula noventa e dois por cento) e dá outras providências; CONSIDERANDO a Resolução do COFEN nº. 396/2011 e suas alterações; CONSIDERANDO a publicação da Resolução COFEN nº. 616/2019 e a revogação da Resolução COFEN nº. 436/2012 que fixava valores máximos dos preços de serviços no âmbito do Sistema COFEN/Conselhos Regionais de Enfermagem; CONSIDERANDO que o COREN/CE realiza inúmeros serviços taxados, que possibilitam a realização de sua atividade precípua de fiscalização do exercício profissional; CONSIDERANDO os autos do Processo Administrativo COREN/CE nº. 499/2019 e as deliberações da 537ª Reunião Ordinária de Plenário do COREN/CE que deliberou pela não aplicação de quaisquer índices de reajuste sobre os valores das anuidades devidas por pessoas físicas para o exercício 2020, mas pela sua aplicação sobre as anuidades devidas por pessoas jurídicas, assim como sobre as demais taxas e serviços; CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do COREN/CE em sua 538ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 23 de outubro de 2019, que aprovou, por unanimidade, o valor de anuidades referentes ao exercício de 2020, por pessoa física e jurídica no âmbito do COREN/CE e o valor das taxas e serviços efetuados no âmbito do COREN/CE, para o exercício de 2020, estabelecendo a não incidência do percentual de reajuste de 2.92% sobre os valores das anuidades devidas por pessoas físicas, mas pela sua aplicação sobre as taxas, serviços e anuidades devidas por pessoas jurídicas, bem como pela adequação da nomenclatura e instituição das taxas e serviços previstos na Resolução COFEN nº. 616/2019 e seu anexo; decide: Art. 1º - As taxas e os serviços realizados no âmbito do COREN/CE, referentes ao exercício de 2020, serão fixadas em REAL e nos termos da Resolução COFEN nº. 616/2019. Art. 2º - As taxas tratadas no artigo anterior e seus valores para o exercício de 2020, serão as seguintes: - Taxa de expedição de carteira profissional (art. 10, I, Lei nº 5.905/73) - R$ 59,50; II - Taxa de anotação de responsabilidade técnica (art. 11, Lei nº 12.514/2011) - R$ 214,19. Art. 3º - Os serviços tratados no artigo 1º e seus preços para o exercício de 2020, serão os seguintes: I - Serviço de autorização para o exercício profissional no exterior - R$ 73,51; II - Serviço de inscrição e registro de pessoa física - R$ 89,26; III - Serviço de inscrição e registro de pessoa jurídica - R$ 297,51; IV - Serviço de reinscrição - R$ R$ 89,26;, V - Serviço de transferência de inscrição - R$ 89,26; VI - Serviço de certidão narrativa - R$ 20,00; §1º. Entende-se por serviço de autorização para o exercício profissional no exterior o ato de chancela do COREN-CE em formulário expedido por autoridade estrangeira, estabelecido através de processo administrativo próprio. §2º. Entende-se por serviço de inscrição de pessoa física os atos pelos quais o Conselho Regional de Enfermagem confere legalidade ao profissional para o exercício da atividade de Enfermagem e o de registro a análise dos documentos que instruem o pedido, transcrevendo para o sistema informatizado os dados necessários do profissional. §3º. Entende-se por serviço de inscrição de pessoa jurídica os atos pelos quais o Conselho Regional de Enfermagem confere legalidade as instituições para o exercício da atividade de Enfermagem e o de registro a análise dos documentos que instruem o pedido, transcrevendo para o sistema informatizado os dados necessários. §4º. Entende-se por serviço de reinscrição o ato de registro do profissional de enfermagem cuja inscrição houver sido cancelada pelos motivos elencados no art. 36, da Resolução do COFEN 560/2017, restabelecendo-se suas prerrogativas legais do exercício da profissão. §5º. Entende-se por serviço de transferência de inscrição aqueles realizados para o portador de Inscrição Definitiva e/ou Remida, que necessitar transferir seu domicílio profissional por tempo superior a 90 (noventa) dias, para a jurisdição do Conselho Regional de Enfermagem do Ceará. §6º. Entende-se por serviço de certidão narrativa aqueles referentes a expedição de certidão de inteiro teor de processos, excluída a cobrança para expedição de certidão negativa, positiva ou positiva com efeito de negativa. Art. 4º - Os demais serviços prestados pelo COREN/CE e que não constem na presente Decisão serão isentos de qualquer pagamento. Art. 5º - O presente Ato Decisório dependerá para entrar em vigor de homologação do COFEN, surtindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Homologado pela Decisão Cofen n°. 189/2019.

ANA PAULA BRANDÃO DA SILVA FARIAS
Presidente do Conselho

ANA PAULA AURIZA DE LEMOS SILVEIRA
Secretária

DECISÃO Nº 411, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre o valor de anuidades referentes ao exercício de 2020, devidas por pessoa física e jurídica no âmbito do COREN/CE e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARÁ, no exercício de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Federal nº.5.905/1973 e Regimento Interno do COREN/CE. CONSIDERANDO que a Lei nº. 5.905/73 em seu artigo 16 define a receita dos Conselhos Regionais de Enfermagem; CONSIDERANDO a autonomia administrativa dos Conselhos Regionais de Enfermagem, nos termos do art. 76, do Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem; CONSIDERANDO que a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, define que fato gerador das anuidades é a existência de inscrição nos conselhos profissionais, ainda que por tempo limitado, ao longo do exercício; CONSIDERANDO que a Lei nº 12.514/2011 em seu art. 6º, §1º e §2º, alinha-se ao princípio da legalidade tributária, haja vista que estabelece apenas o teto que deve ser observado pelos conselhos profissionais para o arbitramento das respectivas contribuições anuais; CONSIDERANDO que as disposições da Lei nº 12.514/2011 instituem uma espécie de proteção ao profissional, fixando o valor máximo das anuidades devidas aos conselhos profissionais; CONSIDERANDO que a Lei nº 12.514/2011, em seu artigo 6º, §1º, impede que eventuais Resoluções dos conselhos profissionais ultrapassem o teto de variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, evitando abusos e exageros dos conselhos de classe, propiciando, todavia, a indicação do valor mais adequado da anuidade com vistas ao atendimento de suas finalidades institucionais e à capacidade financeira dos profissionais que os integram; CONSIDERANDO a Resolução do COFEN nº. 616/2019, que autoriza os Conselhos Regionais de Enfermagem a fixarem os valores das anuidades, taxas e preços de seus serviços para o exercício de 2020, devidos pelas pessoas físicas e jurídicas inscritas, e dá outras providências. CONSIDERANDO o teor da Resolução COFEN nº 589/2018 e a decisão na 502ª ROP que aprovou o parcelamento da anuidade quando da primeira inscrição profissional em Conselhos Regionais de Enfermagem, conforme consta no PAD Nº 761/2018; CONSIDERANDO a decisão da 23ª Assembleia de Presidentes do Sistema COFEN/Conselhos Regionais de Enfermagem e a deliberação do Plenário do COFEN em sua 517ª Reunião Ordinária, no período de 23 a 27 de setembro de 2019, e ainda tudo o mais que consta no Processo Administrativo COFEN nº 863/2019; CONSIDERANDO o artigo 6º, §1º, da Lei 12.514/2011 e a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC c/c art. 1º da Resolução COFEN nº. 616/2019 que fixou a possibilidade de reajuste das pessoas jurídicas para o exercício de 2020 no percentual de 2,92% (dois vírgula noventa e dois por cento); CONSIDERANDO que o valor exato da anuidade, o desconto para profissionais recém-inscritos, os critérios de isenção para profissionais, as regras de parcelamento e a concessão de descontos para pagamento antecipado ou à vista são estabelecidos pelo Conselho Federal de Enfermagem; CONSIDERANDO a Resolução do COFEN nº. 396/2011 e suas alterações; CONSIDERANDO os autos do Processo Administrativo COREN/CE nº. 499/2019 e as deliberações da 537ª Reunião Ordinária de Plenário do COREN/CE que deliberou pela não aplicação de quaisquer índices de reajuste sobre os valores das anuidades devidas por pessoas físicas para o exercício 2020, mas pela sua aplicação sobre as anuidades devidas por pessoas jurídicas, assim como sobre as demais taxas e serviços; CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do COREN/CE em sua 538ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 23 de outubro de 2019, que aprovou, por unanimidade, o valor de anuidades referentes ao exercício de 2020, por pessoa física e jurídica no âmbito do COREN/CE e o valor das taxas e serviços efetuados no âmbito do COREN/CE, para o exercício de 2020, estabelecendo a não incidência do percentual de reajuste de 2.92% sobre os valores das anuidades devidas por pessoas físicas, mas pela sua aplicação sobre as taxas, serviços e anuidades devidas por pessoas jurídicas, bem como pela adequação da nomenclatura e instituição das taxas e serviços previstos na Resolução COFEN nº. 616/2019 e seu anexo; decide: Art. 1º. Fixar as anuidades devidas ao Conselho Regional de Enfermagem do Ceará pelas pessoas físicas e jurídicas inscritas no sistema COFEN/Conselhos Regionais de Enfermagem, para o exercício de 2020 nos valores de: §1º Pessoas físicas: I - Enfermeiros: R$ 319,60 II - Obstetrizes: R$ 303,62 III - Técnico de Enfermagem: R$ 208,11 e; IV - Auxiliar de Enfermagem: R$ 178,38. §2º Pessoas jurídicas, conforme o capital social: I - Até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 611,98; II - Acima de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais): R$ 1.223,99; III - Acima de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 1.835,97; IV - Acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais: R$ 2.447,99; V - Acima de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e até R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais): R$ 3.059,96; VI - Acima de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 3.671,99; VII - Acima de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 4.895,95. Art. 2º. As anuidades referentes ao exercício de 2020, devidas por pessoas físicas e jurídicas, e com vencimento em 31/03/2019 poderão ser pagas com os seguintes descontos: I - Com 10% de desconto em cota única até 31 de janeiro; II - Com 5% de desconto em cota única até 28 de fevereiro; III - Sem desconto, em cota única, até 31 de março;IV - Parcelado, sem desconto, em até 05 quotas mensais, iguais e sucessivas, com o primeiro vencimento em 31 de janeiro, não podendo cada parcela ser inferior a R$ 50,00 reais. § 1º As parcelas pagas após o vencimento mensal sofrerão o acréscimo de multa de 2% (dois por cento) e juros de mora 0,03% (zero vírgula zero três por cento) ao dia. § 2º Não havendo o pagamento até 31 de março ou o parcelamento previsto no inciso IV deste artigo, o valor da anuidade será corrigido pelo Índice Geral de Preços do Mercado/IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, e acrescido de multa de 2% (dois por cento) e de juros 1% (um por cento) ao mês. Art. 3º. Aos profissionais recém-inscritos será concedido o desconto, até 31 de março, de 30% (trinta por cento) para enfermeiro e 50% (cinquenta por cento) para técnico e auxiliar de enfermagem, no valor da primeira anuidade. §1º. Quando a inscrição for solicitada a partir do dia 01 de abril a anuidade será paga proporcionalmente aos meses remanescentes do ano, sem a incidência do desconto previsto no caput deste artigo. §2º. A anuidade e as taxas referentes à primeira inscrição profissional poderão ser pagas parceladamente, caso assim deseje o interessado, não devendo o parcelamento exceder o exercício financeiro correspondente. §3º. O desconto previsto no caput do presente artigo não será cumulativo com outros descontos estabelecidos nesta Decisão; §4º. Considera-se recém-inscrito o profissional de enfermagem que pleiteou sua primeira inscrição no sistema COFEN/Conselhos Regionais de Enfermagem. Art. 4º São isentos do pagamento de anuidades os profissionais: I - Portadores de inscrição remida; II - Portadores de doença grave prevista em Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil que estiver em vigor para Imposto de Renda; III - Atingidos por calamidade pública oficialmente decretada no local de moradia, até 12(doze) meses após a data da calamidade; § 1º Para efeito de reconhecimento da isenção prevista no inciso II deste artigo pela Diretoria do Conselho Regional de Enfermagem, a doença deve ser comprovada mediante laudo pericial emitido por serviço médico oficial da União, dos Estados, do DF e dos Municípios, devendo ser fixado o prazo de validade do laudo pericial, no caso de doenças passíveis de controle. § 2º A isenção prevista no inciso II deste artigo será válida enquanto durar a doença, devendo a comprovação ser feita anualmente pelo profissional inscrito até a efetiva cura.§3º A isenção prevista no inciso III deve atender, para sua validade, a um dos seguintes requisitos: I) ter sido oficialmente decretada a calamidade pública; II) ser referente ao ano da calamidade pública; III) ter recebido isenção do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU; IV) autorizado a sacar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, em razão dos fatos motivadores da calamidade pública; V) seja atestada por órgão ou entidade da Administração Pública a lesão a bens do profissional em razão da situação calamitosa. §4º As isenções previstas neste artigo não impedem a cobrança de débitos dos exercícios anteriores. §5º Na hipótese de o profissional vítima de calamidade pública ter efetuado o pagamento da anuidade, assiste-lhe o direito de reembolso do valor da anuidade paga, se atendido um dos requisitos previstos no §3º. Art. 5º. Os valores descritos no artigo 1º, §2º, da presente Decisão foram reajustados em 2,92% (dois vírgula noventa e dois por cento), de acordo com o art. 1º da Resolução COFEN nº. 616/2019 c/c artigo 6º, §1º, da Lei 12.514/2011, considerando a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC. Art. 6º. O profissional que tiver mais de uma inscrição, no mesmo Conselho Regional, pagará apenas a anuidade correspondente à inscrição da categoria de maior nível de formação, estando isento do pagamento referente às demais categorias em relação as quais também possua inscrição. §1º A isenção a que se refere este artigo não se estende a anuidades de exercícios anteriores já pagas ou em débito. §2º Possuindo o profissional formação e exercendo atribuições específicas, fica mantida a obrigatoriedade de inscrição em todas as categorias. §3º A isenção prevista no caput do presente artigo dar-se-á automaticamente com a publicação da Resolução COFEN nº. 616/2019, onde, na excepcionalidade da hipótese de haver o envio do boleto da categoria de menor formação, deverá o profissional contactar o COREN-CE para que proceda a baixa administrativa da cobrança, mediante procedimento administrativo próprio. §4º No ato do requerimento de isenção prevista neste artigo, as duas ou mais inscrições devem estar regularmente ativas. §5º. Considerando as disposições da Resolução do COFEN nº. 586/2018, que estabelece as normas concernentes à restituição de receita no Sistema COFEN/COREN´s, com especial destaque aos artigos 2º, 3º e 4º, que estabelecem a possibilidade de restituição ao contribuinte de receitas em duplicidade ou a maior, para os casos previstos neste artigo de existência de inscrição em duas ou mais categorias, caso o profissional já tenha efetuado o pagamento da anuidade da categoria de menor formação até 31 de março do ano vigente, poderá haver, por parte do COREN/CE, mediante requerimento próprio do profissional de enfermagem por escrito, quando da realização da inscrição da categoria de maior formação até 31 de março do ano vigente, a restituição integral da anuidade da categoria de menor formação, após o devido processo administrativo sob rito da Resolução do COFEN nº. 586/2018. Art. 7º. O presente Ato Decisório dependerá para entrar em vigor de homologação do COFEN, surtindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Homologado pela Decisão Cofen n°. 189/2019.

ANA PAULA BRANDÃO DA SILVA FARIAS
Presidente do Conselho

ANA PAULA AURIZA DE LEMOS SILVEIRA
Secretária

ANEXO I
QUADRO DE VALORES - ANUIDADES 2020 - PESSOA FÍSICA.
I - Quadro para pagamentos efetuados até 31 de janeiro de 2020:

CLASSIFICAÇÃO PROFISSIONAL	VALOR DA ANUIDADE 2020 SEM DESCONTO	PERCENTUAL DE DESCONTO APLICADO	DATA DE VENCIMENTO	ANUIDADE COM DESCONTO
Quadro I - ENF	R$ 319,60	10%	31/01/2020	R$ 287,64
Quadro II - TE	R$ 208,11	10%	31/01/2020	R$ 187,29
Quadro III - AE	R$ 178,38	10%	31/01/2020	R$ 160,54
Obstetriz	R$ 303,62	10%	31/01/2020	R$ 273,25

II - Quadro para pagamentos efetuados até 28 de fevereiro de 2020:

CLASSIFICAÇÃO PROFISSIONAL	VALOR DA ANUIDADE 2020 SEM DESCONTO	PERCENTUAL DE DESCONTO APLICADO	DATA DE VENCIMENTO	ANUIDADE COM DESCONTO
Quadro I - ENF	R$ 319,60	5%	28/02/2020	R$ 303,62
Quadro II - TE	R$ 208,11	5%	28/02/2020	R$ 197,70
Quadro III - AE	R$ 178,38	5%	28/02/2020	R$ 169,46
Obstetriz	R$ 303,62	5%	28/02/2020	R$ 288,43

III - Quadro para pagamentos efetuados até 31 de março de 2020:

CLASSIFICAÇÃO PROFISSIONAL	VALOR DA ANUIDADE 2020 SEM DESCONTO	PERCENTUAL DE DESCONTO APLICADO	DATA DE VENCIMENTO	ANUIDADE SEM DESCONTO
Quadro I - ENF	R$ 319,60	0%	31/03/2020	R$ 319,60
Quadro II - TE	R$ 208,11	0%	31/03/2020	R$ 208,11
Quadro III - AE	R$ 178,38	0%	31/03/2020	R$ 178,38
Obstetriz	R$ 303,62	0%	31/03/2020	R$ 303,62

IV - Quadro para pagamentos efetuados até 31 de março de 2020, da primeira anuidade, de profissionais enfermeiros recém-inscritos:

CLASSIFICAÇÃO PROFISSIONAL	VALOR DA ANUIDADE 2020 SEM DESCONTO	PERCENTUAL DE DESCONTO APLICADO	DATA DE VENCIMENTO	ANUIDADE COM DESCONTO
Quadro I - ENF	R$ 319,60	30%	31/03/2020	R$ 223,72

V - Quadro para pagamentos efetuados até 31 de março de 2020, da primeira anuidade, de profissionais técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem recém-inscritos:

CLASSIFICAÇÃO PROFISSIONAL	VALOR DA ANUIDADE 2020 SEM DESCONTO	PERCENTUAL DE DESCONTO APLICADO	DATA DE VENCIMENTO	ANUIDADE COM DESCONTO
Quadro II - TE	R$ 208,11	50%	31/03/2020	R$ 104,05
Quadro III - AE	R$ 178,38	50%	31/03/2020	R$ 89,19

ANEXO II

QUADRO DE VALORES - ANUIDADES 2020 - PESSOA JURÍDICA.
I - Quadro para pagamentos efetuados até 31 de janeiro de 2020:

CAPITAL SOCIAL	VALOR DA ANUIDADE 2020 SEM DESCONTO	PERCENTUAL DE DESCONTO APLICADO	DATA DE VENCIMENTO	ANUIDADE COM DESCONTO
Até R$ 50.000,00	R$ 611,34	10%	31/01/2020	R$ 550,20
Acima de R$ 50.000,00 e até R$ 200.000,00	R$ 1.223,99	10%	31/01/2020	R$ 1.101,59
Acima de R$ 200.000,00 e até R$ 500.000,00	R$ 1.835,97	10%	31/01/2020	R$ 1.652,37
Acima de R$ 500.000,00 e até R$ 1.000.000,00	R$ 2.447,99	10%	31/01/2020	R$ 2.203,19
Acima de R$ 1.000.000,00 e até R$ 2.000.000,00	R$ 3.059,96	10%	31/01/2020	R$ 2.753,96
Acima de R$ 2.000.000,00 e até R$ 10.000.000,00	R$ 3.671,99	10%	31/01/2020	R$ 3.304,79
Acima de R$ 10.000.000,00	R$ 4.895,95	10%	31/01/2020	R$ 4.406,35

II - Quadro para pagamentos efetuados até 28 de fevereiro de 2020:

CAPITAL SOCIAL	VALOR DA ANUIDADE 2020 SEM DESCONTO	PERCENTUAL DE DESCONTO APLICADO	DATA DE VENCIMENTO	ANUIDADE COM DESCONTO
Até R$ 50.000,00	R$ 611,34	5%	31/01/2020	R$ 580,77
Acima de R$ 50.000,00 e até R$ 200.000,00	R$ 1.223,99	5%	31/01/2020	R$ 1.162,79
Acima de R$ 200.000,00 e até R$ 500.000,00	R$ 1.835,97	5%	31/01/2020	R$ 1.744,17
Acima de R$ 500.000,00 e até R$ 1.000.000,00	R$ 2.447,99	5%	31/01/2020	R$ 2.325,59
Acima de R$ 1.000.000,00 e até R$ 2.000.000,00	R$ 3.059,96	5%	31/01/2020	R$ 2.906,96
Acima de R$ 2.000.000,00 e até R$ 10.000.000,00	R$ 3.671,99	5%	31/01/2020	R$ 3.488,39
Acima de R$ 10.000.000,00	R$ 4.895,95	5%	31/01/2020	R$ 4.651,15

III - Quadro para pagamentos efetuados até 31 de março de 2020:

CAPITAL SOCIAL	VALOR DA ANUIDADE 2020 SEM DESCONTO	PERCENTUAL DE DESCONTO APLICADO	DATA DE VENCIMENTO	ANUIDADE COM DESCONTO
Até R$ 50.000,00	R$ 611,34	0%	31/01/2020	R$ 611,34
Acima de R$ 50.000,00 e até R$ 200.000,00	R$ 1.223,99	0%	31/01/2020	R$ 1.223,99
Acima de R$ 200.000,00 e até R$ 500.000,00	R$ 1.835,97	0%	31/01/2020	R$ 1.835,97
Acima de R$ 500.000,00 e até R$ 1.000.000,00	R$ 2.447,99	0%	31/01/2020	R$ 2.447,99
Acima de R$ 1.000.000,00 e até R$ 2.000.000,00	R$ 3.059,96	0%	31/01/2020	R$ 3.059,96
Acima de R$ 2.000.000,00 e até R$ 10.000.000,00	R$ 3.671,99	0%	31/01/2020	R$ 3.671,99
Acima de R$ 10.000.000,00	R$ 4.895,95	0%	31/01/2020	R$ 4.895,95

DECISÃO Nº 442, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019

Aprova o aumento do quadro de conselheiros do COREN-CE.

O Conselho Regional de Enfermagem do Ceará - Coren-CE, neste ato representado por seu Presidente, em conjunto com o Plenário, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pelos artigos 2º e15 e seus incisos II, VIII e XIV, todos da Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e; CONSIDERANDO Decisão COFEN nº. 243/2016, em seu artigo 2º, que estabelece a classificação dos Conselhos Regionais de Enfermagem de acordo com as características peculiares do número de inscrições definitivas; CONSIDERANDO as disposições do art. 11, da Lei nº. 5.905/1973; CONSIDERANDO que o estado do Ceará conta com 74.775 profissionais de Enfermagem, número atualizado até agosto de 2019, sendo o maior conselho de classe do estado alencarino; CONSIDERANDO Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem, em seu artigo 13; CONSIDERANDO que os conselheiros membros da Diretoria, desempenham, além das atividades político-administrativas, funções de gerenciamento superior, conforme definição contida no art. 2º, §2º, da Resolução COFEN nº. 491/2015 - alterada pela Resolução COFEN nº. 605/2019, que requerem, muitas vezes, dedicação exclusiva em relação as funções assumidas; CONSIDERANDO que as atividades político-representativas consistem no comparecimento ou participações em reuniões, eventos oficiais, seminários, conferências, jornadas, oficinas e congressos e as atividades de gerenciamento superior consistem no desempenho das atribuições legais e regimentais próprias dos membros da Diretoria do Conselho; CONSIDERANDO que o quadro de conselheiros do COREN-CE, assim como o seu quantitativo, deixou, há muito, de acompanhar o crescimento das atividades administrativas realizadas, tornando-se desproporcional, inclusive, ao quantitativo de profissionais inscritos, conforme se constata pelo Regimento Interno do COREN-CE que data do ano de 2012, aprovado através da Decisão COREN/CE nº. 021/2012. CONSIDERANDO os autos do Processo Administrativo n°. 226/2019; CONSIDERANDO deliberação do Plenário do Coren-CE, em sua 374° Reunião Extraordinária; resolve: Art. 1°. Aumentar o quadro de Conselheiros do Coren-CE do total de 14 (quatorze) para o total de 18 (dezoito), na seguinte divisão: 10 enfermeiros no Quadro I, sendo cinco efetivos e cinco suplentes e 8 membros das demais categorias, considerando os Quadros II e III, sendo quatro efetivos e quatro suplentes. Art. 2° O presente Ato Decisório dependerá de homologação do Cofen e entrará em vigor juntamente com a alteração do Regimento Interno do Coren-CE, após homologação do COFEN, ficando , a partir daí, revogadas as disposições em contrário.

Homologado pela Decisão Cofen n°. 192/2019.

ANA PAULA BRANDÃO DA SILVA FARIAS
Presidente do Conselho

ANA PAULA AURIZA DE LEMOS SILVEIRA
Secretária

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS

DECISÃO NORMATIVA Nº 89, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre a fixação dos valores das taxas, serviços e multas devidas pelas pessoas físicas e jurídicas vinculadas ao Coren-MG no exercício de 2020.

O PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

Considerando o disposto nos incisos III, XI e XIV do artigo 15 e artigo 20 da Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973, bem como as disposições do inciso XIV do artigo 21 do Regimento Interno;

Considerando que os artigos 10 e 16, da Lei nº 5.905/73 definem a receita do Cofen e dos Conselhos Regionais de Enfermagem;

Considerando os artigos 4º, 5º, 6º e 11 da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011;

Considerando o artigo 31 da Resolução Cofen nº 435/2012 e as Resoluções Cofen nº 440/2013, 560/17, alterada pela Resolução Cofen nº580/2018;

Considerando o disposto na Resolução Cofen nº 616, de 11 de outubro de 2019;

Considerando as deliberações da Diretoria em sua 79ª Reunião Ordinária, realizada no dia 29 de outubro de 2019;

Considerando a deliberação do Plenário em sua 22ª Reunião Ordinária, realizada no dia 30 de outubro de 2019, resolve:

Art. 1º - Os valores das taxas, serviços e multas devidas no exercício de 2020 pelas pessoas físicas e jurídicas vinculadas ao Coren-MG são os constantes a seguir:

§1º - Taxa de expedição de carteira profissional:

I - 1ª e 2ª via de inscrição definitiva principal, inscrição para diplomado estrangeiro, inscrição secundária - R$ 42,00.

II - inscrição remida e inscrição remida secundária - isento;

III - registro de títulos de especialista e qualificação - isento.

§2º - Taxa de Anotação de Responsabilidade Técnica - R$ 148,00;

§3º - Serviço de autorização para o exercício profissional no exterior - R$ 150,00

§4º - Serviço de inscrição e registro de pessoa física - R$ 115,00;

§5º - Serviço de inscrição e registro de pessoa jurídica - R$ 295,00;

§6º - Serviço de reinscrição - R$ 115,00;

§7º - Serviço de transferência de inscrição - R$ 79,00;

§8º - Serviço de certidão:

I - Certidão narrativa - R$ 31,00;

II - Certidão responsabilidade técnica - isento;

III - Certidão negativa, transferência, regularidade ou nada consta - isento.

§9º - Solicitação de desarquivamento de documentos, cópias xerográficas, autenticação de documentos, cancelamento e suspensão de inscrição são isentos de cobranças de valores;

§10 - Multas:

I - Eleitoral (Quadros I, II e III) Equivalente ao valor da anuidade do ano das eleições, corrigida pelo IGPM;

II - Infração de natureza ética Equivalente ao valor de 01 (uma) a 10 (dez) anuidades do infrator, corrigida pelo IGPM.

§11 - As instituições públicas e filantrópicas nas quais o enfermeiro RT requerente esteja vinculado, poderão requerer, mediante a comprovação de sua natureza institucional, ao Conselho Regional de Enfermagem a isenção do recolhimento das taxas de ART e emissão de CRT., nos termos do parágrafo único do artigo 7º da Resolução Cofen nº 509/2016;

Art. 3º - Por opção do inscrito, o Coren-MG poderá se comprometer na remessa de documento via Correios, sendo reembolsado no valor correspondente ao cobrado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;

Art. 4º - A arrecadação da receita proveniente de taxas, serviços e multas será efetuada unicamente por via bancária, podendo ocorrer por meio de cartões de crédito, de débito e/ou e-commerce, mediante contratação dos serviços na forma legal pelo Coren-MG;

Art. 5º - Esta Decisão Normativa entra em vigor após sua publicação e homologação pelo Conselho Federal de Enfermagem, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Decisão Normativa nº 93/2019.

CARLA PRADO SILVA
Presidente do Conselho

ERICO BARBOSA PEREIRA
1º Secretário

DECISÃO NORMATIVA Nº 90, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre os valores das anuidades devidas pelas pessoas físicas e jurídicas vinculadas ao Coren-MG no ano de 2020, consolida a regulamentação existente sobre descontos, remissão, isenção e parcelamento da anuidade do exercício e dá outras providências.

O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e,

Considerando o disposto nos incisos III, XI e XIV do artigo 15 e artigo 20 da Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973, bem como as disposições do inciso XIV do artigo 21 do Regimento Interno;

Considerando que os artigos 10 e 16, da Lei nº 5.905/73 definem a receita do Cofen e dos Conselhos Regionais de Enfermagem;

Considerando os artigos 4º, 5º e 6º, da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011;

Considerando o artigo 31 da Resolução Cofen nº 435/2012 e as Resoluções Cofen nº 440/2013, 560/17, alterada pela Resolução Cofen nº580/2018;

Considerando o disposto na Resolução Cofen nº 616, de 11 de outubro de 2019;

Considerando as deliberações da Diretoria em sua 79ª Reunião Ordinária, realizada no dia 29 de outubro de 2019;

Considerando a deliberação do Plenário em sua 22ª Reunião Ordinária, realizada no dia 30 de outubro de 2019, resolve:

Art. 1º - Fixar as anuidades para o ano de 2020, devidas ao Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais pelas pessoas físicas e jurídicas inscritas no Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, nos valores de:

§1º - Pessoas físicas:

I - Enfermeiro: R$ 376,96 (trezentos e setenta e seis reais e noventa e seis centavos);

II - Obstetriz: R$ 358,10 (trezentos e cinquenta e oito reais e dez centavos);

III - Técnico de Enfermagem: R$ 207,04 (duzentos e sete reais e quatro centavos);

IV - Auxiliar de Enfermagem: R$ 178,47 (cento e setenta e oito reais e quarenta e sete centavos).

§2º - Pessoas jurídicas, conforme o capital social:

I - Até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 594,64 (quinhentos e noventa e quatro reais e sessenta e quatro centavos);

II - Acima de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais): R$ 1.189,27 (hum mil, cento e oitenta e nove reais e vinte e sete centavos);

III - Acima de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 1.762,77 (hum mil, setecentos e sessenta e dois reais e setenta e sete centavos);

IV - Acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais): R$ 2.378,54 (dois mil, trezentos e setenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos);

V - Acima de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e até R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais): R$ 2.973,17 (dois mil, novecentos e setenta e três reais e dezessete centavos);

VI - Acima de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e até R$10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 3.567,81 (três mil, quinhentos e sessenta e sete reais e oitenta e um centavos);

VII - Acima de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 4.757,05 (quatro mil, setecentos e cinquenta e sete reais e cinco centavos).

Parágrafo único: o registro de consultório de enfermagem é isento do pagamento de anuidades (Res. 568/2018).

Art. 2º - As anuidades terão vencimento em 31 de março e poderão ser recolhidas da seguinte forma: (art. 4º da Res. Cofen n. 616/2019).

I - À vista, com os seguintes descontos:

a) 10% de desconto para pagamento até 31 de janeiro;

b) 5% de desconto para pagamento até 28 de fevereiro;

§1º - Os inscritos que estiverem com todas as obrigações financeiras até o dia 20 de dezembro de 2019 totalmente quitadas, sem qualquer parcelamento, terão desconto cumulativo de 20% (vinte por cento) para recolhimento até o dia 31 de janeiro de 2020.

§2º - Os inscritos que estiverem com todos os débitos parcelados sem parcelas vencidas não pagas até o dia 20 de dezembro de 2019, terão desconto cumulativo de 10% (dez por cento) para recolhimento até o dia 31 de janeiro de 2020.

§3º - Somente será considerado com as obrigações totalmente quitadas, para efeitos do parágrafo 1º, os inscritos que não possuírem débitos ou parcelamento.

§4º - Somente será considerado regular, para efeitos do parágrafo 2º, o inscrito que possuir débito de qualquer natureza parcelado, com as parcelas em dia. Se houver débito não parcelado ou parcela vencida, o inscrito não fará jus ao desconto cumulativo.

§5º - No mês de março a anuidade poderá ser recolhida à vista sem correção. Mesmo para os casos em que a compensação financeira ocorrer no primeiro dia útil do mês seguinte, não haverá incidência de juros e/ou correção.

II - Parcelado sem desconto, em 5 parcelas mensais, iguais e sucessivas, que não sejam inferiores a R$50,00 (cinquenta reais) e a última parcela não ultrapasse o exercício fiscal.

§1º - As parcelas pagas após o vencimento mensal, sofrerão acréscimo de multa de 2% (dois por cento) e juros moratórios de 0,03% (zero vírgula zero três por cento) ao dia.

§2º - Não havendo o pagamento até 31 de março ou sendo fixado o vencimento da primeira prestação do parcelamento previsto no inciso II deste artigo posterior a tal data, o valor da anuidade será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, e acrescido de multa de 2% (dois por cento) e de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

Art. 3º - Aos profissionais que requererem inscrição definitiva e reinscrição até o mês de março será devido o valor integral da anuidade, em conformidade com o art. 1º, desta norma. (art. 16, II, art. 30 III, §1º do art. 44 do Manual anexo à Res. Cofen nº560/2017 e suas alterações).

Parágrafo Único - Após o mês de março, para quem requerer os serviços descritos no "caput" deste artigo, a anuidade deverá ser calculada proporcionalmente aos meses que restam para o fim de exercício fiscal.

Art. 4º - Aos profissionais recém-inscritos será concedido desconto de 30% (trinta por cento) para enfermeiro e 50% (cinquenta por cento) para técnico e auxiliar de enfermagem, no valor da primeira anuidade, que será paga proporcionalmente quando solicitada a partir do mês de abril.

§1º - Os descontos não são cumulativos, ou seja, o desconto previsto no artigo 2º não acumula ao desconto previsto neste artigo aos recém inscritos.

§2º - Considera-se recém-inscrito o profissional que pleiteou sua primeira inscrição em quaisquer das categorias no sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.

§3º - No ato da inscrição o requerente deverá recolher o valor integral das taxas referentes a primeira inscrição profissional, podendo promover o parcelamento da anuidade, conforme disposto no inciso II do art. 2º desta norma.

§4º - Ocorrendo o inadimplemento do parcelamento, sobre a parcela vencida incidirão os acréscimos previstos no §1º, II, art. 2º.

Art. 5º - São isentos do pagamento de anuidades os profissionais:

I - portadores de inscrição remida;

II - portadores de doença grave prevista em Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil que estiver em vigor para Imposto de Renda;

§1º - Para efeito de reconhecimento da isenção prevista no inciso II, pela Diretoria do Coren, a doença deve ser comprovada mediante laudo médico pericial, devendo ser fixado o prazo de validade do laudo pericial, no caso de doenças passíveis de controle.

§2º - A isenção prevista no inciso II será válida enquanto durar a doença, devendo a comprovação ser feita anualmente pelo profissional inscrito até a efetiva cura.

Art. 6º - Será concedida isenção de anuidade aos profissionais atingidos por calamidade pública oficialmente decretada no local de moradia, até 12(doze) meses após a data da calamidade, desde que atendidos um dos seguintes requisitos:

a) ter sido oficialmente decretada a calamidade pública;

b) ser referente ao ano da calamidade pública;

c) ter recebido isenção do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU;

d) autorizado a sacar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, em razão dos fatos motivadores da calamidade pública;

e) seja atestada por órgão ou entidade da Administração Pública a lesão a bens do profissional em razão da situação calamitosa.

Parágrafo Único - Na hipótese de o profissional vítima de calamidade pública ter efetuado o pagamento da anuidade, assiste-lhe o direito de reembolso do valor da anuidade paga, desde que atenda um dos requisitos, previstos nas alíneas acima.

Art. 7º - Os inscritos que requererem inscrição remida, suspensão e cancelamento de inscrição até o mês de março estarão isentos do pagamento da anuidade do exercício. (art. 30, III, art. 34 e 40 do manual anexo à Res. 560/2017, alterada pela Res. 580/2018);

Parágrafo Único - Após o mês de março, nos casos de inscrição remida, suspensão e cancelamento, a anuidade deverá ser calculada proporcionalmente aos meses transcorridos até a data da apresentação do pedido.

Art. 8º - O profissional que tiver mais de uma inscrição no Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais, pagará apenas a anuidade correspondente à inscrição da categoria de maior nível de formação, estando isento do pagamento referente às demais categorias em relação as quais também possua inscrição.

§1º - A isenção a que se refere este artigo não se estende a anuidades de exercícios anteriores já pagas ou em débito.

§2º - Possuindo o profissional, formação e exercendo atribuições específicas, fica mantida a obrigatoriedade de inscrição em todas as categorias, mesmo que isento o pagamento da anuidade na forma do caput.

Art. 9º - As isenções previstas nos artigos 5º, 6º, 7º e 8º não impedem a cobrança de débitos dos exercícios anteriores.

Art. 10º - O inscrito com inscrição suspensa em razão da não apresentação do diploma não está isento do pagamento das anuidades após a sua suspensão. (Art. 21, §3º do manual anexo da Res. 580/2018).

Art. 11 - A arrecadação da receita proveniente das anuidades e acréscimos legais será efetuada por via bancária, podendo ocorrer por meio de cartões de crédito, de débito e/ou e-commerce, mediante contratação dos serviços na forma legal pelo Coren-MG.

Art. 12 - Esta Decisão Normativa entra em vigor após sua publicação e homologação pelo Conselho Federal de Enfermagem, revogando-se as disposições em contrário.

CARLA PRADO SILVA
Presidente do Conselho

ERICO BARBOSA PEREIRA
1º Secretário

DECISÃO NORMATIVA Nº 91, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

Isenta de multa os profissionais inscritos que deixaram de votar no pleito eleitoral de 2017.

O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS - COREN-MG, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei 5.905, de 12 de julho de 1973, art. 15, incisos III, VI e XIV c/c as disposições contidas em seu Regimento Interno, aprovado pela Deliberação n. 89 de 22 de outubro de 2012;homologada pela Decisão Cofen nº 28/2013 de 18/03/2013, e

Considerando a autonomia administrativa e financeira dos Conselhos Regionais de Enfermagem, fixada no artigo 20 da Lei 5.905/1973.

Considerando que cabe ao Coren-MG cumprir as atividades elencadas no art. 15 da Lei 5.905/73.

Considerando que, nos balanços fiscais fornecidos pela Unidade de Contabilidade, à Comissão da Anistia das Multas Eleitorais de 2017, criada para verificar a possibilidade de anistiar as multas eleitorais, restou constatado que a anistia fiscal não comprometerá a saúde financeira do Coren-MG.

Considerando que a possibilidade da redução da carga tributária pelo Coren-MG, pela remissão da obrigação tributária principal, referente às multas eleitorais de 2017, qualifica a remuneração dos profissionais de enfermagem, possibilitando o investimento em bens de vida, como educação e saúde, contribuindo para o incremento da autoestima pessoal e profissional.

Considerando que, através da Resolução Cofen 523/2016, o Conselho Federal de Enfermagem autorizou aos Conselhos Regionais de Enfermagem, anistiar as multas eleitorais dos profissionais de enfermagem que deixaram de votar nas últimas eleições para composição de seus Plenários, ocorridas no ano de 2017.

Considerando que nos termos do §2° do art. 25 da Resolução nº 523/2016, cada Conselho Regional de Enfermagem, tem ciência de sua realidade local e de como se deu o processo eleitoral de sua jurisdição e, por isso tem capacidade política-administrativa para deliberar acerca da possibilidade de anistiar os eleitores que não votaram nos pleitos eleitorais havendo motivação de ordem superior.

Considerando tudo que do mais consta do Processo Administrativo 06/2018, que trata de multa eleitoral do pleito 2017.

Considerando a Decisão Normativa Coren-MG n. 82/2018;

Considerando o Oficio 2794/2019/GAB/PRES, PAD Cofen n. 1133/2018;

Considerando ainda, a deliberação dos Senhores Conselheiros na 22ª Reunião Ordinária do Plenário, realizada em 30 de outubro de 2019;, resolve:

Art. 1º Conceder isenção total do valor da multa eleitoral aos inscritos que deixaram de votar no pleito eleitoral do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais, no ano de 2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário e publique-se.

Art. 3º - Esta Decisão Normativa entra em vigor após sua publicação e homologação pelo Conselho Federal de Enfermagem.

CARLA PRADO SILVA
Presidente do Conselho

ERICO BARBOSA PEREIRA
1º Secretário

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 3ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 271, DE 8 DE AGOSTO DE 2019

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 82/18

EMENTA: ADVERTÊNCIA. INFRAÇÃO AS RESOLUÇÕES COFFITO 8/78, 444/14, 414/18.V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 82/18, em que é representado o profissional Fisioterapeuta Dr. L. L. P., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela penalidade mínima de advertência, visto infração as Resoluções COFFITO 8/78, 444/14, 414/18. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Elias Ferreira Porto. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Rossini e a Conselheira Suplente, que nesta plenária atua como Efetiva, Dra. Renata Cristina Rocha. Ausências justificadas: Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior.

ELIAS FERREIRA PORTO.
Conselheiro Relator

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO Nº 2.936, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 508ª Reunião Plenária, de 14.11.2019, resolve:

Art. 1º Homologar os registros das empresas aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELLOS
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.937, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 508ª Reunião Plenária, de 14.11.2019, resolve:

Art. 1º Homologar os cancelamentos de registro das empresas aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELLOS
Secretário Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.938, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 508ª Reunião Plenária, de 14.11.2019, resolve:

Art. 1º Homologar os registros dos Médicos Veterinários e Zootecnistas aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELLOS
Secretário Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.939, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 508ª Reunião Plenária, de 14.11.2019, resolve:

Art. 1º Homologar os cancelamentos de registro dos Médicos Veterinários e Zootecnistas aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELLOS
Secretário Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.940, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 508ª Reunião Plenária, de 14.11.2019, resolve:

Art. 1º Homologar a suspensão de registro do profissional em razão de aposentadoria, aprovado na Reunião Plenária acima referida, cujo nome faz parte integrante desta, encontrando-se arquivado neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELLOS
Secretário Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.941, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 508ª Reunião Plenária, de 14.11.2019, resolve:

Art. 1º Homologar o cancelamento de registro dos profissionais em razão de falecimento, aprovados na Reunião Plenária acima referida, cujos nomes faz parte integrante desta, encontra-se arquivado neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELLOS
Secretário Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.942, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 508ª Reunião Plenária, de 14.11.2019, resolve:

Art. 1º Homologar as transferências dos Médicos Veterinários e Zootecnistas recebidas em outros CRMV's, aprovadas na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELLOS
Secretário Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.943, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 508ª Reunião Plenária, de 14.11.2019, resolve:

Art. 1º Homologar os cancelamentos por regularização, as defesas dos autos de infração e os recursos dos autos de multa, autos cancelados, aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELLOS
Secretário Geral

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 6ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 6.203, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

Suspensão de exercício profissional

OBJETO: A Presidente do Conselho Regional de Serviço Social da 6ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais; CONSIDERANDO o que consta dos processos disciplinares nº 0024/2018 e 0188/2018; CONSIDERANDO que após a aplicação da pena de suspensão do exercício profissional, as assistentes sociais especificadas nesta Resolução vieram a quitar ou negociar os débitos perante este Conselho; CONSIDERANDO que a pena de suspensão do exercício profissional por falta de pagamento das anuidades devidas ao CRESS cessa com a satisfação do débito; CONSIDERANDO, finalmente, a decisão do Conselho Pleno do CRESS 6ª Região, em reunião realizada no dia 05 de dezembro de 2019; resolve:

Art. 1º - Fica revogada a pena de suspensão aplicada aos seguintes profissionais: MARIA DA CONCEIÇÃO ROCHA - CRESS/MG 8013; EDNEIA FERREIRA RODRIGUES DA SILVA JESUS - CRESS/MG 10221.

Art. 2º - As profissionais especificadas no artigo 1º da presente Resolução estão, a partir da assinatura desta, autorizados a exercer a profissão de assistente social.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JÚLIA MARIA MUNIZ RESTORI